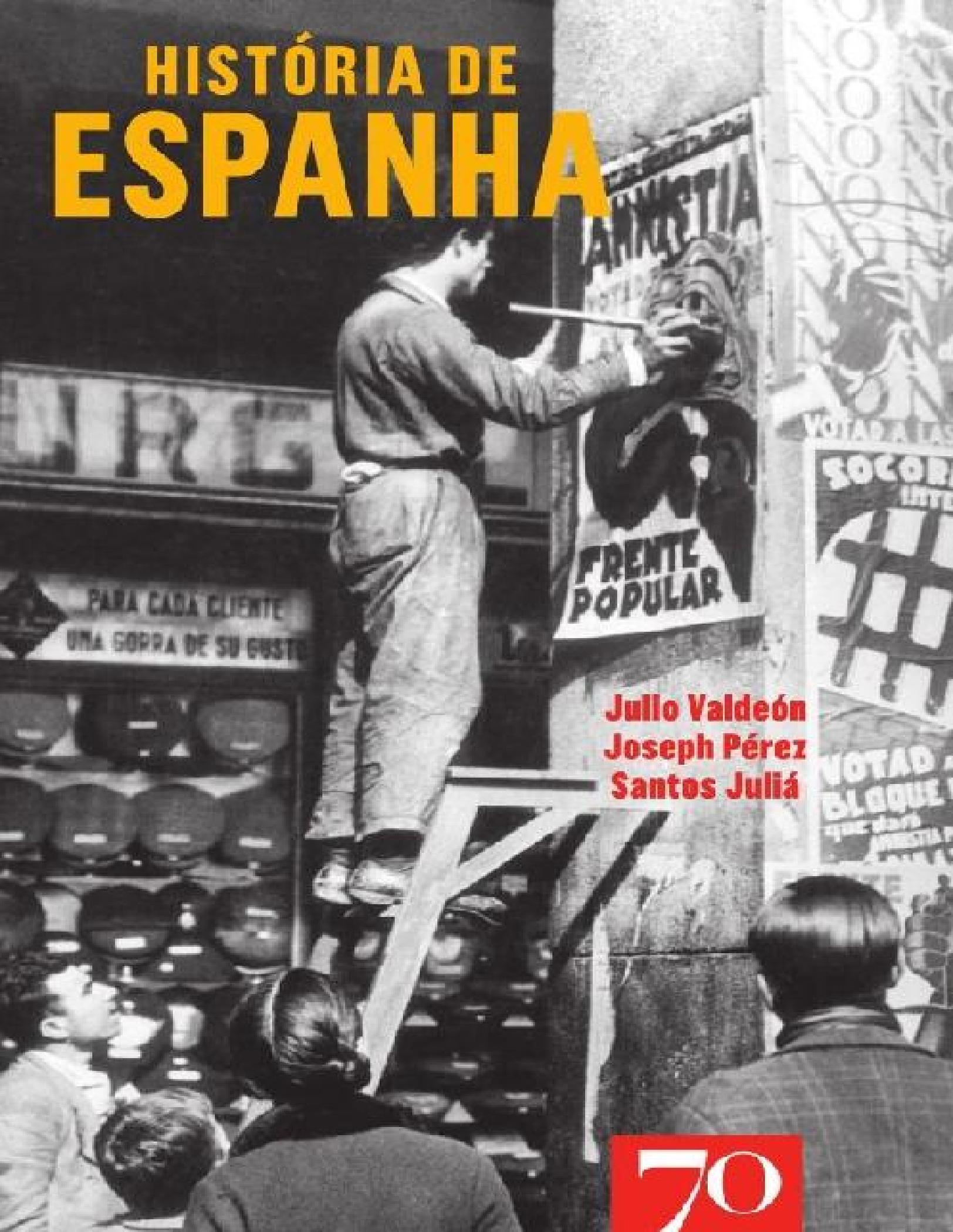


# HISTÓRIA DE ESPANHA



**Jullo Valdeón**  
**Joseph Pérez**  
**Santos Juliá**

**70**

# DADOS DE ODINRIGHT

## Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [eLivros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo.

## Sobre nós:

O [eLivros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [eLivros](#).

## Como posso contribuir?

Você pode ajudar contribuindo de várias maneiras, enviando livros para gente postar [Envie um livro](#) ;)

Ou ainda podendo ajudar financeiramente a pagar custo de servidores e obras que compramos para postar, [faça uma doação aqui](#) :)

***"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir a um novo nível."***

**eLivros**.love

Converted by [ePubtoPDF](#)

 front

 logo\_70

img1

TÍTULO ORIGINAL  
*Historia de España*  
by Julio Valdeón, Josep Pérez, Santos Juliá

© Julio Valdeón  
© Joseph Pérez  
© Santos Juliá

© Espasa Libros, S.L.U., 2009

TRADUÇÃO: Luís Filipe Sarmiento

REVISÃO: Nuno Pinho

CAPA: FBA.

Imagem de capa: © Corbis / VMI

***Biblioteca Nacional de Portugal - Catalogação na Publicação***

VALDEÓN, Julio, e outros

História de Espanha / Julio Valdéon, Joseph Pérez, Santos Juliá. - (História Narrativa)

ISBN 978-972-44-1817-9

I - PÉREZ, Joseph II - JULIÁ, Santos

CDU 94(460)"/.../20"

PAGINAÇÃO: Nuno Pinho

EDIÇÕES 70 em Outubro de 2014

Todos os Direitos reservados para Portugal por Edições 70.

EDIÇÕES 70, uma chancela de Edições Almedina, S.A. Avenida Fontes Pereira de Melo, 31 - 3º C - 1050-117 Lisboa / Portugal e-mail: geral@edicoes70.pt

**[www.edicoes70.pt](http://www.edicoes70.pt)**

Esta obra está protegida pela lei. Não pode ser reproduzida, no todo ou em parte, qualquer que seja o modo utilizado, incluindo fotocópia e xerocópia, sem prévia utilização do Editor. Qualquer transgressão à lei dos Direitos de Autor será passível de procedimento judicial.

# Índice

IDADE MÉDIA

JULIO VALDÉON

## 1. HISPÂNIA NO INÍCIO DO SÉCULO VIII: UM DENSO LEGADO HISTÓRICO

As primeiras culturas

A Hispânia Romana

O Reino Visigodo de Hispânia

## 2. O ESPLENDOR DE AL-ANDALUS

O Período do Emirato

O Califado de Córdova

Economia e Sociedade de al-Andalus

As Estruturas Políticas de Al-Andalus

O Mundo do Espírito no Al-Andalus

## 3. A RESISTÊNCIA CRISTÃ

Do Reino Ásture ao «Império Leonês»

O condado de Castela

O Repovoamento da Bacia do Douro

O Reino de Pamplona

O condado de Aragão

Os Condados da Futura Catalunha

As Manifestações Culturais na Espanha Cristã

#### 4. O SÉCULO XI. OS CRISTÃOS TOMAM A INICIATIVA

O Al-Andalus Fragmentado num Mosaico de Reinos Taifas  
A Recuperação da Cristandade e o Seu Reflexo nos  
Núcleos Políticos do Norte da Península

O Avanço de Castela e Leão. A Tomada de Toledo

A Irrupção dos Almorávidas Trava o Avanço Cristão

Os Progressos de Aragão e Catalunha

O Desenvolvimento dos Burgos e dos Burgueses

A Ligação com a Cristandade Europeia

#### 5. O SÉCULO XII. UMA FASE DE EQUILÍBRIO

A Ofensiva Aragonesa. Conquista de Saragoça

O «Império Hispânico» versus a Coroa de Aragão

A Espanha dos Cinco Reinos

Os Almóadas: Um Novo Travão ao Avanço Cristão

As Cidades e o Comércio

O Nascimento das Cortes

As Novidades Eclesiásticas e Culturais

#### 6. A ESPANHA ORIENTAL. A EXPANSÃO DE ARAGÃO E CATALUNHA

A Incorporação das Baleares e do Reino de Valência

O Início da Expansão pelo Mediterrâneo

Os Fundamentos Económicos. O Auge do Comércio  
Catalão

Uma sociedade Diversificada. Mudéjares e Judeus

A Articulação da Coroa de Aragão. As Cortes

A Igreja e a Cultura. Raimundo Lúlio

## A Orientação Francesa de Navarra

### 7. O SÉCULO XIII. A ESPANHA OCIDENTAL. A EXPANSÃO DE CASTELA E LEÃO

A Incorporação da Andaluzia Bética e do Reino de Múrcia  
Afonso X, *o Sábio*. O «Facto do Império».

As Bases Económicas. A Mesta

A Estrutura Social. Mudéjares e Judeus

O Entramado/Entrelaçado Político da Coroa de Castela

A Vida Espiritual. A Escola Afonsina

O Reino Nasrida de Granada

### 8. O SÉCULO XIV. UM PERÍODO DE CRISE

As Manifestações da Crise

A Coroa de Castela. Os Trastâmaras no Poder.

A Coroa de Aragão. O Reinado de Pedro IV

A Rutura da Convivência Cristiano-Judia

O Impacto da Crise na Igreja e na Cultura

O Reino de Navarra Retifica o Seu Rumo

Os Vaivéns da Granada Nasrida

### 9. O SÉCULO XV. A RECUPERAÇÃO DA COROA DE CASTELA.

O Reinado de João II. D. Álvaro de Luna

A Época de Henrique IV. A «Farsa de Ávila»

As Feiras de Medina del Campo. O Auge do Comércio Internacional

As Tensões Sociais. Os Irmandinhos. O Problema Converso

O Fortalecimento do Poder Real

A Cultura. Os Primeiros Esboços do Humanismo  
A Granada Nasrida. Um Reino em Declínio

## 10. O SÉCULO XV. OS CONTRASTES DA COROA DE ARAGÃO

Os Trastâmaras em Aragão. Afonso V e Nápoles  
João II de Aragão. A «Guerra Civil» da Catalunha  
Os Desequilíbrios Económicos. O Declínio da Catalunha.  
O Esplendor de Valência  
A Crispação Social. *Os Payeses de Remensa*. A «Busca» e  
a «Biga». Os «Forans»  
A Complexidade Política da Coroa de Aragão  
A Cultura. A Irrupção do Humanismo  
Os Solavancos do Reino de Navarra

## IDADE MODERNA

JOSEPH PÉREZ

### 1. OS REIS CATÓLICOS (1474-1516)

A Guerra de Sucessão (1474-1479)  
A Criação do Estado Moderno  
Política Religiosa  
A Expansão Espanhola  
Reinado de Filipe I  
Regências de Fernando, *o Católico* e do cardeal Cisneros  
(1506-1517)

### 2. O IMPÉRIO ESPANHOL (1516-1598)

Comunidades e irmandades  
A Sociedade Estamental

Rei e Reino  
Espanha e a Europa  
As Índias  
A Monarquia Católica  
A Defesa da Fé

### 3. OS ÁUSTRIAS MENORES (1598-1700)

Os Primeiros Indícios da Mudança de Conjuntura (1598-1643)  
A Crise dos Anos 40  
O Colapso da Dinastia

### 4. O SÉCULO DAS LUZES (1700-1808)

A Guerra da Sucessão  
Os Reinados de Filipe V (1700-1746) e de Fernando VI (1746-1759)  
O Reinado de Carlos III (1759-1788)  
Espanha Perante a Revolução Francesa (1788-1808)

## IDADE CONTEMPORÂNEA

SANTOS JULIÁ

### 1. ENTRE A REVOLUÇÃO LIBERAL E A REAÇÃO ABSOLUTISTA (1808-1843)

Reação Absolutista  
Os Liberais no Poder  
Outra Vez o Absolutismo  
Revolução e Guerra Civil

## 2. MATAR A REVOLUÇÃO, CONSTRUIR O ESTADO: A ÉPOCA MODERADA (1848-1868)

Pela Revolução no Governo

Efémereza Plenitude

De Novo a Revolução

## 3. REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA, RESTAURAÇÃO MONÁRQUICA (1868-1898)

A Revolução em Marcha

De Monarquia Democrática a República Federal

A Monarquia Restaurada

A consolidação do Regime

Excluídos da Ordem

Crise Moral de Fim de Século: Regeneração e Nacionalismos

## 4. UMA MONARQUIA LIBERAL QUE TERMINA EM DITADURA MILITAR (1899-1930)

Uma Sociedade em Movimento

E Uma Política na Roda da Ordem

Fim da Ordem Instituída e Crise do Sistema

Ditadura e Derrube da Ditadura

## 5. E UMA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA QUE SUCUMBE NUMA GUERRA CIVIL (1931-1939)

Retificação, Revolução e Frente Popular

Rebelião Militar, Revolução Social e Guerra Civil

## 6. A LONGA DITADURA DO GENERAL FRANCO (1939-1975)

Os Anos 40: Construção do Novo Estado

Os Anos 50: Lenta Saída da Autarquia

Os Anos 60: Desenvolvimento, Mudança e Conflito

Os Anos 70: Crise de Regime

## 7. UMA DEMOCRACIA FINALMENTE CONSOLIDADA (1976 - ...)

Rutura Pactuada

Tempo de Consenso

Fragilidade e Consolidação da Democracia

O Desafio Nacionalista

Da Euforia à Crise

Como um epílogo

## CRONOLOGIA

HISPÂNIA ROMANA

ESPANHA VISIGODA

IDADE MÉDIA

IDADE MODERNA

SÉCULO XVIII

SÉCULO XX

## ÍNDICE ONOMÁSTICO

# **Idade Média**

JULIO VALDÉON

# 1

## **Hispânia no início do século VIII: um denso legado histórico**

No ano 711, o rei visigodo Rodrigo foi derrotado e morto na batalha de Guadalete pelas tropas muçulmanas que, constituídas basicamente por berberes e dirigidas por Tariq, tinham invadido o solar ibérico procedentes das comarcas ocidentais do Norte de África. Este acontecimento teve consequências decisivas, uma vez que significava, nem mais nem menos, o desaparecimento da monarquia visigoda, mas ao mesmo tempo a ocupação da maior parte do território da Península Ibérica pelos islamitas. Aí se encontra precisamente uma das singularidades do passado histórico de Espanha. Referimo-nos, obviamente, ao amplo e profundo banho que experimentou no tempestuoso e atraente mar da cultura árabe. O ao mesmo tempo brilhante e polémico historiador Américo Castro expôs a ideia de que «a *vividura*<sup>(1)</sup> hispânica» foi o produto da confluência dos cristãos com os muçulmanos e com os judeus no transcurso da Idade Média. Os islamitas, pelo contrário, estiveram ausentes da maioria dos países que integravam a Europa cristã nos tempos medievais. A batalha de Guadalete, portanto, marca o início do percurso que vamos fazer pela história da Espanha medieval.

De todos os modos, seria um tanto absurdo deixar no esquecimento o longo e complexo processo histórico vivido nas terras hispanas anterior ao feito de armas de Guadalete. Dai que, embora seja da forma mais concisa possível, criamos uma oportuna memória pelos grandes marcos do passado histórico do território que os romanos denominaram de Hispânia.

### **As primeiras culturas**

Como não assinalar, para começar este relato, que na Península Ibérica havia grupos humanos estabelecidos desde várias centenas de milhares de anos antes de Jesus Cristo? Aí está, para recorrer a uma espetacular investigação dos últimos anos, a sensacional descoberta do *Homo antecessor* de Atapuerca. Nem será necessário dizer que aqueles seres humanos viviam numas condições muito elementares, as próprias do que os pré-historiadores chamam a idade do Paleolítico que foi, de longe, a de mais longa duração de toda a história da humanidade. Os recursos alimentícios procediam basicamente da recolção, ainda que, com o tempo, melhorassem, ao incorporar outras atividades como a pesca e a caça. Os seres humanos que se caracterizavam por uma forte coesão tribal não tinham habitação permanente, vendo-se obrigados a praticar o nomadismo. Aquelas gentes realizavam, isso sim, algumas atividades de carácter mágico, plasmadas em algumas ocasiões nas pinturas rupestres como as da famosa gruta de Altamira, em terras da Cantábria.

Numa data muito difícil de precisar, mas que os investigadores situam por volta do ano 5 000 a. C., chegou ao solar ibérico a denominada «revolução neolítica». O

termo neolítico quer dizer literalmente «pedra nova», mas a grande novidade desse período que então se iniciava consistia na implementação, pelos seres humanos assentes nas terras hispanas, de uma economia de caráter produtivo. As principais novidades eram a prática da agricultura, em particular de cereais (escândea<sup>(2)</sup>, cevada, trigo...), a domesticação de animais como o porco, boi, ovelha, cabra e, talvez, também o cavalo, a produção de objetos cerâmicos e o início do fabrico de tecidos. A população, ao mesmo tempo que aumentava, foi adquirindo um caráter estável. Paralelamente, afirmava-se a divisão do trabalho e, sem dúvida a novidade mais chamativa, surgia o poder político propriamente dito. Cerca de dois séculos mais tarde irrompia em terras hispanas o uso dos metais. O primeiro metal utilizado foi o cobre, cuja utilização foi coetânea da aparição dos impressionantes monumentos megalíticos, mas também da difusão do singular objeto cerâmico conhecido como «vaso campaniforme». Depois, veio a fase do bronze (fusão de cobre e estanho) e, finalmente, o ferro. A metalurgia substituíra por completo a indústria lítica. Ao mesmo tempo, experimentavam-se progressos significativos tanto nas atividades económicas, sobretudo na agricultura, como na organização do povoamento. Como se vê, os passos dados na vida dos seres humanos assentes na Península Ibérica foram gigantescos. Ainda assim, o desenvolvimento não seguia o mesmo ritmo em todo o território ibérico, indo mais rápido numas regiões do que noutras.

O primeiro milénio a. C. é uma época muito melhor conhecida do que as anteriores, em parte pela conservação de fontes escritas. Por volta do ano 1 200 a. C. tiveram lugar na Península Ibérica as invasões indo-europeias. Desde o

século IX a. C. foram chegando às costas levantinas do território hispano e às Ilhas Baleares diversos povos colonizadores, procedentes do Mediterrâneo oriental. É possível que estes povos se sentissem atraídos pela riqueza mineira do Sul de Espanha. Os primeiros a desembarcar em solo hispano foram os fenícios, a quem se deve a fundação de Gadir, assim como de diversas colónias na costa mediterrânea andaluza. Posteriormente, por volta do século VI a. C., chegaram os gregos, que se estabeleceram na zona da atual Catalunha, onde fundaram colónias como Emporion e Rhode. Posteriormente houve também uma atividade colonizadora dos cartagineses, localizável sobretudo nas Ilhas Baleares. As colonizações dos povos citados deixaram um espetacular legado que incluía desde novos cultivos, a roda de oleiro ou diversas técnicas aplicáveis ao trabalho dos metais, até à cunhagem de moedas ou à utilização do alfabeto. No citado milénio, a Península Ibérica era habitada por um variegado mosaico de povos. Tradicionalmente falou-se de iberos e celtas, os primeiros assentamentos sobretudo no Leste e Sul da Península, os segundos no Norte e Centro. No entanto, as fontes da época aludem a uma ampla conglomeração de povos. Recordemos os nomes dos mais importantes. No Norte encontravam-se os galaicos, ástures, cântabros e vascões; no Centro, os vaceus, vetões, celtiberos, carpetanos e lusitanos; no Leste, os indigetes, laietanos, edetanos, mastienos e batestanos; e, no Sul, os turdetanos, protagonistas da brilhante cultura desenvolvida em torno do nome pouco menos que mítico de Tartessos, do qual ignoramos se foi um território, uma cidade ou um rio. Considerado o primeiro Estado peninsular, Tartessos, cujo território compreendia toda a costa andaluza, legou-nos obras excepcionais, como o famoso tesouro Carambolo.

## **A Hispânia Romana**

Um passo decisivo no futuro histórico hispano foi a ocupação das terras peninsulares pelos exércitos romanos. O ponto de partida foi a pugna sustentada pela então república romana com Cartago, que ocupara, em meados do século III a. C., a Península Ibérica. Roma conseguiu conquistar as principais bases dos cartagineses em solo hispano, Carthago Nova e Gades. Não obstante, por causa daquele êxito, os romanos, que inicialmente tinham assentado somente nas zonas costeiras do Leste e do Sul da Península Ibérica, decidiram incorporar nos seus domínios o conjunto das terras ibéricas. O processo concluiu-se no século I a. C., não sem encontrar ocasionalmente fortes resistências, como a do dirigente lusitano Viriato, assassinado no ano 139 a. C.; a da cidade celtibera de Numância, rendida a Roma no ano 133 a.C., ou, em última instância, a dos cântabros e ástures, os quais acabaram por derrotar, no ano 19 a. C., nada menos que o próprio Augusto. Os motivos que levaram os romanos a interessar-se pela Península Ibérica eram tanto económicos como estratégicos. A Hispânia fornecia a Roma sobretudo metais, mas também lhe dava soldados e mão de obra. Não esqueçamos, por outro lado, que foram os romanos que decidiram utilizar o nome de Hispânia para se referir ao solar ibérico, termo do qual derivariam as posteriores palavras românicas *España*, em castelhano, ou *Espanya* em catalão.

A Hispânia passou a fazer parte do poderoso Império que tinha o seu centro vital na portentosa cidade de Roma. A Hispânia romana teve num primeiro momento duas

províncias, a Citerior e a Ulterior. Mais tarde, foi dividida num mosaico de províncias tais como a Tarraconense, a Galécia, a Cartaginense, a Lusitânia, a Bética e a Mauritânia Tingitana, esta última referente ao Norte de África, e à parte oposta às ilhas baleares. Os romanos aproveitaram a fundo as possibilidades económicas de Hispânia, particularmente as suas explorações mineiras, que eram propriedade do Estado. Vejamos um exemplo significativo: no distrito mineiro de Carthago Nova onde se extraía sobretudo prata, mas também chumbo, calcula-se que trabalhassem cerca de 40 000 homens, os quais obtinham benefícios calculados em cerca de 25 000 dracmas diários. Outra atividade importante era a pesca, particularmente as conserveiras da costa atlântica da Andaluzia. Importante foi também o desenvolvimento da escravatura, que atingiu cotas muito elevadas. A sociedade, por seu lado, estava dividida em dois grupos claramente opostos: por uma parte, os *honestiores*, ou seja, os dominantes; por outra, os *humiliores*, a camada popular. Ainda assim, havia uma clara diferença entre os que possuíam a cidadania romana e os que não a tinham. Esta situação manteve-se até ao ano 212, data em que o imperador Caracala decidiu conceder a todos os seus súbditos a cidadania romana.

Hispânia recebeu dos romanos um sensacional legado. Desde logo, generalizou-se o uso da língua latina, que acabou por acantonar parte dos idiomas que se falavam em terras hispanas. A única língua que sobreviveu do passado foi o *euskera*, que se falava em terras dos atuais territórios do País Basco e de Navarra. Por outro lado, a vida urbana assistiu a um espetacular progresso em terras hispanas, em núcleos como Caesaraugusta, Barcino, Tarraco, Toletum, Lucus, Asturica Augusta, Saguntum, Valentia, Carthago Nova, Norba, Emerita Augusta, Corduba, Hispalis, Carteia,

Malaca, Gades, etc. As cidades hispano-romanas foram palco do desenvolvimento da instituição do município, que era integrado por uma Cúria ou Conselho e magistrados, entre os mais destacados os *duoviriI* e os *ediles*. Paralelamente, uma densa rede de vias de comunicação, ponto de partida das principais rotas dos séculos posteriores, percorria o solar ibérico. Recordemos, para mencionar uma muito significativa, a famosa «via da Prata». Ao mesmo tempo, penetrava o Direito Romano, cujas marcas são ainda claramente perceptíveis na normativa jurídica vigente atualmente em Espanha. E que dizer dos vestígios conservados das obras públicas da época romana, sejam aquedutos, muralhas, pontes, templos, teatros, anfiteatros ou arcos comemorativos? As marcas do passado hispano-romano são ainda visíveis em numerosos e impressionantes vestígios que o viajante pode contemplar nos nossos dias, desde as muralhas de Lugo ou o aqueduto de Segóvia até ao teatro de Mérida, o anfiteatro de Itálica ou os arcos de Bará e de Medinaceli. A Hispânia também contribuiu com um elenco muito destacado de grandes figuras para a história de Roma, desde imperadores como Trajano até escritores como Séneca, Lucano, Quintiliano ou Marcial, passando pelo agrónomo Columela ou pelo geógrafo Mela.

O período de domínio romano foi também testemunha da chegada à Península Ibérica da religião cristã, que iria converter-se num dos mais firmes pilares do futuro das terras hispanas. Num primeiro momento, a difusão do cristianismo fez-se lentamente, uma vez que se tratava de uma religião perseguida. Em qualquer caso, a Igreja cristã já estava fortemente implantada em terras hispanas no século III. O Édito de Milão, dado pelo imperador Constantino no ano 313, permitiu ao cristianismo assomar à superfície.

Recordemos a celebração, no início do século IV, do Concílio que teve lugar na localidade granadina de Ilíberis, ao qual assistiram nada mais nada menos que 37 bispos. Antes que concluísse essa centúria, o imperador Teodósio proclamou o cristianismo como religião oficial do Império Romano. O cristianismo hispano da época imperial contribuiu com nomes importantes, alguns mártires como Justo e Pastor ou Eulália de Mérida, mas também figuras destacadas, como o bispo Ósio, o historiador Orósio e o poeta Prudêncio. Mas também houve desvios doutrinários, sendo o mais significativo deles o que protagonizou Prisciliano, que foi bispo de Ávila no século IV. O priscilianismo, que era acusado de estar relacionado com a magia e com o maniqueísmo, sobreviveu, não obstante, ao seu fundador, alcançando uma notável expansão sobretudo pelas províncias romanas de Galécia e Lusitânia.

### **O Reino Visigodo de Hispânia**

O Império Romano, que sofreu uma forte crise no século III, acabou por desaparecer, o que aconteceu em 476. A causa essencial dessa hecatombe encontrava-se nos graves problemas internos, tanto políticos e militares como sociais e económicos, mas também contribuiu para a sua queda a pressão exercida do exterior das suas fronteiras pelos denominados povos «bárbaros» que, como é sabido, pertenciam na sua maioria ao grupo germânico. Com efeito, a Península Ibérica conheceu, no início do século V, concretamente em 409, a invasão desses povos, em concreto dos suevos e dos vândalos, ambos pertencentes ao tronco germânico, e os alanos, de origem asiática. Pouco depois entravam no solar ibérico os visigodos, que tinha

selado em 416 um pacto com Roma, com a finalidade, ao que parece, de eliminar de Hispânia os invasores antes citados. Todavia, os suevos conseguiram assentar-se no noroeste peninsular. Os visigodos, por seu lado, estabeleceram-se no Sul de França. Daí que, após a queda do Império Romano, nos encontremos na Galécia com o reino suevo e a norte dos Pirenéus com o reino visigodo de Tolosa. Pouco depois, o Império Bizantino, nessa altura dirigido por Justiniano, que pretendia, ilusoriamente, recompor o velho Império Romano do Ocidente, lançou uma ofensiva no Mediterrâneo Ocidental, conseguindo estabelecer-se na costa mediterrânea de Hispânia. Apesar disso, desde o início do século VI, e em particular depois da sua derrota em Vouillé ante o rei franco Clodoveu no ano 507, os visigodos foram-se deslocando para a Península Ibérica ao mesmo tempo que abandonavam os domínios do seu antigo reino de Tolosa.

O assentamento visigodo na Península Ibérica realizou-se, como zona preferente, no âmbito da meseta, área caracterizada pelo predomínio da agricultura cerealífera, mas também pela sua escassa população e o seu fraco desenvolvimento urbano. Não obstante, os visigodos, comparados com a maioria da população hispanoromana, não deixavam de ser uma minoria. Isso não impediu, no entanto, que se afirmasse o seu poder militar e político. Em suma, produziu-se uma deslocação do reino visigodo da cidade francesa de Tolosa até Toledo, que passou a ser o seu núcleo central no território ibérico. Importantes passos para a consolidação do reino visigodo de Hispânia foram dados pelo monarca Leovigildo, o qual, no ano 585, pôs fim ao reino suevo da Galécia, após derrotar o seu rei Mirão. Leovigildo também combateu os indómitos vascões, erigindo frente a eles a praça-forte de Vitoriano. Leovigildo,

por outro lado, teve sérios problemas com o seu filho Hermenegildo, o qual abraçou o catolicismo, o que supunha deixar o arianismo, corrente heterodoxa a que se havia adscrito, anos atrás, o povo visigodo. Contudo, alguns anos mais tarde, em 589, o seu filho e sucessor ao trono, Recaredo, conseguia a unificação religiosa, ao abandonar, no III Concílio de Toledo, a heresia ariana e aceitar os postulados dos Concílios de Niceia e de Calcedónia, que é o mesmo que dizer: o catolicismo. O passo decisivo para a unidade política do conjunto peninsular alcançou-se nas primeiras décadas do século VII, quando o monarca Suintila pôs fim à presença bizantina no litoral levantino. Os monarcas visigodos, que inicialmente tinham adotado o título de *reges gottorum*, passaram a chamar-se *reges Hispaniae*, uma vez que a sua soberania se estendia sobre todo o território da antiga Hispânia romana, embora em algumas comarcas, como as dos vascões, os seus habitantes continuaram a lutar pela sua independência. O último grande passo para a unificação do espaço peninsular deu-se em meados do século VII com o monarca Recesvinto, ao promulgar, no ano 654, o *Liber Iudicum*, texto mais conhecido como o *Livro dos Juízos*, o qual se baseava, logicamente, nos princípios do Direito Romano. Este texto supunha a unificação jurídica, para todos os efeitos, entre a população hispano-romana, sem dúvida maioritária, e os visigodos.

A época de domínio visigodo, sem dúvida alguma, tinha as suas raízes na tradição dos tempos romanos. Ao fim e ao cabo, os visigodos eram um dos povos germânicos que mais fortemente se tinha romanizado, começando pelo uso da língua latina. Não obstante, em diversos aspetos, tanto materiais como espirituais, observa-se um retrocesso em relação aos tempos romanos. Desde logo, a atividade

económica caiu, perceptível, por exemplo, em áreas tão significativas como a exploração mineira ou a atividade mercantil. Na Hispânia visigoda predominava indiscutivelmente o mundo rural enquanto a vida urbana entrara numa fase de declínio. A estrutura da sociedade reproduzia fielmente o esquema da época romana. O setor dominante, de que faziam parte tanto a velha aristocracia hispanoromana como os nobres visigodos, caracterizava-se pela posse de grandes domínios territoriais. O setor popular incluía os artesãos e os pequenos comerciantes das cidades e, basicamente, o campesinato, a maior parte do qual trabalhava como colono nos grandes domínios dos poderosos ou da Igreja. Também subsistiam os *servi*, ou seja, os escravos ainda que, ao que parece, em retrocesso. O meio rural foi em ocasiões testemunha de tumultos sociais, como as revoltas armadas dos *rustici* do campo cordovês na época do monarca Leovigildo. Também parece que se propagou em amplos setores do campesinato, sobretudo do noroeste peninsular, a heresia do priscilianismo, que tinha indiscutíveis conotações sociais. Paralelamente foram-se desenvolvendo na sociedade da Hispânia visigoda os elementos que, no futuro, iriam caracterizar a sociedade feudal. Ao mesmo tempo que se debilitavam as relações de carácter público triunfavam as de índole pessoal. Os reis tinham *fidelis regis* e *gardingos*, que eram uma espécie de vassalos. Por seu lado, os membros da alta nobreza tinham também os seus próprios dependentes, os *bucelários* e os *saiões*. No meio rural, também se fortalecia dia a dia a autoridade dos donos da terra sobre os seus cultivadores ou colonos, o que anunciava o futuro regime senhorial.

A cultura visigoda, fortemente impregnada da tradição romana, estava, no entanto, claramente ao serviço da

religião cristã. Daí que as figuras mais relevantes pertencessem ao meio eclesiástico. Com a finalidade de garantir uma boa formação do clero católico surgiram diversas escolas episcopais, entre as quais se deve mencionar as de Toledo, Sevilha e Saragoça. Recordemos, entre os nomes mais importantes daquele tempo, Bráulio de Saragoça, Eugénio de Toledo, Fructuoso de Braga, Julián de Toledo ou Valério do Bierzo. Contudo, o nome mais emblemático da cultura dos tempos visigóticos foi, sem dúvida alguma, o bispo de Sevilha Isidoro. Formado na escola que criara em Sevilha o seu irmão, o arcebispo Leandro, Isidoro foi autor de numerosas obras, desde crónicas de eventos da época até escritos teológicos e epístolas de grande qualidade literária. Isidoro foi, em outras coisas, um dos mais destacados defensores da teoria política que manifestava a supremacia do poder espiritual sobre o temporal. Mas Isidoro de Sevilha é antes do mais conhecido pelas *Etimologias*. Esta obra, de inegáveis pretensões pedagógicas e cujo principal objetivo era salvar o legado cultural do mundo antigo, foi considerada tradicionalmente como «a primeira enciclopédia cristã». As *Etimologias*, não o esqueçamos, exerceram uma grande influência na Europa cristã dos séculos posteriores.

A monarquia visigoda, não obstante, tinha uns fundamentos muito débeis. Para começar há que assinalar que os reis não acediam ao trono por via hereditária, mas sim por eleições dos poderosos, os quais deviam escolher pessoas «de estirpe goda e de bons costumes», segundo se estabeleceu no VI Concílio de Toledo. Contudo, na prática, muitos monarcas conseguiram, por via de uma prévia associação, que os seus filhos lhes sucedessem no trono. Mas isso não impediu as ações violentas contra os reis, frequentes ao longo da trajetória do reino visigodo de

Hispania. Não se falou, como um traço singular que acompanha a história do reino visigodo, da «morbidez gótica do destronamento»? Os reis, cujo poder procedia de Deus, segundo as teorias dominantes na época, eram auxiliados por pessoas da sua confiança, as quais constituíam o «Ofício palatino». Existiam também duas instituições de suma importância, a Aula Régia e os Concílios. A Aula Régia era formada por magnatas próximos do rei, sendo a sua principal função assessorar o monarca. Os Concílios eram instituições eclesiásticas, mas no tempo dos visigodos desempenharam um papel político de primeira ordem, não só pelas decisões que tomavam, como também pelo facto de serem os próprios reis os seus convocantes. Assinalaremos, finalmente, que o conjunto do reino estava dividido em circunscrições, herdeiras da época romana, à frente das quais se encontrava um *dux*.

De todos os modos, as últimas décadas do século VII e a primeira do século VIII foram testemunhas de uma profunda crise na Espanha visigoda. A peste, que provocou uma grande mortandade no ano 693, e as más colheitas confluíam com o incremento do bandoleirismo, assim como com a imparável decadência da moralidade. Numerosos camponeses, angustiados pela crescente pressão fiscal, fugiam das suas fazendas. A minoria judia, por seu lado, foi objeto de drásticas medidas persecutórias. A unidade do reino visigodo esteve a ponto de se dividir quando, nas últimas décadas do século VII, o *dux* Paulo, que governava a região da Setimânia, não só se sublevou, como também chegou a proclamar-se rei. Mas a crise foi visível sobretudo na terrível luta que mantiveram duas grandes famílias da alta nobreza visigoda para ocupar o trono, as de Chindasvinto e de Wamba, nomes de dois monarcas da segunda metade do século VII. Aquela foi uma autêntica

guerra civil o que propiciou a invasão de Hispana pelos muçulmanos.

-

(<sup>1</sup>) «Vividura», conceito desenvolvido por Américo Castro, aponta no sentido do aspeto vivencial da «morada vital», ou seja, uma necessidade fundada na diversidade da vida histórica, a maneira como os homens gerem a sua vida dentro dessa morada e a sua consciência de existir nela (N. T.).

(<sup>2</sup>) Tipo de trigo de duração fora do comum e muito resistente conhecido também como *trigo durázio* (N. T.).

## 2

### **O esplendor de al-Andalus**

Apenas alguns anos depois da batalha de Guadalete, a maior parte do território da antiga Hispânia romano-visigoda encontrava-se sob o domínio dos muçulmanos. A este território os árabes denominaram-no al-Andalus. Dessa maneira o solar ibérico integrava-se, com pequenas exceções territoriais, no âmbito do islão, o que supunha a chegada a terras hispanas de importantes novidades nos mais variados terrenos, desde o económico e social até ao das crenças e da cultura. Al-Andalus conseguiu alcançar a sua máxima prosperidade, tanto material como espiritual, no decorrer do século X, coincidindo com o estabelecimento do Califado de Córdoba. Mas nas primeiras décadas do seguinte século sofreu uma profunda crise, que desembocou na ruína do Califado e na desagregação do território muçulmano de Hispânia num mosaico de pequenos reinos, as taifas, termo que quer dizer fação.

#### **O Período do Emirato**

A conquista de Hispânia pelos muçulmanos desenvolveu-se com grande facilidade. Apoiando-se nas calçadas romanas, Tariq e Muza, dirigentes dos islamitas invasores,

efetuaram, entre os anos 711 e 714, incursões vitoriosas até à meseta norte e vale do Ebro, deixando guarnições nos pontos-chave. Na verdade, mal encontraram nos seus percursos a mínima resistência por parte da população romano-visigoda. Além disso, muitos membros da nobreza hispano-goda pactuaram com os invasores, como aconteceu com um aristocrata da região de Múrcia, chamado Teodomiro, que aceitou o patronato islamita «com a condição de que não se imporá domínio sobre ele nem sobre nenhum dos seus». Não se deve esquecer que os muçulmanos se mostraram tolerantes com os cristãos que eram, ao fim e ao cabo, «gentes do Livro». É preciso assinalar também que a maioria judia, queixosa da atitude persecutória mostrada contra eles pelos últimos monarcas visigodos, ajudou os invasores islamitas.

De todos os modos, não faltavam as disputas no seio dos vencedores, fosse a pugna entre os árabes e os berberes ou entre as diversas fações da aristocracia árabe, os qaysis e os iemenitas. Precisamente, poucos anos depois da presença islâmica em al-Andalus teve lugar uma espetacular sublevação dos berberes, que se sentiam discriminados pela minoria dirigente árabe. Para tentar sufocar esta revolta chegaram a al-Andaluz reforços militares procedentes da Síria que, uma vez cumprida a sua missão, acabaram por se estabelecer em solo hispano, concretamente em diversos distritos do Sul da Península Ibérica. Apesar de tudo, os muçulmanos lançaram na primeira metade do século VIII diversas campanhas ofensivas nas zonas situadas a norte de al-Andalus. No ano de 720 conquistaram a cidade de Narbona, que se encontrava ao sul das Gálias, mas em 722 foram surpreendidos em Covadonga, nas montanhas das Astúrias, pelos cristãos. Alguns anos mais tarde, em 732, sofreram

uma aparatosa derrota em Poitiers frente ao chefe franco Carlos Martel. Aquele fracasso supôs o ponto final da tentativa islamita de se adentrar em território da Europa cristã.

O governo de al-Andalus, que desde o ano de 716 tinha como centro do poder a cidade de Córdoba, era dirigido por um emir que obedecia às ordens do califa, na altura instalado em Damasco. Entre 714 e 756, fase conhecida como a do «Emirato dependente», sucederam-se no governo de al-Andalus nada menos do que 20 emires. Mas em meados do século VIII produziu-se um profundo abalo no mundo muçulmano. Os omíadas, família na qual recaíra até então a direção do islão e, portanto, o cargo de califa, foram eliminados de forma violenta pelos abássidas, os quais instalaram o seu poder na cidade de Bagdade. Contudo, um membro da família omíada, que conseguiu escapar da catástrofe, refugiou-se em terras hispanas, tendo conseguido, depois de uma dura luta, chegar ao poder emiral de al-Andalus no ano de 756. Tratava-se de Abderramão I (756-788), com quem se iniciava o período do «Emirato independente», assim chamado porque os emires de al-Andalus tinham cortado as suas relações com os califas de Bagdade, pelo menos no âmbito da ação política.

Durante a fase do «Emirato independente», que durou cerca de dois séculos, consolidou-se o poder do islão de Hispânia. Só escapavam ao controlo dos emires muçulmanos as comarcas montanhosas do Norte da Península Ibérica onde, com muita dificuldade, subsistiam as gentes ali estabelecidas, fossem membros dos povos pré-romanos daquele território (galaicos, ástures, cântabros, vascões, etc.) ou godos refugiados. O al-Andalus incorporou-se ao sistema económico do mundo islâmico, o que oferecia

inegáveis vantagens. Paralelamente, penetravam em terras hispanas elementos próprios das estruturas sociais orientais. Por outro lado, aumentava a cada dia o número dos habitantes hispano-visigodos, logicamente cristãos, que aceitavam a religião muçulmana, em boa medida pelas vantagens fiscais que isso supunha. Também a fluida comunicação mantida com os restantes países do islão permitiu a al-Andaluz participar da extraordinária riqueza cultural que circulava por eles. Um símbolo da firmeza alcançada por al-Andaluz era, sem dúvida alguma, a mesquita maior de Córdoba, cujas obras iniciaram-se precisamente em tempos do emir Abderramão I.

Ao longo do período do «Emirato independente», os muçulmanos levaram a cabo em determinadas ocasiões campanhas contra os cristãos do norte, cujo principal propósito era evitar que estes progredissem para sul. A maior parte dessas campanhas ou *aceifas* penetravam pelo alto vale do Ebro. Os confrontos com os cristãos foram algumas vezes vitoriosos para os muçulmanos, como sucedeu, por exemplo, em 856 na batalha de Morcuera; outras vezes foram negativos, como a derrota sofrida em Clavijo no ano de 860. O al-Andaluz foi também testemunha, nesse período, de importantes tumultos internos. Houve conflitos frequentes entre o poder central, estabelecido em Córdoba, e os governadores das marcas, que eram os territórios fronteiriços de al-Andalus, localizados em torno das cidades de Saragoça, Toledo e Mérida. Mas também se geraram tensões, basicamente de índole social, com os muladies, nome que se dava aos convertidos ao islão, e com os moçárabes, ou seja, os cristãos de al-Andaluz. Os primeiros sintomas desses conflitos surgiram na época do emir Hisham I (788-796), que introduziu no al-Andaluz a doutrina maliki, a qual

acabaria por se converter na versão ortodoxa do islão hispano. No início do século IX, coincidindo com a presença no Emirato de al-Hakam (796-821), houve sérias revoltas em al-Andalus. A primeira no tempo foi chamada «jornada do Foso», que teve lugar em Toledo no ano 807. Alguns anos depois, em 818, aconteceu o denominado «motim do Arrabal», que aludia ao arrabal de Secunda, da cidade de Córdoba, e que foi objeto de uma feroz repressão por parte das autoridades.

Durante o governo do emir Abderramão II (821-852) passou a primeiro plano o conflito com os moçárabes. Alguns chefes da minoria cristã, entre os quais se devem mencionar Paulo, Speraindeo ou Eulógio, saíram em defesa da sua própria identidade, a ponte de perecer frente à crescente e imparável arabização. Os chefes moçárabes chegaram, inclusive, a defender a oportunidade do martírio frente à pressão dos infiéis. Não podemos esquecer, por outro lado, que no ano 844 apareceram nas costas do al-Andalus os normandos, concretamente nas proximidades de Lisboa e de Sevilha. Na segunda metade do século IX, coincidindo com o emir Muhammad I (852-886), houve fortes tensões entre o poder emiral e as marcas. O dirigente da marca das terras estremenas, Ibn Marwan, o Galego, um muladi, sublevou-se, resistindo com grande bravura aos ataques das tropas cordovesas. Mas talvez fosse mais grave a situação existente na marca aragonesa, em cuja liderança se encontrava a poderosa família dos Banu Qasi, que descendiam de antigos nobres visigodos convertidos ao islamismo. A força alcançada pelos Banu Qasi era tal que um membro desta família, Musa ibn Musa, chegou a ser considerado como o «terceiro rei de Espanha». No entanto, a revolta de maior importância de todo o «Emirato independente» foi a que iniciou, no ano 879, Umar ibn

Hafsun, líder dos muladies andaluzes descontentes. Alguns anos mais tarde, Umar ibn Hafsun converteu-se ao cristianismo, o que o elevou a adail dos moçárabes do al-Andalus.

## **O Califado de Córdoba**

O panorama que oferecia o al-Andalus nos últimos anos do século IX e nos primeiros do século X, nos quais se sucederam os emires al-Mundir (886-888) e Abd Allah (888-912), não era nada positivo. Para além da revolta de Umar ibn Hafsun, que alcançara proporções gigantescas, e da atitude quase independentista que adotavam os governadores das marcas, multiplicaram-se as lutas internas, em que intervinham tanto fatores étnicos como sociais e políticos. Mas essa situação, que foi a que encontrou Abderramão III quando chegou ao Emirato no ano 912, mudou radicalmente em muito pouco tempo. Desde logo, Abderramão III (912-961) conseguiu pacificar o território de al-Andalus em apenas alguns anos. Um poeta cortesão, Ibn Abd Rabbihí, exaltou até limites incríveis os êxitos militares do novo emir, escrevendo o seguinte:

*«Numa só campanha apoderaste-te de duzentas fortalezas*

*Todas elas cheias de petulantes rebeldes.*

*Nem Salomão tal fizera,*

*Nem o construtor da muralha de Gog e Magog».*

Paralelamente, Abderramão III decidiu lançar *aceifas* contra os cristãos do norte, os quais, no início da décima centúria, aproveitando as disputas internas de al-Andalus,

tinham avançado através da meseta norte, chegando a alcançar a linha do Douro. O êxito mais chamativo das tropas cordovesas foi a vitória conseguida em Valdejunquera, localidade próximo de Pamplona, no ano 920. Abderramão III decidiu também viajar ao Norte de África onde havia surgido um novo e sério perigo, o dos Fatimidas, adeptos do xiismo, que pretendiam unificar o islão sob o seu mandato. Mas o êxito mais espetacular de Abderramão III nesses anos foi o esmagamento da revolta que, após a morte de Umar ibn Hafsun no ano 918, fora continuada pelos seus filhos. No ano 928, caía no poder cordovês a fortaleza de Bobastro, centro da rebeldia de Umar ibn Hafsun e dos seus sucessores. Abderramão III não só ordenou a destruição de Bobastro como também decidiu trasladar o cadáver de Umar ibn Hafsun para Córdova, sendo crucificado e exposto ao povo numa das suas portas.

Em 929, Abderramão III decidiu proclamar-se califa. Numa carta enviada aos seus governadores, Abderramão III dizia: «Parece-nos oportuno que, daqui em diante, sejamos chamado Príncipe dos Crentes e que todos os escritos que emanem de nós ou que para nós se dirijam empreguem o mesmo título». Era um passo transcendental, uma vez que supunha a definitiva rutura, desta vez no terreno religioso, com os califas de Bagdade. Ao mesmo tempo, Abderramão III adotava o título de «combatente pela religião de Alá». Não é fácil discernir os motivos que levaram Abderramão III a autoproclamar-se califa. É possível que aquele ato tivesse um sentido triunfalista, sendo algo assim como a coroação das brilhantes vitórias conseguidas nos anos anteriores. Mas também é admissível interpretar aquele facto como o desejo de Abderramão III de levantar uma bandeira frente aos perigos que ainda o espreitavam, sendo o mais importante o dos Fatimidas do Norte de África.

Nos anos seguintes, Abderramão III prosseguiu a sua marcha vitoriosa, conseguindo conter a dissidência das marcas. Particularmente duros foram os combates mantidos tanto em Toledo, onde os cordoveses entraram no ano 932, como em Saragoça, que capitulou frente ao Omíada no ano 937. O califa cordovês também foi capaz de travar as acometidas cristãs, contra as quais realizou *aceifas* vitoriosas, como a denominada «campanha de Osma» em 934. Certamente, Abderramão III também sofreu uma ou outra derrota diante dos cristãos, sendo a mais significativa de todas a de Simancas-La Alhandega, no ano de 939. Mas as fronteiras entre o al-Andalus e os núcleos cristãos não sofreram a mais pequena modificação. Mais ainda, houve reis cristãos que se mostraram submissos a Abderramão III, como sucedeu com Sancho I de Leão, o qual se mudou para a capital califal no ano de 958, para que o curassem da sua obesidade. Quanto ao Norte de África, Abderramão III melhorou notavelmente a sua posição para o que contribuiu sobremaneira a conquista, no ano de 931, da cidade de Ceuta. O indiscutível prestígio alcançado por Abderramão III foi notório ao iniciar relações, tanto com o Império Bizantino, como com o recém-nascido Império Germânico. Abderramão III foi também quem ordenou a construção, a oeste da cidade de Córdoba, da faustosa cidade-palácio de Medina Zahara, que se converteu no centro do poder califal.

Sucedeu a Abderramão III no Califado o seu filho al-Hakam II (961-976). A sua etapa no governo, que foi bastante breve, teve escassos sobressaltos, caracterizando-se pelo predomínio indiscutível da paz. O único aspeto chamativo foi a presença, uma vez mais, dos normandos nas costas ocidentais de al-Andalus, o que aconteceu nos anos 966, em volta de Lisboa, e em 971-972. Mal houve confrontos com os cristãos, ainda que os muçulmanos

decidiram reconstruir a importante fortaleza de Gormaz, que era uma avançada contra os seus inimigos do norte. Nesses anos, por outro lado, eram frequentes as embaixadas a Córdoba dos dirigentes cristãos do norte, como os condes de Castela e de Barcelona. O estabelecimento dos Fatimidas no Egito, no ano de 969, supôs o seu definitivo retrocesso na zona do Magrebe. Além disso, o general Galib restabeleceu o protetorado Omíada na zona ocidental do Norte de África. Por outro lado, é necessário assinalar que na época de al-Hakam II a arte e a cultura conheceram um espetacular desenvolvimento no al-Andalus e particularmente na cidade de Córdoba. Diz-se, por exemplo, que al-Hakam II conseguiu reunir uma biblioteca constituída por mais de 400 000 volumes. Na área das artes plásticas o mais significativo do tempo de al-Hakam II foi a construção, na mesquita maior de Córdoba, do esplêndido mihrab onde se destacam as abóbadas nervadas, mas também a riqueza dos materiais utilizados e a exuberância decorativa.

O panorama de al-Andalus teve, no entanto, uma mudança substancial na época do sucessor de al-Hakam II, Hisham II (976- 1009). De qualquer maneira, o novo califa era uma criança, o poder efetivo assumiu-o o seu tutor, Ibn Abi Amir, o qual iniciara a sua carreira na corte califal no modesto posto de copista. Mas com o tempo Ibn Abi Amir, pessoa de grande ambição, passou a ser o autêntico dirigente de al-Andalus enquanto Hisham II se convertia numa mera figura decorativa. Daí que o período que se abria com o governo de Ibn Abi Amir seja denominado como dos «amiries». Ibn Abi Amir deu um importante passo no ano 978 ao ser nomeado hájibe, cargo que equivalia a uma espécie de primeiro-ministro. Nesse mesmo ano, ordenou a construção, nos subúrbios de Córdoba, a leste da cidade, do

palácio de Medina Zahira, onde se instalaria a administração central de al-Andalus. Três anos mais tarde, em 981, Ibn Abi Amir recebia o cognome de «O Vitorioso por Alá», «al-Mansur bi-Illa» em árabe, de onde deriva o nome com que o denominavam os cristãos, ou seja, Almançor.

Almançor, que contava sobretudo com o apoio dos berberes, pôs em marcha uma política populista. Do ponto de vista religioso mostrou-se sumamente ortodoxo, chegando, inclusive, ao que parece, a ordenar a destruição de boa parte da biblioteca de al-Hakam II. Mas a base do seu poder era o exército, o que dá azo a que se fale do seu governo como uma autêntica ditadura militar. Almançor realizou numerosas e terríveis campanhas contra os cristãos. Recordemos os seus êxitos mais significativos: no ano de 985, as tropas cordovesas saqueram Barcelona, em 988 destruíram os mosteiros leoneses de Sahagún e Eslonza, em 997 entravam vitoriosas em Santiago de Compostela (onde foi respeitada a sepultura do Apóstolo) e em 1002 arrasavam o mosteiro de San Millán de la Cogolla. Não obstante, poucos dias depois deste último acontecimento, Almançor morreu ou, como dizem as fontes cristãs da época, «foi sepultado nos infernos».

Um filho de Almançor, Abd al-Malik (1002-1008) sucedeu ao seu pai no cargo que aquele desempenhara. Abd al-Malik, no seu breve período no governo, manteve intacta a fortaleza militar de al-Andalus, realizando algumas incursões vitoriosas contra os cristãos. Mas no ano seguinte à sua morte, em 1009, o regime amiri deixou de existir, Nessa mesma data abdicava o califa Hisham II. O alAndaluz entrava numa fase caótica denominada como a grande *fitna* que concluiria, alguns anos depois, com a definitiva desapareição do Califado de Córdoba.

## **Economia e Sociedade de al-Andalus**

O al-Andaluz inseriu-se plenamente no mundo económico do islão. Isso teve como consequência que a economia da Espanha muçulmana, ao contrário do que acontecia nos territórios cristãos do norte, fosse de um grande dinamismo. Nesta economia sobressaía, como o traço mais significativo, o importantíssimo papel que desempenhavam as cidades, centros de atividades artesanais como mercantis. Ao fim e ao cabo, segundo manifestou com indubitável dureza o historiador francês Maxime Rodinson, «tanto o Alcorão como a tradição consideram favoravelmente a aticidade económica, a procura de lucro, e comércio e, conseqüentemente, a produção para o mercado».

De todos os modos, era também de vital importância a agricultura. Para isso contribuía as condições climáticas do al-Andalus, o que explica, segundo assinalou o cronista al-Razi, que se recolhessem frutos durante todo o ano. De qualquer forma, as zonas mais férteis localizavam-se nos vales fluviais, particularmente em Guadalquivir. Não se deve esquecer, por outro lado, que a maior parte da população de al-Andalus (talvez 75 por cento) se dedicava a tarefas agrícolas. Certamente, os principais cultivos da Espanha muçulmana eram os cereais, (particularmente o trigo e a cevada, mas também o centeio, o painço ou a aveia), a vinha (apesar da proibição corânica do consumo de vinho) e a oliveira, ou seja, os tradicionais de épocas anteriores. Não é menos certo que, na área dos métodos e dos instrumentos de cultivo, continuava em pé a herança romana, visível na junta de bois e na rotação bienal. Mas os árabes introduziram importantes novidades, e

implementaram notavelmente o regadio, sobretudo à base da nora. Não se disse que só no vale de Guadalquivir chegou a haver, no século X, cerca de 5 000 noras? A arboricultura conheceu, ao mesmo tempo, uma grande expansão, o que explica o uso da expressão «revolução verde» que se atribuiu ao al-Andalus. Mas talvez uma das novidades mais significativas foi o desenvolvimento de cultivos como o arroz, citrinos, cana-de-açúcar, palmeiras, algodão, beringela ou açafrão. É preciso assinalar também o auge alcançado pelas plantas aromáticas e medicinais, assim como a proliferação das hortas e pomares. Também a sericultura ganhou uma grande importância em al-Andalus.

Do ponto de vista da ganadaria, os animais que mais abundavam no al-Andalus eram a ovelha e a cabra, sem esquecer os cavalos, imprescindíveis para a guerra, e as mulas, utilizadas para o transporte de produtos. Por outro lado, retrocedeu a produção de porco devido a motivos religiosos. Atividades relacionadas com a ganadaria eram a caça e a pesca. Paralelamente, a mineração foi uma atividade de grande impulso, destacando-se entre os principais produtos extraídos o ferro, o chumbo, o cinábrio, o cobre e o estanho. Os árabes também se interessaram pelo ouro, que se obtinha através da lavagem em diversos cursos fluviais como o Segre, o Tejo, o Genil ou o Darro, e por pedras preciosas. Outros recursos naturais pelos quais os habitantes de al-Andalus mostraram um vivo interesse foram a madeira, o mármore ou a pedra de construção.

Mas o centro da vida económica de al-Andalus eram as cidades. Muitas delas tinham raízes romanas, embora houvesse algumas de criação nova, entre as quais de deve mencionar Almería, Madrid ou Calatayud. A cidade mais próspera de al-Andalus desde o século VIII ao X foi, sem

dúvida, Córdoba. A freira alemã Hroswitha denominou-a «ornamento do mundo». Desde logo, Córdoba era a cidade mais povoada de todo o Ocidente, tanto muçulmano como cristão. Calcula-se que no século X tinha uma população próxima dos 100 000 habitantes. Córdoba era, sobretudo, o centro do poder muçulmano de Hispânia, uma vez que ali residiam os seus emires, primeiro, e os seus califas depois, assim como os seus principais colaboradores nas tarefas do governo. Córdoba contava com um grande número de arrabais, mas o centro vital da cidade era, obviamente, a medina. Nela encontravam-se, como elementos básicos da urbe, a alcáçova, a mesquita maior e o bazar. Mas, para além das atividades artesanais e mercantis que se localizavam em Córdoba, também se desenrolavam tertúlias literárias e atividades lúdicas, como corridas de cavalos e lutas de animais. Destacavam-se, por outro lado, alguns mercados especializados, como o de escravos e de livros. Mas Córdoba era também uma cidade aberta onde conviviam gentes de três religiões, uma vez que ao lado das mesquitas muçulmanas havia igrejas cristãs e sinagogas judias. Nos arredores da urbe cordovesa havia numerosas almuinhas, ou seja, explorações agrárias com as suas casas de campo.

A principal produção artesanal de al-Andalus foi o têxtil. Na primeira fila encontrava-se o *tiraz* cordovês, nome que se aplicava às manufaturas têxteis controladas pelo poder político. Como produtos principais deve assinalar-se os tecidos de seda, dos quais os mais conhecidos eram os brocados cordoveses, ou os tecidos de linho, que se fabricavam em Saragoça. Mas não foram menos importantes atividades como o trabalho das peles e couros, a produção de vidro, o fabrico de papel (localizado basicamente em Játiva), os objetos de cerâmica, as armas

(fabricava-se sobretudo em Córdoba, Málaga e Toledo) ou o trabalho em ouro, prata, marfim e pedras preciosas.

O comércio era uma atividade bem vista no mundo islâmico. O profeta Maomé não sentira uma grande atração pelos negócios? O desenvolvimento da atividade mercantil no al-Andalus contava com dois tipos de moeda: uma de ouro, o *dinar*, e outra de prata, o *dirhem*. Nas cidades, o comércio efetuava-se no bazar, constituído por labirínticas vielas, cada uma das quais costuma ter lojas de um determinado produto. Dentro do bazar encontravam-se as *alcaicerias*, zonas protegidas onde se vendiam os objetos de maior qualidade. Também havia as *alhondigas*, que serviam para o armazenamento de mercadorias, assim como para o alojamento dos mercadores. A atividade do bazar era inspecionada pelo almotacel, que se encarregava do estrito cumprimento da lei. Mas o al-Andalus manteve também um florescente comércio exterior sobretudo com os restantes países islâmicos, mas também com a Europa cristã. O al-Andalus importava de África ouro sudanês e escravos negros e do Próximo Oriente especiarias e produtos de luxo. No que se refere ao comércio com o mundo cristão, o al-Andalus exportava produtos agrícolas, determinados minerais e tecidos, recebendo, a troco, peles e metais e, inclusive, armas.

A população de al-Andaluz era muito heterogénea. A maioria era muçulmana, fosse árabes, berbere invasor ou muladi, ou seja, os habitantes da Hispânia visigoda que aceitaram a religião islamita. Os muçulmanos entregavam como esmola um dízimo dos seus bens móveis, o *zacam*. Os árabes, ainda que minoritários, foram, sem dúvida, o setor dominante de al-Andalus, tanto do ponto de vista político como económico. Os berberes, que se arabizaram no

terreno linguístico e cultural e que eram bastante mais numerosos, ocuparam, em geral, posições inferiores. Os invasores introduziram em Espanha as suas estruturas sociais, das quais há que destacar sinais tão significativos como a forte coesão social e a prática da endogamia. No que se refere aos hispano-visigodos que se converteram ao islão, o seu número foi crescendo com o tempo, chegando a alcançar no ano 1000 cerca de 75 por cento de toda a sua população. Também faziam parte do grupo muçulmano os negros procedentes do Sudão, assim como os escravos originários da Europa oriental, os chamados *saqaliba*, os quais conseguiram grande predicamento no tempo de Abderramão III.

Para além dos islamitas havia no al-Andalus *dimníes*, ou seja, tributários, termo que se utilizava tanto para se referir os moçárabes, isto é, os cristãos, como os judeus. A sua situação fiscal era muito mais dura do que para os muçulmanos, uma vez que eram obrigados a abonar um tributo pessoal, a *yizya*, e outro territorial, o *jarach*. Não se deve esquecer, quanto ao resto, a importância que teve a escravatura no al-Andalus. A sua origem era muito diversa: desde prisioneiros procedentes dos exércitos cristãos ou das ações piráticas levadas a cabo no Mediterrâneo até negros de África ou escravos da Europa oriental.

Duma estrita perspetiva social, havia no al-Andalus um agudo contraste entre a *jassa*, termo que aludia à aristocracia, na qual coincidiam a pertença a linhagens brilhantes, a posse de grandes extensões de terra e a sua intervenção nas tarefas políticas de alto nível, e a *amma*, ou seja, os setores populares, tanto rurais como urbanos. Integravam basicamente a *jassa* as linhagens árabes dominantes. O famoso «motim do Arrabal», que teve lugar

em Córdoba no início do século IX, foi protagonizado por gentes pertencentes ao meio da *amma*.

## **As Estruturas Políticas de Al-Andalus**

A sociedade muçulmana tinha um caráter teocrático, uma vez que não havia nela a mínima separação entre o plano religioso e o político. No entanto, durante o período do Emirato independente o al-Andalus rompeu os seus vínculos com os califas de Bagdade no terreno político, embora continuassem a reconhecer a sua superioridade espiritual. Mas com a autoproclamação de Abderramão III como califa, al-Andalus desligou-se por completo dos vínculos que ainda a uniam com os califas abássidas. O califa, não esqueçamos, era ao mesmo tempo chefe temporal e espiritual da comunidade. Presidia à oração de sexta-feira, julgava em última instância, cunhava moeda com o seu nome e dirigia o exército.

Ao lado do califa encontrava-se o hájibe, mordomo do palácio ou chambelão, que era uma espécie de primeiro-ministro. O hájibe estava à frente da casa real, ao mesmo tempo que controlava os serviços fundamentais da Corte, da Chancelaria e da Fazenda. Abaixo do hájibe estavam os vizires, pessoas que no al-Andalus ocupavam uma posição inferior à de outros países islâmicos. O número de vizires variou com o tempo, chegando a haver no tempo de Abderramão III cerca de 16.

Os principais núcleos da administração central eram a Chancelaria e a Fazenda. A Chancelaria era o gabinete encarregue de expedir os documentos oficiais. A Fazenda coletava o *zacam* ou o donativo que entregavam os fiéis muçulmanos e os tributos que se cobravam aos moçárabes

e judeus, assim como os impostos extraordinários, que podiam incluir desde os tributos pagos pelos monarcas cristãos até às contribuições que se pediam ao povo, em determinadas ocasiões, para financiar o exército. Tudo parece indicar que os ingressos da Fazenda andaluzita cresceram extraordinariamente em tempos califais. Do ponto de vista judicial existiam os *cadíes*, pessoas a que se exigiam grandes conhecimentos religiosos ao mesmo tempo que uma conduta social irrepreensível. O *cadí* mais importante era, obviamente, o da cidade de Córdoba. O prestígio de que gozavam os *cadíes* cordoveses era tão alto que um deles, Said al-Balluti, chegou a recriminar numa ocasião nada menos que o próprio Abderramão III. O exército de al-Andalus era composto tanto por soldados recrutados através de mobilizações como por mercenários estrangeiros e por combatentes voluntários. Os ginetes predominavam sobre os corpos de infantaria. O posto mais elevado era ocupado, depois do emir ou do califa, pelo *amir*, espécie de general supremo. Abaixo dele estavam os *caíd*, que dirigiam os corpos expedicionários. A marinha também teve uma grande importância no al-Andalus, particularmente desde os tempos de Abderramão III. Os principais centros da atividade marinha de al-Andalus eram Algeciras, Almería-Pechina, principal zona de fabrico de navios de guerra, e Tortosa.

O conjunto de al-Andalus estava dividido numa série de circunscrições ou *coras*. A maior parte das *coras* conhecem-se pelo nome do seu principal núcleo urbano: Sevilha, Elvira (Granada), Algeciras, Jaén, Rayya (Málaga), Carmona, Écija, etc. Por sua vez, as *coras* compreendiam um número variável de distritos ou *iqlim*. O número de *coras* aumentou com o tempo. Recordemos, como exemplo, a fundação, no ano 931, por causa da conquista de Ceuta, da «*cora*

africana». À frente de cada *cora* havia um governador ou váli.

## **O Mundo do Espírito no Al-Andalus**

O termo islão significa, do ponto de vista religioso, entrega ou submissão a Deus. A mesquita era, no mundo muçulmano, o centro da vida religiosa. Nas mesquitas maiores das cidades reuniam-se os fiéis para assistir à oração de sexta-feira. Na oração que se celebrava na mesquita maior de Córdoba dava-se leitura, depois do serviço semanal, aos comunicados oficiais procedentes do poder emiral ou califal. Os crentes muçulmanos tinham, obviamente, diversas obrigações, entre as quais figurava a grande peregrinação aos santos lugares da Arábia. Os muçulmanos de al-Andalus também contavam com festas religiosas das quais a principal era o ramadão.

Como é notório, o pensamento e as crenças religiosas estavam estritamente vinculados no al-Andalus. A introdução, em finais do século VIII, da doutrina maliki, anteriormente mencionada, criou inicialmente um clima de maior rigidez. Mas a maior liberalidade mostrada desde meados do século IX e sobretudo no tempo do Califado, assim como a conexão com o Oriente, explicam a irrupção no al-Andalus de outras correntes de pensamento que divergiam da oficial, o que as colocava próximas à heterodoxia. A doutrina que maior implantação alcançou na Espanha muçulmana foi o mutazilismo. O dissidente mais significativo nessa direção foi, sem dúvida alguma, Ibn Masarra, que chegou a ser considerado como o fundador do livre-pensamento.

Os muçulmanos, por outro lado, receberam o riquíssimo legado cultural do mundo helenístico, assim como o de diversos países do Médio Oriente. Pelo mundo islâmico circulavam abundantes manuscritos de temas literários ou científicos. Tratava-se de obras originais do mundo árabe ou de textos recolhidos da tradição grega, persa, índia, etc.

No campo da criação literária, a poesia atingiu um grande auge. Havia poesia clássica em que se destacaram nomes como al-Qastali, Ibn Suhayd ou Ibn 'Abd Rabbihí, e poesia popular, género que originou, no decorrer do século X, composições como o *zejel* e a *muwasaja*. No terreno da prosa uma obra de grande valor, pertencente ao género do *ádab*, é *O Colar*, espécie de enciclopédia, cujo autor foi o anteriormente citado Ibn 'Abd Rabbihí. Houve também gramáticos de primeira grandeza no al-Andalus, entre os quais é preciso mencionar al-Qali, autor de *O Livro dos Ditados*, ou al-Zubaydi, a quem devemos entre outras obras, a titulada *O Livro da Letra ' ayn*. Importantes foram, por outro lado, as obras de história que têm nomes tão importantes como al-Razi, do qual só se conservam alguns fragmentos, embora fosse «o primeiro a codificar as regras da composição histórica», segundo indicou Lévi-Provençal. Também se destacaram nesse campo Ibn al-Qutiyah, que escreveu uma *História da Conquista de al-Andalus*, ou al-Jusani, a quem devemos uma *História dos Juizes de Córdoba*. Não é possível esquecer uma importante obra anónima do século X, o *Ajbar Machmua*. As descrições de países e regiões, campo que antecipava a geografia, aparecem em autores como al-Warraq, que escreveu uma obra titulada *As Rotas e o Reinos*, e al-Turtusi.

As ciências foram cultivadas amplamente no al-Andalus. No âmbito das matemáticas convém recordar que os árabes

introduziram em terras hispanas, no final do século IX, a numeração de origem indiana. Um matemático muito famoso foi al-Machriti, conhecido como «o Euclides de Espanha». Também atingiu um grande apogeu a astronomia, área em que sobressaiu Ibn al-Samh, que compôs umas conhecidas tábuas astronómicas. Outra disciplina que conheceu um notável desenvolvimento no al-Andalus foi a medicina. De origem judia, foi muito famoso Hasday ibn Saprut, médico pessoal de Abderramão III. Também merece ser citado Ibn Yulyul de Córdova, que escreveu um *Comentário dos nomes dos medicamentos simples de Dioscórides*. Mas o médico mais conhecido de al-Andalus foi al-Zahrawi, mais conhecido como Abulcasis, autor de uma obra com o título *Disposição da medicina para os que não são capazes de sabê-la por si mesmos*, excepcional enciclopédia médica e cirúrgica. Também tiveram cultivadores disciplinas como a botânica, a zoologia, a alquimia ou a farmacologia.

## 3

### **A resistência cristã**

Os territórios montanhosos do Norte da Península Ibérica tinham ficado de fora do domínio de al-Andalus. Nessas zonas viviam diversos povos, estabelecidos desde tempos pré-romanos, entre eles os galaicos, os ástures, os cântabros e os vascões, assim como os *hispani*, nome que davam as crónicas da época aos habitantes do Pireneu central e oriental. A eles se uniram os visigodos que, ante a presença dos islamitas, foram refugiar-se nesses territórios. Desde meados do século VIII, foram surgindo nessas comarcas diversos núcleos políticos, desde o reino de ásture, a oeste, que foi o primeiro que se criou, até aos condados da futura Catalunha, a leste, passando pelo reino de Pamplona e pelo condado de Aragão. Estes núcleos converteram-se no estandarte da resistência dos cristãos frente aos muçulmanos de al-Andalus. Não obstante, no período compreendido entre os séculos VIII e X, o contraste entre o meio da cristandade hispana e al-Andalus era notoriamente espetacular. A Espanha cristã daquela época era uma zona plenamente ruralizada, quase sem núcleos urbanos e com escassíssima circulação monetária. No terreno cultural, a distância era, se possível fosse, ainda maior entre o território cristão e o muçulmano.

## **Do Reino Ásture ao «Império Leonês»**

O primeiro dos núcleos políticos que se constituíram no território da Península Ibérica não dominado pelos muçulmanos foi o reino ásture. Tradicionalmente, supõe-se que foi por causa da vitória obtida em Covadonga, em 722, pelos habitantes daquela zona sobre um corpo expedicionário islamita, que se adentrara nas montanhas Cantábricas, quando se deu esse passo. O acontecimento de Covadonga, apresentado pelos clérigos cristãos como «a salvação de Espanha» foi, sem dúvida, mitificado. Aquele foi um combate protagonizado pelos ástures, os quais lutavam por preservar a sua autonomia, como tinham feito no passado frente aos romanos e visigodos. Mas à frente destes combates encontrava-se Pelágio, que era um membro da nobreza goda. Pouco depois, à frente do núcleo ásture situou-se nada menos que um monarca, Afonso I (739-757), o qual levou a cabo diversas incursões pela bacia do Douro. As crónicas da época dizem que Afonso I «despovoou os campos a que chamam góticos», levando para as terras ástures numerosos cristãos assentados na meseta norte. Um importante passo deu-se no século seguinte, durante o reinado de Afonso II (791-842). Este monarca não só estabeleceu a corte na cidade de Oviedo como decidiu assumir a herança visigótica, o que se traduziu em medidas como a reorganização do *Palatium* ou a promulgação do *Liber Iudicum*. No tempo de Afonso II, por outro lado, descobriram-se na Galiza os supostos restos mortais do apóstolo Santiago, que iria rapidamente converter-se no estandarte por excelência da resistência cristã. O reinado de Afonso II conheceu também o início da atividade repovoadora da bacia do Douro, uma vez que

aquela era uma terra de ninguém do ponto de vista do seu controlo político.

A segunda metade do século IX foi testemunha do grande avanço dos ástures pela bacia do Douro, estimulados, sem dúvida, pelas querelas intestinas que sacudiram o al-Andaluz nesses anos. No tempo de Ordonho I (850-866), os cristãos recuperaram, entre outros núcleos, Tui (854), Astorga (854) e Leão (856). Por essa altura, começavam a chegar à bacia do Douro moçárabes que escapavam da perseguição que sofriam no al-Andalus. O progresso mais notável da perseguição que sofriam no al-Andalus. O progresso mais notável 910), em cujo reinado os cristãos chegaram à linha do rio Douro. O primeiro passo foi a colonização do Porto (868). Em finais do século IX, os ástures chegavam a Zamora (893), Simancas (899) e Toro (900). Paralelamente, o conde castelhano Diego Rodríguez repovoou Castrogeriz (883) e Burgos (884). Afonso III foi designado, nos seus últimos anos, «imperador», título que talvez desse a entender a sua primazia sobre os restantes dirigentes políticos da Espanha cristã e particularmente sobre os reis de Pamplona.

O século X, em contraste com o anterior, foi testemunha de uma paralisação do avanço dos cristãos. Não esqueçamos que esse século coincidiu com o máximo esplendor de al-Andalus. Quanto ao resto, é preciso assinalar que o centro do reino ásture se trasladara para a cidade de Leão. Daí que desde o início do século X se fale do reino ásturo-leonês ou simplesmente leonês. Os cristãos conseguiram, com muita dificuldade, resistir na linha do Douro. É verdade que Ramiro II (931-951) teve um importante êxito militar ao derrotar Abderramão III na batalha de Simancas (939). Aquele foi o ponto de partida da

colonização das terras situadas ao sul do Douro, concretamente no vale de Tormes. Mas alguns anos depois aconteceu uma nova retirada dos cristãos. A segunda metade do século X foi, sem dúvida, a que conheceu um maior declínio do «reino-império leonês», que se debatia em contínuas pugnas internas. Mas como se fosse pouco, nas *últimas décadas do século X*, o hájibe cordovês Almançor lançou ataques terríveis sobre os cristãos. Após a morte de Almançor, o «reinoimpério-leonês» conheceu, no entanto, uma certa trégua durante os reinados de Afonso V (999-1028), que levou a cabo a restauração da cidade de Leão, e de Bermudo III (1028-1037).

O reino asturo-leonês bebia na tradição visigoda, o que explica que os reis fossem eleitos entre os membros da antiga nobreza goda, mesmo quando pouco a pouco se foi assentando a sucessão hereditária. Também as instituições de governo recordavam os tempos dos visigodos. O *Palatium*, por exemplo, era herdeiro da Aula Regia. No que se refere à organização territorial, o reino estava dividido em condados, com um *comes*<sup>(3)</sup> à frente, embora houvesse também demarcações mais reduzidas como os *comissos* e as *mandações*<sup>(4)</sup>.

## **O condado de Castela**

No século X, o reino asturo-leonês estendia-se desde o mar Cantábrico até ao rio Douro e da Galiza até ao Alto Ebro. Dadas as condições da época, governar um território tão amplo resultava, obviamente, muito difícil. Daí que surgissem tendências centrífugas em algumas zonas da bacia do Douro, particularmente nas comarcas orientais, onde nasceu Castela, nome cuja menção mais antiga

encontra-se num documento do ano 800. Aquele território era, de certo modo, a fronteira do reino ásture, uma vez que pelo Alto Ebro penetravam a maior parte das *aceifas* muçulmanas. Isso explica a abundância de fortificações, o que, segundo todos os indícios, deu lugar ao nome de Castela que se aplica à região. Outro traço distintivo da primitiva Castela era a participação nas tarefas repovoadoras dos vascões, os quais se caracterizavam pela sua fraca romanização. Também o distanciamento da Corte explica que no território da nascente Castela se regessem pelos costumes e não pelo Foro Jurídico cujos exemplares, segundo a lenda, foram queimados. É possível também que a estratificação social fosse menor nesse território do que na zona leonesa uma vez que esta se encontrava mais próxima da Corte e, portanto, dos grandes magnatas?

As comarcas orientais do reino asturo-leonês estavam articuladas em torno de diversos condados. No início da décima centúria havia condes de Lantarón, de Álava, de Burgos e de Castela propriamente dita. Mas, poucos anos depois, graças ao trabalho desenvolvido por Fernán González (927-970), estes condados vão fundir-se num só, que daí em diante se denominará sem mais condado de Castela. Fernán González, considerado pela historiografia romântica o «pai da pátria castelhana», era uma pessoa de grande habilidade política, que soube aproveitar as discórdias existentes naqueles anos no reino de Leão. Mas não se tornou independente, de modo algum, dos reis leoneses. Conseguiu, sem dúvida, uma grande margem de autonomia política, ao mesmo tempo que pôde transmitir o condado aos seus herdeiros: o seu filho García Fernández, posteriormente Sancho García e, finalmente, já no século XI, dona Sancha, casada com o rei de Pamplona, Sancho III, o *Maior*. Mas Fernán Gonzáles nunca rompeu com os laços

formais que o uniam aos reis leoneses. A Castela do tempo de Fernán González, segundo a opinião expressada pelo historiador Salvador de Moxó, era uma espécie de principado feudal, semelhante no seu funcionamento político aos condados do Império carolíngio.

## **O Repovoamento da Bacia do Douro**

A principal atividade desenvolvida pelo reino asturo-leonês, no transcurso dos séculos VIII ao X, foi a colonização dos espaços situados entre a cordilheira Cantábrica e o rio Douro. Este território, que compreendia uns 70 000 quilómetros quadrados, incluía o Centro e Sul da Galiza, o Alto Ebro e, sobretudo, a bacia do Douro. Pensou-se tradicionalmente que, desde meados do século VIII, a bacia do Douro encontrava-se despovoada, devido à ida para sul dos berberes, ou seja, dos muçulmanos que se tinham estabelecido naquelas terras, e a fuga para norte dos cristãos. O principal defensor dessa hipótese foi o insigne medievalista Cláudio Sánchez-Albornoz, que se apoiava tanto em argumentos cronísticos como toponímicos e institucionais. Esses pontos de vista, não obstante, foram discutidos por Ramón Menéndez Pidal, o qual entendia que o termo latino *populare* não queria dizer voltar a povoar, mas sim ocupar e organizar um território. Mas foi sobretudo a arqueologia a que mais criticou a hipótese da despovoação, para o qual se baseia em escavações que revelam, em determinados pontos, uma continuidade populacional. De todos os modos, à margem da maior ou menor despovoação daquelas terras, é indubitável que a bacia do Douro foi uma «terra de ninguém», uma vez que

desde meados do século VIII não era dominada nem por al-Andalus nem pelo incipiente reino ásture.

Em qualquer caso houve, sem a menor dúvida, um importante processo repovoador, do qual eram protagonistas sobretudo gentes procedentes do outro lado da cordilheira Cantábrica, às quais se juntaram, avançado já o século IX, os moçárabes que abandonavam al-Andalus. Num primeiro momento, a repovoação teve um caráter espontâneo, procedendo os labregos, que atuavam por sua conta ou sob a direção de clérigos ou de nobres, à *presura*, termo que significa ocupação de um território e posterior exploração desta. Mais tarde, desde meados do século IX, os reis ástures decidiram intervir nessa atividade, o que explica que se fale de repovoação oficial.

O mencionado processo colonizador teve, sem a menor dúvida, importantes consequências económicas e sociais. Desde logo, houve um massivo arroteamento de terras ao mesmo tempo que se diversificavam os cultivos, ganhando peso sobretudo os cereais e a vinha. No âmbito da ganadaria, assistiu-se nesses séculos a uma ascensão do cavalo, imprescindível para as atividades bélicas, mas também ao crescimento da ganadaria ovina, protagonista da transumância que se desenrolava entre as montanhas Cantábricas e as planícies do vale do Douro. O mundo rural exercia, naquele tempo, um predomínio indiscutível. As atividades artesanais e mercantis, assim como a vida urbana, tinham, pelo contrário, muita escassa expressão. Os únicos exemplos de núcleos urbanos significativos para o século X eram Burgos, Leão e Zamora. A circulação monetária era muito reduzida, predominando o intercâmbio de produtos. Apesar de tudo, no século X observam-se

pequenos sinais de avanço, o que se verificou na institucionalização dos mercados.

Também foi objeto de ampla polêmica o tipo de sociedade que se configurou na bacia do Douro após o processo colonizador. Sánchez-Albornoz defendeu a ideia de que o traço dominante daquela sociedade era a abundância de pequenos camponeses livres e a escassa incidência da dependência. Isso seria a consequência da grande quantidade de terras a cultivar, assim como da escassez dos colonizadores. Outros autores destacaram o papel desempenhado no processo colonizador da bacia do Douro pelas comunidades de aldeia. De qualquer forma, não se pode esquecer que nesse processo intervieram, desde o primeiro momento, nobres e eclesiásticos, os quais utilizavam labregos dependentes. Também no interior das comunidades de aldeia os mais fortes do grupo acabariam por se impor aos mais fracos. Daí a existência de setores camponeses que se encontravam em clara situação de dependência em relação aos poderosos. Era o caso dos *juniores*, dos *collazos* ou dos *casatos*. Quanto ao setor dominante, à cabeça encontravam-se os *magnates*, que constituíam a alta nobreza, estando abaixo deles os *infanzones*, ou seja, a baixa nobreza. O setor dos labregos era muito variado, uma vez que incluía desde camponeses donos das suas fazendas até, no escalão mais baixo, os *casatos*, que se encontravam próximo da servidão. Não obstante, dentro dos setores populares emergiu o grupo dos denominados *cavaleiros vilãos*, expressão que aludia a gentes de origem popular que tinham conseguido adquirir um cavalo, o que os aproximava do estrato nobiliário.

## **O Reino de Pamplona**

A zona onde surgiu o reino de Pamplona estava ocupada por povos que mantinham fortes laços tribais. Tratava-se dos vascões, gentes que viviam basicamente da ganadaria e que contavam com uma longa tradição de autonomia política. Na segunda metade do século VIII, este território estava submetido a uma dupla influência: a dos francos, a norte, e a dos muçulmanos, a sul. No ano 788, os vascões que viviam nas montanhas de Navarra atacaram por surpresa o exército carolíngio, que regressava a França, depois de ter acudido Saragoça em defesa dos Banu Qasi, família de muladis que governava aquela marca fronteiriça de al-Andalus.

A génese do reino de Pamplona, mais tarde chamado de Navarra, não é nada clara. De todos os modos, no início do século IX, um tal Iñigo Iñiguez, conhecido como Arista, mas ao mesmo tempo denominado «príncipe dos vascões», instaurou uma monarquia denominada «príncipe dos vascões», instaurou uma monarquia (888), em cujo reinado se favoreceu a passagem dos peregrinos que iam a Compostela, e Fortún Garcês (888-905).

Não obstante, no século seguinte, aparece à frente da monarquia pamplonesa outra dinastia, conhecida como Jimena. O seu fundador foi Sancho Garcês I (905-925), o qual incorporou no seu reino diversos territórios situados nas terras planas do sul, no Alto Ebro. Em concreto, este monarca conquistou uma parte de La Rioja, incluindo a vila de Nájera (914) e, anos mais tarde, Viguera (923), ainda que também sofresse uma humilhante derrota em Valdejunquera (920) frente às tropas do califa cordovês Abderramão III. Sucedeu no trono a Sancho Garcês I, García Sánchez I (925-970), o qual deu um importante passo ao

contrair núpcias com a herdeira do condado de Aragão, Andregoto Galíndez. Como consequência dessa união, Navarra e Aragão permaneceram unidas, situação que se manteve durante cerca de um século. Os últimos monarcas pamploneses do período (até ao início do século XI, os últimos monarcas pamploneses do século X), foram testemunhas das terríveis *aceifas* lançadas pelo hájibe cordovês Almançor.

No primeiro terço do século XI o reino de Pamplona, que tinha à cabeça Sancho Garcês III (1000-1035), mais conhecido como Sancho, *o Maior*, converteu-se no mais importante de todos os núcleos políticos da Espanha cristã. Desde logo, Sancho III incorporou aos seus domínios os territórios de Sobrarbe e Ribagorza, ao mesmo tempo que conseguia que outros condes da Espanha oriental lhe prestassem vassalagem, entre eles o de Pallars. Importante foi também o matrimónio do monarca pamplonês com dona Sancha, convertida no ano 1029 em herdeira do condado de Castela, o que supôs a vinculação deste território ao reino navarro. Recordemos, finalmente, que as tropas pamplonesas entraram na cidade de Leão no ano 1034. Este acontecimento deu lugar a que Sancho III se intitulasse «rei das Espanhas» e «possuidor do Império». De todos os modos, a importância do reino de Pamplona nessa altura não só obedecia aos êxitos militares e políticos de Sancho III como também à fortaleza económica de que dava mostras o seu reino, onde ganhavam notável pujança o artesanato e o comércio. Destacava-se particularmente o núcleo urbano de Pamplona, «cidade espaçosa e rica», nas palavras do cronista árabe al-Himyari. Sancho III, por outro lado, manteve estreitos contactos com a Europa cristã, o que se traduziu na aceitação no seu reino da reforma cluniacense assim como o notável impulso que deu ao caminho de

peregrinos que, procedente de França e após atravessar o seu reino, se dirigia a Santiago de Compostela.

### **O condado de Aragão**

O condado de Aragão, que deve o seu nome a um rio, surgiu na zona pirenaica, concretamente nos vales de Ansó, Echo e Canfranc. A sua origem tem muito a ver com o interesse mostrado pelos francos em proteger as suas fronteiras meridionais de um possível ataque muçulmano. No início do século IX encontramos um conde chamado Aureolo, do qual apenas se sabe que era um vassalo dos reis francos. Mas a primeira dinastia condal aragonesa que revelava sintomas de solidez apareceu pouco depois, no ano 828. À frente dela encontrava-se Aznar Galíndez. No tempo dos seus sucessores, Galindo Aznárez I (844-867), Aznar Galíndez II (867-893) e Galindo Aznárez II (893-922), o condado, cuja principal urbe era Jaca, foi-se estendendo até à bacia do Gállego, ao mesmo tempo que se desvanecia a influência carolíngia. A herdeira de Galindo Aznárez II, chamada Andregoto Galíndez, casou com o rei de Pamplona García Sánchez I. Dessa forma, o condado de Aragão entrava na órbita dos monarcas pamploneses.

### **Os Condados da Futura Catalunha**

O termo de Marca Hispânica aplicou-se, embora talvez com pouco fundamento, ao conjunto dos territórios do nordeste da Península Ibérica, os quais constituíram, durante os séculos IX e X, uma das fronteiras meridionais do Império carolíngio. O ponto de partida desses núcleos políticos encontra-se na ocupação, no ano 801, da cidade de

Barcelona, graças à união da população hispano-visigoda da antiga Tarraconense com os exércitos francos, em cuja liderança se encontrava Ludovico Pio, ou Luís, o Piadoso, filho de Carlos Magno. Barcelona converteu-se no centro de um condado, mas paralelamente foram surgindo outros condados, como os de Girona, Urgel, Cerdaña, Besalú e Ampurias. À frente destes condados encontravam-se inicialmente dirigentes das aristocracias locais, mas a atitude independentista de alguns deles, entre os quais se deve mencionar o conde Bera de Barcelona, motivou a instalação dos francos. Contudo, a crise do Império carolíngio e sobretudo as lutas que se seguiram à morte de Luís, o *Piadoso* (840), facilitaram aos condes daqueles territórios a possibilidade de transmitir os cargos aos seus herdeiros ao mesmo tempo que se diluía a influência franca.

Um conde de suma importância foi Vilfredo, o *Veloso* (898), que, para além da sua condição de conde de Barcelona, tomou o controlo de vários condados. Três desses condados, Barcelona, Girona e Vic, passariam indivisos aos seus herdeiros. Vilfredo, o *Veloso*, implementou as tarefas repovoadoras, exemplificadas na ocupação do condado de Osona, ou planície de Vic. Esta repovoação foi efetuada pelo sistema da *aprisio*, semelhante à *presura* do reino ásture, sendo os seus protagonistas as gentes originárias das comarcas pirenaicas que atuavam por sua conta ou sob a direção de vassallos do conde Vilfredo. Como consequência dessa atuação, a fronteira meridional da Marca Hispânica situouse no curso dos rios Llobregat, Cardoner e Segre Medio. O conde Vilfredo, por outro lado, gozou de ampla autonomia, em boa medida devido ao declínio da dinastia carolíngia, mas não quebrou em nenhum momento os laços que o uniam aos reis francos. A velha ideia de que Vilfredo, o *Veloso*,

alcançou a independência dos seus condados, fomentada pela historiografia romântica, não tem o mínimo fundamento.

Após a morte de Vilfredo, os condados da futura Catalunha prosseguiram com a atividade repovoadora, ainda que esta só ganhasse um verdadeiro impulso depois do desaparecimento de Almançor. O corte definitivo com os monarcas francos, por outro lado, teve lugar no fim do século X, concretamente no ano 988, quando o conde de Barcelona, na altura Borrel II, aproveitou a mudança de dinastia produzida em terras francesas, onde teve lugar o acesso ao trono dos Capetos, para deixar de prestar o juramento o acesso ao trono dos Capetos, para deixar de prestar o juramento 1018) foi protagonista do avanço dos seus domínios por terras da Segarra, Conca de Barberá e Camp de Tarragona, territórios que formavam parte do que se denominará Catalunha Nova.

Os territórios da denominada Marca Hispânica eram sobretudo rurais, destacando-se o cultivo de cereais, vinha e hortaliças, assim como de favas. Havia também cidades, como Girona e, em particular, Barcelona. A conexão com o reino franco explica a penetração das instituições feudais europeias. Muitos camponeses encontravam-se em situação de dependência, mas também havia terras alodiais, ou seja, livres de encargos. A autoridade máxima era exercida pelos condes representantes dos reis francos. Os condados dividiam-se em distritos militares, as *vicárias*, dirigidas por um *vicário* ou *veguer*.

## **As Manifestações Culturais na Espanha Cristã**

As manifestações culturais dos núcleos cristãos da Península Ibérica eram de uma grande pobreza, sobretudo se as comparamos com as de al-Andalus daquela mesma época. A cultura, completamente dominada pelos eclesiásticos, tinha fins de natureza religiosa. No reino asture era muito notável a influência da cultura visigoda e sobretudo das obras de Santo Isidoro, começando pelas *Etimologias*. Neste reino, os principais centros da cultura eram os mosteiros, entre eles, o de San Millán, onde se destacou, no século X, o copista Eximeno, mas também as catedrais, em particular as de Leão e Oviedo. A obra mais original produzida no reino asture nesses séculos foi conhecida com o título de Comentários ao Apocalipse de que foi autor o Beato de Liébana. Teve também um grande realce a produção historiográfica de que se deve mencionar a *Crónica de Afonso III*. De todos os modos, conservavam-se pouco os textos dos autores clássicos no reino asturo-leonês. Interessava o conhecimento do latim, uma vez que era a língua da Igreja, mas o conteúdo dos autores clássicos era visto com maus olhos. O mais antigo manuscrito da época clássica conservado neste território antes de meados do século XI era, ao que parece, um texto do latino Terêncio. Por outro lado, é preciso recordar dois textos do século X, as *Glosas Emilianenses* e as *Glosas Silenses*, onde encontramos os mais antigos testemunhos da incipiente língua românica castelhana.

Os territórios orientais da Espanha cristã, em contraste com o reino asturo-leonês, caracterizavam-se pela influência direta do mundo carolíngio, enquanto o peso do visigodo e do moçárabe era menor. Isso explica que ali penetrassem muito cedo a letra carolina e a regra monástica de São Bento. Outro traço característico desses

territórios, e sobretudo da Marca Hispânica, foi a estreita conexão mantida com al-Andalus, para onde foram diversos monges para copiar manuscritos de interesse filosófico ou científico. Os centros mais significativos da atividade cultural da futura Catalunha eram os mosteiros, sobretudo o de Ripoll, e em segundo lugar o de Eixalada-Cuixá, mas também algumas catedrais como a de Vic. Nesses centros havia importantes obras de autores clássicos, entre eles Cícero e inclusive Aristóteles, assim como textos científicos de origem arábica. Uma prova inquestionável do prestígio com que contava o cenóbio de Ripoll era o facto de que no final do século X fosse a este mosteiro, com o propósito de estudar disciplinas como matemática, astronomia e música, o monge Gerberto de Aurillac, futuro pontífice Silvestre II.

-

(<sup>3</sup>) Raiz latina de conde (*N. T.*).

(<sup>4</sup>) Território onde mandava um rico-homem com autoridade régia (*N. T.*).

## 4

### **O século XI. Os cristãos tomam a iniciativa.**

A partir de meados do século XI assistiu-se a uma mudança radical na correlação de forças entre os cristãos e os muçulmanos de Hispânia. Para isso contribuiu, sem dúvida, a decomposição de al-Andalus devido ao desaparecimento do Califado de Córdoba, mas também os progressos que a cristandade europeia em geral fez, dos quais se beneficiaram, como não poderia deixar de ser, os cristãos estabelecidos na pele de toro. Com as coisas como estavam, os núcleos cristãos do Norte da Península Ibérica passaram a tomar a iniciativa nos seus ataques militares contra al-Andalus. A «reconquista», expressão de indubitável conteúdo ideológico, uma vez que se utilizava para se referir às campanhas lançadas contra os muçulmanos com a finalidade de recuperar as terras perdidas de Espanha, estava em marcha. Antes que se concluísse o século XI, a cidade de Toledo, que fora desde o início do século VIII uma das mais importantes urbes da Espanha muçulmana, integrou-se nos reinos de Castela e Leão. Simultaneamente, avançavam os cristãos da Hispânia oriental, embora com menor intensidade, uma vez que os muçulmanos, não nos esqueçamos, continuavam presentes no vale do Ebro. Não obstante, a chegada ao solar hispano,

no fim no século XI, dos almorávidas, procedentes do Norte de África, supôs um travão na ofensiva cristã ao mesmo tempo que o al-Andalus voltava a aparecer unido. Em qualquer caso, o território da Espanha cristã não só cresceu em extensão ao longo do século XI como também foi testemunha de importantes novidades que iam do desenvolvimento dos burgos e dos burgueses até à consolidação do caminho de peregrinação que conduzia a Santiago de Compostela.

### **O Al-Andalus Fragmentado num Mosaico de Reinos Taifas**

O al-Andalus, uma vez desaparecido do cenário político o Califado de Córdoba, fragmentou-se num mosaico de pequenos reinos, chamados *taifas*, termo que significa fação. À sua frente encontravam-se em algumas zonas os dirigentes berberes, noutras os eslavos, mas também havia taifas dominados por famílias de origem árabe e, inclusive, por muladis. Estes reinos tiveram uma vida muito curta, ligeiramente superior a meio século, uma vez que foram varridos antes que se concluísse o século XI pelos invasores almorávidas. As taifas mais importantes foram as de Saragoça, onde governavam os Banu Hud; a de Badajoz, que esteve nas mãos dos aftácidas; a de Toledo, controlado pelos Banu Zennum e, sobretudo, as de Granada e Sevilha, à frente dos quais se encontravam os ziridas e os abádidas, respetivamente. Os pequenos reis taifas, em contraste com o que se passara no período califal, eram muito débeis do ponto de vista político, por muito que procurassem imitar o modelo posto em prática pelos governantes omíadas. Além disso, encontravam-se à mercê dos reis cristãos de Hispânia, o que se traduziu no pagamento de *parias* ou

tributos a troco dos quais pediam proteção militar. Para fazer frente a essa situação, assim como para manter os exércitos, integrados basicamente por mercenários, os dirigentes taifas não tiveram outro remédio do que elevar os impostos, o que motivou um crescente descontentamento entre a população dos seus domínios. Essa situação explica que boa parte dos habitantes de al-Andalus visse com bons olhos a chegada a terras hispanas dos almorávidas.

Não se pode esquecer, no entanto, a excepcional contribuição cultural da época dos reinos de taifas caracterizados, entre outras coisas, pelo frequente mecenato dos seus dirigentes tanto aos escritores como aos artistas. Inclusive, alguns monarcas destacaram-se no âmbito da produção literária, como o sevilhano al-Mu'tamid, poeta de grande brilhantismo, ou o grandioso Abd Allah, que nos deixou umas interessantes *Memórias*. Também é preciso assinalar o poeta hebreu Salomão ibn Gabirol. Não obstante, a obra mais importante do campo literário escrita no tempo das taifas é, sem lugar para dúvidas, *O Colar da Pomba*, cujo autor foi Ibn Hazm. *O Colar da Pomba*, que consiste basicamente num apaixonado canto ao amor, exerceu grande influência tanto no mundo muçulmano como, posteriormente, no cristão. No campo da história é preciso mencionar o *Muqtabis*, obra de grande valia escrita por Ibn Hayyam, e no da geografia os trabalhos de al-'Udri e al-Bakri. No que respeita ao conhecimento astronómico, Azarquiel alcançou uma grande fama no tempo dos reis taifas. El foi o inventor da *azafea*, instrumento substituía o astrolábio, assim como o autor de interessantes *Tábuas* astronómicas que iriam ser de grande utilidade no futuro.

## **A Recuperação da Cristandade e o Seu Reflexo nos Núcleos Políticos do Norte da Península**

Passadas as «segundas invasões» e os supostos terrores do ano 1000, a Europa cristã, e com ela os territórios cristãos da Península Ibérica, entraram numa fase de manifesta expansão, que afetou tanto os aspetos materiais como os espirituais. Constata-se, desde logo, no século XI, um incremento demográfico, sobretudo devido à melhoria no cultivo do campo (o arado de roda e a aiveca, a junta, o auge dos moinhos, a rotação trienal, etc.) e ao consequente aumento dos rendimentos. Ao mesmo tempo, acentuava-se a divisão do trabalho, o que supunha que os centros urbanos eram os lugares adequados para o desenvolvimento das atividades relacionadas com o fabrico de manufaturas e para o intercâmbio mercantil. Este progresso material foi o ponto de partida de uma recuperação da Europa cristã, a qual, antes do final do século XI, foi capaz de pôr em marcha as cruzadas, cujo objetivo era resgatar os Santos Lugares que tinham sido ocupados pelos muçulmanos. Assim, a Europa à defensiva nos séculos IX e X, vítima de invasões tanto pelo oeste com os normandos, como por leste com os magiares, e pelo sul com os islamitas, passou a ser, no século XI, uma Europa claramente lançada à ofensiva. Dessa perspetiva podemos ver o que se passou em terras hispanas como algo paralelo ao que acontecia no conjunto da cristandade. A denominada reconquista dos cristãos de Hispânia contra os islamitas era, ao fim e ao cabo, o equivalente às cruzadas dos cristãos na Europa.

Por outro lado, é necessário observar que no século XI se conseguiram importantes avanços no domínio militar. O

mais significativo foi, sem dúvida, a definitiva consolidação da cavalaria pesada. O equipamento do cavaleiro melhorava a cada dia, ao mesmo tempo que se observavam importantes progressos no manejo dos cavalos, animais imprescindíveis para a guerra. Como esquecer, por exemplo, a paulatina introdução de elementos tão valiosos como os estribos, as esporas ou as ferraduras? O cavaleiro, obviamente, dispunha agora de um equipamento de combate muito mais completo que em tempos passados. O custo deste equipamento tinha certamente crescido, mas ao mesmo tempo havia-se ganho em segurança. Todas estas melhorias significavam, sem dúvida, uma maior solidez dos exércitos cristãos.

Também é preciso assinalar que as relações entre os núcleos políticos da Espanha cristã e a Europa, muito limitadas nos séculos anteriores, particularmente no que se refere ao reino asturo-leonês, foram-se incrementando ao longo do século XI. Não se chegou a falar, a propósito da atitude adotada por diversos monarcas hispanos do século XI, da implementação de uma política de «abertura à Europa» ou de «janelas abertas para a Europa»? Foi decisivo, nesse sentido, o desenvolvimento do caminho de peregrinação que desembocava na cidade galega de Santiago de Compostela, onde se veneram os supostos restos mortais do Apóstolo. A rota jacobea, como também se chamava esse caminho, foi um autêntico cordão umbilical que punha em comunicação a cristandade europeia com a hispana. A Hispânia cristã, portanto, deixara de ser um apêndice marginal da Europa para se converter numa peça mais desse mosaico.

### **O Avanço de Castela e Leão. A Tomada de Toledo**

Com a morte de Sancho III, *o Maior*, de Pamplona, no ano 1035, o seu segundo filho, Fernando, passou a governar o condado de Castela, embora adotando o título régio. Dois anos depois, em 1037, o novo monarca castelhano enfrentou no campo de batalha o rei Leão Bermudo III, de quem era cunhado, uma vez que estava casado com a sua irmã Sancha. Fernando I saiu vencedor do combate, que teve lugar nas proximidades de Tamarón. Em consequência deste acontecimento, Fernando I, conhecido como o Magno, proclamou-se rei de Leão. Desta forma, Castela e Leão voltavam a estar unidos, mas agora as duas entidades com título régio ao mesmo tempo que precedendo o nome de Castela ao de Leão. No ano de 1054, o rei de Castela e Leão lutou com o seu irmão García Sanchez III de Pamplona, que foi derrotado e morto em Atapuerca. Nos seus anos finais de reinado, Fernando I (1035-1065) decidiu aproveitar a debilidade dos taifas para lançar, concretamente entre 1055 e 1064), diversos ataques militares contra o território de al-Andalus. O resultado desta ofensiva foi a ocupação das importantes praças de Lamego, Viseu e Coimbra, todas elas situadas no âmbito do atual Portugal.

Após a morte de Fernando I (1065) produziu-se uma divisão dos seus reinos, colocando-se o primogénito, Sancho II, à frente de Castela, enquanto Afonso VI passava a governar Leão e García a Galiza. Aos três adjudicavam-se-lhes as *parias* de diversos taifas andalusinos: Saragoça para o castelhano, Toledo para o leonês e Sevilha e Badajoz para o galego. Os irmãos entraram rapidamente em conflito. Inicialmente, Sancho II saiu vencedor, primeiro em Llantada (1068), mais tarde em Golpejera (1072), êxito este que lhe permitiu reunir nas suas mãos os reinos sobre os que havia exercido a soberania o seu pai. Afonso VI teve de abandonar

Leão, refugiando-se em Toledo, ou seja, nos domínios do seu vassalo muçulmano. Durante aquele desterro, no qual esteve acompanhado pelo seu vassalo Pedro Ansúrez, Afonso VI negociou com o taifa al-Qadir, preparando o terreno que havia de conduzir, anos mais tarde, à sua entrada triunfal em Toledo. Entretanto, o irmão mais novo, García, tinha praticamente desaparecido da cena política. Mas o assassinato de Sancho II às mãos de Bellido Dolfos nos arredores de Zamora, cidade que controlava a sua irmã Urraca, acontecimento ocorrido nesse mesmo ano de 1072, permitiu que Afonso VI regressasse às terras da meseta norte, convertendo-se em rei de Castela e Leão (1072-1109).

Afonso VI teve de prestar um juramento em Santa Gadea de que não tivera nada a ver com a morte do seu irmão Sancho? Era o que afirmava a tradição, segundo a qual havia sido o vassalo predileto de Sancho II, Rodrigo Díaz de Vivar, mais conhecido como o Cid Campeador, quem lhe exigira esse juramento antes de aceder ao trono castelhano. Esse facto não tem, ao que parece, nenhum fundamento histórico. A verdade é que Afonso VI manteve relações difíceis com Cid, o qual acabou por ser desterrado, em várias ocasiões, de Castela. À margem dessa polémica, Afonso VI protagonizou ações de suma importância para os reinos de Castela e Leão. Desde logo, aproveitando a debilidade do reino pamplonês, incorporou nos seus reinos, no ano 1076, diversas comarcas de La Rioja e do atual País Basco.

Mas o acontecimento de maior relevância do reinado de Afonso VI foi, sem dúvida alguma, a entrada em Toledo, acontecimento que teve lugar no ano 1085. Ao que parece, o insignificante rei taifa da cidade do Tejo, al-Qadir, pactuara

previamente com o monarca castelhano-leonês a entrega daquela urbe, a troco de que o instalassem na cidade de Valência. Após a entrada das tropas cristãs na cidade que fora sede dos Concílios dos tempos visigóticos e, posteriormente, capital da marca média de al-Andalus, Afonso VI adotou títulos tão pomposos como *imperator totius Hispaniae* ou «imperador das duas religiões». O «império leonês» de épocas passadas transformara-se em «império hispânico». Toledo, não esqueçamos, era a primeira grande cidade de al-Andalus que passava para o poder cristão. Como se fosse pouco, a queda de Toledo completou-se com a ocupação de boa parte do vale do Tejo ou, o que é o mesmo, com as terras daquele reino taifa. A cidade do Tejo recebeu alguns repovoadores, entre eles eclesiásticos como Bernardo, primeiro arcebispo da diocese devido à entrada dos cristãos, soldados e homens de negócios. Mas a maioria da sua antiga população permaneceu em Toledo, particularmente os moçárabes e os judeus.

Esse êxito tornou possível retomar o processo colonizador das terras situadas entre o rio Douro e o Sistema Central, as denominadas *estremaduras*. Com a finalidade de atrair repovoadores admitia-se, inclusive, delinquentes. Chegaram às *estremaduras* povoadores originários das terras do Norte do Douro, mas sobretudo das comarcas entre o rio Gea e La Rioja. Este território foi organizado com base nas denominadas «comunidades de vila e terra» ou «de vila e aldeias». As cidades de Segóvia, Ávila e Salamanca foram bastiões-chave. O caráter militar que tinham estes núcleos explica que se lhes tenha chamado «cidades-fronteira». Nestas urbes, o setor dominante era constituído pelos cavaleiros, os quais irão pôr em marcha, no futuro, as famosas cavalgadas, que eram expedições sobre terras

inimigas, cujo principal objetivo era a busca de espólios. Diversas cidades e vilas das *estremaduras* receberam foros, destacando-se, como mais significativo, o outorgado a Sepúlveda.

## **A Irrupção dos Almorávidas Trava o Avanço Cristão**

Apenas um ano depois da entrada triunfal em Toledo, Afonso VI sofreu uma derrota, em Sagrajas, frente aos almorávidas, os quais, procedentes do Norte de África, tinham desembarcado meses antes na localidade de Algeciras. Iniciavam-se, dessa maneira, os anos difíceis do reino de Afonso VI. Os almorávidas, que tinham constituído em meados do século XI um império na zona ocidental do Norte de África, chegaram a terras de al-Andalus chamados por alguns reis taifas, concretamente os de Sevilha, Granada e Badajoz. Mas quem eram os almorávidas, termo que quer dizer «homens do ribat»? Tratava-se de gentes berberes partidárias dos princípios mais puros e estritos do islão. Dedicados sobretudo à ganadaria, que era a sua atividade económica básica, os almorávidas difundiram o ideal da guerra santa. O centro do império era a cidade de Marraquexe, fundada no ano 1070, e o seu líder, Yusuf ibn Taxfin.

Pouco depois da vitória de Sagrajas, os almorávidas retornaram a terras africanas, mas no ano de 1090 voltaram a solo hispano onde começaram por incorporar aos seus domínios os diversos reinos taifas. O primeiro reino taifa conquistado pelos almorávidas foi o de Sevilha, no ano de 1091, caindo pouco depois em seu poder o de Badajoz. Dessa maneira, o al-Andalus volta a estar unificado. O traço predominante desta nova fase da história de al-Andalus foi

o rigorismo, o que se traduziu, entre outros aspetos, na perseguição de moçárabes e judeus. Do ponto de vista económico, os almorávidas, que chegaram a cunhar moeda própria, praticaram uma política populista traduzida, entre outros aspetos, numa descida de impostos. Mas a vida intelectual de al-Andalus conheceu um notável retrocesso em relação ao período das taifas.

Um dos principais objetivos dos almorávidas era, sem dúvida, a recuperação de Toledo. De todos os modos, nunca conseguiram esse propósito, embora obtivessem novas vitórias frente a Afonso VI, em 1097 em Consuegra e, anos depois, em 1108, em Uclés, lugar onde pereceu Sancho, o único filho varão de Afonso VI. A derrota de Uclés provocou uma grande desmoralização em Afonso VI, que morreu poucos meses depois. Mas para além do revés militar implicou a perda de diversas praças controladas pelos cristãos. Por outro lado, Rodrigo Díaz de Vivar, que desde o seu primeiro desterro oferecia-se a quem lhe pagasse mais, o que explica que chegasse a servir em terreno militar, entre outros, ao rei taifa muçulmano de Saragoça, acabou por conquistar, no ano 1094, a cidade de Valência. Esta urbe passou a ser o centro dos seus domínios, que se assemelhavam a uma espécie de principado feudal. Rodrigo Díaz de Vivar, que viveu em Valência até à sua morte, no ano de 1099, resistiu em várias ocasiões às acometidas dos almorávidas, o que punha em relevo os seus grandes dotes militares. A viúva do Cid Campeador, Jimena, foi capaz de resistir dois anos mais na cidade valenciana. Não obstante, no ano de 1102, Valência acabou por cair no poder dos almorávidas.

## **Os Progressos de Aragão e Catalunha**

Os núcleos políticos da Espanha oriental também tomaram a iniciativa na sua pugna com os muçulmanos, mesmo quando os progressos registados ao longo do século XI fossem muito mais limitados que os de Castela e Leão. O menos afortunado destes núcleos foi o reino de Pamplona. García Sánchez III, o sucessor de Sancho III, *o Maior*, foi derrotado e morto pelo seu irmão Fernando I de Castela em Atapuerca (1054), acontecimento que supôs para os navarros a perda da comarca de Bureba. O seu sucessor, Sancho IV, um personagem extremamente obscuro, acabou por ser vítima de uma conspiração nobiliária, sendo assassinado em Peñalén, no ano 1076. Devido a este acontecimento, o monarca aragonês Sancho Ramírez conseguiu proclamar-se rei de Pamplona.

O principal protagonismo da expansão territorial, na zona oriental de Hispânia, foi de Aragão, condado convertido em reino desde que assumiu o poder Ramiro I (1035-1063), um filho de Sancho III, *o Maior*, de Pamplona. No ano 1044, Ramiro I aproveitou a morte do seu meio irmão Gonzalo para incorporar no seu reino os condados de Sobrarbe e de Ribagorza. Também ordenou o estabelecimento de algumas tenências na serra de Guara, como medida para proteger a fronteira sul de Aragão. Finalmente decidiu atacar o reino taifa de Saragoça, mas foi derrotado e morto em Graus. O sucessor de Ramiro I, Sancho Ramírez (1063-1094), começou o seu reinado lançando uma campanha contra a praça de Barbastro. Contou para isso com a ajuda de cavaleiros ultrapirenaicos, que vieram a terras hispanas em cruzada. Barbastro foi ocupada pelos aragoneses no ano 1064 mas perdeu-se pouco tempo depois. Alguns anos depois, em 1076, Sancho Ramírez proclamou-se rei de Pamplona, Aragão e Navarra voltavam a estar unidos, mas

agora, em contraste com o que sucedera antes, o papel dirigente correspondia aos aragoneses. Sancho Ramírez obteve os seus mais destacados triunfos no final do seu reinado ao ocupar as praças de Graus (1083), Arguedas (1084), Monzón (1089) e Montearagón (1091). Não obstante, fracassou na sua tentativa de conquistar Tudela. O novo rei aragonês, Pedro I (1094-1104), continuou a expansão para sul. Depois de vencer os muçulmanos na batalha de Alcoraz, conseguiu conquistar Huesca, no ano de 1096, e de maneira definitiva Barbastro em 1100. Também se apoderou de Bolea e do castelo de Calasanz. Pedro I, de que sabemos que ajudou o Cid Campeador em algumas ocasiões, manifestou o seu propósito de ir à cruzada que se realizou no ano de 1095, mas acabou por não participar nesta empreitada. Em suma, Aragão tinha integrado nos seus domínios um amplo território, a denominada Terra Plana. Este território, no qual permaneceu uma boa parte da população muçulmana, foi objeto de repovoação. Nela participaram gentes comuns, mas também barões. A zona mais povoada era, ao que parece, a que estava situada entre os rios Gállego e Cinca.

No lado catalão também houve avanços territoriais, ainda que as lutas internas, particularmente as que sustentaram os irmãos Ramón Berenguer II e Berenguer Ramón II, tenham tido um efeito negativo. Com Ramón Berenguer I (1035-1076) potenciou-se a atividade repovoadora na comarca de Tárrega, com Ramón Berenguer II (1076-1082) a das duas planícies de Urgel e com Berenguer Ramón II (1082-1097) a do Camp de Tarragona. Precisamente no ano de 1090 ficava restaurada a diocese de Tarragona. Mas os principais progressos conseguiram-se já no início do século XII, no tempo do conde Ramón Berenguer III (1097-1131), que deu a sua colaboração na conquista de Balaguer (1106)

ao mesmo tempo que promoveu a colonização da zona próxima de Tarragona.

## **O Desenvolvimento dos Burgos e dos Burgueses**

O predomínio do rural continuava a ser indiscutível na Espanha cristã do século XI. A maioria da população vivia em núcleos rurais e as principais fontes de riqueza procediam do campo. O mundo urbano ia adquirindo paulatinamente maior peso naquela sociedade. Tradicionalmente, deu-se muito mais ênfase ao papel que desempenhou, nesse sentido, o Caminho de Santiago. Um texto procedente das *Crónicas Anónimas de Sahagún* sintetiza às mil maravilhas esta ideia quando alude de como em finais do século XI tinham chegado a esta vila «*burgueses de muchos e diversos ofícios, conbiene a saber, herreros, carpinteros, xastres, pelliteros, çapateiros, escutarios e omes enseñados en muchas e dibersas artes e ofícios*». Estas gentes, continuam a dizer as mencionadas *Crónicas*, eram «*gascones, bretones, alemanes, ingleses, borgoñones, normandos, tolosanos, provinciales, lombardos...*». Assim, numerosos artesãos e mercadores, em boa parte originários de França, assentaram-se ao amparo de castelos ou mosteiros situados ao longo da rota jacobea ou, o que é o mesmo, em burgos. Aos habitantes desses núcleos chamava-se, obviamente, burgueses. Há abundantes exemplos do desenvolvimento de burgos e burgueses no Caminho de Santiago: desde Jaca, em terras aragonesas, passando por Pamplona e Estella, em Navarra; Logronho, em La Rioja; Burgos ou Castrogeriz em terras de Castela; Sahagún, Leão ou Astorga, no reino de Leão, e, como culminação, a própria cidade do Apóstolo, na Galiza.

Um dos exemplos mais significativos é o de Burgos. Ao abrigo de um *castellum* ou centro fortificado, recuperado pelos cristãos no ano de 884, foi-se formando um núcleo de povoação integrado sobretudo por artesãos e comerciantes. No século X, de acordo com fontes conhecidas, há já menção de lojas em Burgos. Não obstante, a passagem pelas suas proximidades da rota jacobea contribuiu, de maneira decisiva, para a expansão do núcleo urbano.

De todos os modos, é preciso advertir que a crescente divisão de trabalho, e com ela a paulatina localização dos artesãos e mercadores em núcleos urbanos, era um fenómeno que já estava em marcha na Espanha cristã antes que se iniciasse a rota jacobea. Um exemplo paradigmático é-nos dado pela cidade de Leão. A cidade que fora no passado sede de uma legião romana, repovoada por cristãos em meados do século IX, contava no século X com um mercado semanal, assim como com numerosos artesãos, alguns deles, segundo parece, de origem moçárabe. Ora bem, a passagem da rota jacobea pela cidade de Leão teve as suas consequências; entre outras, o aparecimento, no século XI, do denominado *vico francorum*, expressão que aludia aos povoadores vindos de além dos Pirenéus que se tinham assentado naquela urbe. Também encontramos cidades de peso em zonas bastante afastadas do caminho santiaguês. Assim, por exemplo, no âmbito da futura Catalunha destacavam-se a cidade de Girona e, sobretudo, a de Barcelona, centro comercial de primeira magnitude já desde o século XI, sobretudo pela importância do seu porto marítimo. Além disso, a vida urbana prosperou também a sul do Caminho santiaguês. Nas proximidades do rio Douro encontramos urbes como Zamora, Palência, Burgo de Osma ou Valladolid, vila que teve um grande impulso graças à atividade que nela se desenrolava nos últimos

anos do século XI pelo conde Pedro Ansúres, vassalo do monarca Afonso VI. A sul do Douro, no território das *estremaduras*, emergiram em finais do século XI cidades que tinham fins basicamente de carácter militar como os casos de Segóvia, Ávila ou Salamanca.

As atividades artesanais dos burgos eram muito variadas, orientando-se sobretudo para a elaboração dos produtos de primeira necessidade que requeriam os seus habitantes. Havia gentes dedicadas aos ofícios relacionados com a alimentação, com o vestuário, com a construção, com o fabrico de objetos cerâmicos, com o trabalho dos metais, etc. Não obstante, o ramo que desde o princípio conheceu um maior desenvolvimento foi o têxtil. No que respeita ao comércio junto ao mercado de carácter permanente foram-se desenvolvendo os de periodicidade semanal. Estes mercados serviam para o intercâmbio de mercadorias entre a cidade e as suas áreas rurais circundantes. Quando se tratava de burgos vizinhos, o dia do mercado semanal variava para não fazerem concorrência entre si. Vejamos um exemplo relativo a núcleos urbanos situados ao longo do Caminho de Santiago: na segunda-feira havia mercado em Sahagún, na terça em Mansilla e na quarta em Leão.

Do ponto de vista da articulação social, os burgueses formavam parte da classe dos *laboratores*, ainda que tivessem matizes que os diferenciavam dos labregos. Em linhas gerais, os moradores dos burgos sentiam-se mais livres do que os camponeses. O espírito de união dos moradores de um núcleo urbano costumava plasmar-se na denominada *conjuratio*, que era um juramento coletivo de todos os seus componentes. Em conclusão, perante a estrutura hierárquica da sociedade feudal, as comunas urbanas caracterizavam-se, pelo menos no seu período

fundacional, pelo sentido da igualdade. Não afirmava um dito medieval aquilo de que «o ar da cidade torna livre»? De todos os modos, os burgueses tropeçavam com frequência na jurisdição que exerciam sobre eles os senhores do seu território. Temos um exemplo significativo em Sahagún, onde os habitantes do burgo tinham de utilizar obrigatoriamente o forno senhorial, ou seja, o forno do mosteiro beneditino daquela localidade. Mas os burgueses conseguiram, em finais do século XI, ficar livres dessa obrigação, a troco, isso sim, de pagar um tributo ao mosteiro.

### **A Ligação com a Cristandade Europeia**

A Espanha cristã do século XI manteve estreitos contactos com a Europa cristã. Houve monarcas, como o navarro Sancho III ou os castelhano-leoneses Fernando I e Afonso VI, que se mostraram amplamente abertos a receber tudo o que procedia da cristandade. Essa tendência verificou-se, entre outros aspetos, no apoio prestado ao caminho de peregrinos que conduzia a Compostela. Ao mesmo tempo que se erigiam hospitais e hospedarias tomavam-se posições legais para garantir a vida e as propriedades dos peregrinos. Mas também se manifestou o afã europeizador na aliança mantida com Cluny, que recebia ajuda económica dos monarcas hispanos. Não é surpreendente, por outro lado, que as cinco esposas legítimas que Afonso VI teve ao longo da sua vida fossem estrangeiras, quatro francesas e uma italiana? Este monarca também casou as suas filhas Urraca e Teresa com dois importantes membros da alta nobreza francesa, Raimundo de Borgonha e Henrique de Borgonha.

A culminação desse processo de abertura à Europa alcançou-se em Castela e Leão no ano de 1080, data em que se celebrou um Concílio na cidade de Burgos. Ali se acordou, ou se ratificou, se a decisão fora tomada alguns anos antes pelos bispos que se encontravam na corte régia, a introdução nos reinos de Castela e Leão do rito romano, que substituiria o moçárabe, até então vigente, assim como do Direito canónico gregoriano, que suplantava o visigodo, e da letra carolina. Simultaneamente, penetrou em terras de Castela e Leão a regra beneditina até então ausente desses reinos. Por outro lado, deve mencionar-se a chegada a terras hispanas da arte românica, estilo artístico de carácter internacional. Encontramos as suas primeiras manifestações no Caminho de Santiago. Claro que, por outro lado, também passaram a terras europeias diversos elementos artísticos de origem muçulmana. Paralelamente, progredia a construção em pedra, de que são um exemplo excepcional as muralhas de Ávila. Será possível esquecer, por outro lado, o papel que desempenhou o Caminho de Santiago no campo da criação literária? Em suma, a Espanha cristã mantinha relações muito fluidas com os países vizinhos do continente europeu, o que se traduzia no intercâmbio de pessoas, produtos e ideias.

## 5

### **O Século XII. Uma fase de equilíbrio**

No século XII, os reinos cristãos da Península Ibérica continuaram a ter a iniciativa militar frente aos muçulmanos do al-Andalus. Mas, tal como sucedera no final do século anterior com a chegada dos almorávidas, no século XII surgirá em terras hispanas um novo movimento originário do Norte de África. Referimo-nos aos almóadas, que conseguiram travar, uma vez mais, a ofensiva cristã. Pode falar-se, portanto, de um certo equilíbrio, particularmente no que respeita aos reinos de Castela e Leão, protagonistas de tímidos avanços através da meseta sul. Os núcleos da Espanha oriental, pelo contrário, levaram a cabo no século XII importantes progressos territoriais, dos quais se destacam primeiro a conquista de Saragoça e, alguns anos depois, do baixo vale do Ebro e da zona das montanhas de Teruel. Por outro lado, o século XII foi testemunha de mudanças políticas substanciais. A teórica supremacia do império ocidental, título utilizado por Afonso VI e seus sucessores, quebrou na segunda metade da centúria, devido, por um lado, à formação, na Espanha oriental, de um sólido conjunto formado pelo reino de Aragão e pelo condado de Barcelona e, por outro, pela independência do reino de Portugal, assim como pela nova divisão dos reinos

de Castela e de Leão com a morte de Afonso VI. Mas se deu, no século XII, o nascimento das ordens militares hispânicas, instituições que iam desempenhar um papel fundamental na guerra contra os islamitas. Também nasceram neste século as Cortes, germe de futuros parlamentos. Do ponto de vista cultural continuavam a sua marcha ascendente as línguas românicas.

### **A Ofensiva Aragonesa. Conquista de Saragoça**

Os Almorávidas continuaram a sua tarefa de incorporar nos seus domínios os reinos taifas de al-Andalus. No ano de 1100, conquistavam a taifa de Saragoça. Contudo, naquele território tropeçaram com um rival muito perigoso, o rei de Aragão Afonso I (1104-1134), conhecido como o Batalhador. Afonso I, em quem confluía um firme espírito militar e uma profunda religiosidade, tinha na sua mente, ao que parece, a ideia de levar a cabo uma cruzada, que começaria em Hispânia, lutando contra os muçulmanos do vale do Ebro, e acabaria, logicamente, em Jerusalém. Nos seus primeiros anos de reinado ocupou as localidades de Egea (1105) e Litera (1107). Mas os complicados problemas derivados do seu matrimónio com a rainha de Castela e Leão, Urraca, afastaram-no por uns anos de Aragão. Não obstante, no ano de 1117, retomou a ofensiva contra os muçulmanos, ocupando a praça de Belchite. No ano seguinte, após um longo cerco, caiu em seu poder Saragoça, que fora capital da marca superior de al-Andalus. O seu avanço pelo vale do Ebro continuou, conquistando, em 1119, Tudela, Tarazona, Rueda e Borja. Um ano depois, Afonso I venceu os islamitas na batalha de Cutanda, ao mesmo tempo que ocupou as cidades de Soria, que depois passaria para Castela, e de Calatayud. Finalmente, em 1121, tomou Daroca. Alguns

anos mais tarde, em 1126, levou a cabo uma expedição por terras de al-Andalus, de onde regressou com muitos moçárabes que colaboraram na repovoação do vale médio do Ebro. O avanço pelo Baixo Ebro, não obstante, apresentou mais dificuldades. Em 1134, Afonso I foi derrotado e morto próximo de Fraga. Ao não ter filhos, Afonso I legou os seus reinos às grandes ordens militares internacionais.

O território conquistado ao islão pelo monarca aragonês era muito extenso, mas sobretudo muito rico, tanto pelas suas cidades e vilas como pelas abundantes zonas de regadio com que contava. Grande parte da população muçulmana permaneceu nos seus lugares, embora fossem obrigados a abandonar algumas cidades como, por exemplo, Saragoça. Muitos povoadores foram para o vale médio do Ebro, uns originários das comarcas pirenaicas, outros procedentes do Sul de França. Os magnatas nobiliários receberam importantes concessões. Na zona meridional do reino os cavaleiros tinham o papel dominante, o que explica que a essa zona se lhe chame a *estremadura* aragonesa pela sua similitude com as terras de igual nome em Castela e Leão.

Com a morte de Afonso VI, acedeu ao trono de Castela e Leão a sua filha Urraca (1109-1126). Viúva do nobre francês Raimundo de Borgonha, Urraca casou, em segundas núpcias, com o rei de Aragão Afonso I. Mas este matrimónio resultou num completo fracasso. Uma crónica coetânea falava, muito expressivamente, das «malditas e perversas bodas». O reinado de Urraca, por outro lado, foi testemunha de violentas sublevações dos burgueses de Sahagún e de Santiago de Compostela. Estas sublevações, às quais se juntaram as gentes do campo e alguns clérigos, eram

dirigidas aos senhores de quem dependiam: o abade do mosteiro beneditino de Sahagún, no primeiro caso, e o arcebispo de Santiago, Diego Gelmírez, no segundo. Depois de alguns anos de duras lutas, as revoltas foram sufocadas. O objetivo dos sublevados não era tanto lutar contra os senhores feudais, mas sim conseguir garantias para a sua expansão económica. Urraca também teve de fazer frente à atitude secessionista de um importante setor da nobreza galega, liderado por Pedro Fróilaz. Paralelamente, o condado de Portugal ia ganhando autonomia, à frente do qual se encontrava a sua irmã Teresa e Henrique de Borgonha. No que se refere às relações com os almorávidas poucas mudanças houve nas linhas fronteiriças que os separavam.

### **O «Império Hispânico» *versus* a Coroa de Aragão**

A sucessão dos reinos de Castela e Leão, depois da morte de Urraca, recaiu no seu filho Afonso VII (1126-1157). O novo rei, filho de Raimundo de Borgonha, e assim denominado Raimúndez, passou a sua juventude em terras da Galiza, onde determinados nobres daquele território o tentaram manipular. Uma vez rei de Castela e Leão, Afonso VII confrontou-se com Afonso I de Aragão em Castrogeriz (1131). A morte, em 1134, do monarca aragonês permitiu a Afonso VII intervir naquele reino onde chegou a ocupar a cidade de Saragoça. No ano seguinte, Afonso VII foi solenemente proclamado imperador numa cerimónia que teve lugar na cidade de Leão. Afonso VII, que governava «do oceano ao Ródano», no dizer das crónicas da época, recebeu vassalagem de diversos reis e príncipes da cristandade. Foi, sem dúvida, o momento culminante do «império hispânico». Nos anos seguintes, o declínio do

poder almorávida possibilitou o recomeço do avanço castelhano-leonês pela meseta sul, o que se traduziu na conquista das localidades de Oreja (1139), Coria (1143) e Calatrava (1146). No ano de 1147, Afonso VII dirigiu uma expedição que chegou até à localidade marítima de Almería. O acontecimento, que não trouxe consequências políticas, foi cantado num belo poema. No ano de 1143, por outro lado, Afonso VII não teve outra alternativa senão reconhecer Afonso Henriques como rei de Portugal, título que utilizava já há quatro anos. Afonso Henriques (1139-1185) era filho de Teresa e de Henrique de Borgonha e, portanto, primo do monarca castelhano-leonês. Contudo, Afonso VII alcançou um acordo em 1151 com o conde de Barcelona e príncipe dos aragoneses Ramón Berenguer IV. Referimo-nos ao Tratado de Tudillén onde se fixava a distribuição do território al-Andalus ainda pendente de conquista.

No reino de Aragão a morte de Afonso I criou um sério problema pela estranheza do seu testamento. No fim, o reino não passou para as ordens militares, mas para um irmão de Afonso I, Ramiro, conhecido como o Monge, pelo facto de viver num cenóbio. Navarra aproveitou a confusão para recuperar a sua autonomia. À frente do seu reino colocou-se García Ramírez VI (1134-1150), conhecido como *o Restaurador*. O novo monarca navarro incorporou Tudela nos seus domínios. Sabemos também que assistiu à cerimónia de coroação imperial de Afonso VII em Leão no ano de 1135. Em qualquer caso, a expansão militar de Navarra para sul era completamente impossível, uma vez que lhe fechava a passagem os reinos vizinhos de Aragão e Castela. O novo monarca Aragonês, Ramiro II (1134-1137), contraiu matrimónio com carácter urgente, tendo deste casamento uma menina, Petronilla. Era necessário procurar um futuro marido para a herdeira de Aragão. Pensou-se num

infante castelhano, mas essa ideia acabou por ser abandonada.

Finalmente, Petronila casou com o conde de Barcelona, Ramón Berenguer IV (1137-1162). Aquele enlace, que nunca mais seria quebrado, foi o ponto de partida da denominada Coroa de Aragão. Ramón Berenguer IV, a quem se intitulava «príncipe dos aragoneses», teve de prestar homenagem a Afonso VII de Castela e Leão pela cidade de Saragoça. Mas, de facto, a teórica supremacia do «império hispânico» caía, em parte pela solidez da nova união levada a cabo na Espanha oriental. Alguns anos mais tarde, Ramón Berenguer IV, tomou Tortosa em 1148. No ano seguinte, após uma campanha em que interveio o conde de Urgel, Armengol VI, caía em poder cristão a cidade de Lérida. Tanto Tortosa como Lérida receberam repovações do Norte da Catalunha. Ramón Berenguer IV, não obstante, fez também importantes concessões à nobreza e à Igreja. Uns anos depois, em 1153, o conde de Barcelona e príncipe dos aragoneses conquistava a praça de Siurana, o que supunha cerrar o domínio da chamada Catalunha Nova. Em 1151, Ramón Berenguer IV, assinara com Afonso VII de Castela e Leão o Tratado de Tudillén, no qual se fixava a divisão entre ambos das terras de al-Andalus que se conquistassem no futuro.

## **A Espanha dos Cinco Reinos**

Na segunda metade do século XII, a Espanha cristã mostrava um variado mosaico de reinos, cinco no total. Na zona oriental encontrava-se o reino de Aragão, estreitamente ligado ao condado de Barcelona. No ocidente encontramos com o reino de Portugal, que alcançara a

independência em 1143. Também recuperara a sua autonomia, anos antes, devido à morte de Afonso I de Aragão, o reino de Navarra. Os outros dois reinos eram os de Castela e Leão. Cada um deles seguiu o seu próprio caminho devido à divisão que se produziu com a morte de Afonso VII no ano de 1157. Em suma, como já assinalara Ramón Menéndez Pidal, passara-se no território da Espanha cristã do «império hispânico» a «cinco reinos».

O reino de Portugal iniciara o seu próprio caminho. A sua tarefa principal era combater os muçulmanos com a finalidade de ganhar territórios na direção meridional. Os êxitos não se fizeram esperar. Afonso I, monarca que inaugurou o reino lusitano, conquistou Santarém e Lisboa em 1147, Beja em 1162 e Évora em 1166. Durante o reinado do seu filho e sucessor, Sancho I (1185-1211), Portugal integrou nos seus domínios o território do Algarve<sup>(5)</sup>.

Com a morte de Afonso VII, em 1157, os seus reinos dividiram-se. Castela passou para Sancho III (1157-1158) enquanto o trono leonês foi para Fernando II (1157-1188). A morte prematura de Sancho III de Castela deixou como herdeiro uma criança, o futuro Afonso VIII (1158-1214). Durante a sua menoridade, duas famílias, os Castro e os Lara, disputaram entre si o controlo do poder. Aquele período tentou também ser aproveitado pelos reis vizinhos, tanto Isabel II de Leão como Sancho VI de Navarra, que aspirava recuperar Logroño. O panorama mudou, não obstante, quando em 1170 Afonso VIII chegou à maioridade. Beneficiou o monarca castelhano do casamento com a infanta Leonor, filha do rei de Inglaterra Henrique II. Leonor trouxe como dote de matrimónio o ducado de Gasconha. Alguns anos depois, em 1177, Afonso VIII tomava aos

muçulmanos a praça de Cuenca, à qual lhe foi outorgada um importante foro. Em 1179, Afonso VIII de Castela e Afonso II de Aragão assinavam o Tratado de Cazorla, novo ensaio de divisão dos territórios de alAndalus pendentes de conquista. Pouco depois, em 1183, o rei de Castela pactuou com o seu vizinho leonês, acordando o casamento de sua filha Berenguela com o herdeiro de Leão, o futuro Afonso IX. No ano 1195, Afonso VIII de Castela sofreu uma derrota em Alarcos frente aos almóadas, invasores recentes de al-Andalus. Houve que esperar vários anos, até 1212, para que esse revés fosse compensado com a esmagadora vitória de Las Navas de Tolosa, que supôs o final do poder almóada em terras hispanas. Por outro lado, Afonso VIII integrou nos seus domínios, em 1200, Guipúscoa e uma parte de Álava, territórios até então dependentes do reino de Navarra. O monarca castelhano alentou também o desenvolvimento da costa cantábrica.

Fernando II de Leão manteve constantes disputas com os seus vizinhos castelhanos, finalmente resolvidas com a paz de Fresno-Lavandera (1183). O monarca leonês também teve conflitos com os seus vizinhos ocidentais, os portugueses. Por outro lado, prosseguiu a expansão dos seus reinos para sul, ocupando em 1166 as praças de Yeltes e Alcántara. O seu filho e sucessor, Afonso IX (1188-1230), começou o seu reinado convocando uma Cúria Régia, a qual, pela presença de gentes do terceiro estado, foi o ponto de partida da instituição das Cortes. As relações de Afonso IX com Castela foram muito tensas, sobretudo por causa da dissolução do seu matrimónio com a infanta castelhana Berenguela. Isso explica, por exemplo, que Afonso IX não estivesse presente na campanha que concluiu com a ressonante vitória cristã de Las Navas de Tolosa em 1212.

Durante a segunda metade do século XII nasceram, em terras de Castela e Leão, as ordens militares hispânicas, as quais seguiam o modelo do Hospital e do Templo. A primeira que surgiu foi a Ordem de Calatrava (1158). A sua génese tem a ver com a defesa do castelo de Calatrava a Velha, vítima nessa altura de um duro ataque dos muçulmanos. A nova ordem acolheu-se à regra de Cister. Alguns anos depois, surgia a Ordem de Alcántara, procedente da confraria de cavaleiros de San Julián del Pereiro. A Ordem de Alcántara também assumia a regra cisterciense. A Ordem de Santiago nasceu em 1171 como herdeira da confraria dos «freires de Cáceres», que fora fundada pelo rei de Leão Fernando II. A Ordem de Santiago, ao contrário das outras duas, seguia a regra de Santo Agostinho. Estas ordens desempenharam, desde os seus primeiros anos de funcionamento, um papel fundamental na luta contra os muçulmanos, mas também foram decisivas na atividade colonizadora das terras da meseta sul.

Seguindo o nosso périplo para o Leste peninsular encontramos-nos com o reino de Navarra. A García Ramírez VI sucedeu-lhe Sancho VI (1150-1194), conhecido como *o Sábio*. O novo monarca pretendeu tirar partido das minoridades dos seus vizinhos, os reis de Castela e de Aragão, para recuperar territórios reivindicados por Navarra, mas não conseguiu nada positivo. Além disso, em 1179, La Rioja passava definitivamente para Castela. Sancho VI, por outro lado, empreendeu importantes reformas administrativas. O seu herdeiro, Sancho VII (1194-1234), conhecido como *o Forte*, começou o seu reinado de forma negativa, uma vez que a passagem de Guipúscoa para Castela deixava Navarra sem saída para o mar. O monarca navarro decidiu orientar a expansão do seu reino para as comarcas setentrionais. A melhoria das suas relações com

Castela levou-o a colaborar, com Afonso VIII, na batalha de Las Navas de Tolosa. Por outro lado, Sancho VII saneou a Fazenda Régia navarra.

Afonso II (1162-1196), filho de Ramón Berenguer IV e de Petronilla, foi o primeiro monarca da confederação catalã-aragonesa. Afonso II deu importantes passos no sentido da unificação dos diversos condados catalães, alguns dos quais, como os de Rosellón e de Pallars Jussà, anexou aos seus domínios. Também interveio no Sul de França, conseguindo a incorporação de Provença. Mas o mais significativo do seu reinado foi o recomeço da reconquista. Depois de conquistar as localidades de Caspe e Alcañiz, prosseguiu o seu avanço até à serrania de Albacín, acabando por conquistar a cidade de Teruel em 1171. Afonso II, por outro lado, manteve excelentes relações com Afonso VIII de Castela, com quem assinou, em 1179, o Tratado de Cazorla, no qual dividiam os territórios de al-Andalus ainda não ocupados aos muçulmanos. Após a sua morte, acedeu ao trono de Aragão o seu filho Pedro II (1196-1213), conhecido como o Católico. Pedro II, que foi coroado em Roma pelo pontífice Inocêncio III no ano de 1204, enfeudou o seu reino à Santa Sé. Também prestou ajuda a Afonso VIII de Castela na campanha contra os almóadas, que desembocou na vitória de Las Navas de Tolosa. Mas o seu principal centro de interesse foi o Sul de França, onde se viu obrigado a defender os seus vassallos, entre eles o conde de Tolosa, acusados de defender a heresia albigense. Afonso II foi derrotado e morto na batalha de Muret (1213) o que supôs o fim das aspirações ultrapirenaicas da Coroa de Aragão.

### **Os Almóadas: Um Novo Travão ao Avanço Cristão**

O império almorávida conheceu, na primeira metade do século XII, um processo de debilitamento. A perda da taifa de Saragoça foi o ponto de partida do seu retrocesso. Assim, o al-Andalus foi testemunha, naqueles anos, de fortes tensões internas, que desembocaram no fim do poder almorávida e no aparecimento dos denominados segundos reinos de taifas. Os mais significativos destes foram os de Sevilha, Badajoz, Córdoba, Granada, Valência e Baleares. Ora, desde o início do século XII estava em gestação no Norte de África um novo movimento denominado almóada, termo que quer dizer o «monoteísta». Juntaram-se-lhe numerosas tribos berberes da zona do Atlas. O movimento almóada, que pretendia reformar os costumes de acordo com os princípios corânicos, adquiriu uma vertente político-militar, acabando por conquistar os domínios almorávidas do Norte de África, assim como a sua capital, Marraquexe, que caiu em 1147. Quase ao mesmo tempo, os almóadas passam à península Ibérica, onde foram ocupando os segundos reinos taifas: Sevilha (1147), que passou a ser a sua capital no al-Andalus; Córdoba (1148), Badajoz (1150), Granada (1154). O reino taifa de Valência não caiu em poder dos almóadas até 1172. Sob a direção de Abu Yusuf Ya'qub, os almóadas venceram o rei de Castela, Afonso VIII, na batalha de Alarcos (1195). Imediatamente depois, os almóadas saquearam sem piedade o Campo de Calatrava. No início do século XIII, os almóadas conseguiram incorporar nos seus domínios a taifa das Baleares. Mas no ano de 1212 foram derrotados severamente pelos cristãos em Las Navas de Tolosa, acontecimento que serviu para acabar definitivamente com o poder almóada.

O poder almóada, cujos dirigentes utilizavam o título de emir ou de «príncipe dos crentes», tinha um caráter

inequivocamente ditatorial. O fundamento deste poder encontrava-se no exército. Tudo parece indicar, não obstante, que a economia melhorou no al-Andalus na segunda metade do século XII, o que se refletiu, entre outras coisas, no progresso dos regadios. De todos os modos, os almóadas mostraram-se intolerantes com as outras religiões, o que explica a ida para o Norte peninsular de moçárabes e judeus. Isso não impediu um certo ressurgimento do al-Andalus. Nomes importantes daquela época foram Averróis, médico e filósofo, e o judeu Maimónidas. Averróis, conhecido sobretudo pelos seus comentários às obras de Aristóteles, procurava a reconciliação da doutrina islâmica e o pensamento do grande filósofo grego. Maimónidas, que se viu obrigado a abandonar o al-Andalus, exerceu como médico, mas a sua obra mais conhecida é o *Guia dos Perplexos* onde busca um acordo entre fé e razão.

### **As Cidades e o Comércio**

Um traço característico da Espanha cristã do século XII era o impulso crescente que as cidades estavam a tomar. Os núcleos urbanos tinham, como traços mais evidentes, uma muralha, algumas atividades basicamente não agrárias e, geralmente, um foro particular. Vejamos um exemplo. O viajante árabe Edrisi, que percorreu a meseta norte na primeira metade do século XII, definiu assim a cidade de Burgos: «Grande cidade, atravessada por um rio e dividida em bairros rodeados de muros. Um desses bairros é habitado particularmente por judeus. A cidade é forte e preparada para a defesa. Há bazares, comércio e muita população e riqueza. Está situada na grande rota dos

viajantes». Assistimos com frequência à edificação de novas muralhas, feito que tinha por finalidade dar mais segurança aos arrabaldes que tinham crescido fora da primeira cerca. Isso aconteceu, por exemplo, na vila de Valladolid, que teve de construir, no final do século XII, uma nova muralha que tinha um espaço mais de 10 vezes superior ao do modesto núcleo que encontrou Pedro Ansúres quando chegou àquele lugar nos últimos anos do século XI. Ao mesmo tempo, os reis outorgavam foros às suas cidades. Afonso VIII de Castela, impulsor do desenvolvimento urbano na costa cantábrica, concedeu foro a Santander em 1187 e quase na mesma altura o monarca navarro Sancho VI outorgava-os a Vitória e a San Sebastián.

O auge das cidades estava ligado, obviamente, aos progressos do artesanato e do comércio. O século XII conheceu a concessão por parte dos reis de numerosas feiras, mercados de caráter anual, os quais se desenvolviam coincidindo com uma determinada festividade religiosa. Nos reinos de Castela e de Leão, as feiras mais antigas são as da localidade burgalesa de Belorado, concedidas no ano 1116. Posteriormente, foram-se criando novas feiras: assim, em Valladolid em 1152, em Sahagún em 1153, em Carrión de los Condes em 1169, etc. Um dos elementos que mais contribuiu para o florescimento da atividade foi, sem dúvida, a crescente monetarização da economia. O pagamento de páreas por parte dos reis taifas tornou-se ser decisivo, uma vez que supôs uma contribuição considerável de metal precioso aos reinos cristãos. No que se refere aos reinos de Castela e Leão, o sistema monetário adaptou-se ao padrão muçulmano. No ano de 1171, Afonso VIII de Castela cunhou na casa da moeda de Toledo maravedis de ouro que imitavam os dinares muçulmanos. Emitiu-se, simultaneamente, moeda de prata, os *soldos burgaleses*.

De todas as formas, a moeda que mais circulava eram os *dinheiros de vellón*. Como esquecer, por outro lado, a importância que iam adquirir de dia para dia os cambistas, ou seja, especialistas no câmbio de moedas? Também penetraram em terras da Espanha cristã, particularmente na Catalunha, as sociedades mercantis, instituições cuja origem se encontrava em Itália. O exemplo mais antigo de uma *comanda* hispana, localizada no âmbito catalão, data do ano de 1194.

### **O Nascimento das Cortes**

No ano de 1188, o monarca leonês Afonso IX convocou uma Cúria Régia extraordinária à qual assistiram, pela primeira vez, delegados de algumas cidades e vilas do seu reino ou, o que é o mesmo, o terceiro estado. Aquele acontecimento supôs, nem mais nem menos, o nascimento das Cortes. Supôs-se que um ano antes, em 1187, numa Cúria do reino de Castela participaram representantes de diversas cidades do reino. Em qualquer caso, a reunião de Leão continua a ser o ponto de referência da génese das Cortes. Qual foi o motivo para que fossem a estas Cortes delegados das cidades e vilas? Sánchez-Albornoz defendeu a ideia de que os burgueses, descontentes com os abusos dos reis nas cunhagens monetárias, chegassem a um acordo com eles. A troco do apoio económico que prestariam as cidades, os monarcas comprometiam-se a cunhar moedas de acordo com certas regras e só de sete em sete anos. Nas Cortes reunidas em 1202 na localidade de Benavente disse-se, muito expressivamente, que «o rei vendeu a sua moeda às gentes da terra do Douro por VII anos, recebendo de cada um deles por compra desta moeda

os respetivos maravedis. Outrossim neste mesmo ano e tempo foi comprada essa moeda de toda a *estremadura*». Em qualquer caso, a aceitação nos órgãos do governo da monarquia de representantes das cidades e das vilas mostrava claramente a força que este setor estava a ganhar.

### **As Novidades Eclesiásticas e Culturais**

Os reinos cristãos de Hispânia continuavam solidamente conectados com a Europa cristã. Isso explica que as novidades que se produziam para além dos Pirenéus chegavam rapidamente à pele de touro. Assim sucedeu, por exemplo, com Cister, movimento reformista surgido dentro da ordem beneditina. A sua expansão por terras hispanas produziu-se a partir do ano de 1140, data de fundação do primeiro cenóbio que aderiu a esta reforma, o de Fitero, em terras de Navarra. Mas em pouco anos apareceram muitos outros mosteiros cistercienses na pele de touro. Mencionemos, entre eles, os de Santa Creus e Poblet na Catalunha e o já citado Fitero em Navarra, os de Sacramenia, Huerta e Valbuena em Castela, os de Moreruela, Sandoval e Carracedo em Leão e os de Sobrado, Melón e Osera na Galiza. Os cistercienses tinham como norma básica a pobreza absoluta e a simplicidade nos costumes. Os seus cenóbios costumavam situar-se afastados dos núcleos urbanos. Por outro lado, os cistercienses, que reivindicavam o trabalho manual, desempenharam um papel muito importante no impulso do cultivo dos campos, para o qual contaram com a ajuda dos irmãos conversos. Também chegou a terras hispanas no século XII a ordem premonstratense, que se refletiu em

mosteiros como o de Santa Maria de Belipuig, na Catalunha, o dos de Retuerta, La Vid ou Santa Maria de Aguilar de Campoo, no reino de Castela. Quanto aos cartuxos, o seu primeiro centro na Península Ibérica foi o de Scala Dei, fundado no ano de 1163 e situado em terras da Catalunha.

Continuava no auge, paralelamente, o Caminho de Santiago. Data da primeira metade do século XII um curioso texto do clérigo francês Aymerico Picaud, tradicionalmente considerado como o primeiro guia escrito acerca do caminho de peregrinos que se dirigia para Santiago de Compostela. É conhecido como *Liber Sancti Jacobi*, estando incluído no livro V do famoso *Códice Calistino*. Nesse texto, Aymerico Picaud alude às diferentes etapas do Caminho, mas ao mesmo tempo sublinha os traços mais singulares das diversas comarcas pelas quais ele discorria, tanto no que se refere aos aspetos humanos como aos produtos mais singulares de cada zona.

A cultura continuava a ser controlada pelos eclesiásticos. Junto às escolas monacais, dedicadas à preparação dos seus monges, foram ganhando cada vez mais importância as escolas catedralícias. Nos reinos de Castela e Leão, as mais importantes escolas catedralícias do século XII eram as de Santiago de Compostela, Toledo, Palência e Segóvia. Contudo, um dos traços mais notáveis da vida cultural do século XII foi o contacto estabelecido pelos intelectuais cristãos com os muçulmanos. A localidade aragonesa de Tarazona assistiu ao desenvolvimento de um centro de estudos onde trabalhavam intelectuais cristãos, muçulmanos e judeus. Este centro foi promovido pelo primeiro bispo da diocese, o franco dom Miguel. Também o bispo D. Raimundo fundou, na primeira metade do século XII, a denominada «escola de tradutores de Toledo» onde

trabalhavam indivíduos das três religiões. Ali se traduziam obras do árabe ao latim. Chegaram a esta escola intelectuais procedentes de diversos países europeus, entre eles Adelardo de Bath, Hermann de Carintia, Roberto de Chester e Gerardo Cremona. Figura importante deste centro foi também o hispano Juan de Sevilha, que não se sabe se era moçárabe ou judeu converso. Em Toledo, traduziram-se obras de autores conhecidos como os muçulmanos Avicena e Algazel ou os clássicos gregos Euclides, Hipócrates, Ptolomeu e Aristóteles.

Outro aspeto a destacar da vida cultural da Espanha cristã do século XII foi o progresso experimentado pelas línguas românicas que pouco a pouco iam relegando o latim para um segundo plano. No que respeita aos reinos de Castela e Leão no século XII (cerca de 1140, segundo Ramón Menéndez Pidal, embora outros autores atrasem essa data) escreveu-se o *Poema de Mio Cid*, obra cimeira do «mester da arte do jogral». Também a língua catalã demonstrava a sua vitalidade. Dos últimos anos do século XII datam as *Homilies d'Organyà*, ao que parece é o texto mais antigo que se conservou desta língua.

-

(<sup>5</sup>) Ainda que Sancho I, aproveitando a passagem pelo porto de Lisboa dos cruzados da terceira cruzada, na primavera de 1189, conquistasse Silves, a verdade é que só com Afonso III o Algarve foi incorporado no reino de Portugal, depois da conquista de Faro em 1249 (N. T.).

## 6

### **A Espanha Oriental. A expansão de Aragão e Catalunha**

A derrocada do poder almóada por causa da derrota que sofreram no ano 1212 na batalha de Las Navas de Tolosa possibilitou o recomeço da ofensiva dos reinos cristãos de Hispânia. A primeira metade do século XIII foi testemunha de um dos mais espetaculares progressos territoriais realizados pelos cristãos, obviamente à custa de al-Andalus. No que respeita à coroa de Aragão, os avanços concretizaram-se na ocupação, primeiro, das ilhas Baleares e, depois, do reino de Valência. Com estas conquistas, a Coroa de Aragão incorporara os territórios que se lhe tinham adjudicado nos anteriores tratados de divisão, o que significava que concluía a sua tarefa reconquistadora. Ficava em pé, não obstante, o problema do reino de Múrcia, ao qual aspiravam os catalães-aragoneses, mesmo quando passou para Castela. Ora, antes que terminasse o século XIII, a Coroa de Aragão dava os primeiros passos da sua expansão pelo Mediterrâneo. Do ponto de vista económico observa-se um contraste entre o reino de Aragão, de indiscutível predomínio agrícola, e a Catalunha, onde prosseguia a expansão mercantil. Acentuava-se paulatinamente a diversificação da sociedade, tanto no âmbito rural como urbano. O reino de Aragão também

contava com uma importante população mudéjar. Havia minorias judias em Aragão e na Catalunha. No terreno da organização política, os traços mais significativos do século XIII foram o aparecimento das Cortes e a irrupção do Direito Romano. No que se refere às manifestações culturais, houve no século XIII uma figura excepcional, o maiorquino Raimundo Lúlio.

### **A Incorporação das Baleares e do Reino de Valência**

O monarca que protagonizou a grande expansão da Coroa de Aragão foi Jaime I (1213-1276), conhecido como o Conquistador. Nas Cortes de Barcelona do ano 1228 acordou-se tentar conquistar as ilhas Baleares. Um dos objetivos dessa ação era eliminar a pirataria que os islamitas levavam a cabo a partir da ilha de Maiorca e que causava grandes prejuízos aos mercadores catalães. A campanha mostrou, por outro lado, a pujança que adquirira a marinha catalã. Um ano mais tarde, em 1229, saiu dos portos de Tarragona, Salou e Cambrils uma esquadra integrada por 1 500 naves. A esquadra desembarcou na ilha de Maiorca, derrotou os muçulmanos na batalha de Portopí e, antes que finalizasse esse ano, ocupou a cidade de Palma. De todos os modos, a luta continuou até ao ano 1232 devido à tenaz resistência oferecida pelos islamitas que se encontravam nas zonas montanhosas da ilha. Alguns anos mais tarde, em 1235, caíam em poder de Jaime I as ilhas de Ibiza e de Formentera. Por outro lado, a ilha de Minorca não foi ocupada até muitos anos depois, em 1287, quando era rei de Aragão Afonso III.

Pôs-se em marcha imediatamente uma política de repovoação da ilha de Maiorca, para a qual se empregou o método de distribuição. Metade da ilha, conhecida como

*medietas magnatum*, foi entregue aos grandes magnatas que tinham colaborado na sua conquista, ou seja, os condes de Ampurias e Rosellón e o visconde de Bearne, território situado no Sul de França, assim como o arcebispo de Barcelona. A outra metade, chamada *medietas regis*, teve muitos beneficiários, entre eles a Ordem Militar do Templo e o infante Afonso, assim como oficiais da Corte Régia e, sobretudo, aqueles que foram como repovoadores da ilha, a maioria dos quais procedia das terras catalãs. Ficaram muitos muçulmanos em Maiorca? A maior parte deles escaparam, supondo-se que só permaneceu na ilha pouco mais de dez por cento, ou seja, cerca de 12 000, uma parte dos quais passou à condição servil.

Na década de 30 do século XIII, embora continuasse ainda a atividade militar nas ilhas Baleares, Jaime I decidiu pôr em marcha a conquista do reino de Valência, território atribuído nos tratados de distribuição à Coroa de Aragão. Desde logo, esta campanha, ao contrário da das Baleares, protagonizada quase exclusivamente por catalães, levou-se a cabo de forma conjunta por Aragão e Catalunha. Não obstante, o primeiro que tomou a iniciativa, no ano de 1232, foi o conde Blasco de Aragão, que conquistou as praças de Ares e Morella, ambas situadas no Norte do antigo reino taifa valenciano. Ora, a Cúria reunida em Monzón nesse mesmo ano acordou que as tropas reais interviessem nas campanhas militares previstas contra o reino de Valência. Os primeiros êxitos importantes foram a tomada das localidades de Burriana, Peñíscola e Almanzora. Uma nova Cúria, celebrada também em Monzón, no ano de 1236, decidiu continuar o avanço militar para sul. O projeto de Monzón contou com o apoio do Pontífice, na altura Gregório IX, o qual concedeu uma bula de cruzada. As campanhas militares conseguiram o seu primeiro triunfo ao ocupar Puig,

em 1237. Mas o remate foi, sem dúvida alguma, a tomada da cidade de Valência, que caiu em poder das armas cristãs no outono do ano de 1238, depois de um longo cerco. A partir daquela data, e até 1245, prosseguiu a luta com o objetivo de conquistar o território a sul da cidade de Valência, ou seja, o antigo reino taifa de Denia. O primeiro passo foi a ocupação de Cullera, no ano de 1239, e o último, a conquista de Alcira que aconteceu no ano de 1245.

A complexidade do território do reino de Valência explica que o processo de colonização não fosse uniforme. Há que ter em conta, por outro lado, que neste território, particularmente nas comarcas meridionais, permaneceu grande parte da sua anterior população muçulmana. Na zona setentrional, marcada pelo seu caráter montanhoso e onde os habitantes islâmicos eram muito escassos, as principais doações territoriais foram parar às mãos das Ordens Militares do Templo e do Hospital. Diferente foi, por outro lado, a repovoação da zona delimitada pelos rios Mijares e Turia, na qual era notável a presença mudéjar. Ora, a chave da tarefa colonizadora encontrava-se na cidade de Valência e nos seus terrenos de cultivo. Desde logo, saíram daquela zona mais de dois terços dos muçulmanos ali estabelecidos. Este vazio foi ocupado por numerosos repovoadores, originários sobretudo da Catalunha, embora também viesse do reino de Aragão. Foram entregues aos repovoadores cerca de 65 000 hectares de terreno e 2 600 casas. A cidade de Valência recebeu de Jaime I um foro inspirado no Direito Romano. Por outro lado, a zona do sul do reino de Valência, onde predominava de forma assombrosa a população mudéjar, mal recebeu novos povoadores. Unicamente nas zonas fronteiriças se alentou a atividade repovoadora.

Jaime I assinou com o rei castelhano Fernando III, em 1244, o Tratado de Almizra, no qual se acordava a divisão entre ambos de terras que tinham sido no passado de al-Andalus. Ora, em 1247, produziu-se em terras valencianas uma revolta mudéjar, dirigida por um tal al-Azrach. Depois de ser sufocada, o que aconteceu no ano seguinte, muitos mudéjares abandonaram o reino de Valência. De todos os modos, em finais do século XIII a povoação muçulmana daquele território superava notavelmente a cristã.

Noutro sentido, Jaime I decidiu, como forma de neutralizar a pressão da alta nobreza, apoiar as vilas reais que ganharam autonomia. No ano de 1265 constituiu-se o primeiro Conselho Municipal da cidade de Barcelona. Também assinou com Luís IX de França o Tratado de Corbeil, em 1258. Este tratado punha fim à suposta dependência dos condes de Barcelona em relação aos monarcas franceses. Por outro lado, Jaime I projetou pôr em marcha uma cruzada, mas, no final, não pôde levar por diante essa ideia.

### **O Início da Expansão pelo Mediterrâneo**

Com a morte de Jaime I produziu-se uma divisão nos seus reinos. Pedro III (1276-1285), conhecido como *o Grande*, passou a governar Aragão, Catalunha e Valência enquanto Maiorca era entregue a Jaime II. Pedro III teve de fazer frente à crescente pressão tanto da nobreza como das oligarquias urbanas. No ano 1283, viu-se obrigado a assinar, nas Cortes de Tarazona-Saragoça, o denominado Privilégio Geral, concessão feita aos nobres de Aragão e Valência, assim como a algumas cidades destes reinos.

Contudo, no tempo de Pedro III, a Coroa de Aragão deu os seus primeiros passos para a expansão pelo Mediterrâneo. O monarca aragonês estava casado com Constanza de Sicília, ainda que naquela ilha governassem, desde o ano 1266, os angevinos. Mas a revolta, no ano 1282, das «Vésperas Sicilianas», que foi uma sublevação contra os franceses, tornou possível que Pedro III fosse proclamado rei da Sicília. Este acontecimento provocou uma reação tanto no Pontífice, que excomungou Pedro III, como no rei de França, Filipe III, apoio dos angevinos. O monarca francês chegou a penetrar com os seus exércitos em terras catalãs embora fosse obrigado a retirar-se pouco depois.

Com a morte de Pedro III sucedeu-lhe o seu filho Afonso III (1285-1291), ainda que a Sicília passasse para as mãos do seu segundo filho, Jaime. Afonso III, durante o seu breve reinado, teve conflitos com a nobreza dos seus reinos assim como com França e com o Papado, se bem que a paz de Tarascón, em 1291, melhorasse o panorama. O monarca aragonês também apoiou os infantes da Cerda, que reclamavam os seus supostos direitos ao trono castelhano frente a Sancho IV.

Após a morte de Afonso III o trono passou para o seu irmão Jaime II (1291-1327), até então rei da Sicília. Depois do Tratado de Anagni (1295), Jaime II teve de renunciar a Sicília, embora recebesse em compensação os direitos sobre as ilhas da Córsega e da Sardenha. Não obstante, o seu irmão Federico proclamou-se, no ano de 1296, rei da Sicília. Nos seus últimos anos de reinado, Jaime II conseguiu conquistar a Sardenha, ainda que o domínio desta ilha trouxesse diversas complicações, num primeiro momento com Pisa e, posteriormente, com a república de Génova. O reinado de Jaime II também foi testemunha da expedição ao

Oriente para lutar ao serviço dos imperadores bizantinos, dos almogávares, dirigidos por Roger de Flor. Calcula-se que em 1303 chegassem a Constantinopla cerca de 4 000 almogávares, os quais protagonizaram brilhantes façanhas. Mas o assassinato, em 1305, de Roger de Flor provocou uma reação violenta dos almogávares que acabaram por se instalar por sua conta nos ducados de Atenas e de Neopatria. Quanto à sua política peninsular, Jaime II teve pugnas com Castela devido ao seu apoio aos infantes da Cerda, assim como a reclamação aragonesa do reino de Múrcia. Contudo, a paz de Ágreda (1304) pôs fim a esse confronto, ficando Múrcia para Castela, mas passando para Aragão a zona de Alicante.

### **Os Fundamentos Económicos. O Auge do Comércio Catalão**

A coroa de Aragão estava integrada, antes das grandes conquistas do século XIII, por dois núcleos claramente diferentes, Aragão e Catalunha. Aragão era mais extenso, mas estava menos povoado, uma vez que se calcula que contava no máximo com 200 000 habitantes no final do século XIII, enquanto a Catalunha aproximava-se, nessa mesma altura, aos 500 000. Aragão também era um território de esmagador predomínio agrícola. Havia importantes zonas de regadio, herança da época muçulmana. Os cultivos principais eram o trigo, a oliveira e a vinha, mas também as frutas e hortaliças e, inclusive, cultivos industriais como o linho e o cânhamo. Também tinha grande relevo no século XIII a ganadaria ovina que praticava a transumância entre as zonas próximas ao Ebro e à serra de Albarracín. As atividades artesanais, de todos os modos, tinham conhecido uma certa expansão. Também foi

muito importante, por outro lado, a prática mercantil, tanto ao longo da rota jacobea como através do rio Ebro. Mas a vida urbana não brilhava a grande altura se excetuarmos a cidade de Saragoça.

A agricultura também tinha a sua importância na Catalunha. Os cultivos mais prósperos eram o arroz, a oliveira, o vinhedo e os frutos secos. Os cereais, pelo contrário, tinham menor importância. No âmbito da ganadaria o animal que conheceu maior desenvolvimento em terras catalãs foi o porco. Mas o mais chamativo da Catalunha era a sua atividade artesanal e mercantil. A indústria têxtil encontrava-se, no século XIII, muito pujante, com núcleos como Barcelona, Puigcerdá, Ripoll, Vic ou Girona. Esse auge obedecia, em boa medida, à pugna com os Anjou, assim como as dificuldades postas à importação dos tecidos do Sul de França. Em Barcelona trabalhava-se também a prata, o coral e a cerâmica. Importante era, por outro lado, a metalurgia da zona do Ripollés, que tinha o seu fundamento nos metais da região pirenaica. No que se refere ao comércio destacava-se a atividade desenvolvida na denominada *via francigena*, que ligava Ampurdán com a zona de Tarragona. Ao longo desta rota havia abundantes feiras, como as de Figueras, Girona, Barcelona, Tarragona ou Reus. Também era importante a via terrestre que, através de Lérida, ligava a Catalunha com Aragão. Mas, sem dúvida, o núcleo básico do comércio catalão era Barcelona, cidade que contava com importantes arsenais. Pelo seu porto marítimo saíam, entre outros produtos, tecidos, couros, coral polido e açafreão, enquanto entravam especiarias, tecidos de seda, peles, algodão, alume e, inclusive, escravos. O auge do comércio catalão explica que acabasse por se criar, por volta de 1282, o «consulado do mar». No ano seguinte, o monarca Pedro III aprovava as *Costums de*

*mar*, texto que recolhia as normas jurídicas que iriam reger o Direito marítimo. Paralelamente tinham surgido diversos consulados catalães em localidades situadas na zona do Mediterrâneo, entre eles os de Bujía, Alexandria e Constantinopla.

Valência e as Baleares, os territórios conquistados ao islão na primeira metade do século XIII, ofereciam importantes atrativos económicos, tanto no terreno agrícola como no artesanal e mercantil. Em Valência havia, como cultivos mais destacados, frutas cítricas, arroz, açafrão e cânhamo, e em Maiorca, oliveira vinha, árvores de fruto e hortaliças. Quanto ao resto, tanto Valência como Maiorca ofereciam excelentes condições para o desenvolvimento do comércio.

### **Uma sociedade Diversificada. Mudéjares e Judeus**

A sociedade encontrava-se fortemente diversificada, tanto do ponto de vista jurídico como económico. O grupo privilegiado era constituído, obviamente, pela nobreza. Entre esta há via que distinguir entre a alta e a pequena nobreza. A alta nobreza do reino de Aragão era integrada por algumas poucas linhagens, entre as quais deve-se distinguir as velhas famílias como os Luna, Abarca, Urrea ou Jordán de Urríes e os que tinham a sua origem nos bastardos de Jaime I, como os Híjar, os Castro, os Jérica ou os Ayerbe. A alta nobreza juntava o poder económico, baseado sobretudo na posse de grandes domínios territoriais, e o político. No que se refere à nobreza baronial das terras catalãs, eram muito conhecidas as linhagens dos Cardona, dos Montcada ou dos Rocaberti. A baixa nobreza,

denominada na Catalunha como *cavallers*, era muito heterogénea. Deste setor saíram, sobretudo, muitos dos oficiais da Corte Régia, assim como membros das ordens militares e combatentes das campanhas militares no Mediterrâneo.

No outro extremo do leque social encontravam-se os camponeses que eram, sem dúvida, o setor maioritário daquela sociedade. No reino de Aragão utilizava-se uma terminologia muito variada para se referir aos labregos: *vilãos* eram os que trabalhavam as suas próprias terras; *vilãos de parata* ou *colaços* eram os camponeses que cultivavam prédios alheios; o termo «mesquinho» aplicava-se a labregos de condição semi servil; por último havia os *exaricos*, que eram os camponeses mudéjares, também de ínfima condição. Em terras catalãs diferenciavam-se os labregos da Catalunha Velha e os da Nova. Os primeiros tinham menos liberdades, sobretudo os denominados *payeses de remensa*, os quais se queriam abandonar a terra que trabalhavam tinham de pagar um resgate, a *remensa*.

A diversificação também se foi impondo no mundo urbano de uma forma mais igualitária. Por um lado, o patriciado, expressão que aludia ao grupo dirigente dos núcleos urbanos no qual confluíam o poder económico e político, uma vez que controlavam os concelhos. Na Catalunha conhecia-se este grupo com o nome de *ciutadans*. No extremo contrário encontrava-se o comum, grupo maioritário que aglutinava os artesãos que não tinham nenhuma participação no governo local. Em terras catalãs falava-se, para se referir ao comum, da *mà menor*.

Havia em terras da Coroa de Aragão, por outro lado, minorias. Referimo-nos aos mudéjares e aos judeus. Os mudéjares eram muito numerosos no reino de Aragão onde

se supõe que constituíam, em finais do século XIII, cerca de trinta e cinco por cento da população. Na Catalunha, pelo contrário, a população mudéjar era muito reduzida, limitando-se a uns grupos estabelecidos na zona do Baixo Ebro. Grande parte dos mudéjares vivia no meio rural. Os judeus, pelo contrário, eram gente que habitava nos núcleos urbanos. Em Aragão, a principal alfama hebraica era a de Saragoça. Na Catalunha destacavam-se as alfamas judaicas de Barcelona, Girona, Tárrega, Lérida e Tarragona. As grandes conquistas do século XIII supuseram a integração na Coroa de Aragão de importantes contingentes de mudéjares, residentes no reino de Valência, assim como da comunidade judaica de Maiorca a cujos membros se conhecia como os *chuetas*.

### **A Articulação da Coroa de Aragão. As Cortes**

A forma de governo na Coroa de Aragão era a monarquia. O rei gozava de plenos poderes, uma vez que era o juiz supremo, o chefe do exército e aquele que legislava. A ele correspondia-lhe manter a paz, administrar a fazenda e designar os seus oficiais da corte. Ora, o monarca tinha de exercer as suas funções atendo-se a normas morais, mas ao mesmo tempo respeitando os costumes da terra. Acedia-se ao trono por via hereditária e por linha de varões. Os habitantes do reino eram vassallos naturais do monarca. O rei, por outro lado, tinha terras privativas, conhecidas como a *honor regalis*. Mas ao mesmo tempo podia conceder aos seus vassallos domínios para que os governassem, as denominadas honras. Tradicionalmente enfatizou-se muito em definir a Coroa de Aragão como pacifista. Com isso quer-se indicar que o monarca, longe de atuar de forma

autoritária, tinha em conta o parecer dos seus súbditos e em particular dos grupos privilegiados. Nos últimos anos do século XIII, como se disse anteriormente, os reis de Aragão viram-se obrigados a conceder aos poderosos o Privilégio Geral.

O rei celebrava reuniões com os seus mais diretos vassallos e colaboradores. A este organismo denominava-se-lhe a Cúria Régia. Da Cúria Régia nasceu, nos finais do século XIII, o Conselho Real, instituição que era integrada pelos grandes oficiais da Corte e cuja função principal era prestar assessoria ao monarca. De todos os modos, a diversidade de núcleos políticos que integravam a Coroa de Aragão, particularmente depois das conquistas do século XIII, teve o seu reflexo imediato na ordem política. Na segunda metade do século XIII deparamo-nos com a existência dos procuradores reais, que eram delegados do rei para os territórios de Aragão e Catalunha. Os delegados permanentes dos monarcas em Valência e Maiorca eram os *gerenti vices*.

O território do reino de Aragão dividia-se em meirinhados, à frente da qual havia um meirinho. A Catalunha era constituída por vicariatos e dirigidas por um vicário. Meirinhos e vicários tinham atribuições políticas, jurídicas e militares. No âmbito local, o órgão do governo era o município. Em Aragão, o município era composto por um Cabildo de jurados, que era assessorado por um Conselho e que era presidido pelo *zalmedina*<sup>(6)</sup>, *justicia*<sup>(7)</sup> ou alcaide, cargo de nomeação real. Na Catalunha havia magistrados locais chamados *consols*, *pahers* ou *jurats* que eram assessorados por um *Consell*. Barcelona é o exemplo paradigmático de município que no tempo de Jaime I era

constituído por um Conselho de cem *prohoms* ou *jurats*, o chamado *Consell de Cent* e magistrados, os *consellers*.

O século XIII foi testemunha também do nascimento da instituição das Cortes na Coroa de Aragão. O passo decisivo foi a incorporação de delegados das cidades e vilas às tradicionais reuniões da Cúria Régia. As primeiras Cortes a surgir foram as de Catalunha, cuja primeira reunião teve lugar, ao que parece, em 1213. As Cortes do reino de Aragão surgiram algum tempo depois, no ano de 1264, e as de Valência em 1283. As Cortes de Aragão, ao contrário das de Catalunha e Valência, eram compostas por quatro braços, uma vez que havia, por um lado, alta nobreza e, por outro, baixa. Cada um dos territórios da Coroa de Aragão manteve as suas próprias Cortes ainda que em circunstâncias especiais se reunissem Cortes conjuntas da Coroa.

Deve-se sublinhar, por outro lado, o progresso que teve o Direito Romano ao longo do século XIII. Foi decisiva, nesse sentido, a ação do jurista Pere Albert, especialista em Direito Romano, a quem se deve o texto das *Conmemoracions*. Também no século XIII se decidiu, concretamente nas Cortes de Barcelona de 1251, que os *Usatges*, até então o texto específico do condado de Barcelona, passassem a ser considerados como Direito geral do país, devendo acudir a eles os tribunais.

## **A Igreja e a Cultura.** **Raimundo Lúlio**

No século XIII difundiram-se pela Coroa de Aragão as ordens mendicantes. No que se refere aos franciscanos, o seu primeiro convento estabeleceu-se em Lérida, no ano de

1217. Posteriormente criaram-se conventos franciscanos em cidades como Barcelona, Saragoça ou Palma de Maiorca. Quanto aos dominicanos, os mais antigos conventos foram os de Barcelona e Saragoça, os quais, segundo a tradição, nasceram por causa de uma visita do próprio Domingos de Gusmão, fundador da ordem. Quase pela mesma altura, no ano de 1218, constituiu-se em Barcelona a Ordem das Mercês, que associava o aspeto religioso com o militar. O seu fundador foi Pedro Nolasco, que foi apoiado por diversos cavaleiros catalães. A Ordem das Mercês seguia a regra de Santo Agostinho. Um século depois, em 1319, durante o reinado de Jaime II, criou-se na Coroa de Aragão a Ordem Militar de Montesa à qual foi adjudicada os bens que possuía no reino de Valência a Ordem do Templo que fora abolida anos antes.

O latim continuava a ser a língua da Igreja. Não obstante, seguia o progresso das línguas românicas. No século XIII, a língua castelhana teve um notável desenvolvimento, presente em obras tão significativas como o *Libre dels feyts*, atribuído ao monarca Jaime I, ou a *Crónica* de Bernat Desclot. Também se destacava a atividade dos trovadores que costumavam utilizar a língua provençal. No século XIII, merecem ser mencionados Ramón Vidal de Besalú, autor do livro *Las rasos de trabar*, e Cerveri de Gerona.

Contudo, a pessoa que mais brilhou no século XIII no mundo da cultura, no âmbito da Coroa de Aragão, foi Raimundo Lúlio. Natural de Maiorca, Raimundo Lúlio, a quem se chama o «doutor iluminado» ingressou na Ordem franciscana. Interessado pela conversão dos infiéis, esteve em diversas ocasiões em terras africanas. Raimundo Lúlio, de quem se diz que escreveu nada menos do que 250 obras, utilizava o latim, o catalão e inclusive, segundo

parece, o árabe. As suas obras mais significativas são o *Livro do Gentio e dos Três Sábios*, no qual se apresenta a polémica entre as três religiões monoteístas do mundo mediterrâneo, o cristianismo, o islamismo e o judaísmo; o *Livro da Contemplação*, texto de caráter místico-religioso; *Árvore da Ciência*, escrito com pretensões enciclopedistas no qual expõe uma lógica simbólica de muito difícil interpretação e, finalmente, *Blanquerna*, que é uma narração de tom alegórico.

Outro nome insigne do século XIII foi o do valenciano Arnau de Vilanova que exerceu como médico, atividade em que se mostrava seguidor de Galeno, mas também da tradição arábica. Também se interessou pelas questões teológicas. Não obstante, a sua obra mais conhecida é um escrito de caráter apocalíptico, a *Expositio super Apocalypsi*, onde introduzia a sua faceta de homem visionário e profético, uma vez que fixava o fim do mundo no ano 1368.

### **A Orientação Francesa de Navarra**

A morte sem filhos de Sancho VII, o *Forte*, possibilitou o acesso ao trono navarro do seu sobrinho Teobaldo I (1234-1253), filho do conde de Champagne. Teobaldo I foi cruzado, o que o levou à Palestina entre os anos 1239 e 1240. Com este monarca, o reino navarro oscilava entre a orientação política francesa e hispana. Do seu reinado, não obstante, data a origem do Foro Geral de Navarra. Sucedeu-lhe no trono Teobaldo II (1253-1270), com quem aumentou a vinculação de Navarra em relação a França. Teobaldo II, casado com uma filha do rei de França Luís IX, interveio na cruzada de Tunes onde morreu vítima de peste. Sucedeu a

Teobaldo II o seu irmão Henrique I (1270-1274), último representante da dinastia de Champagne. A herança do trono navarro recaiu na filha de Henrique I, Joana, que se casou com o rei de França Filipe IV. Daí que o reino de Navarra estivesse unido ao de França até ao ano 1238, data do desaparecimento da dinastia Capeta por falta de herdeiros. Durante esses anos foram reis de Navarra, depois de Joana e Filipe IV, Luís, o Hutín, Filipe o Longo, e Carlos I.

O reino de Navarra contava, em meados do século XIII, com cerca de 150 000 habitantes. Da perspetiva económica dominava o rural, com cultivos como os cereais, o vinhedo, a oliveira e hortaliças. Também se destacava a ganadaria ovina, que realizava a transumância entre as comarcas pirenaicas e as zonas planas. Contudo, o desenvolvimento da rota jacobea serviu para impulsionar o mundo urbano e com ele o artesanato e o comércio. Para além de Pamplona, eram importantes núcleos Estella ou Puente de la Reina. A sociedade navarra era composta por três grupos distintos, os nobres, os camponeses e os que viviam nas cidades. No primeiro grupo há que diferenciar a camada que integrava a alta nobreza, os ricos-homens, como se lhes chamou a partir do século XIII, e a dos infanções e fidalgos, ou seja, a pequena nobreza. Os labregos, sem dúvida a maioria da população de Navarra, eram conhecidos como vilãos ou plebeus. No âmbito urbano havia que destacar as denominadas «boas vilas», ou seja, realengas. De todos os modos, pouco a pouco ia-se diferenciando o setor dominante comum das cidades. Havia também na Navarra do século XIII mudéjares, sobretudo na zona da Ribera, e judeus instalados em cidades como Pamplona, Tudela e Estella.

O órgão de governo de Navarra era a monarquia, que mal se diferenciava da vigente noutros reinos hispânicos. O acesso ao trono dos monarcas navarros efetuava-se através do «levantamento» do soberano sobre o escudo por parte dos ricos-homens do reino. Quanto ao resto, os monarcas navarros deviam jurar, antes de ser coroados, que respeitariam os foros do reino. Do ponto de vista territorial, Navarra estava dividida, no século XIII, em meirinhados. Outro traço significativo daquele século foi a convocatória de juntas que presidiam os monarcas e nas quais participavam nobres, prelados e representantes das cidades. Estas juntas precedem as Cortes que surgiram em Navarra no início do século XIV.

Chegaram a Navarra, no século XIII, as ordens mendicantes, franciscanos e dominicanos. Noutra sentença, merece recordar que o inglês Roberto de Chester, que esteve na escola de tradutores de Toledo, acabou como cónego na catedral de Pamplona. Também progredia no século XIII o romance navarro. Do início deste século data um texto conhecido, o *Chronicum Villarense*, de que foi autor, segundo parece, um monge do mosteiro de Fitero.

-

(<sup>6</sup>) Magistrado Aragão na Idade Média (N. T.).

(<sup>7</sup>) O responsável pelos termos judiciais (N. T.).

## **O século XIII. A Espanha ocidental. A expansão de Castela e Leão**

A derrota sofrida pelos almóadas em Las Navas de Tolosa e a debilidade dos terceiros reinos de taifas que substituíram o desaparecido poder almóada, possibilitaram a entrada das tropas castelhano-leonesas no vale de Guadalquivir. Assim, em poucos anos passou para o poder cristão o território compreendido entre o Alto Guadalquivir e a costa atlântica da Andaluzia. Paralelamente, incorporou-se em Castela, neste caso mais por vias diplomáticas do que militares, o reino taifa de Múrcia. Mas a atividade reconquistadora ainda não concluía para os castelhano-leoneses uma vez que ainda subsistia o reino taifa fundado pelos nasridas em Granada. De todos os modos, na segunda metade do século XIII, o rei de Castela, Afonso X, esteve quase a coroar-se imperador da Alemanha, mesmo quando este propósito acabou por não resultar. Os reinos de Castela e Leão, novamente unidos, viveram no século XIII um período de progresso, refletido no campo económico com o nascimento da instituição da Mesta, expoente da ganadaria ovina. Certamente, a sociedade, tanto a rural como a urbana, evoluía no sentido de marcar as diferenças entre os poderosos e o povo comum. O século XIII conheceu, por

outro lado, relações pacíficas dos cristãos com os muçulmanos e com os judeus. No âmbito da política assistimos neste século à progressiva homogeneização dos reinos de Castela e Leão, aspeto em que teve um importante papel a penetração do Direito Romano. No que se refere à vida espiritual, os traços mais significativos do século XIII em terras de Castela e Leão foram o apogeu da escola afonsina, o triunfo da língua castelhana e a génese das universidades.

### **A Incorporação da Andaluzia Bética e do Reino de Múrcia**

Henrique I (1214-1217) sucedeu no trono de Castela a Afonso VIII, mas após a sua morte prematura a coroa passou para a sua irmã Berenguela. Não obstante, esta cedeu os seus direitos ao seu filho Fernando, nascido do seu matrimónio com o monarca leonês Afonso IX. Fernando III, conhecido como *o Santo*, pela sua canonização, séculos mais tarde, foi coroado como rei de Castela no ano de 1217 numa brilhante cerimónia que teve lugar na Plaza Mayor de Valladolid. Fernando III (1217-1252) protagonizou a mais fabulosa expansão dos núcleos ocidentais da Espanha cristã. Em 1224, atravessou Despeñaperros, iniciando as suas campanhas militares por terras andaluzas. O resultado dessas ações foi a tomada, entre outras localidades, de Baeza e Andújar. Em 1230, Fernando III converteu-se no rei de Leão, como consequência da cessão dos seus direitos por parte das suas meias-irmãs Sancha e Dulce, filhas também de Afonso IX.

Dois anos depois retomava as suas campanhas na Andaluzia, conquistando a praça de Úbeda. Em 1236, de forma um tanto inesperada, caiu em poder cristão a cidade

de Córdoba, antiga sede do Califado omíada. A conquista de Jaén, pelo contrário, foi muito mais complicada, uma vez que resistiu até ao ano de 1246. A seguinte meta era a cidade de Sevilha, que fora centro do poder almóada. No seu avanço por Guadalquivir abaixo foram caindo nas mãos das tropas castelhana-leonesas várias localidades, entre elas, Carmona, Lora ou Alcalá de Guadaíra. Por fim, em finais de 1248, as tropas castelhana-leonesas entraram em Sevilha, depois de um longo cerco terrestre e fluvial onde tiveram um inegável protagonismo o mestre de Santiago, Pelay Correa, e o almirante Ramón Bonifaz, respetivamente. Nos anos seguintes continuou o avanço cristão pelas Marismas e pelos campos gaditanos, tendo sido ocupadas praças como Jerez, perdida pouco tempo depois, Vejer, Medina-Sidónia ou Arcos. Fernando III, depois destes êxitos, projetou realizar uma expedição ao Norte de África, mas morreu antes que pudesse levá-la a cabo. Os últimos passos na conquista da Andaluzia Bética foram dados pelo filho e sucessor de Fernando III, Afonso X que, para além de recuperar a praça de Jerez, ocupou a cidade de Cádiz em 1262 assim como o antigo reino taifa de Niebla.

Paralelamente passara para o poder cristão o reino de Múrcia. O protagonista dessa ação foi o príncipe Afonso, primogénito de Fernando III e seu herdeiro no trono. Afonso, atuando com grande habilidade, conseguiu que o rei taifa de Múrcia, Ibn Hud, aceitasse converter-se em vassalo de Fernando III. Em 1243, as tropas cristãs entravam na cidade de Múrcia. Houve, no entanto, algumas praças, como Lorca, Mula e Cartagena, que resistiram, o que motivou uma intervenção militar do príncipe Afonso, que decretou a expulsão dos muçulmanos daquelas localidades. Estabeleciam-se, paralelamente, guarnições militares castelhana-leonesas em Múrcia e arredores.

Uma vez incorporados os territórios de Andaluzia Bética e do reino de Múrcia no domínio castelhano-leonês procedeu-se ao seu repovoamento. Os muçulmanos foram expulsos das principais cidades como, por exemplo, de Sevilha e de Jaén. Por outro lado, deram-se comendas às ordens militares na zona fronteiriça com o reino de Granada, último bastião do islão peninsular. A Ordem de Santiago recebeu as comendas de Segura, Estepa e Medina-Sidónia; a de Calatrava, as de Martos, Alcaudete e Osuna; e a de Alcántara, a de Morón. O arcebispado de Toledo recebeu o adiantado de Cazorla no Alto Guadalquivir. Noutra sentida, procurou-se potenciar os grandes conselhos, casos de Córdova, Sevilha, Baeza ou Cádiz. Foram concedidos aos núcleos urbanos do Alto Guadalquivir foros semelhantes ao de Cuenca, enquanto a Córdova e Sevilha se lhes outorgou o Foro Jurídico, sem dúvida por motivos históricos.

A repovoação levou-se a cabo através das repartições. O melhor exemplo conhecido é o de Sevilha e sua circunscrição. Fernando III concedeu doações maiores, ou seja, grandes extensões de terras aos infantes, aos grandes magnatas, aos bispados e às ordens militares. Os oficiais da administração real foram beneficiados com as chamadas doações menores. Os autênticos repovoadores, pelo contrário, receberam simples herdades, que variavam segundo a condição social do colono, uma vez que se estabeleciam diferenças ente os cavaleiros, entre os quais sobressaíam os chamados de linhagem, e os peões. Vejamos um exemplo: o peão recebia uma jugada de pão e quatro aranzadas<sup>(8)</sup> de olival enquanto ao cavaleiro que não era de linhagem lhe davam duas jugadas de pão e oito aranzadas de olival, ou seja, exatamente o dobro. Os repovoadores de Sevilha procediam, em primeiro lugar, da

bacia do Douro, concretamente das atuais províncias de Burgos, Palência e Valladolid, e, em segundo lugar, do vale do Tejo, embora também viessem de outros territórios hispanos e mesmo navarros e catalães. Por outro lado, foi de grande importância o estabelecimento de homens de negócios de países estrangeiros, sobretudo italianos e, em primeiro lugar, genoveses. Nas zonas marítimas, como é o caso, por exemplo, de Cádiz, foi notável a presença de repovoadores originários do senhorio de Biscaia.

Também se aplicou o sistema de repartições no repovoamento do reino de Múrcia. Contudo, naquele território houve várias repartições: uma primeira, muito modesta, no ano de 1257; outra outorgada aos seus cavaleiros em 1264 pelo monarca aragonês Jaime I quando entrou em Múrcia para combater a sublevação dos mudéjares; e a terceira, sem dúvida, a principal, no ano de 1267. Ali também se outorgaram doações aos poderosos e herdades aos povoadores efetivos que eram classificados em diversos graus, encabeçados pelos denominados cavaleiros maiores e que acabam nos peões menores. Em terras murcianas predominaram os repovoadores castelhanos, mas também houve um contingente importante de colonos originários da Coroa de Aragão.

### **Afonso X, o Sábio. O «Facto do Império».**

Afonso X (1252-1284), conhecido como *o Sábio*, teve uma destacada intervenção nas campanhas militares castelhano-leonesas. No ano de 1264 eclodiu uma revolta mudéjar em terras andaluzas, rapidamente propagada ao reino de Múrcia. Enquanto Afonso se concentrava a reprimir esta

manifestação, o seu sogro, o rei de Aragão, Jaime I, interveio em Múrcia, com a finalidade de apagar as chamas do conflito. Uma vez sufocada a revolta, Afonso X ordenou a expulsão dos mudéjares do território andaluz, partindo muitos deles para o reino nasrida de Granada e outros para o Norte de África. Esta decisão teve graves consequências, uma vez que deixou despovoadas muitas comarcas da Andaluzia Bética.

O acontecimento mais relevante do reinado de Afonso X foi a sua aspiração ao título imperial germânico, ao qual se acedia por eleição e que se encontrava vazio desde o ano de 1254. Avalizava-o o facto de ser filho de uma alemã, Beatriz de Suabia. Como se fosse pouco, uma embaixada da cidade italiana de Pisa deslocou-se a Castela incentivando-o a que apresentasse a sua candidatura. Os pisanos disseram ao rei Sábio que era o mais esclarecido monarca do mundo cristão. Afonso X aceitou a sugestão. Em 1257, o rei de Castela e Leão foi eleito imperador, pouco depois de ter havido uma primeira eleição que recaía no inglês Ricardo da Cornualha. Iniciou-se a partir desse momento uma áspera disputa, conhecida no âmbito hispano como o «facto do império», que durou até ao ano 1273, data em que foi eleito um novo imperador. O «facto do império», ao qual Afonso X dedicou amplos esforços, foi muito custoso para os contribuintes de Castela e Leão. Mas no final o monarca castelhano-leonês não conseguiu nada. Por outro lado, Afonso X confrontou-se, nos últimos anos do seu reinado, tanto com alguns setores da nobreza como com o seu segundo filho, Sancho. Este reclamava a herança do trono perante os presumíveis direitos dos infantes da Cerda, filhos do primogénito de Afonso X, Fernando de la Cerda, o qual falecera antes de seu pai.

Sancho IV (1284-1295), conhecido como *o Bravo*, teve de se enfrentar aos seus sobrinhos, os infantes da Cerda, os quais reclamavam o trono castelhano. Estes infantes eram ajudados pelo rei de Aragão, Afonso III. Ora, isto não foi um óbice para que Sancho IV combatesse os muçulmanos, concretamente os benimerinos, que irromperam por esses anos pelas costas andaluzas. O monarca castelhano conquistou no ano de 1282 a importante praça de Tarifa, posteriormente defendida de forma heroica pelo magnata nobiliário Alonso Pérez de Guzmán, mais conhecido como Guzmán, o Bom. Noutro sentido, Sancho IV teve um duro confronto com um dos que fora um dos seus principais colaboradores, Lope Díaz de Haro, senhor de Biscaia. Lope Díaz de Haro foi assassinado no ano de 1288 na localidade de Alfaro, segundo parece por ordem do próprio monarca.

Com a morte de Sancho IV acedeu ao trono o seu filho Fernando IV (1295-1312). A sua pouca idade exigiu o estabelecimento de uma regência à frente da qual ficou a sua mãe, Maria de Molina, mulher de grande energia, o que explica que tenha passado à posteridade envolvida numa grande fama. Maria de Molina defendeu os direitos do seu filho frente às aspirações dos infantes da Cerda ao mesmo tempo que se enfrentava com outros magnatas dos seus reinos, que se tinham sublevado liderados pelo infante João, irmão de Sancho IV. De todos os modos, uma vez proclamado Fernando IV, maior de idade, conseguiu pactuar com os aragoneses a concórdia de Ágreda (1304), que garantia o domínio castelhano do reino de Múrcia, exceto da zona alicantina. Fernando IV lançou também algumas campanhas contra os muçulmanos, centradas na zona do Estreito. O resultado daquelas ações foi a tomada da praça de Gibraltar. Mas a prematura morte do monarca supôs o fim daquelas campanhas.

## **As Bases Económicas. A Mesta**

A povoação dos reinos de Castela e Leão manteve o seu crescimento vegetativo no século XIII, ainda que não seja possível oferecer dados quantitativos a propósito dos seus efetivos demográficos. Quanto às atividades económicas, o setor essencial era o da agricultura. Os principais cultivos eram os cereais e o vinhedo, sem esquecer as hortaliças, as árvores de fruta e mesmo cultivos industriais como o linho. Quanto ao resto, no século XIII continuava o processo arroteador, se bem que o aspeto mais chamativo deste século fosse a incorporação nos reinos cristãos das férteis terras da Andaluzia Bética e dos terrenos hortícolas de Múrcia o que implicou, por outro lado, o desenvolvimento de novos cultivos, próprios das terras meridionais da Península Ibérica, como a oliveira, o arroz e a figueira.

Contudo, o avanço mais espetacular aconteceu no setor da ganadaria, particularmente no que diz respeito à ovelha, animal que proporcionava lã, matéria-prima fundamental da indústria têxtil. A ovelha característica das terras de Castela e Leão era a churra, a que se juntou posteriormente a denominada merina, cuja origem continua ainda a ser objeto de debate. A chegada dos cristãos à meseta sul e particularmente aos ricos pastos do vale do Guadiana tornou possível a expansão da transumância. O gado deslocava-se através dos caminhos de pé-posto, que eram caminhos situados entre campos de cultivo. As ovelhas iam no inverno para as zonas quentes do Sul, as *estufas* e no verão para as montanhas do Norte, os *agostadouros*. Os principais caminhos de pé-posto de Castela e Leão eram, no século XIII, o ocidental ou leonês, o central ou segoviano e o

oriental, também conhecido como manchego ou conquense<sup>(9)</sup>. Os donos dos rebanhos celebravam reuniões denominadas *mestas* ou *oteros*. Por seu lado, o gado, quando se deslocava, era acompanhado por uma guarda armada, a *esculca* ou *rafala*. No tempo de Afonso X deu-se um passo decisivo ao constituir-se o Honrado Conselho da Mesta, instituição que aglutinava os ganadeiros de ovelhas de Castela e Leão. O documento mais antigo conservado a propósito da Mesta data do ano de 1273, embora, ao que parece, a instituição existisse já desde alguns anos antes. A Mesta, que tinha prerrogativas sobre todo o gado transumante dos reinos de Castela e Leão, era dominada pelos grandes donos de rebanhos, que não eram outros senão as ordens militares, as igrejas catedrais, os grandes mosteiros e a alta nobreza.

Mas também continuou no século XIII o desenvolvimento dos núcleos urbanos e com eles do artesanato e do comércio. A atividade mais importante era a têxtil, que se localizava em cidades da bacia do Douro, como Zamora, Palência, Sória ou Segóvia, mas também em cidades conquistadas ao islão, tais como Toledo, Cuenca, Córdova ou Múrcia. De todos os modos, a produção têxtil de Castela e Leão era modesta, pelo menos se a comparamos com a excecional produção de lã dos reinos. Outra atividade que estava no auge era a das ferrarias do País Basco, que tinham o seu fundamento nas minas de ferro da Biscaia. Não se pode esquecer, por outro lado, a importância alcançada pela construção de navios. Nesse sentido, é preciso recordar a decisão de Afonso X, no ano de 1252, de instalar arsenais em Sevilha. No que se refere ao comércio no século XIII, é um dado significativo o facto de se terem criado novas feiras, sobretudo em cidades da meseta sul e

da Andaluzia; em Brihuega, Alcalá de Henares, Cuenca, Cáceres, Badajoz ou Sevilha.

### **A Estrutura Social. Mudéjares e Judeus**

A sociedade, como é sabido, era integrada por três estratos sociais, os nobres, os eclesiásticos e os camponeses, cada um dos quais desempenhava uma função. Os nobres e os eclesiásticos eram grupos privilegiados, coisa que não sucedia com os labregos, ou seja, os *laboratores*. Não obstante, a expansão das cidades e vilas pressupôs a incorporação de um novo grupo social, os burgueses, de difícil colocação, ainda que inicialmente se os considerasse parte dos *laboratores*. No âmbito da nobreza havia que distinguir entre o estrato superior, aqueles que acabaram por ser denominados como ricos-homens, e o inferior, constituído pelos infanções e fidalgos. Um exemplo característico de linhagem da alta nobreza era constituído, na Castela do século XIII, pelos Lara. Os seus domínios iniciais encontravam-se nas Astúrias de Santillana e no norte da bacia do Douro, mas com o tempo expandiram-se para sul, concretamente para a zona soriana e para o vale de Guadalquivir. Os dirigentes da Igreja, prelados e abades, saíam habitualmente das fileiras da alta nobreza. Os camponeses eram, segundo as *Partidas*<sup>(10)</sup>, «os que lavram a terra e fazem nela aquelas coisas para que os homens vivam e se mantenham». O mundo dos labregos era, sem dúvida, muito heterogéneo, uma vez que havia desde camponeses acomodados até simples jornaleiros do campo. Mas o setor mais abundante era constituído pelos camponeses que trabalham nas terras dos poderosos e que eram chamados solarengos. No que respeita aos grupos

sociais das cidades e vilas, já se observava, no século XIII, uma clara dicotomia entre o grupo dirigente, os chamados *cavaleiros-patícios*, que costumavam associar a fortuna com a aproximação à condição cavaleiresca, e a *gente miúda*, ou seja, a massa popular, totalmente ausente do governo dos seus respetivos núcleos de populacionais.

Em Castela e Leão havia também mudéjares e judeus. Os mudéjares localizavam-se sobretudo no vale do Tejo e no reino de Múrcia, embora também se encontrassem pequenas comunidades de muçulmanos em diversas cidades e vilas. Na generalidade, os mudéjares dedicavam-se ao cultivo da terra ou a ofícios modestos, como a construção ou a carpintaria. Os judeus viviam de forma quase exclusiva em núcleos urbanos. A judiaria mais importante dos reinos de Castela e Leão era, sem qualquer dúvida, a de Toledo. Os hebreus dedicavam-se preferentemente ao artesanato e ao comércio, mas alguns destacaram-se no mundo da finança, na área da medicina ou na vida intelectual. Os monarcas, desde Afonso VI, costumavam ter judeus em postos importantes da Fazenda Régia. É certo que as relações dos cristãos com os judeus foram, no século XIII, pacíficas. Mas pouco a pouco ia ganhando terreno na mentalidade popular uma animadversão contra os hebreus. Contribuiu para isso a acusação de *deicidas* que lançavam contra eles, mas também a dedicação de alguns hebreus ao empréstimo de dinheiro e o alto nível alcançado por determinados judeus.

### **O Entrelaçado Político da Coroa de Castela**

À cabeça do poder encontrava-se o rei, que o era «pela graça de Deus». O monarca tinha todos os poderes, desde o

militar e judicial até ao político-administrativo. Ao mesmo tempo gozava de diversas regalias, entre elas a cunhagem de moeda, assim como a propriedade das minas e salinas. Nas cerimónias de coroação, os reis eram ungidos pelos eclesiásticos. O sistema de acesso ao trono era a herança, através do varão, ainda que as mulheres não fossem excluídas. Os reis de Castela e Leão, por outro lado, também tinham importantes prerrogativas no âmbito da vida eclesiástica, como se comprova no exercício de direito de patronato e na concessão à coroa, no ano de 1247, das «tércias reais», que consistiam em duas nonas partes dos dízimos que se entregavam à Igreja. O conjunto dos domínios dos antigos reinos de Castela e Leão passou a denominar-se, desde o século XIII, Coroa de Castela. Nela se incluíam, para além dos velhos reinos, Castela, Leão, Galiza ou Toledo, os reinos correspondentes aos territórios recém-conquistados ao islão como Córdova, Múrcia, Jaén ou Sevilha.

No âmbito do rei funcionava o *Palatium* ou corte, na qual os principais oficiais eram o alferes real, que tinha competências militares; o notário-mor, encarregado de autenticar os documentos políticos; e o mordomo, a quem competiam os assuntos económicos. Surgiram, no século XIII, novos oficiais, como os alcaides do rei e os almirantes. Os ramos mais desenvolvidos da corte foram a Chancelaria e a Fazenda. Devido à divisão dos reinos de Castela e Leão, em 1157, tinham-se constituído Chancelarias separadas para ambos núcleos. Essa divisão subsistia no século XIII, mas Afonso X criou a figura do chanceler-mor. Na Fazenda, abaixo do mordomo-mor havia um almoxarife-mor, cargo ocupado habitualmente por um judeu.

Também havia a Cúria Régia, que era um organismo que se encarregava de assessorar o monarca. Esta Cúria celebrava dois tipos de reuniões: as ordinárias, das quais emanou no século XIV o Conselho Real, e as extraordinárias, que derivaram, no fim do século XII, na instituição das Cortes. Esta última instituição consolidou-se no século XIII. Embora inicialmente houvesse Cortes próprias de Leão e Castela, porque a sua génese teve lugar quando ambos reinos estavam separados, desde a união dos dois núcleos, no ano de 1230, a instituição foi convocada de forma conjunta, sobretudo ao longo do reinado de Afonso X. No âmbito da vida local o órgão básico era o *Concillium* ou conselho. Inicialmente os conselhos estavam submetidos à autoridade do *dominus villae*, cargo designado pelo monarca e que habitualmente recaía num magnate nobiliário, mas que, com o tempo, foram ganhando autonomia. As assembleias municipais, compostas por uma representação do conjunto da comunidade vicinal eram já controladas no século XIII por um reduzido setor, os cavaleiros-patícios, que atuavam como se se tratasse de uma oligarquia.

O século XIII foi testemunha, por um lado, da chegada a Castela e Leão do *ius commune*, expressão que aludia tanto ao Direito Romano, no âmbito civil, como ao canónico, no eclesiástico. Na no Século XIII iniciara-se a tarefa de recolher e sistematizar as normas de cada território no sentido da criação de um direito de projeção territorial, que pusesse fim ao excessivo localismo imperante até então. Um exemplo dessa atividade é dado pelo *Livro dos Foros de Castela*, que data de meados do século XIII. Mas essa linha de atuação foi cortada pela irrupção do Direito Romano. Foi fundamental, nesse sentido, a tarefa empreendida por Afonso X, que se projetou em três obras chave: o *Espéculo*,

o *Foro Real* e as *Partidas*. O *Espéculo* era o texto no qual os juízes deviam basear-se, o *Foro Real* pretendia dar uniformidade às normas de governo das cidades e vilas e as *Partidas* davam um amplo elenco da doutrina jurídica. Nem será necessário dizer que o Direito Romano contribuía com elementos adequados para promover a centralização e a homogeneização dos reinos.

### **A Vida Espiritual. A Escola Afonsina**

No século XIII surgiram nos reinos de Castela e Leão numerosos conventos das ordens mendicantes que postulavam a pobreza e tinham como objetivo fundamental regressar à pureza evangélica. Estas ordens, ao contrário dos cistercienses e dos premonstratenses, procuravam o contacto direto com os fiéis ao mesmo tempo que insistiam na importação da pregação, o que explica que os seus conventos se instalassem em núcleos urbanos. No que se refere aos dominicanos, cujo fundador foi Domingos de Gusmão, natural das terras castelhanas, encontramos os primeiros conventos em Salamanca, Segóvia, Palência, Burgos, Zamora, Toledo, Leão, Santiago, Córdova e Sevilha. Também se difundiu com grande rapidez por terras castelhano-leonesas a ordem franciscana, o que explica que ali se encontrasse, no ano de 1232, duas das três províncias que tinha a mencionada ordem no conjunto da Península Ibérica, as de Santiago e Castela.

A escola de tradutores de Toledo alcançou o seu apogeu durante o reinado de Afonso X. Não obstante, uma das características mais notáveis desta época é que as traduções não se faziam para o latim, mas sim para o castelhano, prova indiscutível do auge que alcançara esta

língua. No prólogo ao *Lapidário* diz-se expressamente o seguinte: «Mandou-o traduzir do arábico em linguagem castelhana para que os homens o entendessem melhor e soubessem mais dele aproveitar». Foi decisiva a participação, na escola afonsina, dos intelectuais judeus, entre os quais se destacam Yehudá ben Mosé e Ishac ben Sayyid, autores de uma obra de grande interesse, as *Tábuas Astronómicas Afonsinas*. Também vale a pena recordar Abraham de Colonia, hebreu procedente de terras alemãs. Durante aqueles anos produziram-se muitas obras relacionadas com o mundo dos astros como o *Livro das Açafeias*<sup>(11)</sup>, o *Livro da Oitava Esfera* ou o *Picatrix*, mas também obras literárias de origem oriental, como *Calila e Dimna*. Foram muito importantes, por outro lado, os livros de história atribuídos ao Rei Sábio, a *Grande e Geral Estória* e a *Primeira Crónica Geral de Espanha*. Têm também a sua génese na escola afonsina as famosas *Cantigas de Santa Maria*, obra poética escrita em língua galega e que é acompanhada por excepcionais iluminuras. Afonso X alentou também as atividades recreativas, como se destaca com o *Livro de Xadrez, Dados e Tábuas*, mas também a música, o que se refletiu, por exemplo, na existência na corte de uma escola de polifonia. Um colaborador do Rei Sábio, o franciscano Juan Gil de Zamora, compôs nessa altura uma obra intitulada *Ars musica*.

Os progressos da língua romance castelhana traduziram-se em obras literárias de grande valia como as de Gonzalo de Berceo, expressão suprema do «mester da arte do jogral». A certa altura, o monarca Afonso X tomou a decisão de que todos os documentos emanados da Chancelaria se redigissem em castelhano e não em latim, como fora norma até então. Os colaboradores judeus do Rei Sábio terão tido

alguma coisa a ver com essa decisão? Este ponto de vista foi sustentado pela velha historiografia, mas hoje em dia essa ideia não parece sustentável. O acordo de Afonso X significava, isso sim, o triunfo do «castelhano direito».

O século XIII também foi testemunha do nascimento em terras hispanas das universidades. Referimo-nos à *Universitas Magistrotum et Scholarum* ou corporação de mestres e escolares, constituída em finais do século XII em terras francesas. No início do século XIII, concretamente no ano de 1212, a escola catedralícia de Palência converteu-se, por decisão do monarca castelhano Afonso VIII, num Estudo Geral, mas este centro teve uma vida muito precária. O primeiro autêntico centro universitário foi o de Salamanca. Os primeiros passos foram dados pelo rei leonês Afonso IX, em 1218. Contudo, foi no tempo do Rei Sábio, e em particular devido aos privilégios que outorgou este monarca no ano de 1254, quando se pode dizer que o Estudo Geral de Salamanca adquiriu a sua definitiva consolidação.

## **O Reino Nasrida de Granada**

A Coroa de Castela não concluía, no fim do século XIII, a sua missão reconquistadora porque ainda faltava no horizonte o reino nasrida de Granada, último reduto do islão peninsular. O reino nasrida foi uma das taifas constituídas após a queda do poder almóada. Tratava-se de um território protegido a norte pela barreira montanhosa da Cordilheira Penibética. A sul, o reino de Granada contava com uma ampla frente marítima que incluía as atuais províncias de Almería, Granada e Málaga.

O fundador deste reino foi o emir Muhammad I (1237-1273). As medidas tomadas por Afonso X por causa da

revolta mudéjar de Andaluzia traduziram-se na emigração de amplos contingentes de muçulmanos para as terras granadinas, o que pressupôs um incremento espetacular dos seus efetivos demográficos. Os fundamentos deste reino eram, na área económica, a agricultura de irrigação e o trabalho de seda. Havia no reino nasrida, por outro lado, homens de negócios genoveses, estabelecidos nas comarcas costeiras. Muhammadi I, que demonstrou uma grande habilidade nas suas ações políticas, outorgou grandes privilégios aos citados genoveses. Apesar de tudo, o reino de Granada era, na segunda metade do século XIII, tributário do reino de Castela. Isso não impediu, no entanto, que os emires nasridas mandassem construir uma rede de fortificações ao longo da fronteira do reino de Castela. No tempo dos emires Muhammad II (1273-1302) e Muhammad III (1302-1309) lançaram-se as bases para uma aliança entre os nasridas e os benimerinos norte-africanos. De todos os modos, os problemas surgidos na Coroa de Castela nos últimos anos do século XIII e nos primeiros do século XIV também contribuíram de forma destacada para a subsistência do reino nasrida de Granada.

-

(<sup>8</sup>) Unidade agrária de superfície que se utilizava em Espanha antes do sistema métrico decimal e que variava, segundo as regiões, entre 4,472 e 3,672 metros quadrados (N. T.).

(<sup>9</sup>) Relativo a Cuenca (N. T.).

(<sup>10</sup>) *Livro das Leis* ou, a partir do século XIV, *Sete Partidas* ou, simplesmente, *Partidas* é um corpo normativo redigido durante o reinado de Afonso X com o objetivo de conseguir uniformidade jurídica no reino (N. T.).

(<sup>11</sup>) Vocábulo usado para designar o astrolábio universal construído por Arzaquel (N. T.).

## 8

### **O século XIV. Um período de crise**

O século XIV conheceu, tanto no ocidente da Europa como nos reinos cristãos de Hispânia, uma profunda crise que afetou tanto os aspetos materiais como os espirituais. A propagação de pestes mortíferas, a frequência de «anos maus» e a agressividade dos poderosos tiveram efeitos claramente negativos, sobretudo no meio rural. Mas houve exceções: a ganadaria ovina, que deu um espetacular salto em frente na Coroa de Castela, e o comércio mediterrâneo, elemento chave da economia da Coroa de Aragão. No que se refere à história política, a Coroa de Castela foi testemunha, em meados do século, de uma guerra fratricida, que levou ao estabelecimento no trono de uma nova dinastia, os Trastâmara, de origem bastarda. A Coroa de Aragão, pelo contrário, conheceu um período de expansão sob o reinado de Pedro IV, mas nos primeiros anos do século XV a dinastia reinante extinguiu-se, o que provocou um agudo problema sucessório. Um dos principais efeitos da crise do século XIV foi a rutura da convivência que até então tinham mantido a comunidade cristã e judia, em particular depois dos acontecimentos de 1391. Assim, a crise afetou também o mundo espiritual, como foi notório, entre outros aspetos, no impacto do Cisma da Igreja. O

reino de Navarra, uma vez quebrados os seus estreitos vínculos com a coroa francesa, recuperou o seu protagonismo na história peninsular. O reino nasrida de Granada, por seu lado, apesar dos vaivéns que sofreu no decurso do século XIV, conseguiu manter-se de pé graças aos problemas que afetavam a Coroa de Castela.

### **As Manifestações da Crise**

As principais manifestações da crise do século XIV foram a peste, a fome e a guerra. No ano 1348 chegou a terras hispanas a denominada «peste negra», que veio para o ocidente da Europa num navio genovês. «Esta foi a primeira e grande pestilência que é chamada mortandade grande», disse, muito expressivamente, a *Crónica de Afonso XI*. A epidemia afetou em primeiro lugar as ilhas Baleares, de onde se propagou para a costa mediterrânea da Coroa de Aragão, continuando o seu avanço pelo resto da Península Ibérica. Morreram muitas pessoas, vítimas da citada epidemia. Em Maiorca calcula-se que pereceram cerca de cinco por cento dos habitantes da cidade de Palma e mais de vinte por cento dos que viviam no meio rural. Também se comprovou a sua propagação na Catalunha e em Navarra. Um texto do ano 1350, correspondente a uma diocese da Galiza, afirmava que «morreram na nossa diocese quase duas terças partes tanto dos clérigos como dos paroquianos». Posteriormente à peste negra houve novos focos pestilentes, as denominadas epidemias-eco.

Registaram-se paralelamente ao longo do século XIV muitos «anos maus», nos quais praticamente se perdiam as colheitas. Fontes eclesiásticas castelhanas aludem aos «maus anos que passaram» entre 1331 e 1333 em diversos

mosteiros pelas dificuldades que tiveram em aprovisionar-se de pão. Também um testemunho catalão diz de 1333 que foi o «primeiro ano mau». Da década dos quarenta do século XIV há testemunhos arrepiantes, como o que origina nas Cortes de Alcalá de Henares do ano 1348, em que se afirma que «pelos temporais muito fortes que houve nesse tempo... se perderam os frutos do pão e do vinho e das outras coisas onde havia a pagar as rendas».

A terceira calamidade tem a ver com as atividades bélicas. Por um lado, cresceu a violência dos poderosos, a quem Salustiniano Moreta batizou como «malfeitores feudais), o que com frequência obedecia às dificuldades económicas que o crescimento da crise lhes estava a criar. No século XIV emergiram os denominados «maus usos» ou, por outras palavras, os crescentes abusos dos senhores feudais sobre os camponeses dependentes. Por outro lado, o século XIV testemunhou um incremento das guerras internas da cristandade, começando pela dos Cem Anos, em que França e Inglaterra se enfrentaram. Houve conflitos, por exemplo, entre Castela e Aragão, como a chamada «guerra dos dois Pedros». Mas, sem dúvida, a pugna mais desoladora foi a que confrontou na Coroa de Castela, entre os anos 1366 e 1369, o rei Pedro I com o seu meio-irmão Henrique de Trastâmara. Dados desse tempo, originários do vale do Tejo, afirmam que os soldados do grupo de Trastâmara «roubaram e queimaram e destruíram alguns dos lugares do arcebispado» de Toledo. É da mesma época um testemunho em que se indica que em numerosos lugares dependentes do mosteiro de San Millán de la Cogolla de Rioja «foram destruídos e roubados e queimados» pelos soldados do grupo de Pedro.

As catástrofes mencionadas tiveram efeitos muito grandes no mundo rural. Desde logo, muitos lugares ficaram despovoados, o que se traduziu no abandono dos campos de cultivo à sua volta. Nas fontes catalãs há abundantes referências aos «masos rònecs», ou seja, aos campos abandonados. Outra importante consequência da crise foi a dança dos preços e dos salários. Os produtos do campo subiam vertiginosamente nos momentos de crise, mas depois retrocediam, o que contrastava com o incremento firme das manufaturas urbanas. Também a descida do número de cultivadores pressupôs um aumento dos salários dos jornaleiros do campo. Nas Cortes de Valladolid de 1351 disse-se que «aqueles que iam lavrar demandavam tão grandes preços e soldos e jornas, que os que tinham herdades não podiam cumpri-los», o que motivou a aprovação de um ordenamento de obreiros, com o qual se queria pôr termo à inflação. Mas talvez a consequência mais notável da crise fosse a descida das rendas senhoriais, devido às mortandades e ao contraste entre as rendas fixas e os preços dos produtos artesanais em alta. No ano 1383, o bispo de Oviedo, dom Gutierre, afirmava que «das mortandades que por aqui houve minguaram as rendas da nossa Igreja para cerca de metade delas, na primeira mortandade as rendas baixaram uma terça parte e depois por aqui houve outra pelo despovoamento da terra».

Ora, a crise, por surpreendente que possa parecer, também teve os seus beneficiados. Na Coroa de Castela assistimos, no século XIV, a uma espetacular subida da ganadaria ovina. Por outro lado, o retrocesso dos cultivos permitiu incrementar as terras dedicadas ao pasto. Não se chegou a dizer que a ganadaria ovina é filha da peste? Mas o aspeto essencial foi a crise aberta entre França e Inglaterra, o que motivou que a Flandres, que se abastecera

até então de lã inglesa, acudisse ao mercado castelhano para adquirir a matéria-prima essencial para a sua indústria têxtil. Aqui começa o impressionante crescimento das exportações de lã castelhana. Paralelamente, não podia ser de outra maneira, aumentou o número de ovelhas na Coroa de Castela, que era, por volta do ano 1300, aproximadamente de um milhão e meio, chegando a cerca de três milhões um século depois.

NO que respeita à Coroa de Aragão, consta-nos que no século XIV prosseguiu o desenvolvimento da indústria têxtil assim como do comércio no âmbito do Mar Mediterrâneo. Datam do ano 1308 as primeiras ordenanças conhecidas sobre os tecedores de lã da cidade de Barcelona. Muito famosos eram, por exemplo, os «panos negros» de Perpignan. Desenvolveu-se simultaneamente a atividade têxtil baseada no algodão e na seda. Uma prova da força alcançada pela produção de tecidos temo-la no desenvolvimento da organização gremial. A outra faceta positiva da vida económica da Coroa de Aragão foi o comércio marítimo, que teve como grande protagonista a Catalunha. Os mercadores catalães participavam em três grandes rotas: a do Mediterrâneo oriental, que se dirigia a Bizâncio, Síria e Egito; a do Mediterrâneo ocidental, que se projetava entre Itália e o Norte de África, e a do Atlântico, de menor intensidade, que concluía na Flandres. Do Mediterrâneo oriental obtinha-se sobretudo especiarias; das ilhas da Sardenha e Sicília, cereais, e do Norte de África, peles, couro e cera, assim como ouro, marfim e escravos, procedentes da rota saariana. Em troca exportavam-se basicamente tecidos, mas também metais. A época de maior prosperidade do comércio catalão foi a segunda metade do século XIV. De todos os modos, o avanço dos

turcos no Mediterrâneo oriental foi o primeiro sério aviso para os homens de negócios catalães.

### **A Coroa de Castela. Os Trastâmaras no Poder.**

Afonso XI (1312-1350), conhecido como *o Justiceiro*, só tinha um ano de idade quando acedeu ao trono, o que motivou a constituição de uma regência. Mas os tutores, entre os quais se destacavam a rainha avó, Maria de Molina, e o magnata nobiliário e escritor Juan Manuel, andaram em contínuas disputas. Nesse ambiente, as cidades decidiram, nas Cortes de Burgos do ano 1315, constituir uma Irmandade Geral. Mas uma vez declarado maior de idade, em 1325, Afonso XI trabalhou para fortalecer o poder real, o que se traduziu na dissolução das irmandades municipais. Pouco depois pôs em marcha uma campanha militar contra os granadinos e seus aliados, os benimerinos. No ano de 1340 venceu a batalha do Salado e em 1344 conquistou a praça de Algeciras, ainda que não conseguisse recuperar Gibraltar, que perdera anos antes. Noutro sentido, Afonso XI instaurou o regimento nos concelhos. Daí para a frente, os conselhos contariam com um número fixo de regedores nomeados pelo rei. Também em 1348 se aprovou o Ordenamento de Alcalá que pressupunha a indiscutível primazia do direito da coroa. Dois anos depois, em 1350, Afonso XI morreu, vítima da peste negra, enquanto se encontrava no cerco da praça de Gibraltar.

Sucedeu a Afonso XI o seu filho Pedro I (1350-1369), conhecido como *o Cruel*. Pedro I foi um rei muito contraditório. Nas Cortes de Valladolid de 1351, as únicas do seu reinado, acordou-se elaborar o *Becerro de las Behetrías*. Tudo dá a entender que o novo monarca

procurava prescindir da alta nobreza enquanto procurava os seus apoios nos judeus, a quem protegeu sobremaneira, e nos legistas. Também entrou em guerra com o monarca aragonês Pedro IV. Esta guerra, iniciada no ano 1356, teve diversas fases, mas em todo o momento Castela teve a iniciativa até ao ponto de chegar a cercar a cidade de Barcelona. Mas o mais importante do reinado de Pedro I foi a oposição de um amplo setor da nobreza, liderada pelo seu meio-irmão Henrique de Trastâmara, um dos muitos filhos bastardos que tivera Afonso XI com a formosa dama Leonor de Gusmão. Henrique de Trastâmara, que contava com o apoio de Aragão e de França, enfrentou o monarca castelhano, o qual procurou uma aliança com os ingleses. A guerra entre ambos, que começou no ano de 1366, teve diversas fases, saindo inicialmente vencedor Pedro I (Nájera, 1367), mas o triunfo recaiu posteriormente no príncipe bastardo. Em 1369, Pedro I foi assassinado em Montiel.

Com Henrique II (1369-1379), chamado o «das mercês», iniciou-se em Castela o governo da dinastia Trastâmara. O novo monarca fez amplas concessões à nobreza que o tinha ajudado, as denominadas «mercês henriquinas». Depois de pôr fim aos focos de resistência afetos a Pedro I dos seus reinos, trabalhou incansavelmente para chegar a acordos com os restantes reinos peninsulares, Portugal, Aragão e Navarra. Foi essencial o Tratado de Almazán (1375) assinado com Pedro IV de Aragão, no qual se estabelecia o matrimónio do herdeiro do trono de Castela, João, com uma filha do Cerimonioso, Leonor. Noutro sentido, Henrique II convocou com frequência as Cortes e instituiu de maneira definitiva, em 1371, a Audiência. No plano internacional prestou ajuda militar aos franceses, sobretudo na batalha naval de La Rochela (1372).

João I (1379-1390), casado em segundas núpcias com Beatriz de Portugal, manifestou as suas aspirações ao trono lusitano quando este ficou vago no ano de 1383. Mas em Portugal constituiu-se uma facção anticastelhana, dirigida pelo Mestre da Ordem de Avis e apoiado militarmente pelos ingleses. A derrota de João I de Castela em Aljubarrota (1385) foi decisiva. Um ano depois, o duque de Lancaster, que reclamava o trono de Castela como consequência do seu matrimónio com uma filha do rei Pedro I, invadiu a Coroa de Castela, entrando por terras da Galiza, de onde continuou para a meseta. Mas teve de se retirar mais tarde. Em 1388, assinou-se um tratado de paz em Baiona onde se acordou o casamento do herdeiro ao trono castelhano, Henrique, com Catarina, filha do duque de Lancaster. O reinado de João I conheceu um grande desenvolvimento das Cortes, cujo ponto culminante se encontra nas celebradas em Briviesca em 1387. Por outro lado, no ano de 1385, ficou formalmente constituído o Conselho Real, organismo assessor do monarca.

Os primeiros anos do reinado de Henrique III (1390-1406) testemunharam uma conflituosa regência. Uma vez maior de idade, Henrique III lutou denodadamente para acabar com os chamados «epígonos Trastâmara», termo que aludia a determinados parentes do rei caracterizados pela sua desmedida ambição. Durante o seu reinado, por outro lado, saiu de Castela uma embaixada ao país dos tártaros, com a esperança de encontrar em Tamerlão, o dirigente daquele povo, um aliado frente aos turcos. Daquela viagem ficou um magnífico relato, obra de Ruy González de Clavijo. Henrique III também promoveu as campanhas do aventureiro francês, Jean de Bethancourt nas ilhas Canárias, ponto de partida da futura presença castelhana nas Ilhas Afortunadas.

## **A Coroa de Aragão. O Reinado de Pedro IV**

A Jaime II sucedeu no trono aragonês Afonso IV (1327-1336). No seu breve reinado teve lugar na Sardenha a revolta de Sasser (1329), que contou com o apoio dos genoveses. A tensão entre a Coroa de Aragão e a república de Génova foi muito grande, mas não acabou numa guerra. Contudo, Afonso IV tinha na sua mente o projeto de lançar uma cruzada contra os nasridas de Granada de acordo, logicamente, com o monarca castelhano Afonso XI. Mas nunca levou a efeito, no entanto, essa empresa.

Pedro IV (1336-1387), conhecido como *o Cerimonioso*, desenvolveu ao longo do seu dilatado reinado uma obra espetacular nos mais variados campos. Há que ter em conta, sem dúvida, a valiosa ajuda que lhe prestaram colaboradores como Bernat Cabrera ou Francesc de Perellós. Uma das suas primeiras ações foi integrar no seu reino Maiorca, reino autónomo desde tempos antigos. O último monarca privativo de Maiorca, Jaime III, foi derrotado em Santa Ponza (1343). Alguns anos depois tentou recuperar Maiorca, mas foi derrotado e morto pelas tropas do *Cerimonioso* na batalha de Lluçmajor (1349). Pedro IV também protagonizou brilhantes avanços no Mediterrâneo. As novas rebeliões que estalaram na Sardenha levaram o aragonês a lutar, agora sim, com os genoveses. Em 1377, após a morte do seu genro Fadrique, que fora rei da Sicília, Pedro IV proclamou-se soberano daquela ilha. Em 1379, acrescentaram-se aos domínios de Pedro IV os ducados de Atenas e Neopatria, situados no Mediterrâneo oriental. As relações com Pedro I de Castela foram conflituosas, degenerando em guerra, que durou desde 1356 até 1363.

Pedro IV, como réplia, decidiu apoiar o bastardo Henrique de Trastâmara, de quem esperava receber, a troco, o ansiado reino de Múrcia. O triunfo de Trastâmara não se traduziu nesta entrega, o que motivou novas tensões entre Aragão e Castela, resolvidas finalmente com a paz de Almazán (1375). Quanto à sua política interna, o *Cerimonioso* lutou tenazmente contra a nobreza aragonesa que derrotou na batalha de Épila, e contra a valenciana que venceu em Mislata, contendas que tiveram lugar no ano no decorrer de 1348. Mas talvez o acontecimento mais relevante do seu reinado foi o surgimento, no ano de 1359, da Deputação do General da Catalunha ou Generalitat. Aquele organismo derivava das juntas que se reuniam devido ao encerramento das Cortes catalãs, com o objetivo de controlar o cumprimento do acordado entre elas. Estas juntas, até então de caráter transitório, converteram-se numa instituição permanente, que era integrada por representantes dos três estratos sociais, aos que se juntaram três auditores de contas. De todos os modos, os últimos anos do reinado de Pedro IV conheceram sintomas preocupantes, como a crise financeira aberta em 1381.

As dificuldades cresceram no tempo de João I (1387-1396). Houve novas rebeliões na Sardenha ao mesmo tempo que se perdiam os longínquos ducados de Atenas e Neopatria. A situação económica e social era também cada dia mais crítica, sobretudo na Catalunha. Um dos setores mais afetados era o dos *payeses de remensa*, os quais, no ano 1388, afirmaram, de forma voluntarista sem dúvida, que «*el temps de la servitud... era ja passat*».

A falta de descendência masculina de João I fez com que o seu irmão Martim I (1396-1410), conhecido como o *Humano*, até então à frente da Sicília, lhe sucedesse no

trono aragonês. Uma nova rebelião na Sardenha levou o monarca aragonês a enviar o seu filho, Martim, *o Jovem*, na época rei da Sicília, para combatê-la. Martim, *o Jovem*, venceu a coligação sardo-genovesa em Sanluri (1409), mas pouco tempo depois morreu, o que pressupunha a falta de herdeiros na Coroa de Aragão. Crescia simultaneamente a agitação dos *payeses* e as finanças públicas continuavam em baixa, o que motivou a criação em Barcelona, no ano 1401, da Taula de Canvi, que era algo parecido a um banco municipal. Com a morte de Martim I surgiu um grave problema sucessório na Coroa de Aragão.

### **A Rutura da Convivência Cristiano-Judia**

As relações entre a comunidade cristã e a judaica tinham sido relativamente pacíficas nos séculos anteriores. Mas esse panorama mudou radicalmente no século XIV. O Clima antijudeu tinha ido, sem dúvida, crescendo na Europa no século XIII, para o que contribuíram as duras medidas tomadas contra os hebreus no Concílio de Latrão do ano de 1215. Como esquecer, por outro lado, a queima de numerosos exemplares do Talmude, em Paris, em meados do século XIII? Além disso, antes que o século XIII concluísse tomaram-se medidas radicais contra os judeus na Inglaterra e, no início do século XIV, em França. Assim, o reino de Navarra, tão próximo de França nesse tempo, foi testemunha, no ano de 1328, da explosão de violência contra as judiarias. Na liderança desse movimento estava o franciscano frei Pedro Olligoyen, que era apoiado por setores populares que se autodenominavam «matadores de judeus».

Um novo marco na hostilidade para com os hebreus foi a chegada da peste negra. Uma saída fácil para a tragédia desencadeada pela citada epidemia era buscar um bode expiatório a quem se acusava de ser o causador desse mal. Os judeus, em muitos lugares da Europa, foram vistos como os propagadores da epidemia. Na Coroa de Aragão houve assaltos a judiarias por causa da presença da peste negra, primeiro a de Barcelona, depois as de Cerveira Tárrega, Lérida e Girona. Na coroa de Castela, no entanto, o fator principal a favor do antijudaísmo foi a sublevação de Henrique de Trastâmara. Com a finalidade de atrair para a sua causa as massas populares, nas quais se abrigava um crescente espírito anti-hebraico, o príncipe bastardo instigou a hostilidade contra os judeus. Uma vez em marcha a guerra fratricida, as tropas trastamaristas agiram com grande violência em numerosas judiarias de terras de Palência e de Burgos. Simultaneamente, o bastardo Henrique exigia às judiarias das cidades por onde passava grandes somas de dinheiro. Em suma, aquela época, como indicou o cronista hebreu Menahem ben Zerak, «foi um tempo de tribulação para todos os judeus de Castela». Daí que, uma vez coroado rei de Castela, Henrique II tivesse de suportar duríssimos ataques contra os judeus, lançados nas Cortes pelos procuradores das cidades e vilas. Enrique II procurou dar marcha atrás, mas o clima antijudeu que se desfraldara era já praticamente imparável. Um exemplo da situação existente dá-nos Pedro López de Ayala quando no seu *Rimado de Palacio* afirma:

*Ali vêm os judeus, que estão preparados  
para beber o sangue dos pobres coitados.*

De todos os modos a definitiva rutura da convivência cristã-judaica aconteceu alguns anos mais tarde, em 1391. Nesta ação teve um papel decisivo o clérigo sevilhano Ferrán Martínez, arcediogo de Écija, cujos sermões tinham um caráter incendiário. Ferrán Martínez enfrentou-se com o bispo de Sevilha Pedro Gómez Barroso ao mesmo tempo que recebia recriminações dos próprios monarcas castelhanos. Mas a conjuntura aberta em 1390, devido ao falecimento do prelado hispalense e à morte do monarca João I, situação que criou um certo vazio de poder, permitiu ao arcediogo de Écija lançar os seus seguidores, em junho de 1391, contra a judiaria de Sevilha. Aos judeus oferecia-se-lhes a alternativa de converter-se ou morrer. A violência propagou-se rapidamente por todo o vale do Guadalquivir, de onde continuou tanto para a meseta como para os territórios da Coroa de Aragão. Recordemos o que disse a propósito destes acontecimentos Pedro López de Ayala: «Perderam-se por este levantamento neste tempo as alfamas dos judeus de Sevilha e Córdoba e Burgos e Toledo e Logronho e outras muitas do reino; e em Aragão as de Barcelona e Valência e outras muitas; e os que escaparam ficaram muito pobres». Não se conhece o número de vítimas daqueles acontecimentos, ainda que se estimasse em cerca de 4 000. Em qualquer caso, a consequência principal daquelas terríveis explosões de violência foi a conversão massiva de muitos judeus, que aceitaram o batismo, não por convicção, mas porque era a única maneira de salvar a sua vida. Nos anos seguintes, os sermões do dominicano valenciano Vicente Ferrer também contribuíram para trazer às fileiras do cristianismo um bom número de hebreus.

## O Impacto da Crise na Igreja e na Cultura

A crise do século XIV também deixou as suas marcas no âmbito da vida espiritual. A Igreja não atravessava neste século precisamente os seus melhores momentos. Boa parte dos prelados estava mais interessada pelas questões políticas do que pelas espirituais. A formação do clero, por outro lado, deixava muito a desejar. Assim o exemplifica, por exemplo, o *Catecismo*, elaborado no ano de 1325 pelo arcebispo segoviano Pedro de Cuéllar, redigido em castelhano porque a maioria dos clérigos ignorava latim. Como ignorar o arraigamento que tinham tomado as amantes dos eclesiásticos, ou seja, as barregãs? Os mosteiros também não davam testemunhos de uma vida exemplar. Quanto aos setores populares, sentiam-se cada vez mais atraídos pela superstição. Era necessária, portanto, uma reforma *in capite et in membris*, ou seja, nos dirigentes e no conjunto dos fiéis. Certamente, nas últimas décadas do século XIV detetaram-se sintomas desse desejo de reforma. Em 1373, surgiu o mosteiro de Lupiana, primeiro exemplo de uma nova ordem religiosa que chegava à Coroa de Castela, a dos jerónimos. Em 1390, fundou-se em Valladolid o mosteiro de San Benito, o qual se converteu no centro por excelência da reforma da sua ordem. Também manifestou o seu propósito de impulsionar uma reforma da Igreja, nas últimas décadas do século XIV, o arcebispo de Toledo, Pedro Tenório, muito preocupado por conseguir uma boa formação para o clero.

Ora, o assunto mais espinho que a Igreja teve de fazer frente foi o Cisma que surgiu no ano de 1378. A existência simultânea de dois papas, um em Roma e o outro em

Avinhão, significava uma divisão da cristandade. Os reinos hispânicos, como consequência das suas alianças políticas, acabaram por se colocar junto ao pontífice de Avinhão. Além disso, em 1394, ao falecer o papa de Avinhão Clemente VII, foi eleito o aragonês Pedro de Luna, com o nome de Bento XIII. Depois de se revelarem infrutíferas todas as vias que se puseram em marcha para solucionar o Cisma, o problema resolveu-se no Concílio de Constanza, iniciado em finais de 1414. Os reinos hispanos retiraram nessa altura a sua obediência a Bento XIII. Mas o papa Luna, como é conhecido habitualmente, não deu marcha atrás em nenhum momento, embora se visse obrigado a retirar-se para a localidade castelhana de Peñíscola. Ali morreu no ano de 1423.

A Coroa de Castela viu nascer no século XIV uma nova universidade, a de Valladolid, que data de 1346. A Igreja continuava, sem dúvida, a desempenhar um papel decisivo no desenvolvimento da cultura. Mas também se destacaram no século XIV algumas figuras originárias do estrato nobiliário; casos, por exemplo, de Juan Manuel, autor de obras como *El conde Lucanor*, ou de Pedro López de Ayala. Ora, a obra literária mais significativa da Castela do século XIV foi, sem dúvida alguma, o *Livro de Bom Amor*, de Arcipreste de Hita.

A Coroa de Aragão foi testemunha, no século XIV, da chegada de centros universitários ao seu território. Em 1300, nascia o Estudo Geral de Lérida, ao qual se juntaram em 1349 o de Perpignan e em 1354 o de Huesca. No que se refere a nomes ilustres da cultura do século XIV, podemos mencionar o aragonês Juan Fernández de Heredia, o catalão Ramón Muntaner, autor de uma brilhante crónica em que narra, entre outras coisas, a expedição ao Oriente dos

almogaves e, sobretudo, o valenciano Francesc Eiximenis, a quem devemos um trabalho intitulado *Regiment de la cosa publica*, no qual analisa a sociedade valenciana da época e as formas de governo da cidade, e *La Chrestia*, tentativa de enciclopédia da sabedoria medieval que não conseguiu terminar.

## **O Reino de Navarra Retifica o Seu Rumo**

O reino de Navarra desvinculou-se no século XIV da dependência da coroa francesa, o que lhe permitiu recuperar o seu protagonismo nos assuntos peninsulares. Ao extinguir-se a dinastia Capeta, no ano de 1328, o trono navarro passou para uma filha de Luís, o Hutín, Joana II (1328-1349), que estava casada com o francês Filipe de Évreux. Neste reinado levou-se a cabo uma melhoria do Foro Geral de Navarra. Filipe de Évreux, por outro lado, apoiou Afonso XI na campanha militar que levou à conquista de Algeciras.

Sucedeu a Joana II o seu filho Carlos II (1349-1387), conhecido como *o Mau*. Tratava-se de uma personagem que vivera muito tempo em França, onde se envolvera na Guerra dos Cem Anos. Uma vez à frente do reino de Navarra, Carlos II interveio na guerra fratricida de Castela, tentando tirar partido daquele conflito para integrar no seu reino Vitória e Logronho, mas sem resultado. Carlos II, segundo parece, aumentou a pressão fiscal sobre os seus súbditos, mas, ao contrário dos monarcas navarros do século XIII, colocou nos postos básicos da administração nativos das terras navarras.

O monarca navarro mais brilhante do século XIV foi, sem dúvida, Carlos III (1378-1425), conhecido como *o Nobre*. A

característica dominante do seu reinado foi o pacifismo. Carlos III manteve boas relações com Castela, com Aragão e com França, com quem assinou em 1404 o Tratado de Paris, que liquidava as questões pendentes entre ambos reinos pelas posses navarras em terras gaulesas. Convocou também com frequência as Cortes navarras. Carlos III, por outro lado, foi um destacado mecenas das letras e das artes, o que se traduziu em obras tão significativas como os palácios reais de Tafalla e de Olite, nas quais tiveram um papel de destaque mestres de obras franceses. Quanto ao assunto do Cisma, Carlos III colocou-se ao lado do Pontífice de Avinhão.

### **Os Vaivéns da Granada Nasrida**

O reino de Granada viveu, ao longo do século XIV, situações muito embaraçosas. Isto explica que a Coroa de Castela, apesar das crises internas que a atormentavam, pudesse realizar diversos avanços por terras muçulmanas. Assim, por exemplo, no tempo do emir Ismail I (1314-1325), uma incursão castelhana, dirigida pelos infantes D. Pedro e D. João, chegou até à várzea de Granada, ainda que no fim não conseguisse nada de positivo. Anos depois, quando era emir Yusuf I (1333-1354), as tropas de Afonso XI venceram no Salado (1340) e conquistaram a praça de Algeciras (1344). O citado emir reagiu, fortalecendo o exército e reforçando as defesas fronteiriças do seu reino.

Em meados do século XIV, a Granada nasrida passou por sérios conflitos internos, em resultado dos quais se sucederam diversos conflitos internos, em resultado dos quais se sucederam diversos (1391), que estivera à frente do governo anos antes, conseguiu recuperar o poder.

Muhammad V, pessoa de grande habilidade diplomática, interveio na guerra fratricida de Castela, primeiro ao lado de Pedro I, depois junto a Henrique II. Muhammad V recuperou algumas localidades perdidas pelos granadinos em anos anteriores, ainda que não tivesse outra alternativa do que reconhecer a vassalagem do seu reino a Castela. Simultaneamente tentou aproximar-se dos mamelucos do Egito. Muhammad V rodeou-se de grandes sábios. Por outro lado, parece que durante a sua passagem pelo governo se difundiu o uso da pólvora.

No tempo dos seus sucessores, Muhammad VII (1391-1408) e Yusuf III (1404-1417), os castelhanos voltaram à carga contra os nasridas. Estes tiveram alguns êxitos, como o de Collejares (1406), mas também sofreram sérias derrotas, das quais a mais significativa foi a perda, em 1410, da localidade de Antequera, ganha pelo infante castelhano Fernando.

## 9

### **O século XV** **A recuperação da coroa de Castela**

O século XV significou para a Coroa de Castela uma inegável recuperação, perceptível tanto a nível demográfico e económico como no que se refere ao exercício do poder real. A história política deste século foi, seguramente, bastante agitada. O reinado de João II foi testemunha de uma dura luta entre o poder real, defendido por D. Álvaro de Luna, uma espécie de «valido» do monarca castelhano, e os filhos de Fernando de Antequera, os denominados «infantes de Aragão». Por seu lado, o reinado do sempre indeciso Henrique IV passou por situações muito deprimentes, particularmente a «farsa de Ávila», acontecimento que consistiu na deposição simulada do monarca castelhano por um importante setor da nobreza dos seus reinos. Mas no terreno económico houve uma recuperação que se refletiu no mundo rural e particularmente no desenvolvimento mercantil. Ao mesmo tempo que surgiram as feiras de Medinal del Campo, rapidamente convertidas nas mais importantes de todo o solar hispânico, o comércio internacional, sobretudo dirigido para a costa atlântica, atingiu dimensões espetaculares. Do ponto de vista social houve, de facto, tensões no século XV, cujas manifestações mais singulares foram a rebelião galega dos irmandinhos e

o denominado «problema converso». De todos os modos, temos outro sinal de recuperação no progressivo fortalecimento do poder real, chamado, em algumas ocasiões, como «poder real absoluto». No que se refere à vida cultural no século XV encontramos, como novidade mais significativa, os primeiros sinais do humanismo, originário de terras italianas. Entretanto, o último reduto do islão peninsular, o reino nasrida de Granada, sobrevivia com grandes dificuldades.

### **O Reinado de João II. D. Álvaro de Luna**

João II (1406-1454) acedeu ao trono sendo ainda uma criança, pelo que foi necessário constituir uma regência, da qual faziam parte a sua mãe, Catarina de Lancaster, e o seu tio, o infante D. Fernando. Este último, brilhante conquistador, no ano 1410, da praça de Antequera, tomada aos muçulmanos de Granada, passou a ser rei de Aragão em 1412, em virtude do que fora acordado no Compromisso de Caspe. Mas Fernando deixou em Castela os seus filhos, os chamados «infantes de Aragão», muito bem instalados. Estes infantes eram Juan, duque de Peñafiel; Enrique, mestre da Ordem Militar de Santiago; e Sancho, mestre da Ordem Militar de Alcántara. Cedo vai surgir um confronto entre os «infantes de Aragão», que queriam ser imprescindíveis no governo de Castela, e o monarca João II, que teve como homem de confiança D. Álvaro de Luna. Este personagem de origem aragonesa escalou rapidamente posições na corte do monarca castelhano. Álvaro de Luna tinha como principal objetivo fortalecer ao máximo o poder régio. A relação entre o rei de Castela e o seu favorito foi tão estreita que, segundo se diz na *Crónica del halconero de Juan II Pedro Carrilo de Huete*, não se conhece homem

que «tão poderio tivesse nem tão amado fosse do seu rei como ele era». Paralelamente houve alguns setores da nobreza castelhana que, em determinados momentos, estavam ao lado dos «infantes de Aragão» o que pressupunha que enfrentassem o seu próprio monarca.

O conflito entre os dois setores passou por várias fases. Inicialmente, a luta foi vista como se fosse um choque entre os reinos de Castela e de Aragão. As tréguas de Majano, assinadas no ano 1430 com o monarca aragonês Afonso V, pressupunham um claro triunfo castelhano e concretamente de D. Álvaro de Luna que, no ano de 1423, recebera a nomeação de condestável. Nos anos seguintes, a figura de D. Álvaro de Luna foi seguindo um rumo ascendente, como se verifica no triunfo que obteve sobre os nasridas na batalha de La Higuera (1431), mas também pela sua nomeação como mestre da Ordem Militar de Santiago. De todos os modos, uma parte da nobreza castelhana conseguiu que o favorito do rei, que era acusado de tirano, fosse desterrado (1459). Mas, alguns anos mais tarde, em 1445, a facção legitimista onde se encontrava novamente D. Álvaro de Luna venceu na batalha de Olmedo os «infantes de Aragão» e os nobres que os apoiavam. João II enviou cartas às cidades e vilas dos seus reinos notificando-lhes o triunfo que acabava de alcançar. A partir daquela data, os «infantes de Aragão» desapareceram praticamente da cena castelhana ao mesmo tempo que se dividiram os seus despojos. Contudo, devido a esse êxito, por surpreendente que pareça, começou o declive de D. Álvaro de Luna. Alguns anos mais tarde, em 1453, ele que fora homem de confiança de João II, é detido em Burgos, acusado de ter sido o instigador de um crime. Dois meses mais tarde, Álvaro de Luna era executado na vila de Valladolid com prévia autorização do próprio monarca. No ano seguinte, em

1454, morria o que fora durante tanto tempo o seu protetor, João II.

### **A Época de Henrique IV. A «Farsa de Ávila»**

O novo rei de Castela era Henrique IV (1454-1474), conhecido como *o Impotente*. Henrique IV, definido por Gregório Marañon como «displásico eunucoide», é um dos monarcas mais contestados de toda a história de Castela. Eram, sem dúvida traços típicos deste monarca, a debilidade de caráter, a introversão e a abulia. A situação económica da Fazenda Régia era, desde logo, favorável, devido ao facto de se ter atribuído à coroa, nos seus primeiros anos de reinado, os ingressos das Ordens Militares de Santiago e de Alcántara que se encontravam vagos. Pouco depois, Henrique IV decidiu pôr em marcha uma guerra de desgaste contra os nasridas, o que não foi do agrado da nobreza. Nas Cortes de Toledo de 1462 decidiu-se reservar um terço da lã da Coroa de Castela para a produção têxtil dos seus reinos, o que incomodou os exportadores daquele produto. De todas as formas, a boa imagem que nessa altura tinha Henrique IV explica que os catalães, rebeldes com o seu monarca João II, o antigo «infante de Aragão», lhe oferecessem o principado. Mas a indecisão do rei de Castela e a astuta intervenção de Luís XI de França levaram Henrique IV a renunciar à proposta dos catalães.

Crescia paulatinamente a oposição a Henrique IV por uma boa parte da alta nobreza. Contudo, o momento mais crítico teve lugar no ano de 1465. No mês de junho deste ano celebrou-se nos arredores da cidade de Ávila uma grotesca

cerimónia, a chamada «farsa de Ávila», em que o rei, representado por um boneco coberto de luto e colocado numa cadeira, foi despojado do trono. Entre os participantes naquele absurdo ato figuravam, entre outros, Juan Pacheco, que fora anos atrás o principal colaborador do rei de Castela, e o arcebispo de Toledo, Alfonso Carrillo. Os rebeldes proclamaram rei de Castela um jovem irmão de Henrique IV, o infante Afonso, o hipotético Afonso XII, o qual não passava de um autêntico brinquedo nas suas mãos. Apesar de tudo, Henrique IV, com o apoio das cidades e de alguns nobres que permaneceram fiéis à sua causa, como os Mendoza, venceu os revoltosos na batalha de Olmedo, no ano 1467. Mas a sua indecisão impediu-o, uma vez mais, tirar partido daquela vitória.

O jovem Afonso morreu em 1468 vítima da peste. Em quem recairia a sucessão do trono? Henrique IV tivera da sua segunda esposa, Joana de Portugal, uma filha, também chamada Joana. As más-línguas atribuíam a paternidade ao seu novo favorito, Beltrán de la Cueva, de onde vem o nome de Joana, a Beltraneja. De todos os modos, Henrique IV, no pacto dos Toros de Guisando, do ano de 1468, designou como sucessora a sua irmã Isabel. Isso obedecia não à sua discutível paternidade sobre a jovem infanta Joana, mas ao facto de que o seu segundo matrimónio oferecia sérias dúvidas de legalidade. Não obstante, o matrimónio de Isabel, em 1469, com o herdeiro da Coroa de Aragão, Fernando, realizado sem a prévia consulta ao rei de Castela, como se acordara, desiludiu Henrique IV, que declarou herdeira do trono a sua filha Joana. Iniciou-se então uma etapa extremamente confusa, o que explica que, com a morte de Henrique IV, acontecimento que teve lugar no ano 1474, Castela fosse palco de uma guerra de sucessão entre

as duas candidatas: Isabel, a irmã do rei falecido, e Joana, a sua filha.

### **As Feiras de Medina del Campo. O Auge do Comércio Internacional**

O século XV testemunhou uma recuperação em muitas diversas facetas. Houve, desde logo, um aumento da população. Os efetivos demográficos para o conjunto da Coroa de Castela, no tempo de Henrique IV, estimam-se entre quatro e quatro milhões e meio de habitantes. Assistimos, simultaneamente, a um processo de novos arroteamentos ao mesmo tempo que se iniciava em terras de Castela uma especialização dos cultivos, em parte devido às necessidades da procura urbana. Outras atividades que progrediram no século XV foram a pesca e a extração de ferro. A propósito deste último aspeto vale a pena recordar este dado: no senhorio de Biscaia a extração de ferro, estimada no início do século XV em cerca de 18 500 quintais, aproximava-se dos 40 000 quintais no final do século. Também a produção de manufaturas continuou o seu caminho ascendente. Ainda que o fabrico de tecidos fosse «minguado», como assinalou no seu tempo Ramón Carande, houve centros que floresceram notavelmente neste século. Esse foi o caso, por exemplo, da cidade de Cuenca, cujos teares elaboravam, na segunda metade do século XV, entres 3 000 e 4 000 panos por ano. Em relação com esta questão é necessário que recordemos a petição feita pelos procuradores do terceiro estado nas Cortes de Madrigal no ano 1438. Os representantes das cidades e vilas pediam ao rei que proibisse a importação de panos e a exportação de lãs. Essa medida, obviamente, não se tomou por parte da autoridade régia, uma vez que teria implicado

romper com uma trajetória estabelecida há já algum tempo e que beneficiava os exportadores da matéria-prima têxtil.

Contudo, o setor que mais prosperidade alcançou no século XV foi, sem qualquer dúvida, o do comércio. Crescia, obviamente, o comércio interno, destacando-se o incremento da alcavala, tributo que penalizava o tráfico de mercadorias. No início do século XV surgiram, na vila de Medina del Campo, por ordem do infante D. Fernando, na altura senhor daquela localidade, as feiras. Apenas alguns anos mais tarde, as feiras de Medina del Campo tinham alcançado grande fama. *A Crónica de D. Álvaro de Luna* diz-nos, em referência a meados do século, que a estas feiras chegavam «tropéis de gentes de diversas nações assim como de Castela e de outros reinos». As feiras de Medina celebravam-se em dois períodos do ano, durando um total de 100 dias. Participavam nelas, para além dos mercadores dos diversos reinos hispanos, numerosos homens de negócios estrangeiros, originários de países como Itália, França, Portugal, etc. Quanto ao resto, comercializavam-se nestas feiras numerosos produtos, entre os quais, lãs, vinhos, azeite, mel, tecidos de luxo ou joias; mas a atividade que conseguiu maior desenvolvimento, pelo menos desde finais do século XV, foi a negociação de letras de câmbio.

O comércio internacional tinha, logicamente, diversas orientações. Havia, obviamente, troca de mercadorias com outros reinos hispânicos, Aragão, Navarra, Portugal, Valência e, em certas ocasiões, com o reino nasrida. Mas a vertente mais espetacular era a que se projetava sobre a costa atlântica da Europa ocidental. Burgos era o grande centro de contratação de lãs, que depois se exportava a partir dos portos do País Basco e, antes de mais, do porto de

Bilbau. Em Burgos nasceu, em meados do século XV, uma «universidade de mercadores». Os produtos que saíam das terras hispanas, com rumo a Flandres, à costa atlântica de França e, inclusive, de Inglaterra e países hanseáticos, eram, em primeiro lugar, lã e, a seguir, o ferro biscainho. Em menor medida, podia exportar-se azeite, vinho, alúmen, peles, couros ou mesmo açúcar, produto originário das Ilhas Canárias. Por outro lado, importavam-se tecidos, panos de qualidade e alimentos, que procediam sobretudo do mundo nórdico, assim como tapeçarias e retábulos, produtos de luxo que adquiria a alta nobreza da Coroa de Castela. Quanto ao resto, ao longo da costa atlântica constituíram-se diversos consulados de mercadores de Castela, como os de Ruão, Nantes, Dieppe e, particularmente, de Bruges. Chegaram a constituir-se nesta cidade duas «nações» hispanas, a de Castela e a de Biscaia.

No Sul da Península Ibérica havia outro importante pólo mercantil. Referimo-nos à costa atlântica da Andaluzia, zona de grande valor estratégico porque era o ponto de confluência do Mediterrâneo com o Atlântico. Também se encontrava próximo do continente africano, de onde se importava, basicamente, ouro e escravos procedentes da África negra. Os grandes dinamizadores desse comércio foram os homens de negócios genoveses estabelecidos em diversas cidades andaluzas, sobretudo em Sevilha, mas também em Cádiz, Jerez, Sanlúcar de Barrameda e Puerto de Santa Maria. Por essa via, exportava-se azeite, cochonilha, coros, cera, mercúrio de Almadén e, nalguns anos, até mesmo trigo. Como contrapartida importavam-se, fundamentalmente, panos de Florença, damasquinados, especiarias e papel.

## **As Tensões Sociais. Os Irmãndinhos. O Problema Inverso**

As mercês outorgadas por Henrique II e seus sucessores contribuíram para fortalecer as posições da alta nobreza, que possuía extensos senhorios, nos quais exercia atribuições jurisdicionais. Recordemos algumas das linhagens mais significativas de Castela no século XV: em terras da bacia do Douro, os Velasco, os Manrique, os Enríquez, os Pimentel ou os Quiñones; na meseta sul, os Mendoza ou os Estúñiga; na Andaluzia, os Guzmán, os Ponce de León ou os Fernández de Córdoba. Abaixo desse setor encontrava-se a baixa nobreza, habitualmente denominada com o termo de cavaleiros ou fidalgos. No outro extremo do leque social encontravam-se os labregos, grupo heterogéneo, embora a maioria deles cultivassem terras alheias, encontrando-se em situação de dependência em relação aos setores nobiliários. Mas não só se tratava das diferenças económicas e sociais entre a nobreza e o campesinato, mas também da imagem que se transmitia de uns e outros. Os textos da época apresentam os nobres como gentes dotadas de um grande espírito de serviço, leais e cavalheirescas. Os labregos, pelo contrário, eram pessoas rudes, sujas e ignorantes.

Se concentramos a nossa atenção nos núcleos urbanos encontramos também uma clara dicotomia entre a oligarquia dominante e a gente miúda. Os cavaleiros-patícios costumavam ser gente de grandes fortunas, mas ao mesmo tempo de condição nobiliária. A cidade de Burgos oferece-nos um exemplo pragmático. No início do século XV, a vida local estava nas mãos de umas quantas famílias, os Santo Domingo, os Frías, os Prestines, os Maté ou os

Camargo. Tratava-se de gentes que tinham praticado os negócios mercantis, mas ao mesmo tempo tinham procurado entroncar com famílias da cavalaria local, o que os levou a integrar-se na confraria de Nossa Senhora de Gamonal. O setor popular dos núcleos urbanos era constituído por artesãos, pequenos mercadores, hortelãos, pescadores, etc. As suas condições de vida eram sumamente modestas e a sua participação nos conselhos das cidades respectivas praticamente nula.

Os grandes contrastes sociais existentes, tanto no mundo rural como no urbano, conduziram, em certas ocasiões, a conflitos. Houve vilas de longa tradição realenga que, em diversos momentos, manifestaram as suas queixas pelos atropelos que, do seu ponto de vista, cometiam os senhores que as tinham incorporado nos seus domínios. Foi o que se passou, por exemplo, no início do século XV na vila de Benavente, que enviou ao monarca Henrique III um memorial de agravos onde expunham os abusos do senhor do lugar, Juan Alfonso Pimentel e as suas gentes. Os moradores do lugar não pediam que se acabasse com o senhorio de Juan Alfonso Pimentel, mas que o senhor, que recebera aquela mercê do monarca castelhano, «usasse os seus direitos e não mais», ou seja, que não cometesse abusos. Ora, os conflitos mais fortes tiveram lugar em terras de Galiza. Em 1431, houve uma revolta contra o nobre galego Nuño Freire de Andrade, que foi finalmente sufocada. Alguns anos mais tarde, em 1467, aconteceu a denominada «segunda guerra irmandinha». A sua génese encontrava-se na formação, nesse mesmo ano, de uma Irmandade Geral, da qual faziam parte as gentes do campo e da cidade, assim como alguns nobres. Os rebeldes, que segundo se diz chegaram a ser mais de 80 000 e que se organizaram como quadrilhas, tomaram a iniciativa, destruindo numerosas

fortalezas da alta nobreza galega, contra a qual lançaram as suas lanças. Mas em 1469, devido às tensões internas entre os próprios rebeldes e à indiscutível superioridade militar dos magnatas nobiliários, a revolta foi silenciada. Outro território que conheceu no século XV frequentes conflitos foi o País Basco. Ali se confrontaram dois grupos nobiliários, os Oñacinos e os Gamboinos. Mas, com frequência, a luta tomava outra direção, dirigindo-se contra a gente miúda. Daí que as irmandades daquela região atuassem, entre outros aspetos, como possível travão aos abusos dos poderosos.

Por último, é necessário aludir ao denominado «problema converso». Tratava-se dos judeus que, devido aos acontecimentos de 1391, tinham aceitado o batismo cristão. Pouco a pouco foi surgindo no seio das massas populares cristãs uma hostilidade contra estas gentes, os chamados cristãos novos ou *marranos*. No seio dos conversos, os quais eram acusados de seguir judaizando, via-se judeus encobertos, para o que contribuía o facto de se dedicarem aos mesmos ofícios que tinham praticado quando viviam no seio da comunidade hebraica. A violência contra os cristãos novos rebentou, no ano de 1449, na cidade de Toledo. O ponto de partida foi o protesto popular contra o pagamento de um imposto cujo cobrador era um converso chamado Alonso de Cota. Ora, a direção da revolta recaiu nas principais famílias dos cristãos velhos da cidade, em cuja liderança se colocou Pero Sarmiento. O seu propósito era impedir, a todo o custo, que nenhum converso ocupasse postos de chefia no município toledano. Nessa altura, apareceram panfletos contra os conversos; assim, o do bacharel Marcos García de Mora, que afirmava num claro tom antissemita, que os cristãos novos «eram e são de ruim linhagem». Pouco depois, era publicada a obra do

franciscano frei Alonso de Espina, com o título *Fortalitium fidei*, texto duríssimo contra os conversos, que não eram diferenciados dos judeus. Além disso, em 1473, algumas cidades da Andaluzia, começando por Córdova, foram testemunhas de novas revoltas populares contra os conversos.

## **O Fortalecimento do Poder Real**

As tensões políticas e sociais por que passou a Coroa de Castela no século XV podem conduzir à ideia de que o poder régio estava em retrocesso. Nada mais longe da realidade. Em termos objetivos, assistimos neste século a um considerável fortalecimento do poder real tanto em termos teóricos como práticos. Desde logo, os grandes tratadistas da época defendiam com determinação o autoritarismo régio. O rei, dizia Rodrigo Sánchez de Arévalo, é «uma imagem de Deus na terra». Paralelamente, os textos do século XV insistem repetidas vezes na ideia do «poder real absoluto». Também nas Cortes de Olmedo de 1445, celebradas pouco antes da batalha entre as tropas reais e as dos «infantes de Aragão, se exaltou a limites incriveis a imagem do poder real. Nesta reunião das Cortes disse-se, entre outras coisas, o seguinte: «que ninguém seja ousado de lhe resistir, porque os que ao rei resistem são vistos como querer resistir à ordenança de Deus».

Junto aos argumentos teóricos assistimos, no transcurso do século XV, ao desenvolvimento de diversos elementos que proporcionavam mais solidez à autoridade régia. Assim, por exemplo, as fronteiras começavam a desempenhar um importante papel, uma vez que delimitavam círculos de comunidades frequentemente hostis. Por outro lado, deram-

se, no século XV, passos importantes para encontrar um centro estável do poder régio. Nesse sentido, foi a vila de Valladolid a que, de facto, desempenhou essa função, sobretudo por se estabelecer aqui, no ano de 1442, a Chancelaria, ou seja, o Tribunal Superior de Justiça ou Audiência. José António Maravall, baseando-se nesses elementos, afirmou que na no século XV surgiu um sentimento de carácter proto nacional.

Paralelamente, a cada dia era mais importante a presença de letrados ou legistas, ou seja, profissionais formados nas universidades, nas tarefas do governo. Dessa forma, o poder político, baseado tradicionalmente na lealdade vassalática, começa a objetivar-se, ao destacar, como argumento decisivo, a capacidade profissional. Uma das etapas mais importantes, no que se refere à entrada de letrados na administração pública, foi precisamente o reinado de Henrique IV. Há que mencionar, também neste reinado, o significado das ordenanças aprovadas nas Cortes de Segóvia do ano de 1473, que serviram de precedente para a implementação, por parte dos Reis Católicos, da Santa Irmandade. Não podemos esquecer, por outro lado, os importantes passos dados, desde o início do século XV, no sentido da constituição de uma força militar permanente ao serviço do rei. E o que dizer da organização da Fazenda, dividida em duas Contadorias centrais, a da Fazenda propriamente dita e a das Contas? Como se fosse pouco, os ingressos fiscais, como demonstrou o professor Ladero, cresceram espetacularmente durante o século XV, sobretudo como consequência do notável aumento do imposto de alcavala.

As Cortes do século XV, não obstante, diferenciam-se das Cortes de épocas anteriores. A representação cidadã ficou

reduzida só a 17 núcleos urbanos. Ao mesmo tempo, os nobres e os altos dignitários da Igreja começavam a deixar de ir às suas reuniões. Dai que as Cortes acabassem por se converter numa espécie de encontro e debate entre o rei e as cidades com voto na instituição. Por outro lado, é possível que a autonomia dos procuradores do terceiro estado se visse diminuída como consequência da decisão régia de que a Fazenda pública assumisse os seus gastos. Na mesma linha devem situar-se as chamadas «minutas de poder», que a coroa costumava enviar às cidades e vilas com voto em Cortes e que podiam contribuir para diminuir a autonomia dos núcleos urbanos. No que se refere ao poder local, continuavam vigentes as linhas traçadas devido ao estabelecimento, no tempo de Afonso X, do regimento, controlado sem dúvida pelas oligarquias cidadãs. Contudo, crescia de dia para dia o envio, por parte da autoridade real, de corregedores, cuja missão era pacificar as possíveis disputas que houvesse nas cidades e vilas, mas ao mesmo tempo controlar mais de perto estes núcleos de população. Assim, o intervencionismo régio era cada vez maior.

### **A Cultura. Os Primeiros Esboços do Humanismo**

A vida espiritual mostrou-se no século XV, em linhas gerais, mais pacífica que no anterior. Contudo, em terras do senhorio de Biscaia brotou, nas primeiras décadas do século, um grave desvio religioso, os chamados «hereges de Durango». Os monges rebeldes, em cuja liderança se encontrava o franciscano Alonso de Mella, criticavam o matrimónio, defendendo a comunidade de bens e de mulheres. Também pediam uma nova interpretação da Bíblia, negavam a presença de Cristo na eucaristia e não

adoravam a cruz. Esta heresia, que atraiu importantes setores populares da comarca de Duranguesado, foi duramente reprimida, chegando a falar-se de centenas de execuções. Não obstante, Alonso de Mella conseguiu escapar, encontrando finalmente refúgio no reino nasrida de Granada.

A Igreja, obviamente, continuava a dominar a vida cultural. Os intelectuais mais preclaros da época eram teólogos; assim, Juan de Torquemada, Alonso de Madrigal ou o já citado Rodrigo Sánchez de Arévalo. Torquemada, monge dominicano, era de ideias conservadoras e claramente anticonciliário, como se revela na sua obra *Summa de Ecclesia*. Alonso de Madrigal, bispo de Ávila, conhecido como *o Tostado*, era, pelo contrário, um conciliário. Sánchez de Arévalo escreveu sobretudo sobre questões relativas ao poder político. Simultaneamente encontramos diversos aristocratas que participam na criação literária como foram os casos, entre outros, de Fernán Pérez de Guzmán, de Iñigo López de Mendoza, o marquês de Santillana, autor de obras tão brilhantes como *La Comedieta de Panza* ou as *Serranillas*, ou de Jorge Manrique, a quem devemos as imortais *Coplas a la muerte de su padre*. Ao fim e ao cabo, como assinalou o marquês de Santillana, não havia hostilidade entre as armas e as letras, porque «a ciência»... não debilita o ferro da lança nem face frouxa a espada da mão do cavaleiro». Junto aos nomes citados, outra figura relevante do século XV foi Juan de Mena, que escreveu um livro singular, o *Laberinto de Fortuna*. Também se deve assinalar o desenvolvimento da poesia popular, presente em coplas de caráter satírico como as de *Mingo Revulgo* ou as *del provincial*.

Mas, sem dúvida, um dos traços mais característicos da cultura do século XV na Coroa de Castela foi a chegada dos primeiros sintomas do humanismo, originário, como é sabido, de terras italianas. Há que assinalar, de facto, que em nenhum momento houve a mais pequena fricção entre as ideias humanistas e os princípios da religião cristã. O primeiro humanista cristão foi, ao que parece, o bispo de Burgos, Alonso de Cartagena, que procedia de uma família de judeus conversos. Alonso de Cartagena, sobre o qual nos consta que admirava os ideais dos humanistas italianos, escreveu diversas obras inspirando-se no escritor hispano-latino Séneca. Também se deve incluir na lista dos primeiros humanistas castelhanos Fernán Pérez de Guzmán, o enigmático Enrique de Villena e, obviamente, o marquês de Santillana. Como esquecer, por outro lado, Juan de Segóvia? Tratava-se, neste caso, de um pensador de grande originalidade, que se mostrou pacifista ao mesmo tempo que defendia a necessidade de um diálogo entre as diversas religiões. Juan de Segóvia, em última análise, inscrevia-se na linha do ecumenismo.

### **A Granada Nasrida. Um Reino em Declínio**

Ainda subsistia, do outro lado da Cordilheira Penibética, o reino nasrida de Granada. Ora, no decorrer do século XV, o panorama que este reino ofereceu foi o de uma crise pouco menos que permanente. Simplesmente, entre os anos de 1417 e de 1450 houve dez mudanças de emires, conseguindo um deles, Muhammad IX, aceder ao poder nada menos que em quatro ocasiões. Não é estranho, dadas essas circunstâncias, que as tropas cristãs aproveitassem aquela conjuntura para ir obtendo pequenos êxitos

militares, entre os quais se deve consignar a vitória de La Higuera, que data do ano de 1431. No tempo de Henrique IV de Castela, o reino de Granada, governado primeiro pelo emir Sa'd (1453-1464) e, depois, pelo seu filho Abu al-Hasan (1464-1485), deu mais sensação de fortaleza, ainda que algumas localidades muçulmanas passassem para o domínio cristão, sobretudo na costa malaguenha; foi o caso, por exemplo, da vila de Estepona. De todos os modos, é possível que essa imagem do reino granadino fosse sobretudo a consequência dos sérios problemas internos que se viviam na Castela de Henrique IV.

O reino de Granada contava, em meados do século XV, com uma população estimada em cerca de 350 000 habitantes. O núcleo mais habitado era, sem dúvida, o da cidade de Granada, que reunia, ao que parece, cerca de 50 000 pessoas. A maioria da população, obviamente, era muçulmana, ainda que fosse de uma grande heterogeneidade, uma vez que havia berberes, árabes, sírios, muladis, escravos, etc. Mas também havia tributários: uns cristãos, os quais procediam, sobretudo, dos prisioneiros de guerra, outros judeus. A situação económica, aparentemente, mal tinha sofrido alterações nos seus mais de dois séculos de existência. Recordemos o papel que desempenhavam nas atividades mercantis os homens de negócios genoveses, os quais tiraram proveito da abertura do estreito de Gibraltar ao comércio internacional. Em qualquer caso, a evolução dos acontecimentos apontava no sentido de que os dias do reino nasrida pareciam contados.

## 10

### O século XV. Os contrastes da coroa de Aragão

O século XV foi uma época de grandes contrastes na Coroa de Aragão. Desde logo, estabeleceu-se uma nova dinastia, a dos Trastâmara, de origem castelhana. Alguns historiadores viram nesse acontecimento a génese da pugna entre o autoritarismo e o pactismo. O segundo monarca dessa dinastia, Afonso V, viveu ensimesmado pelo mundo italiano, particularmente por Nápoles, onde finalmente se instalou. Mas no tempo do seu irmão e sucessor, João II, a Catalunha passou por uma terrível guerra civil, de dez anos de duração, que deixou graves sequelas no principado. No aspeto económico, a Coroa de Aragão apresentou no século XV uma aguda contraposição entre o espetacular declínio da Catalunha, também presente no plano demográfico, e o inusitado esplendor que alcançou Valência. Não menos crítica foi a situação social. Ao conflito levado a cabo pelos *payeses de remensa*, que durou cerca de um século, com diversas alternativas, há que acrescentar o confronto que mantiveram, na cidade de Barcelona, a *busca* e a *biga*, ou seja, populares e patriciado. Maiorca também foi testemunha de um grave conflito, o dos *forans*. A Coroa de Aragão, na qual se integrara Maiorca, e que posteriormente se projetou sobre Nápoles, oferecia uma singular articulação

na qual estavam unidas a unidade e a diversidade. No terreno da cultura, o estreito contacto com Itália traduziu-se na chegada, antes dos restantes reinos hispanos, das correntes do humanismo italiano. Não se pode fechar este capítulo, alusivo à Espanha oriental, sem referirmos o reino de Navarra, vítima, no século XV, de importantes convulsões.

### **Os Trastâmaras em Aragão. Afonso V e Nápoles**

A coroa de Aragão confrontou-se, no ano de 1410, com um sério problema sucessório. Diversos aspirantes apresentaram a sua candidatura, entre eles, o infante Fernando de Castela; Jaime, conde de Urgel; e Luís de Anjou, duque de Calábria. Após um período de uma certa confusão chegou-se à concórdia de Alcañiz, na qual se estabelecia que a eleição do novo monarca seria realizada por uma comissão de nove pessoas, três em representação de Aragão e outros tantos por Catalunha e Valência. Os compromissários, entre os quais se encontrava o famoso dominicano valenciano Vicente Ferrer, reuniram-se na localidade aragonesa de Caspe. Em junho de 1412, concluíram as suas sessões, depois de eleger, como rei de Aragão, o castelhano Fernando. Este acontecimento é conhecido como o Compromisso de Caspe. A solução de Caspe suscitou vivos debates historiográficos. Não obstante, como assinalou Jaime Vicens Vives, a decisão que ali se tomou «foi historicamente justa, uma vez que designou o candidato mais universalmente aceite pelas diversas estruturas dos países da Coroa de Aragão».

Com Fernando I (1412-1426) iniciava-se o governo da dinastia Trastâmara na Coroa de Aragão. Um dos principais problemas que o novo monarca teve de fazer frente foi a

rebelião do conde de Urgel, seu rival para ocupar o trono de aragonês. Fernando I conquistou Balaguer (1413), ao mesmo tempo que fez prisioneiro o conde de Urgel, que foi enviado para a localidade castelhana de Urueña. Mas também teve de enfrentar a pressão exercida pelos poderosos da Catalunha, como se viu nas Cortes de Barcelona de 1412-1413. A Deputação Geral saiu, sem dúvida, notavelmente robustecida daquelas sessões. De todos os modos, nos anos seguintes, Fernando decidiu não fazer novas concessões. O primeiro Trastâmara aragonês também não descuidou os problemas do Mediterrâneo, concretamente os que se relacionavam com as ilhas da Sicília e da Sardenha.

Sucedeu a Fernando I o seu filho Afonso V (1416-1458), conhecido como *o Magnânimo*. A sua atração pelo Mediterrâneo foi tão grande que passou a maior parte da sua vida fora das terras hispânicas. Alguns historiadores não lhe chamaram o «apátrida mediterrâneo»? Em 1420, partiu para a Sardenha onde venceu os rebeldes sardenhos. Por outro lado, não teve êxito na Córsega. O seguinte objetivo era Nápoles, onde chegou em 1421. A rainha Joana II de Nápoles, que não tinha herdeiros, designou-o sucessor, ao mesmo tempo que Afonso V vencida os genoveses. Contudo, os planos de Afonso V esfumaram-se, pelo que teve de regressar à Península Ibérica em 1423. Nos anos seguintes prestou atenção aos problemas hispanos e concretamente à atuação dos seus irmãos, os «infantes de Aragão», em terras castelhanas. Mas, depois da assinatura do Acordo de Majano (1430), decidiu regressar aos assuntos italianos. O seu objetivo era, novamente, Nápoles. Ora, no ano de 1435, foi derrotado na batalha naval de Ponza e feito prisioneiro. Mas aquele desastre foi passageiro. Afonso V dedicou todos os seus esforços, a partir do ano de 1436, a preparar a

conquista do reino de Nápoles. Após diversos êxitos militares, como a tomada de Benevento, no ano de 1442 as suas tropas conseguiram entrar na cidade de Nápoles. Em fevereiro de 1443, o próprio Afonso V fazia a sua entrada triunfal naquela cidade, sendo aclamado nas ruas como libertador. Alguns anos depois, ergueu-se em Nápoles um arco triunfal onde se podia ler: «Alfonsus, rex Hispanus, Siculus, Italicus, pius, clemens, invictus». A conquista de Nápoles foi o grande objetivo de Afonso V, mas não há dúvida de que também foi positiva para a Coroa de Aragão e particularmente para os mercadores catalães. O *Magnânimo* passou o resto da sua vida em Nápoles entregue, sobretudo, ao contacto com intelectuais.

### **João II de Aragão. A «Guerra Civil» da Catalunha**

O novo monarca aragonês foi João II (1458-1479), herdeiro de Afonso V. João II contava, quando acedeu ao trono aragonês, com uma larga experiência. Em Castela fora a cabeça do grupo conhecido como os «infantes de Aragão». Em Navarra, graças ao seu matrimónio com Blanca, fora rei consorte desde o ano de 1425 e monarca efetivo a partir de 1441. Mas também desempenhara cargos na Coroa de Aragão onde foi, entre outras coisas, lugar-tenente geral da Sardenha e Sicília entre 1415 e 1416. A situação da Coroa de Aragão, e em particular da Catalunha era, sem dúvida, muito delicada. João II tinha, desde há alguns anos atrás, um conflito com o seu filho Carlos, príncipe de Viana e herdeiro do reino de Navarra. Este confronto projetou-se no campo catalão onde os setores opostos ao monarca decidiram dar apoio ao príncipe de Viana. As Cortes de Lérida de 1460 fizeram frente a João II,

que teve de libertar Carlos, na altura seu prisioneiro. Simultaneamente, constituiu-se o *Consell del Principat* de Catalunha, integrado por gentes da nobreza e do patriciado urbano. Além disso, no ano seguinte, o Consell chegou a proclamar Carlos de Viana herdeiro da Catalunha. Perante aquele panorama, João II aceitou negociar, chegando-se, em junho de 1461, à capitulação de Villfranca del Penedés. Este acordo, que segundo Josep Maria Salrach, «recolhia todas as reivindicações políticas da oligarquia desde os tempos de Pedro, o Cerimonioso», pressupunha um importante travão às aspirações de João II. Acordou-se, entre outras coisas, que o monarca aragonês só poderia entrar na Catalunha com a prévia autorização do *Consell del Principat*. As forças denominadas pactistas, ou seja, os setores sociais dominantes, entenda-se os grandes senhores da terra, o patriciado urbano e alguns dirigentes da Igreja, tinham saído triunfadores. De todos os modos, a suspeitosa morte do príncipe de Viana, apenas alguns meses depois da citada capitulação, pressupôs uma mudança rotunda da situação. Fernando, filho de João II e da sua segunda esposa, Juana Enríquez, foi jurado herdeiro da Coroa de Aragão. Entretanto vivia-se na Catalunha um autêntico clima de pré-guerra. Em fevereiro de 1462, os *payeses de remensa* de terras de Gerona amotinaram-se. Dias depois, manifestavam-se em Barcelona amplos grupos de mesterais oferecendo o seu apoio incondicional a João II. Por seu lado, o *Consell del Principat*, recrutou a toda a pressa um exército. A 11 de março de 1462, Juana Enríquez decidiu abandonar Barcelona, acompanhada pelo seu filho Fernando.

Este foi o início de uma dura guerra civil que durou cerca de dez anos. Num lado encontrava-se o rei João II que contava, para além da ajuda militar francesa, com o apoio dos *payeses de remensa* e dos setores populares das

idades. Frente a João II encontrava-se basicamente a oligarquia, tanto rural como urbana, representada pela Deputação Geral, assim como alguns setores populares que tinham abraçado a causa. Os rebeldes propuseram colocar à frente do principado o rei de Castela Henrique IV (1462) e, após a sua do principado o rei de Castela Henrique IV (1462) e, após a sua 1466) e, finalmente, a Renato de Anjou (1466-1472). Contudo, o desenvolvimento dos confrontos militares foi-se decantando a favor do lado legitimista. Recordemos alguns dos principais pontos daquele conflito: em 1462, Girona, sitiada pelos rebeldes, conseguiu resistir; em 1464, Lérida caía em poder dos legitimistas; em 1465, as tropas de João II venceram os seus rivais em Calaf, ocupando nos meses seguintes outras localidades como Cervera e Tortosa. É verdade que em 1467 os rebeldes venceram em Vilademat, o que lhes deu o controlo de Ampurdán. Mas os legitimistas reagiram, conseguindo novos êxitos nos últimos meses de 1471, como a recuperação de Girona e a vitória de Santa Coloma de Gramanet. A queda de Barcelona, em outubro de 1472, nas mãos de João II, depois de um longo assédio, pressupôs o fim da guerra civil catalã. A rendição dos rebeldes refletiu-se na capitulação de Pedralbes. João II mostrou-se conciliador, o que explica que não houvesse nem repressão nem depurações. A relação com a monarquia francesa ficou difícil, uma vez que o rei gaulês retinha em seu poder os territórios de Rossilhão e da Sardenha, que João II lhe outorgara em 1462, em compensação pela sua ajuda e que, após a paz, reclamava. No início do ano de 1479, João II faleceu com a avançada idade de oitenta anos.

### **Os Desequilíbrios Económicos. O Declínio da Catalunha. O Esplendor de Valência**

Os desastres causados pela crise do século XIV corrigiram-se nos territórios da Coroa de Aragão no século seguinte, à exceção de Catalunha. Assim, por exemplo, no terreno demográfico subiu a população em Aragão, em Valência e em Maiorca. Catalunha, pelo contrário, perdeu entre os anos 1378 e 1479 cerca de uma quarta parte dos seus efetivos demográficos. São muito significativos, a este respeito, os exemplos que nos proporcionam as cidades de Barcelona e de Valência. Barcelona, que contava com cerca de 50 000 habitantes pouco antes da propagação da peste negra, mal ultrapassava os 20 000 em meados do século XV. Valência, pelo contrário, passou de cerca de 20 000 habitantes em meados do século XV para cerca de 40 000 um século depois. Este auge da cidade de Valência obedecia, em boa parte, à chegada de imigrantes. O setor agrário também recuperou a sua anterior dinâmica, particularmente pujante no século XV, no reino de Valência. O mesmo não aconteceu na Catalunha nem em Maiorca, territórios que testemunharam, neste século, uma queda da produção agrária. No que se refere ao mundo do artesanato, a atividade mais pujante da Catalunha, que era a têxtil, passou por um retrocesso no século XV. Por outro lado, Valência contava com atividades em inegável ascensão, entre as quais se deve mencionar o têxtil, a cerâmica (recordemos as peças de Manises ou de Paterna), os curtidos, a tinturaria ou o fabrico de móveis.

Contudo, é no setor do comércio onde o contraste entre a Catalunha e Valência, protagonista de uma brilhante ascensão, é mais chamativo. O comércio catalão passou por uma espetacular queda no século XV, ainda que se continue a discutir a cronologia precisa desta crise. Alguns autores são da opinião que uma das etapas mais críticas foi balizada

entre os anos 1440 e 1455. De todos os modos, o período de 1462 a 1472, com a guerra civil da Catalunha, não se ficou atrás. Os fatores que intervieram nesse declínio foram sem dúvida muitos, desde as crises internas do principado até ao avanço imparável dos turcos pelo Mediterrâneo. É muito significativa, a este respeito, a informação proporcionada pelo investigador italiano Mario del Treppo, que comprovou que entre os anos 1455 e 1470 não atracou no porto de Barcelona nenhum barco genovês dos que se dirigiam à Flandres, mas também que no período compreendido entre 1465 e 1469 não saiu do porto barcelonês nenhum navio em direção ao Levante. Também no ano 1468, a Taula de Canvi<sup>(12)</sup>, constituída no início do século XV em Barcelona, apresentou suspensão de pagamentos. Correlativamente, a Catalunha vivia, naquela altura, uma autêntica desordem monetária. Em suma, o panorama que Catalunha oferecia, sobretudo durante o reinado de João II, era agónico.

O caso de Valência, e sobretudo a cidade do mesmo nome, situava-se no extremo contrário. O progresso que conheceu o comércio valenciano do século XV explica a abundante presença naquele território de homens de negócios estrangeiros, particularmente italianos. Estudos monográficos recentes sublinharam o espetacular apogeu do porto de Valência no século XV. Valência comerciava com a Coroa de Castela, com o mundo italiano (Sardenha, Sicília, Nápoles, Génova e Veneza) e, inclusive, com determinados territórios islâmicos, fosse a Granada nasrida ou o Norte de África. Outro traço característico do reino de Valência durante este século foi a sua estabilidade monetária. Uma prova indiscutível do esplendor da economia daquele reino

é o desenvolvimento urbanístico que a cidade de Valência testemunhou no século XV.

No reino de Aragão, por sua vez, o comércio encontrava-se em clara expansão no século XV. O mais chamativo daquela atividade era a exportação de lã e trigo para a Catalunha, de azeite para Navarra e de açafreão para a Europa cristã. Quanto a Maiorca, tudo parece indicar que mantinha a sua vitalidade com a exportação de tecidos para o norte de África.

### **A Crispação Social. Os *Payeses de Remensa*. A «Busca» e a «Biga». Os «Forans»**

A sociedade oferecia, tanto no meio rural como no urbano, agudos contrastes entre os setores aristocráticos e os populares. O escalão mais alto era ocupado pelos grandes senhores da terra ao qual pertenciam linhagens como os Fernández de Herédia, em Aragão; os Vilaragut ou os Centelles, em Valência; ou, no caso da Catalunha, os condes de Ampurias ou de Pallars. A pequena nobreza, vítima principal da crise do século XV, encontrava-se neste século, em termos gerais, muito debilitada. No outro extremo encontravam-se os camponeses, o setor maioritário em termos quantitativos, mas ao mesmo tempo sumamente heterogéneo. No século XV produziram-se revoltas camponesas, como a que protagonizaram, no reino de Aragão, os labregos de Maella, que se levantaram contra o seu senhor.

Contudo, o conflito rural de maior intensidade do século XV foi o que protagonizaram os *payeses de remensa* das terras catalãs. Devese sublinhar que os mencionados *payses de remensa* constituíam aproximadamente uma

quarta parte da população total da Catalunha. A crise do século anterior e particularmente a prática dos maus costumes por parte dos grandes senhores tiveram, sem dúvida, muito a ver com aquele conflito. A crise afetara de maneira desigual os labregos. Alguns saíram beneficiados, mas a maioria viu como piorava a sua situação. Em suma, os *payses de remensa* procuravam eliminar os maus costumes, mas também garantir a posse dos *masos ronecs*, ou seja, os campos abandonados que tinham sido incorporados nas suas posses. A tensão no campo catalão foi crescendo à medida que decorria o século XV. Não obstante, um dos seus momentos estelares aconteceu no tempo de Afonso V, que decidiu apoiar os *remensas*. Estes, que tinham retomado a agitação no ano de 1447, constituíram no ano seguinte um sindicato. Alguns anos mais tarde, em 1455, aprovou-se a denominada Sentença Interlocutória, onde se estabelecia a supressão de todas as servidões rurais assim como os maus costumes. De todos os modos, o problema *remensa* não se resolveu. Daí que, anos mais tarde, renascesse a agitação camponesa na Catalunha Velha, coincidindo com o clima de guerra civil que rebentou em 1462. Os *payeses de remensa*, como se sabe, estiveram ao lado de João II naquele conflito. O problema, no entanto, não se resolveu até ao reinado de Fernando, o *Católico*.

Um conflito de natureza distinta, pelo seu caráter urbano, foi o que teve lugar, em meados do século XV, na cidade de Barcelona. Estamos a falar da pugna que mantiveram a *busca* e a *biga*, termos que aludiam, respetivamente, a duas plataformas sociais, a primeira de caráter popular, a outra próxima ao mundo do patriciado. O governo municipal de Barcelona, controlado pelos *ciutadans honrats*, foi objeto de duras críticas por parte dos setores populares da cidade. Estes últimos constituíram, em 1452, o chamado Sindicato

dos Três Estamentos e do Povo de Barcelona, que aglutinava os artesãos, os mercadores modestos e os artistas. Um ano depois, a *busca*, com o apoio do lugar-tenente real na Catalunha, Galcerán de Requesens, conseguiu tomar conta do governo da cidade de Barcelona. Os *buscaires*, uma vez no poder, implementaram uma política económica protecionista ao mesmo tempo que reformavam, num sentido democrático, o governo municipal, estabelecendo que no *Consell de Cent* houvesse igual número de representantes dos diversos estratos sociais. Também pretendiam levar a cabo reformas monetárias. Mas as suas medidas não conseguiram as melhorias previstas, o que desanimou grande parte do povo simples. Assim, os *biga*, ou o que é o mesmo, o setor da oligarquia, acabou por recuperar o poder municipal. Os homens da *biga*, como expressou muito significativamente Jaume Safont num texto que data de 1457, consideravam os *buscaires* simples traidores. A verdade é que o confronto entre a *busca* e a *biga* foi, entre outras coisas, «uma das principais causas de uma cruel guerra civil de dez anos», como disse Carmen Batlle.

Outro conflito muito falado que se desenvolveu em meados do século XV foi o conhecido como o dos *forans*, que teve lugar na ilha de Maiorca. O termo *forans* aplicava-se aos camponeses que habitavam nas vilas, os quais se diferenciavam daqueles que viviam na cidade de Palma, que eram *ciutadans*. Os *forans*, que se queixavam da forma como atuava a oligarquia municipal de Palma, sublevaram-se no ano de 1450. Afonso V reagiu, oferecendo o seu apoio aos cidadãos de Palma. Em 1451, impôs-se uma forte multa aos rebeldes, ao mesmo tempo que alguns dos seus dirigentes eram executados. Perante essas medidas, os *forans* retomaram os seus ataques, que contaram com a

ajuda de alguns mesteirais de Palma. Mas, em 1452, foram finalmente derrotados pelas forças legitimistas, as quais contaram com a ajuda de mercenários italianos. Os *forans* foram vítimas de uma brutal repressão. O último ato dessa pugna foi a execução, em 1457, de Simó Ballester, que fora o autêntico inspirador da revolta.

Na Coroa de Aragão havia também comunidades de mudéjares e de judeus. No que se refere à população muçulmana, o conflito mais sério foi o que se produziu na cidade de Valência no ano de 1456, data em que a mouraria foi assaltada e destruída pelas massas populares cristãs. Em relação aos judeus, a comunidade perdera muitos dos seus efetivos devido à conversão massiva que teve lugar na sequência dos acontecimentos de 1391, mas também como consequência das predicções de Vicente Ferrer e dos efeitos da disputa de Tortosa que teve lugar nos anos 1413-1414.

### **A Complexidade Política da Coroa de Aragão**

A Coroa de Aragão oferecia, sem dúvida, uma grande complexidade no que à sua articulação política diz respeito, uma vez que era constituída por um variado mosaico de entidades políticas. É possível diferenciar os núcleos que integravam a Coroa de Aragão propriamente dita ou, o que é o mesmo, os territórios peninsulares, ou seja, Aragão, Catalunha e Valência, e os denominados reinos *ultra marem*, capítulo que incluía, no início do século XV, Maiorca, Sardenha e Sicília, aos quais se juntou, em meados do século, Nápoles. Havia, portanto, uma grande diversidade de reinos, cada um dos quais conservava a sua identidade própria, mas existindo ao mesmo tempo uma soberania

única sobre o conjunto que, no tempo de Pedro IV, o *Cerimonioso*, se denominou a «Coroa do Casal de Aragó». Tratava-se, em suma, de uma unidade de reinos e não, como se disse por vezes, de uma federação. Dessa forma, como mostrou Luís Suárez Fernández, uniam-se «a pluralidade na base com a forte unidade na cúspide». As faculdades da coroa eram fundamentalmente, sem dúvida, no auge no período final da Idade Média, conseguir o cumprimento das leis, trabalhar pelo bem comum dos súbditos, defender o território frente aos ataques dos seus inimigos e, por último, manter a paz.

Desde meados do século XIV existia na Coroa de Aragão o cargo de lugar-tenente geral ou do reino, também chamado *locum tenens* ou *llochtinent*. O cargo, que era de certo modo o alter-ego do soberano, a quem substituía na sua ausência, recaía em pessoas da família real, como a sua esposa, os seus filhos ou irmãos. A instituição do lugartenente geral alcançou um grande relevo no decorrer do século XV, para o que contribuiu em grande medida as prolongadas ausências de terras hispânicas de Afonso V, o *Magnânimo*. Assim, por exemplo, quando foi para Itália em 1420, deixou a sua esposa, Maria, como lugar-tenente nos reinos ibéricos. Anos depois, na sua segunda ida para terras italianas, nomeou o seu irmão Juan lugar-tenente nos reinos de Aragão e Valência enquanto a sua mulher desempenharia o mesmo cargo na Catalunha.

A Deputação Geral ou Generalitat, instituição criada em meados do século XIV por Pedro, o *Cerimonioso*, foi crescendo em atribuições no decorrer do século seguinte. Inicialmente tinha sobretudo funções de natureza fiscal, mas progressivamente foi assumindo competências políticas até ao ponto de chegar a converter-se no órgão

representativo do principado. Identificada com os setores sociais mais poderosos da Catalunha, a Generalitat teve um excepcional protagonismo durante a evolução da guerra civil dos anos 1462-1472. Ora, nasceram instituições semelhantes noutros reinos peninsulares da Coroa de Aragão. No ano de 1412, surgiu em Aragão a Deputação do Reino, constituída por oito membros, dois por cada um dos quatro ramos existentes naquele território. Alguns anos depois, em 1419, nasceu em Valência uma instituição similar, também denominada Deputação do Reino.

### **A Cultura. A Irrupção do Humanismo**

O panorama oferecido pela Igreja na Coroa de Aragão, no século XV, mal diferia do existente em outros âmbitos da cristandade europeia. Tivera, sem dúvida, efeitos claramente negativos o período do Cisma da Igreja, resolvido finalmente no início do século XV. De todos os modos, era necessária uma reforma, tanto nos dirigentes da Igreja como nos fiéis. Os prelados, pertencentes às grandes linhagens nobiliárias, estavam geralmente mais preocupados pelas questões mundanas do que pelas espirituais. Houve um bispo de Vic que não esteve na sede da sua diocese em nenhum momento do período em que exerceu o cargo. No que respeita às massas populares, dominavam a atração pela superstição ou pela mística arrebatadora. Houve, no entanto, novidades na Coroa de Aragão, como a instalação de mosteiros jerónimos. Também houve eclesiásticos que defendiam com grande energia a necessidade de uma reforma, entre os quais o que fora bispo de Girona e, posteriormente, cardeal, Joan Margarit.

Por outro lado, o século XV assistiu ao nascimento dos novos Estudos Gerais, concretamente os de Barcelona e de Girona, ambos na Catalunha. Também não se deve esquecer o desenvolvimento que alcançou a escola cartográfica de Maiorca. O seu principal impulsor, o judeu Yehudá Cresques, depois convertido ao cristianismo, foi posteriormente para Portugal onde trabalhou ao serviço de Henrique, o *Navegador*. Entre as obras mais significativas elaboradas no século XV deve-se mencionar a intitulada *Històries e conquestes del reyalme d'Aragó e principat de Catalunya*, de que foi autor o cronista catalão Pere Tomic, e a *Paralipomenon Hispaniae*, obra do já mencionado bispo Joan Magarit, onde sublinha a existência de uma Hispania romana unida. De todos os modos, o criador mais brilhante do século XV foi, sem dúvida alguma, o valenciano Ausias March, poeta excepcional em língua catalã, cujos versos estão ordenados em *Cantos de amor, morales, espirituales y de muerte*. Também era valenciano Joanot Martorell, a quem devemos um interessante romance de cavalaria, denominado *Tirant lo Blanc*.

Ora, o traço mais significativo da cultura do século XV no território da Coroa de Aragão foi a irrupção das correntes humanistas originárias de terras italianas. Há que ter em conta a estreita relação que existia com o mundo italiano, o que explica o rápido conhecimento que se teve na Coroa de Aragão de autores como Dante e Petrarca. Paralelamente levaram-se a cabo, em terras da Coroa de Aragão, traduções de textos de diversos autores clássicos, entre eles Ovídio, Séneca, Cícero ou Aristóteles. Mas, sem dúvida, o fator principal a favor da receção do humanismo foi desempenhado por Afonso V, o *Magnânimo*. Este monarca manteve relações com numerosos intelectuais italianos, proclives do humanismo, como o Panormitano, Lorenzo

Valla, Giovanni Pontano ou Antonio Manetti. Mas, ao mesmo tempo, Afonso V mostrou um grande interesse pela cultura e sobretudo pelas suas raízes clássicas. Recordemos o que disse dele Panormitano: «Jamais saía para o campo sem levar consigo os comentários de César», acrescentando, mais adiante, o seguinte: «A todos era notório que não havia coisas com que tanto se folgasse [Afonso V] como com os livros». Por seu lado, o marquês de Santillana questiona-se, a propósito de Afonso V, «ora quem soube tanto de língua italiana?».

### **Os Solavancos do Reino de Navarra**

Sucedeu a Carlos III a sua filha Blanca (1425-1441), casada com João, um dos «infantes de Aragão». O rei consorte de Navarra tentou tirar partido dos recursos daquele reino para utilizá-los em seu proveito em Castela. A morte de Blanca, no ano de 1441, deixava como herdeiro o seu filho Carlos, príncipe de Viana. Nessa altura, Carlos atuou como lugar-tenente enquanto o seu pai, João II, se agarrava ao posto régio. Mas com a passagem do tempo as relações entre pai e filho foram deteriorando-se até desembocarem num grave conflito. O príncipe de viana, feito prisioneiro em 1451, contava com o apoio dos beamonteses enquanto os agramonteses apoiavam a causa de João II. Esta pugna, que parecia uma luta de fações, pressupunha o confronto entre duas formas de vida: a agrícola, típica da ribeira, ou seja, dos beamonteses, e a pastoril, característica da montanha, ou seja, dos agramonteses. Carlos foi libertado no ano de 1453, mas pouco depois, em 1455, João II deserdou-o, proclamando como herdeira de Navarra a sua filha Leonor, esposa de um

nobre francês, Gastón, conde de Foix. Carlos foi para Itália, em busca de apoio de Afonso V, mas a morte deste, em 1458, levou João II de Navarra a assumir o trono Aragonês. Este acontecimento pressupôs que a pugna entre o monarca navarro e o seu filho, o príncipe de Viana, se trasladasse para a Coroa de Aragão e particularmente para a Catalunha. O falecimento do príncipe de Viana, em 1461, contribuiu para desencadear a guerra civil na Catalunha. Entretanto, em Navarra, a princesa Leonor atuava, desde 1462, como lugartenente do reino. João II, não obstante, continuou como monarca efetivo de Navarra até à sua morte no ano de 1479.

O reino de Navarra, depois da grave crise do século XIV, conseguira recuperar tanto em termos demográficos como económicos. Contudo, Navarra era sobretudo um país rural. No setor do artesanato, a atividade mais destacada procedia das ferrarias. Havia também uma indústria de panos, ainda que fosse muito modesta. Do ponto de vista social, no ponto mais alto encontravam-se os ricos-homens. As linhagens mais pujantes eram os Beumont e os Peralta, líderes respetivos das fações beamontês e agramontês. Também aumentou em Navarra, no fim do Medievo, o número de fidalgos. Havia, por outro lado, mudéjares, sobretudo na ribeira tudelana, e judeus, grupo em franco retrocesso.

-

(<sup>12</sup>) Mesa de câmbio de moeda, precursora dos bancos públicos (*N. T.*).

# **IDADE MODERNA**

JOSEPH PÉREZ

# 1

## Os reis católicos (**13**) (1474-1516)

Em 1474, inicia-se o período mais brilhante da história de Espanha: os Reis Católicos transmitem aos seus herdeiros um instrumento eficaz, um Estado castelhano coerente, forte, dinâmico; Carlos V e Filipe II transformam Espanha em potência hegemónica; com os Áustrias Menores desmorona-se o imenso poderio espanhol; com os primeiros Bourbons inicia-se uma recuperação prometedora que termina com a catástrofe que levou à guerra da Independência.

### **A Guerra de Sucessão (1474-1479)**

Henrique IV morre em Madrid a 12 de dezembro de 1474. No dia seguinte, em Segóvia, a sua irmã, a princesa dona Isabel, manda levantar pendões por «Castela! Castela! Castela! Pelo rei D. Fernando e pela rainha dona Isabel, sua mulher, proprietária destes reinos!» e assim se proclama ela mesma rainha de Castela. Desta forma, ela acaba de uma maneira unilateral com o problema dinástico que estava pendente há dez anos, desde que, em novembro de 1464, os nobres tinham obrigado Henrique IV a deserdar a sua filha Joana, apodada Beltraneja. Algumas cidades como Ávila, Valladolid, Tordesilhas, Toledo, reconhecem dona

Isabel como rainha; outras, como Burgos, Zamora e as cidades andaluzas, preferem esperar que se esclareça a situação. Idêntica vacilação se nota no alto clero e na nobreza. O cardeal D. Pedro González de Mendoza, o arcebispo de Toledo - D. Alfonso Carrillo - o conde de Benavente, o marquês de Santillana, o duque de Alba, o almirante, o *Condestável*, o duque de Albuquerque - D. Beltrán de la Cueva - juram perante dona Isabel como rainha legítima de Castela. Mas o duque de Arévalo e D. Diego López Pacheco, marquês de Villena, negam-se a render-lhe homenagem. Do ponto de vista diplomático, a situação também não é muito clara. O casamento, celebrado em 1469, da que já se considerava como herdeira de Castela e D. Fernando, futuro rei de Aragão, suscitara inquietudes em França e Portugal; estas nações viam com desagrado constituir-se um bloco hegemónico na Península.

As hostilidades começam em maio de 1475, quando tropas portuguesas passam a fronteira castelhana. O rei de Portugal, Afonso V, pretende defender os direitos da sua sobrinha dona Joana, com quem acaba de contrair matrimónio. Os nobres castelhanos hostis a dona Isabel entram em rebeldia. A guerra da Sucessão tem, assim, um carácter duplo de guerra civil e de guerra institucional. Pela sua situação geográfica e pelo seu desenvolvimento económico, Castela constitui o eixo da Península Ibérica. A vitória de uma ou outra facção significaria uma deslocação do peso político da nova monarquia para oeste e Atlântico ou para leste e para o âmbito do mediterrâneo; o que está em jogo é a formação de um bloco Portugal-Castela, que poderia desfazer o bloco Castela-Aragão em vias de constituição. França também se preocupa com a união Castela-Aragão; por isso decide aliar-se com Portugal.

Nos primeiros meses da campanha, os portugueses apoderam-se de parte da Extremadura e da Galiza, ocupam Toro e, durante alguns dias, Zamora. Contam com uma invasão francesa pelo norte para obrigar os Reis Católicos a capitular. A reorganização do exército castelhano e a ajuda de Aragão permitem uma contraofensiva de D. Fernando por terras de Burgos e, sobretudo, em Zamora. No início de março de 1476, em Toro, as tropas castelhanas derrotam as portuguesas. Afonso V de Portugal espera restabelecer a situação a seu favor com a aliança de França; mas a renúncia momentânea de Aragão aos seus direitos sobre Rossilhão incita Luís XI, rei de França, a retirar-se do conflito. Os reis de Castela afixam o seu poder, reunindo Cortes em Madrigal (abril de 1476) e repartem tarefas: D. Fernando pacifica a terra de Zamora enquanto dona Isabel se dirige para a Andaluzia. Em fevereiro de 1479, D. Fernando, que desde há algumas semanas é o rei de Aragão por morte de seu pai, derrota os últimos partidários de dona Joana nas imediações de Mérida (batalha de Albuera).

O Tratado de Alcáçobas (4 de setembro de 1479) põe fim à guerra: dona Isabel e D. Fernando são reconhecidos como reis de Castela; dona Joana - a Beltraneja - renuncia aos seus supostos direitos e é obrigada a passar o resto da sua vida num convento de Coimbra (ali morre em 1530); combinam-se os esponsais do infante D. Afonso, filho do príncipe herdeiro de Portugal, com a infanta Isabel, primogénita dos Reis Católicos; por fim, Castela aceita a expansão portuguesa em África.

## **A Criação do Estado Moderno**

Os Reis Católicos não fundam a unidade nacional em Espanha. O que se inicia em 1474, com a subida ao trono de Castela de Isabel, e em 1479, com a chegada de Fernando ao trono de Aragão, é uma mera união pessoal. As duas coroas continuam a ser independentes, apesar de estarem reunidas na pessoa dos seus respetivos soberanos. No futuro, as conquistas comuns passarão a integrar uma ou outra das coroas: Granada, as Índias, Navarra formará parte da Coroa de Castela; Nápoles, da Coroa de Aragão. Convém aclarar, de passagem, o sentido do lema *Tanto monta*, que nunca foi a divisa dos soberanos, mas só de D. Fernando. Forjou-a Nebrija para acompanhar o jugo e o nó gordiano que figuravam nas armas do Rei Católico e o seu significado fica assim perfeitamente claro: tanto monta, ou seja: o mesmo dá cortar o nó como desatá-lo, por alusão a um episódio da vida de Alexandre Magno. Este, ao chegar à vila de Gordião, encontrou-se com o jugo de uma carroça atado de uma maneira muito complicada; segundo a lenda, o que fosse capaz de desatá-lo dominaria o mundo; Alexandre tentou-o e, ao dar-se conta da dificuldade, resolver cortar a corda com a sua espada, considerando que o resultado era o mesmo.

Na dupla monarquia, as duas coroas não se encontram exatamente equiparadas: existe um equilíbrio inegável a favor de Castela, uma tendência para a castelhanização que se irá acentuar na próxima centúria. Isso não se deve à vontade dos reis, mas à relação de forças que existia então na Península Ibérica. Castela é muito mais extensa e muito mais povoada do que Aragão: Castela tem uma superfície três vezes maior que a de Aragão e uma população quatro vezes maior; com quatro milhões e meio de habitantes no final do século XV, Castela deixa muito atrás Aragão, que só

conta nessa altura com um milhão. Outro fator contribui para acentuar o desequilíbrio a favor de Castela: o dinamismo da sua economia. Pierre Vilar mostrou como as duas coroas andaram quase sempre destoadas no seu ritmo de vida: Castela cresce enquanto Aragão decai, e vice-versa. O reinado dos Reis Católicos coincide com uma fase de expansão castelhana enquanto a Coroa de Aragão passa por uma época de colapso prolongado. Na segunda metade do século XV, Castela encontra-se em plena pujança: os rebanhos da Mesta fornecem uma lã de excelente qualidade muito cotada no mercado internacional. Em torno do mercado de lã organiza-se a vida económica, que gira em volta de três centros principais: Medina del Campo, que se converte no grande mercado internacional do reino; Burgos, sede do Consulado, ou seja, da agrupação dos grandes mercadores interessados na exportação; Bilbao, de onde saem os barcos que levam a lã aos centros da Flandres. O eixo comercial Medina-Burgos-Bilbao une Castela à Europa do norte; em Nantes, Ruão, Bruges, Londres, os burgaleses têm fatores importantes e dominam o mercado. As cidades do interior - Segóvia, Toledo, Cuenca... - conhecem um desenvolvimento notório. Tudo isso, com os ingressos que pressupõe para o Estado em impostos, alcavalas, serviço e montádigo, dízimos, direitos de aduana, etc., contribui para a prosperidade de Castela, que se converte de facto no centro da vida económica da dupla monarquia, em contraste total com o quase completo colapso catalão. Daí que a expansão espanhola e o Século de Ouro sejam também eminentemente fenómenos castelhanos. Na sua imensa maioria, foram castelhanos os homens - políticos, soldados, conquistadores, mercadores, missionários, teólogos - que representaram Espanha na Europa e no

mundo, e em castelhano escreveram os escritores que difundiram a cultura espanhola da época.

Além disso, a partir dos Reis Católicos nota-se a tendência dos monarcas para residir preferentemente em Castela. Inicia-se, assim, nos territórios da Coroa de Aragão, um processo de governo caracterizado pelo absentismo do soberano: um vice-rei ou lugartenente representa-o em cada um dos territórios; a partir de 1494, o Conselho de Aragão serve de laço entre os distintos reinos e o monarca. Os estados da Coroa de Aragão souberam resistir ao crescente autoritarismo dos monarcas, mantendo uma tradição de federalismo e pactismo que contrasta com o que se passa nessa mesma altura em Castela; nos três estados da Coroa de Aragão – Aragão, Valência e Catalunha – as Cortes opõem uma tenaz resistência legal ao monarca; por outro lado, fracassou a integração económica da Península. Em Valência e Aragão, os senhores feudais reforçam as suas posições frente ao campesinato. As coisas são diferentes na Catalunha, que fora muita afetada pela crise e pela guerra civil dos anos 1462-1472. Nas Cortes de 1481, D. Fernando inicia o *redreç* – ou seja, a recuperação – da economia (protecionismo, restauração mercantil, restituição das propriedades confiscadas durante a guerra civil, mediante compensação aos despovoados). O problema dos *payeses de remensa* – os camponeses submetidos a uma situação muito rigorosa por parte dos senhores e donos da terra – ficou resolvido, depois de nova crise (1484-1485), pela Sentença arbitral de Guadalupe (1486): o campesinato catalão conseguiu a propriedade útil da terra, conservando os senhores tão só o domínio jurisdicional sobre esta. O grande sindicato *remensa* (1488-1508) encarregou-se de aplicar o compromisso e conseguiu assim restabelecer a paz no campo catalão.

Em Castela, a guerra da Sucessão manifestara a debilidade do poder real; urgia acabar com as desordens internas e os abusos da nobreza, reestruturar a vida política e administrativa do reino. Na realidade, nem tudo estava viciado na Castela daquele tempo. Não se deve dar inteiramente crédito ao que contam os cronistas oficiais, interessados em desenhar com tintas negras o reinado anterior para melhor enaltecer a ação reformadora dos reis. A situação era grave, mas distava muito de ser desesperada. O que fazia falta era restabelecer a autoridade da monarquia na nação.

A Santa Irmandade foi a primeira instituição planeada pelos reis para garantir a ordem pública no reino, em abril de 1476, nas Cortes de Madrigal. Para lutar contra o bandoleirismo nos campos, decidiu-se que cada lugar com mais de 50 moradores nomearia dois alcaides e armaria alguns quadrilheiros. As quadrilhas locais estavam encarregadas de perseguir os bandidos no âmbito do seu distrito, avisando a quadrilha do conselho vizinho quando esses salteadores saíssem do distrito para entrar no contíguo. Desta forma podia-se perseguir, deter e julgá-los rapidamente, dando-lhes o castigo apropriado. A instituição caracterizava-se, assim, pela sua mobilidade, eficácia e justiça rápida, que executava os culpados. A Junta Geral de Dueñas - julho e agosto de 1476 - organizou a Irmandade no plano nacional: o reino ficou dividido em distritos; cada distrito nomearia deputados gerais; às quadrilhas locais, baseadas nos conselhos, acrescentar-se-iam capitánias móveis que atuariam em todo o território nacional; um Conselho superior encarregar-se-ia de cobrar e repartir os fundos da instituição que fossem importantes; e nomeou-se um capitão-geral, D. Alfonso de Aragão, o próprio irmão natural do rei. A Santa Irmandade foi prorrogada em 1477 e

em 1480. Algumas das suas tropas empregaram-se nas operações da guerra de Granada. Mas os conselhos protestavam pelos gastos que a manutenção daquele aparato bélico pressupunha. Quanto à nobreza, sempre olhara com cautela para a Irmandade, na qual via uma ameaça velada para os seus interesses. Em 1498, suprimiram-se os organismos centrais; só ficaram em atividade as quadrilhas locais encarregadas de lutar contra os delinquentes no campo.

O objetivo dos reis era dar à instituição monárquica um prestígio e uma autoridade que a situasse muito acima das outras forças sociais da nação – nobreza, Igreja, Cortes... -. Os Reis Católicos não criam um Estado absoluto, mas inauguram um Estado autoritário, no qual o soberano é a fonte do poder. Reorganização administrativa, reorganização política, reorganização social, estes são os diversos aspetos da reforma geral empreendida nos primeiros anos do reinado e desenvolvida com determinação e continuidade.

Em Valladolid instala-se a Chancelaria, destinada a ser o organismo supremo da justiça do reino. Depois da tomada de Granada, cria-se outra Chancelaria com sede na antiga capital dos mouros e com jurisdição nos territórios situados a sul da Sierra Morena. Por outro lado, recompilam-se os textos jurídicos dispersos para constituir um corpo legal coerente e cómodo à disposição dos súbditos e dos magistrados.

O poder municipal fica definitivamente nas mãos de uma oligarquia urbana hereditária – a dos regedores ou dos 24 – nem sempre representativa dos interesses económicos locais, mas integrada pela pequena nobreza dos cavaleiros, que se reserva também os cargos mais importantes e

lucrativos da administração comunal: postos de alcaides, fiéis, inspetores e outros ofícios municipais. Nas cidades e vilas importantes, os reis nomeavam com caráter permanente funcionários que gozam de amplas faculdades políticas, administrativas, financeiras e, sobretudo, judiciais, capazes, portanto, de intervir de modo eficaz em qualquer assunto em nome do poder monárquico. São os corregedores, que presidem as reuniões da Câmara Municipal; nada se faz sem o seu beneplácito; eles velam em todo o momento pela defesa das prerrogativas reais. A reforma municipal acaba com as lutas intestinas das fações nobiliárias nas cidades, mas acaba também com a autonomia dos municípios que, daí em diante, ficam estreitamente submetidos ao poder central.

As Cortes de 1480 aprovaram a maioria das reformas elaboradas pelos reis e, no entanto, as Cortes também viram a sua influência diminuída. As Cortes assumem teoricamente a representação do reino perante o soberano; compreendem delegações dos três estratos da sociedade: a nobreza, o clero, os procuradores das cidades. Como a sua missão fundamental é a de consentir o serviço, ou seja, votar os impostos necessários para a vida do Estado, explica-se perfeitamente que os dois primeiros estratos se desinteressem em certos momentos das reuniões, às quais não podem faltar os procuradores que, em teoria, são a voz dos plebeus. Não participam nas Cortes os representantes de todas as cidades e vilas dos reinos que compõem a Coroa de Castela. A tradição transformou pouco a pouco o direito de representação nas Cortes num privilégio fechado (*ter voz e voto nas Cortes*) que só dá acesso a dezassete cidades (dezoito a partir de 1492, quando Granada se incorpora ao reino): Burgos, Sória, Segóvia, Ávila, Valladolid, León, Salamanca, Zamora, Toro, Toledo, Cuenca,

Guadalajara, Madrid, Sevilha, Córdoba, Jaén, Murcia. Os Reis Católicos tiveram muito cuidado em evitar que a instituição menosprezasse as suas prerrogativas. Como o seu propósito geral era restaurar a autoridade do Estado não podiam consentir que as Cortes partilhassem, de um modo ou de outro, aquela autoridade; convinha, pelo contrário, que as Cortes ficassem em toda a ocasião submetidas à monarquia. Os reis conseguiram este objetivo por três meios: eliminando a representação nas Cortes dos possíveis adversários da sua política; vigiando cuidadosamente o desenvolvimento das sessões; diminuindo o número de reuniões. A reunião das cortes só é indispensável em poucas circunstâncias: quando se trata de jurar o novo soberano, o herdeiro, e quando se torna necessário pedir um novo serviço. Com o tempo, os Reis Católicos procuram dispor de receitas importantes através da fiscalidade indireta (alcavalas, bulas de cruzada, etc.). Isto permite-lhes prescindir das Cortes fora dos períodos críticos. Esta instituição converte-se, assim, num instrumento dócil nas mãos dos soberanos.

As Cortes não representavam a ameaça mais séria para a monarquia, mas sim a aristocracia feudal. No século XV, desencadeara crises políticas, inclusive a mais grave, o pleito sucessório, para satisfazer as suas ambições de chefia e os seus interesses económicos. Para se opor à nobreza, os Reis Católicos procuraram recuperar parte do património real embargado pelos senhores e combater a excessiva influência que tinham tido na vida política do país. Os Reis Católicos encontraram-se numa situação financeira catastrófica devido à alienação de juros, impostos e terras que os seus antecessores tinham consentido em benefício da nobreza. O confessor da rainha, o frei Hernando de Talavera, foi o encarregado de levar a cabo uma

reorganização. Depois de longas e árduas discussões, as Cortes de Toledo (1480) aprovaram o plano apresentado: suprimiam-se quase metade dos juro existentes; reintegraram-se ao património real as rendas, impostos e terras que se tinham outorgado à nobreza a partir de 1464.

No aspeto político, o facto essencial foi a reorganização do Conselho Real que, daí em diante, passou a ser presidido por um prelado e integrado por três cavaleiros e oito ou nove letrados; os membros da alta nobreza conservaram o privilégio de assistir às sessões com a sua voz consultiva; toda a intervenção indireta nos assuntos políticos foi-lhes proibida. Assim constituído, o Conselho Real transformou-se no organismo principal do governo. Os secretários reais, encarregados de preparar as reuniões do Conselho e que eram pessoas de confiança dos soberanos, viram a sua importância aumentar cada vez mais; acabaram por fazer do Conselho Real o instrumento básico da vida política, contribuindo desta forma para retirar a nobreza feudal das suas posições no Estado.

Os mestrados das ordens militares tinham constituído sempre uma arma poderosa em mãos da aristocracia feudal, pelos enormes recursos que proporcionavam e pela influência que davam aos seus detentores; lutas inflamadas produziam-se à sua volta. Os Reis Católicos também não quiseram que tais cargos constituíssem daí para a frente um perigo para o Estado. D. Fernando conseguiu ser eleito mestre de Santiago, Calatrava e Alcántara; no início do reinado de Carlos V, em 1524, o papa Adriano VI acabará com a evolução iniciada incorporando definitivamente os três mestrados na coroa.

Tudo isto não significa uma ofensiva geral contra o estrato nobiliário. A nobreza continua a gozar da sua riqueza

económica considerável; a sua influência social é enorme. Os reis contribuíram, inclusive, para favorece-la, ao alienar também terras do património real para recompensar determinados serviços, como os Cabrera, elevados à dignidade de condes de Chinchón. As leis de Toro, em 1505, vêm consolidar e perpetuar a fortuna territorial e a influência social dos nobres ao generalizar a instituição do morgadio. O que os Reis Católicos queriam e conseguiram foi evitar a intromissão da aristocracia nos assuntos políticos; acabara o tempo em que os nobres tiravam e escolhiam reis em Castela. O estrato nobiliário perdera então toda a influência determinante no Estado; ficara subordinado ao poder real.

Idênticas observações podem fazer-se acerca da atitude dos Reis Católicos em relação a outro estrato privilegiado, o clero. O propósito dos reis é também evitar que o clero se converta num perigo para o Estado, numa força rival. Os reis, da mesma maneira que tinham limitado a força da nobreza, tinham de se opor ao feudalismo episcopal. Os reis também procuraram evitar que os papas nomeassem para os bispados pessoas que não fossem naturais do reino. A sua reivindicação constante foi não consentir que se dessem benefícios eclesiásticos a estrangeiros. As negociações com a Santa Sé neste sentido foram longas e difíceis. A insistência castelhana acaba por dar resultados positivos: a 15 de maio de 1486, o Papa reconhece aos reis de Espanha o direito de patronato sobre os futuros lugares de culto do reino de Granada; em 1508 concede-se-lhes de maneira explícita o patronato sobre todos os bispados americanos. Anteriormente dera-se-lhes o mesmo privilégio para as ilhas Canárias. Estas são as únicas concessões jurídicas da Santa Sé em vida dos Reis Católicos; haverá que esperar pelo pontificado de Adriano VI e pela bula

*Eximiae devotionis affectus*, de 23 de setembro de 1523, para que se conceda aos reis de Espanha o direito de patronato e de apresentação para todas as igrejas de Espanha. Mas, de facto, Isabel conseguira arrancar à Santa Sé o direito prático de suplicação, ou seja, a possibilidade de intervir para que se nomeasse (ou não se nomeasse...) uma ou outra pessoa em determinado benefício.

## **Política Religiosa**

Em finais do século XV, o estabelecimento da Inquisição, a expulsão dos judeus e a conversão forçosa dos mouros são medidas complementares e fazem parte de uma política coerente: trata-se de instaurar a unidade de fé e de velar para que esta fé permaneça pura de toda a contaminação e desvio. Para Espanha, esta política pressupõe uma mudança radical; passa-se de uma atitude de convivência com as confissões não cristãs a uma atitude intransigente, rigorosa e de perseguição. Espanha, então, não faz mais do que conformar-se com a política geral seguida por todas as nações da cristandade ocidental: considerar que a coesão do corpo social supõe a unidade de fé.

O estabelecimento da Inquisição e a expulsão dos judeus são medidas discriminatórias contra certos indivíduos pelas suas opiniões religiosas que têm ou que tiveram os seus pais. Trata-se de manter a pureza da fé católica, de evitar que os cristãos novos - ou seja, os judeus que se converteram ao catolicismo, voluntariamente ou à força; chama-se-lhes também conversos - voltem às suas antigas crenças, de castigar os hereges e de proteger os próprios conversos e a sociedade cristã em geral do contágio da heterodoxia. Neste sentido pode afirmar-se que a criação da

Inquisição, tribunal eclesiástico que funcionava sob autoridade e por vontade dos soberanos, tem indubitáveis traços de modernidade, uma vez que expressa a preocupação do Estado dos Reis Católicos em controlar de um modo ativo a vida e o pensamento dos súbditos.

Suspeitava-se que várias conversões não tinham sido sinceras. Sabia-se que certos cristãos novos judaizavam em segredo, ou seja, voltavam a praticar os ritos da sua antiga religião; conversos nada suspeitosos reconheciam-no e confessavam que o erro de uns prejudicava todos. Assim, chegou-se pouco a pouco à ideia de criar um tribunal especial que estaria encarregue de examinar as acusações contra os judaizantes; desta forma dar-se-ia castigo aos falsos conversos e salvar-se-ia os outros da infâmia. A 1 de novembro, o papa Sisto IV assinava a bula *Exigit sinceræ devotionis*, pela qual se autorizava os Reis Católicos a nomear inquisidores nos seus reinos. Dois anos mais tarde, em novembro de 1480, chegavam os primeiros inquisidores a Sevilha. Outros tribunais instalaram-se depois em distintas cidades das duas coroas, Castela e Aragão, já que a Inquisição tinha jurisdição em todo o território da dupla monarquia. Assim começou a funcionar aquela terrível máquina burocrática contra a heresia que primeiramente dirigiu a sua agressão contra os judaizantes e que, com o tempo, teve também a seu cargo a repressão de todas as formas de heterodoxia - iluminismo, erasmismo, luteranismo, bruxaria - e de delitos mais ou menos relacionados com a fé e com a moral - desvios sexuais, bigamia, etc.

A Inquisição só se ocupava dos que tinham recebido o batismo; tratava-se de facilitar a assimilação dos conversos ao condenar severamente os que judaizavam. Ora, a

assimilação total era difícil, na medida em que os conversos continuavam em contacto com os seus antigos correligionários, judeus autênticos que não se tinham convertido. A luta contra os falsos conversos parecia exigir o desaparecimento do judaísmo na Península. Já em 1476, as Cortes de Madrigal tinham reativado medidas antijudaicas anteriores, que tinham caído em desuso; assim, tinha-se voltado a obrigar os judeus a levar sinais distintivos na roupa. Em 1480, dispusera-se que os judeus teriam de viver em bairros especiais; por fim, em 1483, tomaram-se medidas enérgicas contra os judeus da Andaluzia, obrigando-os a sair da província e a instalar-se noutras comarcas. Tudo isso preparava o decreto final de 31 de março de 1492, no qual se fixava um prazo de quatro meses para que os judeus se convertessem ou saíssem do reino. Os Reis Católicos procuraram expulsar os judeus ou acabar com o judaísmo? As autoridades empreenderam uma intensa campanha, dando uma notoriedade especial a certas conversões importantes: os próprios Reis Católicos aceitaram ser padrinhos do rabino Abraham Seneor - que recebeu então o apelido de Coronel - quando se batizou solenemente em Guadalupe. Parece evidente que os Reis Católicos tinham a esperança de que a grande maioria de judeus preferiria converter-se e ficar em Espanha. Não foi assim: dos 250 000 ou 300 000 judeus que viviam então nos reinos, só 50 000 receberam o batismo; os outros escolheram a via do desterro, em condições bastante críticas.

## **A Expansão Espanhola**

A dupla monarquia dos Reis Católicos desenvolveu uma ação diplomática dinâmica que pode resumir-se nuns quantos eixos essenciais: boas relações com Portugal, rivalidade com França em Itália e Navarra, expansão americana. Mas aquela atividade exigia o fim da reconquista, a expulsão definitiva do islão da Península. Esta foi, com efeito, a primeira tarefa importante que os reis realizaram, depois de assegurar o seu trono na guerra da Sucessão.

### ***A guerra de Granada***

Desde o século XIV que a reconquista marcara uma pausa; as crises económicas, sociais e políticas por que passaram então os reinos cristãos impediram-nos que se dedicassem à empresa secular de lutar contra o mouro. Em torno de Granada subsistiu, assim, o reino nasrida, que pagava tributo aos reis de Castela.

Os primeiros a retomar as hostilidades foram os mouros que, em finais de 1481, ocupam por surpresa a cidade fronteiriça de Zahara; a nobreza andaluza reage e, a 28 de fevereiro de 1482, apodera-se de Alhama. Os Reis Católicos decidem então intervir energicamente e defender Alhama, transformando assim o que teria podido ser uma de muitas escaramuças locais no primeiro ato de uma guerra longa que acabaria dez anos mais tarde com o desaparecimento do poder mouro na Península.

Em 1481-1483, os cristãos tentaram em vão apoderar-se de Loja e ocupar Málaga, mas, por outro lado, capturaram Boabdil, filho e rival do sultão Abul Hasan Ali - o Muley Hacén das crónicas da época. Astutamente, os soberanos

puseram em liberdade Boabdil, o qual se declarou seu vassalo. Este proclamou-se rei de Granada em lugar do seu irmão Muley Hacén, que morreu pouco tempo depois. Entretanto, os Reis Católicos punham cerco em Ronda, que se rendeu em maio de 1485. Em maio de 1487, começou o cerco a Málaga, que acabou a 18 de agosto com uma rendição incondicional. No que fora pactuado com Boabdil dispusera-se que, quando os cristãos tomassem Baza, Guadix e Almeria, o rei mouro lhes entregaria em curto prazo a capital. Mas Boabdil negou-se a cumprir o acordo. Os Reis Católicos dispuseram-se, assim, a retomar as hostilidades. Foram reunidas tropas numerosas sob o comando pessoal de Fernando; Isabel e a corte chegaram ao acampamento; construiu-se uma cidade militar, Santa Fé, como centro. Boabdil não teve outra saída que negociar. A capitulação foi assinada a 25 de novembro de 1491; poucas semanas depois, a 2 de janeiro de 1492, os reis entraram solenemente na capital.

Do reino recém-conquistado encarregaram-se duas pessoas que tinham a confiança dos reis: D. Iñigo de Mendonza, conde de Tendilla, como alcaide e capitão geral, e frei Hernando de Talavera, como arcebispo. A capitulação garantia aos mouros de Granada a liberdade de culto, o uso da sua língua e trajes, a prática dos seus costumes; foralhes prometido também que seriam julgados conforme as suas próprias leis. Talavera, confessor da rainha e novo arcebispo de Granada, empreendeu a tarefa de converter os muçulmanos e fê-lo com meios pacíficos e eminentemente apostólicos: evangelização, difusão de catecismos redigidos em língua arábica, traduções dos evangelhos, pregações, etc. Tais métodos davam resultados alentadores, mas lentos. Motivado por uma viagem dos Reis Católicos a Granada, Cisneros, que era então arcebispo de Toledo e

sucedera a Talavera como confessor de Isabel, visitou a cidade em 1499, permanecendo algum tempo nela. Era partidário de procedimentos muito mais enérgicos e eficazes para conseguir as conversões. Efetivamente, durante a sua estadia, as conversões foram muito mais numerosas, mas os métodos empregues provocaram mal-estar e protestos na população moura. O Albaicin<sup>14</sup>) amotinou-se e, além disso, produziu-se uma rebelião em Alpujarra. Consequência daqueles acontecimentos foi a pragmática de 11 de fevereiro de 1502; os reis consideraram que, ao rebelar-se, os mouros do antigo reino de Granada tinham violado o pactuado em 1491; foram obrigados, assim, a converter-se ou a sair de Espanha; a maioria preferiu a primeira solução. Os recém-convertidos, conhecidos daí em diante como mouriscos, não deixaram de representar sérios problemas no século XVI até à sua expulsão definitiva, levada a cabo no início do século XVII.

### ***A rivalidade franco-espanhola***

Foram dois os pontos de discórdia entre França e Espanha: Itália e Navarra.

Em 1493, o rei Carlos VIII de França, que queria ter as mãos livres sentes de se lançar à empresa italiana, que estava a preparar, assinou um acordo (Tratado de Barcelona) pelo qual restituía ao rei de Aragão Rossilhão e a Sardenha. No mesmo Tratado de Barcelona, os reis de Espanha comprometeram-se a não entrar em nenhuma aliança que se estabelecesse contra França, a menos que o Papa estivesse metido nela. Esta foi a cláusula que deu lugar à intervenção espanhola em Itália: Fernando considerou que Carlos VIII não podia ocupar o reino de

Nápoles, que era feudo do Papa; por outro lado, a presença armada de França em Nápoles podia ameaçar os interesses espanhóis na Sicília; finalmente, D. Fernando pretendia também ter direitos sobre o Sul de Itália, onde os seus antepassados, os reis de Aragão, tinham tido um grande protagonismo e lançado as bases da sua hegemonia. Carlos VIII passou a Itália e quase sem encontrar resistência chegou com o seu exército até Roma e Nápoles onde entrou em fevereiro de 1495. Entretanto, D. Fernando convencia o Papa, o destronado rei de Nápoles, o imperador, o duque de Milão e a Veneza para constituir uma liga, a Liga Santa, para conseguir a paz entre todas as nações cristãs e a defesa dos direitos dos Estados confederados (maio de 1495). Corresponhia a Espanha o maior peso na constituição do exército, cujo comando entregou a um jovem general, Gonzalo Fernández de Córdoba, o Grande Capitão. Este, em poucos meses, rechaçou os franceses do reino de Nápoles.

Com a morte de Carlos VIII o seu sucessor, Luís XII, chegou a um acordo com Fernando, *o Católico*, sobre a divisão do reino de Nápoles (Tratado de Granada, 1500). Na realidade, nenhum dos soberanos estava disposto a renunciar às suas pretensões de modo que as hostilidades não tardaram a retomarem-se com notória vantagem do Grande Capitão. O reino de Nápoles ficou incorporado definitivamente na Coroa de Aragão.

A rivalidade franco-espanhola também deu motivo à incorporação de Navarra no Estado espanhol, que se concretizou em 1512. Aquele reino, encravado entre as duas potências, tinha forçosamente de se aliar com uma delas e, por conseguinte, ameaçar a outra. A incorporação deixou intacta a sua peculiar organização institucional e fiscal.

Em relação à política italiana do Rei Católico convém, finalmente, sublinhar as expedições no Norte de África. As operações contra Melilla - ocupada em 1497 - contra Orão (1509) e contra as praças do Norte de África tendiam principalmente a atacar as bases dos corsários berberes e a manter segura a rota de Espanha para Itália pelo Sul do Mediterrâneo.

### ***América***

Não é só na Europa onde os Reis Católicos preparam a grandeza futura de Espanha. No seu tempo, descobre-se um mundo desconhecido e criam-se as condições favoráveis para a conquista e exploração do futuro Império da América. No fim da Idade Média já se tinham inventado os meios técnicos imprescindíveis para os descobrimentos ultramarinos: a bússola, o astrolábio, a caravela... Dados económicos (a expansão demográfica, a busca do ouro...) e geográficos (a experiência dos marinheiros bascos, cantábricos e andaluzes, a proximidade dos alísios) fazem do Sul da Península Ibérica o lugar privilegiado para aquelas expedições. Castelhanos e portugueses dividem entre si as ilhas atlânticas: Canárias, Madeira, Açores... Os portugueses ganham vantagem, descem ao longo da costa africana com o fim de chegar ao oceano Índico e a Ásia. Quando Colombo apresenta o seu projeto à corte de Lisboa - chegar a Ásia, navegando para oeste através do Atlântico - é demasiado tarde: os portugueses estão a ponto de realizar o seu objetivo. Castela hesita durante seis anos (1486-1492). Depois da rendição de Granada, os reis deixam-se convencer e assinam com Colombo umas capitulações que permitem ao navegante genovês fazer-se ao mar, em

agosto de 1492, e descobrir as primeiras ilhas do Caribe. A partir da segunda viagem de Colombo passa-se do descobrimento à conquista e à exploração em Santo Domingo - a ilha Espanhola - depois em Porto Rico e Cuba. Desejosos de reservar o monopólio da colonização, os reis chegam a um acordo com Portugal. As bulas do papa Alexandre VI (1493) eram demasiado favoráveis a Castela. O Tratado de Tordesilhas (1494) introduz retificações importantes: Espanha reserva-se todos os territórios descobertos ou por descobrir a oeste de uma linha idealizada, traçada de polo a polo, a 300 léguas das ilhas de Cabo Verde; Portugal tem as mãos livres a leste da mesma linha, divisão na qual estão em germe os futuros impérios coloniais: o de Castela - América, com exceção do Brasil - e o de Portugal - Brasil.

### **Reinado de Filipe I**

É costume escrever-se que a casa de Áustria começa a reinar em Espanha em 1516 com a chegada de Carlos I. Na realidade, o primeiro soberano da Casa de Áustria foi Filipe, *O Formoso*, pai do Imperador. Filipe I reinou oficialmente menos de dois anos, desde a morte da rainha D. Isabel, a 26 de novembro de 1504, até à sua própria morte, que ocorreu a 25 de setembro de 1506; mas o reinado efetivo foi ainda mais breve, já que Filipe só chegou à Península a 26 de abril do mesmo ano.

Em rigor, depois da morte de Isabel, a Católica, o trono não é ocupado por Filipe, *o Formoso*, mas sim por sua esposa, dona Joana. Uma série de desgraças familiares fizeram com que a herança dos Reis Católicos recaísse nela, que era a sua terceira filha. A 4 de outubro de 1497 morreu

o príncipe herdeiro, D. Juan, quando contava apenas com 19 anos. A herdeira dos Reis Católicos tornou-se, então, a filha mais velha de D. Fernando e dona Isabel, a infanta Isabel, nascida em 1470, casada, primeiro, com o príncipe herdeiro de Portugal, Afonso; depois, com o rei D. Manuel I de Portugal. As Cortes de Toledo (1497) juraram-na como herdeira da Coroa de Castela. A princesa morreu ao dar à luz, a 23 de agosto de 1498, o infante D. Miguel, que naquele momento se converteu em herdeiro único de três coroas: Portugal, Castela e Aragão e foi jurado como tal pelas respectivas coroas em 1498 e 1499. Mas o príncipe faleceu antes de cumprir os dois anos, a 20 de julho de 1500. A herança dos Reis Católicos recaiu então na sua terceira filha, dona Joana, nascida em 1479, e casada desde 1496 com o arquiduque Filipe, *o Formoso*, filho do imperador Maximiliano. Devido à viagem que empreendeu então para se reunir com o seu marido nos Países Baixos começou a dar sinais de desequilíbrio mental. Parece que nos primeiros tempos os esposos se amavam muito. Depois, Filipe deu a impressão de se afastar da sua mulher e retomou as relações que mantinha com várias queridas. Esta situação provocou imenso ciúmes a dona Joana que, além do mais, não se sentia bem naquelas terras e pensava que estava cercada de rivais e de espias. Começou então a mostrar uma certa propensão para a melancolia e para a vida retirada. Esta situação não deixou de preocupar os seus pais, informados pelos seus embaixadores. As circunstâncias exigiam que dona Joana viesse para Espanha para ser reconhecida oficialmente como futura rainha. Empreendeu a viagem com o seu marido em janeiro de 1502. As cortes de Toledo não levantaram nenhuma dificuldade para jurar dona Joana como herdeira da Coroa de Castela. Filipe, *o Formoso*, regressou à Flandres a 14 de

dezembro, mas dona Joana, grávida, teve de esperar até à primavera de 1504 para se reunir com ele.

Mal chegou à Flandres, os seus ciúmes despertaram de novo. Eram frequentes os conflitos com o seu marido e com a gente do palácio. A correspondência do embaixador dos Reis Católicos na Flandres, Gómez de Fuensalida, faz eco de tais disputas. Alude-se com frequência a *desavenças, descontentamento e desamor, dureza e palavras ásperas* entre os esposos. A situação preocupa muito os Reis Católicos. Filipe, o *Formoso*, envia a Espanha uma informação detalhada onde faz menção pela primeira vez da saúde mental de dona Joana. Opina então Filipe, o *Formoso*, que a sua mulher devia estar reclusa numa fortaleza. Estas circunstâncias explicam a cláusula do testamento da rainha dona Isabel, outorgado a 12 de outubro de 1504, um mês e meio antes de morrer. Este testamento institui dona Joana como herdeira do trono de Castela, mas com uma grande limitação: no caso de que a nova rainha «não possa ou não queira atender à governação», o rei D. Fernando ficaria encarregue da governação de Castela até que o filho mais velho de Joana, o príncipe D. Carlos, alcançasse a maioridade – «pelo menos vinte anos cumpridos».

Dona Joana seria verdadeiramente louca? Uns descrevem-na como uma mulher histérica, levada à loucura pelos ciúmes e pela paixão erótica. Outros inclinam-se para a tese do complô: dona Joana seria vítima da razão de Estado e de uma maquinação política destinada a afastá-la do poder: o seu marido, primeiro; o seu pai, depois, e, mais tarde, o seu filho prepararam as coisas para que governassem em seu nome. Dona Joana padecia, claramente, de uma doença mental como a sua avó materna, Isabel de Portugal. Não era louca no sentido vulgar

da palavra, mas carecia de vontade e energia que se exigem dos governantes. Nem a sua mãe nem o seu pai nem depois o seu filho se resignaram a ver o reino confiado em mãos tão débeis.

A rainha Isabel morre a 26 de novembro de 1504. Fernando, *o Católico*, prepara-se para governar em Castela em nome da sua filha. Mas, desde a Flandres, Filipe, *o Formoso*, opõe-se à tese da loucura. O seu cálculo é evidente: confessar que a sua mulher está louca significaria condicionar-se ao testamento da rainha Isabel e confiar a regência a Fernando, *o Católico*; por outro lado, se aceita a tese de que dona Joana está em condições de governar, Fernando, *o Católico*, fica descartado e Filipe, *o Formoso*, como marido da rainha, pode tomar parte na governação do reino. Trata-se, assim, de uma luta pelo poder entre Fernando, *o Católico*, e Filipe, *o Formoso*, entre o pai e o marido da infeliz rainha. As Cortes, reunidas em Toro, em janeiro de 1505, estão divididas: acabaram por reconhecer dona Joana como rainha de Castela e D. Fernando como «legítimo curador», administrador e governador destes reinos e senhorios». Fernando, *o Católico*, converte-se, então, em alvo de críticas ferozes por parte do partido filipista. Fica rapidamente claro que não há acordo possível entre ele e D. Filipe, sobretudo a partir do momento em que o rei de Aragão se vê abandonado por um amplo setor de opinião em Castela. São muitos os que querem aproveitar-se das circunstâncias para saldar contas atrasadas. Quase todos os grandes senhores sonham recuperar as suas posições perdidas desde a chegada dos Reis Católicos e esperam que Filipe, *O Formoso*, lhes ficará agradecido caso o ajudem a reinar sozinho, afastando o Rei Católico. Por fim, a política internacional veio complicar ainda mais o panorama político castelhano. Em setembro de 1504, meses

antes de morrer a rainha Isabel, sem a consultar nem ao seu marido, concluíra-se em Blois um tratado entre Luís XII, rei de França, o imperador Maximiliano e o arquiduque Filipe, *o Formoso*, tratado que constituía uma ameaça para os interesses espanhóis em Itália. Era claro que, na luta pelo poder em Castela, D. Filipe procurava o apoio de França. A réplica do Rei Católico foi fulminante: em outubro de 1505 assinava a paz com França e, o que era mais insólito e grave, comprometia-se a casar com Germana de Foix, sobrinha do rei de França; em troca, Luís XII cedia a D. Fernando os direitos que dizia possuir sobre o reino de Nápoles. Já nessa altura, D. Fernando dava por perdida a luta para se manter em Castela como governador. D. Filipe e dona Joana chegaram à Corunha a 26 de abril de 1506. Quase todos os grandes senhores de Castela saíram para se reunir com D. Filipe e a colocarem-se às suas ordens; o Rei Católico não teve outra saída que renunciar à soberania de Castela e marchar para os seus domínios de Aragão e Nápoles. Mas em setembro, Filipe, *o Formoso*, adoeceu em Burgos e morria seis dias depois, a 25 de setembro de 1506.

O brevíssimo reinado de Filipe, *o Formoso*, mostra-nos quão frágil era ainda a ordenação do reino executada pela rainha Isabel, conjuntamente com o rei Fernando, depois da sua vitória na guerra da Sucessão de 1476-1479. O que pôde desaparecer então foi a união das coroas de Castela e Aragão. Em 1505, D. Fernando, ao casar-se com Germana de Foix, sobrinha de Luís XII, aceita que os filhos nascidos deste casamento herdariam os reinos e senhorios aragoneses. A dupla monarquia Castela-Aragão voltava a ser separada como antes do matrimónio dos futuros Reis Católicos. Felizmente para o futuro político da monarquia, o filho de D. Fernando e de Germana de Foix, D. João de Aragão, nascido a 3 de maio de 1509, só viveu umas horas,

e D. Carlos, filho de Dona Joana e de Filipe, *o Formoso*, pôde receber um dia as duas coroas.

### **Regências de Fernando, *o Católico* e do cardeal Cisneros (1506-1517)**

A morte de Filipe, *o Formoso*, desencadeou uma anarquia que esteve a ponto de se converter numa guerra civil. Por conselho do cardeal Cisneros, os grandes e os outros dignatários da corte decidiram então escrever a D. Fernando para que se encarregasse de novo do governo. O rei de Aragão acedeu a esta petição e em julho de 1507 regressava a Castela para governá-la em nome da sua filha dona Joana, que continuava a ser oficialmente rainha de Castela. Daí para a frente, D. Fernando teve um grande cuidado em precaver-se contra toda a ameaça que poderia representar a pessoa de sua filha. Decidiu, em 1509, que dona Joana fosse reclusa em Tordesilhas.

D. Fernando morreu em janeiro de 1516. Cisneros exerceu a governação do reino até à chegada do novo rei, Carlos I, a Espanha, em novembro de 1517. Segundo o testamento da rainha Isabel, correspondia agora ao filho mais velho de dona Joana, Carlos de Gante, que nessa altura residia na Flandres tomar conta do governo com o simples título de regente. Ora, os conselheiros flamencos de D. Carlos julgaram mais conveniente que este recebesse desde então o título de rei: a 14 de março de 1516, em Bruxelas, D. Carlos foi proclamado oficialmente rei de Castela e Aragão, «juntamente com a católica rainha» dona Joana. Trata-se de um verdadeiro golpe de Estado que Cisneros e o Conselho Real aceitaram, mas que causou um profundo mal-estar em amplos setores do país.

A morte do Rei Católico deu motivo a uma onda de indisciplina senhorial e de agitação social. A autoridade do Estado encontrava-se, senhorial e de agitação social. A autoridade do Estado encontrava-se, 1517 existiram dois governos: um em Castela, em volta de Cisneros; o outro, na Flandres, sob a direção do aio de Carlos I, Chièvres. O primeiro tinha a responsabilidade efetiva nos negócios políticos, mas o segundo podia, em qualquer momento, retificar ou anular as decisões tomadas em Espanha. Nestas condições, o Estado ficava praticamente paralisado. Era urgente pôr fim à dicotomia do poder e isto não se poderia conseguir senão com a vinda do rei D. Carlos para Espanha. A estes motivos se deve a iniciativa de algumas cidades, encabeçadas por Burgos, de celebrar uma sessão extraordinária das Cortes, claro antecedente da revolta comuneira: perante o que se considerava como uma situação de crise, devido à ausência do monarca, chegou-se à conclusão de que as Cortes podiam e deviam tomar conta do governo. Os projetos de Burgos foram frustrados pela notícia oficial de que D. Carlos se dispunha, finalmente, vir para Espanha.

Confessor da rainha Isabel desde 1492, arcebispo de Toledo em 1495, inquisidor-geral para Castela e cardeal em 1507, Cisneros foi, durante mais de 20 anos, o homem forte do seu tempo. Eclesiástico, estava convencido de que havia de reformar a disciplina, os costumes e a formação do clero. Gastou parte das imensas rendas do arcebispado de Toledo a fundar na sua vila de Alcalá de Henares a universidade que os novos tempos exigiam: uma universidade aberta a todas as teorias e às novas tendências das ciências: por exemplo, línguas clássicas e orientais. O inquisidor-geral não mostrou nenhum fanatismo, antes pelo contrário, na defesa da ortodoxia. Cisneros apresentou outras facetas que

o colocam como um estadista da modernidade. Vemo-lo interessar-se por temas económicos, animar um universitário, Gabriel Alonso de Herrera, para que escrevesse e publicasse um tratado de agricultura com o fim de fomentar este setor da economia. Para ele, o Estado devia velar pelo bem comum e situar-se acima das fações e dos partidos. Cisneros tinha 59 anos quando foi nomeado arcebispo de Toledo, 70 quando assumiu pela primeira vez responsabilidades políticas com a morte de Filipe, o *Formoso*, oitenta quando tomou conta da regência em 1516. Deixou ao neto dos Reis Católicos um Estado respeitado e forte, mas a Espanha com que Cisneros sonhava teria sido muito diferente daquela que configurou o imperador Carlos V.

-

(<sup>13</sup>) Conformamo-nos com a tradição, chamando a D. Fernando e a Dona Isabel Reis Católicos; em rigor, os soberanos só ostentam este título a partir de 1494, quando lhes foi dado por uma bula do papa Alexandre VI, que queria dar entender assim o papel que lhes estava reservado na pregação do Evangelho por terras do Norte de África e nas recém-descobertas de América.

(<sup>14</sup>) Bairro da cidade de Granada (*N. T.*).

## 2

### **O império espanhol (1516-1598)**

O reinado de Carlos I abre um novo período na história de Espanha. Pela primeira vez, as duas coroas de Castela e Aragão estão reunidas na mesma pessoa. Por outro lado, o trono recai num soberano que, para além dos reinos peninsulares, herda os senhorios da Flandres, direitos ao ducado de Borgonha, aspirações ao Império. Com a nova dinastia abrem-se, assim, novas perspectivas na Europa, no Mediterrâneo, na América. É um período de glória que começa com a nova dinastia; mas glória de quem? Do monarca ou dos povos?

O século XVI constitui um conjunto bastante complexo: dois reinados, o de Carlos I (1516-1556), o de Filipe II (1556-1598), mas uma mesma política, que se continua com as imprescindíveis circunstâncias do tempo e do lugar.

#### **Comunidades e irmandades**

Em outubro de 1517, Carlos I decidiu-se, por fim, viajar para a Península. Os castelhanos tinham muita esperança na chegada do rei. Os primeiros contactos do monarca, em terra espanhola, causaram uma profunda decepção. D. Carlos, que nascera em Gante, em 1500, recebera uma

educação orientada segundo os valores da Casa de Borgonha; para os seus mestres e aios pouco contou a sua herança espanhola. Desde 1509, o senhor de Chièvres, Guilherme de Croy, impusera-se como mentor do jovem príncipe; acompanhou-o a Espanha, desfrutando da mesma confiança. Cisneros, que pela sua autoridade e experiência teria podido neutralizar em parte a influência dos flamencos, morreu no início de novembro de 1517 sem conseguir entrevistar-se com o rei. As Cortes de Valladolid, reunidas quando Carlos apenas levava poucos meses de estadia em Castela, expressam já a desilusão profunda do reino. Recordam-se a D. Carlos que a sua mãe, dona Joana, continua a ser «rainha e senhora destes reinos»; protesta-se contra as saídas exageradas de moeda para a Flandres, contra as mercês dadas a estrangeiros para ofícios e dignidades; alude-se, por fim, à teoria do «contrato calado» entre o rei e os seus súbditos. O rei parte para Barcelona, onde chega em junho de 1519 a notícia de que fora eleito Imperador do Sacro Império Romano-Germânico, como sucessor do seu avô paterno, Maximiliano. A partir daquele momento, todas as preocupações do jovem César e dos seus conselheiros andam à volta do Império: Carlos tem de se apresentar pessoalmente em Aquisgrano para tomar posse da sua nova dignidade; necessita de dinheiro para a viagem e para as despesas que a eleição acarretou. Decide, assim, subir os impostos indiretos – as alcavalas. O regimento de Toledo faz eco dos protestos que surgem por todas as partes. No final de 1519 convocam-se as Cortes que deverão reunir-se em março em Santiago. Neste clima de oposição, as primeiras sessões não dão nenhum resultado concreto. Há que suspender as Cortes, que voltam a reunir-se, duas semanas depois, na Corunha. Ameaças, pressões e subornos permitem obter uma maioria a favor de

um novo serviço e Carlos V embarca a 20 de maio, deixando como governador-regente o seu antigo mestre, o cardeal Adriano.

A situação é muito preocupante. Ocorrem por todos os lados distúrbios graves, alvoroços, matanças. Toledo propõe a reunião de uma junta que, quando se reúne em Ávila, em agosto, só conta com a participação de quatro cidades; mas a demora do governo em satisfazer as reivindicações mais populares do movimento (sobretudo a renúncia ao serviço votado na Corunha) e uma tentativa mal organizada de repressão, que acaba com o incêndio de Medina del Campo, contribuem para isolar totalmente o cardeal Adriano e o Conselho Real. Juan de Padilla, com tropas de Toledo, Madrid e Salamanca, entra em Tordesilhas, onde reside a rainha dona Joana. Ajunta muda-se para Tordesilhas e, no fim de setembro, é constituída por 14 das 18 cidades com voz e voto nas Cortes. A partir daquele momento, a Santa Junta considera-se como assembleia representativa e governo do reino em nome da rainha dona Joana. O mesmo êxito dos comuneiros e as suas pretensões revolucionárias suscitam inquietudes na alta burguesia burgalesa e na nobreza. Carlos V aproveita aquela conjuntura: nomeia dois magnatas, o condestável e o Almirante de Castela como corregentes ao lado do cardeal Adriano; dá satisfações aos moderados e mercadores. Burgos afasta-se então da junta enquanto o cardeal Adriano reconstitui um exército, com o apoio da nobreza e de Portugal. A 5 de dezembro de 1510 este exército desaloja os comuneiros de Tordesilhas. A junta organiza a partir de Valladolid ações bélicas contra os senhorios da Tierra de Campos, apodera-se em fevereiro de Torrelobatón, castelo do Almirante de Castela, mas mostra-se incapaz de definir uma política concreta. As forças militares dos seus adversários unem-se e em abril de 1521

esmagam o exército das cidades em Villalar. Três dos principais caudilhos, Padilla, Bravo e Maldonado, são degolados no dia seguinte; Toledo resiste até fevereiro de 1522 sob o comando de dona Maria Pacheco, a viúva de Padilla, mas acaba por se submeter. Carlos V regressa em julho de 1522, manda executar uns quantos comuneiros presos e concede um perdão geral do qual se excluem 300 pessoas, as mais comprometidas na rebelião.

O movimento comuneiro situa-se dentro de uma dupla conjuntura: uma conjuntura política e uma conjuntura económica.

A conjuntura política está aberta com a morte da rainha Isabel em 1504. Inaugura-se, então, uma série de governos transitórios e regências: reinado de Filipe, o *Formoso*, primeira regência de Cisneros, regência de Fernando, o *Católico*, segunda regência de Cisneros. São quase 20 anos de crise política; falta a continuidade; não existe uma direção firme no Estado. Isto dá motivo ao ressurgimento de ambições de todo o tipo, muito marcadas no seio da nobreza, que procura recuperar posições perdidas.

A conjuntura económica não é menos preocupante. Os anos 1504-1506 são terríveis: más colheitas, fome, mortandade; a pressão fiscal contribui para agravar a situação. Depois destes anos trágicos, assistimos a uma baixa dos preços entre 1510 e 1515, tanto mais espetacular quanto é a única do século, depressão seguida imediatamente por uma subida impressionante dos mesmos preços, subida que alcança o seu ponto máximo em 1521.

Este é o panorama geral em que se deve situar a problemática de 1520. A crise económica continua de pé, afeta quase todos os setores e tem-se a impressão de que a crise política vai continuar com a partida do rei para o

Império. As povoações de Castela sentem-se desamparadas. Daí a série de distúrbios e a agitação que se generaliza em todo o reino a partir do mês de junho de 1520. Estalam por toda a parte motins e revoltas; estes movimentos são outras tantas manifestações de uma situação de mal-estar e de descontentamento que só na região centro-castelhana toma um cariz claramente político. Por que razão ali e não noutras zonas? Na zona central, entre Valladolid e Toledo, parecem acumular-se as dificuldades: cidades populosas em que se pugna pelo desenvolvimento de uma indústria têxtil confrontada com a concorrência estrangeira e com a dificuldade de se abastecer de matéria-prima por causa da política de exportação de lãs. A zona norte, a partir de Burgos, coloca as suas esperanças nas relações mercantis privilegiadas com a Flandres e com a Europa, que logicamente vão ser beneficiadas com a nova dinastia; motivos semelhantes, juntamente com uma organização social distinta, intervêm na Andaluzia. Não é assim na região centro-castelhana, que não vê nenhuma saída.

Com estas premissas pode-se interpretar o movimento comuneiro com duas características principais: recusa do Império, reorganização política do binómio rei-reino.

É a eleição do rei ao Império, em 1519, o que dá início cronologicamente ao movimento comuneiro. O tema do Império corre ao longo de toda a primeira etapa da rebelião. Os comuneiros têm a impressão de que o César está a sacrificar o bem comum de Castela, os interesses próprios e legítimos do reino, aos seus interesses pessoais e dinásticos. Depois da derrota de Villalar, Castela não terá outra saída senão inclinar-se e contribuir com os seus soldados e com o seu dinheiro para a política imperial, mas

é patente que o faz contra a vontade e que só uma minoria de altos funcionários e de intelectuais partilha o ideário e os objetivos do Imperador.

A recusa de facto do Império leva os comuneiros a reivindicar para o reino uma participação direta nos assuntos políticos. Carlos V recolhe, com efeito, as grandes orientações políticas decididas pelos Reis Católicos: trata-se de afirmar em todas as circunstâncias a preeminência da instituição monárquica que pode delegar aos senhores laicos ou eclesiásticos ou então aos municípios realengos poderes por vezes importantes, mas que conserva sempre o controlo geral de toda a administração. A reorganização levada a cabo pelos Reis Católicos tinha um sentido muito claro: a política era coisa da coroa; os povos não tinham de intervir nela. Nos municípios institucionalizava-se o sistema de regimentos fechados confiados a uma oligarquia local. Esta oligarquia tem a responsabilidade de despachar os assuntos que interessam à vida económica e social do município, mas em nenhum caso deve intrometer-se em questões políticas que poderiam ser ocasiões de disputas e confrontos. A nível nacional nota-se a mesma vontade de reservar à coroa e aos seus ministros a resolução dos problemas políticos; a nobreza e as Cortes ficam afastadas destes negócios.

A revolução comuneira procura acabar com esta situação. As questões políticas voltam a debater-se nos conselhos, onde os regedores tradicionais dão lugar a autênticos representantes do povo. Mas é sobretudo a Santa Junta que demonstra uma vontade de participar e intervir na solução dos grandes problemas políticos. A Santa Junta não se limita a apresentar as reformas que considera oportunas, deixando ao rei a decisão final; quer intrometer-se no

governo; exige participar diretamente nele. Este é o ponto-chave, o que não sofre por parte dos comuneiros nenhuma transação. Por isso fracassaram todas as tentativas de conciliação entre a fação real e a fação comuneira. O Almirante de Castela, que procurou chegar a um acordo, capta perfeitamente a significação política do movimento quando exclama, dirigindo-se aos procuradores da Junta: «Forte coisa é que aqueles oficiais que o rei cria, vós digais que são desobedientes em não deixar os ofícios por vosso mandamento, que é pressupor que o reino manda no rei e não o rei no reino. Coisa é tal que jamais foi vista». Mais claramente se expressa Diego Ramírez de Villaescusa, presidente da Chancelaria de Valladolid, ao sair de uma longa e inútil dissensão com os rebeldes: «Eles diziam que eram sobre o rei e não rei sobre eles».

A batalha de Villalar significa a derrota daquele programa político que pretendia estabelecer a preeminência do reino sobre o rei. O rei recupera em 1522 a sua preeminência frente ao segundo termo do binómio, o reino. A política volta a ficar como assunto reservado não a uma minoria ilustrada, mas sim ao monarca, único depositário da soberania e do poder do Estado. Esta orientação traz consigo indubitavelmente uma grande estabilidade política e institucional, mas ao mesmo tempo provocou um desfasamento entre a coroa e a nação: até que ponto se sentiram os espanhóis solidários com a política que os seus reis defendiam em seu nome na Europa e na Flandres? Não há dúvida que o século XV foi uma época de preponderância e de prestígio para Espanha, mas também se tem a impressão de que aquela glória se concretizou a expensas da nação, convidada a sufragar com o seu sangue e com as suas contribuições tributárias ideais e empresas imperiais definidas de uma maneira unilateral pelos monarcas. Uma

participação ativa do reino teria permitido provavelmente retificar aspetos daquela política e possivelmente evitar algumas consequências dramáticas. Mas será sempre difícil imaginar outra história daquela que foi.

Em Valência, a crise das irmandades apresenta similitudes e diferenças com o que se passara em Castela. Naquele território, onde nobres e plebeus se opõem desde há muito tempo, a peste do verão de 1519 provoca a saída dos patrícios, que buscam refúgio nas suas terras; a arraia-miúda da capital vê-se, assim, abandonada, desamparada e exposta sem defesa à epidemia e às incursões dos corsários. Os habitantes pedem armas para sua proteção e, no final do ano, um conselho de treze síndicos toma conta da administração municipal. A corte envia o vice-rei D. Diego Hurtado de Mendoza restabelecer a normalidade em Valência, mas os *agermanats* expulsam-no da capital e de Játiva e tornam-se senhores da situação durante cerca de um ano; a 25 de julho de 1521 derrotam o exército real em Gandía; provocam estragos nas terras dos senhores, obrigam os vassallos mudéjares dos nobres a receber o batismo. Contudo, os senhores e o poder real acabam por vencer a rebelião popular. Valência rende-se em novembro de 1521; Játiva e Alcira, em setembro do ano seguinte.

As duas crises revelam duas características essenciais da monarquia dos Habsburgo:

1. A debilidade de um Estado que não coincide absolutamente com as distintas nacionalidades de que se compõe o Império; comuneiros e *agermanats* enfrentam-se ao poder real quase exatamente na mesma altura e, no entanto, nem sequer pensam em pôr-se de

acordo para fazer uma frente comum; os dois movimentos ignoram-se completamente.

2. A força social que representa a aristocracia latifundiária que salvou a coroa em ambos os casos. Na sociedade espanhola de Quinhentos, os elementos burgueses serão sempre marginalizados; nunca poderão opor-se à enorme influência e prestígio do estrato nobiliário.

### **A Sociedade Estamental**

Em Villalar, como em Valência, os vencedores são os nobres. Eles salvaram as prerrogativas da coroa. Durante a guerra civil, Carlos V fora obrigado a confiar o poder interino a dois magnatas: o *condestável* e o Almirante de Castela; retirou-lhes o poder ao regressar a Espanha em 1522, sem uma palavra de agradecimento pelos serviços prestados. O Almirante ficou amargurado para o resto dos seus dias; pensou que fora postergado pelos letrados do Conselho Real, ele e toda a sua casta. Carlos V não faz com isto senão ajustar-se à conduta assente pelos Reis Católicos: governar com os medianos, letrados, freires, cavalheiros; confiar aos grandes missões diplomáticas, comandos militares, para evitar dar-lhes diretamente responsabilidades políticas.

Durante todo o século vemos assim desenvolver-se uma rivalidade entre o braço militar e os funcionários, as armas e as letras. Os nobres veem com desagrado como os letrados dirigem o Estado, mas os letrados invejam o prestígio social dos fidalgos e não pensam senão alcançar a fidalguia. Esta é a dupla face do século: a aristocracia tem a impressão de que a sua vitória em Villalar se frustrou, mas nunca o seu

prestígio foi tão grande como nessa altura. Os letrados ocupam postos importantes no conselho e na administração; enriquecem-se, compram direitos perpétuos de propriedade e posição social, mas têm vergonha das suas origens plebeias e acabam por adotar o modo de vida dos cavaleiros, a sua mentalidade, a sua escala de valores; procuram identificar-se com a nobreza.

A nobreza ocupa o primeiro lugar na sociedade. O seu poder económico e a sua influência social são consideráveis. Possui imensas propriedades que lhe proporcionam rendas enormes. Nem todos os nobres fruem do mesmo prestígio. Existe toda uma hierarquia que se pode estabelecer desta maneira:

1. Na cúspide, os poderosos e os títulos (duques, marqueses, condes): cerca de 30 casas no início do século, o dobro no final. São os Enríquez, os Velasco, os Mendonza, os Guzmán, os Pimentel, os Álvarez de Toledo, etc., cujos apelidos soam nas crónicas cortesãs.
2. Depois, os cavaleiros, entre os quais podemos distinguir pelo menos três grupos: a) os membros das ordens militares (Santiago, Calatrava, Alcántara); b) os senhores de vassallos, possuidores de senhorios jurisdicionais e terras; e c) a oligarquia urbana.

Os que não eram titulados nem senhores de vassallos nem cavaleiros de alguma ordem eram designados como fidalgos. Todas estas categorias gozam de grande prestígio social. A sociedade do século XVI é uma sociedade estamental, fundada no privilégio e o privilégio essencial é a isenção fiscal: o nobre não contribui nos serviços, nos

tributos. Todas as diferenças reduzem-se nesta: se é fidalgo ou plebeu. A fidalguia - ou seja, a isenção fiscal - é o sinal visível da nobreza que permite obter outras vantagens: honras, prestígio... Daí a obstinação com que se procura alcançá-la quando não se a tem por direito próprio ou por herança familiar. O resultado desse desejo de fidalguia levou a que a proporção dos fidalgos fosse subindo continuamente. Documentos de 1541 mostram os seguintes números: no reino de Leão e nas Astúrias, os fidalgos eram tão numerosos como os plebeus; em Burgos, uma quarta parte da população era composta por fidalgos, proporção que desce para sete vezes menos em Samora, oito em Valladolid, 10 em Toro, Ávila, Sória; desce para 12 em Granada, Sevilha, Córdoba, Jaén, Salamanca, Cuenca, Guadalajara, Madrid, Toledo; para 14 em Múrcia e Segóvia. A imensa maioria daqueles fidalgos vivia nos centros urbanos; muito menos numerosos eram os que residiam nas zonas rurais e esta minoria deu motivo à imagem tão difundida pela literatura do fidalgo pobre, mas na realidade não corresponde aos factos. A generalidade é, pelo contrário, a equação que se estabelece entre fidalguia e riqueza.

A proporção de fidalgos na população (10 por cento do conjunto) é grande. Como quase todos eles são grandes proprietários, letrados ricos, mercadores endinheirados, ou seja, os que têm riqueza não contribuem; a carga tributária pesa sobretudo no campesinato e nos pobres. Esta é, pois, outra das características da sociedade estamental do século XVI: é uma sociedade terrivelmente injusta na repartição do imposto; ser camponês ou pobre é então uma maldição. A sociedade do renascimento reforçou os valores nobiliários e acentuou o desprezo pelo trabalho manual e pelas atividades mecânicas. Daí o problema surgido pela onda

crescente de mendigos e vagabundos que iam de um lugar a outro em busca de alimentos. Muitos procuram fixar esta mão de obra potencial, proibindo as suas errâncias através do país e separando os verdadeiros pobres - anciãos, deficientes, doentes, que deviam ser socorridos com esmolas e recolhidos em hospitais - dos falsos que deviam obrigar a ganhar a vida trabalhando. As Cortes, a coroa, regimentos como os de Zamora, Salamanca, Valladolid... tomaram medidas nesse sentido, a partir de 1545, o que suscitou uma polémica entre Domingo de Soto e o frei Juan de Medina, polémica que devia prolongar-se até finais do século.

## **Rei e Reino**

Depois de Villalar, em nenhum momento o poder real parece ameaçado no século XV; domina perfeitamente a situação. Contudo, está muito longe de administrar diretamente a imensa maioria do território nacional. O que é normal nessa altura é a administração delegada. Podemos distinguir assim três setores:

1. Os senhorios, no sentido amplo da palavra, constituem um vasto setor maioritário ao qual o rei delega os seus poderes e a sua autoridade a senhores, laicos ou eclesiásticos. São os feudos territoriais da nobreza, as terras de abadengo, as das ordens militares (comendas) ou religiosas, as dos bispos e arcebispos. Os senhores nas suas jurisdições exerciam poderes que correspondiam ao Estado e que a coroa lhes delegava.
2. Os mesmos territórios de realengo nem sempre ficavam diretamente submetidos à autoridade direta do

soberano: municípios, concelhos, vilas, cidades, em todos estes casos nos encontramos com autoridades delegadas. Os municípios regiam não só no âmbito das cidades, mas também em amplas zonas rurais à sua volta; em certos casos, como o de Valladolid ou de Segóvia, tratava-se de verdadeiras comarcas ou províncias - a «terra» de uma cidade - que estavam submetidas à jurisdição de uma capital que se comportava como um verdadeiro senhor coletivo em relação ao alfoz ou à terra circunvizinha. Ora, a autonomia relativa dos grandes conselhos era muito menor que a dos senhorios, já que a coroa estava representada por um alto funcionário, o corregedor, que presidia à Câmara Municipal, ou seja, à assembleia composta pelos regedores (ou 24, na Andaluzia), que constituíam uma oligarquia urbana muito fechada, pelos jurados ou representantes dos bairros, fiéis, pelos alcaides e outros ofícios municipais. A existência destes setores, o senhorial e o municipal, tem como consequência que a maior-parte do território nacional fique mais ou menos fora da autoridade direta do soberano, que apenas exerce um controlo mais ou menos rigoroso nos assuntos locais. Por outro lado, a coroa reserva inteiramente para si o terceiro setor, ou seja, a política geral.

3. Este terceiro setor constitui o setor político propriamente dito, o Estado no sentido moderno da palavra: diplomacia, política fiscal, governo geral do reino. Teoricamente, a coroa deve colaborar com as Cortes, que são a representação do reino.

As Cortes não representam todo o reino, mas apenas os municípios de realengo. Também não representam a

totalidade das cidades, mas sim uma minoria, 18: (Burgo, Sória, Segóvia, Ávila, Valladolid, Leão, Salamanca, Zamora, Toro, Toledo, Cuenca, Guadalajara, Madrid, Sevilha, Córdova, Jaén, Múrcia e Granada). Ter voz e voto nas Cortes não é nenhum direito; é um privilégio que defendem com firmeza as cidades que o possuem. Finalmente, em cada uma das 18 cidades privilegiadas, um grupo muito reduzido de eleitores é encarregado de nomear os dois procuradores nas Cortes: trata-se essencialmente da oligarquia municipal dos regedores. Apesar destas limitações, as Cortes de Castela não foram tão dóceis como por vezes se diz. Não aceitaram facilmente os novos impostos que se lhes pediam e como eram elas que estavam encarregues de controlar a sua cobrança aproveitavam a oportunidade para reforçar o poder das oligarquias municipais. Ao conceder a Filipe II o imposto conhecido como *milhões*, as Cortes exigiram e obtiveram que a sua cobrança e utilização ficassem submetidas ao controlo das cidades representadas nas Cortes. Os *milhões* permitiram, assim, às oligarquias urbanas aumentar os seus privilégios.

Contudo, o rei não governa só, mas com a colaboração de Conselhos especializados: Castela, Fazenda, Inquisição, etc. Esta é a característica da administração dos Habsburgo: trata-se de uma administração colegial. Cada Conselho é composto por 10 ou 15 pessoas, na sua maioria letrados. Os Conselhos examinam os problemas importantes; depois da discussão faz-se uma relação sumária que se apresenta ao soberano e este escreve na margem do documento as suas observações ou as suas decisões. É o sistema chamado de consultas.

Entre o soberano e os conselhos, o contacto faz-se através dos secretários que acabam por exercer um papel

de primeiro plano na vida política. Muitos deles ficam em funções durante longos períodos, por vezes toda a vida. Foi este o caso de Francisco de los Cobos, sob o reinado de Carlos V; e, no reinado de Filipe II, de Ruy Gómez de Silva, príncipe de Éboli, e Gonzálo Pérez, depois substituído pelo seu filho António. Estes homens, pela sua presença contínua junto do soberano, tiveram uma influência considerável nas altas esferas do poder. Nada nem ninguém parece capaz de contrariar a sua autoridade; trata-se de um poder absoluto, mas não arbitrário, e que ainda não levou ao absolutismo na sua perfeição.

### **Espanha e a Europa**

Os Áustrias não seguem uma política nacional e muito menos nacionalista, mas uma política dinástica. Espanha, e mais concretamente Castela, limita-se a sufragar esta política; torna-se a base do Império, onde se recolhe o dinheiro necessário e se recrutam os soldados, os diplomatas e os funcionários encarregues de a levar a cabo. Uma política verdadeiramente nacional teria prestado mais atenção aos problemas mediterrâneos (Itália, Norte de África) e provavelmente teria intervindo de uma maneira menos direta nos conflitos provocados na Alemanha e na Europa do Norte pela Reforma luterana. Entre a política desenvolvida por Carlos V e a que foi seguida por Filipe II existe uma indubitável continuidade, mas também caracteres específicos.

### ***A política imperial***

Não há qualquer dúvida que Carlos V sempre considerou que a dignidade imperial o situava acima das monarquias nacionais e o obrigava a velar pelos interesses comuns da cristandade. A política exterior de Carlos V oferece algumas constantes:

1. Em primeiro lugar, trata-se de manter relações amistosas com o reino vizinho de Portugal. O casamento do Imperador com a princesa portuguesa Isabel, em 1526, reforçou os laços entre as duas coroas. O Tratado de Tordesilhas (1494) marcara as zonas de expansão respectivas de Espanha e de Portugal no Atlântico. O único ponto de fricção era a questão das ilhas Molucas; em 1529, em Saragoça, Carlos V renunciou por parte de Espanha a toda a reivindicação sobre o arquipélago e que fez desaparecer toda a concorrência entre os dois países.

2. Em segundo lugar, Carlos V sempre mostrou grande preocupação perante os perigos que representavam os turcos. Os avanços turcos dão-se em dois setores: Europa central e Mediterrâneo ocidental. Ocupam os Balcãs e, depois da batalha de Mohacs (1526), quase todo o território da Hungria; cercam Viena em 1529. Nesta região, Carlos V limita-se a conter a vaga turca sem chegar a passar à contraofensiva. O mesmo não se passa no Mediterrâneo, onde o Barba Ruiva, senhor de Argel, ameaça os territórios espanhóis em Itália e na própria Península Ibérica. Carlos V dirigiu pessoalmente duas operações bélicas: uma com êxito em Tunes (1535); outra, que acabou por uma retirada e fracasso em Argel, em 1541.

3. Em relação a França, o reinado começara por uma tentativa de concórdia; foi o Tratado de Noyon (1516), negociado sob a influência do seu aio, o senhor de Chièvre, que preferia manter-se em paz com o reino vizinho enquanto Carlos não tivesse assegurado o trono de Espanha. Na realidade, eram três os pontos de fricção entre Carlos V e Francisco I: Navarra, Borgonha, Itália. França não aceitara a solução que Fernando, o Católico, dera ao problema de Navarra em 1512 e continuava a apoiar as pretensões da destronada Casa de Labrit. Por outro lado, Carlos V considerava-se como legítimo herdeiro do ducado de Borgonha. Finalmente, a rivalidade franco-espanhola em Itália não cessava: Espanha mantinha-se na Sicília e em Nápoles enquanto França queria instalar-se em Milão. Esta situação conflituosa provocou uma série de guerras entre os dois soberanos, que procuravam apoio junto dos outros príncipes da época (Henrique VIII de Inglaterra, Papa, Génova, Valência, o sultão Solimão...) e cuja rivalidade ensanguentou repetidas vezes as terras de Europa. O primeiro choque aconteceu em Navarra. Aproveitando-se da rebelião das comunidades, os franceses invadem Navarra em maio de 1521 e, quase sem encontrar resistência, chegam até Pamplona e Estella. Os espanhóis fortalecem-se em Logronho e dali iniciam uma contraofensiva rápida; os franceses sofrem uma derrota total cerca de Pamplona (30 de junho de 1521). Em pouco dias, o exército espanhol expulsa o inimigo.

Entretanto, os exércitos imperiais procuram repelir do Milanesado os franceses, que era comandado pessoalmente pelo rei Francisco I. A batalha decisiva livrou-se em Pavia (fevereiro de 1525); o rei de França, ferido, foi feito prisioneiro e levado para Madrid onde

permaneceu até à paz que se assinou a 14 de janeiro de 1526. A troca da sua liberdade, Francisco I comprometeu-se a entregar a Carlos V, o ducado de Borgonha, e a retirar-se do Milanesado; mas não cumpriu nenhuma das promessas ao ver-se outra vez em território francês. Retomaram-se as hostilidades em junho de 1526. O episódio mais dramático foi o assalto e saque de Roma pelas tropas imperiais comandadas pelo condestável de Bourbon, em maio de 1527. A guerra terminou em junho de 1529 com o Tratado de Cambray. Carlos V renunciou a Borgonha e Francisco I ao ducado de Milão. Depois de várias peripécias (guerra em 1536-1538 e 1542-1544), confirmaram-se aquelas cláusulas na paz de Crépy (setembro de 1544).

4. A Reforma evidenciou a Carlos V um problema gravíssimo; para ele tratava-se de conservar ao mesmo tempo a unidade religiosa da cristandade e a unidade política do Império. Conseguiu mais ou menos o segundo propósito, mas fracassou totalmente no primeiro. Podem assinalar-se dois períodos na política seguida em relação aos protestantes alemães: a conciliação até 1541, a rutura depois daquela data.

Na sequência do ato revolucionário de Lutero, Carlos V procura contemporizar. A Dieta de Worms (1521) condenou Lutero, mas não se fez nada para aplicar esta censura. O objetivo era a reunião de um Concílio geral para reformar a Igreja e manter a unidade religiosa. Na primeira Dieta de Spira (1526) deixa-se os príncipes alemães livres de seguir ou não as doutrinas luteranas; estes interpretam esta atitude conciliatória como um convite a uma postura que estivesse de acordo com os seus interesses materiais e

muitos deles começam a secularizar os bens da Igreja e a apropriar-se deles. Carlos V reage em 1530 e decide aplicar o decreto de Worms contra Lutero; os protestantes consideram-se ameaçados e constituem a chamada Liga de Smalkalda, cujas preocupações eram de tipo político, tanto ou mais do que religioso. Retoma-se a conciliação com a paz de Nuremberga (1532); o Imperador compromete-se a não atuar com a força até à reunião do Concílio.

A última tentativa de conciliação entre as duas confissões teve lugar em Ratisbona (1541) e foi um fracasso. A partir daquele momento, Carlos V parece aceitar a rutura religiosa e procura só manter a unidade do Império. O Concílio que se reúne em Trento, em 1545, mas com a ausência dos luteranos, chega demasiado tarde. O Imperador empreende as suas ações bélicas contra o eleitor da Saxónia e seus partidários, que derrota em Mühlberg (1547). A Dieta de Augsburg (1548) chega a um acordo relativo, o chamado *Interim*, mas a traição de Maurício de Saxónia, que se entende com Henrique II de França, coloca outra vez o Imperador em dificuldade. Assim, chega-se à paz de Augsburg (1555), onde se proclama a liberdade religiosa dos Estados que compõem o Império.

A amargura que deixou em Carlos V o fracasso das suas maiores ilusões - manter a unidade religiosa da cristandade frente aos turcos - explica a abdicação do ano seguinte. Pode dizer-se que as responsabilidades imperiais do seu soberano obrigaram Espanha a intervir em assuntos que não lhe diziam respeito diretamente e a comprometer gravemente o seu desenvolvimento nacional autónomo. Os comuneiros tinham-no adivinhado muito claramente e desde o início recusaram rotundamente a política imperial. O pior para Espanha foi o facto, depois de Carlos V, de que o

seu filho Filipe II creu na obrigação de se manter na mesma postura.

Epílogo da rivalidade franco-espanhola aberta desde 1521 foi a guerra que França declarou ao novo rei de Espanha, Filipe II. O facto bélico mais relevante foi a batalha de San Quintin (1557). A paz de Cateau-Cambrési (1559) inicia o período de preponderância espanhola na Europa.

### ***A preponderância espanhola***

Ao abdicar em 1556, Carlos V deixou ao seu filho e sucessor, Filipe II, todos os territórios que lhe pertenciam apenas com o Império como a única exceção. Mas, de facto, o novo rei considerou que estava obrigado a seguir a política europeia do seu pai e a dar todo o seu apoio ao Imperador. Houve, assim, uma solidariedade dinástica e política entre os vários elementos da Casa de Áustria, cuja cabeça foi Filipe II. Mas como este não tinha a autoridade moral que a dignidade imperial conferia a Carlos V, a sua vontade de lutar contra a Reforma foi interpretada como uma mera justificação de tipo ideológico para encobrir o que se considerou frequentemente como uma manifestação do imperialismo espanhol.

Filipe II empreende a última cruzada da cristandade contra os turcos que em 1565 tinham cercado Malta, em 1569 ocupado Tunes e em 1570-1571 declarado guerra a Veneza e tentado conquistar o Chipre. Veneza, a Santa Sé e Espanha unem-se na Santa Liga, cujas forças são comandadas pelo filho natural de Carlos V, D. João de Áustria. Os aliados derrotam o turco em Lepanto a 7 outubro de 1571, o que foi um rude golpe para os otomanos, que se julgavam invencíveis, sofrendo então perdas consideráveis,

materiais e humanas. Lepanto não foi, para os turcos, uma derrota total, mas a vitória cristã veio pôr um ponto final ao clima de euforia que reinava entre os otomanos.

Desde 1566, o problema fundamental para Filipe II é a Flandres, um conflito em que a ideologia e o nacionalismo estão intimamente implicados. Em 1559, Filipe II confiara o governo dos Países Baixos à sua tia, Margarida de Parma, assessorada por um conselho onde a figura mais destacada era a de Granvela, que gozava da confiança do monarca. A nobreza da terra, encabeçada pelo príncipe de Orange, Guilherme de Nassau, teria preferido uma solução que lhe desse mais influência nos assuntos políticos. Filipe II aceita afastar Granvela, mas nega-se a fazer qualquer concessão no que se refere à liberdade de cultos. Em 1566, a minoria calvinista organiza uma série de manifestações que culminam com a destruição de muitas estátuas e o saque de vários templos.

Filipe II reage de uma maneira enérgica, enviando para os Países Baixos um exército comandado pelo duque de Alba, que procura acabar com a oposição através de uma repressão implacável. Desde então, a guerra toma um aspeto feroz em que os motivos religiosos e nacionalistas estão muito ligados. Contra o rei de Espanha os rebeldes procuram o apoio das potências protestantes, particularmente de Inglaterra. Trata-se de uma guerra ideológica, a primeira do género que os tempos modernos testemunharam; qualquer concessão aos rebeldes parece implicar uma vitória da heresia, o que leva a descartar, portanto, essa hipótese. Como todas as guerras ideológicas, aquela foi terrível; a repressão faz surgir novos focos de descontentes e rebeldes; a luta desenrola-se por terra e mar. Luís de Requesens substitui, em 1573, o duque de

Alba. As tropas, que recebem o seu soldo esporadicamente amotinam-se e saqueiam Antuérpia, em 1576. A solidariedade entre os nobres descontentes e os calvinistas torna-se ainda mais estreita depois daqueles abusos. D. João de Áustria, nomeado governador, conclui um armistício que dura pouco. Retomam-se as hostilidades. Alexandre Farnesio tenta, com relativo êxito, afastar os católicos, numerosos no Sul do país, dos calvinistas. Esta é a solução que acabará por se impor; como em casos mais recentes de conflitos ideológicos (veja-se a Alemanha, Coreia, Vietname...) o país ficou finalmente dividido em duas partes<sup>(15)</sup>.

A guerra da Flandres permite compreender como as relações de Espanha com Inglaterra e França assumiram um cariz tão negativo. Com Inglaterra, a evolução desenrolou-se em três tempos:

1. Primeiro, houve um breve período de união, quando o príncipe Filipe, marido de Maria Tudor, era rei consorte de Inglaterra.
2. Mas com a morte de Maria Tudor e a chegada de Isabel I, os rebeldes flamencos podem contar com a simpatia ativa do governo inglês. Os corsários ingleses (John Hawkins, Francis Drake) atacam os barcos espanhóis nos mares, ainda que as duas nações estejam oficialmente em paz.
3. A guerra aberta começa em 1585, uma vez que os rebeldes flamencos encontram em Inglaterra apoios materiais e financeiros. Filipe II decide atacar os ingleses para esmagar melhor os seus vassallos nos Países Baixos. Trata-se de levar a cabo uma invasão das ilhas britânicas e para isso fazem-se preparativos consideráveis: uma

armada de 65 navios, com 11 000 tripulantes e 19 000 soldados – a Invencível Armada. A operação tinha de se desenrolar em dois tempos: primeiro, havia que embarcar tropas de Alexandre Farnesio, que esperavam a armada dos Países Baixos; depois, desembarcar o corpo expedicionário em Inglaterra. Para isso era necessário um bom porto, mas os rebeldes prepararam as coisas de forma a que a primeira parte do plano de invasão fracassasse: os ventos e a tempestade acabaram por deitar a perder a operação (1588).

A guerra da Flandres também envenenou as relações com França que, desde a paz de Cateau-Cambrési, já não tinha nenhum motivo para rivalizar com Espanha em Itália. Sob o reinado de Filipe II, para rivalizar com Espanha em Itália. Sob o reinado de Filipe II, 1589; 1589-1595; 1595-1598. As duas primeiras são mais favoráveis a Espanha. Na terceira, França recupera a sua unidade política, mas as duas potências, esgotadas por meio século de guerras, não têm outra saída do que chegar a um compromisso.

A 10 de agosto de 1557, as tropas do Rei Católico esmagam o exército francês perto de San Quintin. O Tratado de Cateau-Cambrési (3 de abril de 1559) é vantajoso para Espanha, que consegue impor por mais de um século a sua hegemonia em Itália. A consequência imediata da paz entre as duas nações foi as bodas reais entre Filipe II – viúvo pela segunda vez – e a ainda menina Isabel de Valois – que só tinha então treze anos – filha de Henrique II de França e de Catarina de Médicis. Isabel foi recebida em Espanha como a Rainha da Paz. Pensava-se que, com a sua chegada, iam acabar para sempre as guerras que, desde o fim do século passado, tinham confrontado as duas nações mais potentes da Europa. A conjuntura internacional, no entanto,

continuava preocupante por causa das divisões entre católicos e protestantes. Um dos motivos que levaram Henrique II de França assinar a paz com Espanha, em 1559, era o facto de querer ter as mãos livres para atuar com energia contra os protestantes. Mas o rei morreu em 30 de junho do mesmo ano. O seu filho e sucessor, Francisco II, morreu no ano seguinte. A coroa de França recaiu então num menino de dez anos, Carlos IX. A sua mãe, Catarina de Médicis, é nomeada regente e, com este título, vai dirigir efetivamente, durante 30 anos, até à sua morte (1589), a política de França. Catarina continua fiel ao catolicismo, mas tem de contar com a presença em França de um poderoso e numeroso grupo de huguenotes. Tenta primeiro conciliar-se com eles. Há que situar as visitas de Bayona, em junho de 1565, nesta conjuntura. Tratava-se de harmonizar a política das duas nações em relação aos progressos do protestantismo. A «cimeira» de Baiona não deu nenhum resultado concreto. Os católicos intransigentes protestam contra a atitude conciliadora da regente e propõem apoiar-se em Espanha para terminar definitivamente com os hereges. Aquele partido - a Santa Liga - tem muita responsabilidade nas matanças da Noite de San Bartolomé (24 de agosto de 1572) onde morrem assassinados pelo menos 30 000 huguenotes. Desde então, Filipe II, mantém relações estreitas com a Santa Liga e assina com ela um convénio em 1576. De Espanha vem parte do dinheiro para pagar as tropas católicas e para comprar partidários.

Em 1584, a sucessão ao trono de França pertence a Henrique de Bourbon, rei de Navarra, chefe dos huguenotes. Tanto a Liga como Filipe II estão de acordo para que, em nenhum caso, um herege chegue a ser rei de França. Nesta tensa conjuntura, a 1 de agosto de 1589, o frade dominicano Jacques Clément assassina o rei de França,

Henrique III que, antes de morrer, assinala Henrique de Bourbon como seu legítimo herdeiro. Por ser protestante e por apoiar abertamente os rebeldes flamencos, o novo rei de França não pode ser do agrado de Filipe II, cuja aliança com a Liga se torna mais estreita. Mas a solução tinha de ser pacífica. Os Estados Gerais - equivalente das Cortes de Espanha - reúnem-se em janeiro de 1593 para proceder à eleição do rei. Em março chega a Paris o novo embaixador de Espanha, duque de Feria, com instruções muito precisas: tem de apresentar os direitos ao trono de França da infanta Isabel Clara Eugénia, filha de Filipe II e neta de Henrique II. O que queria a maioria dos franceses era um rei francês e o fim das lutas civis. O povo estava farto de guerra e da ditadura da Liga. Henrique de Bourbon soube ganhar a simpatia de muitos. Em junho de 1593, deu o passo decisivo: voltou ao catolicismo e fez-se consagrar como rei de França. Pouco depois, apesar das pressões de Espanha, o papa clemente VIII dava a absolvição a Henrique IV pelo seu passado.

O fracasso de Filipe II era completo, mas as coisas não se ficaram por aí, uma vez que, no início de 1595, Henrique IV declarou guerra a Filipe II por ter tentado arrebatá-lhe o trono de França com a máscara da religião. As peripécias da guerra foram várias e incertas. Na realidade, as duas nações não estavam em condições de financiar uma guerra longa. Por isso, acabaram por aceitar a mediação do papa Clemente VIII e concordaram em assinar o tratado de paz de Vervins (2 de maio de 1598) através do qual se regressou mais ou menos ao que fora pactuado meio século antes em Cateau-Cambrési.

## **As Índias**

O século XVI não representa somente para Espanha a hegemonia política na Europa; é, além disso, o momento da sua grande expansão na América. Ao iniciar-se a dinastia dos Áustrias, Espanha já era dona das Antilhas, submetidas a uma dura exploração entre 1500 e 1515. A conquista do Império levou-se a cabo em três etapas: as Antilhas, entre 1492 e 1515; México, a partir de 1520, e o Peru, a partir de 1530.

Já com a segunda expedição de Colombo, em 1493, passa-se do descobrimento à colonização, como mostram os meios empregues então (17 barcos) e a instalação em Sevilha de uma administração adequada dirigida por Juan Rodríguez de Fonseca. A partir de 1509, coloniza-se Porto Rico; depois, em 1511, Cuba. Quando morre Fernando, o Católico, em 1516, sacara-se já todo o sumo das Antilhas. Buscam-se então novas terras para conquistar e descobrir terra firme. Nesta perspetiva, compreende-se a expedição para o México. Hernán Cortés, não fazendo caso às ordens do governador de Cuba, Diego Velázquez, zarpa a 18 de novembro de 1518 com 11 naus, 150 homens, 200 ou 300 índios, cerca de 15 canhões e outros tantos cavalos. Em abril de 1519, desembarca no litoral do México e adentra-se no território. Em agosto atrai para a sua causa a tribo Tlaxcala, que não admitia ser submetida pelos aztecas. Em outubro, Cortés crê oportuno meter medo aos seus inimigos, organizando a matança de Cholula. Um mês depois, entra em Tenochitlán e impõe a sua autoridade ao imperador Moctezuma, mas tem de regressar ao litoral para fazer frente a Pánfilo de Narváez, enviado por Diego Velázquez, que pretendia castigar a traição de Cortés. Entretanto, a inabilidade de Pedro Alvarado provoca a sublevação dos índios. Cortés regressa à capital, mas vê-se obrigado a

evacuá-la nas piores condições; é a *Noite Triste* de 30 de junho de 1520. Cortés ocupa outra vez a cidade em agosto de 1521 e instala definitivamente a sua autoridade sobre o antigo império dos aztecas. A partir da meseta central vai submetendo de modo metódico os outros territórios.

A conquista do Império Inca não é menos impressionante. Em 1526, três aventureiros – Francisco Pizarro, Almagro e um clérigo, Luque – associam-se. Em 1531, Pizarro tem já constituídas, no Panamá, as suas hostes. Em novembro, chega a Cajamarca. Organiza uma cilada em que cai o inca Atahualpa. Exige deste um resgate enorme, que causa um grande escândalo na Europa. Apesar disso, Atahualpa é executado. Em novembro de 1533, a capital dos incas, El Cuzco, é ocupada, mas Pizarro prefere instalar o governo do país cerca da costa, numa cidade nova, Lima (1535). Os vencedores, então, destroem-se entre si. Almagro disputa o poder a Pizarro que o manda executar (1538). Os seus partidários vingam a sua morte assassinando Pizarro (1541). O primeiro vice-rei, Blasco Nuñez Vela, tem de enfrentar os conquistadores e morre na contenda (1546). Haverá que esperar a chegada de um novo vice-rei, Pedro de La Gasca, em 1548, para restaurar a autoridade real. Os outros territórios americanos apresentaram menos problemas, com exceção do Chile, onde se fundou Santiago em 1541, mas onde os araucanos opuseram uma grande resistência. A partir de Santa Marta, na Venezuela, Jiménez de Quesada adentra-se pelo rio Magdalena e, em abril de 1538, funda Santa Fé de Bogotá, capital da que se vai chamar desde então Nueva Granada. Na mesma altura, outros conquistadores chegam ao Rio da Prata. O Paraguai fica rapidamente organizado em torno da cidade de Assunción (1537).

Em menos de 20 anos, dois impérios imensos, bem organizados e povoados, caem nas mãos de uns aventureiros cujo número nunca ultrapassou os 1 000 homens. Como se explicam tão fáceis e contundente vitórias? Três causas permitem entendê-lo:

1. A superioridade técnica dos espanhóis, que compensa a sua inferioridade numérica. Os índios desconheciam a metalurgia do ferro. Os arcos, as flechas, as pedras, as lanças e laços dos índios eram muito pouco eficazes contra as armas de fogo e o aço das couraças, capacetes e espadas dos europeus que, além disso, utilizavam para lutar animais desconhecidos no continente: cavalos e cães que se comportavam como feras. Não há dúvida de que, neste sentido, os espanhóis levavam vantagem, mas este argumento não é determinante. A longo prazo, a desproporção numérica devia ser favorável aos índios.

2. Mais alcance tiveram os fatores religiosos, as crenças que colocavam os índios num estado de menor resistência psicológica: eles esperavam o regresso dos deuses que, inicialmente, identificaram com os europeus. Epidemias horrorosas dizimaram os índios; só os europeus escapavam delas; compreende-se que os índios vissem neste facto um sinal celeste: os deuses tinham-nos abandonado.

3. É preciso, finalmente, ter em conta os fatores políticos: os espanhóis enfrentaram-se quase sempre com inimigos divididos em fações adversos; souberam aproveitar as rivalidades locais, tais como o ressentimento que os aztecas e incas suscitaram nas tribos dominadas por eles.

Este Império colonial, o primeiro da época moderna, organiza-se rapidamente à volta de estruturas políticas e administrativas que substancialmente terão vigência até à emancipação das colónias no início do século XIX.

A base é constituída pelos cabidos das novas cidades fundadas pelos conquistadores. O Estado está representado por uma série de funcionários: governadores, alcaides maiores, corregedores e por tribunais de justiça: as Audiências; a primeira foi a de Santo Domingo, fundada em 1511, depois instalaram-se outras no México, Guatemala, Panamá, Lima, Santa Fé de Bogotá... As Audiências constituem distritos administrativos acima dos quais estão os vicereinos criados no século XVI nos territórios mais importantes e ricos do Império: o da Nova Espanha, com sede no México, e o de Lima, no Peru. Na Península, o Conselho das Índias vem a ser uma espécie de ministério colegial para a política colonial, com uma dupla missão: de direção e controlo através de visitantes.

Desde o início, a exploração do Novo Mundo faz-se com base em dois princípios: o monopólio e a preferência dada às minas sobre a agricultura. A Casa da Contratação de Sevilha, fundada em 1503, é a instituição encarregue de velar pelo monopólio castelhano. Fiscaliza as exportações: tudo o que sai para as Índias deve passar por Sevilha. Fiscaliza também as importações: tudo o que chega da América deve transitar por Sevilha antes de ser distribuído pela península e Europa.

Os conquistadores foram para as Índias levados pelo sonho de um enriquecimento rápido e fácil que era oferecido pelo ouro, prata e pérolas. Ao estabelecer a sua autoridade nos territórios americanos, a coroa seguiu a

corrente. Daí a prioridade que se deu ao subsolo sobre o solo, às minas sobre a agricultura. Esta, no século XVI, foi relativamente descuidada. Pelo contrário, as minas de metais preciosos que se descobriram no México (Zacatecas) e no Peru (Potosí) atraíram emigrantes, negociantes, aventureiros e não foi por casualidade que aqueles dois territórios foram os primeiros vicereïnados do Império.

A conquista daquele imenso Império não custou quase nada à coroa. Só as expedições de Colombo tiveram um financiamento com fundos públicos. Depois de Colombo, a norma foi o autofinanciamento das conquistas, que se deixam, com poucas exceções, à iniciativa privada, limitando-se a coroa a conceder as autorizações necessárias.

A coroa estabeleceu desde o início os dois princípios que iriam reger as suas relações com as Índias: o monopólio do comércio e a prioridade ao subsolo e às minas. Por motivos circunstanciais, tanto geográficos (a proximidade de Canárias e dos ventos alísios) como económicos e sociais (a presença de mercadores italianos, a abundância de trigo, azeite e vinho na Andaluzia), a Casa da Contratação, cuja missão é controlar o monopólio, tem a sua sede em Sevilha. Descobridores e conquistadores interessam-se fundamentalmente pelas especiarias, pelas pérolas, pelos metais preciosos; preocupam-se em sacar o máximo e o mais rapidamente possível proveito dos territórios conquistados. As remessas das Índias chegam à Europa em proporções crescentes. A colonização procura, assim, explorar as Índias mais desenvolvidas.

A conquista do Império teve como consequências o desaparecimento de duas civilizações originais, a dos aztecas e a dos incas, e a morte da maior parte da

população autóctone. Apresentou também problemas jurídicos: com que direito os espanhóis impuseram a sua autoridade a nações até então independentes?

A catástrofe demográfica foi denunciada com virulência pelo padre Las Casas. Sem entrar em discussões estatísticas, todos estão de acordo sobre a imensidão da catástrofe: num século, a povoação do continente americano desapareceu; três quartos dos habitantes, pelo menos, morreram. A descida demográfica explica-se essencialmente por dois fatores: as epidemias e o trauma provocado pela conquista. O choque foi tremendo sempre que os espanhóis se viram em contacto com povoações densas. Uma epidemia de varíola está documentada em La Española em 1518-1519: matou quase a totalidade da população índia enquanto os europeus, imunizados desde a infância e sobretudo mais fortes, resistiam. As hostes de Cortés introduzem o vírus no México. Dali a epidemia estende-se a Guatemala, depois mais a sul até chegar ao Império Inca por volta de 1525-1526. Nas zonas densamente povoadas a mortandade foi terrível. Depois da varíola chegou o sarampo (1530-1531), depois uma espécie de tifo em 1546, a gripe em 1558-1559, a difteria, a papeira, etc. Ao choque microbiano acrescentou-se o trauma que a conquista provocou. A sociedade tradicional ficou desarticulada ou desapareceu por completo. Só a partir da segunda metade do século XVII é que se começou a notar a recuperação demográfica.

A conquista e a colonização da América colocaram sérios problemas no momento de encontrar uma legislação. Desta forma colocam-se dois problemas distintos:

1. Um problema jurídico e político: Com que direito os espanhóis conquistaram e dominaram as Índias? É o que se tem vindo a chamar a querela dos justos títulos.

2. Um problema económico e moral: os espanhóis têm algum direito de reduzir os índios à escravidão ou a obrigá-los a trabalhar? É o problema da escravidão, do trabalho forçado e da comenda.

O debate iniciou-se com o sermão do dominicano Montesinos em La Española em 1511. As leis de Burgos (1512-1513) procuraram limitar os abusos na exploração dos índios, organizando a comenda, ou seja, uma forma jurídica que tratava de compaginar três objetivos:

1. Respeitar o estatuto do índio, súbdito livre da coroa - teoricamente o índio que depende da comenda não é escravo.

2. Evangelizar, ou seja, civilizar os índios, como se dirá no século XIX; são os encomendeiros que têm de facilitar este trabalho.

3. Desenvolver os territórios conquistados, utilizando a mão de obra indígena.

Na realidade, as leis de Burgos tinham consagrado em direito uma situação de facto e legalizado o trabalho forçado dos índios. A polémica prossegue durante todo o reinado de Carlos V com as campanhas de Las Casas, as lições de Francisco de Vitoria, a defesa da colonização por Sepúlveda

e a controvérsia de Valladolid. Frei Francisco de Vitoria elaborava, da sua cátedra da Universidade de Salamanca, uma reflexão sobre os mesmos temas, com as suas famosas lições de 1539 onde examinava o que ele chama os títulos ilegítimos que justificariam a conquista, perante os quais desenvolve outros sete títulos que poderiam, agora sim, justificar a conquista. Tanto as lições de Vitoria como as campanhas de Las Casas acabam por convencer os setores influentes da corte de Carlos V. Em 1542, Carlos V promulga, assim, as Novas Leis das Índias que contêm duas disposições gravíssimas:

1. Volta-se a proclamar oficial e solenemente a proibição de escravizar os índios.
2. Decide-se que as comendas serão abolidas com a morte dos encomendeiros atuais; os índios encomendados deveriam então ser postos em liberdade e já não poderiam conceder-se novas encomendas.

As Novas Leis significam uma grande vitória das teses de Las Casas, mas provocam mal-estar, descontentamento e rebeldia entre os colonos da América. Tanto no México como no Peru, os conquistadores e encomendeiros não admitem ser despojados do que consideram ser como os seus direitos legítimos. Nos Andes é Gonzalo Pizarro que lidera a rebelião contra o vice-rei Blasco Nuñez Vela, que Carlos V enviara para que pusesse em aplicação as Novas Leis. O vice-rei encontra pouco apoios na colónia; os próprios ouvires da audiência negam-se a obedecer-lhe. Nuñez Vela fica prisioneiro dos rebeldes a 18 de setembro de 1544. A 18 de janeiro de 1546, perto de Quito, Pizarro esmaga as poucas tropas leais que ainda restavam a Carlos V: Nuñez Vela é

executado. Carlos V compreende então que é impossível reconquistar militarmente o Peru e que é obrigado a fazer concessões. Um letrado, o licenciado Pedro de La Gasca, apresenta-se na colónia com plenos poderes: convence habilmente muitos colonos de que é preferível reconciliar-se com o soberano legítimo e reúne tropas. A 9 de setembro de 1547, La Gasca entra em Lima e faz acatar a sua autoridade de vice-rei. Abandonado pela maioria dos seus ex-partidários, Gonzalo Pizarro não tem outra saída senão entregar-se. Pouco depois é sentenciado à morte e executado.

Em vista dos problemas colocados e das polémicas em torno da conquista e dos títulos justos, o conselho das Índias decidiu submeter a exame toda a questão e convocar uma junta de teólogos e juristas para discutir «sobre a maneira como se fizessem estas conquistas justamente e com segurança da consciência». A 16 de abril de 1550, ordenou que se suspendessem todas as conquistas até que a junta especial, que se ia reunir em Valladolid, decidisse se era lícito continuar com a política anterior ou se seria conveniente mudar de métodos. A controvérsia de Valladolid não acaba com o debate. Vitória já se preocupava em estabelecer uma lista de títulos positivos que permitissem *a posteriori* legitimar os factos consumados, introduzindo nas Índias melhoras e garantias para a população indígena. As Leis das Índias procurarão realizar este objetivo.

Com Filipe II verifica-se um novo ponto de vista da política colonial. As Ordenanças de Segóvia (1573) proíbem o uso da palavra «conquista». É uma homenagem formal a Las Casas mas, na realidade, as ordenanças reservam o direito de Espanha de prosseguir com a sua expansão

colonial. A operação mais importante foi a colonização das Filipinas, descobertas durante o reinado de Carlos V e ocupadas sistematicamente de 1565 a 1593. Põe-se fim ao mesmo tempo às críticas sobre a conquista. A Junta Magna de 1568 proíbe que se continue a discutir acerca dos justos títulos de Espanha. Em 1571, confiscam-se os documentos que Las Casas deixara em Valladolid e proíbe-se a sua publicação. A política hegemónica levada a cabo por Filipe II na Europa exigia recursos financeiros cada vez maiores. A Fazenda Real não podia prescindir do ouro e da prata do Novo Mundo. Encomendou-se, pois, às autoridades coloniais a missão de aumentar o rendimento das minas, o que implicava o uso da força para conseguir a mão de obra necessária. Assim se compreende que o vice-rei do Peru, Toledo, voltasse a pôr em vigor uma instituição que datava dos Incas, a mita, ou seja, o trabalho forçado dos índios nas minas de Potosí e Huancavelica. Apesar dos protestos dos moralistas e de alguns teólogos, a mita manteve-se até ao século XVIII.

### **A Monarquia Católica**

A Espanha dos Áustrias, assim como a dos Reis Católicos, não tem unidade política. É um conjunto de territórios (reinos, condados, principados, senhorios) que conservam a sua fisionomia própria (as suas instituições, leis, regime fiscal, moeda, aduanas, língua...) e só têm uma característica comum: a de ser governadas pelo mesmo soberano, que é ao mesmo tempo rei de Castela, de Aragão, de Valência, conde de Barcelona, etc. Como designar esta constelação política? Falar de Espanha é inadequado. Não se pode falar de rei de Espanha para se referir a Carlos V ou

a Filipe II. Os contemporâneos preferiam usar outros termos, aludindo à dignidade ou ao título ostentado pelo soberano: Império, Imperador, no tempo de Carlos V; a partir de Filipe II, Rei Católico, monarquia católica.

Todos estes territórios foram-se agregando uns aos outros por via de sucessão. São bens patrimoniais que o soberano recebe dos seus pais e transmite aos seus filhos em certas condições. Temos, assim, três grupos de territórios no reinado de Carlos V:

1. Os da Coroa de Castela: reinos castelhanos propriamente ditos (Castela, Leão, Toledo, Múrcia, Córdova, Sevilha Granada...) e territórios anexos: reino de Navarra, províncias bascas, Índias, onde se criam dois vice-reinados; o da Nova Espanha (México) e o do Peru.

2. Os da Coroa de Aragão: reinos de Aragão e Valência, principado da Catalunha, mais os territórios anexos: Baleares, reino de Nápoles, Sicília.

3. A herança dos Habsburgo: Flandres, Franco-condado, dignidade imperial, feudos na Alemanha e Áustria.

Ao abdicar, em 1556, Carlos V divide a herança em duas partes: cede ao seu irmão Fernando a dignidade imperial e os estados patrimoniais dos Habsburgo, com exceção da Flandres e do Franco-condado; lega ao seu filho Filipe as coroas de Castela e Aragão, mais a Flandres e o Franco-Condado. Mas convém notar que, desde o seu casamento com Maria Tudor em 1554, Filipe era já rei consorte de Inglaterra (onde reside de 1554 a 1556) e sê-lo-á até a morte da sua esposa em 1558. Além disso, Filipe II recebe

em 1580, depois de várias peripécias jurídicas e uma intervenção militar, a Coroa de Portugal.

Com efeito, em agosto de 1578, o jovem rei de Portugal, D. Sebastião, morre na batalha de Alcácer-Quibir, ao querer repor no seu trono o rei de Fez, Muley Mohamed. A coroa passa então para o cardeal D. Henrique, velho e doente, ainda que a batalha da sucessão já esteja aberta. Filipe II, por ser filho da imperatriz Isabel, segunda filha do rei D. Manuel, considera que tem mais direitos que os outros pretendentes, dona Catarina, duquesa de Bragança, e D. António, Prior do Crato. Para vencer a resistência dos portugueses, Filipe II envia para Portugal a armada de D. Álvaro de Bazán e um exército às ordens do duque de Alba. As Cortes de Tomar (abril de 1581) acabam por jurar Filipe II rei de Portugal, que faz a sua entrada em Lisboa em julho do mesmo ano. Portugal vem assim acrescentar-se à longa série de territórios que fazem parte da monarquia católica, conservando naturalmente as suas instituições próprias. Obviamente, o Império colonial português passou também a fazer parte dos domínios do Rei Católico.

Na monarquia, a integração da Coroa de Castela é muito maior que a da Coroa de Aragão, mas também não era completa: ao lado das Cortes de Castela existem as Juntas Gerais das províncias bascas e das Cortes de Navarra; estes dois últimos territórios conservam um regime fiscal e administrativo que lhes deixa uma relativa autonomia em relação a Castela; em Navarra, o soberano é representado por um vice-rei. A Coroa de Aragão consta de três territórios principais: o principado da Catalunha e os reinos de Aragão e Valência, cada um com as suas instituições peculiares e as suas Cortes. Em cada um destes territórios o soberano é representado por um vice-rei, assim como em Nápoles.

Os distintos elementos da monarquia não se situam num plano de igualdade. Existe um desequilíbrio a favor de Castela por razões históricas, económicas e políticas. Castela é mais extensa em superfície, mais povoada; a sua economia é mais forte que a dos outros territórios peninsulares. Por todos estes motivos, o soberano prefere apoiar-se em Castela, de onde retira os recursos financeiros e humanos que exige a política externa; os outros territórios contribuem em menor proporção para as despesas comuns. As Cortes da Catalunha, Aragão e Valência, compostas pelos representantes dos três braços – nobreza, clero, cidadãos – votam serviços reduzidos, depois de longas discussões e protestos contra os abusos dos funcionários reais (transgressões) que se deve satisfazer aos agraviados através de compensações em dinheiro. Assim se compreende a tendência crescente para não reunir com muita regularidade as Cortes da Coroa de Aragão.

Os obstáculos que os foros opunham ao pleno exercício da régia vontade manifestaram-se em várias ocasiões, sobretudo em relação ao fenómeno do bandoleirismo na Catalunha e em Valência e por causa do que se chamou as alterações de Aragão.

O bandoleirismo foi uma praga que afetou profundamente as comarcas orientais da Península. Houve um bandoleirismo aristocrático que se manifestava através de ajustes de contas entre grupos rivais e utilizava milícias de mouriscos; houve também um bandoleirismo popular surgido da pressão demográfica e da miséria; finalmente, um bandoleirismo mourisco ao qual há que acrescentar a insegurança provocada nas costas pelos corsários berberes. A repressão encontrava-se muitas vezes dificultada pelo *juridismo* e legalismo, o que não impediu, por exemplo, que

o vice-rei de Valência, Aytona (1581-1594), procedesse com mão dura sem se preocupar demasiado com os foros apesar de todos os protestos.

No caso das alterações de Aragão, também a vontade régia chocou com a defesa legalista dos foros. O problema está intimamente relacionado com a traição de António Pérez, secretário de Estado desde 1567. António Pérez era um dos colaboradores habituais do monarca. A sua sorte muda, em 1578, a partir do assassinato de Juan de Escobedo, secretário de D. Juan de Áustria. Falu-se desde o início de Pérez como o autor daquele assassinato; também era acusado de intrigas e manigâncias com grupos flamencos e franceses. Falou-se também do papel que pôde desempenhar no assunto a viúva do príncipe de Éboli, dona Ana de Mendonza. António Pérez e a princesa de Éboli são detidos a 28 de julho de 1579; são acusados de traição ao rei e de ter revelado segredos de Estado aos rebeldes flamencos e a outras pessoas. Pérez tenta fugir a 31 de janeiro de 1585, sem êxito. A 19 de abril de 1590, António Pérez consegue escapar-se da prisão e pôr-se a salvo no reino de Aragão, onde reivindica a sua condição de súbdito aragonês para ser amparado em conformidade com o foro e com o privilégio da manifestação: paralisava-se toda a atuação contra o manifestado cuja pessoa ficava ao resguardo e amparo da justiça do reino até que o seu processo recebesse sentença definitiva. Filipe II teve então a ideia de submeter a sua causa à Inquisição, tribunal perante o qual não têm valor os foros nem os privilégios; bastava acusar Pérez de qualquer heresia. Mas a 24 de maio de 1591, quando os inquisidores quiseram trasladar o réu para a prisão de Aljafería, um motim obriga as autoridades a devolver Pérez à prisão dos manifestados. A 24 de setembro de 1591, a Inquisição tenta pela segunda vez trasladar

António Pérez para a sua prisão. Um novo motim popular opõe-se às autoridades.

A partir do verão concentrava-se um exército esperando o momento oportuno para restabelecer as prerrogativas do monarca. A 15 de outubro, Filipe II ordena que este exército entre em Aragão. O chefe da justiça, Lanuza, confirma que a entrada do exército constituía uma violação e convoca todo o reino para que se oponha à invasão. A Deputação do reino de Aragão só conseguiu reunir cerca de 2 000 homens mal apetrechados, pior disciplinados e sem qualquer experiência militar. As outras componentes da Coroa de Aragão - Catalunha e Valência - não fizeram nada para apoiar os aragoneses, cujas forças debandaram sem lutar. O exército comandado por Alonso de Vargas entrou em Saragoça a 12 de novembro. Um mês depois, o chefe da justiça Lanuza morria no cadafalso. Um setor da historiografia liberal do século XIX quis ver nesta morte violenta o símbolo da luta pelas liberdades aragonesas frente a uma monarquia tirânica. Estudos recentes procuram mostrar que o que se passou em 1591 foi um levantamento de privilegiados (pequena nobreza e oligarquia urbana), circunscrito à capital do reino e resolvido de maneira não traumática com uma série de reformas que garantiram ao mesmo a sobrevivência das instituições forais tempo e o exercício da potestade absoluta por parte do soberano. Com efeito, as Cortes de Tarazona (1592) não acabaram com os foros de Aragão: limitaram-se a cortar os aspetos mais arcaicos da legislação, como a regra da unanimidade que se exigia nas Cortes para promulgar ou modificar uma lei.

As alterações de Aragão sublinham os limites do poder real. O poderio de Carlos V e, muito mais, o de Filipe II é impressionante e, no entanto, chama a atenção a falta de

coesão daquele corpo imenso, formado por várias nações que não têm a impressão de pertencer a uma mesma comunidade. A união é constituída pelo monarca assessorado pelos Conselhos territoriais: Conselho Real ou Conselho de Castela, Conselho das Índias, Conselho de Aragão, Conselho de Itália (separado do anterior em 1555), conselho da Flandres, Conselho de Portugal... Existem organismos comuns: o Conselho de Guerra, o Conselho de Estado, mas que estão sobretudo virados para os assuntos diplomáticos e militares. A grande política, a política externa, é coisa exclusiva do soberano; aos povos só se lhes exige que contribuam com os impostos. Carlos V tentou interessar as Cortes castelhanas, pelo menos em duas ocasiões (1520 e 1527), na sua política externa; os procuradores não se deixaram convencer e, desde então, parece que nunca mais foram consultados até que, no fim do século, as Cortes de Madrid acabaram por se inquietar pelas enormes cargas tributárias que a guerra da Flandres implicava. Nunca se tentou interessar os outros reinos nos problemas comuns da monarquia. Além disso, tomou-se o costume de lhes pedir mais dinheiro. Assim se acentuou a tendência, já iniciada desde o tempo dos Reis Católicos, de governar a partir de Castela. Castelhanos eram os tributos, a maioria dos altos funcionários, dos ministros e, inclusive, dos vice-reis. Castelhana acabou por ser o próprio monarca, sobretudo a partir do momento em que a capital daquele imenso Império se fixou definitivamente em Madrid. De Madrid, ou do Escorial, a residência-mosteiro que Filipe II mandou construir entre 1563 e 1584, saíam as ordens para todas as partes, dispersas no mundo, do corpo político cuja cabeça visível era o Rei Católico. Castela converteu-se, assim, no centro da confederação e tendeu a aparecer como a componente social e o modelo, porque menos obstáculos

pressupunha para o governo. Poder-se-ia ter chegado a uma integração mais completa. Mas não se fez. Quando no século XVII o conde-duque o tentou já era demasiado tarde.

### **A Defesa da Fé**

O século XVI vê realizar-se progressivamente a unidade de fé que os Reis Católicos tinham decidido implantar em Espanha. A ortodoxia católica impõe-se com mão dura; recebe o apoio do Estado que criou com a Inquisição um instrumento terrivelmente eficaz. A intolerância não caracteriza tão só Espanha no século XVI; é justo reconhecê-lo. Mas também convém sublinhar que só em Espanha se levou a cabo uma intolerância organizada, burocratizada, com um aparelho administrativo e uma série de sucursais nas distintas províncias que conferiam uma força extraordinária ao serviço não tanto do catolicismo mas de uma concepção muito rígida da ortodoxia.

### ***A limpeza de sangue***

Utilizou-se contra a descendência dos judeus a arma poderosa da limpeza de sangue. Para ingressar nas ordens religiosas e militares, nos cabidos catedralícios, nas universidades e em certas profissões exigia-se uma informação de limpeza de sangue, ou seja, a prova de que não se era filho ou neto de queimado ou reconciliado pela Inquisição. Depois, as discriminações tornaram-se muito mais duras: qualquer ascendente judeu, fosse ou não reconciliado, bastava para infamar a alguém e incapacitá-lo para certas dignidades e ofícios. Os primeiros estatutos de limpeza de sangue apareceram no século XV: no regimento

de Toledo (1449), na Biscaia e em Guipúscoa, na Residência Universitária de San Bartolomé de Salamanca, imitado, depois, pela de Santa Cruz de Valladolid (1488), na Ordem de Alcántara (1483), na dos jerónimos (1486)... No século XVI, os estatutos generalizaram-se. O que foi imposto em 1547 à catedral de Toledo pelo cardeal Silíceo suscitou uma grande controversa. A Companhia de Jesus recusou durante muitos anos qualquer discriminação baseada na limpeza de sangue, mas acabou por seguir a corrente em 1593. Chegou a criar-se uma verdadeira psicose em volta dos problemas colocados pela limpeza de sangue, como mostra o famoso *Tizón de la nobleza*, atribuído ao cardeal D. Francisco de Mendoza y Bobadilla, ressentido porque se negara com tal motivo o hábito ao seu sobrinho, filho do conde de Chinchón; o *Tizón* revelava as genealogias de muitas famílias nobres nas quais não faltavam ascendentes judeus ou conversos.

### ***Os mouriscos***

A limpeza de sangue também se aplicava aos descendentes dos mouros - os mouriscos, como então se lhes chamou - mas aquela minoria apresentou caracteres bastante diferentes da outra, a dos conversos. Enquanto estes são comerciantes, banqueiros, médicos, clérigos, ou seja, elementos de uma burguesia incipiente, os primeiros, trate-se de antigos mudéjares de Castela e Aragão ou de descendentes de mouros de Valência e Granada, constituem na maioria das vezes um proletariado rural. Os conversos procuram fundir-se na sociedade cristã e isso é precisamente o que se lhes censura enquanto os mouriscos recusam qualquer assimilação, conservando o seu vestuário

tradicional, os seus costumes alimentares, por vezes, inclusive, o uso da língua arábica. Do ponto de vista religioso, também se notam grandes diferenças. Os mouriscos continuam fiéis ao islão depois da sua conversão forçosa, mas não parecem representar um perigo sério de contaminação para a fé católica dado o seu isolamento na sociedade e a sua condição mais humilde e miserável. Pelo contrário, os conversos procedem da burguesia urbana e têm um nível cultural bastante elevado; leem, escrevem, viajam, interessam-se pelas discussões intelectuais ou religiosas. E, ainda, quando são sinceramente conversos, levam ao seu catolicismo vertentes semíticas que preocupam os inquisidores. Daí que o Santo Ofício se tenha mostrado muito menos severo, no seu conjunto, para com os mouriscos do que para com os conversos. Os conversos, vítimas de discriminação, só encontram apoio numa elite intelectual indignada; por outro lado, os mouriscos estiveram durante muito tempo protegidos pela aristocracia, atitude que tem pouco a ver com a filantropia e muito com interesses materiais concretos: o mourisco, trabalhador sério, competente, sóbrio, satisfeito com um pobre salário, era para os senhores uma mão de obra imprescindível, explorada mas sofrida. Daí que o ódio ao mourisco fosse mais arraigado entre a massa dos cristãos velhos, clérigos e funcionários do que entre os senhores.

Em Granada, os Reis Católicos tinham aproveitado a rebelião de 1500 para suprimir as capitulações que lhes garantiam a liberdade do culto muçulmano, a posse de mesquitas e os seus costumes próprios. Em Valência foram as irmandades que batizaram à força muitos mouros que lutavam contra eles sob as ordens dos senhores. Uma junta oficial debateu, em 1525, se tais conversões forçadas eram válidas ou não. Chegou-se à conclusão de que sim e a

medida tornou-se extensiva a todos os muçulmanos da Coroa de Aragão. Desde então, o islão é aniquilado em Espanha. E não há senão católicos, neófitos a quem se procura instruir na fé e aos que se dão prazos para que possam assimilá-la devidamente. O último destes prazos expira em 1566 para os mouriscos de Granada, os mais numerosos, também os mais relutantes. Submetidos a todo o tipo de vexames pelos senhores, clérigos, funcionários e pela massa dos plebeus cristãos velhos, os mouriscos granadinos sublevam-se em finais de 1568. É uma rebelião essencialmente rural, que tem por cenário as montanhas e os campos; guerra atroz dos dois lados que muito inquieta o governo central. D. Juan de Áustria é encarregado de acabar com ela e, depois da vitória, de expulsar os mouriscos da região para distribuí-los por toda a Castela no sentido de facilitar a assimilação. 80 000 pessoas saem nestas condições do reino de Granada.

Os mouriscos continuam a ser uma massa inassimilada que pode apresentar um perigo para o Estado pelas cumplicidades que possam ter com os turcos e com os corsários berberes, mas também com os protestantes franceses. Há, assim, dois motivos de alarme para as autoridades perante o problema mourisco: um motivo político para o conselho de Estado; um motivo religioso para os eclesiásticos, já que, como afirmam todas as testemunhas, os mouriscos continuam tão mouros como antes da sua conversão. Filipe II hesita à hora de tomar uma determinação mais drástica. A solução definitiva foi imposta pelo seu sucessor, Filipe III, aconselhado pelo valido duque de Lerma. Entre 1609 e 1614 levou-se a cabo, sem qualquer consideração e com singular eficácia, a expulsão dos mouros de Espanha, apesar das consequências funestas que a sua partida implicava para a economia nacional,

sobretudo em Aragão e Valência. Cerca de 300 000 mouriscos saíram assim de Espanha no início do século XVII. Tanto ou mais do que o religioso, o problema neste caso era cultural. Espanha não pôde ou não soube assimilar os descendentes dos mouros.

### ***Bruxaria***

Se a Inquisição espanhola atuou com severidade contra todos os possíveis desvios heterodoxos - judaizantes, iluminados, erasmistas, luteranos e protestantes de todo o tipo - mostrou-se, no entanto, muito mais circunspecta no terreno da bruxaria, contrastando a sua atitude com a terrível repressão que se levou a cabo nos outros países da Europa. A bruxaria tinha longas raízes, sobretudo no campo, desde os tempos mais remotos. Isso devia-se à sobrevivência de cultos e ritos pagãos, à ignorância e à miséria física e moral de populações abandonadas quase por completo a si mesmas: os médicos estavam nos centros urbanos e só os ricos e poderosos é que os consultavam; os padres rurais, na imensa maioria dos casos, eram quase tão ignorantes como os fiéis e até o Concílio de Trento não se preocupou muito para a instrução religiosa das almas a eles encomendadas. Acrescente-se a crença, filha das circunstâncias e do pouco rigor científico da época, nas forças ocultas que existiam na natureza e nos astros. Tudo isso contribuía para criar um ambiente no qual tudo parecia possível, por muito inverosímil que fosse à primeira vista. Procuravam-se explicações ocultas e misteriosas para as desgraças individuais ou coletivas que tanto abundavam nesse tempo: doenças, mortes repentinas, calamidades, epidemias e epizootias, etc. Tudo isto se atribuía a

influências maléficas, ao poder que os demónios conferiam às pessoas que tinham pactuado com ele. Nos séculos XVI e XVII não houve mais bruxos (melhor dito: bruxas) que em épocas anteriores. O que aconteceu é que a repressão foi muito mais violenta e que as autoridades civis e eclesiásticas reagiram então com um fanatismo e uma brutalidade inauditos. Para isso terá contribuído, talvez, o Renascimento que, em muitos casos, estabeleceu uma rutura entre gente culta e as massas analfabetas; os humanistas interessaram-se por certos aspetos da cultura popular (refrãos, romances...), mas ao mesmo tempo professaram uma aversão profunda pelo «vulgo néscio», pelos seus costumes bárbaros, pelas suas superstições... Também convém sublinhar as circunstâncias da época: as guerras contínuas, as crises provocadas pela subida dos preços, a fome, tudo isso provocava terror e angústia. Tinha-se medo de tudo e de todos. Foi uma espécie de terror coletivo que se apoderou da gente e que levou a extremos insuspeitados. Por fim, as Igrejas, tanto as protestantes como a católica, empreenderam então, sobretudo a partir de finais do século XVI, uma campanha intensiva de cristianização dos meios rurais e procuraram desenraizar o que restava do paganismo que encontravam por todo o lado. Assim pode explicar-se a terrível repressão que em toda a Europa levou à fogueira a milhares de bruxos e, sobretudo, bruxas, até finais do século XVII. Em toda a Europa, menos em Espanha. Espanha teve as suas bruxas, como toda a Europa, mas foram muito menos perseguidas e menos castigadas. Isso deveu-se à atitude da Inquisição que, se noutros casos mostrou intolerância e rigor, neste atuou com singular prudência e ceticismo. A Inquisição aconselha que se averigue cuidadosamente os supostos crimes antes de proceder a qualquer detenção. A imensa

maioria dos inquisidores espanhóis não acreditava nas manifestações que a credulidade pública atribuía às bruxas. Assim se explica a relativa moderação com que a repressão se levou a cabo em Espanha sobretudo se a compararmos com o que se passava na mesma altura noutros países.

### ***Iluminados, erasmistas e luteranos***

Espanha não ficou à margem do movimento europeu de renovação e inquietude religiosa que caracterizou o século XVI, mas as tendências reformadoras apresentaram na Península aspetos peculiares. E, enquanto se perfilavam ideias mais ou menos tachadas de heterodoxas, a Inquisição atuou como uma poderosa força de repressão, encontrando assim outro terreno de ação. Ao Santo Ofício, que fora expressamente criado para lutar contra a heresia dos judaizantes, foi encomendada a tarefa de vigiar os focos heterodoxos de qualquer tipo que se manifestassem. Iluminismo, erasmismo e luteranismo foram as principais tendências com que a Inquisição teve de se enfrentar.

As primeiras denúncias contra os iluminados aparecem em 1519, mas só em 1525 se publica pela Inquisição de Toledo o édito destinado a acabar com o movimento. O iluminismo nasce na Castela urbana, nos palácios da aristocracia (o do Almirante de Castela, em Medina de Rioseco; o dos duques do Infantado, em Guadalajara...) e nos salões da rica burguesia (por exemplo, o do licenciado Bernaldino, em Valladolid). Os iluminados insistem mais na fé do que nas obras, na liberdade do cristianismo oposta a todas as «ataduras» exteriores (ritos, cerimónias, cultos dos santos, imagens, etc.), no direito dos fiéis ler livremente a Bíblia sem se ater às interpretações oficiais dos doutores.

Em todos estes aspetos, o iluminismo parece muito conforme com as preocupações religiosas da época. Torna-se mais difícil caracterizá-lo em relação às outras correntes espirituais. Existem contactos com a espiritualidade franciscana, mas também oposições categóricas. Também há pontos comuns com o erasmismo que começa a difundir-se por Espanha, mas os iluminados afastam-se de Erasmo na questão do livre arbítrio. Por fim, também não se pode confundir o iluminismo com o luteranismo. Estamos perante um movimento original que apresenta três aspetos: cristianismo interiorizado, negação da vontade, anti-intelectualismo. O iluminismo é, efetivamente, um cristianismo interior, mas um cristianismo em que Cristo ocupa um lugar secundário, um cristianismo sem sacramentos nem culto exterior nem cerimónias; tudo se reduz ao abandonar-se a Deus; é a doutrina do abandono. Os iluminados pretendem renunciar a toda a vontade própria e, por conseguinte, são incapazes de pecar. Por fim, eles colocam o amor de Deus acima da razão. Não se chega a Deus pelo entendimento nem pela ciência, mas sim pelo amor. O iluminismo é, pois, essencialmente uma forma de misticismo que teve bastante ressonância na Espanha do século XVI.

Muito mais importância teve nos meios intelectuais e ilustrados a influência de Erasmo, cujas obras principais – os *Colóquios*, o *Enquiridion* – se traduzem para castelhano nos anos 1520-1530. As ideias do humanista holandês gozam então de uma proteção quase oficial: o chanceler Gattinara, o secretário Alfonso de Valdés, o próprio Imperador, os arcebispos de Toledo e de Sevilha, este último sendo ao mesmo tempo Inquisidor Geral, mostram-se partidários entusiastas dos seus livros, até ao extremo de que o erasmismo dá então a impressão de estar a ponto de se

transformar na doutrina oficial de Espanha: chamamento a uma reforma da Igreja por iniciativa do Imperador, cristianismo interior, reforma do clero, são os temas que se comentam mais frequentemente em certos meios intelectuais, sobretudo na jovem universidade de Alcalá de Henares, na qual se cultiva com afã o humanismo. Contudo, outros meios intelectuais manifestam uma certa inquietação perante certos aspetos do erasmismo e começam rapidamente a censurar o que consideram como ideias suspeitas do ponto de vista da ortodoxia católica. Uma conferência reúne em Valladolid, em 1527, os superiores das principais ordens monásticas e teólogos no sentido de examinar as obras de Erasmo; quando os amigos do humanista viram que não seria tão fácil conseguir uma aprovação oficial como tinham pensado, preferiram suspender as sessões antes que se tomasse qualquer decisão. Pouco a pouco, o cerco ia-se apertando em volta dos discípulos espanhóis de Erasmo. O processo de Juan de Vergara, secretário do arcebispo de Toledo, significou um passo mais na campanha contra os erasmistas espanhóis, coincidindo com a mudança do clima político na Europa e com a morte dos principais amigos que Erasmo contava nas altas esferas governamentais (Gattinara, Valdés...). Desde então, a partir de 1535, o erasmismo já não goza da proteção oficial da coroa; continua a interessar os meios religiosos e intelectuais, mas vê-se cada vez mais submetido à vigilância e à censura da Inquisição.

Sevilha parece ter sido o mais importante foco protestante da Península. Reunira-se aqui um grupo de pregadores recrutados pelo cabido catedralício: Juan Gil (o doutor Egídio), Constantino Ponce de la Fuente e o doutor Francisco de Vargas eram os mais destacados. Juan Gil foi preso pela Inquisição em 1549; foi acusado de pregar a

favor de um cristianismo interior, de propor interpretações pessoais da Bíblia e também de zombar das práticas piedosas do povo e das estruturas eclesiásticas. Tudo isso não parece alarmar demasiado os inquisidores, que só condenam Juan Gil, em 1552, a uma penitência ligeira. Gil morre em 1555. Pouco depois, descobrem-se livros heréticos em Sevilha ao mesmo tempo que surgem focos protestantes em Valladolid. Volta a abrir-se o processo de Gil e os inquisidores dão-se conta de que este mantivera relações com os irmãos Cazalla, os protestantes que se acabava de prender em Valladolid. Enchem-se as prisões de Sevilha, mas os mais comprometidos fugiram para o estrangeiro, em 1557; entre eles, 12 frades jerónimos de San Isidoro del Campo: Cipriano de Valera, António del Corro, Casiodoro de Reina, etc. Quase todos serão queimados em efígie no auto de fé de 1562, que marca a ata final da repressão sevilhana.

Entretanto, a Inquisição liquidou os focos protestantes de Valladolid com os autos de fé de 1559. Os processos de Sevilha e de Valladolid mudaram profundamente o clima ideológico em Espanha. Até àquela data a repressão não fora violenta; depois, a Inquisição mostrou-se muito mais rigorosa, assim como a atitude das mais altas autoridades, como revelam vários acontecimentos, todos eles ocorridos em 1559: o *Índice* de livros que publica então o Inquisidor Geral Valdés é muito mais duro que o *Índice* de Roma; a detenção do arcebispo de Toledo, Carrança. Este foi vítima da profunda modificação por que passa a política religiosa de Espanha nos anos 1557-1559; o *Catecismo* que acabara de publicar em Antuérpia cai em mau momento. A Inquisição inclui-o no seu *Índice* de livros proibidos e prende o autor. O próprio facto de pôr ao alcance de todos, em romance, discussões teológicas parecia suspeito. Não é

que Carranca se mostre favorável aos luteranos, mas expõe, explica, discute, em questões tão melindrosas como a oração mental ou vocal, a fé, as obras, a leitura da Bíblia... É isso precisamente o que os seus censores não admitem. Passou a época da controvérsia; agora exige-se a luta sem concessões, sem particularizações, contra os inimigos da fé. 17 anos de prisão sofreu o arcebispo Carranza em Espanha e, depois, em Roma, antes de ser condenado a uma pena ligeira, porque várias passagens do *Catecismo* estavam redigidas com certas imprudências de linguagem...

A política rigorosa aplicada a partir de 1557 atenua-se um tanto com a nomeação do cardeal Quiroga como Inquisidor Geral em 1573. A defesa da fé católica em toda a sua pureza continua a preocupar as autoridades, mas as ameaças concretas distanciaram-se. Já não existe verdadeiro perigo protestante em Espanha. A ortodoxia triunfou, mas seria um erro considerar que a vitória se deveu unicamente à intransigência inquisitorial. Na realidade, nem o erasmismo nem o protestantismo floresceram em Espanha; foram enxertos estrangeiros que conseguiram durante algum tempo seduzir algumas elites, mas que não conseguiram encontrar apoio na massa pública.

### ***A reforma católica***

Quando o concílio inaugurou as suas sessões em Trento, em 1545, já era tarde. Os protestantes negaram-se a participar. Nestas condições, o Concílio perdeu muito do seu interesse, já que as Igrejas protestantes estavam a constituir-se à margem da catolicidade e que os congregados em Trento só representavam os países que

aceitavam a autoridade do Pontífice romano. O Concílio limitou-se a fixar o dogma católico nos seus aspetos fundamentais e a reformar os vícios mais evidentes da Igreja; ao mesmo tempo adotaram-se várias providências dirigidas para elevar o nível cultural e moral do baixo clero, atendendo mais cuidadosamente à sua formação que, em cada diocese, se daria em colégios especializados, os seminários. Assim preparados, os padres poderiam dedicar-se eficazmente à instrução religiosa dos fiéis através de aulas destinadas às crianças; os catecismos apresentariam de forma abreviada os principais aspetos do dogma, tal como se fixara em Trento. Uma pragmática de Filipe II (1564) aceitou as conclusões a que se chegara e declarou-as leis dos reinos espanhóis. Para dizer a verdade, as principais disposições não constituíam para Espanha uma grande novidade. Desde o início do século, as tendências reformadoras tinham-se manifestado com constância, mesmo antes do ato revolucionário de Lutero, e não tinham deixado de progredir, apesar dos obstáculos de todo o tipo e a suspicácia que o surgimento de núcleos heterodoxos mantinha ao redor de todas as tentativas de renovação intelectual e espiritual. Três aspetos merecem ser destacados de maneira especial: a reforma das ordens religiosas iniciada sob os auspícios do cardeal Cisneros; a criação da Companhia de Jesus e a escola mística espanhola patrocinada por Santa Teresa de Jesus.

Cisneros começou por apoiar as tendências reformadoras que existiam na sua própria ordem, a de São Francisco. Também sob o patrocínio de Cisneros se prestou mais atenção aos problemas especificamente espirituais: oração, contemplação, etc. Mas transcendência tiveram as iniciativas do cardeal para elevar o nível cultural do clero. A semelhante intenção se deve a fundação da Universidade

de Alcalá de Henares. As novas tendências humanísticas e críticas encontraram ampla recepção em Alcalá, a cuja diligência se encarregou a preparação de uma nova edição dos Testamentos, da Bíblia poliglota ou complutense. Às iniciativas patrocinadas por Cisneros na Ordem Franciscana e em Alcalá correspondem as que se levaram a cabo entre os dominicanos e nos centros universitários de Salamanca e Valladolid. Foi reservado um papel fundamental ao mestre Francisco de Vitória, que soube levar a cabo uma renovação inteligente do tomismo que o capacitou para enfrentar os problemas mais modernos colocados na época (conquista e colonização da América, relações com o poder civil e com o poder eclesiástico, etc.). Sob a direção de Vitória, a escolástica conseguiu assim, em Espanha, assimilar as melhores contribuições do humanismo sem renunciar à sua própria identidade.

Em 1540, o papa Paulo III confirmou os estatutos da Companhia de Jesus que Ignacio de Loyola acabava de fundar e à qual se dava uma clara finalidade apostólica. A nova ordem religiosa concebia-se como uma milícia ao serviço da Igreja e da fé. A todos os que quisessem ingressar nesta ordem era-lhes exigido uma forte preparação intelectual e espiritual, baseada nos *Exercícios espirituais* redigidos pelo fundador. Os jesuítas pronunciavam os três votos clássicos (pobreza, castidade e obediência) e mais um especial: o da obediência ao Pontífice romano. Era uma ordem moderna, concebida para as necessidades do mundo moderno. A companhia espalhou-se rapidamente por Espanha, Portugal, Itália, Alemanha e Índias. Os jesuítas levaram a cabo nos colégios uma renovação pedagógica essencial que teve um grande influxo nos séculos posteriores.

Outras ordens religiosas foram profundamente renovadas, entre elas as quais a del Carmen, cuja reforma foi iniciada por Santa Teresa de Jesus em 1562. Mas tanta ou mais importância teve Santa Teresa como escritora espiritual. Concentraram-se nela e em San Juan de la Cruz as correntes místicas, que profunda atração exerceram sobre os espanhóis do século XVI, depuradas dos seus aspetos suspeitosos e tendências heterodoxas.

Nas obras de Santa Teresa descreve-se um itinerário, desde os primeiros chamamentos à vida interior até ao matrimónio espiritual com Deus. A relação abunda em símbolos (o castelo, o jardim, a água...) cuja finalidade é dar ao leitor uma ideia, embora seja uma simples aproximação, de uma experiência que é, por definição, indizível. Daqueles símbolos, o mais destacado é o que compara a alma com um castelo cuja porta seria a oração; este castelo tem vários aposentos ou moradas. Nos primeiros aposentos, a alma purifica-se por via ascética; depois, vêm os graus de oração: oração de recolhimento e oração de quietude; a quinta morada representa a oração de união; por fim, a alma passa sucessivamente do desposório ao matrimónio no qual se une estreitamente com Deus: fica feita uma coisa com Deus. San Juan de la Cruz está na mesma linha. As suas próprias experiências contemplativas deram lugar a dois tipos de composições: canções (*Noite Escura, Cântico Espiritual, Chama de Amor Vivo*) e alguns tratados em prosa que se oferecem como uma espécie de comentário à poesia. Também se percorre nestes tratados o itinerário da alma na sua busca de Deus. O simbolismo da noite resume este itinerário: antes de se unir com Deus, a alma tem de passar pela prova da noite, noite ativa e noite passiva dos sentidos e do entendimento. A alma deve aprender a negar a sua sensibilidade, a sua vontade, o seu entendimento,

descartando toda a representação que se possa fazer de Deus, um Deus escondido que fere os que ama com uma ferida que só ele pode curar. A alma assim ferida sai em busca de Deus e não o encontrará senão ao cabo de um longo e dificultoso caminho, depois de se ter despojado dos laços que o uniam com o mundo sensível. «Consumado este espiritual matrimónio entre Deus e a alma, são duas naturezas num espírito e amor de Deus» (*Cântico*).

À luz da situação espanhola pode apreciar-se o equilíbrio a que chegaram dois grandes mestres da mística espanhola. Na obra de Santa Teresa e de San Juan de la Cruz vemos realizar-se um equilíbrio entre tendências opostas, que não interessam só à experiência religiosa, mas que valem para a vida cultural em geral: submeter a sensibilidade a uma disciplina para não se deixar levar a uma adesão ao que é simplesmente confuso e vago; construir uma técnica intelectual que permita ir mais além dos distintos estados sem se perder nas regiões turvas da vida afetiva; controlar a inspiração pela análise; inventar um método em vez de se contentar em se fiar do tempo; conciliar a experiência pessoal e a vida coletiva. Aquela síntese superior acontece no momento oportuno. Cultura e sociedade coincidem assim. Chega-se a certa harmonia entre as exigências culturais e as exigências sociais do momento: acabar com o pululamento, com a busca um pouco anárquica de novas vias espirituais que caracteriza a primeira metade do século XVI; submeter tudo a uma certa disciplina; triunfo da escolástica renovada, uma escolástica que soubera assimilar os ensinamentos mais importantes do humanismo e exigência, por outro lado, de uma forte autoridade estatal com claro predomínio da coroa, mas com a pressão senhorial que não se deve minimizar. O Renascimento é mais senhorial que burguês. Não olvidemos

que estamos numa sociedade estratificada, ou seja, uma sociedade de privilégios, uma sociedade desigual: alguém tem de mandar, os outros têm de obedecer. E a autoridade, como a verdade, têm de exercê-la ou ditá-la os que têm a obrigação e o privilégio de fazê-lo. Tudo isto coincide por fim com a vontade do Concílio de Trento de uma nova ordenação do dogma católico, com a vontade Filipe II de submeter a mais rigor e disciplina tendências muitas vezes incontroladas, com o desejo de conciliar as aspirações a uma vida mais autêntica e pessoal com as exigências de uma sociedade preocupada pela sua própria integração orgânica. Tais exigências tiveram a sua contrapartida: a marginalização de grupos minoritários (conversos, mouriscos), a afirmação dogmática que acabará por reduzir a originalidade intelectual, o favor dado a umas normas de religiosidade rotineiras...

-

(<sup>15</sup>) Do lado flamenco iniciou-se uma violenta e eficaz campanha de propaganda contra Espanha e seu soberano; a *Apologia* de Guilherme de Orange descreve Filipe II como um príncipe tirânico, sanguinário, cruel; ao povo espanhol, como uma nação dominada pelos frades e pela Inquisição, fanatizada, responsável por matanças consideráveis de índios na América. Este foi historicamente o ponto de partida da lenda negra antiespanhola que tanto crédito encontrou nos países anglosaxónicos até uma data muito recente e que ainda não foi totalmente esquecida.

### 3

## **Os Áustrias menores (1598-1700)**

«Dos cinco Áustrias - dizia Gregório Maraño - Carlos V inspira entusiasmo; Filipe II, respeito; Filipe III, indiferença; Filipe IV, simpatia; e Carlos II, pena». A dinastia que começara a reinar com tanto brilho e tantas esperanças arrasta-se para a extinção durante mais de um século, entre a morte de Filipe II (1598) e a do lamentável Carlos II (1700). Fica em pé a vontade de desempenhar um papel de primeiro plano na política mundial; faltam os meios para levar a cabo esforços dessa natureza. A cristandade - ou seja, a comunidade de povos que viviam unidos pela sua adesão a uma mesma fé - morreu no século XVI com a Reforma, mas é no século XVII, quando se instala um novo conceito unificador, o de Europa e de civilização europeia, fundado na secularização e na adoção de outros valores: a confiança na razão, na ciência e na técnica como meios que permitem chegar a uma convivência entre as nações e os homens; são as ideias de tolerância, felicidade, progresso material e moral, todas elas reunidas no conceito de civilização que acabarão por se impor no século XVIII; a modernidade, o novo equilíbrio europeu, o reordenamento ideológico em torno de valores que pouco devem já aos ideais religiosos, impuseram-se pouco a pouco sem a colaboração de Espanha, contra a vontade de Espanha.

Tudo isto, obviamente, deve ser convenientemente explicado: a decadência não foi total, nem imediata nem uniforme. O retrocesso é característico da Europa mediterrânea no seu conjunto. O centro de gravitação da potência política e económica, da cultura e da ciência, desloca-se lentamente de sul para norte, de leste para oeste. O Mediterrâneo perde a sua preponderância a favor do Atlântico e do mar do Norte. Espanha, mas também Itália e o Império Otomano ficam, assim, deslocados, relegados para uma posição de segundo ou terceiro plano. O século XVI foi o último de hegemonia para o Mediterrâneo. A partir do século XVII, os focos culturais, científicos, políticos e económicos seriam quase uma exclusividade atlântica e nórdica. Triunfo das nações protestantes sobre as católicas? Não se trata só de uma diferenciação protestantismo-catolicismo, já que os povos submetidos ao islão também sofreram, a partir do século XVII, a mesma postergação e o mesmo estancamento.

Desde a morte de Filipe II tinha-se em Espanha a impressão de que o país enfraquecera e perdera grande parte do poderio alcançado no tempo dos primeiros Áustrias. Uma palavra resumia tudo: declinação, ou seja, decadência. A Espanha de Olivares está traumatizada pelo drama da decadência e obcecada pela necessidade de proceder quanto antes a uma precisa modernização. A opinião dos contemporâneos reflete-se em numerosos testemunhos. Apenas citarei dois exemplos: a frase do conde de Gondomar, já em 1619 («Esta monarquia já deu o que tinha a dar») e a de Barrionuevo nos seus *Avisos*: «Esta monarquia está a ir por água abaixo». O arbitrista<sup>16</sup> foi uma tentativa para dar resposta a tal situação e remediar os males que degradavam a pátria. Os arbitristas consideram

que Espanha está doente: a dívida pública é enorme; a indústria vê-se ultrapassada pela afluência de produtos estrangeiros; um campesinato sobrecarregado de impostos sofre uma tremenda depauperação; a população passa por um declínio preocupante, etc. Para remediar tamanha situação, os arbitristas sugerem uma série de medidas, algumas descabeladas, outras mais sensatas: resgatar o reino, reduzir a despesa pública, aliviar as contribuições, favorecer o crescimento demográfico, proceder a reformas tecnológicas para incentivar a produção...

Decadência de Espanha ou decadência de Castela? O principal peso da política imperial recaiu sobre Castela; os outros reinos e senhorios, protegidos pelos seus foros, conseguiram colocar-se mais ou menos à margem das contendas ideológicas e militares. Assim se explica o marasmo por que passou Castela logo que morreu Filipe II. As contínuas guerras e os impostos sempre muito altos tinham esgotado as capacidades do país. Uma série de pestes e epidemias quebraram o equilíbrio demográfico. A produção estancou-se. Castela ficou exausta enquanto as regiões periféricas se mantinham mais ou menos. As mesetas castelhanas deixaram de ser a reserva de homens e o centro económico que construíram desde meados do século XV. O que se afunda no século XVII é fundamentalmente Castela e os valores com que Castela se identificara.

Espanha não foi a única nação que passou por graves dificuldades no século XVII. Em toda a Europa, em meados deste século, sucedem-se grandes epidemias, más colheitas, fome, enorme despesa pública com as guerras e o excessivo luxo das cortes, impostos exagerados, endividamento do erário, falências na produção e no

comércio... O caso de Espanha não é mais do que um aspeto da crise geral do século XVII. Inclusive, dentro destes limites, conviria não exagerar o alcance de tal decadência; não havia verdadeiramente decadência, mas sim reequilíbrio. A descida demográfica e económica não foi uniforme: nas regiões cantábricas, o cultivo de milho modificaria a situação; aquelas províncias não saíram malparadas em parte pela generalização do cultivo de milho, ainda que o aumento de população anulasse as possibilidades de uma melhoria do nível de vida. O que cai no século XVII são as zonas centrais da Península, aquelas que, desde meados do século XV pelo menos, tinham sido o «rim do reino», as terras entre Burgos e Toledo, intensamente povoadas, urbanizadas, dinâmicas... Na época dos Áustrias Menores, estas zonas sofrem uma crescente despovoação, especialmente urbana em Castela a Velha e Extremadura. Por outro lado, a periferia não só decai como também, pelo contrário, começa um notável movimento ascendente: Espanha cantábrica, Catalunha, Valência, litoral mediterrâneo Andaluzia...

A decadência fez-se por etapas. Caem primeiro a economia e a moeda com as repetidas manipulações governamentais. Em 1640, com as revoltas de Portugal, Catalunha e Andaluzia, cai a frágil unidade peninsular que a monarquia conseguira estabelecer de uma maneira mais ou menos teórica. Em 1643, a derrota de Rocroi significa o fim do poderio militar que Espanha tinha na Europa desde os dias do Grande Capitão. Os tratados de Westfália, em 1648, marcam o fracasso definitivo da política ideológica que representava Espanha desde Carlos V; estabelecem-se as bases de um novo equilíbrio europeu em que Espanha fica reduzida a um papel secundário. Símbolo daquela série de desastres, a dinastia acaba no meio de uma farsa grotesca

enquanto as potências estrangeiras observam no sentido de repartir entre si os destroços do imenso corpo do Império.

Houve crise no século XVII e crise gravíssima, sobretudo no que se refere à economia e à circulação monetária. Para fazer frente aos gastos públicos cada vez maiores, o erário prestou-se a cunhar moeda de cobre em quantidades cada vez maiores que serviam essencialmente o mercado interno. Primeiro utilizou-se uma mistura de prata e cobre - a que se chamou *calderilla* - depois, em 1599, autorizou-se a cunhagem do *vellón* de cobre puro, que foi retirado pela casa da moeda em 1603 para voltar a ser cunhado ao dobro do valor oficial. Em 1617, retomou-se a cunhagem e só se a suspendeu definitivamente em 1626 quando Castela estava já inundada de moedas sem valor. Calcula-se que, até 1640, 92% das moedas que circulavam por Castela eram moedas de cobre puro; em 1660-1680 representariam pouco menos de 95%. Uma inflação de tamanhas proporções tinha que trazer consequências dramáticas para a economia. A necessária reforma realizou-se 20 anos antes do advento da nova dinastia, durante o reinado de Carlos II. Ministros como o duque de Medinaceli e o conde de Oropesa estavam convencidos de que a recuperação económica de Espanha era o requisito prévio para a sua recuperação política. Daí as reformas que se realizaram a partir de 1680 ao desvalorizar a moeda de uma forma drástica. Foram medidas duríssimas que pressupuseram momentos muito difíceis para a grande maioria da população, mas que no fim deram os resultados positivos que se esperavam delas: os impostos baixaram cerca de 15%; mais de metade dos juros foi retirada e o seu lucro reduziu-se a 4%.

De uma maneira geral, foi também a partir dos anos de 1680 que se lançaram as bases do que, no século XVIII,

culminaria com o reformismo Borbónico. Houve um Iluminismo espanhol antes de Carlos III, um Iluminismo que tem as suas raízes na primeira metade do século XVIII – pense-se numa figura como a de Feijoo e numa obra como a do valenciano Mayans – e que tem as suas origens no reinado de Carlos II, uma vez que naquele triste fim de século nem tudo foram feitiços e freiras iluminadas. Aí estão para demonstrá-lo o trabalho levado a efeito pelos chamados *novatores* e as polémicas surgidas perante o novo empirismo científico e as discussões em torno da ciência natural e da crítica histórica.

### **Os Primeiros Indícios da Mudança de Conjuntura (1598-1643)**

A morte de Filipe II traz como consequência mais visível um notável decrescimento do papel pessoal dos monarcas, com a tendência para entregar grande parte do poder real aos validos. Filipe III confiou para isso em D. Francisco de Sandoval y Rojas, duque de Lerma. Em 1618, acabou por perder a confiança do rei que o substituiu pelo seu próprio filho, o duque de Uceda, que desempenhou o cargo de valido até à morte do rei (1621). O novo soberano, Filipe IV, que tinha só 16 anos quando começou a reinar, nomeou para o assessorar e dirigir o governo D. Gaspar de Guzmán, conde de Olivares e rapidamente duque de Sanlúcar la Mayor, chamado por isso conde-duque.

A privança de Lerma significou uma mudança radical em relação aos métodos anteriores. O governo da monarquia ficou encomendado aos Conselhos, como no século XVI, mas iniciou-se uma tendência para constituir juntas transitórias, que se reuniam para problemas particulares. No

tempo do conde-duque chegaram a funcionar numerosas juntas deste tipo: de Execução, de Armadas, de Media Anata, do Papel Selado, de Donativos, de Milhões, do Almirantado, do Sal, das Minas, dos Presídios, das Povoações, da Concorrência, das Obras, dos Bosques, da Limpeza, dos Aposentos, de Expedientes... Chama a atenção o número de juntas destinadas a examinar problemas fiscais. A coisa tem fácil explicação: o erário real gastava mais do que cobrava e andava sempre preocupado por cobrir o importante défice do Estado. A política externa continua a ser um encargo de gastos consideráveis. Houve uma pausa nas campanhas militares durante o reinado de Filipe III, mas nos anos 20 Espanha viu-se envolvida outra vez numa série de conflitos que foram a consequência lógica das orientações tomadas no século anterior: presença na Flandres, solidariedade com os Áustrias, pretensões hegemónicas.

Olivares dirigiu Espanha durante mais de 20 anos com uma autoridade que roçava o autoritarismo. Não gostava que lhe chamassem valido. Preferia o título de ministro. Como político, propôs-se desde o início restaurar a reputação do rei de Espanha, unificar os seus territórios e sanear a economia de Castela, «cabeça da monarquia». Tratava-se, primeiro, de manter a hegemonia de Espanha na Europa, sustendo uma estreita solidariedade dinástica entre os Áustrias de Madrid e os de Viena. Foi para preservar a reputação de Espanha que Olivares, em 1621, retomou a guerra com os Países Baixos quando expirou a trégua de 12 anos assinada em 1609. Para conseguir os seus objetivos, Olivares procurou transformar Espanha numa monarquia unificada, acabando com os foros das outras componentes da monarquia, o que provocou a revolta armada dos catalães e dos portugueses. Quanto às reformas

económicas e sociais – sanear a moeda, salvar as finanças da coroa das garras dos banqueiros estrangeiros, concretamente dos genoveses, fomentar o comércio e a indústria – chocaram com a oposição da nobreza, já que não soube ou não quis ter o apoio das Cortes e das classes médias urbanas. Apesar dos seus fracassos, Olivares foi, sem dúvida, um homem de Estado de excepcional categoria, o digno rival do cardeal Richelieu que, na mesma altura, dirigia a política de França, só que Richelieu governava um reino em plena expansão enquanto a Espanha que Olivares teve de reger já não era a nação poderosa e dinâmica do tempo de Carlos V e Filipe II, mas um país esgotado pelo esforço excessivo a que se viu submetido durante mais de um século.

Para proporcionar ingressos ao erário usaram-se muitos expedientes como, por exemplo, as vendas de povoações e cargos a que a coroa se prestou em proporções muito maiores do que antes e também a concessão do privilégio de ter voz e voto nas Cortes que se deu a várias cidades a troco de substanciais quantias. Galiza, que nunca tivera representação nas Cortes, adquiriu-a em 1623 por 100 000 ducados; Santiago, Betanzos, A Coruña e Lugo enviaram assim, alternadamente, os seus procuradores às Cortes. O mesmo aconteceu mais tarde com Palência e Extremadura. Tudo isto não era mais do que um sintoma da grave crise que atravessava Espanha e, particularmente, Castela. As grandes pestes do final do século anterior (1598-1602) seguidas por outras não menos mortíferas no decorrer do século (1647-1652; 1677-1686) tiveram repercussões dramáticas na demografia, que já não voltou a alcançar os níveis anteriores. Os escritores políticos da época – González de Cellorigo no seu *Memorial* (1600), Sancho de Moncada no seu *Restauração Política de Espanha* (1619) e

Martínez de Mata, por volta de 1645 – insistiram no tema da despovoação e na necessidade absoluta de remediá-la. A despovoação foi ao mesmo tempo causa e efeito da crise geral. Os campos ficaram muitas vezes sem cultivar enquanto a população ia para as cidades em busca de um relativo alívio, à sombra das casas senhoriais ou às portas dos conventos, quando não ia engrossar as tropas de mendigos e meliantes. Aumentou consideravelmente o número das classes parasitárias e improdutivas: nobreza, clero, ociosos e pícaros de todo o tipo. Os conventos de frades e freiras serviram então de refúgio a centenas de pessoas que encontraram ali um meio fácil de se manter. Chegou-se a dizer que a extensão do celibato eclesiástico foi uma das causas da queda demográfica. A realidade é mais complexa. A miséria e o desemprego forçado levaram muitos a refugiarem-se nos conventos, contribuindo assim para reforçar o estancamento da produção e a descida demográfica.

Neste ambiente de crise destaca-se a figura do arbitrista, observador da decadência com laivos de reformador. Os arbitristas foram cruelmente humilhados pela literatura contemporânea, por Cervantes, Quevedo, Vélez de Guevara... que viam neles homens mais ou menos loucos que pretendiam um remédio simples e fácil para resgatar o reino e encher o erário. Nem todos, no entanto, eram puros mentecaptos: por exemplo, o papel selado foi arbítrio. A figura ridícula de tantos arbitristas não deve ocultar-nos que o arbitristismo constituiu a primeira forma de literatura económica que se conhece. González de Cellorigo, Sancho de Moncada, Caja de Leruela, Martínez de Mata, Lope de Deza, Navarrete ofereceram nos seus escritos uma descrição muito lúcida dos males que preocupavam Espanha e as suas observações merecem ser recolhidas

com a maior atenção. Contemporâneo da decadência, o arbitrista soube analisar vários dos seus aspetos mas mostrou-se incapaz de neutralizá-la.

### **A Crise dos Anos 40**

A crise que nos anos 40 - revolução catalã, independência portuguesa, separatismo andaluz - esteve quase a ponto de fazer cair a monarquia foi consequência direta das guerras em que Espanha se viu envolvida e que já não podia sustentar por falta de homens e dinheiro.

O reinado de Filipe III fora relativamente pacífico. Quando Filipe II morreu, a guerra continuava na Flandres, cujo governo fora encomendado ao arquiduque Alberto e à sua esposa, a infanta Isabel Clara Eugénia; em teoria, o Rei Católico renunciara aos seus direitos a favor da sua filha. As tropas espanholas sofreram várias derrotas, sendo a mais importante a das Dunas (julho de 1600). Os batalhões de Ambrósio de Spínola tomaram Ostende em setembro de 1604. Esta foi a última vitória alcançada na Flandres durante o reinado de Filipe III. As tropas, mal e irregularmente pagas, amotinaram-se várias vezes, impossibilitando qualquer tentativa séria de restaurar a autoridade dos governadores frente a populações hostis. De facto, as províncias holandesas do norte tinham-se independentizado. Os dois campos estavam cansados e ansiosos por uma paz que lhes permitisse pelo menos refazer as suas forças. Estabularam-se, nestas condições, negociações que levaram a uma trégua de 12 anos entre os beligerantes (1609). Em Itália, os ministros de Filipe III puderam contar com as iniciativas dos seus representantes para manter a hegemonia espanhola. O único incidente

grave surgido naquele período foi a chamada Conjuração de Veneza (1618), muito misteriosa por certo, ainda que não totalmente inverosímil: acusou-se o duque de Osuna de maquinar uma conspiração para destruir o potencial marítimo de Veneza e reduzir aquela cidade a um papel secundário.

A espécie de indolência que caracterizou a política espanhola durante as duas primeiras décadas do século XVII alterou-se, a partir de 1620, para um ativo intervencionismo nos assuntos europeus. Várias causas explicam aquela transformação: a nova conjuntura internacional marcada pelo início da guerra dos Trinta Anos na Europa central e a vontade de Olivares de fazer frente ao que ele considerava como as obrigações de Espanha. O novo cariz tomado pela política espanhola foi marcado especialmente com a retoma da guerra na Flandres. A trégua assinada em 1609 expirava em 1621 e não foi renovada. O episódio mais famoso foi a rendição de Breda, em 1626, conseguida por Ambrósio de Spínola depois de 10 meses de cerco e imortalizada no célebre quadro de Velázquez. Mas, depois, as hostilidades continuaram com muitos vaivéns sem que Espanha pudesse forçar a decisão. Além disso, a morte sem sucessão da infanta Isabel Clara Eugénia (1633) fez com que as províncias flamencas fossem outra vez incorporadas na monarquia católica que ficou desta forma mais comprometida nas operações. Filipe IV nomeou, em 1634, o seu irmão o cardeal-infante D. Fernando, que fora antes governador de Milão, governador dos Países Baixos. Ao ir tomar posse do seu cargo à frente de um poderoso exército conseguiu em Nördlingen uma grande vitória sobre os suecos de Gustavo Adolfo e seus aliados, os príncipes protestantes alemães (setembro de 1634). Na Flandres, o cardeal-infante conteve os holandeses e lançou uma

ofensiva contra França; as suas tropas chegaram a Corbie onde derrotaram o exército inimigo (1636) e ameaçaram durante uns dias avançar até Paris, mas tiveram de se retirar perante a escassez de recursos.

O problema fundamental para Espanha era manter aberta a rota militar que permitia assegurar as comunicações entre a Lombardia e a Flandres. A pequena região da Valtelina, situada ao norte de Itália, constituía daquele ponto de vista um lugar estratégico de primeira importância, já que fazia o enlace obrigatório entre as possessões italianas da coroa e os feudos alemães dos Habsburgo. Espanha ocupou Valtelina e, pouco depois, Spínola instalou as guarnições espanholas no Palatinado. Assim se concretizou a colaboração entre os dois ramos dos Habsburgo, decididos a trabalhar juntos para restabelecer o catolicismo e manter a influência de Espanha em assuntos europeus. Mas os atos bélicos de Espanha (ocupação de Valtelina e do Palatinado) e a sua estreita aliança com o imperador Fernando II não podiam deixar indiferente França, que se via cercada por todos lados pelas possessões dos Áustrias. Richelieu, primeiro-ministro francês, declarou oficialmente a guerra em 1635, mas as hostilidades já tinham começado muito antes entre as duas nações. De qualquer forma, Espanha via-se envolvida numa série de conflitos e obrigada a manter tropas em lugares muito distintos, para o qual se exigiam cada vez mais soldados e dinheiro. A necessidade em que se viu Olivares de conseguir tanto um como outro levou-o a desenvolver no plano interior uma política audaz de integração hispânica que acabou com um desastre quase total.

«Propriamente - escreve Quevedo em *Espanha Defendida* (1609) - Espanha compõe-se de três coroas: a de

Castela, Aragão e Portugal». As três coroas nunca constituíram um corpo unido; cada uma conservou a sua fisionomia própria apesar da união dinástica com as outras. Das três coroas, Castela era a que constituía o apoio principal para a política externa da monarquia. Ora, a Castela do século XVII não era a de Carlos V e Filipe II; encontrava-se exausta, asfisiada depois de um século de guerras quase contínuas. A sua população reduzira-se numa proporção alarmante; a sua economia estava em queda; as frotas das Índias que traziam a prata para Espanha chegavam muitas vezes tarde e as remessas já não eram as de antes. Em comparação com Castela, as coroas de Aragão e Portugal tinham conservado a sua autonomia interna, protegida pelos seus foros e leis que limitavam consideravelmente o poder do rei.

Este foi o ponto de partida de Olivares: para levar a cabo a sua política hegemónica encontrou-se com uma Castela exausta e províncias aparentemente intactas e que se escudavam detrás dos seus privilégios para não contribuir nos gastos comuns. A União de Armas concebida por Olivares consistia em dividir o peso da política imperial de uma maneira mais ajustada às possibilidades de cada província, constituir um exército comum, abastecido e mantido por cada província à proporção da sua população e riqueza. Para isso, Olivares encontrava um obstáculo forte: a autonomia das províncias que lhe impedia de atuar à sua vontade; tinha de vencer aquele obstáculo, chegar a uma integração mais conseguida. A política imperialista de Olivares levou-o a realizar uma mudança profunda nas estruturas da monarquia cujas instituições já não se adequavam às circunstâncias. Olivares pensou impor a toda a Península as leis de Castela; a modo de compensação propunha-se oferecer cargos políticos, militares e

administrativos a todos os vassallos do rei, terminando com o exclusivismo castelhano. Tratava-se, em poucas palavras, de fundir as várias partes de que se compunha a monarquia numa nação unida e coerente, prescindido de diferenças que se consideravam arcaicas e atrasadas. Esta posição não tinha qualquer lógica nem fundamento e apresentava graves inconvenientes. Primeiro, aquela lei submetia a leis uniformes, as de Castela, reinos e senhorios que tinham desfrutado desde há um século e meio de uma autonomia quase total; a mudança era demasiado forte para ser aceite sem resistência. Segundo, o propósito de criar uma nação unida e solidária vinha demasiado tarde: propunha-se às províncias não castelhanas participar numa política que estava a afundar Castela quando não se lhes dera parte nem nos proveitos nem no prestígio que aquela política reportou aos castelhanos se é que os houve.

A União de Armas foi proposta oficialmente nas Cortes que se convocaram em 1626 para os estados da Coroa de Aragão. Os dois reinos de Aragão e Valência mostraram pouco entusiasmo quando se lhes propôs contribuir para a formação de um exército comum, mas os dois reinos fizeram, por fim, um esforço e aceitaram votar subsídios para manter um certo número de soldados durante 15 anos. Quando o rei abriu as Cortes da Catalunha, as coisas mudaram de tom. Os delegados negaram-se rotundamente a alterar a ordem tradicional que devia reger nas sessões: primeiro, convinha satisfazer as queixas que o Principado podia apresentar contra os funcionários reais antes de examinar as proposições do soberano e as suas petições de subsídio. Estas discussões ocuparam a maior parte das sessões das Cortes em 1626. Olivares estava impaciente por chegar ao que realmente lhe interessava: a União de Armas, mas os delegados apenas faziam atrasar o problema

com as suas queixas e procedimentos jurídicos. Por fim, o rei, farto de tantas complicações e dificuldades, saiu de Barcelona sem encerrar as Cortes que ficaram, assim, simplesmente suspensas. Desde então, a tensão não parou de crescer entre Olivares e os catalães. Em maio de 1632, Filipe IV voltou a Barcelona e retomaram-se as Cortes interrompidas em 1626, mas nessa altura Olivares também não obteve o que queria. Houve que suspender de novo as Cortes.

Em 1636 produz-se um acontecimento que se previa desde há uns tempos: a declaração de guerra de França. A partir daquele momento, Olivares está decidido a vencer as resistências do Principado porque necessita ainda mais homens e dinheiro e porque a Catalunha, pela sua situação na fronteira, pode converter-se no teatro das operações. Pensa concentrar em Castela um exército de 40 000 homens para atacar França a partir dali e aligeirar desta forma a pressão que os inimigos mantêm na Flandres. Os catalães não querem de modo nenhum servir o rei fora da sua terra e invocam a cada passo as suas constituições. Olivares replica que se trata de defender as fronteiras de Espanha e do próprio principado. Em 1638, renova-se a Deputação da Catalunha e são favorecidos pelo sorteio um cônego de Urgel, Pau Clarís, muito apegado às tradições catalãs, e Francesc de Tamarit, também muito adepto às leis e privilégios da sua pátria. A guerra intensifica-se. Os franceses atacam Fuenterrabía. Toda a Espanha se interessa pela sorte de Fuenterrabía; Aragão e Valência participam no esforço comum; Catalunha, não. Esta atitude provoca a ira de Olivares. Tomam-se represálias económicas contra França, proibindo todo o comércio; as autoridades do Principado não lhe fazem caso.

Mas o mais preocupante é a situação criada pela presença do exército na Catalunha. Aquelas tropas, compostas por mercenários estrangeiros e espanhóis, comportam-se sem demasiada atenção com as povoações por onde passam ou onde estão aquarteladas. Chovem de todo o lado queixas sobre roubos, exações e abusos de todo o tipo. A Deputação lidera os protestos e a resistência a Madrid. A cidade de Barcelona junta-se ao movimento. Assim, constitui-se uma espécie de união nacional contra Olivares e contra os castelhanos. Em 1639, a fortaleza de Salses é tomada pelos franceses. Necessita-se de mais soldados e dinheiro; a Deputação entrega-o de má vontade. Em Madrid, o conde-duque está farto dos catalães: «Se as constituições atrapalham – exclama – que vão para o diabo as constituições». Olivares parece decidido a empregar a força para acabar com a resistência da Catalunha. O deputado Tamarit é detido. Os choques entre soldados e camponeses são cada vez mais frequentes; os mais graves acontecem na região de Girona. O vice-rei Santa Coloma, alentado por Olivares, decide avançar com represálias contra as povoações onde as tropas sofreram danos; algumas delas são saqueadas e incendiadas. A consequência é mais uma insurreição geral na região de Girona, devida ao cansaço do campesinato, exasperado pelas contínuas exações dos regimentos, pela fome e pelas más condições da época. Os amotinados chegam às portas de Barcelona. A 7 de junho de 1640, festa do Corpus, rebeldes misturados com os ceifeiros que vinham em busca de trabalho entram em Barcelona; um altercado degenera em motim. Os insurretos enfurecem-se contra os funcionários reais e castelhanos; o próprio vice-rei procura salvar a vida, fugindo, mas já é tarde. Morre assassinado. Os rebeldes tomam conta de Barcelona.

Aquela agitação mostrou e apresentou às classes acomodadas e governantes do Principado um grave problema. Temiam a anarquia e que os amotinados, depois de se enfurecerem contra os castelhanos e funcionários reais, se voltassem contra eles se tentassem pôr cobro aos seus exageros sob a acusação de «traidores» da causa catalã. Por isso, negaram-se a colaborar com o novo vice-rei, o duque de Cardona, para procurar um compromisso aceitável. Preferiram pôr-se à cabeça da rebelião para melhor orientá-la. Assim começou uma nova etapa, mais política, na revolução catalã que, na realidade, foi dupla: houve primeiro uma revolução social, a dos pobres, dos desamparados e dos desocupados; depois, houve uma revolução política, dirigida pela Deputação, cuja meta era a solução do longo pleito com o governo castelhano. Uma junta de 36 membros encarregou-se de dirigir o Principado. Já não se tinha nenhuma confiança em Olivares, que começara as operações para restabelecer a autoridade do rei na Catalunha; um exército castelhano avançava a partir de Tortosa, ocupando Tarragona em dezembro de 1640. Os catalães procuraram o apoio dos franceses contra Olivares que, naturalmente, viram a oportunidade de aproveitar a conjuntura para assestar a Espanha golpes decisivos. Pensou-se em transformar a Catalunha numa república independente sob a proteção de França. A solução parecia impraticável. Não havia outra saída do que oferecer o principado ao rei de França que prometeu respeitar as constituições e leis da terra.

A Catalunha não fizera outra coisa senão mudar de senhor, um senhor que, como o anterior, se portou mal com os habitantes. As tropas francesas ocupavam as principais praças-fortes e o seu comportamento não era diferente daquele que era observado nos regimentos castelhanos

antes de 1640. Os franceses também não se preocupavam muito em respeitar as Constituições. A Catalunha estava a converter-se numa colónia francesa, política e economicamente. A estes desenganos há que acrescentar os transtornos que a guerra provocou nos campos e nas cidades e as terríveis epidemias que flagelaram o país em 1650-1654. Tudo isso acabou por convencer os catalães de que não havia nenhuma esperança de levar avante os seus propósitos. Em outubro de 1652, Barcelona entregou-se ao rei Filipe IV. O monarca outorgou um perdão geral pelo que se passara em 1640 e prometeu respeitar as leis e os privilégios do principado. Regressara-se ao *statu quo*. A paz com França só se assinou em 1659; foi bastante dura para o Principado, já que o Tratado dos Pirenéus cedeu definitivamente a França Rossilhão e a Sardenha. O tratado continha também uma cláusula de grande importância para o futuro: o enlace do rei de França, Luís XIV, com a infanta Maria Teresa, filha de Filipe IV. Esta cláusula era a que devia levar à mudança de dinastia depois do reinado de Carlos II.

A revolução catalã não foi a única resposta peninsular ao projeto de União de Armas. Também em Portugal a resistência desembocou numa sublevação que restaurou a independência daquele reino. A união com Castela não era popular. Quando aconteceu, em 1580, Portugal já tinha uma longa história de nação independente e possuía um Império colonial que lhe proporcionava grandes vantagens económicas. Conforme a tradição dos Áustrias, nada se alterou nas instituições de Portugal, pelo menos até à época de Olivares. Este, como se sabe, estava muito interessado em levar a cabo uma integração da monarquia que significava, num primeiro tempo, uma maior pressão fiscal até chegar a uma castelhanização de toda a Península. Contra as exigências tributárias e militares de Olivares, que

pedia sempre mais dinheiro e soldados para a sua política europeia, produziram-se revoltas no Porto (1628) e em Santarém (1629) e levantamentos populares em Évora (1637). Por outro lado, as classes altas (nobreza, clero, burguesia) viam com desagrado como as possessões ultramarinas de Portugal ficavam ameaçadas e prejudicadas pelos inimigos de Espanha. No Brasil, os holandeses ocupavam, desde 1630, Olinda e Recife e instalavam-se poderosamente no país. Nestas condições, nada tem de estranho que Portugal pensasse em tornar-se independente. Várias conjurações nobiliárias estavam a preparar-se em torno do duque de Bragança, descendente de um dos opositores de Filipe II em 1580. Foram os acontecimentos da Catalunha que decidiram com que os conjurados dessem o passo definitivo. Aproveitaram o facto de que toda a atenção e forças militares de Castela estivessem concentradas a leste para se levantarem em armas e proclamar o duque de Bragança como rei de Portugal com o nome D. João IV (1 de dezembro de 1640). Os três braços das Cortes portuguesas não tardaram em reconhecer D. João IV como legítimo soberano e o mesmo fizeram os governadores de todos os territórios ultramarinos, com exceção de Ceuta. O novo governo português encontrou rápida e facilmente ajuda por parte dos inimigos de Espanha. França prestou-lhe apoio em 1641; no mesmo ano assinou-se uma trégua com a Flandres e em 1642 chegou-se a uma aliança com Inglaterra que se confirmou e se ampliou em 1661. Espanha pôs especial empenho em tentar recuperar Portugal, mas já não podia atender devidamente a tantas obrigações militares. Com a morte de Filipe IV, o governo espanhol dobrou-se e, em 1668, acabou por reconhecer oficialmente a independência portuguesa.

O corolário da sublevação portuguesa foi a conspiração tramada em Sevilha, que foi descoberta no verão de 1641. Tratava-se realmente de transformar a Andaluzia num reino independente cujo soberano teria sido o duque de Medina-Sidónia? Parece difícil pensar que tal fosse a intenção dos conjurados. Mais plausível é atribuir um plano tão absurdo ao ressentimento do duque contra Olivares, que era seu primo, e às dificuldades por que passava o poderoso magnata andaluz, crivado de dívidas por causa da má administração com que regia o seu senhorio e dos seus enormes gastos. De todas as formas, as relações com Portugal eram inegáveis. Os conjurados viram-se, assim, acusados de traição. O duque de Medina-Sidónia, convocado à corte, conseguiu o perdão do rei; foi obrigado a residir na fronteira portuguesa e, depois, quando quebrou o desterro para ir à sua vila de Sanlúcar, foi-lhe aberto um processo, preso em Coca e, por fim, foi condenado a perpétuo desterro da corte, com confiscação de Sanlúcar e uma pesada multa. Anos mais tarde, em agosto de 1648, descobriu-se outra conspiração em que também estava implicado um poderoso magnata. Desta vez, tratava-se do duque de Híjar, nobre aragonês, a quem Olivares sempre manteve afastado dos grandes cargos. Híjar era mais ou menos aparentado com a família real e até pretendia ter certos direitos à sucessão, caso de não haver um herdeiro direto. Pelos vistos, tratava-se de separar Aragão da coroa e transformá-lo num reino independente com Híjar como monarca. Para isso, contava-se com a ajuda de França, a quem se lhe oferecia Rossilhão e a Sardenha, e a de Portugal, cujo apoio se compraria pela cessão da Galiza. Dois dos protagonistas, D. Carlos de Padilla e o marquês de Vega, foram executados em Madrid, em dezembro de 1648.

Ao duque de Híjar confiscaram-se-lhe os bens e condenou-se-lhe a prisão perpétua.

A política do conde-duque não afetava somente os reinos associados; tinha também implicações desastrosas para o povo e para as classes baixas de Castela, submetidas a contínuas pressões fiscais e a recrutamentos de soldados que vinham agravar ainda mais uma situação já de si miserável por causa das más colheitas, das epidemias, da opressão senhorial, das alterações monetárias... O século XVII foi em toda a Europa uma época de crise e de revoltas camponesas que eram devidas tanto à fome e aos abusos do sistema feudal como à grande pressão tributária exercida pelos soldados. Espanha também participou daquele movimento europeu, com características próprias. Os incidentes mais sérios aconteceram entre 1647 e 1652 e foram localizados na Andaluzia. Várias revoltas aconteceram em 1647 em Lucena, Ardales (Málaga), em Loja Comares, etc. No ano seguinte, ocorreram em Granada distúrbios mais sérios, provocados inicialmente pelos trabalhadores do tratamento de seda que estavam desempregados. Em maio de 1652, houve uma sublevação em Córdoba, causada pela fome, pelos preços excessivos do pão, pela dificuldade em ganhar a vida; durante vários dias, a população foi dona e senhora da cidade; a repressão foi dura e marcada por várias sentenças de morte. No mesmo ano e pelos mesmos motivos Sevilha revoltou-se e, ao saber o que se estava a passar ali e em Córdoba, o mesmo fizeram em Osuna, Bujalance e noutros lugares. Em julho, a situação voltara à normalidade em todas as partes, mas o descontentamento persistia, uma vez que as suas causas profundas não tinham desaparecido.

Catalunha, Portugal, Andaluzia, Aragão... Chama a atenção o aspeto periférico dos distúrbios que, em meados da centúria, se verificam no velho corpo da monarquia católica. Desde que, em 1621, a indolência de Filipe III é substituída pelo dinamismo imperialista, integrador e castelhanizante do conde-duque, algo se desmoronou em Espanha. Os reinos e senhorios associados a Castela por laços dinásticos temem ver-se envolvidos no afundamento que o centro vive. Catalunha e Portugal lutam pela sua própria existência; procuram afastar-se de Castela no momento em que esta, esgotada e exausta, pretende que participem numa política cujos frutos já se adivinham. Catalães e portugueses negam-se a solidarizar-se com Castela, com a sua ideologia e com os seus valores anacrónicos; querem preservar as suas forças. Entram, assim, na era moderna sem o ressentimento e a amargura própria dos castelhanos, profundamente marcados pelo fracasso dos seus sonhos universalistas.

As revoltas catalã e portuguesa afetam profundamente Olivares, diretamente responsável da política que acaba de dar tão amargos frutos. No início de 1643, Filipe IV autoriza o conde-duque a retirar-se para as suas terras, o que equivale à sua desgraça. Sucedeulhe na privança o seu sobrinho, D. Luís de Haro. Haro teve a responsabilidade de liquidar a política imperialista do seu tio, mas antes Espanha tinha ainda de passar muitos sofrimentos e sacrifícios que acabaram por destroçá-la. Foram três as etapas daquele calvário: 1643, 1648 e 1659.

Filipe IV não se resignou com a perda da Catalunha e de Portugal, estados patrimoniais que recebera em herança, assim como as possessões de Itália ou do Norte da Europa, e que queria transmitir por sua vez aos seus sucessores.

Este foi o motivo que o levou a continuar uma guerra desastrosa para Espanha e que só interessava já à dinastia. A morte de Richelieu e de Luís XIII de França, a minoria de idade do novo rei da nação vizinha, Luís XIV, a difícil situação política e económica de França, todas aquelas circunstâncias davam esperança de obter a vitória a troco de novos esforços tributários e militares. Decidiu-se empreender uma ofensiva no Norte de França, a partir da Flandres. O choque aconteceu em Rocroi, a 18 e a 19 de maio de 1643. Foi um desastre para Espanha, que perdeu a reputação de hegemonia militar de que gozavam os seus regimentos desde o início do século XVI. Em 1647, outro desastre, ocorrido em Lens, acabava de confirmar a debilidade espanhola.

Em 1645, reuniram-se no vale de Westfália os representantes de quase todas as potências da Europa para tratar de pôr fim às discórdias e chegar a um novo ordenamento político. As discussões prolongaram-se até 1648. Os primeiros beligerantes a assinar a paz foram Espanha e Holanda (Tratado de Münster, 15 de maio de 1648). Espanha reconhecia então a independência das Províncias Unidas; conservava as províncias católicas do Sul (a Bélgica atual). Assim acabava a guerra empreendida em tempos de Filipe II e que tantos sacrifícios custaram a Espanha. Meses depois, a 24 de outubro de 1648, as potências europeias assinavam outro tratado, o de Osnabrück, que consagrava o novo equilíbrio diplomático. Em Westfália termina a contenda surgida no século anterior com a Reforma luterana. Os protestantes adquirem definitivamente, nos seus estados, completa soberania. O ideal de Carlos V de uma cristandade unida acabara de morrer. Nasce a Europa moderna, conjunto de nações em que predominam as do Norte e que estão unidas por um

comum acatamento a valores novos: laicização do pensamento, confiança na razão e na ciência, no que se chamará no século seguinte o progresso e a civilização.

Filipe IV ainda não renunciara totalmente a vencer França, o último inimigo com quem lutava. Totalmente isolada, Espanha sofreu uma derrota grave em Dunas, na frente da Flandres. Filipe IV resignou-se então a tratar com França. Foi a paz dos Pirenéus (1659).

### **O Colapso da Dinastia**

A segunda metade do século XVII e, especialmente, o reinado de Carlos II (1665-1700) são em geral considerados como uma das épocas mais tristes, se não a mais triste, que Espanha conheceu. Espanha estava desmembrada; Portugal separara-se da monarquia; Catalunha fora recuperada, mas com um território amputado; os espanhóis já não lutam com os flamencos e Espanha é incapaz de resistir aos ataques contínuos de França. No interior do país, as alterações da moeda não pararam e contribuíram para paralisar o artesanato e o comércio, com a presença de uma dupla moeda: a de prata, que só serve para as transações com o estrangeiro e cuja cotação é muito cara, e a de cobre, que se usa na vida quotidiana e é objeto de desvalorizações contínuas. Desta forma, os preços não param de subir. Os camponeses sofrem as consequências do recrutamento de soldados, dos tributos elevados, das catástrofes meteorológicas, das pestes que trazem consigo fome e miséria. Nas cidades, o desemprego toma proporções alarmantes.

Os trabalhos mais recentes convidam a falar de certa recuperação a partir de 1680. Nessa altura, já Cádiz

começara a substituir Sevilha como cabeça do comércio ultramarino e notam-se sintomas inequívocos de melhoria em vários aspetos demográficos, económicos e sociais. A visão que tradicionalmente se dá da crise do século XVII centra-se demasiado em Castela. É muito possível que se tenha exagerado na decadência dos últimos anos do século. A cronologia da decadência não foi a mesma em todas as partes, assim como a recuperação. Semelhante incerteza surge enquanto se trata de caracterizar a vida política da época. Para a historiografia castelhana tradicional, Carlos II é o *Enfeitiçado*, o rei que preside à decadência, não só da dinastia, mas também de Espanha. Por outro lado, os catalães veem nele o melhor rei que Espanha teve. Depois da crise dos anos de 1640, a monarquia teve muito cuidado em respeitar escrupulosamente as autonomias e as constituições das províncias. Foi a época chamada do neoforalismo, cujo homem mais representativo foi D. José de Áustria, filho natural de Filipe IV, vice-rei e «vicário» da Coroa de Aragão durante vários anos. A segunda metade do século XVII foi para a monarquia uma espécie de idade de ouro da autonomia provincial, uma idade de respeito quase supersticioso em relação aos direitos e privilégios regionais por parte de uma corte demasiado débil e demasiado tímida para protestar.

Filipe IV ficara viúvo e sem sucessão em 1649, voltando a casar-se com a sua sobrinha D. Mariana de Áustria. Com esta teve dois filhos: o infante Filipe, que morreu com quatro anos, e D. Carlos, que nasceu em 1662. Desaparecido Filipe IV em 1665, o reino foi, assim, confiado à rainha regente até à maioridade de Carlos II. Quando Filipe IV morreu estavam reunidas as Cortes castelhanas. A regente dissolveu-as: «Cessou a causa pela qual o rei as convocou e não é necessária esta função». Foram as últimas que se

convocaram. Daí em diante, para continuar a cobrar o imposto dos milhões, em vez de reunir as Cortes, pediu-se licença individualmente a cada uma das cidades que tinham voto. Assim, acabou a existência daquela instituição. A rainha regente Mariana guiou-se primeiro pelo seu confessor, o jesuíta alemão João Everardo Nithard, que nomeou primeiro-ministro. Nithard inimizou-se rapidamente com a maioria dos nobres e com o povo de Madrid. D. João José de Áustria, filho natural de Filipe IV e da atriz Maria Calderón, liderou o protesto. Reconhecido pelo seu pai, exercera vários cargos militares em Nápoles (1647-1651) e, depois, na Catalunha: em 1652 foi ele que venceu a resistência de Barcelona. Depois, esteve como governador venceu a resistência de Barcelona. Depois, esteve como governador (1664). Em outubro de 1668 tem de fugir para Barcelona porque teme ser detido por ordem da rainha regente. Escreve várias cartas, da Cidade Condal, em que acusa Nithard de ser «causa única e absoluta de todas as nossas calamidades e disposições de domínios». A 4 de fevereiro de 1669, D. João dirige-se para Madrid com uma tropa de 300 cavalos. Chega a Torrejón de Ardoz a 23 e exige que Nithard seja desterrado. A regente, abandonada pelos Conselhos, assina a 25 o decreto de expulsão. Este foi, assim, o primeiro pronunciamento da história moderna de Espanha. A vitória de D. João, no entanto, não foi total. A regente negou-se a oferecer-lhe o posto de primeiro-ministro e nomeou-o tão-só vice-rei de Aragão e vicário geral da Coroa de Aragão, magistratura moral de grande prestígio mas de escassa significação política.

A menoridade de Carlos II acaba em 1675. A regente tentou prolonga-la sob o pretexto de que o seu filho não era ainda capaz de tomar conta do governo. Foi então que surgiu a estrela de Fernando de Valenzuela. Este fora pajem

do vice-rei da Sicília, duque do Infantado. Veio a Madrid, casou-se com uma criada da rainha (1661) e entrou como cavaleiro no palácio. A rainha regente deu-lhe um hábito de Santiago (1671). Em 1675, a rainha confere-lhe outra dignidade, a de marquês. Fê-lo, além disso, capitão geral do reino de Granada e, em 1676, o próprio Carlos II nomeia-o Grande de Espanha. Mas já o valimento de Valenzuela chocava com a oposição dos nobres e do povo. Foi, outra vez, D. João José de Áustria, na altura vice-rei de Aragão, que se viu obrigado a intervir e a pressionar o rei para que afastasse o valido e se decidisse a governar, prescindido da rainha sua mãe. Depois de várias peripécias, Valenzuela teve de sair de Madrid e partir de Espanha. D. João José de Áustria governou, então, até à sua morte, em 1679. A influência da rainha-mãe decaiu depois do casamento de D. Carlos II com Maria Luísa de Orleães, sobrinha de Luís XIV (1679).

Os últimos anos do reinado e do século foram ocupados pela questão da sucessão. Carlos II fora uma criança raquítica e durante toda a sua vida foi enfermiço e débil. A sua primeira mulher, a francesa Maria Luísa, morreu em 1689 sem lhe ter deixado sucessão. No ano seguinte, Carlos casou com uma austríaca, Mariana de Neoburgo e rapidamente ficou claro que a sua segunda mulher também não lhe daria sucessão. A coroa de Espanha seria, desta forma, objeto principal da atenção das potências. Luís XIV mostrava-se muito agressivo, arrebatando praças e comarcas para conseguir as fronteiras naturais da sua nação. Espanha e Holanda, agora unidas, foram vítimas daquele expansionismo, do qual a primeira saiu cada vez pior parada. A paz de Nimega (1678) arrebatou-lhe o Franco-Condado e várias praças fronteiriças nos Países-Baixos. Da antiga herança borgonhesa de Carlos V, pouco

era o que restava já. Inglaterra constituiu com Holanda e Espanha, em 1688, a Liga de Augsburgo para tentar conter os avanços de Luís XIV. Mas este pensava já em algo mais do que conquistas territoriais; o que lhe interessava era colocar no trono de Espanha um príncipe da sua família, alegando para isso os direitos da sua esposa, Maria Teresa, filha de Filipe IV. Por seu lado, o imperador Leopoldo tentava que o seu segundo filho se tornasse herdeiro, o arquiduque Carlos; ele também se podia apoiar em complicadas regras sucessórias. À falta de uma situação clara, tudo dependia, pois, do testamento de Carlos II; correspondia a ele designar o seu sucessor, já que a sugestão de reunir Cortes para este fim fora descartada rapidamente. Portocarrero, primeiro-ministro, conseguiu que Carlos II ditasse testamento a 2 de outubro de 1700 a favor de Filipe, neto de Luís XIV. A 1 de novembro morria o último descendente de Carlos V e abria-se uma nova era na história de Espanha.

-

(16) Corrente de pensamento político e económico desenvolvido especificamente em Espanha a partir de meados do século XVI e até ao século XVII e que produz a primeira literatura económica (*N. T.*).

## 4

### **O século das luzes (1700-1808)**

O século XVIII começa por volta de 1680 com a recuperação da economia, o restabelecimento da ordem nas finanças públicas e o interesse que os *novatores* manifestaram pela evolução das ideias, desde Galileu até Newton. Poderíamos encerrá-lo com a morte de Carlos III, em 1788, mas a verdadeira rutura situa-se um pouco mais tarde, com os primeiros ecos da Revolução francesa. Três soberanos ocuparam o trono durante este período: Filipe V (1700-1746), Fernando VI (1746-1759) e Carlos III (1759-1788)<sup>(17)</sup>. Em geral, estes reis foram muito medíocres, inclusive Carlos III, que é tido como um grande reformista. Filipe V não tinha a personalidade do seu avô francês, Luís XIV; dividido entre uma sensualidade enfermiça e uma devoção escrupulosa, ia do leito conjugal ao confessionário, segundo palavras de Domínguez Ortiz, o que lhe deixava pouco tempo para se dedicar aos assuntos de Estado. Carlos IV ficou marcado pelo retrato que Goya fez do rei e sua família; de facto, não foi pior que os seus predecessores. Estes reis foram mais respeitados do que amados pelos seus súbditos. O seu mérito consistiu em trazer uma nova visão à situação do país e em chamar ao poder os homens que considerava capazes de levar a bom termo as reformas necessárias.

Temos tendência para exagerar o aspeto inovador dos Bourbons e a influência das ideias francesas. Na realidade, Espanha começara a mudar nos últimos 20 anos do século XVII. Foi então que se desenharam os grandes traços do período seguinte: a reforma monetária que daria ao país uma moeda estável durante mais de 100 anos e uma redistribuição da riqueza nacional caracterizada pela anulação do centro e pela expansão das regiões periféricas. No âmbito político, os primeiros Bourbons aproveitaram as circunstâncias para realizar em parte o sonho de Olivares: unificar daí para a frente uma Espanha reduzida às suas possessões peninsulares e ao seu Império colonial. A partir do século XVIII pode-se falar realmente de Espanha e já não de uma justaposição de reinos. Observa-se a todos os níveis uma maior homogeneidade e até o sentimento de pertencer a uma comunidade nacional, sentimento perfeitamente compatível com um forte patriotismo regional.

### **A Guerra da Sucessão**

O testamento de Carlos II não suscitou inicialmente nenhuma oposição; todos os soberanos – à exceção do Imperador – reconheceram o duque de Anjou como rei de Espanha e, em abril de 1701, Filipe V fez a sua entrada em Madrid; mas a inabilidade de Luís XIV fizeram mudar a situação. Em fevereiro de 1701, deu a entender que o seu neto poderia, em determinadas circunstâncias, conservar os seus direitos sobre a coroa de França; com isso retratava-se das garantias dadas de que França e Espanha nunca se juntariam sob a autoridade de um único rei. Ao mesmo tempo, atuando em nome de Filipe V, Luís XIV ocupou os Países Baixos. Estas declarações e estas ações apareceram

como outras tantas provocações. As Províncias Unidas e Inglaterra aproximaram-se então do Imperador e comprometeram-se a outorgar a sucessão de Espanha ao seu segundo filho, o arquiduque Carlos de Áustria. Em setembro de 1701 formou-se uma coligação que, em junho de 1702, declarou guerra a Espanha e a França. Portugal uniu-se a ela em maio de 1703. O conflito dinástico em torno da sucessão de Espanha desembocou, assim, numa guerra internacional e, no interior da Península, numa guerra civil entre os partidários de cada um dos pretendentes.

Na Península, os aliados começaram a colher êxitos. Os ingleses apoderaram-se de Gibraltar (1704) e de Barcelona (1705). Catalunha, Valência e Aragão aliaram-se ao arquiduque. Organizou-se a contraofensiva que permitiu aos franco-espanhóis derrotar os seus adversários em Almansa, não longe de Valência, em abril de 1707. Na realidade, a partida jogou-se na Flandres e em Rin. Após alguns êxitos iniciais, os franceses retrocederam em todas as frentes. Em 1708 perderam Lille e viram o território de França invadido. Luís XIV estava a ponto de abandonar o combate, mas os seus adversários colocaram-lhe condições inaceitáveis: exigiram-lhe que cedesse a Alsácia, Estrasburgo e Lille e que o exército francês expulsasse Filipe V de Espanha. As hostilidades retomaram-se. Do ponto de vista militar, Filipe V ganhou o confronto. Inglaterra e Holanda resignaram-se a reconhecer Filipe V como rei de Espanha. Assinou-se o Tratado de Utrecht, em abril de 1713. Inglaterra conservou Gibraltar e a ilha de Minorca, ocupada durante a guerra, e obteve cláusulas especialmente vantajosas no âmbito económico: o monopólio do tráfico de negros na América e o direito de enviar para as Índias todos os anos um barco de 500 toneladas. Este navio, chamado de permissão, abriu

uma brecha no monopólio comercial de Espanha com o seu Império colonial. Com um acordo posterior, assinado em 1714, Espanha cedeu ao Império os Países Baixos, Nápoles, o Milanesado e a Sardenha.

A invasão estrangeira foi o que desencadeou a guerra civil no interior de Espanha. Na Coroa de Aragão, a maioria da população tomou partido contra os Bourbons. Para explicar este rechaço é muito tentador evocar o medo daqueles territórios de perder um estatuto de autonomia ao qual estavam muito apegados. Carlos de Áustria, que era um Habsburgo, parecia oferecer garantias. Em nenhum momento manifestou a vontade de aproveitar as circunstâncias para se separar de Castela. Aragoneses, catalães e valencianos lutaram pelo regime futuro de toda a Espanha, não pela sorte das suas respectivas pátrias. A defesa dos foros só surgiu mais tarde, após a batalha de Almansa (1707), quando Filipe V declarou a abolição do estatuto de autonomia do reino de Valência. Este precedente inquietou os outros integrantes da Coroa de Aragão e fortaleceu-os na sua atitude, mas não criou oposição aos Bourbons; esta já existia. A abolição do estatuto de autonomia de Valência e, depois, dos outros territórios da Coroa de Aragão, deve interpretar-se como uma sanção contra os súbditos rebeldes mais do que como a aplicação de um centralismo doutrinal. A cidade de Barcelona prolongou a sua resistência aos Bourbons depois da paz de Utrecht. O assalto final teve lugar a 11 de setembro de 1714. Barcelona capitulou a 15. No ano seguinte, Aragão e Catalunha perderam os seus foros.

## **Os Reinados de Filipe V (1700-1746) e de Fernando VI (1746-1759)**

Em meados do século XVII, Espanha passou por uma das situações mais críticas da sua história. A recuperação foi notória a partir de 1680 e continuou ao longo do século XVIII, apesar das guerras, cujos efeitos foram quase nulos na economia geral. A moeda alcançou uma notável estabilidade. No século XVIII, produziu-se uma inversão «que faz com que a zona de atração demográfica e de atividade produtiva se desloque do centro para a periferia (Pierre Vilar); mudança fundamental para explicar as diferenças entre a Espanha contemporânea e a do Século de Ouro. A população de Espanha passou então de sete para 11 milhões de habitantes. O movimento afetou todas as regiões, mas muito mais às da periferia. Galiza, Astúrias, País Basco e a Andaluzia atlântica progrediram notavelmente e a Catalunha ainda mais. O antigo reino de Valência foi a região com o crescimento mais forte. A atividade cresceu a par e passo com o movimento da população. A rede urbana das duas Castelas fundiu-se; Leão, Burgos, Ávila não eram mais do que grandes burgos onde viviam eclesiásticos, rendeiros (burocratas, nobres, proprietários) e pequenos comerciantes que empregavam a uma numerosa e mal paga criadagem. Madrid constituía a única exceção por ser a capital do reino: tinha 140 000 habitantes em 1700 e 180 000 em 1800. Na mesma altura, o litoral andaluz e murciano cresciam devido ao dinamismo dos seus portos (Cádiz, Málaga, Cartagena). O progresso de Cádiz foi um dos mais rápidos: 7 000 habitantes em 1600, 41 000 em 1700, 71 000 em 1786. Não foi por acaso que Cádiz suplantou definitivamente Sevilha como centro do tráfego colonial. Na Cornija Cantábrica esboçava-se um processo de urbanização. O Levante, Valência, Alicante e Catalunha ganharam impulso. A população de Barcelona

triplicou-se; em 1800, com mais de 100 000 habitantes, converteu-se na segunda cidade do reino, depois de Madrid.

Este crescimento demográfico gerou uma maior procura de produtos agrários e de terras de cultivo e, conseqüentemente, uma subida dos preços agrícolas, mais sentida na segunda metade do século do que na primeira, assim como o aumento da renda da terra: não é estranho ver como os proprietários aumentavam os direitos dos arrendamentos - por vezes duplicavam-nos - quando chegava o prazo de renovação, de três em três ou de quatro em quatro anos. Este duplo movimento de subida - dos preços e das rendas - constituiu um estímulo para investir em terras. A produção cresceu de forma regular. Em algumas regiões - no norte, por exemplo - o milho e a batata desenvolveram-se e permitiram abastecer uma população em crescimento. Nos arredores de Valência, o cultivo de arroz estendeu-se. Os cereais continuaram a ser, no entanto, a base da alimentação. Como a técnica não sofrera nenhuma melhoria notável e as ferramentas e os costumes mal tinham mudado, os rendimentos continuaram a ser muito baixos. Era apenas da extensão dos cultivos de onde se esperava um aumento de produção. Lavraram-se novas terras e plantaram-se florestas. Foi também no século XVIII que as exportações de vinho de Jerez ganharam impulso e os comerciantes britânicos se estabeleceram no lugar e se radicaram.

O crescimento manifestou-se também na indústria e nas manufaturas, mas foi desigual segundo os ramos e as regiões. No início do século, sob a influência das teorias mercantilistas, fizeram-se esforços para criar uma indústria nacional e equilibrar a balança comercial. O Estado converteu-se frequentemente em empresário, direta ou

indiretamente, contribuindo com os capitais necessários. Estas tendências inspiraram a criação de manufaturas reais: as fábricas de têxteis de Segóvia e, sobretudo, as de Guadalajara; as fábricas de algodão de Ávila; a cristalaria de La Granja; as porcelanas do Retiro... Os primeiros altos-fornos apareceram no norte, em Liérganes e em La Cavaca; fabricavam canhões para a marinha. Patiño e o marquês da Ensenada criaram os arsenais de Ferrol, de Cartagena, de Cádiz e de Havana. Entre as indústrias tradicionais destaca-se um aumento do têxtil, fraco para a seda, rápido para o algodão, mediano para a lã, vacilante para o linho. Em Castela, o trabalho da lã caiu quase por todo o lado exceto em Segóvia. Apareceram novos centros em La Rioja (Ezcaray) ou em Santo Domingo de la Calzada. Contudo, a maior parte da lã de Castela continuava a exportar-se. E em meados do século, a Mesta reunia cerca de três milhões de ovelhas; os rebanhos do mosteiro de Guadalupe, por exemplo, nunca tinham sido tão prósperos.

A limitada atividade artesanal e industrial na Espanha interior explica-se em parte pela pequenez do mercado por sua vez ligado a um fraco poder de compra da população. Os verdadeiros comerciantes eram raros em Castela. Desenvolveu-se uma burguesia mercantil nos portos do litoral cantábrico; Bilbao, Santander, A Corunha, Vigo. O mesmo aconteceu em Alicante e Valência. O desenvolvimento foi ainda maior em Cádiz onde, até 1778 e mesmo para além desse ano, se concentrou a maior parte do tráfego com a América. No seu conjunto, no entanto, os burgueses de Cádiz eram mais conservadores; investiam pouco na região. Em Barcelona, pelo contrário, estamos em presença de uma burguesia dinâmica. O crescimento da Catalunha teve lugar entre 1730 e 1760; foi devido à subida dos preços agrícolas e graças aos cultivos remuneradores

como o vinho e a aguardente numa altura em que o excedente demográfico permitiu manter os salários num nível estável. Aqui, os lucros investiram-se na agricultura, no comércio e na indústria. A partir de meados do século, Barcelona afirmou-se como uma grande cidade; o porto estava em plena atividade.

Apesar do aumento da população e, conseqüentemente, do número de contribuintes, da produção e das trocas comerciais, o orçamento do Estado continuava a ser constantemente deficitário. O fisco não sofreu nenhuma modificação importante em relação à situação anterior. Assentava, essencialmente, nos impostos indiretos que agravavam o consumo e as transações comerciais: alcavalas, milhões, etc.; ou seja, que pesava mais sobre os pobres do que sobre os ricos. A esse produto acrescentavam-se os direitos de aduana, os «serviços» extraordinários e as contribuições da Igreja. No reinado de Fernando VI, o marquês da Ensenada projetou uma grande reforma: a criação de um imposto único, proporcional à fortuna de cada um, que substituísse a tributação indireta. Estabelecer a base tributável deste imposto pressupunha dispor de uma avaliação precisa da fortuna de todos os indivíduos. Isso foi o que se lhe pediu ao vasto relatório, conhecido precisamente com o nome de cadastro do marquês da Ensenada. Depois da destituição do marquês, deixou-se o assunto de lado; a reforma fora adiada.

A sociedade espanhola do século XVIII era ainda dominada pelas classes privilegiadas: nobreza e clero. A burguesia propriamente dita era minoritária. A massa da população era composta por camponeses cuja situação variava de uma região para outra. Na Galiza, nas Astúrias e no País Basco havia muitos pequenos e médios proprietários

e também arrendatários, mas pouco jornaleiros e camponeses sem terra. Os arrendatários catalães obtiveram, no fim do século XV, censos enfitêuticos que os converteram, na realidade, em proprietários, uma vez que tinham a garantia de que não seriam desalojados das terras. Em Valência, na meseta norte e em Navarra, proprietários e arrendatários eram também majoritários. Na Andaluzia ocidental (Sevilha e Córdova), pelo contrário, três quartos do campesinato eram jornaleiros que tinham uma existência precária e os arrendatários eram duas vezes mais numerosos que os proprietários. Na Andaluzia oriental, em Múrcia, na Extremadura e em Castela a Nova, a proporção de jornaleiros variava entre metade e dois terços da população camponesa; o resto dividia-se em partes iguais entre pequenos proprietários e arrendatários.

A nobreza continuava a ser a classe social mais poderosa e a mais prestigiosa. Em geral, a terra pertencia à nobreza e a maior parte do território estava sob a administração de senhores laicos ou eclesiásticos; só as grandes cidades, com raras exceções, dependiam do domínio real. O regime senhorial era muito impopular, já que os camponeses não distinguiam entre direitos senhoriais e renda da terra; não odiavam o senhor, mas sim ao proprietário desejoso de sacar o máximo proveito, fosse ao transformar em pasto os terrenos que produziam pouco, fosse no aumento da renda da terra.

A segunda classe privilegiada, o clero, possuía cerca de 15% do território. A população eclesiástica andava à volta das 150 000 pessoas, ou seja, representava 15% da população total de Espanha. Havia, em média, um sacerdote por cada 100 habitantes, mas as variações regionais eram muito grandes: 1 sacerdote por cada 153,

em Álava; 1 por cada 170, em Leão; 1 por cada 268, em Toro; 1 por cada 403, na Catalunha; mas 1 por cada 1,115, em Córdoba; 1,132, em Sevilha; 1 por cada 1,721, em Múrcia... A forte concentração urbana era a que dava a impressão de um clero abundante. A riqueza do clero - sobretudo a do clero regular, dos grandes mosteiros - deu origem a um anticlericalismo difuso no povo. Também preocupava os governantes, incomodado pela acumulação de bens inalienáveis, pela ignorância do baixo clero e pelo excessivo número de frades, considerados como parasitas durante o reinado de Carlos III. O que o rei queria, na realidade, era o patronato universal, ou seja, a prerrogativa de nomear todos os benefícios eclesiásticos do reino. Obteve-o pela Concordata de 1753. O clero secular foi, desde então, designado pelo rei, que dispôs assim de uma maior autoridade sobre a Igreja.

### ***A reorganização do Estado***

O longo reinado de Filipe V (1700-1746) divide-se em duas partes de duração desigual; curiosamente, cada uma delas está caracterizada pela forte personalidade de uma mulher. Durante a primeira parte, o objetivo consistiu em consolidar um trono contestado ao mesmo tempo por oposições internas e por uma coligação internacional. Filipe V encontrou na princesa dos Ursinos uma mulher dotada de uma grande inteligência política. Foi ela quem fez nomear e apoiou alguns ministros da época: os franceses Orry e Amelot e os espanhóis Macanaz e Campillo, que restabeleceram as finanças e a administração. A segunda esposa de Filipe V, Isabel de Farnesio, italiana de Parma, tomou parte ativa na direção dos assuntos de Estado.

Apoiou Alberoni, que ocupou o poder entre 1715 e 1719. Após a destituição de Alberoni, destacam-se dois espanhóis: primeiro, Patiño, que entre 1733 e 1736 foi um verdadeiro primeiro-ministro; depois, o marquês da Ensenada que, de 1734 a 1754, governou com inteligência e sabedoria, ocupando-se de tudo: finanças, legislação, obras públicas, assuntos marítimos...

Atribuem-se, por vezes, à influência francesa os princípios gerais que guiaram os Bourbons quando procederam à reorganização do aparelho de Estado: absolutismo e centralização. Com o novo soberano vieram para Espanha, desde logo, muito franceses que ocuparam postos destacados na administração e no exército durante as primeiras décadas do reinado de Filipe V. Muitos daqueles franceses regressaram à sua pátria quando terminou a guerra da Sucessão e, sobretudo, depois de 1714, quando Filipe V voltou a casar-se com Isabel de Farnesio. Esta despediu a princesa dos Ursinos, que não teve outra saída senão regressar a França; o mesmo fizeram muitos franceses que até então tinham desempenhado um papel importante na condução dos negócios políticos e bélicos. Então, notou-se a presença de outras categorias de estrangeiros: italianos, flamencos e irlandeses. A primeira categoria - a dos italianos - ocupou o primeiro lugar na corte. Contudo, não se deve exagerar a importância daqueles estrangeiros, cujo número foi diminuindo à medida que os governos eram formados cada vez mais por ministros espanhóis.

É costume repetir que as influências vindas de França foram preponderantes nas primeiras décadas do reinado de Filipe V e que a elas há que atribuir a mais importante das reformas levadas então a cabo: a Nova Planta, que acabou

com o regime foral dos territórios da coroa de Aragão. As coisas não parecem ser tão claras. Seguindo as recomendações do seu avô, Luís XIV, Filipe V procurou cair nas boas graças dos seus vassallos da Coroa de Aragão. Casou-se na Catalunha e em Barcelona permaneceu de outubro de 1701 a abril de 1702 sem contestação da sociedade catalã. As Cortes de 1701-1702 de Barcelona resolveram-se com bastantes menos tensões do que nas últimas Cortes catalãs de Filipe IV, em 1632; naquela altura, Filipe V jurara solenemente guardar e respeitar os privilégios do principado. As coisas mudaram quando rebentou a guerra da Sucessão. É então que Filipe V decide anular as instituições e o estatuto específico dos reinos da Coroa de Aragão. Em 1707, declaram-se suprimidos os foros dos reinos de Valência e de Aragão; em 1715, faz-se o mesmo com os principados da Catalunha. Filipe V não procede de uma maneira sistemática, uma vez que mantém em vigor o regime foral das províncias vascongadas e do reino de Navarra. O tratamento distinto reservado a uns territórios e a outros explica-se pela posição que tiveram uns e outros na contenda sucessória; enquanto bascos e navarros apoiaram Filipe V; catalães, aragoneses e valencianos deram a impressão de não cumprir com a lealdade e a fidelidade que deviam ao soberano; conforme a mentalidade da época, tal postura merecia ser castigada e a sanção foi a supressão dos foros.

Com os Bourbons, Espanha inicia uma nova etapa do seu destino histórico. Esta Espanha já não é uma Espanha plural, como o era no tempo dos Áustrias, mas, pelo contrário, está melhor estruturada. Nos séculos XVI e XVII, para se referir ao monarca, costumava-se falar de Rei Católico, já que, em rigor, os Áustrias nunca foram reis de Espanha, mas sim reis de Castela, de Aragão, de Valência,

condes de Barcelona, etc. Com o advento de Filipe V, inclusive antes da Nova Planta, a situação já é diferente. Em documentos internacionais do início do reinado (1701), Filipe V intitula-se rei das Espanhas, titulação que aparece nos tratados de Utrecht e, particularmente, no hispano-britânico de 13 de julho de 1713 - «Rei Católico das Espanhas» - enquanto noutros - veja-se o hispano-saboiano da mesma altura - figura como Rei Católico de Espanha. Efetivamente, a partir do reinado de Filipe V, já se pode falar de Espanha como nação coerente e homogénea do ponto de vista institucional e político, ao mesmo tempo que a preocupação pelas pátrias, tão vivamente presente nos ilustrados, se torna perfeitamente compatível com um sentimento de pertença a uma comunidade nacional.

O advento dos Bourbons é caracterizado pelo reforço do absolutismo real e a implementação de uma administração mais eficaz. Há já bastante tempo que a teoria política segundo a qual o governo se definia pela dualidade entre o rei e o reino representando pelas Cortes não era mais do que uma ficção. Os Bourbons não suprimiram a instituição, mas retiraram-lhe todas as prerrogativas. As Cortes só se convocaram para cerimónias protocolares; por exemplo, para reconhecer o herdeiro ao trono e saudar o novo soberano nas mudanças de reinado. Já não se lhes consultavam as leis que deviam promulgar-se nem os impostos que se deviam cobrar. O método era característico dos Bourbons. Os conselhos permaneceram, mas passaram a um segundo plano e foram reduzidos ao papel de simples organismos técnicos, salvo o Conselho de Castela, que viu aumentar a sua importância e as suas competências. Com efeito, no Conselho de Castela elaboraram-se as decisões mais importantes para a vida política do país. A Secretaria do Despacho converteu-se no órgão essencial do governo.

Rapidamente constou de cinco direções principais que começaram a chamar-se ministérios: Guerra e Marinha, Índias, Estado e Negócios Estrangeiros, Assuntos Eclesiásticos e Justiça e Fazenda. Uma nova burocracia foi encarregada de executar as decisões do poder.

Nesta reorganização das estruturas administrativas, a instituição dos intendentos teve um lugar determinante. Desde 1711, nomearam-se intendentos em algumas cidades assim como corregedores. Em 1718, um decreto de Patiño definiu as suas funções com mais exatidão, mas o texto fundamental data de 1749, no tempo do ministério do marquês da Ensenada. Os corregedores limitaram-se a exercer as tarefas administrativas enquanto os intendentos recebiam competências claramente políticas: eram os representantes do poder central, encarregues de aplicar as decisões tomadas em Madrid e de controlar a sua execução. Contava-se com eles, especialmente, para tudo o que se relacionasse com a justiça, com a administração geral, com o fisco e com as questões militares. À exceção de Navarra e do País Basco, o território ficou dividido em 10 capitanias gerais: Málaga, Sevilha, Tenerife, Badajoz, Zamora, a Corunha, Astúrias, Saragoça, Barcelona, Valência e Palma.

O exército ganhou cada vez mais relevância nas preocupações do governo. Em vez dos mercenários de antanho, criou-se um exército permanente e nacional, inspirado nos modelos francês e prussiano. Os batalhões converteram-se em regimentos. Para as funções de comando deste novo exército contou-se com nobres que receberam uma formação especial nas academias militares – a de Segóvia desempenhou, a partir do reinado de Carlos III, um papel de primeira magnitude quanto à artilharia. A hierarquia ia desde os generais (ou brigadeiros) até aos

sargentos, passando pelos coronéis ou chefes de batalhão, sargentos-mores (encarregues sobretudo de questões de intendência), tenentes-coronéis, capitães, tenentes, alferes, cadetes e ajudantes. Os métodos de recrutamento também foram profundamente modificados. A organização definitiva data de 1770 com a instauração de uma espécie de serviço militar obrigatório de cinco anos ao qual estavam sujeitos, em princípio, todos os espanhóis de idades compreendidas entre os 17 e os 30 anos, escolhidos por sorteio: um recruta por cada cinco habitantes (quintas). Quando os efetivos se revelavam insuficientes, completavam-se com alistamentos voluntários e com recrutamentos forçosos entre os vagabundos.

Potência mediterrânea e atlântica, Espanha tinha de modernizar e fortalecer a sua marinha para garantir a segurança das suas comunicações e até respeitar o monopólio comercial com as colónias da América. Em 1717, a criação de uma espécie de escola naval em Cádiz (Academia de Guardas-marinhas) foi um primeiro sinal neste sentido. As grandes reformas datam do reinado de Fernando VI. Foram obra do marquês da Ensenada, que ocupou o cargo de ministro da Marinha entre 1743 e 1754 e que atuou em duas direções complementares: o recrutamento das tripulações e o armamento. Institucionalizou-se e regulamentou-se a Matrícula de Mar. Construíram-se e desenvolveram-se modernos arsenais na Península (Cádiz, Ferrol, Cartagena) e nas Índias (Havana). O número de barcos aumentou com regularidade. Apesar das guerras, o esforço continuou até finais do século.

Nem todas aquelas reformas, dirigidas para uma maior centralização do poder, se devem à influência francesa, patente nos primeiros passos da nova dinastia. Muitas já

tinham sido pensadas antes, ainda que não se tivessem posto em prática. São aquelas reformas que permitiram a Espanha – uma Espanha que o Tratado de Utrecht libertara do lastro que a integração da Flandres na monarquia e a solidariedade com os Áustrias de Viena implicavam – aproveitar-se da conjuntura favorável para desempenhar, no século XVIII, um papel relevante de grande potência europeia e mundial.

### ***A política externa***

Espanha sai muito mal do Tratado de Utrecht (1713), que põe fim à guerra da Sucessão. Teve de renunciar a todas as possessões que tinha nos Países Baixos e em Itália; na própria Península, Inglaterra continua a ocupar Gibraltar e o mesmo país obtém duas concessões valiosas no Atlântico: o monopólio do abastecimento de escravos negros na América – território – e o navio chamado de permissão, ou seja, uma brecha considerável no monopólio do comércio com as Índias. O que chama a atenção na diplomacia espanhola durante o reinado de Filipe V são os esforços para corrigir aquelas cláusulas do Tratado de Utrecht, que eram evidentemente contrárias aos interesses bem entendidos da nação e às suas tradições mais enraizadas. Filipe V resignou-se facilmente à perda dos Países Baixos. Por outro lado, nunca se conformou com os artigos de Utrecht referentes às Índias e a Itália. Às Índias porque se tratava de conservar e acrescentar uma fonte de receita, se Espanha queria continuar a ser uma grande potência; à Itália porque a Sicília, a Sardenha e Nápoles foram desde a Idade Média uma projeção da coroa de Aragão. Neste afã por retificar as decisões de Utrecht, Espanha orientou os seus esforços para

a defesa dos interesses próprios; nunca esteve submetida à diplomacia francesa; atuou com plena independência. É preciso abandonar definitivamente o falso conceito, tão difundido, de que Espanha, durante este período, agiu sempre sob as diretrizes de França, como ramo menor da Casa de Bourbon. Houve momentos, inclusive, em que ocorreu exatamente o contrário: Espanha teve de se enfrentar com França na defesa dos seus interesses. Foi isto que se passou em Itália, por exemplo, numa data tão prematura como 1717 e 1718, quando tropas espanholas tomaram conta da Sardenha e da Sicília. Na guerra que se seguiu, Espanha teve de lutar com Áustria, Saboia, Inglaterra – que ocupara Vigo e Pontevedra – e com França, que invadira Guipúscoa. Não teve outra saída do que evacuar os territórios conquistados (1719). Mais sorte teve Espanha 15 anos depois, em 1734-1735: aproveitando uma conjuntura internacional favorável, pôde contar desta vez com a benevolência de França e de Inglaterra para tomar posse de Nápoles e da Sicília. O infante espanhol D. Carlos – o futuro rei de Espanha Carlos III – foi reconhecido como rei das duas Sicílias. Em 1743, Espanha tentou conseguir outra das suas reivindicações italianas: o Milanesado, mas não teve êxito; Milão escapou para sempre às ambições de Madrid. O Tratado de Aquisgrano (1748) significou uma revisão completa da solução arbitrada em Utrecht para Itália. Espanha obtinha o reconhecimento da sua vocação de exercer uma influência preferente no Mediterrâneo ocidental e, a partir de então, a sua diplomacia pôde orientar-se a fundo com o objetivo de se opor às ambições de Inglaterra na América.

Espanha manteve então boas relações com França, que prometeu apoiá-la nas suas reivindicações sobre Gibraltar. Este foi o objetivo do Tratado do Escorial (1733), o primeiro

dos pactos de família entre os Bourbons, que garantiu para Espanha os territórios que já possuía e os que pudesse adquirir em Itália. Filipe V alinhou, assim, com Luís XV na guerra da Sucessão da Polónia e beneficiou disso em 1734, quando conquistou aos austríacos Nápoles e, posteriormente, a Sicília. O infante Carlos foi coroado na Sicília e ratificado no trono no ano seguinte quando renunciou a Parma para se converter em rei das Duas Sicílias. Com o segundo pacto de família (Tratado de Fontainebleau, 1743), Luís XV comprometeu-se a apoiar as pretensões do segundo filho de Isabel de Farnesio, o infante Filipe, sobre o Milanesado e os ducados de Parma e de Toscana. A paz de Aquisgrano (1748) ratificou esta situação. Espanha obteve em Itália quase tudo o que pedia; os infantes Farnesio reinavam em Parma, na Toscana, em Nápoles e na Sicília. É verdade que Espanha se comprometeu a nunca incorporar aqueles territórios na coroa. Se um dos seus soberanos chegasse a ser rei de Espanha devia renunciar imediatamente ao seu título em Itália. Isso aconteceu em 1759, quando Carlos III foi chamado a suceder ao seu irmão Fernando VI; deixou então de reinar em Nápoles. Feita esta exceção, o Tratado de Aquisgrano anulou o de Utrecht, pelo menos que dizia respeito a Itália. Deste ponto de vista, Filipe V, que morreu em 1746, conseguiu uma vitória póstuma. O seu filho e sucessor, Fernando VI, deu-se por satisfeito. Não empreendeu nenhuma guerra mais. Sob o seu reinado, Espanha dedicou-se inteiramente a repor as suas forças no interior e na América.

Ao ver-se livre do lastro que representavam os Países Baixos e ao concentrar os seus esforços em Itália e nas Índias, a diplomacia dos Bourbons retomava uma tradição que fora descuidada pelos Áustrias, que se tinham

empenhado mais em defender interesses dinásticos do que nacionais na Flandres e na Europa do norte, por solidariedade com o ramo de Viena da família. Vinha, assim, a nova dinastia dar razão retrospectivamente àqueles castelhanos que, desde o início, como no caso dos comuneiros, tinham manifestado a sua discordância perante uma política imperial muito afastada das preocupações vitais de Espanha.

### **O Reinado de Carlos III (1759-1788)**

Todos concordam atualmente em reconhecer a importância do movimento reformista da segunda metade do século XVIII e em assinalar a sua dívida em relação a correntes de pensamento próprias de Espanha. O esforço de renovação foi, com efeito, muito anterior ao advento de Carlos III. A personalidade do soberano é em parte responsável por esta apreciação positiva do reinado. Carlos III tinha uma vida ordenada. Viúvo desde 1760, não voltou a casar-se; não se lhe conhecem nem amantes nem aventuras passageiras. A vida da corte aborrecia-o. A sua única paixão era a caça, à qual dedicava várias horas diárias, mas isso não o impedia seguir de perto os assuntos políticos. Muito consciente das suas obrigações não o era menos das suas prerrogativas. Era o tipo de monarca absoluto que não tolerava nenhum ataque à sua autoridade nem à majestade das suas funções. Atribui-se-lhe esta frase que diz tudo: «Criticar os atos do governo mesmo quando sejam discutíveis é um delito!».

### ***Os ministros ilustrados***

Quando Carlos III subiu ao trono tinha já uma longa experiência como rei. Reinava nas duas Sicílias desde 1735 e, em Nápoles, teve ocasião de refletir sobre os problemas que colocava a adaptação de um país às realidades do mundo moderno. Em Espanha encontrou uma situação análoga. Tratava-se de converter o seu reino numa grande nação, continuando a obra dos seus predecessores.

Carlos III apoiou-se primeiro em homens que tinha conhecido em Itália e que tinham toda a sua confiança: Grimaldi e o marquês de Esquilache. Este acumulou os ministérios da Fazenda e da Guerra. Era competente, mas autoritário; além disso, levava uma vida de esbanjamento. Por estas razões, e porque era estrangeiro, Esquilache tornou-se impopular. Após os motins de 1766, dirigidos contra ele, Carlos III viu-se obrigado a destitui-lo. A partir daquela data, o governo passou a ser dirigido por espanhóis. Três homens encarnam o movimento reformista: o conde de Aranda, Campomanes e Floridablanca, os três muito representativos do seu tempo; beneficiaram-se de um preconceito positivo na Europa ilustrada e, em particular, por parte de filósofos franceses, o que provocou mal-entendidos, uma vez que nenhum deles foi, propriamente dito, um enciclopedista. Durante muito tempo viu-se no conde de Aranda um voltairiano, um maçom e artífice da expulsão dos jesuítas. Nada mais falso: Aranda não foi um ímpio nem um discípulo dos enciclopedistas franceses e muito menos maçom. Viajou muito: Itália - estudou no Colégio Espanhol de Bolonha - Prússia, onde conheceu Frederico II; França, onde foi embaixador e onde teve a ocasião de entabular relações com os meios mais diversos. Esta experiência fez dele um homem aberto às realidades da Europa, apto para perceber o atraso do seu país e

preocupado em modernizá-lo. Aranda foi, sobretudo, um aristocrata e um militar, o que o opõe a outros ministros reformistas, Floridablanca e Campomanes, os dois de um berço mais modesto e universitários de formação. O primeiro começou a sua carreira como membro do Conselho de Castela e, depois, como fiscal do mesmo Conselho. A partir de 1777 e até 1792 exerceu quase sem interrupção o poder supremo. O segundo foi um erudito conhecido pelos seus dotes de historiador.

Atrás destes homens agrupavam-se os partidários das reformas. Se bem que todos estivessem de acordo na necessidade de fazer mudanças, estavam muito divididos quanto aos meios para as levar a cabo. Em linhas gerais, o partido aragonês opunha-se aos «golillas». O primeiro foi batizado assim por causa do seu chefe, o conde de Aranda, que era aragonês, mas não era nada regionalista bem sequer regional. Sob esta etiqueta agrupavam-se os aristocratas que se preocupavam com o aumento do poder dos juristas e dos funcionários. Os membros do partido aragonês eram maioritariamente militares e a gravata fazia parte da sua vestimenta habitual. Por isso se designou os seus rivais com o termo «golillas», porque eram quase os únicos que usavam aquela espécie de colarinho engomado que Filipe IV recomendara para substituir os caros gorjais dos fidalgos. Em resumo, por um lado estavam os civis, por outro estavam os militares. O grande adversário de Aranda, Floridablanca, foi um dos primeiros a avançar com a ideia de que os militares deviam submeter-se ao poder civil.

Os ministros de Carlos III queriam reformar a sociedade, a economia, inclusive os costumes, mas a iniciativa da mudança devia permanecer nas mãos das autoridades. Era a partir de cima que se procuraram impulsar e, assim

sendo, impor as reformas. Isso é o que demonstra a história das sociedades económicas de amigos do país. A primeira nasceu em 1764 no País Basco; alguns notáveis - os fidalgos de Azcoitia - preocupados em tornar produtivos os recursos locais, fundaram um grupo de estudo que se interessou pelas ciências aplicadas (náutica, mineralogia...), pela evolução das técnicas que se podiam aplicar à agricultura, à indústria, ao comércio, à vida quotidiana, etc. Campomanes rapidamente compreendeu que se podia tirar partido de iniciativas deste tipo se se estendessem ao conjunto do reino. Com o seu impulso e sob o seu patrocínio, as sociedades multiplicaram-se. Os representantes do poder central - os corregedores - foram convidados a fundar sociedades por todo o lado e procurar que os notáveis - clérigos, nobres, comerciantes - se inscrevessem nelas. Ali se estudavam os meios para eliminar a rotina e para difundir as «Luzes» entre o povo mediante a criação de escolas, oficinas, hospícios, através da melhoria dos cultivos, da indústria, dos caminhos, da higiene, da salubridade pública etc. Campomanes proporcionou-lhes inclusive uma espécie de guia prático com o seu *Discurso Sobre o Fomento da Indústria Popular*, que teve uma tiragem de 30 000 exemplares. Os resultados, segundo Domínguez Ortiz, foram muito dececionantes: muitos discursos teóricos, memórias, projetos, mas poucas realizações práticas: as técnicas agrárias, em especial, continuavam a ser arcaicas apesar de todos os estudos e discussões das sociedades económicas.

Os ministros de Carlos III corrigiram abusos e introduziram inovações na maior parte das instituições do Antigo Regime, mas mantiveram as instituições. No início do século XIX, a Inquisição ainda existia, assim como a Mesta, os grémios, os morgadios... O movimento de renovação foi

suficientemente claro para enfurecer os conservadores, mas não o suficientemente ousado para o agrado dos reformistas mais ambiciosos que desejavam mudanças mais significativas nas estruturas económicas e sociais. O progresso, tal como o concebiam os ministros ilustrados, tinha de ser o resultado de um paciente esforço pedagógico.

### ***O movimento reformista***

Em Espanha, como no resto da Europa na segunda metade do século, os governantes que desejavam desenvolver a prosperidade do seu país apontavam a um liberalismo cada vez mais consolidado. A regulamentação era considerada como um freio ao progresso. Para assegurar a riqueza pública pensava-se que era mais eficaz contar com o livre jogo das forças naturais: *laisser-faire laisser-passer*. No âmbito industrial pensava-se que os grémios, com as suas normas minuciosas, favoreciam a manutenção do *statu quo* e fomentavam a rotina em detrimento das inovações que as iniciativas privadas podiam trazer. A atenção centrou-se sobretudo na agricultura, que era vista como fonte de toda a riqueza; também neste setor se condenavam os métodos e as estruturas do passado - a taxação, as medidas tomadas pelos municípios para assegurar o abastecimento das cidades, os impostos, etc. Estas novas orientações eram, em grande parte, devedoras da influência dos fisiocratas franceses, ainda que não se deva subestimar a influência do pensamento inglês. Por volta do final do século, parece que Adam Smith teve muitos leitores em Espanha. Foram as suas teorias que inspiraram a ação dos ministros ilustrados e, sobretudo, a de Campomanes, que se impôs dois objetivos

complementares: aumentar a produção e o comércio e pôr em cultivo novas terras através da distribuição de lotes aos camponeses mais desfavorecidos.

Desde 1759, uma série de más colheitas provocaram uma subida súbita dos preços do trigo, que se duplicaram entre 1761 e 1765. Este foi o momento que Campomanes escolheu para decretar, em 1765, a supressão da taxaço e a livre circulação dos cereais e do vinho. Esperava-se com isto uma diminuição dos preços e um abastecimento mais satisfatório, ao dirigir os *superavit* das regiões excedentárias para as outras. Sucedeu o contrário. Os especuladores armazenaram as sementes para fazer subir ainda mais os preços. A carestia surgiu e o descontentamento aumentou. Responsabilizou-se o governo pela crise e, especialmente, os ministros italianos. Uma medida que não tinha nada a ver com o problema dos cereais somou-se aos motivos de exasperação. Uma pragmática de 10 de março de 1766 exigiu aos madrilenos que usassem desde então um tricórnio e uma capa curta ou levita. A medida foi muito mal recebida. A 23 de março de 1766, uma multidão heteróclita saqueou a residência do marquês de Esquilache. Uma manifestação desenrolou-se no dia seguinte frente ao Palácio Real. A multidão exigiu que o rei saísse à varanda e conseguiu algumas concessões com a destituição de Esquilache, a dissolução da guarda valona, a descida dos preços, a revogação do decreto das capas... O rei cedeu a todas as reivindicações, saindo logo a seguir para Aranjuez. Apaziguado em Madrid, o motim estendeu-se ao País Basco, Saragoça, Múrcia, Salamanca, A Corunha, Palência... Protestava-se em todas as partes pela subida dos preços; denunciava-se os usurários, os especuladores e, por vezes, as autoridades locais. A calma voltou rapidamente, mas o conde de Aranda, nomeado presidente do Conselho

de Castela, não aceitou o golpe que se tinha infligido à autoridade do Estado. Sugeriu ao rei que se retratasse das concessões feitas sob coação, exceto à destituição de Esquilache. Ele estava convencido de que houvera uma conspiração por parte dos privilegiados, cujos interesses estavam ameaçados pela liberdade de circulação das sementes e que, em geral, eram hostis ao espírito das reformas.

As revoltas de 1766 incitaram os ministros a refletir mais sobre as medidas a tomar. A primeira reforma - que data de 26 de julho de 1766 - referia-se ao funcionamento dos municípios. Estes tinham demonstrado que eram incapazes de assegurar o abastecimento das cidades em condições satisfatórias e o governo responsabilizou as oligarquias locais deste problema. Decidiu-se que nos conselhos municipais, ao lado dos regedores tradicionais, proprietários de cargos que se transmitiam de pais para filhos e que exerciam o poder sem nenhum controlo, ocupassem postos representativos designados pelas populações sem distinção de classe: dois ou quatro deputados comuns e um síndico. O papel dos deputados limitava-se aos problemas relacionados com o abastecimento da população; o síndico, por sua vez, podia intervir em todas as questões, mas não tinha voto. A reforma encaminhava-se para pôr fim ao poder discricional e aos abusos dos regedores, incluindo nas deliberações representantes qualificados da população. Este tímido avanço democrático foi recebido com ceticismo e hostilidade. A maior parte das vezes, os privilegiados recusaram participar nas eleições e, conseqüentemente, os novos deputados perderam em representatividade e autoridade. Alguns deles tentaram, inclusive, converter o seu cargo em vitalício e hereditário, ou seja, assimilarem-se à oligarquia local. Este fracasso é característico da época.

Os ministros de Carlos III eram reformistas, não revolucionários. Queriam modernizar Espanha, acabar com os privilégios anacrônicos e introduzir um maior bem-estar, mas sem pôr em causa a ordem social estabelecida. A ideia de uma nobreza hereditária não os incomodava, com a condição de que estivesse consciente das suas responsabilidades e desempenhasse o seu papel: tinha de constituir uma elite da nação e ser um exemplo de civismo e de patriotismo. O que criticavam os reformistas não era, pois, a nobreza como corpo social, mas sim os nobres indignos que não justificavam os seus privilégios com a sua dedicação ao bem público e uma vida exemplar. Entendida deste modo, uma nobreza hereditária parecia-lhes indispensável e os ministros ilustrados estavam inclusive dispostos a integrar nela todos aqueles que, pela sua atividade e pelo seu dinamismo, contribuían para a prosperidade do país. Este foi o objetivo a que se propôs o decreto de março de 1783: permitiu enobrecer as famílias que, ao longo de três gerações, tivessem dirigido uma empresa industrial ou comercial de utilidade pública. Esta preocupação por respeitar o *statu quo* explica a timidez e o fracasso, mais ou menos, das reformas empreendidas no âmbito da agricultura. Os ministros de Carlos III estavam convencidos de que a ganadaria extensiva constituía um obstáculo para o processo da agricultura; eram hostis à Mesta. Desde os Reis Católicos, foi sempre um membro do Conselho de Castela que presidiu a este organismo, No outono de 1799, Campomanes foi nomeado para ocupar aquele cargo e aproveitou-se dele para suprimir alguns dos privilégios que a Mesta desfrutava desde há séculos, mas não chegou a abolir a instituição. Os próprios ministros queriam melhorar a situação de numerosos camponeses sem terra no Sul de Espanha onde zonas imensas estavam

dedicadas à ganadaria ou abandonadas; o progresso económico e as preocupações sociais pareciam exigir uma reforma agrária. Estes eram os objetivos que se perseguiram com os ambiciosos projetos de colonização interior da Andaluzia e da Extremadura. A ideia fora esboçada pelo marquês da Ensenada, mas as realizações datam do reinado de Carlos III, na alta Andaluzia. Esperava-se resolver dois problemas a um tempo: por um lado, melhorar a situação dos campos da Andaluzia, região de grandes propriedades onde a terra estava mal distribuída, os rendimentos eram muito baixos e milhares de jornaleiros viviam na miséria. Por outro, garantir a segurança da rota do Sul nas paragens de Sierra Morena, onde bandos armados atacavam com regularidade as caravanas de viajantes. Campomanes redigiu os estatutos dos assentamentos que se iam fundar: outorgar-se-ia a cada família de colonos 50 fanegas - cerca de 33 hectares - instrumentos de trabalho e gado necessário; os pastos comunais seriam proibidos; os camponeses teriam direito a cercar as suas propriedades e as ovelhas da Mesta não poderiam pastar nelas nem transitá-las. Favorecer-se-ia o *habitat* disperso com algumas grandes aldeias, núcleos de colonização, que elegeriam por si mesmos os seus concelhos municipais; haveria uma paróquia por cada quatro ou cinco assentamentos e uma escola por cada paróquia, mas não conventos nem frades. O projeto era uma espécie de utopia do Iluminismo. Pretendia criar um modelo de desenvolvimento económico e social que pudesse servir de exemplo às regiões vizinhas. Campomanes confiou a sua realização a um jovem crioulo peruano, Pablo de Olavide, a quem nomeou assistente - ou seja, corregedor - de Sevilha e intendente dos novos assentamentos de Sierra Morena. Olavide aceitou esta missão com entusiasmo. Em 1776, os novos assentamentos

contavam já com 13 000 habitantes agrupados em cerca de 15 aldeias prósperas: Santa Elena, Las Navas de Tolosa, Guarromán, La Carlota, La Luisiana..., para além de La Carolina, convertida numa pequena e alegre cidade. Olavide incentivou o cultivo de cereais e de olivais; o regadio permitiu desenvolver os legumes e as pradarias artificiais. Não se esqueceu do artesanato. Olavide instalou teares para tecer lã, fábricas de tecidos de algodão, oficinas de tecelagem e olarias, saboarias... Olavide sonhava em tornar navegável o Guadalquivir para assegurar a comercialização dos produtos. A reforma, no entanto, despertou invejas e suscitou críticas por parte dos grandes proprietários locais e dos municípios que tiveram de renunciar a uma parte dos bens comunais. As objeções mais insidiosas vieram dos meios monásticos, excluídos dos novos assentamentos. Como bom representante da ilustração, Olavide queria uma religião depurada, sem manifestações de ostentações próximas à superstição. Os capuchinhos alemães inquietaram-se perante este estado de espírito e denunciaram-no à Inquisição, que o prendeu.

Os mesmos propósitos inspiraram os projetos de reforma agrária na Extremadura. Tratava-se também de uma região de grandes propriedades onde as zonas destinadas ao pasto transumante ocupavam vastas extensões. Campomanes quis aumentar a produção através do arroteamento de novas terras e proporcionar meios de existência aos que não os tinham. A ideia do ministro era outorgar a cada família um lote arrendado a longa duração que lhes permitisse viver decentemente. Decidiu-se distribuir só as terras que faziam parte dos bens comunais. Os conselhos municipais – por conseguinte, as oligarquias locais – foram encarregues de levar a cabo a reforma. Ora, os regedores não tinham interesse em que se constituísse novas

explorações em detrimento de uns pastos lucrativos, dos quais frequentemente se tinham reservado o uso. Por isso, sabotaram a reforma, que não alcançou os seus objetivos porque os seus iniciadores não quiseram desafiar os interesses em jogo.

O Estado interveio também no setor da indústria e do comércio. Procurou melhorar as comunicações internas através de uma política de grandes obras, as mais importantes das quais foram a finalização do Canal Imperial de Aragão e a construção de uma rede de estradas destinada a comunicar Madrid com as principais cidades de Espanha. Programa ambicioso que só em parte foi realizado. Fizeram-se grandes esforços a favor das manufaturas reais: espelhos, porcelanas, tapeçarias... Do ponto de vista técnico, o êxito foi inquestionável. As tapeçarias de manufatura de Madrid-Guadalajara eram das melhores do mundo. A fábrica contava com 650 teares e empregava mais de 2 000 operários, para além de 15 000 fiadeiras que trabalhavam para ela em La Mancha. No aspeto financeiro, não obstante, as manufaturas foram constantemente deficitárias e só puderam manter-se graças aos capitais do Estado. Para incentivar a indústria nacional, Campomanes praticou uma política aduana seletiva que taxava os produtos que podiam ser competitivos (panos, tecidos de algodão, sedas, produtos de linho...). Apesar destas medidas, a balança comercial foi sempre negativa; Espanha exportava lã, vinho, mineral de ferro, fibras vegetais (seda, esparto) e importava, sobretudo, tecidos e cereais.

Os reformistas indignavam-se perante a massa de indigentes, de vagabundos e marginais que enchiam as cidades. Queria utilizar aquela mão de obra potencial; era o que se denominava a «caridade discreta», ou seja, socorrer

os pobres não distribuindo esmolas, mas dando-lhes trabalho e pagando-lhes um salário. De todos os grupos considerados como perigosos, o dos ciganos foi objeto de uma vigilância especial. Em 1748, o marquês da Ensenada decidiu condená-los ao presídio e às galeras. 20 anos mais tarde, Campomanes retomou a questão e propôs assentar os anciãos em algumas cidades e enviar o resto para a América. Os ciganos não foram integrados na sociedade espanhola até 1785, mercê de uma pragmática inspirada por Floridablanca. Declarou-se solenemente que não pertenciam a uma «raça infeta» e que tinham os mesmos direitos que o resto dos espanhóis mas, em contrapartida, exigiu-se-lhes que se assimilassem. A medida parece ter tido alguma eficácia, uma vez que, no fim do século, mais de 9 000 em cada 10 000 ciganos com que contava Espanha tinham-se sedentarizado.

### ***A Igreja, a Religião e o Estado***

Em Espanha, o Iluminismo não promoveu um combate contra a religião; os reformistas propuseram-se, por um lado, promover uma religião iluminada e, por outro, pôr o clero ao serviço do Estado e fazê-lo participar na modernização do país.

Os reformistas não viam na religião popular mais do que ignorância, superstição e fanatismo; chocava-lhes as procissões da Semana Santa, com os seus flagelantes; as representações do *Corpus*, as peregrinações, os festejos e banquetes organizados pelas confrarias, nos quais não viam mais do que gastos inúteis. Os ministros contavam com o clero para dirigir a massa do povo espanhol para uma religião depurada dos seus elementos supersticiosos, mas

era necessário que o próprio clero estivesse à altura da sua missão. Em regra geral, os bispos nomeados por proposta do rei ficaram satisfeitos e aceitaram de bom grado secundar os esforços do governo para transformar o país. Há alguns exemplos significativos, como o do cardeal Lorenzana, arcebispo de Toledo, que tentou fomentar a produção de seda e que enviou aos seus párocos uma pastoral sobre como modernizar a agricultura e melhorar assim a condição dos camponeses; o bispo de Málaga gastou 10 milhões de reais para construir um aqueduto, etc.

Muitos párocos, por outro lado, eram quase iletrados e alguns levavam uma vida pouco edificante. As reformas acordadas em 1768, em aplicação da Concordata de 1753, encaminhavam-se para remediar esta situação. Uma ordenança reduziu o número de benefícios com o fim de assegurar aos párocos rendimentos decentes e obrigou os sacerdotes a residir na sua paróquia. Acabou-se com situações ambíguas, como a daqueles que tinham recebido a tonsura ou as ordens menores, mas que se beneficiavam dos privilégios ligados ao estamento eclesiástico. A mesma ordenança de 1768 ocupou-se da formação do clero; obrigava os bispos que ainda não o tinham feito a abrir um seminário na sua diocese. A formação dos futuros sacerdotes compreendia, principalmente, os estudos bíblicos e patrísticos e a história da Igreja, mas também as ciências exatas e morais; recomendava-se reduzir a sãs proporções as «subtilezas escolásticas».

Os reformistas não gostavam muito do clero regular. A Companhia de Jesus, sobretudo, suscitava a sua desconfiança. Os reformistas tinham tendência para exagerar a sua influência no Estado, na sociedade - devido ao seu lugar no ensino - e na América - as missões do

Paraguai, por exemplo, constituíam um território imenso no qual os jesuítas exerciam uma autoridade que se pensava ser incompatível com a do rei. Em França, considerações análogas tinham conduzido, em 1764, à dissolução da Companhia de Jesus. Em Espanha, o motim de Esquilache proporcionou o pretexto. Aranda não teve nada a ver com a expulsão, cujo verdadeiro inspirador foi Campomanes, que se convenceu que os jesuítas tiveram uma grande responsabilidade em todas as manifestações organizadas contra o governo em 1766. O seu fim teria sido provocar uma mudança de governo, talvez mesmo a abdicação de Carlos III. Em 1767, os 2 641 jesuítas de Espanha e os 2 630 que residiam na América foram expulsos; os seus bens foram confiscados em benefício do Estado. José Moñino, embaixador no Vaticano e futuro conde de Floridablanca, obteve do Papa, em 1772, a dissolução da Companhia de Jesus.

De todas as instituições do Antigo Regime, a Inquisição era a que mais arruinava o prestígio de Espanha no estrangeiro; era o símbolo da intolerância e do fanatismo. Na primeira metade do século, o Santo Ofício não diminuiu a sua atividade. Entre 1720 e 1740, deram-se algumas centenas de processos e várias condenações à morte ditadas contra judaizantes. Não se celebraram mais grandes autos de fé como os de outros tempos; a Inquisição contentava-se em pronunciar sentenças durante cerimónias privadas, como se quisesse afastá-las de toda a publicidade. Por isso, o processo de Olavide, durante o reinado de Carlos III, apanhou toda a gente desprevenida. Impregnado de cultura francesa, curioso por todas as novidades, Olavide ganhou a confiança dos ministros reformistas que, em 1767, o nomearam assistente de Sevilha. Lá, desenvolveu uma grande atividade: deve-se-lhe sobretudo, um audaz

programa de reforma universitária; depois, encarregou-se-lhe que pusesse em andamento a repovoação da Sierra Morena. O êxito e os seus altos apoios tornaram-no imprudente. Permitiu-se fazer declarações sarcásticas sobre as devoções populares que ele qualificava como superstições; proibiu que se enterrassem os mortos nas igrejas e que se vendessem indulgências; criticava as esmolas e pensava que para aliviar a miséria era melhor criar postos de trabalho; zombava dos frades a quem tratava como ignorantes. Estes não lhe perdoaram e denunciaram-no à Inquisição. Segundo eles, Olavide, era um ímpio que possuía livros proibidos e quadros lascivos e que não observava os jejuns obrigatórios. A Inquisição prendeu-o em 1776, instruiu o seu processo e condenou-o, em 1778, a oito anos de reclusão num convento<sup>18</sup>). Verosimilmente, para a Inquisição, tratava-se de demonstrar que ainda era poderosa. Não podendo atacar os próprios ministros, colocados muito acima, os inquisidores, que se preocupavam com as novas tendências, teriam optado por dar um exemplo, lançando-se sobre um funcionário de segunda fila.

Os reformistas tiveram uma atitude ambígua em relação à Inquisição. Não gostavam dela, mas pensavam que podiam utilizá-la. Campomanes e Floridablanca viam no Santo Ofício o órgão mais fanático do Estado e, no entanto, nem sonhavam suprimi-lo. A Inquisição continuou a ser um instrumento de poder, uma vez que era o rei que nomeava o seu presidente. Contava-se com a Inquisição para que contribuísse, juntamente com os bispos, para extirpar a superstição e, portanto, para o progresso do Iluminismo! Floridablanca encomendou-lhe, durante o reinado de Carlos

IV, a luta contra a penetração das ideias revolucionárias em Espanha.

### ***O pacto de família***

Filipe V esforçou-se por devolver Espanha à sua posição na Europa. Fernando VI manteve-se à margem dos conflitos europeus. Com Carlos III, Espanha voltou a tomar a iniciativa. Uma ideia simples guiava então a diplomacia espanhola. Inglaterra era o seu principal inimigo: ocupava Gibraltar e Minorca e ameaçava os interesses de Espanha na América. Impunha-se uma aliança com França, também preocupada pelas ambições de Inglaterra. A aliança com França, o terceiro pacto de família concertado em 1761, não só afiançava a solidariedade dinástica entre os Bourbons, mas respondia também aos interesses das duas potências. Espanha alinhou-se, assim, com França contra Inglaterra na guerra denominada dos Sete Anos. Espanha, sempre ao lado de França, interveio, 15 anos mais tarde, na independência das colónias inglesas da América do Norte. Minorca foi reconquistada em 1782. Na América, Espanha atacou os ingleses na Flórida. A paz de Versalhes (1783) ratificou as conquistas territoriais: Espanha conservou Minorca e recuperou a Flórida.

### ***As províncias do ultramar***

Na segunda metade do século XVIII começou-se a falar das províncias do ultramar para designar o que até então se chamava de Índias. Esta mudança de vocabulário reflete um novo ponto de vista sobre os territórios que se tendiam a assimilar cada vez mais a colónias destinadas a fortalecer o

poder e a riqueza da metrópole, a proporcionar-lhe produtos complementares e a servir como mercado para a sua atividade económica. Há que situar a política americana dos Bourbons nesta perspetiva: vontade de tirar partido não só do subsolo, mas também da agricultura e da ganadaria; preocupação por desenvolver o comércio e fazer respeitar o monopólio de Espanha e, por último, esforços para reforçar a organização administrativa da América. Estas reformas provocaram frequentemente reações violentas naquela sociedade colonial complexa, dividida em classes e castas antagónicas e suscitaram um profundo mal-estar entre os crioulos que tomaram então consciência da sua identidade.

No século XVIII, os metais preciosos continuavam a ser a principal riqueza que Espanha obtinha do seu Império na América, ao mesmo tempo que alguns produtos tropicais – o açúcar, o cacau, o tabaco – eram cada vez mais procurados no mercado europeu. Continuaram a explorar as minas de ouro situadas em Nova Granada. Em relação à prata, Peru e México continuavam a ser os grandes centros de produção; o segundo mais do que o primeiro. O México, mais do que nunca, era a joia americana. Do México provinham dois terços da prata americana. Duas novas formas de exploração ganharam impulso no século XVIII: a fazenda e a plantação. A fazenda dirigia-se mais para o mercado interior (sobretudo gado); encontrou nas planícies da Venezuela – planaltos – e na pampa argentina terrenos especialmente favoráveis para os milhares de cavalos e gado bovino que viviam ali em estado selvagem. A plantação, pelo contrário, trabalhava para a exportação e implicava a utilização de uma mão de obra abundante e barata, ou seja, escravos negros. Três cultivos impuseram-se nas plantações: o açúcar, o cacau e o tabaco.

Cuba e Porto Rico só depois de 1762 empreenderam o cultivo sistemático de cana-de-açúcar. O movimento foi mais rápido, já que em 1788-1789 as duas ilhas representavam 40% do tráfico entre América e Espanha. As plantações de cana no continente eram menos importantes embora as houvesse no México, na Venezuela e na região do Cuzco. A dificuldade de encontrar escravos - o seu elevado custo desanimava os proprietários - explica, em parte, a debilidade da produção de açúcar, que se consumia no lugar ou se vendia nos territórios vizinhos, mas não deu lugar a exportações significativas. A partir de finais do século XVII, o cacau implantou-se na Venezuela. Este foi o cultivo dominante até às primeiras décadas do século. A produção venezuelana de cacau dirigia-se primeiro ao México por Vera Cruz; depois, a partir de 1730, vinha para a Europa. O tabaco era cultivado, vendido e consumido livremente em muitas regiões da América do século XVII. Os êxitos obtidos pelos ingleses com o tabaco de Virginia e de Maryland permitiram ao governo espanhol tomar consciência do interesse daquele produto. Em 1717, a coroa estabeleceu o monopólio do tabaco em Cuba. O cultivo continuava a ser livre, mas o Estado reservava-se a exclusividade do seu comércio e da sua comercialização, ainda que fossem os particulares que estavam encarregues da produção. Estes comprometiam-se a entregar ao Estado todos os anos, a um preço determinado, certa quantidade destinada à fábrica de Sevilha, até que em 1761 se criou a Real Fábrica de La Habana; então, a coroa tomou conta diretamente da elaboração do produto. Mais do que Cuba, onde a cana-de-açúcar dominava, foi a Nova Espanha que se especializou no tabaco, convertido num artigo amplamente consumido. Inicialmente, o cultivo, o fabrico e a comercialização eram totalmente livres. O Estado

estabeleceu ali o seu monopólio em 1765. O seu cultivo ficava limitado a determinadas zonas, o Estado estabelecia cotas de produção e os seus representantes velavam para que se respeitasse a regulamentação. Rapidamente, o monopólio do tabaco revelou-se lucrativo para o Estado. Nos últimos anos do século XVIII, rendia mais do que os impostos sobre ouro e prata.

O impulso económico foi acompanhado por uma expansão territorial considerável; calcula-se que, entre 1740 e 1790, a superfície controlada por Espanha na América duplicou até alcançar oitenta milhões de quilómetros quadrados. Tratava-se ou de bens de territórios novos que foram integrados no Império ou de zonas até então abandonadas porque pouco interessavam aos colonos, atraídos pelas minas e que agora se revelavam ricas em recursos agrícolas. Entre os de primeira categoria destaca-se o impulso prodigioso do Norte do México. Os missionários, primeiro jesuítas e, mais tarde, franciscanos, abriram o caminho. Os primeiros espanhóis tinham chegado à Califórnia em meados do século XVI, mas, a seguir, a colonização do México empregou todas as energias. A marcha para o norte retomou-se na segunda metade do século XVIII a partir das missões de Sonora, Arizona e Baixa Califórnia. São Francisco foi fundada em 1776. Um imenso território – desde o Mississípi até às Rocosas e, mais além, até ao Pacífico – passou a ser dominado por Espanha em finais do século XVIII.

No resto da América os progressos foram menos espetaculares. Intensificou-se a densidade do povoamento e da colonização com a exploração de novos cultivos. A criação dos novos vice-reinados, o de Nova Granada<sup>19</sup>), e, em 1776, o do Rio da Prata, respondia à necessidade de ter

em conta as relações que se estabeleceram nessa altura no interior do antigo vice-reinado do Peru. Aquela nova divisão administrativa rompeu, a favor de Buenos Aires, a unidade geográfica, histórica e económica dos Andes, já que se lhe incorporou Potosí com o fim de cobrir o acesso às minas do Peru por leste e desanimar o contrabando. Esta iniciativa assegurou o impulso do porto de Buenos Aires.

### ***A nova política colonial***

A política colonial dos Bourbons fundamentou-se em dois objetivos complementares. Tratava-se de defender o Imperio perante qualquer agressão e de fazer respeitar o monopólio comercial de Espanha contra as ambições das grandes potências. À primeira preocupação responde-se com o envio de meios militares eficazes; à segunda com as reformas para desenvolver a economia dos territórios americanos e obter deles recursos cada vez maiores. Por volta de 1750, foi acordada uma primeira série de reformas, e entre 1765 e 1785 aplicaram-se as medidas mais radicais. A oposição violenta que encontraram obrigou a retirar algumas delas, mas não se modificou a sua orientação geral.

Decidiu-se dar prioridade às zonas especialmente ameaçadas: no mar do Caribe, com as praças-fortes de Havana e de Cartagena das Índias; Acapulco, ponto mais importante do tráfico entre México e Filipinas; o litoral de Guaiaquil e El Callao, no Pacífico Sul, e, por último, o complexo Montevideo-Buenos Aires. Para assegurar a defesa destes setores, Espanha empreendeu a construção ou a reparação de fortificações e preparou também um exército composto por dois elementos de importância

desigual: o exército propriamente dito e as milícias. O primeiro era constituído por duas categorias distintas: os regimentos permanentes (efetivo militar) e tropas de apoio que procediam de Espanha (reforço). As milícias completavam aquele dispositivo. Eram uma espécie de exército de reserva que contava com cerca de 200 000 homens em 1780. Nem os soldados nem os oficiais das milícias recebiam qualquer salário, salvo em caso de mobilização, mas os oficiais desfrutavam dos privilégios ligados ao estatuto militar. Para muitos crioulos constituía uma promoção e um meio de obter mais prestígio e influência.

Este dispositivo militar era indispensável devido às numerosas guerras em que Espanha se envolveu no século XVIII. Não menos terrível era a guerra económica desenvolvida por todos aqueles que tentavam burlar o monopólio comercial de Espanha. No Tratado de Utrecht, Inglaterra obteve a exclusividade do tráfico de escravos (direito de assento) e o direito de enviar todos os anos para a América um navio de 500 toneladas (o navio de permissão) carregado de mercadorias. Junto a este tráfico legal, ingleses e holandeses entregavam-se desde a segunda metade do século XVII a um intenso contrabando para introduzir na América quantidades cada vez maiores de mercadorias que trocavam por produtos tropicais e metais preciosos. Os ingressos fiscais de Espanha ressentiram-se disso, assim como a economia das suas possessões na América.

O governo de Filipe V planeou, primeiramente, criar companhias monopolistas seguindo o modelo holandês e inglês. A mais importante foi a Companhia Guipuzcoana de Caracas que, em 1728, recebeu a missão de comercializar o

cacau da Venezuela e de vigiar o litoral para eliminar o contrabando. O êxito foi inquestionável.

As grandes reformas inspiraram-se numa constatação: o contraste entre a prosperidade das pequenas colónias estrangeiras das Antilhas e o marasmo ou o débil rendimento dos imensos territórios de Espanha. Era urgente conceber outra política para que a metrópole retirasse proveito das suas colónias. A solução viria da intervenção do Estado e da reorganização da administração e da economia; era conveniente desenvolver a produção ao interessar-se não só pelas riquezas mineiras, como também dar prioridade aos produtos suscetíveis de ser exportados: tabaco, cochonilha, açúcar, cacau, café, algodão, etc.; parecia desejável também diminuir os impostos diretos e aumentar a tributação indireta, assim como incentivar o consumo para aumentar as receitas do Estado; por fim, convinha rever o comércio entre a metrópole e as colónias para garantir o monopólio daquela. Estes foram os objetivos que se tiveram em conta, primeiro quando se instaurou o regime de livre comércio, depois, a partir de 1776, quando se ordenaram medidas de longo alcance.

O livre comércio não pôs fim ao monopólio de Espanha. A medida dirigia-se, pelo contrário, a torná-lo mais eficaz, suprimindo as disposições que já não se justificavam; foram nove os portos da Península que obtiveram o privilégio de fazer comércio com a América; para além de Cádiz, Sevilha, Málaga, Alicante, Cartagena, Barcelona, Santander, Corunha e Gijón.

Em 1765, chegara ao México, como visitador geral, José de Gálvez com a missão de examinar a gestão da administração espanhola na colónia. Gálvez denunciou a desordem que havia nas finanças e teve plenos poderes

para remediá-la. Pôs de pé na América o regime de intendência que já dera bons resultados na metrópole e impôs as suas reformas com decisão: o monopólio do Estado sobre o tabaco, a aguardente, os naipes e o papel selado; a modernização e ampliação da tributação, o desenvolvimento da indústria e do comércio. Em alguns anos, o México passou por uma transformação espetacular. Gálvez regressou a Espanha em 1771 para tomar posse do cargo da direção geral dos assuntos coloniais com o título de ministro universal das Índias. Elaborou um programa ambicioso de reformas que fossem aplicadas em todo o Império. O Estado tomou conta diretamente de alguns setores de atividade, nomeou funcionários eficazes e competentes, bem preparados e dinâmicos: visitantes, intendentes, etc. Gálvez confiou a estes agentes a missão de sacar da sua letargia os territórios do ultramar e desenvolvê-los, acabando com o contrabando, fomentando a produção, abrindo vias de comunicação, aumentando o rendimento dos impostos, etc.

O plano Gálvez, aplicado com rigor, suscitou protestos em todos os estratos da sociedade colonial e revoltas em algumas zonas. Em 1781, a rebelião de Túpac Amaru, no Peru, foi a mais importante das rebeliões indígenas a que Espanha teve de fazer frente desde o século XVI. Afetou a zona do Cuzco. Milhares de índios levantaram-se contra os abusos da administração colonial. Túpac Amaru foi detido e executado a 18 de maio de 1781. Túpac Katari tomou a liderança; cercou a cidade de La Paz em duas ocasiões - março-julho de 1781 e agosto-outubro do mesmo ano. O exército acabou por derrotar uma rebelião que deixou milhares de mortos. A revolta dos comuneiros do Socorro, em Nova Granada, também em 1781, apresenta caracteres distintos. Foi dirigida sempre por crioulos para protestar

contra as reformas que o representante nomeado por Gálvez pretendia introduzir: monopólio do tabaco e aumento das alcavalas. A revolta foi esmagada a 13 de outubro de 1781.

Pode relacionar-se com estes movimentos populares o tumulto dos mestiços de Cochabamba em 1729-1730, a conspiração de um crioulo de Oruro (1739) que reclamava a restauração do Império Inca, os levantamentos de Puebla, no México (1765), o dos mulatos de Guayaquil em 1778, e ainda muitos outros que dão testemunho do mal-estar da sociedade colonial do século XVIII. Poderá ver-se nesta longa série de distúrbios outros tantos movimentos precursores da independência? É difícil encontrar intenções secessionistas. Estes movimentos dão conta de um inquestionável desejo de autonomia - que não é o mesmo que separatismo - por parte de grupos sociais que se preocupavam ao ver os seus interesses ignorados ou sacrificados por uma administração que estava muito longe e por funcionários demasiado zelosos do seu dever. No século XVIII, os Bourbons modificaram as relações que tinham estabelecido entre a coroa e os territórios americanos. Ainda que os crioulos não compreendessem todas as implicações, sentiam confusamente que aquela transformação se aplicava em seu detrimento.

Os movimentos de 1780 mostram um antagonismo cada vez maior entre crioulos e metropolitanos. No século XIX, veremos os dirigentes das nações nascidas da independência responsabilizar Espanha por todas as desgraças: explorada por uma potência retrógrada, obscurantista e fanática, a América sofrera desde o início uma desvantagem considerável até poder empreender a via do progresso e do desenvolvimento. As coisas não são tão

simples. No fim do século XVIII, a metrópole era progressista: as elites crioulas, salvo algumas exceções, era reacionárias. O movimento do Iluminismo na América, que mereceu justamente a atenção dos historiadores, demonstra-o. Muitas iniciativas e manifestações intelectuais na América são apresentadas como ousadas que se atribuem aos crioulos quando, na realidade, foram estimuladas, quando não impostas, desde a metrópole. O movimento do Iluminismo chegou a América através de Espanha, graças àqueles funcionários tão criticados que Gálvez encarregou, a partir de 1765, de modernizar as colónias. A maior parte deles eram homens bem preparados para a missão e estavam animados por um espírito novo. Chegaram a fazer frutificar o território, a sacá-lo da sua letargia e a conduzi-lo pela via do progresso. Os bispos nomeados por Espanha tinham os mesmos propósitos. Sob o impulso de uns e de outros fundaram-se sociedades patrióticas de acordo com o modelo das que funcionavam já na metrópole, com o fim de desenvolver a instrução pública, a agricultura, o comércio; abriram-se bibliotecas públicas; criaram-se tipografias onde não as havia e estimulou-se a leitura de jornais e de revistas para difundir as Luzes; o vicerei Ezpeleta inaugurou um teatro em Bogotá, o Coliseu, onde se organizavam concertos; subvencionaram-se expedições ao Peru, a Nova Granada e ao México para enriquecer os conhecimentos de geografia, fauna e flora daqueles lugares. O ensino, a todos os níveis, mereceu a atenção das autoridades. Era importante ensinar as crianças a ler, inclusive as pobres, e dar-lhes um ofício. Estimulou-se a alfabetização e a criação de escolas elementares; os reformadores preocuparam-se também em formar professores qualificados, o que colocava o problema do ensino superior, ainda mais urgente após a expulsão dos

jesuítas. Por todo o lado, fez-se um esforço por reduzir o peso das disciplinas tradicionais - Teologia, Metafísica, Direito romano... - e por introduzir matérias novas - Matemática, Física, Ciências Naturais, Jurisprudência... Humboldt destacou, no fim do século, os progressos realizados no Novo México durante os anos precedentes.

As revoltas de 1780 levaram Espanha a proceder com menos pressas e mais moderação. Os vice-reis Revillagigedo, no México, e Caballero y Góngora, em Nova Granada, são muito representativos dessa vontade de continuar pela senda das reformas com os ajustes que impuseram as circunstâncias. Os resultados foram mais do que estimulantes. Em 1788, Floridablanca estimava que o comércio de Espanha com a América triplicara desde o início do século. É verdade que esta expansão beneficiou sobretudo Espanha. Esperava-se cada vez mais que as colónias fossem complementares e não competidoras da metrópole.

Esta era a lógica do pacto colonial que Espanha tentou fazer respeitar com uma eficácia crescente. Os crioulos sabiam-no e lamentavam-se deste facto. Isto era o que constituía o pano de fundo das revoltas de 1780. O que se chamou a disputa pelo Novo Mundo contribuiu para aumentar o mal-entendido não só entre Espanha e as suas colónias, como também entre a Europa do Iluminismo e a América. No último terço do século XVIII, várias obras pareciam pôr em dúvida as possibilidades naturais do continente americano e as capacidades intelectuais dos seus habitantes. Aquele continente estaria especialmente desfavorecido pela natureza; tudo nele levaria à degeneração dos seres vivos, incluindo os homens que o habitavam. Os americanos reagiram energicamente contra

estas opiniões: acreditavam ver nelas uma tentativa para denegrir e rebaixar a sua pátria. Nesta defesa da América já se tinham adiantado alguns dos jesuítas expulsos em 1767. Santa Cruz y Espejo, José Francisco de Caldas e outros censuraram aquele desafio que a Europa do Iluminismo lançara ao Novo Mundo. Mas, para além do amor-próprio ferido, aprecia-se, em algumas destas apologias, um esforço por interpretar o passado colonial e mesmo por reivindicar a contribuição dos primeiros habitantes. Contra a metrópole, os crioulos também foram convidados a recolher a herança dos índios vencidos. Ter levado os crioulos a tomar consciência das suas peculiaridades foi uma das consequências inesperadas do Iluminismo.

### ***A sociedade colonial***

No século XVIII, a população da América espanhola, que não deixara de diminuir desde a conquista, recuperou para se situar em torno dos 17 milhões de habitantes. Aquela população estava desigualmente distribuída. Muitos espaços estavam quase desertos. Por outro lado, algumas regiões tiveram um rápido desenvolvimento. Foi o caso, especialmente, de Rio da Prata e da Venezuela. Espanhóis e crioulos ricos instalaram-se preferentemente nas cidades, algumas das quais tiveram, então, um desenvolvimento espetacular. Com quase 120 000 habitantes em 1790, o México era a maior aglomeração de toda a América.

Esta população era constituída por numerosas categorias raciais e sociais: funcionários, eclesiásticos e comerciantes espanhóis que efetuavam uma estadia mais ou menos longa na América, crioulos nascidos no território, índios, negros - escravos ou libertos - e todas as *nuances* de mestiçagem

que se possa imaginar. No século XVIII, os mestiços representavam uma quarta parte da população total; constituíam os elementos da classe média, mas, com maior frequência, formavam um proletariado urbano sem ingressos regulares. Julgavam-se superiores aos negros e aos índios, ao mesmo tempo que eram vítimas do desprezo e dos preconceitos dos crioulos. Com efeito, o prestígio dos brancos era tal que a sociedade colonial se definia em relação a eles: quanto mais sangue europeu tinham, mais consideração recebiam; as diferenças de fortuna eram importantes, mas estavam atrás na escala de valores. Por isso, mais do que classes sociais, tende-se a falar de castas que se vigiam entre si e se invejam.

Os índios representavam quase metade do conjunto da povoação. As maiores densidades encontravam-se no México, na América Central e nos Andes. A maioria vivia agrupada nos distritos que lhes estavam reservados, submetidos a caciques, que eram como que intermediários da administração colonial, representada pelos corregedores. A partir do século XVI, Espanha promulgou legislação destinada a proteger os índios dos abusos e das usurpações dos colonos. Em cada Audiência, um magistrado especial, o protetor dos índios, encarregava-se de velar pela aplicação daquelas leis. A realidade era muito distinta. Os índios continuaram a ser explorados de várias maneiras: através do tributo que deviam ao rei e que podiam pagar em especiarias; através das taxas que impunham os padres pelos batismos, casamentos, enterros ou para reparar a igreja e, por último, através de exações de todo o tipo. Duas dessas exações eram especialmente onerosas e odiosas: os repartimentos e os trabalhos forçados. Os repartimentos não eram mais do que vendas forçadas. Inicialmente, tratava-se de paliar as insuficiências do comércio local

oferecendo aos índios artigos de primeira necessidade. Os corregedores, encarregados desta missão, viram nisso a possibilidade de complementar os seus emolumentos e de enriquecer com pouco esforço, obrigando os índios a comprar a preços altos artigos totalmente inúteis: binóculos, meias de seda, gravuras... Essas vendas forçadas foram em parte responsáveis pela exasperação que levou os índios do Alto Peru a seguir Túpac Amaru na sua rebelião. Em teoria, no século XVIII, após a abolição da comenda, o trabalho forçado e as prestações pessoais deixaram de ter existência legal. De facto, com a cumplicidade dos caciques, dos corregedores e dos magistrados, o trabalho forçado continuou.

Os negros constituíam o segundo grande componente da população americana. O comércio de escravos provocou a chegada de um número crescente para servir de mão de obra nas plantações de cacau, café e cana-de-açúcar das Antilhas, Nova Granada e Venezuela. Em 1792, constituíam mais de metade da povoação de Cuba. Nos últimos anos do século muitos foram os escravos que fugiram para as florestas onde se organizaram em bandos, constituindo uma ameaça permanente para os plantadores e para a sociedade colonial no seu conjunto.

Os brancos ocupavam a cúspide da pirâmide social. Salvo no vice-reinado de La Plata, em todas as partes eram minoritários. Duas categorias opunham-se entre si cada vez mais: os crioulos e os peninsulares. Os crioulos criticavam que Espanha os excluísse das funções mais prestigiosas e lucrativas. Devido à reinstauração de controlo empreendido pelos Bourbons na segunda metade do século XVIII, o governo ficou com a impressão de que os crioulos se opunham a reformas que se consideravam necessárias

enquanto os crioulos acusavam Espanha de ignorar os seus interesses legítimos, de oprimi-los e desprezá-los.

A oligarquia crioula, uma minoria de grandes proprietários e de grandes exportadores, sentia-se ameaçada na sua influência social pelo fortalecimento do poder real. Esta oligarquia era animada por um espírito de casta que a levava a defender a qualquer momento o seu poder. Agarrava-se a privilégios herdados do passado. Que tinha ela em comum com os milhares de brancos pobres sem terras, cheios de dívidas, que levavam uma existência muito precária? Estes brancos pobres, no entanto, olhavam por cima do ombro os mestiços, mulatos, negros, índios... Cada uma destas categorias julgava-se ameaçada pelas outras. Foi isso que deu força ao poder colonial. Espanha era a única que tinha possibilidades de garantir a ordem e a segurança. A oligarquia crioula sabia-o, fossem quais fossem as suas queixas contra a mãe pátria. Por isso, nem sequer pensaram em seguir o exemplo dos colonos ingleses da América do Norte. Era demasiado cedo para sonhar com a separação da metrópole.

### ***O Iluminismo e o povo***

Os iluministas queriam arrancar Espanha do seu estancamento e convertê-la numa nação moderna. Agiram sem precaução, persuadidos de que a vontade do poder bastaria para impor as mudanças desejadas. Desprezaram a multidão, grosseira e ignorante; esforçaram-se sinceramente por assegurar o bem-estar e a felicidade do povo, mas sem o povo e, se fosse preciso, contra o povo. Medidas autoritárias e desastradas provocaram uma rutura entre uma parte da elite e o povo. Aquerela do teatro ilustra

a dimensão do mal-entendido. Os reformistas outorgavam muito interesse ao teatro. O teatro tem uma grande utilidade social, escreveu Campomanes em 1766; sob o pretexto de divertir, permitia ao governo inculcar nos espetadores, através dos atores, lições de virtude e de civismo. Ora, o teatro, em Espanha, e especialmente em Madrid, era uma diversão popular. Os dramaturgos espanhóis sacrificavam a análise psicológica a favor da intriga, que devia manter o espetador interessado até ao desenlace; multiplicavam as intrigas; gostavam dos efeitos cénicos e a tramoia. Este tipo de teatro horripilava os reformistas, que pensavam ser de mau gosto e sem interesse do ponto de vista social. Queriam substituí-lo por um teatro que estivesse mais de acordo com as regras e que fosse mais pedagógico. Infelizmente, este tipo de teatro deixou o público indiferente, que preferia as obras espetaculares ou as zarzuelas. Em 1765, o governo decidiu intervir. Um decreto proibiu os autos sacramentais, aquelas obras sobre o Santíssimo Sacramento que se representavam por ocasião da festa do *Corpus*. Para além dos autos, o objetivo era o teatro popular. O que se criticava àquele tipo de teatro era sobretudo que refletia e reafirmava uma ética que à primeira vista aparecia como a negação do conjunto de valores defendidos pela elite «iluminada». As reformas apresentadas e os métodos utilizados para as pôr em prática chocaram com muitas das situações dadas. Começou então a desenvolver-se uma tendência que Ortega y Gasset definiu como plebeia: na Espanha do século XVIII, por uma surpreendente subversão dos valores, um setor das classes dirigentes entusiasmou-se com os costumes populares. O fenómeno apresenta-se sob três aspetos: os peraltas, os touros e a miragem andaluz.

O termo «peralta» apareceu no início do século XVIII. O termo é inquestionavelmente pejorativo; designa os estroinas dos subúrbios. Foram esses os personagens que, meio século depois, alguns aristocratas tomaram como modelo. Estes aristocratas adotaram o seu aspeto, o seu vocabulário, a sua pronúncia, a sua indumentária – uma profusão de bordados e de cores – e as suas atitudes; era uma maneira de se acanalharem e de se distinguir dos elegantes, vestidos à moda estrangeira e de todos os que pareciam envergonhar-se de ser espanhóis, ou seja, dos reformistas. O peraltismo apareceu, em última instância, como uma forma larvada e alienada de oposição ao centralismo e ao autoritarismo Borbónico.

Foi na mesma época quando a corrida deixou de ser uma diversão aristocrática para se converter no que ainda é hoje: um espetáculo rigorosamente codificado com os seus *tércios*, picadores a cavalo, bandarilheiros e matador, tudo realizado por profissionais cujas façanhas lhes proporcionavam notoriedade e que repartiam entre si o favor do público. Os reformistas escandalizavam-se perante aqueles combates de bestiário, indignos de um povo civilizado. O traje dos toureiros atraía o olhar pelas suas cores chamativas e pelos seus bordados; não é por acaso que se chama *traje de luces*. Recordo o dos peraltas, o que contribuiu para o pôr outra vez na moda, como testemunha um decreto de 1784 que denunciava a tendência que tinham determinadas pessoas de qualidade para se disfarçar, tanto de dia como de noite, de um modo indigno do seu estado; levavam pesadas capas e vestuário multicor, sobrecarregados de bordados ridículos. Este atavio, acrescenta o decreto, só era usado até então pelos ciganos, pelos contrabandistas, pelos toureiros e pelos carniceiros. Era com essa gente que queriam parecer-se homens cujo

berço e cuja fortuna deveriam levá-los a uma maior moderação!

A alusão aos ciganos e aos contrabandistas remete para a Andaluzia, terra predileta da corrida e dos toureiros; em Ronda e em Sevilha construíram-se as primeiras praças de touros de Espanha. Encontram-se, assim, reunidos, no final do século XVIII, todos os ingredientes daquela Espanha de pandeireta que, antes de fazer ruborizar de vergonha António Machado e os homens da geração de 1898, espalhou a consternação na elite iluminista do século XVIII. Acorrida, os ciganos, o flamenco, uma Andaluzia adulterada, a Madrid dos subúrbios que adorava zarzuelas, as tonadilhas e as festas, esta foi a Espanha que Goya descobriu quando chegou a Madrid em 1775, ano em que começou a carreira um dos mais famosos toureiros de todos os tempos, Pedro Romero. Esta Espanha da tauromaquia, dos peraltas e das diversões populares que o artista plasmou nos seus cartões, nas suas gravuras e nos seus quadros é também a Espanha que pôs em cena, na mesma altura, Ramón de la Cruz, autor de sainetes que evocam, não sem malícia, a vida quotidiana com os seus defeitos e com os seus aspetos pitorescos ou grotescos, o peralta que representa o fanfarrão, o petimetre que imita a moda estrangeira. Uma Espanha que é a antítese daquela com que sonhavam os ministros de Carlos III.

### **Espanha Perante a Revolução Francesa (1788-1808)**

Seguindo os conselhos de seu pai, Carlos IV conservou Floridablanca como principal ministro. As Cortes, que foram convocadas em setembro de 1789 para reconhecer o herdeiro ao trono, o futuro Fernando VII, ouviram um

comunicado de Campomanes sobre a reforma agrária, após o qual foram interrompidas com o pretexto de que uma sessão prolongada comportaria gastos excessivos. Na realidade, Floridablanca, que recebeu com serenidade as primeiras manifestações parisienses, estava preocupado pelo cariz que tomavam os acontecimentos em França. A sua inquietude converteu-se rapidamente em pânico. Para evitar o contágio, estabeleceu uma espécie de cordão sanitário nas fronteiras. Recensearam-se os estrangeiros, sobretudo os franceses, alguns dos quais foram expulsos. Vigiam-se os viajantes e os emigrantes que começaram a chegar a partir do verão de 1789. Por último, encarregou-se a Inquisição que combatesse a propaganda subversiva que penetrava sob formas dissimuladas.

Depois de 1792, as coisas pioraram. O Terror, a prisão, o processo e execução de Luís XVI deixaram os reformistas perturbados. Foram raros os espanhóis que se entusiasmaram com as ideias da Revolução. Em Espanha, a situação não se prestava muito a uma Revolução como a que se desenrolava em França. Os reformistas espanhóis permaneciam distantes dos filósofos franceses. O poder real parecia muito mais forte; enquanto em França os Estados Gerais se negavam a obedecer às ordens do rei, em Espanha ninguém protestou quando se pediu aos deputados das Cortes que permanecessem em suas casas. Do ponto de vista social, por último, a burguesia espanhola era demasiado débil, demasiado dispersa e muito pouco segura de si mesma para liderar uma oposição que quisesse de facto mudar as relações sociais existentes.

Carlos IV estava preocupado pela sorte de Luís XVI. Pressionou-se a França para que se suavizasse o seu destino. Em fevereiro de 1792, Carlos IV, convencido de que

Floridablanca já não era o homem adequado para a situação, chamou o seu antigo adversário, o conde de Aranda. O aristocrata aragonês não estava menos decidido que Floridablanca a opor-se à Revolução, mas queria agir à sua maneira, sem provocações inúteis. Ora, a detenção de Luís XVI criou uma situação nova. No fim do mês de agosto, Aranda considerava inevitável a guerra; declarou a neutralidade de Espanha, mas negou-se a reconhecer a República francesa. Aranda estava isolado. Obcecado com a ideia de salvar Luís XVI, Carlos IV, em novembro de 1792, destituiu Aranda. Em busca de um homem novo que não estivesse ligado a nenhuma tendência, Carlos IV recorreu a Godoy, que então só tinha 25 anos. Godoy fez uma carreira extraordinariamente rápida; em menos de dois anos, de simples soldado converteu-se em duque de Alcudia e Grande de Espanha. Carlos IV esperava dele que triunfasse onde Aranda fracassara. Godoy conhecia a debilidade militar de Espanha e queria evitar o conflito. Para salvar o rei de França, o ministro tentou corromper os deputados franceses influentes e negociar com eles; a troca da vida de Luís XVI, Espanha estava disposta a reconhecer a República e a oferecer a sua mediação na Europa. Aquelas propostas foram muito mal recebidas pelos revolucionários franceses, que viram nelas uma ingerência inadmissível num assunto que só dizia respeito a França. A execução de Luís XVI provocou uma grande comoção. Nem Carlos IV nem Godoy pensavam já em negociar. Contudo, não foi Espanha, mas a França revolucionária que iniciou as hostilidades: foi o início da chamada «grande guerra». Confiando na impopularidade de Godoy, os franceses estavam convencidos de que uma invasão provocaria a queda da monarquia e o estabelecimento de um regime aliado. Toda a guerra se desenrolou na fronteira norte de Espanha. Num primeiro

momento, o exército espanhol ocupou Rossilhão. Aranda, fiando-se pouco da capacidade bélica do seu país, sugeriu que se negociasse a partir daquelas posições favoráveis. Godoy negou-se a fazê-lo. Em 1794, os franceses contra-atacaram. A maior parte do País Basco foi ocupado e Navarra e Castela ficaram ameaçadas. No leste, a Catalunha foi invadida. Godoy resignou-se a iniciar negociações. A paz assinou-se em Basileia, a 22 de junho de 1795. França obteve a parte espanhola de Santo Domingo; como contrapartida renunciou a todas as conquistas a sul do Pirenéus.

Em Basileia, o diretório francês mostrou-se relativamente generoso porque necessitava da marinha espanhola, que era a terceira do mundo. Voltou-se à tradicional aliança de França e Espanha contra Inglaterra. Este é o sentido do Tratado de San Ildefonso (1796). Espanha converteu-se num auxiliar de França, que a obrigou a entrar em guerra no ano seguinte. Na Europa, os ingleses infligiram à marinha espanhola uma severa derrota no cabo de São Vicente (14 de fevereiro de 1797); na América, ocuparam a ilha de Trinidad, situada diante da desembocadura do Orinoco e, portanto, excelente base para o contrabando. A situação interna não era melhor. A elite iluminista sentia-se decepcionada quando não perseguida; o caso mais significativo é o de Jovellanos, magistrado íntegro e respeitado que, após uma breve passagem pelo ministério, caiu em desgraça e foi desterrado para a província. As casas populares manifestaram uma hostilidade sem atenuantes contra Godoy. A corte não pôde ignorar o aumento e a violência do descontentamento. Sacrificou Godoy, que deixou o governo, mas conservou todas as honras e emolumentos acumulados ao longo dos últimos anos.

Embora oficialmente se tivesse afastado Godoy do poder, conservava a confiança do rei, que não fazia nada sem o consultar. Espanha dera a impressão naquele momento de desempenhar o papel pouco glorioso de auxiliar da França de Napoleão, obcecado com o desejo de destruir o poder de Inglaterra. Espanha participou na expedição que França projetou para intimidar Portugal, aliado de Inglaterra. Naquela ocasião - a chamada «guerra das laranjas» (fevereiro de 1801) - Godoy agiu como general em chefe do exército espanhol. Resolvido a humilhar Inglaterra, Napoleão concebeu dois planos: invadir o seu território e arruinar o seu comércio; estes projetos estão na origem da intervenção francesa em Espanha. O governo espanhol teve de pôr a marinha à disposição de Napoleão. As esquadras francesa e espanhola reuniram-se em Cádiz; quando tentaram sair do porto, o almirante inglês Nelson foi ao seu encontro em Trafalgar (outubro de 1805); Espanha perdeu nessa altura grande parte da sua marinha, a que dedicara tantos esforços desde o tempo do marquês da Ensenada. Destruíram-se ambas as armadas.

Godoy aceitou participar numa nova expedição para forçar Portugal a aplicar o bloqueio continental decretado por Napoleão contra os produtos ingleses. Esteve tanto mais disposto a fazê-lo quanto Napoleão lhe deu a entender que retiraria daí proveito pessoal. Com efeito, em outubro de 1807, o Imperador francês declarou que a Casa de Bragança ficara despossuída dos seus direitos; Portugal ia ser desmembrado e Godoy, convertido em príncipe dos Algarves, obteria a soberania sobre a parte Sul do território português. Em aplicação do Tratado de Fontainebleau (22 de outubro de 1807), as tropas francesas começaram a atravessar Espanha, dirigindo-se a Portugal; outras tropas francesas pareciam querer dirigir-se para Andaluzia. Godoy

suspeitou então que Napoleão pensava provavelmente ocupar toda a Espanha e aconselhou Carlos IV a abandonar a capital e dirigir-se para Sevilha; dali, se a situação piorava, a família real poderia embarcar para a América, como acabara de fazer a família real portuguesa.

Carlos IV seguiu os conselhos do seu favorito, mas não conseguiu ir mais além do que Aranjuez. Com efeito, desde há meses, o descontentamento aumentava contra Godoy, a quem se responsabilizava de todas as desgraças da nação e a quem se atribuía uma ambição pessoal desmesurada; em janeiro de 1807 recebera novas honras: o título de Grande Almirante de Espanha e das Índias, o tratamento de alteza sereníssima que o assimilava a um membro da família real. Estes factos levaram os seus adversários a juntar-se em torno do príncipe herdeiro D. Fernando; tratava-se de colocá-lo no trono de Espanha em vez de seu pai, Carlos IV. Uma primeira conspiração fracassou no Escorial (outubro de 1807). Mas a segunda teve mais êxito, em Aranjuez, a 17 de março de 1808). Dois dias depois, Carlos IV teve de sacrificar Godoy e destituiu-o de todos os títulos, mas a multidão não se deu por satisfeita. Carlos IV não teve outra saída senão abdicar a favor do seu filho, a 19 de março. Fernando VII preparou-se para reinar, mas a presença em Espanha do exército francês fez com que Napoleão se convertesse em árbitro da crise em que estava mergulhada a casa real espanhola. Napoleão encontra-se com Carlos IV e seu filho em Baiona e força ambas abdições. Deste modo, impôs o seu irmão José I no trono de Espanha.

-

(<sup>17</sup>) Podemos deixar de lado o brevíssimo reinado de Luís I, em 1724, que só durou alguns meses.

(18) Olavide fugiu rapidamente e foi para França onde assistiu à Revolução. Detido pelos *montagnards*, foi libertado depois do 9 de Termidor e regressou a Espanha, onde morreu em 1803, depois de publicar uma retratação dos seus erros, O Evangelho em triunfo.

(19) O vice-reinado de Nova Granada foi criado pela primeira vez em 1717, suprimido imediatamente depois e restabelecido, desta vez de forma definitiva, em 1739.

# **IDADE CONTEMPORÂNEA**

SANTOS JULIÁ

# 1

## **Entre a revolução liberal e a reação absolutista (1808-1843)**

Sobravam motivos ao conde de Toreno quando definiu como levantamento, guerra e revolução o sucedido em Espanha desde o momento da ocupação do território peninsular pelas tropas francesas, como também não faltava razão a Modesto Lafuente ao definir como reação absolutista o que veio depois. Houve algo mais: o movimento de emancipação das colónias americanas que conduzirá a curto prazo à perda de um Império e à progressiva redução da emergente nação espanhola à Península e às ilhas disseminadas pelo Atlântico e Pacífico. O entrelaçamento destes processos explica o estímulo primeiro e o imediato retrocesso que caracterizou a laboriosa construção do Estado liberal espanhol durante a primeira metade do século XIX e as dificuldades que encontrou a projetada transformação da sociedade do Antigo Regime numa sociedade de mercado, capitalista e moderna.

Levantamento, sobretudo, porque, desde que a Junta de Governo cedeu às pressões de Bonaparte para que os membros da família real viajassem para Baiona, começaram a verificar-se em Madrid choques entre a população e o exército de ocupação que culminaram com a insurreição de 2 de maio e a brutal repressão posterior. O general Murat, à

frente de um exército de 35 000 homens, não teve grandes problemas para esmagar o levantamento madrilenho cujos ecos se estenderam, no entanto, por toda a Península, provocando um movimento de resistência popular que rapidamente se dotou de organismos de poder imprescindíveis para organizar a defesa. De maneira súbita, quase sempre espontânea ainda que se mantivessem ativos os grupos que tinham conspirado contra Godoy, um novo sujeito político, o povo ou a nação em armas, irrompia em cena levado por uma mistura de ódio ao francês, fidelidade à coroa, fé religiosa, amor à pátria; uma revolução «pela defesa da religião, do rei e da pátria e pela conservação da independência e liberdade nacional», como a definiu Martínez Marina, dando assim conta dos contraditórios ingredientes que a animavam, uns, substância do Antigo Regime, outros, anúncio da nação que se pretendia construir.

O sequestro dos reis, a dupla abdicação de Carlos e Fernando e a conseqüente instauração de uma nova monarquia na pessoa de José de Bonaparte, irmão mais velho de Napoleão, não implicou o desaparecimento instantâneo das instituições próprias do governo do Antigo Regime. A Junta de Governo e o Conselho de Castela permaneceram de pé, mas a sua conivência com Bonaparte minou a sua legitimidade enquanto a instauração da nova dinastia, com a entrada de José I em Madrid a 20 de julho, lhes arrebatava a possibilidade de governar. De facto, Bonaparte concebeu uma Constituição para Espanha sobre a qual uma «Deputação Geral de Espanhóis», assembleia de notáveis convocadas pelo grande duque de Berg e reunida em Baiona, deliberou entre 15 de junho e 17 de julho de 1808. Nela se previa um Senado, um Conselho de Estado e umas Cortes que se convocaram. Constituição inédita,

porque até ao fim da ocupação francesa o verdadeiro poder sobre os territórios ocupados não radicou dos espanhóis que colaboraram na instauração desse novo Estado, iluministas que optaram por não tomar as armas contra o invasor e ficaram conhecidos como «afrancesados», mas sim nas mãos dos generais do exército de ocupação.

Nos territórios não ocupados pelo francês generalizou-se, em meados de 1808, uma situação característica dos processos revolucionários: enquanto a velha ordem desaparecia e grupos de pessoas saíam à rua, protagonizando em ocasiões atos de violência contra as autoridades do Antigo Regime, constituíram-se Juntas locais e provinciais integradas por clérigos, advogados e notáveis. Devido ao maior peso de algumas capitais, foram-se concentrando em Juntas Supremas Regionais, que proclamaram a sua legitimidade como herdeiras das antigas Cortes dos reinos cujos poderes teriam reassumido, e como únicos titulares da soberania, por encontrar-se a nação «sem governo legítimo». Mais do que agentes de uma revolução contra um poder estabelecido, ainda que houvesse também um pouco disto nos atentados contra as autoridades, as Juntas foram organismos para dirigir o levantamento popular contra um invasor e ocupante estrangeiro.

Animados pela resistência popular aos franceses e pelo êxito militar de Bailén, que desbaratou, em meados de julho, os planos de uma rápida ocupação de Andaluzia, delegados das Juntas reuniram-se em Aranjuez para assumir todo o poder e criar uma Junta Central Suprema e Governativa, que reclamou para si a soberania do reino. Esta Junta, que ostentará o poder desde setembro de 1808 até janeiro de 1810, presenciou, primeiro, os êxitos militares

e populares contra os franceses, com o fracasso do invasor em Saragoça, Girona e Valência e a sua estrepitosa derrota em Bailén, e contemplar, depois, impotente o irreprimível avanço da *Grande Armée* que, sob o comando do mesmíssimo Napoleão Bonaparte e dos seus mais distintos generais, penetrou em Espanha em novembro de 1808. Napoleão, por seu lado, ao entrar em Madrid em dezembro, decretou a abolição dos senhorios, da Inquisição, do conselho de Castela, dos aranzéis internos e de dois terços dos mosteiros e conventos. José Bonaparte foi reconduzido em Madrid, no início de dezembro, e durante o inverno e primavera seguintes os exércitos espanhóis mal sofreram derrotas até que um ano depois, em maio de 1810, toda a Andaluzia caíra, um sinal para que na América se iniciasse a rebelião e para que em Cádiz se começasse a preparar a revolução.

Enquanto as tropas espanholas sofriam uma sangria contínua e as francesas dominavam Espanha, fustigadas nas suas retaguardas e nas suas linhas de comunicações e abastecimentos por quadrilhas e guerrilha, os deputados às Cortes, em Cádiz, lançavam as bases de um novo Estado com a única ferramenta que tinham à mão: a Constituição. Com efeito, o vazio criado pela renúncia de Carlos e Fernando só podia remediar-se com a promulgação de um texto constitucional, convicção partilhada pelos membros das Juntas criadas para resistir ao invasor. Em maio de 1809, a Junta Central, atribuindo ao esquecimento da salutar instituição, que noutros tempos fizera a felicidade e a prosperidade do reino, ou seja, as Cortes, a desastrosa situação que atravessava a nação, decidiu abrir uma consulta ao país como primeiro passo para a sua convocatória. O princípio era idêntico ao que justificava a existência da Junta: reassumir os poderes abandonados. E o

procedimento será o mesmo: legitimados por uma eleição popular. Mas os contínuos reveses militares acabaram com o prestígio da Junta Geral, estabelecida desde janeiro de 1810 no inexpugnável bastião de Cádiz e substituída a 29 desse mesmo mês por uma regência. A regência, ali encerrada, carente de verdadeiro poder executivo, foi encarregue de levar a cabo o acordo da Junta e convocar eleições para as Cortes que levaram até Cádiz a mais variada representação da «nação em armas», especialmente um nutrido grupo de clérigos, advogados, funcionários e militares, com uma presença não desdenhável de catedráticos e nobres.

Os deputados reuniram-se na real Isla de León a 24 de setembro e no mesmo dia aprovaram um acordo no qual declaravam, como representantes da nação espanhola, «legitimamente constituídos em Cortes gerais e extraordinárias e que reside nelas a soberania nacional»; proclamavam e juravam a Fernando VII como seu único e legítimo rei e declaravam nula, sem qualquer valor e efeito, a cedência da coroa feita a favor de Napoleão, não só pela violência que interveio naqueles atos como também por lhe faltar o consentimento da nação. Foi essa mesma assembleia que tomou medidas de alcance constituinte quando decretou a liberdade de imprensa e aboliu para sempre, em agosto de 1811, o regime senhorial, duas condições para que pudesse expressar-se a «voz pública» e para que todos os espanhóis comesçassem a ser iguais perante a lei.

Por debaixo das declarações e medidas adotadas fluía uma poderosa corrente de pensamento que teve em vários clérigos, literatos e advogados os seus brilhantes porta-vozes. Ficaram conhecidos rapidamente como liberais,

conscientes da necessidade de fundar um Estado que, abolindo o despotismo, não rompesse a tradição nem parecesse devedor da Revolução francesa. Resolveram-no subindo às instituições das monarquias castelhana, leonesa, navarra e aragonesa antes da chegada da dinastia estrangeira, a Casa de Áustria. Acreditaram descobrir nos conselhos dos reinos medievais outras tantas repúblicas e nas suas Cortes o autêntico sujeito em que estava depositada a autoridade pública. Naqueles reinos, em todas as suas cidades e vilas cabeças de partido, e em todas as povoações em virtude dos pactos de constituição, participara o povo no governo do Estado. Consideraram a rebelião dos comuneiros como último resplendor das liberdades de Castela e atribuíram ao desvio imposto pela dinastia estrangeira a perda das antigas liberdades e a origem de uma secular decadência espanhola a que o vigor intacto do povo, levantado em armas contra o invasor e pela sua independência, restituía no seu autêntico ser. Tratava-se de restabelecer aquela liberdade originária que devolveria de novo à nação a liberdade e a independência perdidas.

Após vários meses de debate, a 19 de março de 1812, as cortes promulgavam a primeira Constituição da monarquia espanhola. O seu texto definia a nação como a reunião de todos os espanhóis de ambos hemisférios e como espanhóis todos os homens livres nascidos e estabelecidos nos domínios das Espanhas e seus filhos; consagrava os princípios de liberdade individual, igualdade perante a lei e liberdade de trabalho; prometia uma divisão do território por uma lei constitucional e estabelecia a distinção de poderes, examinando o legislativo nas cortes com o rei, o executivo no rei e o judicial nos tribunais estabelecidos pela lei. Era uma constituição democrática, que afirmava a

soberania da nação e o direito de sufrágio; era também monárquica, que declarava a religião católica como única do Estado e estabelecia Cortes de câmara única com deputados eleitos por Juntas provinciais eleitas por sua vez por sufrágio universal masculino de que ficavam excluídos os «servidores domésticos» e, para os territórios da América, os criados e os negros. Uma grande novidade foi o que se estabeleceu para o governo interno das províncias e das povoações, com a previsão de municípios compostos por alcaide, regedores e um procurador síndico, eleitos todos por votação dos povos e deputações presididas por um chefe superior, nomeado pelo rei, no qual radicava o governo político das províncias.

A obra legislativa e constituinte das Cortes de Cádiz foi tão profunda que não se encontrou melhor palavra que revolução para defini-la. Mas revolução social, se por tal se entende uma rápida e profunda transformação do Estado e das estruturas de classe de uma sociedade acompanhada e levada a cabo por rebeliões de classe, não o foi; a sociedade espanhola não sofreu essa rápida e profunda transformação. O derrube do Estado absolutista e o levantamento popular animaram, sem dúvida, os camponeses a ocupar e a lavrar grandes extensões de terra, propriedade dos concelhos, a não pagar os dízimos nem os direitos senhoriais e a não respeitar os privilégios da Mesta. Neste sentido, a guerra acelerou o trasfego de propriedades já iniciado durante o reinado de Carlos IV e anunciou o desmantelamento do regime senhorial e dos privilégios da Igreja, mas nunca se verificou uma subversão da ordem social dirigida a partir de um poder que tivesse procurado a sua legitimidade numa revolução. As cortes de Cádiz, por decreto de 3 de janeiro de 1813, ordenaram a distribuição de terra municipal entre os moradores proprietários de títulos de dívida ou que

tivessem prestado serviço militar contra o invasor, adiantando-se à desamortização geral de Madoz decretada 40 anos depois.

É discutível também que tenha sido uma revolução política, ainda que em tal caso a voz da revolução designe uma tomada violenta e rápida do poder do Estado e é preciso não esquecer, como recomendava Donoso Cortés, de que o trono estava então vazio e que a monarquia não era um poder, mas sim uma memória. De modo que não foi revolução social mas talvez intenção de revolução política. Que tipo de revolução foi a de Cádiz? Na realidade, do que se tratou foi de preencher um vazio de poder com um texto constitucional que, sob a aparência de uma restauração monárquica, limitara o poder da monarquia e suprimira os privilégios da nobreza do Antigo Regime, declarara à nação como sujeito de soberania e instaurara um regime representativo. Esta obra implicaria, a longo prazo, uma profunda transformação do Estado e da sociedade; mas no imediato limitava-se a promulgar uma lei e uma constituição, cuja eficácia os deputados não tinham maneira de garantir porque careciam de poder sobre o território da nação, ocupado por um exército invasor.

Para que a Constituição começasse a ser efetiva havia que assegurar sobretudo a independência da nação. As guerrilhas mostraram a sua eficácia ao fustigar os ocupantes, mas era ilusório esperar que fossem capazes de vencer os exércitos franceses em campo aberto. Acantonado em Portugal, o exército inglês sob o comando de Wellington limitava-se a defender o seu território até que por fim passou à ofensiva, aproveitando uma conjuntural superioridade de forças. A batalha de Arapiles abriu-lhe caminho para Madrid onde chegou a 13 de agosto de 1812,

ainda que tivesse de retroceder de novo perante uma contraofensiva francesa que repôs José, pela última vez, no trono, no início de novembro desse ano. Contudo, na primavera seguinte, Wellington avançou até Vitória onde a 21 de junho derrotou os franceses à frente de um exército de 120 000 homens, dos quais cerca de 40 000 eram espanhóis e mais de 8 000 portugueses. Napoleão libertou Fernando e recolocou-o no trono de Espanha, assinando com ele um tratado de paz e amizade. Fernando entrou em Espanha em março de 1814. A guerra, que custou a Espanha cerca de 500 000 mortos, uma subida da mortandade pela fome provocada pelas más colheitas, uma drástica redução dos rebanhos lanar e caprino, a ruína de muitas cidades, o saque de joias e de obras de arte, o corte de relações com a América, deixando a Fazenda pública numa situação de bancarrota, com uma dívida de 12 000 milhões de reais e ingressos anuais que não chegavam aos 400 milhões, acabara.

Os acordos adotados pelas Cortes de Cádiz, os debates e o próprio texto Constitucional tomaram-se como ata de nascimento da nação espanhola. Se assim foi, fê-lo de maneira sincopada, com graves dificuldades para o seu crescimento e posterior desenvolvimento: Espanha tinha, com efeito, uma Constituição, mas não tinha Estado; não que fosse débil ou carenciado, ou que estivesse na bancarrota, simplesmente porque não existia: as antigas autoridades tinham-se volatilizado e as novas careciam de poder. A Constituição só esteve vigente num pequeno enclave do território peninsular; o resto não pudera verificar a sua eficácia. As razões deveriam ser procuradas no fracasso dos seus artífices para consolidar um governo com poder efetivo em tempos de guerra; com a fazenda arruinada e um exército em que o enxerto do elemento

popular, a guerrilha, liquidara qualquer vislumbre de disciplina na velha estrutura estratificada.

### **Reação Absolutista**

A carência de um Estado digno desse nome agravou-se com a restauração da monarquia na pessoa de Fernando VII que, mal pôs o pé em Espanha, se viu logo que humilhava, como lamentará Modesto Lafuente, «não o solo de uma nação livre e orgulhosa dos seus direitos... mas o de uma nação fanática e escrava que, humilhada, adora o seu senhor e beijava a mão que a agrilhoaria». Recebido entre aclamações, Fernando mostrou desde o primeiro momento o que pensava fazer às disposições da regência para o seu regresso a Madrid e, passando por Saragoça, dirigiu-se a Valência onde recebeu dois substanciais apoios para o seu propósito de restabelecer a situação truncada em 1808: o general Elío, capitão general de Valência, pronunciou um discurso favorável ao restabelecimento do poder absoluto; e um escrito assinado por um terço dos deputados eleitos em 1813 serviu ao rei para regressar ao regime absolutista, anulando toda a obra legislativa e constitucional realizada pelas Cortes de Cádiz. Uma vontade de começar do zero que se converterá em hábito, justificando a impressão de Juan Valera quando qualificou a história inaugurada com o regresso de Fernando VII como um contínuo «tecer e destecer, pronunciamentos e contra pronunciamentos, constituições que nascem e morrem, leis orgânicas mal ensaiadas que se mudam...».

Pronunciamento ou golpe executado pelo rei contra as Cortes, contra a Constituição e contra os políticos que pretendiam construir o Estado sobre a base da soberania

nacional: assim nasceu o moderno Estado Espanhol, como um regresso ao absolutismo e como perseguição de liberais que, se não queriam ser presos, deviam abandonar o país, e «afrancesados» que tinham colaborado com o invasor; antes em guerra civil, liberais e afrancesados conheciam agora idêntico destino, o desterro. As instituições do governo previstas pela Constituição foram anuladas e em seu lugar pretendeu-se restaurar os conselhos e secretarias próprias do Antigo Regime, com uma diferença: governaria o rei, diretamente, o que se traduziu no que ficou conhecido como governo de camarilha. Os secretários eram nomeados e despedidos à vontade do rei; e no que respeita ao governo interno do reino, as capitánias-gerais, as audiências e chancelarias também foram restabelecidas sem dar tempo a que os novos órgãos constitucionais se pusessem em marcha.

Nessa empresa de restauração dos tempos passados, também tocou à Igreja a sua parte com o regresso das ordens religiosas e o restabelecimento da Inquisição, dos jesuítas e dos dízimos, mas não das propriedades desamortizadas antes de 1814: a Fazenda não podia permitir-se a esse luxo. Menos completo foi o restabelecimento da nobreza no seu poder, que viu restituídos os seus direitos de propriedade mas não conseguiu, apesar dos seus grandes esforços, os de jurisdição, que o monarca guardou para si. Poderes tradicionais como o da Mesta conseguiram também restabelecer os seus privilégios, com o lógico descontentamento dos proprietários de terra, que projetavam lavrar baldios e pastos. Os princípios da igualdade jurídica e propriedade livre foram revogados para repor no seu lugar os antigos privilégios e as rendas senhoriais.

Tudo isto se levou a cabo num abrir e fechar de olhos: não custou nada ao novo rei depurar o Estado de liberais e liquidar o que fora realizado por eles até esse momento: as novas instituições e organismos previstos na Constituição não tiveram tempo para lançar raízes quando foram anulados. A Constituição foi revogada e as primeiras Cortes ordinárias, eleitas em 1813, dissolvidas, decretando-se que tudo o que se passara até esse momento «fosse anulado». Fernando VII também não foi parco nas abolições: aboliu ainda o tempo transcorrido desde a sua partida até ao seu regresso. O vazio foi preenchido com as instituições próprias da monarquia absoluta. E para os artífices do novo, embora não nascido Estado não lhes restavam veleidades de reiniciar a sua obra porque caíram sobre eles duras penas de prisão e de desterro. Com as 12 000 famílias de liberais desterradas começavam os exílios da nova era.

Podia um regime restaurado, após o naufrágio provocado seis anos antes pela sua própria crise, levar o Estado por um caminho de recuperação e progresso? Talvez não fosse de todo impossível uma vez que na Europa, após a derrota final de Napoleão, sopravam ventos de restauração. Mas em Espanha a sucessão de guerras deixara a atividade económica paralisada, o mercado interno desarticulado, as arcas vazias e a dívida pelas nuvens. Sem recuperar a mais pequena legitimidade social e sem uma drástica reforma da fazenda era impossível que aquele Estado conseguisse caminhar; uma reforma que devia afetar os mesmos que conspiraram para restaurar o absolutismo e que de repente se viram restabelecidos no seu antigo poder. De modo que as tentativas de reforma da Fazenda, especialmente a de Martin Garay, de 1817, com a implementação da contribuição geral, tiveram como resultado o aumento da

dívida e o caminho do Estado, sem que ninguém conseguisse parar, na direção da bancarrota.

Com um Estado na ruína, manter um Império ultramarino tornava-se impossível. Mas foi por causa do empenho em mantê-lo que chegaria a primeira grande crise desta tentativa de negar os tempos. Porque, por um lado, a restauração do absolutismo não foi bem recebida na América e, a partir de meados da década, Argentina, Uruguai e Paraguai eram já independentes de facto e o seu exemplo ameaçava estender-se a Venezuela e Colômbia, o que exigia a formação de um exército capaz de submeter os rebeldes e restaurar o domínio da coroa. Mas um exército bem formado, alimentado, vestido e apetrechado exigia um aparato fiscal e uma capacidade de cobrança tributária com a qual a monarquia restaurada nem sequer podia sonhar. Os exércitos foram crescendo em volume com o aumento das chefias, agudizado durante esses anos com a incorporação dos comandos das guerrilhas e do regresso dos cativos em França. A sobreabundância de oficiais, a mistura de profissionais e guerrilheiros, juntamente com a necessitada condição de uma tropa mal alimentada e pouco acostumada à disciplina, serviu de caldo aos mais diversos descontentamentos, prelúdio de pronunciamentos destinados a converter-se num mal endémico.

Desde o que fora protagonizado por um líder de guerrilha como Espoz y Mina aos dos generais aureolados de romantismo, como Díaz Porlier ou Lacy, Fernando VII conseguiu evitar o perigo, até que em 1820 um numeroso exército imobilizado em Las Cabezas de San Juan, a cerca de 60 quilómetros de Cádiz, esperando a hora de embarcar que não chegava por falta de barcos, deu ouvidos a um aguerrido chefe, o coronel Rafael del Riego, que por sua vez

entrara em contacto com elementos liberais de Cádiz dispostos a pôr à sua disposição meios para se sublevarem. A conspiração civil, na qual se implicaram personagens chamados a desempenhar graves responsabilidades políticas, como Francisco Javier Istúriz e Juan Álvarez Mendizábal, agentes de interesses mercantis de Cádiz, associou-se ao pronunciamento militar. E ainda que a sorte não acompanhasse Riego na sua tentativa de tomar Cádiz, favoreceu-lhe o rumor espalhado das suas façanhas, o que mobilizou outras tropas, também preparadas para partir de Ferrol, Corunha ou Vigo para a América, a revoltar-se. Ao fim de três meses, Riego triunfara da maneira mais inopinada, por desvalorização do poder, que não o atacou, e perante a passividade da população que nem num sentido ou noutro se incomodou a manifestar. E da mesma maneira que seis anos antes os liberais não tiveram outra saída do que ceder perante a força absolutista, agora, ao rei, não lhe restava outra alternativa do que jurar aquela Constituição, dada como não escrita e inexistente através de um decreto.

### **Os Liberais no Poder**

Começaria assim o que se chamaria triénio liberal, os liberais no poder, tecendo de novo o que fora desfeito pelo rei: retorno da Constituição, abolição da Inquisição, reposição dos municípios constitucionais. Após o êxito de Riego, o rei nomeou uma Junta Provisória Consultiva que mal escondia no seu próprio nome a ambígua situação criada depois do pronunciamento: Junta conotava o poder executivo emanado de uma revolução; Consultiva remetia para a persistência do monarca como único poder. Em todo o caso, a essa Junta se deve as primeiras medidas

restauradoras da situação abolida em 1814, às que se seguiria a nomeação pelo rei de um governo constituído por liberais vindos diretamente da prisão que, de acordo com a Junta, procedeu à eleição de municípios e à convocação de novas Cortes. Restabeleceu também a Lei de Imprensa, o que deu lugar ao aparecimento de jornais e à edição de livros e folhetos que ampliaram o âmbito do debate, ultrapassando as fronteiras das elites, com a formação de sociedades patrióticas ou de amigos... da liberdade, da Constituição, da ordem. Foi novamente um tempo de pena e palavra, de folhetos e comícios, de cafés e tertúlias, primeiros passos da formação nos núcleos urbanos de uma opinião pública não limitada a uma praça sitiada como ocorrera em Cádiz 10 anos antes.

O novo governo, prestigiado pela presença de Agustín Argüelles, titular da Governação do reino, era constituído por aqueles que oito anos antes promulgaram a Constituição. Foram chamados *doceañistas*<sup>(20)</sup> e também moderados para distingui-los da outra facção, constituída pela nova geração que não participara na obra de Cádiz, que se mostrava muito ativa nas sociedades patrióticas e que pretendia levar a cabo apressadamente a revolução truncada pelo regresso do absolutismo. Os que estiveram em Cádiz, além de contar com a experiência de uma derrota sem paliativos, tiveram tempo para moderar os seus ímpetos revolucionários: a prisão e o exílio fizeram-nos compreender que não bastava promulgar uma Constituição, era preciso estabilizá-la em sólidos apoios para convertê-la numa eficaz ferramenta de governo. O seu lema foi liberdade com ordem, ou vice-versa, que reflete desde logo uma estratégia de compromisso com as elites reformistas do Antigo Regime, mas também a convicção de que era

impossível conseguir o fim da revolução, a liberdade, se não fosse sustentada numa nova ordem política e social que oferecesse uma garantia de estabilidade à propriedade privada.

Puseram, pois, mãos à obra, convocando novas Cortes às que não deram caráter constituinte. O problema não era então de Constituição, uma vez que o rei a jurara, mas de legislação e de instituições que transmitissem segurança jurídica à nova ordem social e culminassem na edificação do Estado. As Cortes, nas quais os liberais não tiveram de lutar com nenhuma oposição procedente dos antigos servís, completaram o programa de Cádiz com uma legislação encaminhada para garantir todas as liberdades económicas que permitissem o racional funcionamento de um mercado unificado. Para além das liberdades de comércio e da afirmação do direito de propriedade livre, empreenderam a transformação do regime jurídico da propriedade com a abolição do regime senhorial, com a desvinculação de todas as propriedades vinculadas e a desamortização das de domínio perpétuo, assim como a supressão de prestações e encargos de origem feudal e a exigência que os senhores apresentassem títulos de propriedade sobre as suas quintas. Este programa foi ainda mais longe com a Lei da Reforma do Clero Regular, que decretou o encerramento de todos os mosteiros, alguns proprietários de imensos domínios, e dos conventos que albergassem pelo menos 24 frades e a desamortização das suas propriedades. Tratava-se de reduzir a dívida pública, reconhecida e aceite pelo novo governo apesar da pesadíssima carga sobre a Fazenda dos 14 000 milhões de reais a que ascendia, cerca de 20 vezes o orçamento de despesa do Estado, 703 milhões em 1820; mas também de minar o imenso poder da Igreja católica, reduzir o número de clérigos e aligeirar a atividade

económica do peso morto de tantas propriedades amortizadas.

Toda esta obra reformadora não encontrou nos seus primeiros momentos uma eficaz oposição do lado absolutista. O rei não deixava de retroceder e medir até onde podia contar com apoios para uma segunda restauração, mas o clima de paixão política reinante nas cidades, a escassa confiança numa possível reação militar e o facto de que as reformas não atentassem contra os interesses das classes abastadas ou acomodadas, que os favorecia ao leiloar boas partes das propriedades à melhor oferta, não lhe permitiu organizar uma contrarrevolução. Não deixou, no entanto, de mostrar o seu pesar pelo rumo que tomavam as coisas, num acréscimo de sua auctoria ao discurso que tinha de pronunciar quando se reuniram as Cortes e que desencadeou uma primeira crise de governo com a saída dos «prisioneiros» e a entrada, em março de 1821, de um novo lote de moderados. Liderados por Eduardo Bardají no ministério de Estado, o governo atreveu-se a destituir Riego como capitão general de Aragão, uma decisão que encontrou forte resistênciã em várias cidades do litoral, desde Corunha a Barcelona, e em algumas do interior, como Saragoça e Sevilha.

Se a reação absolutista não mostrava, por agora, a cabeça, o mesmo não se passava com a facção liberal conhecida como exaltada. Uma diferença geracional e a luta pelo poder, que se agudizou após a seguinte crise, que em fevereiro de 1822 levou à chefia do governo Martínez de la Rosa, um *doceañista* partidário, nesta altura, da transição e do pacto com as oligarquias tradicionais. Na realidade, desde o seu regresso ao poder, os liberais apareciam divididos em duas facções, cada uma dominando diferentes

parcelas do difuso poder político e social. Os exaltados, fortes no exército e nas sociedades patrióticas e secretas, controlavam o governo dos moderados e o processo político acabaria por deslocar também o poder do Estado para os primeiros. Quando o governo pretendeu dissolver o exército de Riego e fechar as sociedades patrióticas, impondo limites à liberdade de imprensa, encontrou uma forte resistência dos exaltados que, agrupados já em sociedades como a dos comuneiros e da maçonaria, gozavam, além disso, de um amplo apoio popular e dispunham efetivos integrados na milícia nacional.

A fagulha foi o confronto da Guarda Real com grupos de civis por ocasião do regresso do rei a Madrid, aclamado por uns, o rei absoluto, e, por outros, com vivas à Constituição. O rei deu ordem à guarda para que tomasse a cidade, provocando a reação do município, que mobilizou a milícia. O choque entre a guarda e a milícia a 7 de julho saldou-se com a vitória dos milicianos, que se ergueram como baluarte da Constituição e verdadeiro poder armado. O rei tomou nota do acontecimento e levou a revolução ao seu extremo: a divisão entre as duas grandes fações liberais, moderada e exaltada, consumara-se; inutilizada pelo governo a moderada, não restava outra saída que esperar o surgimento de dissensões dentro da exaltada para dar-lhe o golpe final. Não foi ele que o deu, mas os Cem Mil Filhos de São Luís, um exército enviado por França, por pedido das potências reunidas na Santa Aliança, que não encontrou nenhuma resistência, mas antes o apoio de partidos realistas desde os Pirenéus a Cádiz, e que fechou o triénio liberal. Fernando VII, arrastado pelo governo exaltado até Cádiz, foi libertado e recolocado na plenitude dos seus antigos poderes: 1820 ficava como «uma tormenta que a violência conjurou em benefício do perjúrio».

## **Outra Vez o Absolutismo**

Restaurado o absolutismo graças à decisiva intervenção de um exército estrangeiro, Fernando recomeçou o seu reinado com uma implacável repressão de todos aqueles que tinham participado de perto ou de longe nos distintos níveis dos governos liberais. Da Junta Provisória do governo de Espanha e Índias, estabelecida a 6 de abril de 1823 sob a presidência de Francisco de Eguía, passou-se em semanas a uma regência presidida pelo duque do Infantado e à formação dos primeiros conselhos de ministros, aos quais Fernando entregou, em dezembro de 1823, bases sobre as quais deveria indispensavelmente caminhar: criação de uma boa polícia; dissolução do exército e formação de um novo; não fazer nada que tivesse relação alguma com câmaras nem com nenhum género de representação; limpar todos os ministérios, tribunais e departamentos da corte e do reino dos adeptos do sistema constitucional; proteger os realistas; destruir as sociedades secretas e, finalmente, não reconhecer os empréstimos feitos na época constitucional.

Com tal programa, a repressão foi, desta vez, brutal: o Conselho de Regência condenou à morte todos os deputados enquanto os tribunais militares e grupos de voluntários realistas agiam em unísono para espalhar o terror. O exército foi depurado, os líderes militares do liberalismo foram executados sem contemplações, já que procediam do exército profissional, como Riego, enforcado na Plaza de la Cebada de Madrid como um vulgar malfeitor, ou da guerrilha, como Juan Martín, submetido a um bárbaro suplício. As juntas de depuração aplicaram-se na abertura de expedientes a todos os que tinham ostentado algum

cargo de responsabilidade durante os anos de vigência da Constituição. Compreende-se que, nestas circunstâncias, o exílio atingisse proporções massivas e que a emergente nação e o incipiente Estado espanhóis ficassem pela segunda vez cerceados das suas melhores cabeças e das suas mais enérgicas e livres vontades: França e Inglaterra, escreveu Larra, povoaram-se de proscritos espanhóis.

A brutalidade da repressão indica, além do mais, que o que se passou no triênio não foi episódico nem ficou limitado a umas quantas cidades. A atividade política e a atividade cultural tinham experimentado nesses três curtos anos um florescimento incomparável com o que se passara durante a guerra da Independência. O aparecimento de várias centenas de jornais, a fundação de sociedades patrióticas e a participação dos cidadãos em órgãos representativos foram acompanhados pela reabertura de universidades e pela criação de centros culturais como ateneus ou liceus em muitas cidades. Os municípios constitucionais introduziram as novas práticas políticas previstas na Constituição; um esboço de política institucional e uma permanente mobilização política e cultural espalhou pelas cidades um clima de debate e confrontação que as medidas repressivas se concentraram em erradicar. Certamente, a Inquisição não foi restaurada, mas os bispos criaram Juntas de Fé encarregadas de velar pelo dogma e pela moral, ajudadas também pelo ministro da Justiça e Graça, Francisco Tadeo Calomarde, que se manteve no governo desde janeiro de 1824 até outubro de 1832, um líder da repressão cultural, protótipo, como o definiu Larra, dos extintores políticos, os que sufocam a inteligência, a ciência e as artes.

Se o propósito da revolução foi aplanar caminho para a consolidação do absolutismo, a catastrófica situação por que passava a Fazenda obrigou a colocar um limite às pretensões restauradoras: era necessário encontrar recursos e pessoas capazes de sacar o Estado da sua necessitada situação. O primeiro não foi fácil: o movimento emancipador das colónias americanas chegava ao seu fim. A derrota dos exércitos monárquicos em Ayacucho em dezembro de 1824 culminava o processo de independência e cortava o fornecimento dos recursos americanos para o Tesouro. Por aí não viria nenhum alívio para a Fazenda espanhola. Era necessário procurar noutro lado e, como a cobrança de impostos também não bastava, houve que recorrer a empréstimos, o que obrigava a reconhecer os que foram pedidos pelo regime constitucional. Mas os prestamistas exigiam garantias, sobretudo que os responsáveis no governo fossem pessoas capazes, uma condição rara dada a magnitude do exílio. Diego López Ballesteros, um homem moderado, como o retratou Donoso Cortés, nas suas opiniões tolerantes, no seu labor, na sua maneira afável e comedida, tomou conta da Fazenda e iniciou os seus contactos com os banqueiros dispostos a emprestar dinheiro ao Estado.

Tudo isto trouxe algumas consequências, como a introdução de um princípio de racionalidade administrativa na gestão do governo; uma política com a qual se pretendia encontrar uma via mediana entre os liberais, dizimados e eLivross mas sempre dispostos a intentonas insurreccionais, e a mais pura reação, representada nos apostólicos e nos voluntários realistas, que pretendiam a restauração pura e simples da monarquia absoluta. Mantendo um controlo estrito sobre a vida política e cultural e não baixando a guarda perante as intermitentes conspirações liberais, os

elementos reformistas dos governos de Fernando VII – Cea Bermúdez, López Ballesteros, Ofalia – adotaram algumas medidas determinadas pelas exigências tributárias: institucionalizou-se o funcionamento do Conselho de Ministros, reformou-se a Fazenda, criou-se o Banco de San Fernando e iniciou-se a tarefa de codificação com a aprovação de um Código de Comércio e uma Lei de Avaliação Mercantil; as comunicações foram melhoradas e criou-se o ministério do Fomento, encarregado pelo governo interior do reino; em resumo, uma vez que não se conseguia pelas instituições políticas, tentava-se lançar as bases de um Estado moderno através da administração.

A direção desta política recaiu sobre uma parte do absolutismo herdeira do despotismo carolino que suscitou, primeiro, reticências e, depois, a aberta hostilidade da facção reacionária. Se os «reformistas» do absolutismo podiam apoiar-se na elite burocrática e tinham a conivência dos grandes proprietários e banqueiros, os «reacionários» contavam com o apoio da Igreja e de importantes setores do pequeno e médio campesinato no País Basco, Navarra, Catalunha, Aragão e Valência, e dispunham de uma força de choque com os voluntários Realistas, que chegaram a superar os 100 000 homens no fim da década. Foi na Catalunha onde se estendeu antes e de maneira mais generalizada o protesto, que deu lugar a uma guerra em toda a regra, uma espécie de anúncio que estava por chegar, com a insurreição dos agravados ou *malcontents*, camponeses apoiados pelo clero contra o rumo seguido pelo governo.

Os liberais ou constitucionais, por seu lado, não apareciam menos divididos, empenhados os militares da facção exaltada nas suas intentonas insurrecionais, apoiadas

na convicção de que bastava organizar uma pequena força de choque, penetrar o desembarque em território peninsular, proclamar a vigência da Constituição por um pronunciamento militar, para provocar um grande levantamento popular que obrigaria o rei a jurar de novo a Constituição. Assim, foram fracassando sucessivas insurreições até à expedição de Manzanares a Estepona em fevereiro de 1831, a execução de Mariana Pineda em maio e o desembarque de Torrijos em Fuengirola em novembro à frente de uma força de 72 homens, detidos e fuzilados, o que converteu o ano de 1831 num «ano de reação e matança», como diz Larra. Se algum caminho ainda havia para o regresso ao regime constitucional, não passava por este tipo de insurreições mal preparadas, pior executadas, destinadas ao fracasso e à morte dos seus protagonistas. O caminho, ou isso pensaram os eLivross, passava por uma aliança com o setor do absolutismo empenhado nas reformas administrativas, submetido desde o início da década de 30 à pressão dos realistas puros.

Eram, portanto, dois princípios de organização de Estado que se enfrentavam ao iniciar-se a década: um absolutismo em vias de reforma que implementaria uma administração racionalizada e conduziria, com a ajuda dos liberais, aos umbrais de um regime constitucional; ou o regresso ao regime anterior, a um absolutismo reforçado na sua natureza repressora e aspirando à sucessão da coroa o irmão do rei, Carlos Maria Isidro. O que não parecia haver era um meio-termo, por mais que os setores reformistas do absolutismo acreditassem que era possível consolidar uma administração evitando a constituição. O quarto casamento de Fernando com uma prima sua napolitana, Maria Cristina, com o nascimento de Isabel em 1830, veio, como observou Balmes, mudar a face dos negócios: as conspirações dos

apostólicos em La Granja, em setembro de 1832, para que o rei doente revogasse a Pragmática Sanção de 1789, publicada em 1830, e a morte do rei em setembro de 1833, depois de Isabel ter sido jurada como herdeira da coroa, acrescentaram à questão de Estado o litígio dinástico. Os absolutistas, reunidos em volta do pretendente Carlos, que contavam com uma força armada, comandos militares, apoio dos frades, padres, da maioria dos bispos identificados com a reação fernandina, e amplos setores do campesinato, passaram à ação, declarando guerra a um Estado que não encontrara ainda um sólido terreno sobre o qual edificar-se.

## **Revolução e Guerra Civil**

O início das hostilidades acelerou a consolidação das alianças. A ameaça do partido formado pelos apostólicos ou realistas, que um jovem Donoso Cortés tinha por fanático e extranacional e a quem acusava de pretender paralisar a corrente dos séculos construindo as sociedades civilizadas com instituições teocráticas e feudais, obrigou a quem tinha seguido a bandeira da revolução nos célebres três anos a jurar nos seus corações a defesa do trono. Para revolução bastava uma, de modo que entre as filas liberais a ameaça carlista moveu os que tinham regressado a Espanha, após a amnistia decretada por Maria Cristina, rainha governadora desde a morte do seu marido, a vir em socorro da menina Isabel e de sua mãe.

Como primeira providência, Maria Cristina confirmou Cea Bermúdez à frente de um governo que apresentou um programa de reformas administrativas e nomeou Javier de Burgos ministro do Fomento, de onde levou a cabo a divisão

territorial de Espanha em 49 províncias, uma reforma perdurável. Mas as pressões dos generais Quesada e Llauder e a incipiente mobilização popular convenceram a rainha governadora da necessidade de encerrar o absolutismo, por muito reformista que se apresentasse, e chamar à presidência um *doceañista* que tomara parte no triénio liberal e que passara em Inglaterra a aterradora década, Francisco Martínez de la Rosa. «Pouca quantidade e essa em má moeda» na caixa do Tesouro, o exército muito reduzido, o erário exausto, o crédito morto pela ignorância e má-fé, as armas nas mãos de uma população numerosa, indisciplinada e afeta à causa de D. Carlos: este foi o panorama que encontrou, no seu regresso ao poder, o distinto Martínez de la Rosa.

Governar em semelhantes condições excedia as capacidades deste «homem de tribuna», cujo erro radical e permanente, tal como o via Larra, consistiu em tomar a palavra pela ação, e seu defeito capital, sufocar-se em detalhes. O Ministério Martínez, em todo o caso, partiu do pressuposto de que era possível encontrar um caminho do meio entre o absolutismo e a revolução, aquele justo meio da liberdade com ordem, tão ansiado, quanto mais longínquo, pelos moderados. E, para conseguir esse propósito, a constituição de 1812 só poderia servir de estorvo. Martínez de la Rosa idealizou uma espécie de Carta outorgada, um «Estatuto real para a convocação das Cortes gerais do reino», promulgado em abril de 1834, na mesma semana em que estreava em Madrid *La conjuración de Venecia*, caso singular de escritor político capaz de estrear simultaneamente um Estatuto Real e um celebrado drama romântico. Madrid, com efeito, após o regresso dos eLivross, fervia de romantismo enquanto a mobilização e o debate

público recuperavam o lugar perdido desde o fim do triênio constitucional.

As Cortes foram convocadas e constituídas, como dispunha o Estatuto Real, por dois estratos, de Próceres e de Procuradores, onde se via bem que em Martínez de la Rosa predominava a tentativa de restaurar as instituições tradicionais de Castela e Leão sobre a busca de novos caminhos. A eleição foi censatária, com exigências tais que os eleitores não iam além de 0,15% do censo, o que deixava fora de representação os artesãos, comerciantes, burgueses não enriquecidos, burocratas, classe média, enfim, o que Larra via composto de empregados ou *proletários decentes*, que procuraram a sua representação por outros caminhos e que se manifestou na renovada atividade de ateneus, liceus e clubes, nas sociedades secretas e na afluência de cidadãos para se inscrever na milícia urbana. Uma classe social que nada tinha a ver com aquela *população analfabeta* (tão temida pelo senhor Martínez de la Rosa) que em junho, dando rédea solta a uma violenta clerofobia, procedeu à primeira matança de frades em Madrid, acusandoos de ter envenenado as águas e ter provocado a epidemia da cólera que naquele verão chegara à capital; e um ano depois, ao incêndio de conventos em Barcelona, Múrcia e Valência. Os antigos exaltados, agora progressistas, voltavam a dispor de recursos para a ação coletiva e de objetivos a alcançar: uma Constituição que estabelecesse os órgãos de governo representativos capazes de fazer frente à guerra declarada pela facção absolutista.

Uma guerra cuja importância foi decisiva para o futuro daquele Estado em intermitente construção. Por um lado, o desafio carlista era total: o pretendente Carlos não se limitava a lutar para conquistar o poder dentro do Estado,

mas lutava por outro Estado, do qual se proclamava rei, que dispunha de um exército e de uma incipiente administração, que exercia a sua autoridade sobre um amplo território e que gozava do reconhecimento de vários Estados europeus. A sua força militar nunca foi suficiente para ganhar a guerra, mas a debilidade, a má organização, as contínuas deserções, a carência de uma chefia eficaz e a escassez de recursos da facção cristina permitiam-lhe manter o seu território sob controlo e aventurar expedições que, sem assegurar a permanência de efetivos sobre o terreno, semeavam insegurança e ruína e submetiam a exações ou rapinas o território inimigo. Foi uma guerra em que nenhuma das duas partes mostrou grande capacidade, o que multiplicou os danos sofridos pela população civil e a crueldade das represálias.

Na realidade, as duas facções viveram durante esses anos para a guerra, o que reduziu até liquidar o papel de Espanha na Europa, exceto como ansiosa angariadora de empréstimos; incrementou o peso das potências estrangeiras na política interna e levou ao extremo o grau de influência dos militares no governo, ainda que não fosse mais do que pelas suas pressões para aumentar os efetivos dos exércitos e para dispor de recursos com que manter a guerra. Como é habitual, a guerra, além de ser uma continuação da política por outros meios, foi também um negócio no qual estava interessada muita gente, começando pelos militares, cujas ascensões e recompensas dependiam das ações bélicas em que intervinham e a glória, real ou fictícia, que nelas pudessem colher. Um exército cristino incapaz de triunfar com rapidez, que crescia desmesuradamente na sua chefia e que levava décadas a considerar a guerra como estado normal da sociedade, enfrentado ao carlista que não podia ganhar mas

que, dadas as circunstâncias, também não era plausível que fosse derrotado; daí que no seu primeiro período, como observou o moderado Pastor Díaz, aquilo não fora senão uma longa e sangrenta carnificina entre o exército da rainha e as fações de D. Carlos.

Um duro revés dos exércitos afetos a Maria Cristina perante o primeiro chefe competente que surgira na fação carlista, Zumalacárregui, precipitou a queda de Martínez de la Rosa, substituído à frente do governo por outro ilustre *doceañista*, o conde de Toreno, que não mostrou dotes superiores de chefia e cuja elevação à presidência do Conselho de Ministros, entendida como mostra de debilidade, só serviu para animar os movimentos insurreccionais da fação liberal exaltada ou progressista. Começando por Saragoça, estes movimentos estenderam-se durante o verão de 1835, pela Andaluzia, Extremadura, Valência e Corunha. A revolução continuou, assim, a sua marcha, observou Ramón Santillán, testemunha dos acontecimentos a partir do seu gabinete da Fazenda; de Cea por Martínez de la Rosa até chegar a Mendizábal, que será o beneficiário político desse rápido deslizamento do absolutismo reformista até ao progressismo com uma breve paragem num moderantismo que ainda desconhecia, se não o seu nome, mas sim as fontes onde iria apoiar a sua política.

Em setembro de 1835, dois anos exatos depois da morte de Fernando VII, Mendizábal encarregava-se de formar governo, desta vez com um programa muito elaborado e radical: terminar a guerra civil sem outros recursos que os nacionais; fixar o futuro das congregações religiosas; consignar em leis os direitos que emanam do regime representativo; instituir e fundar o crédito público e

afiançar, com as prerrogativas do Trono, os direitos e deveres dos povos. Na verdade, a guerra continuava a determinar qualquer política e Mendizábal apresentava-se como o único político capaz de lhe pôr fim. Para isso teria de aumentar os efetivos militares em 100 000 homens, o que exigia reunir novos recursos. Mas impor ou subir impostos estava-lhe vedado pela mesma razão que o levava ao poder e obter créditos no estrangeiro sem amortizar previamente a insuportável dívida pública era impossível. Mendizábal encontrou, ou pensou que encontrava, a solução a esse problema com a dissolução dos mosteiros e conventos e a nacionalização dos seus bens, que seriam levados a leilão público.

Não era a primeira vez que o Estado punha à venda propriedades eclesiásticas. Nos últimos dez anos do reinado de Carlos IV já se tinham vendido propriedades da Igreja pelo valor de 1 600 milhões de reais e desde o início da regência, que foi também o da guerra carlista, os assaltos a conventos e mosteiros sucederam-se, alentados pela conivência de frades e monges com a causa do pretendente. O conde de Toreno, um moderado, ao restabelecer o decreto das Cortes de 1823, suprimira os institutos monacais e a Companhia de Jesus e destinara os seus bens à amortização da dívida. Mendizábal, com o decreto que dispôs a exclaustração geral a 8 de março de 1836, limitava-se a reconhecer legalmente o que era desde há dois anos um facto: que a maioria dos conventos e mosteiros tinham sido abandonados, convertidos em muitas cidades em refúgios da população marginal, prostitutas e ladrões. De modo que pressionou na mesma direção com o propósito de chegar o mais depressa possível ao fim: regulamentar a apreensão e venda dos numerosos bens móveis e imóveis que o abandono dos conventos deixara

nas mãos do Estado. Esta foi a origem da desamortização que terá daí em diante o nome do político gaditano, promulgado a 19 de fevereiro de 1836.

Por essa lei se declaravam à venda todos os bens das comunidades religiosas extintas e aqueles que já teriam sido declarados bens nacionais, que iriam a leilão público, podendo o comprador tornar efetivo o seu valor em títulos da dívida interna consolidada ou em dinheiro. A admissão dos títulos de dívida pelo seu valor nominal, apesar de estar muito desvalorizado, conferia aos seus proprietários um benefício suplementar e dará razão a Manuel Azaña quando defina a venda de terras desamortizadas como a primeira «isca opípara» oferecida à gula das novas classes: uma política destinada, em última análise, a amortizar no prazo mais breve possível a dívida e criar novos interesses e «por conseguinte novos, numerosos e decididos partidários das instituições liberais», como recordava Ramón Santillán. A celeridade da operação e a sua imediata execução, com a venda em poucos anos de cerca de 4 000 quintas de instituições eclesiásticas, servia de garantia a potenciais compradores que podiam sentir-se retraídos pelo que se passara com as vendas do triénio, revertidas aos seus proprietários ao mudar a situação.

Mendizábal apoiava-se na nova burguesia que se ia formando em volta de contratos e negócios com o governo - aquisição de títulos de dívida, vários fornecimentos de tropas, compra de propriedades desamortizadas - sem descuidar os elementos populares das cidades, artesãos, empregados, organizados numa nova versão da milícia nacional à que deu o nome de Guarda Nacional para destacar a sua função de garante da segurança e da ordem. Aos primeiros, que por vezes se apressavam também a

inscrever-se nas filas da nova milícia, oferecia-se-lhes a possibilidade de enriquecer; aos segundos, alimentava-os a expectativa de culminar a revolução e melhorar a sua sorte; a todos lhes era prometido a consolidação do trono, do império da lei, da segurança nas propriedades. Para avançar nessa direção, Mendizábal evitou restaurar a Constituição de 1812, como exigiam os progressistas, mas convocou eleições, em outubro de 1835 as municipais e em fevereiro do ano seguinte as de deputados às Cortes.

Este foi o momento em que se consolidaram as duas opções que irão formar até ao fim do século o núcleo do sistema de partidos dinásticos: os antigos exaltados, conhecidos daí para a frente como progressistas, e os moderados, que incorporaram nas suas fileiras a facção mais conservadora do liberalismo com os elementos procedentes do absolutismo iluminista ou reformista. Os primeiros caracterizaram-se pelo impulso de políticas democratizadoras, com a extensão do sufrágio e a eleição de municípios e de alcaides, a defesa raramente extremada da primazia do Parlamento sobre a coroa, a aceleração das reformas e uma cultura política populista de animação do debate público e defesa da milícia nacional como uma espécie de nação em armas que vigiava pela vigência da Constituição; os segundos definiram-se pela busca de um «justo meio», a sua inimiga à democracia, que tiveram sempre como umbral da anarquia, a defesa do princípio doutrinário de soberania partilhada pelo rei e pelas Cortes, a centralização e concentração de poderes com alcaides de nomeação governativa e uma cultura política elitista que limitava a soberania popular através de uma forte restrição do sufrágio, procurava o estabelecimento de poderosos vínculos entre a política e o mundo dos negócios como melhor via para assegurar a permanência no poder. Mais à

frente, este moderantismo pretenderá confundir-se com a constituição histórica da nação espanhola e identificar-se com o espírito da nação.

Naquela altura, nas lutas políticas o facto decisivo era a guerra civil e o seu incerto desenvolvimento. Nem o recrutamento dos 100 000 chegou a ser realidade nem a sorte das armas se inclinou para o lado liberal, nem o produto obtido pela venda das quintas bastou para manter o esforço bélico. Antigos amigos e correligionários de Mendizábal que passaram para o moderantismo, entre eles dois dos anteriores presidentes do Governo, Toreno e Martínez de la Rosa, começaram a conspirar para procurar a sua queda até que a regente passou de facto a presidência para Istúriz, um progressista moderado e que, como primeira medida, dissolveu as cortes, nas quais não contava com maioria, e convocou eleições gerais, um procedimento que, com o tempo, chegará a constituir a base do sistema: o rei ou a rainha mudam o presidente do Governo e entregam-lhe o decreto de dissolução no sentido de fabricar uma maioria parlamentar que lhe permita governar. Mas a primeira vez que se tentava este procedimento coincidia com a mobilização política renovada desde a chegada de Mendizábal ao poder. Nas principais cidades sucederam-se as manifestações e em Madrid o capitão general Quesada fracassou e morreu na sua tentativa de opor a Guarda Nacional à rebelião popular a favor da Constituição. Retirada em La Granja, a regente foi recebida pela Guarda Real com gritos de «Viva a Constituição» e «Morte aos tiranos» enquanto se formavam juntas locais revolucionárias por toda a Espanha.

Os gravíssimos acontecimentos de La Granja, onde dois sargentos e um soldado, comissionados pelos seus

companheiros, foram suficientes para obrigar a rainha a restabelecer a Constituição de 1812, puseram a descoberto a permanente debilidade do governo e da própria coroa, ao mesmo tempo que a facilidade com que um punhado de militares audazes podia dar a volta à situação política. Istúriz abandonou a presidência, que foi ocupada por José Maria Calatrava, um progressista que convocou Cortes Constituintes para o mês de outubro. Um governo liberal da facção avançada confrontava-se de novo com a tarefa de elaborar uma Constituição, assumindo que a de 1812, restabelecida provisoriamente pela rainha governadora, não servia para a nova situação. Não servia, ou isso pensavam os constituintes, porque o que a trancos e barrancos se vinha formando desde 1808 era o que poderia chamar-se nação como classe de proprietários; uma nação-classe, bem longe daquela outra nação «toda ela povo» que Donoso Cortés celebrara ao constituir-se nas Cortes de Cádiz.

A Constituição, que as Cortes Gerais *decretam e sancionam* e a Rainha das Espanhas e em seu real nome, a Rainha viúva, Governadora do reino, *aceita*, apresenta-se no preâmbulo como produto da vontade da nação de reviver a promulgada em 1812, mas no seu artigo 12 sobressai o princípio doutrinário segundo o qual a potestade de fazer leis reside nas Cortes com o rei, levando pela frente, assim, o artigo 131 da Constituição de 1812, que reservava somente às Cortes essa potestade. O poder real e as atribuições da coroa, que não eram poucas na Constituição de Cádiz, saíam agora reforçadas, como saía também cerceada a soberania da nação noutra dimensão substancial: estabelecendo duas Câmaras, Senado e Congresso, o primeiro eletivo como regime de segundo grau que deixava ao rei a designação entre um terno apresentado pelos eleitores e o segundo de eleição direta,

mas ambos censatários, já que só eram elegíveis indivíduos com um nível de renda ou de contribuição que determinaria uma lei e que nunca superou 4,2% da população. Um sistema constitucional mas antidemocrático, já que por um lado a soberania não radicava na nação nem todo o povo gozava do direito de sufrágio.

As primeiras eleições convocadas com a nova Constituição, promulgada em junho de 1837, levaram às Cortes uma maioria do partido moderado que começará a governar a partir de dezembro desse mesmo ano. Antes, em setembro, Madrid vira agitar-se perante os seus frágeis muros, como conta Alcalá Galiano, o estandarte do pretendente: uma expedição empreendida pelo exército carlista, chamada real porque à sua frente figurava o próprio D. Carlos, apresentou-se à vista dos madrilenos sem que ninguém, nem eles próprios, soubesse muito bem com que propósito. Foi a última, porque desde o início do ano seguinte a sorte de armas inclinou-se a favor da facção de Maria Cristina, que infligiu uma série de derrotas aos seus adversários, obrigando-os a procurar uma paz negociada. Enquanto o general Cabrera, que segundo Pastor Díaz «não conhecia outro meio de governo que o terror, arma favorita das inteligências atrasadas», se mostrava intratável, o novo general nomeado pelos carlistas para a frente do Norte, Rafael Maroto, depois de purgar o seu próprio exército e fuzilar vários dos seus generais, entrava em conversações com o general Espartero e ambos concordavam, no chamado Convento de Vergara, que não era uma paz entre Estados como também não era uma rendição de uma facção rebelde perante um governo legítimo, mas sim um pacto entre militares, bizarra maneira de pôr fim a combates de seis anos, que destacava o papel político assumido pelos

militares, resultado de tanta guerra como testemunhara Espanha desde 1808.

Espartero, com efeito, fora um poder fáctico durante os governos que se sucederam desde dezembro de 1837. Agora, com a guerra terminada, ou quase, porque Cabrera não foi dar o abraço em Vergara, os moderados julgaram-se com força para levar o seu programa uns passos à frente, especialmente no que se referia a restrições à liberdade de imprensa, redução do sufrágio e, sobretudo, à transferência para o ministro do Interior do controlo político dos municípios com uma nova Lei Municipal que suprimia a eleição de presidentes de Câmara. Espartero, progressista, tentou que a regente se negasse a assinar as novas leis, mas ao fracassar no seu empenho tornou-se pública a sua rutura, o que pôs em marcha um novo movimento insurrecional protagonizado sem grande oposição pela milícia nacional. Voltaram a formar-se juntas revolucionárias por todo o lado; em Barcelona, os progressistas mobilizaram-se em julho contra a Lei de Municípios, e em Madrid, onde se iniciara uma insurreição a 1 de setembro, o general Espartero foi recebido a 27 como se se tratasse de um imperador, com a tradicional arquitetura efémera de arcos de triunfo e colunas comemorativas. A regente, isolada em Valência, decidiu pôr fim à sua penosa situação, nomeou um governo progressista, negou-se a revogar a Lei de Municípios, apresentou a sua renúncia oficial a 12 de outubro e abandonou Espanha. Talvez o seu matrimónio morganático contraído três meses depois da morte do seu primeiro marido e a numerosa prole derivada da sua união com Fernando Muñoz a empurrassem na mesma direção. Mas a sequência do seu exílio como resultado de mobilizações populares acompanhadas de pressões

militares marcará também uma pauta que se irá repetir no futuro, na sua filha Isabel e no seu bisneto Alfonso.

De modo que a última revolução progressista consumar-se com a regente em França e Espartero em glória, disposto a começar o chamado Ministério-Regência. Convocatória de Cortes, como era habitual, e maioria progressista permitiram-lhe ser eleito como regente do reino até à maioria de idade, estabelecida em 14 anos, da rainha Isabel. Também como era habitual, a revolução de setembro de 1840 relacionou-se com a coroa com todo o respeito possível, seguindo a pauta já estabelecida em Cádiz durante a guerra da Independência e, depois em Madrid, durante o triénio liberal e a instauração do regime liberal. Os progressistas, amantes das milícias e dos municípios de eleição popular, que podiam desencadear grandes mobilizações e insurreições, não tinham agora entre os seus objetivos, nem tiveram mais tarde, liquidar a monarquia. É verdade que à sua esquerda surgiram grupos de democratas que se apresentavam como continuadores dos princípios revolucionários de Cádiz e críticos do espírito de componenda exibido pelo progressismo, mas a reivindicação da democracia e, inclusive, da república, que aparece agora pela primeira vez, não conseguiu ainda corroer a base popular do progressismo nem ter atrativo junto das suas elites dirigentes.

Se Espartero chegou à chefia do Governo através de um movimento popular revolucionário, dirigido a partir dos municípios progressistas, cairá três anos depois por uma sublevação militar dirigida pelos generais próximos do partido moderado. Entre a revolução popular e a sublevação militar, nem o Estado nem a sociedade passaram por um período de estabilidade que permitisse pôr fim aos

transtornos passados e iniciar uma obra de reconstrução. Na verdade, com a saída da regente e a espera da maioria da herdeira ao trono, a chefia do Estado voltava a transmitir uma impressão de debilidade e interinidade que em nada favorecia a estabilização política nem o crescimento económico. Teve de se cobrir, sobretudo, o vazio deixado pela regente e, como é habitual em situações sem partidos nem instituições sólidas, começaram a surgir as primeiras e graves diferenças entre os vencedores: se a regência deveria ser individual ou coletiva e, no caso de ser individual, que pessoa seria a mais idónea para o desempenho do cargo.

Como primeira providência, e após proceder à habitual dissolução, foram convocadas eleições para as Cortes, que resultaram numa fácil maioria progressista, confirmando assim que o governo que dissolve as Cortes ganha sempre as eleições. Os progressistas mostraram desde o primeiro momento a sua divisão ao optar por uma regência individual e ao eleger o general Espartero como regente frente a Agustín Argüelles, que obteve 110 votos contra os 179 do seu oponente. O partido dava o seu apoio a um militar, iniciando um caminho que se tornará norma nos anos seguintes e que fora já assinalado pelos contemporâneos como um mal derivado da escassa densidade da opinião pública e da indiferença da massa popular e da classe média para participar na política. Nos partidos, escrevia Valera, havia muito corifeu e pouco coro, de modo que, sem força na opinião, só podia buscar o seu triunfo na colaboração do exército, não porque este possuísse uma certa força material, mas sim pela sua maior organização e coesão: a conspiração cívico-militar converteu-se num elemento central do sistema político em formação.

Assim se passou também agora, quando a ocupação de todo o poder executivo por Espartero, que acrescentou a presidência do governo à chefia do Estado, alimentou a conspiração dos moderados em convivências com generais descontentes. Em setembro de 1841, prepararam com Maria Cristina um golpe que, iniciado em Pamplona e em Vitória, teve em Madrid o seu momento culminante com a tentativa de assalto ao Palácio e de sequestro da herdeira protagonizado por Diego de León, outro jovem general aureolado de romantismo que pagaria com a sua vida a intentona. Mas a oposição não se limitou aos moderados; a prática do poder exercido por Espartero afastou-o dos líderes civis do progressismo, que começaram a tramar uma nova conspiração com elementos do partido moderado e com os descontentes pela política favorável a uma taxa reduzida que o governo decidira. As revoltas começaram por Barcelona, onde os rumores de que o governo empreendia uma política de livre-câmbio uniram durante algumas semanas patrões e operários no protesto comum. Os últimos meses de 1842 viram uma sublevação na qual eram já evidentes reivindicações democratas, republicanas e socialistas: Abdón Terrades proclamou pela primeira vez a República em Figueras. O castigo foi de novo brutal, submetendo a cidade a um bombardeio indiscriminado.

Os acontecimentos em Barcelona contribuíram para dividir o progressismo e agudizar o isolamento do regente. A sua distância em relação aos líderes progressistas civis, a crescente hostilidade dos moderados e a inimizade manifestada por alguns dos generais deixaram Espartero só com os seus sequazes, sem outra alternativa do que dissolver de novo as Cortes e convocar eleições que, desta vez, o colocaram em insólita minoria. Sem saber por onde sair deste apuro, Espartero dissolveu as Cortes recém-

eleitas e convocou novas eleições, um sinal dado aos seus adversários para que passassem à ação. E, efetivamente, uma coligação de descontentes, desde progressistas a liberais, com a argamassa que só os generais podiam dar, acabou com a regência, não sem que a milícia nacional resistisse até que, em Torrejón de Ardoz, o general Ramón María Narváez encontrou o seu caminho expedito até à capital. Agora sim, começava uma nova época.

-

(<sup>20</sup>) Apelativo como ficaram conhecidos os partidários da Constituição de 1812 (N. T.).

## 2

### **Matar a revolução, construir o estado: a época moderada (1848-1868)**

A persistência de mobilizações e insurreições populares, protagonizadas pela milícia nacional, e o permanente estado de conspiração cívico-militar em que vivia o país desde a definitiva queda do Antigo Regime espalharam entre as distintas fações do partido moderado e das novas elites sociais um sentimento como de cansaço e fadiga e um desejo de ordem ao qual estavam dispostos a sacrificar, se tal fosse o caso, algum grau de liberdade e até a total liberdade, como disse Donoso após os movimentos revolucionários de 1848, num célebre discurso em defesa da ditadura. Liberdade com ordem foi o mote que se repetiu desde a queda de Espartero e a subida ao poder dos moderados. Havia que estabilizar a situação política, construir um Estado, edificar do nada uma administração, elaborar e aprovar códigos, transmitir segurança aos negócios e às empresas, oferecer sólidas garantias à propriedade, recuperar tradições que nunca deveriam ter sido atacadas, devolver à religião católica a sua função na sociedade, alcançar em todas as ordens da vida o «justo meio». «Quereis matar a revolução? - perguntava um clérigo próximo da facção mais conservadora do partido

moderado, Jaume Balmes, em maio de 1844 - Pois então tirai do meio as questões que lhe servem de sustento». Não há país, dizia, que possa estar tranquilo sob as condições em que se encontra Espanha, onde tudo é provisório, onde tudo é incerto: não há monarquia absoluta, nem governo representativo, nem ditadura militar, mas uma confusa miscelânea, uma situação indefinível, monstruosa, na qual não prevalece nenhum princípio fixo, na qual não governa nenhuma regra. É necessário, terminava Balmes a sua alegação, que haja mais do que uma situação: é necessário um Estado.

Princípios fixos, regras, estabilidade nos governos, Estado: era essa também a convicção partilhada em diverso grau pelas novas elites consolidadas após a revolução, mistura de proprietários que tinham sacado uma boa talhada da desamortização das terras eclesiásticas, financeiros que tinham aproveitado a sempre necessitada situação da Fazenda pública, famílias que geriam estabelecimentos comerciais especializados no mercado do dinheiro, fabricantes que pretendiam conservar os seus mercados protegidos, nobreza titulada que confirmara as suas propriedades mas que devia fazer frente a uma ameaçante descida das rendas e a um endividamento galopante, novas classes médias que abriam caminho na política, na burocracia, no jornalismo e nas profissões liberais. Era necessário pôr fim à revolução e, para isso, como demonstraram os franceses, nada melhor que reforçar o poder central e imprimir um forte impulso aos negócios. De França viria a inspiração ideológica que alimentou este novo discurso: foi chamado como liberalismo doutrinário, porque fazia residir a soberania não no povo nem na nação, mas nas Cortes com o rei, que defendia a ordem mais do que gostava da liberdade, que procurava a centralização

mais do que propugnava a autonomia. A lição pôde ser aprendida porque dos novos dirigentes uma boa parte passara um período do seu exílio em Paris. Agora, que regressavam a Madrid, comparavam e tiravam as suas conclusões.

De modo que, quando o primeiro gabinete moderado, presidido por Luís González Bravo, terminou a sua tarefa de desmontar a obra dos progressistas, suspendendo a desamortização, desarmando a milícia, restaurando a Lei Municipal de 1840 e o general Narváez culminou, desde a capitania geral de Madrid, a sua repressão sobre os focos insurreccionais, os moderados afrontaram sem resistência a sua obra. Narváez em pessoa colocou-se à frente do Governo a partir de maio de 1844 e iniciou uma revisão constitucional que levaria na realidade a uma mudança de Constituição. Bem ao seu estilo, os moderados não quiseram proceder revolucionariamente: as Cortes não foram convocadas como constituintes nem foi seu propósito revogar uma constituição com o objeto de substituí-la por outra: a reforma substituiu a revolução como núcleo da linguagem moderada. Reformar, claro está, de maneira que saísse reforçada a coroa na sua relação com a nação; o executivo na sua com o legislativo; a administração nos seus tratos com a política; o governo central frente aos poderes locais; a religião católica na sua relação com o Estado. Mais coroa, mais executivo, mais centralismo, mais administração, mais religião; menos nação, menos Cortes, menos autonomia local, menos política de partido: esse foi o empenho moderado.

Por isso, do preâmbulo da nova Constituição desaparece a referência de 1837 à vontade da nação e ao uso da sua soberania no ato de decretar e sancionar a Constituição,

que agora decreta e sanciona a rainha «em união e de acordo com as cortes»; a nomeação de senadores, em número ilimitado e para toda a vida, ficou à exclusiva vontade da coroa, que devia nomeá-los entre a mais alta elite política, militar, nobiliária, eclesiástica e económica, numa espécie de sucedâneo do estrato de próceres do Estatuto Real; constitucionalizava-se também a exigência de desfrutar de rendas procedentes de bens de raiz ou pagar por contribuição direta para ser elegível como deputado; a religião católica, apostólica e romana voltava a ser a religião da nação e o Estado obrigava-se a manter o culto e os seus ministros. Este foi o sentido das reformas que acabaram por dar à luz uma nova Constituição, a de 1845, que em substância irá reger a monarquia espanhola, com um parêntesis progressista e outro democrático, até ao golpe militar de 1923; a isto se chamou a Monarquia Constitucional, com o substantivo dotado de mais peso que o adjetivo; como assinalou Tomás y Valiente, a exaltação da monarquia conduziu por pura lógica à desvalorização da Constituição.

Não só a exaltação da monarquia desvalorizou a Constituição. Um texto constitucional nunca é tudo num sistema político em construção; nem sequer é o principal quando na cúspide se consagra um poder tão discricional. Nestes casos, a prática vale tanto ou mais do que a norma. E a este respeito, em consonância com a centralização do poder, o governo levou a cabo a consolidação da figura do chefe político, rapidamente transmutado em governador civil, como seu representante em cada uma das capitais. O governador tinha a seu cargo a ordem pública, para o qual se dotou rapidamente um novo corpo, a Guarda Civil, polícia única nos sistemas liberais, uma vez que reservava os seus postos de direção a militares com o duplo propósito de abrir-

lhes uma nova via de ascensão e de garantir um tipo de disciplina muito funcional com o objetivo de submeter um campesinato que perdera a submissão deferencial aos antigos senhores, fossem civis ou eclesiásticos. Para além da ordem, o governador assumia competências políticas, como a nomeação de alcaides, que deixaram de ser eleitos por votação popular, e de presidentes das deputações.

Não foi de menor importância para o sistema em construção a especialização do governador civil no amanho de eleições, inaugurando uma prática de fraude eleitoral que, com o tempo, se confundirá com a própria concepção da política liberal em Espanha. Como primeira providência, e para facilitar as coisas, os moderados elevaram as exigências para se ser eleitor e submeteram o censo eleitoral a uma severa poda que o reduziu de 635 000 a 99 000 eleitores, de modo que a os governadores não enfrentassem um angustiante trabalho quando deviam assegurar o voto ao governo convocante: o recém-nomeado presidente do Governo pela coroa podia dissolver e convocar eleições sem temor de sofrer um revés nas urnas. Entre as tarefas dos seus representantes em cada capital a menor não era tecer a trama de interesses que lhe permitisse exigir a troco de favores o voto nos notáveis incluídos no censo eleitoral. Assim, foi surgindo uma planta que chegará ao seu momento de esplendor quando do voto censitário se passou ao universal, mas que já nos anos dourados do moderantismo tinha lançado profundas raízes: as oligarquias locais que asseguravam ao governador, em funções de chefe político, os votos que permitiam garantir o resultado das eleições.

Forjada com este singular sistema a centralização política, os moderados, entre os quais se contavam

brilhantes homens de leis e economistas, começaram também a dotar o Estado de um corpo legal uniforme, de uma Fazenda simplificada que acabasse com a confusão própria do Antigo Regime e de um sistema estatal de instrução pública. Surgiram em poucos anos um novo código penal (1848) e um projeto muito adiantado de código civil (1851) a que se seguiram em anos sucessivos as leis de Processo Civil, do Notariado, Hipotecário e de Águas. Entretanto, o ministro da Fazenda do primeiro governo presidido por Narváez, Alejandro Mon, assistido por Ramón Santillán do Bando de San Fernando, antecedente imediato do Banco de Espanha, punha mãos à obra numa reforma fiscal que unificasse o emaranhado de taxas e impostos procedentes do Antigo Regime e modernizasse os ingressos do Estado segundo os princípios da universalidade e legalidade. Depois de amortizar a dívida e sanear as finanças, acabaram com a secular história dos dízimos, consolidaram os monopólios sobre o sal, tabaco e lotarias, reduziram e racionalizaram os impostos, com a perdurável inclinação a favor dos indiretos, os célebres impostos sobre o consumo, motivo de grandes protestos e greves no futuro, e estabeleceram contribuições diretas sobre imóveis e atividades económicas agrícolas, industriais e de serviços.

A reforma quis ser universal, mas tropeçou prontamente com a resistência das classes abastadas, que não pagavam o que o Estado pensava ingressar e, em tempos de escassez ou de revoltas, com a negativa das classes populares, que protestavam contra os consumos. Mais pelo primeiro do que pelo segundo, o caso é que a reforma fiscal, embora duplicasse a receita em poucos anos, chegando a 1 500 milhões de reais nos anos 50, não conseguiu o seu objetivo e o Estado, além de se submergir num défice crónico, obtinha pouco mais que o necessário para atender aos

gastos com segurança e defesa, serviços gerais e serviço da dívida, restando para a ação económica entre 6% e 10%, um dado que explica as condições de isolamento em que viveu boa parte da população rural durante todo o século, sem caminhos nem transporte que a comunicasse com os centros urbanos e com falta de escola pública e professores. Embora o ministro Pidal, à frente do Fomento, organizasse os distintos níveis de ensino nos seus graus elementar, secundário e universitário, estabelecendo planos de estudo e prevendo a criação de escolas, institutos e universidades, a percentagem do orçamento destinado à educação não passou de 1%, uma quantia irrisória para as necessidades do país: não no fim da época moderada, mas no fim do século, as taxas de analfabetismo continuavam entre os 40% e os 60% segundo as regiões.

De todas as maneiras, e embora o Estado não pudesse civilizar a sociedade na medida em que teriam desejado as suas mentes mais lúcidas, a época moderada conheceu um crescimento significativo da produção agrícola e o arranque do processo de industrialização. O primeiro deveu-se mais à extensão da terra cultivada como consequência da desamortização levada a cabo nos anos 30 e da que decretaram os progressistas nos anos 50 do que um incremento da produtividade. A desamortização, com efeito, acabou por consolidar dois sistemas de propriedade da terra que tiveram consequências até ao início do século XX. A norte da linha do Tejo, muitos pequenos e médios camponeses que tinham as suas terras em diversas formas de enfiteuse puderam redimir censos e foros e converter-se em proprietários plenos da terra enquanto na Extremadura, Andaluzia e Castela a Nova produziu-se um fenómeno de proletarização massiva devido à aquisição, por parte dos grandes senhores e dos grandes arrendatários de quintas,

de direitos de propriedade sobre milhares de hectares. Com uma sobrepopulação agrária, os métodos de cultivo não tiveram grandes transformações, seguindo com a rotação de ano sim ano não ou a trienal, e uma incipiente utilização de maquinaria e de adubos. A agricultura deu de comer a muito mais gente, uma vez que a população passou de 12 a 18 milhões, mas fê-lo à base de uma pobre dieta alimentária composta de batatas, legumes secos, verdura e um pouco de toucinho, bacalhau e sardinhas conservados em sal; dieta que se reduzia drasticamente durante as crises de subsistência, por secas ou más colheitas, quando uma enorme quantidade de pobres devia contentar-se com a «sopa económica», um mar de água salpicada com vinagre onde nadavam miseráveis pedaços de batatas, feijão, lentilhas ou alfarroba, um pouco de farinha de cevada, pão duro e umas onças de manteiga.

Característico na época foi, no entanto, o que Pérez Galdós chamou paixão de riquezas, febre de luxo e comodidades. A relativa estabilização da situação com o segundo longo governo de Narváez, praticamente sem interrupção desde outubro de 1847 a janeiro de 1851, seguido pelo de Bravo Murillo até dezembro do ano seguinte, deslocou o ênfase da liberdade para a ordem e da política para a administração. Narváez reprimiu com extrema dureza os ecos que em Espanha despertara a revolução europeia e Bravo Murillo governou à maneira dos déspotas ilustrados, sem ter em conta o seu partido e mostrando desinteresse pelo parlamento cada vez que a ocasião se apresentava. O que primou como ação do governo foram as concessões para a construção das vias férreas, para as explorações mineiras, para os planos de urbanização das cidades que rompiam agora as cercas ou muralhas que continham desde há séculos o seu

crescimento, para a abertura de caminhos, canais e portos, a dotação para Madrid de equipamentos que realçassem a sua condição de capital do reino e da nação. Tudo isto levado a cabo no meio de um clima de corrupção e favoritismo que a um moderado em vias de se tornar reacionário, como Donoso Cortés, levou a escrever em novembro de 1851 que «desde o dia da Criação até hoje, o mundo não tinha presenciado um exemplo mais vergonhoso de audácia e rapina». A revolução, lamentava Donoso, fizera-se pelos ricos e para os ricos que, através do censo eleitoral, relegaram os pobres para os limbos sociais e através da prerrogativa parlamentar usurparam a prerrogativa da coroa.

### **Pela Revolução no Governo**

Ora se o Estado avançou no caminho da centralização e se os negócios passaram por um momento de euforia e a indústria pelo seu primeiro arranque digno de nota, especialmente em Barcelona com a multiplicação de fábricas têxteis, o que não se reduziu foi a instabilidade política. Quando Bravo Murillo, que governara de costas para o partido, foi despedido por querer levar as coisas longe de mais, apresentando uma reforma constitucional que teria liquidado a sombra da Constituição, todos os governos que se seguiram duraram menos de cinco meses. Os fatores que determinaram esta alta instabilidade têm uma estreita relação com a persistência de fações dentro do partido moderado, com a prática conspiratória para alcançar o poder determinada pela falta de correspondência entre o parlamento e o governo, e com o simples capricho da rainha. O sistema criado pelos moderados, que

entenderam o poder como um monopólio ao qual só eles tinham direito, fechando aos progressistas todas as portas que lhes teriam permitido aceder através das urnas à presidência do conselho, desembocava necessariamente na instabilidade, ao estar suportado num único partido formado na sua cúspide por pequenos grupos ou fações em torno das suas personalidades, civis ou militares, mais relevantes: da extremadireita, liderada pelo marquês de Viluma e seus sequazes, partidários de alcançar algum entendimento com o que restava do carlismo, até à fação «puritana» de Joaquín Francisco Pacheco ou Nicomedes Pastor Díaz, que consideravam prejudicial para o sistema a perpétua marginalização dos progressistas, os moderados dividiam-se não só em pugnas pela distribuição do poder, mas pela direção que pretendiam dar à sua política.

Para resolver estas pugnas, ou acrescentar novos agravos, a intervenção da rainha foi sempre decisiva. Como o parlamento era uma simples fabricação do governo, o governo era-o de fação, e o seu presidente era-o por nomeação real, então as mudanças de governo só podiam conseguir-se por uma direta intromissão da coroa no processo político, determinada por sua vez, quando não pelo favor ou pelo capricho, pela camarilha que rodeava a rainha. O problema agravava-se porque a real pessoa que tocara em sorte aos moderados era uma jovem acabada de sair da infância, que contraíra um matrimónio de conveniência e mostrava-se, fora dele, muito ativa sexualmente, o que, como rainha, podia ter uma carga política se o amante era um garboso general e, como católica e devota, não podia deixar de suscitar problemas de consciência aos que uma solícita e algo iluminada freira, soror Patrocínio, ou um clérigo que espalhava vapores de santidade, António Maria Claret, procuravam dar remédio. O

resultado deste cúmulo de fatores, sistémicos uns, temerosos outros, foi uma sucessão de governos em cuja origem houve de tudo, desde o esgotamento de uma «situação» à intromissão intempestiva da coroa, que num certo dia decidia destituir o presidente do Governo para voltar a nomeá-lo 24 horas depois, como o que aconteceu ao mesmíssimo Narváez, homem forte do regime, em outubro de 1849, quando a rainha, cedendo às pressões do seu marido, ofereceu o governo ao carlista conde de Clonard.

Para além de não ter mostrado grande habilidade para estabilizar o Estado, nem sequer os governos, os moderados também não remediaram, antes pelo contrário, agravaram o que desde 1834 fora a pauta da mudança política: que se chegava ao governo ou se saía dele empurrado pelas armas. Obviamente, Narváez deu tudo de si para desanimar generais revoltosos a pronunciar-se: Martín Zurbano, herói liberal da guerra carlista, foi levado à parede de execução com dois dos seus filhos e com vários companheiros em novembro de 1844 e o comandante Solís seguiu esse mesmo caminho após o seu pronunciamento de abril de 1846. Também não foi mais complacente com os civis: os progressistas e milicianos que em 1848 pretenderam espalhar por Espanha a revolução que fizera cair o trono em França pagaram também, em alguns casos, com as suas vidas a ousadia, como em Madrid, numa dura batalha que teve, segundo Fernández de Córdoba, «um carácter político muito avançado». Foi, como escreve este general, a primeira vez que se ouviram gritos de viva a República, uma boa prova da presença de democratas e republicanos nas barricadas construídas para fazer frente ao exército. Mas a persistência deste estado de espírito tinha a sua origem não só nos novos partidos que se iam constituindo fora do

sistema, como também na permanente marginalização, através de meios fraudulentos, de um dos partidos em torno dos quais gravitava o sistema e na luta de facções do partido que monopolizava o governo. Os moderados, com efeito, consolidaram-se como monopolizadores do poder sem ter conseguido através dele reduzir as suas facções, o que multiplicava o número de ultrajados cada vez que se produzia uma mudança de governo e se incitava à coligação com alguma facção do adversário e quando o que recebia o encargo se revelava como um corrupto que exercia o poder com presunções ditatoriais, como se passou com Luís Sartorius, conde de San Luís, e os seus amigos da facção «polaca» (pela origem daquele astuto jornalista e homem de negócios).

A revolução de julho de 1854, que devolveu durante dois anos o poder aos progressistas, veio precedida de um profundo descontentamento entre os generais moderados, que se sentiram insultados durante a presidência de Bravo Murillo, e os líderes da facção «puritana», que pretendiam devolver a moralidade à administração do Estado e acabar com a corrupção que permitira juntar grandes fortunas pela especulação e usura durante os governos de Roncali, Lersundi e Sartorius. Pérez Galdós percebeu-o perfeitamente quando escreveu que o despotismo, a política bafienta e rotineira do conde de San Luís, se viu atacada por uma revolução protagonizada por jovens do partido moderado «que sabiam francês e eram especialistas em leis», entre os quais se encontravam Ríos Rosas, Cánovas, Tassara, e que eram acompanhados por outros jovens procedentes do progressismo, Fernández de los Ríos, Ortiz de Pinedo, Nicolás Maria Rivero, Martos...

Mas esse descontentamento das novas gerações de moderados e progressistas não teria bastado para mudar a situação se não se tivesse acrescentado, como exigia o guião, a conspiração militar. Os generais O'Donnel, Dulce e Serrano também queriam cortar pela raiz e, para dar mais importância à sua ação, procuraram o apoio de jovens políticos: Cánovas del Castillo proporcionou-lhes a necessária bagagem ideológica e doutrinal com um manifesto assinado por O'Donnel em Manzanares, que definia como patriótico a rebelião e lhe dava como meta «o triunfo da liberdade e das leis que jurámos defender». Uma linguagem esquecida voltava a emergir: «a nação usufruirá dos benefícios do regime representativo, pelo qual se derramara tanto sangue inútil. Os revoltosos prometiam como objetivo da sua ação a conservação do trono, mas sem a camarilha que o desonra; a prática rigorosa das leis, melhorando-as, sobretudo a eleitoral e a da imprensa; a redução de impostos, o respeito dos empregos militares e civis, tirar às povoações a centralização que as devora... e como garantia de tudo isto queremos e propomos a milícia nacional». Era a palavra de Cánovas que atravessava, cada um, o seu noviciado na revolução.

Precisamente, o que estava a acontecer desde que correram pelas cidades as notícias da sublevação era que de novo saíam à rua as milícias urbanas e se formavam juntas revolucionárias: «de Saragoça tinham saltado faíscas que metiam medo aos corações», escrevia Galdós; «o que foi?», perguntava-se. E a resposta vale um tratado: «continuação da história de Espanha: uma sublevação militar». Mas era também a continuação da história de Espanha que a grande massa nacional sentisse em si mesma um ardor doloroso que lhe dizia: «os que me governam enganam-me, tiranizam-me, roubam-me». Um

ardor que acaba por lançar o povo na rua, incorporar-se na milícia, constituir juntas revolucionárias, proclamar manifestos. Madrid surgiu nos dias de julho de 1854 semeada de barricadas. Militares sublevados, políticos que aspiravam ao governo, povo na rua: a tríade da revolução outra vez em marcha. A indecisão política dos militares, que se limitaram a pronunciar-se e, no melhor dos casos, a concentrar tropas como O'Donnell em Vicálvaro, foi ultrapassada pela mobilização popular. Em Madrid, por exemplo, os dias de julho trouxeram a recordação do sucedido 20 anos antes, só que agora as chamas não saíam dos conventos, mas sim das mansões daqueles ricos em cujo proveito, segundo escrevera Donoso, se realizara a revolução liberal. As casas de Sartorius, Vistahermosa, Collantes, Salamanca e Domenech arderam, como também se ateou fogo ao palácio de Maria Cristina, acusada de corrupta e manipuladora da vontade da sua filha. Chico, chefe da polícia, perdeu a vida, e Evaristo San Miguel foi elevado a presidente da Junta de Salvação, Armamento e Defesa de Madrid com o propósito de dirigir aquela algaraviada que tinha toda a aparência de se transformar numa verdadeira revolução.

Iniciada como conspiração política e pronunciamento militar de sinal moderado, foram os progressistas, com a destacada participação pela primeira vez de democratas e republicanos, quem mobilizava o povo urbano e os que organizaram a milícia nacional, dois elementos fundamentais para o triunfo da revolução. Era lógico que fossem também eles os que, na primeira fase, saíssem mais beneficiados pelo movimento, sobretudo tendo em conta que ainda contavam com a colaboração de um general de pacotilha. E, com efeito, quando a rainha chamou os generais O'Donnell e Espartero para que se pusessem de

acordo e metessem nos carris aquela revolução que ia mais além dos limites do sistema, a receção do povo de Madrid ao já sessentão general amigo dos progressistas inclinou a balança para o lado destes. Os 10 anos de poder moderado chegavam ao seu fim e, como em 1820 ou em 1840, os progressistas voltavam ao governo levados pelas armas.

No entanto, talvez seja excessivo dizer que aquilo fosse um governo do partido progressista. É verdade que à sua presidência voltava Espartero, mas outro general que procedia de regiões fronteiriças com o absolutismo, Leopoldo O'Donnell, ficava com o ministério da Guerra, enquanto um destacado membro da facção «puritana» do partido moderado, Joaquín Francisco Pacheco, se sentava no ministério de Estado. Aquilo parecia mais uma coligação de grupos dos dois partidos que um governo estritamente progressista. De facto, o governo promoveu o que já vinha sendo a política moderada, embora entre as suas primeiras medidas se contassem as típicas reivindicações progressistas: restabelecer as milícias e a Lei Municipal, além de convocar as Cortes que iniciaram a elaboração de um novo texto constitucional. Mostraram de novo a sua lealdade ao trono, contentando-se em afastar de Espanha a rainha-mãe, Maria Cristina, uma das principais beneficiárias da corrupção contra a qual se erguera a revolução. Na altura, no entanto, Isabel, cujas intromissões na política foram a faísca que fez explodir toda a pólvora acumulada, salvou a coroa e acedera à condição imposta por Espartero: convocar Cortes constituintes.

E, de facto, foram convocadas para iniciar a sua tarefa no início de 1855, acabando um ano depois com um texto que regressava ao de 1837 num ponto fundamental: a soberania voltava a residir essencialmente na nação, de onde

emanavam todos os poderes e à qual pertencia o direito de estabelecer as suas normas fundamentais. Mas a nova Constituição vinha confirmar que a nação tinha a sua representação direta nas duas Câmaras de eleição censitária e por províncias: representavam a nação, portanto, os que económica e socialmente estivessem qualificados para isso. Também regia a eleição censitária para os municípios e para as deputações, ainda que os primeiros fossem presididos por um alcaide eleito e as segundas pelo governador civil ou chefe superior do governo provincial nomeado pelo rei. Como em 1837, também agora se volta a constitucionalizar a instituição da milícia nacional, criada para a defesa da lei e da ordem pública e dependente organicamente do ministério da Governação. Última das constituições da tradição progressista, não conseguiu, no entanto, ser promulgada pelas Cortes, de modo que passou à história qualificada como *non nata*, uma qualidade que depois partilharia com a da República federal.

Os progressistas no governo voltaram a conectar com os seus antepassados não só na preocupação de dotar o Estado de um novo texto constitucional, mas também no que seria a sua obra mais definitiva: a culminação do longo processo de desamortização de terras de concessão perpétua. Pascual Madoz, ministro da Fazenda, promulgou a 1 de março de 1855 uma Lei de Desamortização Geral que afetava todos os bens que tinham sido objeto de desamortizações anteriores, fossem do clero, de ordens militares, obras pias, confrarias, de beneficência e, sobretudo, de próprios e comuns das povoações. Seguindo também a pauta estabelecida, a operação desamortizadora pretendeu sobretudo aliviar a situação da fazenda pública pelo que se levaram os bens a leilão, sem que os

progressistas se importassem com a condição dos compradores, com a exigência de levar uma certa quantia em dinheiro e o restante num prazo de 15 anos. O seu resultado imediato foi levar às arcas do Estado cerca de 5 700 milhões de reais, ao mesmo tempo que se deixava os municípios sem a preciosa fonte de receitas que eram as suas propriedades comunais. A condição dos jornaleiros e, em geral, do campesinato pobre, sofreu uma nova deterioração ao verem-se privados do uso de terras onde podiam abastecer-se de lenha ou de pastos, assim como os serviços prestados pelos municípios, entre eles o do ensino primário, que sofreram uma queda por falta de recursos para atender à conservação e manutenção de professores.

Esta lei de Desamortização Geral foi a principal de uma bateria de leis destinadas a remover os obstáculos que ainda restavam para a implementação de uma economia de mercado racionalizada em todo o âmbito nacional. A Lei das Sociedades Anónimas de 28 de janeiro de 1856 permitiu a criação de sociedades de crédito que pudessem canalizar os recursos necessários para financiar a exploração mineira e a construção da rede ferroviária para a qual se aprovara, em junho de 1855, uma Lei Geral de caminhos de ferro que pretendia, além do mais, acabar com a especulação e corrupção que tantos escândalos levantaram nos anos anteriores. A partir da lei ferroviária e com as facilidades para o financiamento, a rede teve nos 10 anos seguintes um crescimento espetacular: dos 440 quilómetros que se construíram em 1855 passou-se a 5076 em 1866, ficando já a rede configurada na sua estrutura radial, que seria dali para a frente a sua principal característica. Com capital francês constituíram-se as grandes companhias do Norte e de Madrid-Zaragoza-Alicante (MZA) e ainda que talvez a construção no estrangeiro dos carris e do material rodante

frustrasse o impulso à industrialização interior que podia esperar-se de uma ação desta envergadura, a rede cumpriu o objetivo de integrar o mercado interno de produtos agrícolas e manufaturados.

Mas as ambiguidades e equívocos que estiveram na origem da chegada dos progressistas ao governo subsistiram para além desta conjuntura tão propícia a impulsionar o crescimento económico por vias mais racionalizadas. Os progressistas serviram, na revolução de 1854, como uma espécie de fiel da balança entre os moderados e os democratas ou, em termos sociais, entre as elites do poder político e económico e o povo urbano, organizado nas milícias nacionais. Os moderados, que tinham sido marginalizados do poder, esperavam a hora de voltar a ocupá-lo ainda que fosse sob a fórmula de uma união liberal que abarcasse também os setores mais direitistas do progressismo; os democratas e a milícia nacional não renunciavam levar a revolução aos seus objetivos mais radicais, especialmente depois de ter passado pela experiência das barricadas. Constituída numa força armada, que só em Madrid organizava mais de 30 000 homens, a milícia não renunciou desempenhar um papel político nem intervir nos protestos e conflitos sociais que se sucederam desde o início de 1855, agravados pelos surtos carlistas que reavivavam a memória, ainda recente, da guerra civil, e que se misturavam com os protestos camponeses.

### **Efémere Plenitude**

A renovada conflituosidade social e as lutas pelo poder da coligação governante tiveram uma saída muito na tradição

do sistema: o general O'Donnell ameaçou abandonar o governo se o ministro da Governação, Patrício de la Escosura, não se demitisse. Como era óbvio, O'Donnell contava com o apoio da rainha, o que de imediato levou Espartero a apresentar também a demissão, ainda que nas Cortes os progressistas contassem com uma considerável maioria. De general a general, Espartero cedeu as rédeas a O'Donnell, que apenas nuns meses, desprezado pela rainha, se viu na necessidade de cedê-las a Narváez. Durante o tempo em que se manteve no poder, O'Donnell esmagou a resistência que a milícia levou a cabo ao restabelecimento da situação anterior, com o que conseguiu a curiosa marca de ter promovido uma revolução e, ao fim de dois anos, ter acabado com ela; dissolveu as Cortes constituintes e restabeleceu, em consonância, a Constituição de 1845, não sem antes acrescentar uma adenda adicional de sua própria lavra e por conta do governo, onde pretendia salvaguardar algumas conquistas dos progressistas, como a qualificação dos delitos de imprensa pelos jurados, a atribuição a uma Lei Eleitoral a acreditação ou não do pagamento de contribuição ou a posse de rendas pelos candidatos a deputados, a restrição de alguns poderes da Coroa como, entre outros, a nomeação dos alcaides em cidades com menos de 40 000 almas, cautelas que o seu sucessor se apressaria em revogar para voltar, desta vez plenamente, à mais conservadora versão do moderantismo, o que quer dizer paralisação da Lei Desamortizadora, da Lei de Municípios e de Imprensa e tudo o resto.

Política que também não iria durar mais de um ano até dar passagem à última das experiências de onde podia ter saído uma estabilização da monarquia, mas que se saldou não com a mudança de uma situação mas com a crise do sistema político e até do regime constitucional. A sucessão

de um governo progressista por outro moderado, ao não alcançar também a ansiada estabilidade, não podia conduzir senão a uma fórmula eclética em que participaram fações dos dois partidos. A possibilidade de tal fórmula radicava na mesma configuração do sistema, composto, mais do que por partidos, por grupos de amigos, por pessoas, como se dizia, da intimidade dos personagens mais destacados, e se fossem militares melhor, e melhor ainda se esses militares não tinham inimigos declarados dentro do exército. O primeiro elemento, ou seja, grupos de amigos mais do que partidos, possibilitava a aproximação entre fações de adscrição progressista a outras de adscrição moderada: ao fim e ao cabo, não era um abismo o que as separava e não faltavam casos em que um destacado moderado tivesse começado na política como progressista, como também não faltavam destacados progressistas que se tinham «resselado» como moderados.

De modo que o próprio sistema favorecia que duas correntes pudessem convergir num mesmo ponto, ainda que partissem de extremos opostos. Como conta Valera: progressistas assustados pelos excessos da democracia e que queriam encontrar ordem, estabilidade e força nos governos sem renunciar às suas doutrinas liberais encontraram-se com conservadores que repugnavam os planos e propósitos reacionários e não queriam abjurar as suas antigas crenças no parlamentarismo e, até certo ponto, na revolução. A esse novo partido faltava-lhe, segundo o próprio Valera, um requisito essencial em Espanha: um general que chefiasse e lhe desse o poder da espada. E é aqui onde reaparece O'Donell, conde de Lucena, que antes de Vicálvaro se aproximara do absolutismo e que pelo pronunciamento de 1854 ficara ligado ao liberalismo. Os progressistas puros odiavam-mo

por ter acabado com a revolução de 1856. Assim, ao não poder ser decorosamente nem progressista nem conservador «fixou a sua posição entre os dois campos, abriu ali as suas trincheiras, ergueu a bandeira de ligação e rapidamente contou com um partido numeroso, que em grande parte existia de antemão, embora inerte e desagregado por falta de chefe».

Era a União Liberal, que além de um general de prestígio contou desde o primeiro momento com um dirigente puritano «sagaz, engenhoso e útil», José Posada Herrera, que definiu desde o primeiro momento o novo projeto como um ecletismo político que recolhia em si o melhor dos das partes e não fazia aprovação de pessoas: não se devia perguntar a ninguém pelo seu passado desde que aceitasse os princípios do novo partido. A sua primeira preocupação, contando com a plena confiança da coroa, que deu a O'Donnell o consabido decreto de dissolução, consistiu em constituir Cortes à sua medida. Dissolvidas as anteriores, Posada ditou uma instrução aos governadores civis para que garantissem o apetecido resultado das eleições: levar às Cortes uma indiscutível maioria do novo partido sem impedir a representação minoritária dos outros. E, como o corpo eleitoral estava em Espanha muito ligado à autoridade administrativa, os desejos de Posada converteram-se em realidade. O governo pôde contar a partir de dezembro de 1858 com uma cómoda maioria parlamentar.

Reunidos, assim, todos os ingredientes que permitiam a estabilidade de um governo, confiança plena da coroa, um homem de grande influência à frente, um partido contra as veleidades de fação e uma esmagadora maioria nas Cortes. O'Donnell e Posada preparam-se para uma longa travessia:

o seu governo prolongou-se desde junho de 1858 até janeiro de 1863, superando a duração de qualquer outro governo e permitindo com a sua própria existência que o Congresso de Deputados também vivesse uma legislatura de duração sem precedentes: constituído em dezembro de 1858, ampliou a sua vida até agosto de 1863. Por fim, o sistema parecia ter alcançado a estabilidade exigida para acabar a obra da revolução liberal doutrinária, agora em versão unionista, consolidando a monarquia constitucional, mas sem reformar a Constituição de 1845, o que permitiu pôr a tónica no progresso material, favorecido além do mais pela excelente conjuntura económica: será este o período de mais atividade na rede ferroviária, de criação de companhias para a exploração de minas, de impulso à produção têxtil. O edifício legal recebeu também novas contribuições com a Lei do Notariado e Hipotecária; organizou-se o curso fiscal e criou-se o ministério do Fomento, que se dotou de um corpo de Engenheiros Florestais enquanto se desenvolvia a Lei Moyano do ano anterior que organizava a carreira docente.

A estabilidade governamental e a favorável conjuntura económica possibilitaram o regresso de Espanha à política internacional, da qual ficara de fora desde a guerra da Independência e suas sequelas. O governo de O'Donnell procurou um papel a desempenhar como sócio menor das políticas britânica e francesa, iniciando aquela que será até aos primeiros anos do século XX a sua dependência estratégica. A abstenção era, inicialmente, a situação natural, mas a euforia que percorreu os meios políticos e financeiros desde os anos 60 levou O'Donnell a recuperar o prestígio perdido na cena internacional. Os soldados espanhóis intervieram no México e em Santo Domingo e até na longínqua Indochina, onde não tinham perdido nada, e, sobretudo, no Norte de África, onde as praças de soberania

vinham sofrendo ataques marroquinos. Foi em Marrocos onde o general Prim começou a ser envolvido com auréola de herói nacional com a sua vitória de Castrillejo e a ocupação de Tetouan, que valeu a O'donnell o ducado de tal nome, ao governo uma explosão de patriotismo e às cidades uma rua evocadora da gesta. No entanto, a Grã-Bretanha, inquieta com a possibilidade de Espanha consolidar a sua posição no Norte de África, evitou o mais possível as aquisições com o tratado de Wad-Ras: Espanha teve de contentar-se com uma pescaria em Ifni, uma ampliação do perímetro defensivo de Ceuta e uma indemnização económica.

A euforia económica estimula também um incipiente desenvolvimento urbano: 1860 é o ano chave para o posterior crescimento e configuração das cidades. Apartir desta data elaboram-se planos para as ampliações, que permitem estender a superfície urbanizada para além dos recintos cercados ou amuralhados. De 1859 a 1860 é o projeto de reforma e ampliação de Barcelona realizado por Ildefonso Cerdá, uma rede de ruas, cortadas por vias diagonais, que justapõe o casco antigo e que será copiada com pior ou melhor ventura em Madrid, Valência, Sevilha, Valladolid, San Sebastián, Palma de Maiorca, capitais que iniciam o derrube das suas cercas e muralhas entre os anos 1860 e 1875. Uma preocupação pela segurança, higiene, salubridade e ornamento das povoações impulsionam nas zonas velhas obras de iluminação, pavimentação e esgotos das ruas, que vão adquirindo assim o aspeto das invejáveis capitais de França e Inglaterra, onde os reformadores espanhóis entram em contacto com as novas correntes. Este é o momento em que as capitais, às quais começam a chegar os comboios, testemunham uma primeira expansão demográfica que duplicará a sua população, partindo, na

verdade, de níveis muito modestos, em períodos cada vez mais curtos de tempo. E ainda que o orçamento de Estado não desse para muito fomento, uma vez que os 2 200 milhões de reais previstos para os gastos, um pouco mais da metade ia para a administração geral e defesa e 15% para a amortização da dívida, os governos civis, municípios, deputações, hospitais, escolas e liceus, com os novos espaços de sociabilidade e ócio, como casinos e teatros, eram cada vez mais habituais em povoações que contavam já com uma emergente classe média adepta a exhibir-se em passeios públicos e salões. Madrid viu, por fim, o espaço envolvente do Palácio de Oriente asseado, com a construção de um Teatro da Ópera; reforma a Puerta del Sol, construindo um edifício para o Congresso de Deputados e um canal com o nome de Isabel II, entre outras obras projetadas para elevá-la ao nível de capital digna da monarquia.

De todas as formas, os limites deste processo de urbanização são evidentes: as ampliações projetam-se, mas escasseia o capital para se construir nesses espaços, faltando também uma classe suficientemente acomodada para pagar os alugueres: demorarão mais de 50 anos para se encher. Deste mesmo ano de 1860 é o censo de população, que permite obter uma espécie de radiografia do conjunto da sociedade espanhola em plena época moderada. Os jornaleiros de fábricas ascendem a 154 200, dos quais cerca de 54 500 são mulheres, de que um terço pertence a Barcelona e municípios próximos. É curioso, mas muito significativo, que o censo ofereça um número muito superior de industriais do que de jornaleiros de fábrica, uma vez que aqueles alcançam, entre homens e mulheres, cerca de 330 000, grandeza que adicionada à dos artesãos, cerca de 665 000, daria à volta de um milhão de pessoas

dedicadas à indústria na qualidade de proprietários dos seus estabelecimentos, frente aos 13 457 que constam como fabricantes, o que fala de uma atomização e uma dimensão própria do Antigo Regime, como também o é o considerável número de serventes que sozinhos somam 11% de toda a população ativa. As cidades espanholas da segunda metade do século XIX são centros de produção artesanal, para o seu próprio mercado, raras vezes com fábricas de grande dimensão, e com uma classe média em que predominavam os empregados, os militares e uma enorme gama de servidores aos que o setor mais acomodado dessa classe oferece trabalho a troco de casa, manutenção e talvez algum dinheiro de bolso: não eram raras as casas da classe média acomodada que não pudessem contar com meia dúzia de serventes.

Se o número de jornaleiros de fábrica se podia contar por dezenas de milhares, o dos jornaleiros do campo supera os 2 350 000, a classe mais numerosa do censo, que sozinha representa 33% de toda a população ativa; e se lhes adicionarmos os pequenos proprietários e arrendatários que também trabalham a terra daria um resultado de mais de 70% de toda a população ativa a ocupar-se dos labores no setor primário, uma grandeza que não baixará dos 65% até aos primeiros anos do século XX, quando a queda se acelera a partir de 1910; população ativa à qual se deve atribuir 50% do produto interno bruto durante todo o século. Obviamente, a distribuição regional desta população oferecia grandes contrastes. Em Sevilha, os jornaleiros do campo ascendiam a mais de 43% de todos os ativos e constituíam uma massa de população mal nutrida e analfabeta. Os camponeses andaluzes alimentavam-se de toucinho, azeite e pão, que podiam tomar frio no verão, como gaspacho, ou quente, como migas, no inverno. Por

vezes, podiam acrescentar a essa comida básica alguns legumes, como um guisado de grão e pouca coisa mais. Tal grau de desnutrição só era comparável ao do analfabetismo: como consequência da desamortização municipal, muitos municípios perderam a fonte local das suas receitas sem poder substituí-la por transferências estatais e viram-se obrigados a fechar escolas mantidas graças às rendas procedentes de bens próprios ou comunais. A situação escolar piorou na Andaluzia durante todo o século XIX até ao ponto que em 1860 a taxa de analfabetismo situava-se entre os 70 e 90% dos seus habitantes. E se era miserável a nutrição e a instrução, as condições de trabalho não eram melhores: o jornaleiro andaluz, que só podia trabalhar, no melhor dos casos, cerca de 200 dias por ano, fazia-o de sol a sol por jornas que rondavam entre os 3,5 e 4,5 reais.

A deterioração das condições de vida no campo afetou também os pequenos proprietários, pequenos colonos, pequenos ganadeiros e agricultores de poucos meios. Nas primeiras fases da abolição do regime senhorial, não era raro ver as populações unirem-se para discutir com os senhores os seus pretendidos direitos sobre a titularidade da terra. Começou, assim, uma longa fase de litígios e pleitos nos tribunais de justiça para obrigar os senhores à apresentação de títulos autênticos de propriedade que em muitos casos não existiam, ou porque os seus direitos foram só jurisdicionais ou porque incorporassem indevidamente no seu senhorio terras de realengo ou bens próprios e comunais. Os pleitos foram-se sentenciando, no entanto, contra os povos e a favor dos senhores. Por outro lado, uma nova classe de proprietários que não eram nobres foi-se consolidando com as sucessivas operações desamortizadoras, o que deixou o campesinato sem terra,

essa massa populacional próxima dos dois milhões e meio de trabalhadores que gravitará sobre o conjunto do campo espanhol, especialmente nas regiões de latifúndio, até bem depois da primeira metade do século XX.

Neste contexto, há que situar as distintas formas de protesto campesino a partir da formação dessa nova sociedade característica da época moderada, quando deram por fechada qualquer via legal para aceder à propriedade. A ocupação de terras e a queima de colheitas converteram-se durante um século em duas das recorrentes formas de ação dos jornaleiros do campo. Mas a história da despossessão consumada ao longo da revolução liberal também explica outras manifestações sociais marginais, como o bandoleirismo e o contrabando. Como foram também fruto da frustração coletiva que se seguiu à longa história de litígios as revoltas que terão lugar em algumas zonas da Andaluzia e a participação dos camponeses em movimentos revolucionários dirigidos pelos partidos mais radicais. Das revoltas, a de 1857, que partiu de Sevilha e se estendeu por El Arahal e outras povoações do Baixo Guadalquivir e a massiva sublevação de Loja, três anos depois, com Pérez de Álamo à frente de um verdadeiro exército de camponeses, marcaram uma ação perdurável: sublevações locais, ataques aos quartéis da Guarda Civil, queima de arquivos municipais, enfrentamentos com as forças da ordem, enviadas para reprimir a revolta sob o comando de militares, resistência e inevitável derrota, seguida de uma repressão indiscriminada, com a posterior sequela do que se confundiu com «formas primitivas» da luta social, em especial os incêndios de colheitas.

## **De Novo a Revolução**

Nacionalismo revigorado pelas aventuras bélicas no exterior; estabilidade interna graças a um governo firme e um parlamento perdurável; expansão urbana e capitalista, consolidação de uma nova sociedade de classes. Por que razão não continuou esta situação para além dos quatro anos e meio? O'Donnell, com efeito, viu-se forçado a demitir-se porque a rainha não acedeu ao seu pedido para dissolver as Cortes e convocar novas eleições, quando já se aproximava o prazo legal para a sua dissolução: não estava disposta a dar-lhe o decreto que lhe permitisse voltar com uma maioria à presidência do Governo. Mas, demitido O'Donnell, ninguém foi capaz de se manter mais de uns meses na presidência: Miraflores, Arrazola y Mon foram como flor de um dia, até que de novo foi necessária a presença de um general, só que agora com 10 anos mais em cima: em setembro de 1864 regressava Narváez.

Este, como era de esperar, desmoralizou os progressistas, que comprovavam uma vez mais que sem a prévia chamada do Palácio era impossível chegar ao governo. Mas do palácio ninguém chamava, porque a rainha estava cada vez mais nas mãos de uma camarilha que, além de impor uma política ultramontana e impedir o reconhecimento do novo rei de Itália, vetava qualquer possibilidade dos progressistas acederem ao governo. E não se podia dizer que não acediam porque não ganhavam eleições, uma vez que para ganhar eleições tinham de ser previamente chamados à presidência do Governo. De modo que, após denunciarem os «obstáculos tradicionais», os progressistas adotaram a decisão de se retirar e, conseqüentemente, aproximaram-se de democratas e republicanos, que não necessitavam de fazer o mesmo porque desde a sua origem já estavam fora do sistema. A

via insurrecional surgia de novo no horizonte; uma via que democratas e progressistas encontrarão mais transitável porque o fim do período de euforia económica que flagelava a Europa fazia já sentir os seus efeitos em Espanha com a quebra das sociedades de crédito, a queda dos investimentos estrangeiros, a crise das indústrias siderometalúrgicas e têxteis e o crescimento dos protestos sociais.

O debate público abala as outrora tranquilas cátedras universitárias: à tribuna do Ateneu de Madrid e às cátedras da Universidade Central acabavam de chegar ou estavam a chegar jovens imbuídos de ideias krausistas no plano filosófico-moral e democráticas no político: são críticos do sistema, mas sobretudo têm ou vão criando um discurso alternativo; são vozes que falam de educação, de democracia, de sufrágio universal: clube de propaganda democrática como chamou Menéndez Pelayo à cátedra de História de Emílio Castelar. A atitude do governo, presidido por um Narváez que chegara ao fim do seu ciclo político e já não sabe o que mais reprimir, dá asas ao movimento. Castelar, que tem também um jornal, denuncia a partir de *La Democracia* Isabel II por ter ficado com 25% do produto da venda de uma parte do património da coroa destinado a paliar o défice da Fazenda. O governo quer expulsá-lo da sua cátedra e o reitor opõe-se; os professores e estudantes não ficam quietos: nos dias 9 e 10 de abril de 1865 produzem-se graves incidentes que tornarão célebre, na história dos movimentos universitários, a noite de San Daniel, quando forças de artilharia e cavalaria caem sobre os estudantes que se manifestam nas ruas, provocando nove mortos e vários feridos.

As posições radicalizam-se: os progressistas preparam-se para a revolução, com os episódios do pronunciamento de Prim em Villarejo de Salvanés em janeiro de 1866 e com a rebelião dos sargentos do quartel de San Gil em junho, concebida como um golpe militar e acompanhada de novo por barricadas de onde se grita: «Abaixo os Bourbons!». Brutalmente reprimida, o fuzilamento de 66 deles como represália pelos oficiais mortos na refrega acabou por liquidar o prestígio que ainda pudesse conservar o general O'Donnell que, na altura, estava de novo na presidência do Governo, arruinando qualquer tentativa de abrir as portas a uma coligação com os progressistas. Pouco depois da revolução de junho, a 16 de agosto de 1866, os progressistas assinavam em Ostende um pacto com os dirigentes do partido democrata, que se mostraram acidentalistas perante a forma de governo. A próxima revolução deveria acabar com Isabel, essa senhora impossível: havia que «destruir tudo o que existisse nas altas esferas do poder» e eleger por sufrágio universal umas cortes Constitucionais, que decidirão se a nação quer ser república ou monarquia. Isto já não era um mero pronunciamento para forçar a mão da rainha e obrigá-la a chamar os progressistas à presidência do Governo; isto era, ou encaminhava-se para ser, uma revolução.

Os acontecimentos desse verão foram demasiado para O'Donnell e para a sua tentativa de reconstruir a afetada União Liberal com as novas propostas do progressismo. Deve ceder a presidência do governo a... Narváez, outra vez, que, como ele, se aproxima do fim do caminho da vida. Com efeito, O'Donnell morre e pouco depois lhe seguirá Narváez: desaparece uma geração de generais e com ela está-se a ponto de encerrar uma época e derrubar um trono. González Bravo, que substitui Narváez em abril, não

faz outra coisa senão recorrer à repressão, desterrando a cúpula do generalato unionista e progressista que, obviamente, se lança imediatamente na conspiração. A 19 de setembro de 1868, a cidade de Cádiz, em armas, com toda a sua província, com a armada ancorada no seu porto, declara solenemente que nega a sua obediência ao governo de Madrid. São os generais Serrano, Prim, Dulce, Serrano Bedoya, Nouvilas, Primo de Rivera, Caballero de Rosa, com o almirante Topete os que assinam este chamamento aos espanhóis, convidando-os a pegar em armas para salvar a honra de Espanha. Motivos? A Lei Fundamental pisada, o sufrágio corrompido, a segurança individual à mercê da vontade das autoridades, o município morto, o ensino tiranizado, a imprensa muda, os títulos de Castela vilmente esbanjados, as novas fortunas improvisadas, a desonra e o vício vendidos a um elevadíssimo preço. Estes são os agravos; as metas: no abstrato, viver a vida da honra e da liberdade; no concreto: um governo provisório que represente todas as forças vivas do país, enquanto o sufrágio universal lança os alicerces da nossa regeneração social e política. Iniciada a insurreição militar em Cádiz, estende-se à Andaluzia, Múrcia, Valência, Catalunha, adquirindo em Barcelona um forte conteúdo social. Na ponte de Alcolea, o general Serrano dobra o exército enviado de Madrid para contê-lo e faz um acordo com o marquês de Novaliches, que vinha à sua frente: que seja a vontade nacional que decida. Novamente um acordo entre generais decidirá o futuro de Espanha, uma vez que a vontade nacional será o próprio duque de la Torre que a levará na algibeira a Madrid. A rainha, seguindo os passos dos seus augustos predecessores, cruza a fronteira.

Ao contrário do que acontecera no período da revolução liberal e reação absolutista, quando termina a época

moderada, confundida para efeitos práticos com o reinado efetivo de Isabel II, poder-se-ia dizer que há um Estado, uma administração, uma sociedade e até uma economia assente em novas bases; que o absolutismo e o Antigo Regime foram substituídos por um liberalismo politicamente doutrinário e por uma sociedade capitalista. Mas, por debaixo dos conceitos, as realidades não são tão nítidas: a coroa converteu-se num poder imprevisível, que muitas vezes intervém discretamente no processo político sem razões aparentes; o poder de Estado é monopólio de uma oligarquia político-económica desenvolvida à sombra das operações desamortizadora, da usura e da especulação; a grande maioria da população, constituída por um proletariado rural pobre e analfabeto, está excluída do processo político; os partidos agem como grupos de afinidade ou de amigos políticos que só conseguem dar uma aparência de estabilidade ao sistema se à sua frente se coloca um general; o recurso às armas, a insurreição e a revolta são o único caminho que resta, inclusive para as fações que estão dentro do sistema, para dobrar a vontade ou o capricho da rainha e alcançar o poder. Com isto, o tipo de revolução própria do Antigo Regime, com o povo em armas saindo à rua, mantém toda a sua vigência: não é por um excesso de liberalismo nem contra um Estado liberal, pelo que se mobiliza essa população urbana, artesãos, lojistas, empregados, trabalhadores, que arriscam a vida nas barricadas, ou esses camponeses que se sublevam quando chegam os ecos da revolução ou os tempos de escassez; mas pelo contrário: porque se trata de um Estado e de uma sociedade onde são palpáveis as marcas do Antigo Regime. O moderantismo, esse regime político certamente definido por José Maria Jover como o de «uma oligarquia que deseja preservar as maneiras de um regime

representativo sem prejuízo de renunciar de antemão os resultados que comportaria uma aplicação do mesmo, inclusive sobre a base do sufrágio restringido que corresponde às concepções doutrinárias», teria querido matar a revolução para construir um Estado e ao fim de um quarto de século no poder encontrou-se com uma revolução que continuava viva e o Estado em vias de desaparecer.

### 3

## **Revolução democrática, restauração monárquica (1868-1898)**

De maneira que a coroa, um dia salvada pelos liberais, acabou por rolar pelo chão empurrada pelos progressistas. Não teria sido possível que tal coisa sucedesse se antes não se tivessem dividido em torno de uma questão fundamental: continuar ou não a suportar a rainha Isabel. A maioria decidiu não continuar a suportá-la nem mais um minuto e como não havia escassez de generais disposto a levar a cabo a revolução, ficou a estratégia estabelecida: havia que se acercar aos democratas para ampliar a base social do movimento. Os democratas que não recusavam a possibilidade de avançar para a democracia num marco constitucional monárquico, como Manuel Becerra, Cristino Martos ou Segismundo Moret, implicaram-se na ação, acrescentando ao que poderia ter ficado em golpe de Estado os conteúdos do seu programa: se a revolução triunfava havia que convocar, por sufrágio universal, Cortes Constituintes que decidissem sobre a natureza do novo regime, se monárquico ou republicano. A decisão não gostou ao conjunto dos líderes democratas, que antepuseram a sua lealdade republicana ao oportunismo de uma coligação com os progressistas. De todos os modos, uma vez a insurreição militar em marcha, os capitães gerais

que aderiram à causa, e derrotados os que eram leais à rainha, os democratas republicanos não ficaram de braços cruzados: em todas as cidades onde contavam com efetivos formaram Juntas, lançaram-se à luta e colaboraram na redação de proclamações plenas de conteúdos democráticos.

### **A Revolução em Marcha**

Os primeiros momentos foram como todos os amanheceres revolucionários: gente na rua, alvoroço, cenas de fraternidade, Voluntários da Liberdade. Desta vez, quando as tropas chegaram às cidades a resistência da ordem estabelecida estava liquidada. Não houve, como nos anos 30 e nos 50, lutas sangrentas: a queda do trono foi celebrada entre risos e aplausos. E, com a celebração do triunfo, o surgimento, por um lado, de juntas revolucionárias e, por outro, de um governo provisório. As primeiras, começando pela de Sevilha, publicaram manifestos onde se proclamavam todas as liberdades: de imprensa, de reunião, de associação, de ensino, de cultos, de indústria, de comércio; exigiam-se algumas abolições: dos direitos de «*puertas y consumos*»<sup>(21)</sup>, dos recrutamentos, da pena de morte; defendia-se a soberania da nação e a sua expressão no sufrágio universal masculino e recordavam-se as aspirações à descentralização e autonomia dos municípios, ao julgamento com jurados. A 5 de outubro já funcionava uma Junta Superior Revolucionária, eleita pelos madrilenos que, três dias depois, publicava uma declaração dos direitos onde nada se aventurava sobre a definitiva forma de governo.

«Consumada felizmente a gloriosa revolução», e acrescentado a este processo, a Junta Revolucionária de Madrid encomendou a 3 de outubro a Francisco Serrano a formação de um governo provisório, assinalando um limite: a reunião das Cortes Constituintes. Serrano, que, em qualquer caso, com ou sem o pedido da Junta, tê-lo-ia formado, esperou a chegada de Prim a Madrid. Ninguém se surpreendeu com presença do próprio Serrano na presidência, nem de ver nos ministérios de Guerra e Marinha o general Prim e o almirante Topete, a quem se devia tanto o triunfo da revolução. O restante procedia da coligação de progressistas e unionistas, ficando excluídos os democratas, que aspiravam a dois postos e não se contentaram com um. Um progressista da facção constitucional, Sagasta, foi para a Governação, que era de onde se organizavam as eleições; enquanto outro, da facção radical, Ruiz Zorrilla, ficou com o Fomento; progressista também e livre-cambista convencido, Laureano Figuerola tomou conta da Fazenda; os unionistas Álvarez de Lorenzana com o Estado, Romero Ortiz com Graça e Justiça e López de Ayala com o Ultramar completavam a equipa que devia dirigir a transição de uma monarquia conhecida a outra por conhecer, porque o que ninguém punha em dúvida era que a forma de governo tinha de ser sempre monárquica.

A ausência dos democratas neste governo não queria dizer que se tinham excluído os seus princípios. Antes pelo contrário: o governo dissolveu no mês de outubro as juntas revolucionárias a troco da adoção do seu programa: decretou de imediato as liberdades de imprensa, reunião e associação; a abolição do imposto de consumos, ou melhor, a sua substituição por uma nova forma de imposto pessoal; a supressão de todos os mosteiros, conventos, colégios,

congregações e outras casas de religiosos e religiosas fundadas desde julho de 1837, declarando propriedade do Estado todos os edifícios, bens de raiz, rendas, direitos e ações das casas suprimidas; proclamou a liberdade de ensino, desde o primário à universidade, como um direito de todos, e devolveu aos professores a liberdade na escolha de métodos e manuais; convocou, finalmente, eleições para municípios e deputações que seriam seguidas pelas eleições para as Cortes Constituintes por sufrágio universal, ainda que mantendo o limite de idade nos 25 anos.

Mas ao pretender que a revolução fosse uma síntese entre inovação e tradição, o governo compensava a introdução do sufrágio universal com a reafirmação da monarquia como símbolo da soberania da nação e personificação dos direitos do cidadão. Era uma monarquia nascida do direito do povo e consagrada por sufrágio universal; que destruía o direito divino e a supremacia de uma família sobre a nação, rodeada de instituições democráticas, uma monarquia popular. Uma opção que agudizou a discussão nas filas do partido democrata: a maioria não estava disposta a renunciar à república. Os debates e os comícios celebrados pelos democratas em Madrid, em outubro e novembro de 68, acabaram por separar o que já se anunciara nos meses prévios à revolução: por um lado, os queriam colaborar na instauração de uma monarquia democrática; por outro, os que se declararam pela república como única forma possível de democracia. Os primeiros, chamados *cimbrios*, já tinham negociado com os progressistas em Ostende e tiravam agora as últimas consequências da sua opção, juntando-se a eles sob a direção de Rivero, Becerra, Martos e Moret. Os segundos decidiram fundar um novo partido, o Democrata

Republicano Federal, a tríade de tudo o que restava fora do sistema estabelecido, que era liberal, monárquico e unitário.

Enquanto o governo provisório começava a cumprir o seu programa e convocava eleições para as Cortes Constituintes para meados de janeiro de 1869, em muitas cidades e povoações, de Cádiz e Málaga até Tarragona e Barcelona, aconteciam manifestações, greves, enfrentamentos onde a revolução se entendia como republicana e a república como federal, e que foram duramente reprimidas, com centenas de mortos. O republicanismo, que fizera a sua primeira aparição durante os anos 30 como aspiração de minorias, estendeu-se pelo litoral mediterrâneo com a expectativa não já de uma mudança de Constituição, nem sequer de Estado, mas de sociedade. A república federal ou, simplesmente, a Federal, vinha a ser como a condensação numa só palavra das velhas aspirações dos artesãos camponeses e jornaleiros à liberdade, à autonomia, ao aumento de salários, à distribuição de terras, à igualdade. A república, ainda mais se federal, prometia uma mudança de vida, da vida miserável, único património da grande maioria da população: promessa de democracia que trazia agarrada uma utopia de igualdade. Para os que não dirigiam a revolução, mas que a faziam nas suas cidades e povoações, renunciar à Federal era como renunciar à própria revolução.

Aberta a convocatória de Cortes, a luta eleitoral manteve-se no terreno da propaganda e do comício com o objetivo de apresentar candidatos às Constituintes: desde carlistas a republicanos, todos estavam dispostos a tentar a sua sorte nas urnas, ainda que reservando-se sempre a possibilidade de recorrer à via insurreccional se as coisas corressem mal. O sufrágio universal, que se experimentava pela primeira vez, elevou a cerca de quatro milhões o número de eleitores, um

desafio para o ministro da Governação que, como no regime que acabara de cair, tinha entre as suas principais funções garantir uma maioria para o governo convocante. Sagasta era já um político hábil e conseguiu para a coligação uma vitória esmagadora. Nas condições sociais de Espanha, com um campesinato dependente, sem cultura e de organização política, com distritos de predomínio rural, com governadores civis encarregues de agradar ao governo e com as clientelas bem estabelecidas, e se sabia mover os fios da «influência moral», não havia que temer que o sufrágio universal revelasse um resultado adverso, uma lição que Sagasta aproveitará até ao fim da sua longa vida política. Na altura, levou às Cortes uma maioria de 236 lugares, ficando para os republicanos, que venceram em várias cidades andaluzas, valencianas e catalãs, uma minoria nada desdenhável de 85 deputados, para os carlistas 20 e para os moderados doze.

As Cortes resultantes, sob a presidência do democrata Rivero, começaram a elaborar um novo texto constitucional sobre as bases aprovadas pela coligação de unionistas, progressistas e democratas, que integraram com cinco membros de cada grupo a Comissão de Constituição. Eleita em março, trabalhou rapidamente, de maneira que em finais de maio já tinham terminado os apaixonados debates sobre as candentes e sempre recorrentes questões da religião, monarquia, sufrágio: a 6 de junho promulgava-se a nova Constituição da Monarquia Espanhola. Nova desde os primeiros parágrafos: decretar e sancionar a Constituição correspondia exclusivamente à nação espanhola e, em seu nome, às Cortes. Não havia nem podia haver intervenção alguma do rei, nem agora nem no futuro, quando se tratasse de legislar: se a soberania residia essencialmente

na nação, da qual emanava todos os poderes, a potestade de fazer leis residiria exclusivamente nas Cortes.

Esta rutura com a tradição doutrinária é evidente na disposição do texto constitucional, que dedica o seu primeiro título aos espanhóis e seus direitos. Não se trata já de que os espanhóis vejam garantidas pela norma suprema o exercício das liberdades, mas que a própria norma «desenvolva em vasta e acabada série os direitos individuais, condições indeclináveis que formam o caráter do cidadão». É significativo que a Comissão de Constituição acreditasse na necessidade de desenvolver essa série porque a revolução de setembro, ao contrário de todas anteriores, tivera um caráter social, ainda não bem definido, mas decisivo já para a própria Constituição. Será a formação do cidadão, a criação de uma nação de cidadãos, frente à nação-classe do moderantismo, o que sustenta este novo texto constitucional, e será esse o objetivo que levará os constituintes a não esquecer nenhum dos direitos dos espanhóis: emitir livremente ideias e opiniões, reunir-se pacificamente, associar-se para todos os fins da vida humana, votar e, inclusive, exercer pública ou privadamente qualquer culto para além do católico, ainda que a nação se obrigasse a «manter o culto e os ministros» dessa religião, evitando defini-la como religião de Estado. A esse mesmo objetivo obedece além disso a divisão de poderes que ocupa os seguintes títulos da Constituição: o legislativo, radicado nas Cortes; o judicial, que exercem os tribunais; o executivo, que reside no rei, que o exerce através dos seus ministros.

O problema anexo à constituição era a pessoa, não necessariamente de estirpe real, que deveria sentar-se no trono. À espera da sua eleição e da sua chegada, o general

Serrano resignou nas Cortes a titularidade do poder executivo e foi nomeado regente, passando a ocupar a presidência do Governo o general Prim, homem forte da situação. Prim tentou, sobretudo, reforçar a coligação monárquico-democrática, integrando os democratas no governo e reduzindo a presença dos unionistas. Enquanto essa coligação se manteve firme, com indivíduos de diferentes fações como Sagasta, Ruiz Zorrilla, Montero Ríos, Figuerola e Becerra, formando o núcleo do ministério, poderia fazer-se frente aos obstáculos que a consolidação do novo regime ia encontrar entre os grupos excluídos do poder e sem possibilidade alguma de aceder a ele por vias legais.

Porque, com efeito, à coligação no poder não lhe faltavam adversários na oposição dispostos a pegar em armas: os carlistas preparavam-se já para se lançar oficialmente no campo, como o disse Fernández Almagro, mas não era mais tranquilizador, pelo lado da esquerda, a importância que iam tomando as ideias republicanas, reforçadas a partir de 1870 pelo crescimento do movimento operário. À esquerda, ou noutra terreno, do Partido Republicano Federal aparecera a Federação Regional Espanhola da Associação Internacional de Trabalhadores, com um programa que um dos seus primeiros historiadores definiu sinteticamente: em religião, o ateísmo, em política, a anarquia; em economia, o coletivismo. Entre federais e internacionalistas, ambos com programas suscetíveis de entusiasmar e espalhar-se em meios operários urbanos, assim como entre os jornaleiros do campo, podiam criar mais de uma dor de cabeça aos dirigentes da «gloriosa revolução».

De maneira que ao mesmo tempo que se começava a governar era urgente acabar com a sensação de provisório. Como no ano 54, promulgaram-se diversas leis no sentido de dar estrutura ao Estado: a Lei eleitoral, a provincial e municipal, a relativa ao poder judicial, a redação do novo Código Penal. Os catedráticos expulsos pelo último governo moderado reintegraram-se nos seus postos e restaurou-se a todos os níveis educativos a liberdade de ensino, o que deixou sentir de imediato os seus efeitos na renovação da vida cultural e na penetração e expansão das correntes dominantes no pensamento europeu da época: o positivismo, o evolucionismo, as ciências naturais. Na Fazenda, Figuerola levou a cabo o seu programa livre-cambista, reduzindo as taxas e fomentando o investimento de capital estrangeiro nas minas do Estado, uma espécie de desamortização do subsolo que alguns compararam, pelo seu objetivo de sanear a Fazenda, às anteriores, e que permitiu um espetacular crescimento da extração e da exportação de chumbo, pirite de cobre, mercúrio, carvão e mineral de ferro em minas de Granada, Almería, Riotinto, Tharsis, Almadén, Astúrias ou Biscaia. Figuerola concedeu ao Banco de Espanha o monopólio de emissão de moeda e estabeleceu a peseta como moeda oficial. O Instituto Geográfico e Cadastral iniciou a sua atividade, que solucionava a necessitada situação das estatísticas oficiais. A «gloriosa revolução» desencadeara um grande aumento de energias e projetos que iam na direção de modernizar a administração do Estado, liberalizar a economia e democratizar a vida social e cultural.

Mas a urgência era encontrar um rei e consolidar um sistema de partidos que garantisse o desenvolvimento do processo político dentro da norma constitucional. O primeiro, excluídos para sempre, sempre, sempre, como

dizia Prim, os Bourbons, levou o presidente do Conselho às portas de várias cortes europeias em demanda de um candidato, nada fácil de assinalar devido à crescente tensão franco-prussiana. Após várias tentativas, o eleito foi um membro da Casa de Saboia, convencidos os dirigentes espanhóis de que um agravo ao Papa teria menos consequências que uma indisposição com França. Amadeu, duque de Aosta, filho de Victor Manuel II, foi o eleito para reger os destinos da monarquia democrática estabelecida em Espanha. As suas credenciais eram tranquilizadoras: de um aceitável liberalismo, sendo católico, não era clerical, como mostrava a conduta da sua família com o Papa, e sendo italiano, não levantava resistências em Napoleão III, que já antes vetara um Hohenzollern, nem nos britânicos, que não viram com bons olhos para trazer de Portugal um Coburgo.

### **De Monarquia Democrática a República Federal**

Não foi muito lúcida a votação que Amadeu obteve nas Cortes, nada mais que 191 deputados de um total de 311, mas podia pensar-se, pelo menos, que contava com um partido tão disciplinado como podia sê-lo sob a chefia de Prim. Quis no entanto a má fortuna que Prim fosse assassinado por mão desconhecida, mas onde muitos viram os interesses do capital colonial, em vésperas da chegada do novo rei. Com Prim talvez a coligação se pudesse ter mantido, mas a sua morte desencadeou de imediato graves confrontos entre as distintas fações, que acabaram por inutilizá-la como instrumento de governo. Convocadas novas eleições para março de 1872, Sagasta, um especialista na tarefa, conseguiu repetir a maioria,

enfrentada desta vez com uma coligação constituída por republicanos, radicais, carlistas e moderados. O problema foi que, apesar da sua maioria, Sagasta viu-se obrigado a demitir-se por causa de um escândalo eleitoral: ter trespasado dois milhões de reais do orçamento do Ultramar para a Governação, no sentido de assegurar o triunfo; as eleições começavam a ser caras, um inconveniente do sufrágio quando, além de universal, é fraudulento.

Obrigado a demitir-se por pressões à sua esquerda, os que expulsaram Sagasta também não puderam governar. Divididos os progressistas em constitucionais e radicais, o chefe destes, Ruiz Zorrilla, tentou-o, mas não teve outra saída do que convocar novas eleições para o mês de agosto. Dado o caráter e a moralidade do presidente do Conselho, desta vez a ampla maioria de 274 conseguida pelo seu partido não pôde atribuir-se a desonestidades: as eleições foram completamente limpas. O que se passou foi que a anterior maioria, convertida em Partido Constitucional, retraiu-se e não houve verdadeira concorrência eleitoral: todos os notáveis do progressismo histórico ficaram fora das Cortes, o que reduziu o significado da vitória dos radicais, acompanhados por 79 republicanos e 11 adscritos a partidos conservadores. Reduziu o significado, mas deixou as cortes à mercê dos radicais flanqueados por republicanos. Podia, portanto, passar-se qualquer coisa.

E aconteceu que Amadeu saiu de cena. Não só porque não contava com um instrumento de governo, como também o seu isolamento social se acentuou até ao ponto de tornar a sua situação insustentável: sem os constitucionais nas Cortes, ninguém o apoiava. Amadeu fora boicotado conscientemente pela alta e baixa nobreza. O

jesuíta Coloma, autor de *Pequeñeces*, que conhecia bem as senhoras da grandeza, vira-as, «com os seus alardes de espanholismo e a sua algaraviada aristocrática», abrir um vazio, e que toda a Madrid o fizera, em torno de amadeu e de Maria Victoria, «acurrando-os no palácio de Oriente, no meio de uma corte de cabos furriéis e lojistas acomodados». Sem ter também um autêntico apoio entre os partidos da revolução, Amadeu libertou-se, por fim, daquele curral, distanciando-se: regressou à sua Itália, reconhecendo ser impossível governar os espanhóis.

Impossível era, desde logo, governar naquelas condições. As oposições aumentavam e não só as políticas: a nobreza, a Igreja, o mundo dos negócios, os carlistas novamente insurretos, os republicanos empolados pela fulgurante propagação do federalismo, o movimento operário a difundir-se por campos e cidades, da Andaluzia à Catalunha, do internacionalismo na sua versão bakuninista e, no ultramar, os insurretos de Cuba que, depois do grito de Yara de outubro de 1868, empreenderam uma longa guerra de desgaste. Eram oposições que procediam de todas as partes, tanto da direita como da esquerda, da Península e das colónias, da nobreza como dos jornaleiros do campo: nenhuma delas, só com as suas forças, podia derrubar o regime ou sequer provocar uma insolúvel crise de governo. O problema consistiu em que, procedendo de todas as frentes, se encontrou uma coligação governante em crise permanente, também ela pronta para se romper em todas as direções, à direita e à esquerda, com o propósito de encontrar um aliado.

Assim, Sagasta e os constitucionais quando se aproximaram os unionistas, e Ruiz Zorrilla e os radicais quando se aproximaram os republicanos. Sagasta caíra e

chegara Ruiz Zorrilla com os republicanos a seu lado. Estas foram as Cortes perante as quais amadeu renunciou ao trono; as mesmas que no dia seguinte, a 11 de fevereiro de 1873, se constituíram em Assembleia Nacional, decisão que abolia de facto a Constituição de 1869, e proclamaram a República que chega, assim, inopinadamente, sem uma força política e social que a impusesse, por decisão de uma Assembleia onde os republicanos eram minoria e os radicais, ainda monárquicos, não sabiam realmente o que fazer. O que fizeram foi pactuar com os republicanos a formação de um Governo presidido pelo federal Figueras, com a presença das três principais figuras do republicanismo: Pi i Margall, federal, na Governação; Salmerón e Castelar, unitários, na Justiça e Estado, ficando eles com as restantes pastas. Era uma fórmula de transição que foi evoluindo em detrimento dos radicais que cediam e a favor dos republicanos que avançavam, sendo os únicos que podiam travar as juntas revolucionárias e sufocar os surtos insurrecionais surgidos um pouco por todo o lado, com a presença num caso ou noutro dos internacionalistas, que tentaram proclamar em Barcelona um Estado catalão dentro da República Federal Espanhola. Os problemas não vinham, no entanto, só da esquerda: coincidindo com a maior mobilização federal e operária, os carlistas estenderam a sublevação, que recebeu novo impulso com a volta do chamado Carlos VII de Espanha, deu-se a tomada de Estella e o longo cerco a Bilbao. Incapazes de conquistar uma capital, os carlistas dispunham de suficiente força para controlar amplas zonas do campo e conduzir as forças enviadas para derrotá-los.

Perante a passividade dos restantes partidos políticos, inclusive do radical, que optaram pela reserva para melhor conspirar, os republicanos preparam-se para dar um passo

em frente na revolução e convocaram eleições para as Cortes Constituintes: era necessário dotar a República proclamada em fevereiro com a legitimidade que só pode emanar de uma Constituição. As eleições, às quais só eles se apresentaram, deram-lhes uma rotunda vitória. Podiam fazer, assim - ou isso imaginaram - o que quisessem, e como era o momento dos federais, com Pi i Margall na presidência do poder executivo, o que quiseram foi dar à República, indefinida nos seus primeiros meses, uma constituição federal. Abertas as Cortes, a comissão Constitucional preparou apressadamente, não sem antes dividir-se em dois setores, um projeto que pretendia satisfazer três exigências: conservar a liberdade e a democracia conquistadas na revolução, indicar uma divisão territorial que assegurasse uma sólida federação e dividir os poderes públicos de tal modo que nunca se pudessem confundir.

Do projeto, para além da ratificação do Título I da Constituição de 1869, com a novidade da introdução pela primeira vez uma completa liberdade de cultos, a separação da Igreja do Estado e a proibição de subvencionar qualquer culto, o mais original foi a divisão territorial. A nação espanhola aparecia composta pelos estados de Andaluzia Alta, Andaluzia Baixa, Aragão, Astúrias, Baleares, Canárias, Castela a Nova, Castela a Velha, Catalunha, Cuba, Extremadura, Galiza, Múrcia, Navarra, Porto Rico, Valência e Regiões Vascongadas. Todos eles teriam uma constituição política e nomeariam os seus respetivos governos e as suas assembleias legislativas por sufrágio universal. Mais abaixo, a Constituição não contemplava as províncias, mas sim os municípios, que nomeariam também por sufrágio universal os seus governos ou alcaides, as câmaras municipais e juízes. Por se tratar de uma República, a divisão de poderes

aparece melhor estabelecida que nas anteriores constituições, todas elas monárquicas. O presidente é o titular de um novo poder, chamado de relação para assegurar-la entre os distintos estados.

Mas o texto, terminado em julho, iniciado o seu debate em agosto, nunca chegou a aprovar-se. O governo de Pi i Margall teve de fazer frente a uma sublevação cantonal que pretendeu fazer federalismo por debaixo do que esperar que lhes dessem feita a federação a partir de cima, iniciativa que deve muito aos avatares do republicanismo. O crescimento sentido desde a revolução de setembro e, sobretudo, desde a proclamação da República, não fora concentrado nem dirigido por uma organização disciplinada e consistente, com objetivos claros e estratégias meditadas. Os próprios republicanos que faziam parte das Cortes Constituintes agudizaram, a partir do momento em que foram governo, as suas diferenças, até ao ponto dos *intransigentes* culparem os *benévolo*s de traírem a revolução por excesso de legalismo, e retirarem-se das cortes a 1 de julho. Como sempre, a retirada não foi mais do que o anúncio da sua opção pela via revolucionária para impor a República federal. Esta foi a origem do movimento cantonalista, que se estendeu por Valência, Múrcia e Andaluzia e que a própria República, presidida por Nicolás Salmerón e, pouco depois, por Emilio Castelar, ao negar-se aquele, com toda a evidência, de sancionar a pena de morte, teve de sufocar empregando a fundo o exército sob o comando dos generais Martínez Campos, Pavía e López Domínguez. Até janeiro de 1874 não capitulou Cartagena, o último dos cantões que serviu de refúgio aos deputados da facção intransigente.

Castelar, da presidência do poder executivo - que era como se chamava a da República - tentou reconduzir toda a situação e impor a ordem, mas o seu esforço não foi muito estimado pelos seus próprios correligionários, dispostos a submetê-lo a um voto de censura nas Cortes. Os militares, que já tinham acumulado suficiente experiência na prática de reprimir movimentos republicanos, irromperam no congresso a 3 de janeiro de 1874 com o general Manuel Pavía à frente. Como não havia uma Constituição republicana, não necessitaram de a abolir: a república federal esfumou-se perante o ato de força do capitão general de Castela a Nova, que deixou o campo livre aos radicais para que encomendassem a presidência do poder executivo ao general Serrano, o mesmo que já ocupara o posto nas horas da vitória revolucionária. Serrano manifestou de imediato o seu «propósito de assegurar a ordem e manter de pé os fundamentos da sociedade espanhola, minada até hoje por predicções dissolventes e loucas teorias» e decidiu erradicar todo o tipo de transtornos, «perseguindo até aos seus mais dissimulados e recônditos esconderijos os perturbadores da tranquilidade pública e a toda a sociedade que, como a Internacional, atente contra a prosperidade, contra a família e outras bases sociais».

Com esta política, o general Serrano, que a partir de setembro contou com Sagasta como presidente do Conselho, tentou afiançar uma República de ordem, mas o que resultou foi que ficou expedita de obstáculos a conspiração afonsina, muito adiantada desde que Isabel conferira plenos poderes a Cánovas em agosto de 1873 para dirigir em seu nome e do seu «amadíssimo filho a sua causa justa, procurando o seu triunfo por quantos métodos e recursos possas». Nos salões da alta sociedade - Alba,

Torrecilla, HerédiaSpínola, Molins, Torneros, Miraflores são os citados por Fernando Almagro - toda a gente falava do retorno dos Bourbons, até ao ponto do embaixador britânico qualificar aquela conspiração como uma *ladie's revolution*. Revolução de damas da qual não estavam ausentes generais e políticos e que recebeu o apoio de banqueiros e homens de negócios e de interesses coloniais, uma mistura onde não faltavam os «esquadrões» de voluntários, dispostos a agir como nos tempos de Fernando VII.

### **A Monarquia Restaurada**

A 1 de dezembro de 1874, Afonso de Bourbon, jovem de dezassete anos, publicou a partir da Academia Militar de Sandhurst um manifesto no qual se apresentava como um «bom espanhol e, como todos os seus antepassados, bom católico e, como homem do século, verdadeiramente liberal». E como espanhol, católico e liberal dava por seguro que antes que passasse muito tempo estariam com ele todos os espanhóis de boa-fé, independentemente de quais fossem os seus antecedentes políticos, declarando-se pela concórdia, ordem legal e liberdade política que unicamente poderia garantir uma monarquia hereditária, constitucional e representativa da qual ele era o único depositário. Este era o projeto que Cánovas queria que fosse apoiado por um amplo movimento de opinião sustentado numa conspiração cívico-militar. Contudo, antes de terminar o mês, o general Martínez Campos, impaciente, pronunciou-se com outros colegas em Sagunto. Como em 1814, também agora o golpe de Estado não tinha enfrentado qualquer oposição: a fragilidade do regime político era tal que bastava um pouco de decisão para o derrubar. Serrano voltou a resignar à

chefia, só que desta vez para tomar o caminho da fronteira enquanto Primo de Rivera, capitão general de Castilha a Nova, se colocou às ordens de Cánovas. Tudo se tinha realizado sem qualquer resistência, sem luta nem derramamento de sangue e os conspiradores não tinham outro motivo senão felicitar-se, ainda que o guião não teria sido exatamente o que fora previsto, o da monarquia restaurada por um voto nas Cortes. Mas isso não preocupava ninguém. A questão, em janeiro de 1875, era se se tratava de mais outra conspiração ou se os restauradores seriam capazes de consolidar, finalmente, um Estado.

Foi a segunda. Desta vez a conspiração, tanto ou mais que um líder militar, teve um civil. E não era um líder qualquer, mas sim um dotado de um conhecimento histórico e de experiência política suficiente para proceder sem pressas, deixando que a situação evoluísse e que o caminho ficasse sem obstáculos. Era António Cánovas del Castillo, que andava nessa altura pelos 46 anos de idade, mas que desde os 25 já tinha publicado uma *História da Decadência de Espanha* e entrara ao serviço do general O'Donnell, para quem redigiu em 1854 um manifesto em Manzanares. Mais à frente, e cumprindo uma trajetória biográfica muito singular, que misturava experiência política do presente com investigação e reflexão sobre o passado, continuou os seus estudos históricos e entrou na União Liberal, formando em 1864 parte do governo presidido por Mon e do que O'Donnell voltou a presidir em 1865. Antidemocrata convencido, não quis saber nada da revolução que derrubou Isabel II, ainda que se apresentasse às Cortes pela União Liberal e dirigisse o pequeno grupo de deputados que procedia do moderantismo.

Estes estudos e experiências deram a Cánovas uma familiaridade extraordinária com a recente história das fracassadas tentativas para consolidar em Espanha um Estado, fosse ele qual fosse, ao mesmo tempo que lhe proporcionaram um conhecimento em primeira mão da administração pública, do sistema de partidos e do papel político desempenhado pela coroa e pelos militares desde as sucessivas guerras civis e de independência. Afastado das Cortes a partir do momento em que puseram rumo à democracia, Cánovas dedicou-se ao que ele chamava «preparação da opinião», aceitando a presidência do Ateneu de Madrid, pronunciando discursos, escrevendo nos jornais, ampliando os seus contactos. Pretendia que Alfonso, no momento do seu regresso, encontrasse uma opinião preparada, ou seja, a convicção difundida entre as elites políticas e militares de que a restauração monárquica era a única solução possível para um Estado dilacerado durante esses anos entre o republicanismo, o carlismo e a insurreição cubana. Não era questão de liquidar tudo o que fora realizado até esse momento, mas sim de continuar pelo caminho do meio, evitando o exclusivismo dos moderados, corrigindo o desvio democrático dos progressistas, derrotando pelas armas a facção reacionária, acabando de uma vez com a guerra civil e garantindo, para funcionamento do sistema, a inclusão de todos que aceitassem o pressuposto básico de que a soberania radicava nas cortes com o rei.

Este foi o projeto que triunfou sobre as ruínas de uma República desmoralizada. Retirados os constitucionais para um segundo plano, Cánovas começou o seu governo recebendo plenos poderes e mantendo a suspensão de garantias constitucionais. Tinha claro que qualquer coisa a que se visse obrigado a ceder no futuro seria a partir de ter

tudo no presente. O seu primeiro movimento dirigiu-se para os que estavam mais próximos, o que restava do moderantismo, que tratou de contentar nos assuntos que lhes eram mais sensíveis: a restauração da ordem e a devolução à Igreja do papel perdido durante o sexénio democrático. A primeira coisa implicava acabar quanto antes com a guerra civil, derrotando os carlistas, declarando fora de lei os partidos e organizações que não aceitassem as bases do novo sistema, como republicanos e internacionalistas, e submeter a uma férrea censura e a todo o tipo de restrições a opinião expressada nos jornais; a segunda, dar satisfação aos neocatólicos na sua luta contra a liberdade de cátedra e restituir à Igreja o seu monopólio nos primeiros escalões da instrução.

Disto se encarregou Manuel Orovio, que reabriu no Ministério do Fomento a questão universitária, decretando que a docência devia desenvolver-se sem contrariar os dogmas da Igreja; liquidando a liberdade de cátedra, uma decisão que iria ter profundas e duradouras consequências na cultura espanhola. Os professores que não se prestaram a obedecer, entre eles, Francisco Giner de los Ríos, Nicolás Salmerón e Gumersindo de Azcárate, renunciaram às suas cátedras e criaram uma Instituição Livre de Ensino, algo que, em princípio, não teria grande importância mas que haveria de constituir com o tempo o foco de uma cultura alternativa à católica oficial e em artífice do que Cacho Viu definiu como moral coletiva da ciência. O exército encarregou-se de acabar com a guerra e manter a ordem. Certamente, exceto em breves parêntesis, os militares retiraram-se do governo do Estado. Derivar da sua saída da presidência uma vitória do civilismo é excessivo porque os militares cuidaram de se reservar para si a custódia da ordem pública que durante toda a Restauração se manteve

militarizada. Na realidade, o exército passou a ser uma força de polícia através da Guarda Civil, colocada sob o seu direto comando, ou por si mesmo, quando intervinha nos conflitos sociais substituindo ou reprimindo os grevistas e, em certas ocasiões, forçando os termos de um acordo com os patrões.

Assegurada sobre novas bases a aliança entre o trono e a Igreja e encontrado um terreno autónomo que satisfizesse os militares, Cánovas, que não era clerical e estava longe de ser militarista, garantia para o sistema a colaboração de duas grandes instituições que no passado constituíram permanentes focos de conflito e fontes de instabilidade. Com a Igreja em boas condições em relação à monarquia restaurada, pouca margem restava ao carlismo para insistir na sua insurreição armada contra o Estado. Não fosse o diabo tecê-las, o governo conservador lançou sobre os exércitos carlistas todo o peso de que dispunha e, num ano, esmagou a resistência. Em fevereiro de 1876, Primo de Rivera tomava Estella e Martínez Campos penetrava pelo vale de Baztán para pôr fim à segunda guerra civil, que desta vez não terminou com nenhum abraço de Vergara. Cánovas começou quase de imediato a abolir os foros bascos, embora compensasse logo esta decisão ao estabelecer com aquelas províncias uma nova relação para perdurar: os concertos económicos. O próprio Martínez Campos que, além de acabar com a guerra civil, desenvolvera indubitáveis dotes diplomáticos durante o sexénio democrático, encarregar-se-á de pôr fim à guerra de Cuba em fevereiro de 1878 com a paz de Zanjón, uma mistura de vitória militar e concessões políticas que pacificou momentaneamente a ilha.

Mantendo o exercício dos seus plenos poderes e, portanto, sem procurar nenhum tipo de acordo com os

partidos, ou melhor, com as fações dos partidos que ficaram dispersas após o sexénio, Cánovas dispôs-se a convocar Cortes com o propósito de elaborar uma nova Constituição. A preparação das eleições, com os seus contactos com o Partido Constitucional para assegurar-lhe um número de lugares que lhe permitisse entrar no sistema em construção, e com Romero Robledo a fabricar as candidaturas, situava-se na tradição da época moderada, com uma novidade: pactuar com a oposição o nome dos candidatos que deviam ser eleitos em cada distrito, numa operação que receberá o nome de distribuição de candidatos. Obviamente, o fundamental da operação consistia em assegurar ao partido convocante a maioria que lhe permitisse governar, mas tão importante como isso era dar uma razoável satisfação à oposição, de maneira que não voltasse a sentir a tentação da retração.

Os resultados foram os previstos e Cánovas pôde iniciar a tarefa de elaborar uma nova Constituição sem necessidade de fazer concessões à esquerda. A soberania volta a ser, na tradição doutrinária, partilhada pela coroa e pelas Cortes e a pessoa do rei é de novo sagrada além de inviolável; a religião católica, apostólica e romana volta a ser a do Estado, embora ninguém seria incomodado pelas suas opiniões religiosas nem pelo exercício do seu culto que, no entanto, não poderia ter nenhuma manifestação pública se não fosse católico; o Senado volta a compor-se de senadores de direito próprio e vitalícios nomeados pela coroa, ainda que metade seja eleita pelas corporações do Estado e pelos maiores contribuintes; do método do sufrágio para o Congresso, se censitário ou universal, nada se diz: será despachado por lei, que o próprio Cánovas promulgará pouco depois, em 1878, reduzindo o número de eleitores de quatro milhões a 860 000; as legislaturas terão cinco anos

de duração. Tudo isto pertencia à tradição moderada e não era mais do que uma atualização da Constituição de 1845; da tradição progressista poderiam vir alguns dos conteúdos do Título I, «Dos espanhóis e seus deveres», que contém a série de direitos promulgados na Constituição de 1869, com a particularidade de remeter para uma legislação posterior o seu exercício e regulação, «sem prejuízo dos direitos da nação nem dos atributos essenciais do Poder público».

Uma Constituição, portanto, doutrinária, embora deixasse em aberto um amplo campo de possibilidades para a negociação posterior entre partidos. Campo suficiente, pelo menos, para que Sagasta e o Partido Constitucional empreendessem o caminho de volta à casa comum, esperando que o sistema político resultante permitisse o acesso ao poder sem recorrer à dupla e sucessiva arma da retração e da conspiração. Cánovas, no entanto, não mostrou nenhuma pressa em começar o jogo, antes fez tudo o que lhe era possível para atrasá-lo, porque a verdade é que já nessa altura tinha na cabeça o que só se irá pôr em prática anos depois, a alternância pacífica dos dois partidos no poder. Na realidade, durante estes anos de rodagem, Cánovas não só não mostrou ter superado o exclusivismo próprio da época moderada, mas também que, depois de desfrutar do poder durante quatro anos, resolveu a primeira crise passando a presidência do Governo ao general mais prestigiado que tinha à mão, Arsenio Martínez Campos, que convocou novas Cortes só para que Cánovas voltasse à presidência. O grande arquiteto da Restauração não teve realmente nenhuma pressa em terminar o edifício, talvez porque não contasse ainda com todos os planos.

Só quando a situação conservadora deu muitos sinais de esgotamento, ou seja, quando começaram a aparecer

fações dissidentes, com o arquiteto principal muito contrariado, o rei chamou o líder da oposição, Sagasta, para lhe oferecer a presidência. Era fevereiro de 1881 e este, irritado pela demora da chamada, tivera tempo de recompor as fragmentadas hostes liberais. O seu partido, o Constitucional, culminara a fusão com o partido do Centro Parlamentar, de Alonso Martínez e Germán Gamazo, e com o grupo de amigos de Martínez Campos, confrontado com Cánovas por causa da sua passagem pelo governo. Este novo partido, Liberal Fusionista, podia apresentar-se ao monarca, sob a batuta de Sagasta, com os deveres cumpridos para receber o poder; e se não fosse apreciado no Palácio, começou a pressionar, ameaçando apoiar a conspiração militar que nessa altura preparavam alguns generais próximos. De facto, a resistência de Cánovas em deixar o poder, animou todos aqueles que já estavam desesperados de obtê-lo um dia a bem a forçar as coisas a mal. Afonso, finalmente, acabou por oferecer o poder ao líder fusionista, que o recebeu imediatamente. Foram passos decisivos na consolidação do sistema porque tornaram patente a aceitação por antigos progressistas de uma Constituição doutrinária e a sua disposição para participar num jogo político, cujos movimentos ficavam nas mãos da coroa, titular do que o jargão da época definia como a régia prerrogativa.

De modo que quando Sagasta recebeu pela primeira vez o encargo tinham transcorrido seis anos e um mês desde que Cánovas o substituíra na presidência como resultado do golpe de Estado do general Martínez Campos. No transcurso desses anos, todos eles com Cánovas na presidência do Governo exceto nos curtos períodos que a cedeu aos generais Jovellar e Martínez Campos, a Restauração fizera todo o possível para se parecer a uma reação. Os fusionistas

tentaram equilibrar as coisas e, através de circulares, deixaram sem efeito o decreto de Orovio e permitiram o regresso dos catedráticos expulsos ou demitidos, autorizaram os atos comemorativos da instauração da República, levantaram a proibição de debater questões políticas fundamentais, indultaram os jornais sancionados na aplicação de leis restritivas da situação anterior; numa palavra, ampliaram o espaço do debate público, que acabaram por legalizar com a Lei de Imprensa de 26 de julho de 1883, ponto de partida do brilhante período do jornalismo político e de empresa que preencherá as décadas seguintes até aos anos 30 do século XX.

De novo, no entanto, os problemas de estabilidade procederão da configuração e disciplina das forças coligadas. Uma cisão do republicanismo fez surgir um novo partido, a Esquerda Dinástica, no qual vieram a confluir, em 1882, antigos democratas e radicais com alguns descontentes do fusionismo como Martos, Posada Herrera, López Domínguez, Moret ou Montero Ríos, integrados no sistema mas defensores de uma reforma constitucional que devolvesse a soberania à nação e restabelecesse o sufrágio universal. As pressões deste grupo para conseguir o poder por via legal, coincidentes com a reaparição de intentonas insurreccionais onde davam misturados elementos civis e militares, acabou por dar os seus frutos quando o rei retirou a sua confiança a Sagasta e encarregou Posada de formar um novo governo em outubro de 1883. A Esquerda Dinástica não pôde, no entanto, saborear a sua vitória por muito tempo. Afetada também por facciosismo, o sempre eterno problema para estabilizar qualquer governo de esquerda, três meses depois cedeu o lugar outra vez ao líder conservador, que voltou à presidência em 1884, só três anos depois de ter sido obrigado a cedê-lo a Sagasta.

Nada disso era demasiado pacífico nem respondia a um plano pré-estabelecido de turno. Até esse momento, tanto o líder conservador como o liberal foram incapazes de resolver os problemas que o facciosismo apresentava à estabilidade dos governos. O próprio Cánovas teve de fazer frente durante a sua nova presidência às extemporâneas saídas da facção ultracatólica, que não conseguia integrar-se plenamente no seu partido. Sagasta, por seu lado, extremou as habilidades que lhe valeram o apodo de «velho pastor» para dividir a Esquerda Dinástica e atrair, com vagas promessas que em nenhum caso implicavam uma reforma constitucional, a facção que lhe estava mais próxima, a que era formada em volta de Posada Herrera, Moret e Martos. Com eles pôs em marcha a criação de um novo partido que abandonará o nome de fusionista para ficar pura e simplesmente com o de liberal. A Esquerda Dinástica perdeu os seus mais relevantes efetivos e entrou no novo partido deixando pelo caminho López Domínguez, relutante a renunciar à aspiração de uma reforma constitucional.

### **A consolidação do Regime**

Este foi o partido que, reunido em torno de Sagasta, receberia o poder em consequência do chamado Pacto del Pardo, momento crucial na estabilização e definição do regime. Doente de tuberculose, o rei piorou devido a uma bronquite aguda que acabou com a sua vida em novembro de 1885. Poucas horas antes de morrer, Cánovas e Sagasta reuniram-se, sob a pressão de Martínez Campos, e acordaram uma mudança, desta vez pacífica, do poder. Cánovas estava na presidência há cerca de dois anos e não tinha sido um caminho fácil, com a inclusão no governo do

ultracatólico Alejandro Pidal na carteira do Fomento, que teve a habilidade para criar um problema diplomático com Itália e reabrir a questão universitária. Fosse porque o seu governo viveu em conflito permanente ou porque julgou que era necessário retirar-se para que o novo Partido Liberal tentasse a sua sorte, a verdade é que no dia seguinte à morte do rei, Sagasta já era presidente, desta vez para iniciar um governo de longa duração, de quase cinco anos, que recuperou alguns dos direitos estabelecidos na Constituição de 1869. Com governos onde se sentavam as figuras mais importantes do Partido Liberal, Alonso Martínez, Moret, Montero Ríos e Camacho, Sagasta deu um forte impulso à configuração do Estado liberal, promulgando a Lei de Associações, de 30 de junho de 1887, que abriu um novo espaço à ação de partidos políticos e organizações sindicais não integradas naquele sistema; a Lei de Sentenças por Jurado, desde sempre uma aspiração do progressismo; o Código Civil, de 26 de maio de 1889, em que Alonso Martínez aplicou os seus conhecimentos e, finalmente, quando a situação já estava a ponto de se esgotar, a Lei de 9 de junho de 1890, que introduzia o sufrágio universal para homens maiores de 25 anos. O Partido Liberal continuava, assim, a tradição progressista de dotar o Estado de normas de elevada qualidade técnica, ainda que a sua aplicação ficasse no ar, espalhando a convicção de que aquilo, especialmente o que era relativo ao sufrágio universal, não passava de uma farsa.

Os 11 anos do reinado de Afonso XII - janeiro de 1875 a novembro de 1855 - serviram, assim, para clarificar algumas características do sistema onde veio desembocar o processo iniciado com a revolução de Cádiz. A primeira, que candidatos à presidência do Governo não podiam proceder mais que de dois partidos, herdeiro o primeiro do

moderantismo e o outro do progressismo: um terceiro partido ficava de facto descartado; a segunda, para receber o encargo, a situação anterior devia estar esgotada, ou porque a legislação terminara ou porque teriam surgido dissidências no seio do partido, na altura governante, que o impedisse de continuar com a sua tarefa; a terceira, o encargo do rei ia acompanhado, com toda a lógica, uma vez que procediam da situação anterior, do decreto de dissolução das Cortes e da convocação de eleições; a quarta, a primeira tarefa do novo governo consistia em destituir e nomear centenas de empregos públicos e confeccionar umas cortes que lhe permitissem governar com tranquilidade, o que exigia que cada fação ou grupo de amigos do próprio partido se visse recompensado com suficientes lugares, assegurando ao partido que devia passar à oposição um decoroso número de lugares que lhe permitissem optar ao fim de alguns anos de poder. A consequência mais notável foi que a «política como guerra» entre moderados e progressistas, que resultara num jogo de soma negativa para ambos os contendores com a revolução democrática de 1868, se converteu em «política como negociação» entre conservadores e liberais, herdeiros dos dois ramos em que se tinha cindido o liberalismo e que agora cerziam o que estava roto, renunciando expressamente aos últimos restos de democracia que continha o projeto original.

Se chegaram a este acordo foi porque entretanto se tinham convertido numa classe de políticos que mantiveram de facto, em muitos casos, o seu orgulho como autênticos meritocratas procedentes das classes médias e não aceitaram recompensas em forma de títulos nobiliários; tinham adquirido uma posição que os assemelhava entre si e com as classes acomodadas ou abastadas. Os seus feudos

eleitorais sustentavam-se em propriedades mais ou menos extensas de terras, a sua presença em Madrid dava-lhes a oportunidade de construir palacetes em novos bairros. Constituía, na verdade, uma mesma classe política distribuída em dois partidos pactistas, não competitivos, com progressivas concessões à liberdade de imprensa, associação, reunião e com certa capacidade de integração de forças marginais, como os republicanos possibilistas ou os católicos tradicionalistas. Desta forma, as insurreições que abundaram no período anterior foram substituídas por uma pactuada alternância no poder dos dois partidos que representavam interesses, escassamente articulados em níveis superiores ao local ou ao provincial, de elites sociais consolidadas na época moderada e às quais uma perspectiva de paz e progresso abria novas possibilidades de negócios: uma antiga nobreza titulada, de base agrária e com um poder económico decrescente, embora ainda perceptora de substanciosas rendas; grandes e médios proprietários agrícolas beneficiados pelas vagas desamortizadoras; uma nova burguesia que medrou em volta da usura, da incipiente industrialização - têxtil, siderurgia, caminhos de ferro, mineira - e do negócio imobiliário; e uma classe média de advogados e funcionários que subiram pela escala social na burocracia do Estado, no exercício da política, no jornalismo e nas profissões liberais.

O preço pago pela estabilidade do sistema foi a corrupção radical do processo político. Os partidos eram como famílias de notáveis, nem sempre em concórdia, proclives às dissidências, à formação de grupos em torno de personalidades destacadas que reclamavam sempre uma maior porção na distribuição do bolo. A elite situada na cúspide do sistema estava unida por laços de parentesco e amizade e usufruía de estreitas relações com os interesses

agrários, industriais ou financeiros, das quais em muitas ocasiões os seus membros eram titulares; abaixo dela, os notáveis provinciais exerciam o controlo político e económico sobre os caciques locais, que dispunham de poder sobre os funcionários municipais e encarregavam-se de velar para que em cada distrito se garantisse a pacífica alternância dos dois partidos servindo-se das suas clientelas pessoais. Eram, portanto, coligações de fações clientelares, estruturadas em torno de uma oligarquia política central, que se apoiava numa base de caciques locais e na sua capacidade para assegurar o resultado eleitoral exigido em cada mudança de situação. Através do controlo de municípios, deputações provinciais e governos civis, os caciques distribuía entre os seus clientes um sem-fim de favores, como atribuir ou devolver um cargo político, aligeirar trâmites administrativos, conceder licenças para construir ou abrir um comércio, eludir o serviço militar pelo sorteio de recrutamento, baixar as cargas discas. Naturalmente, esta prática só era possível porque a maioria dos empregos públicos era parte do espólio com que o partido que organizava as eleições premiava os seus clientes. Os empregos públicos mudavam assim massivamente de mãos cada vez que se verificava a mudança de situação e o novo governo começava a distribuir cargos entre os seus sequazes e a deixar no desemprego os do adversário. Os clientes devolviam os favores com lealdade e apoio aos caciques, que perpetuavam a sua posição no distrito assegurando à fação de que faziam parte uma clientela fixa graças à sua capacidade como intermediário entre o poder central e as comunidades locais e ao seu controlo do processo eleitoral. Desta maneira, e apesar do sufrágio universal, o governo convocante nunca perdia as eleições.

Se este sistema político conseguiu funcionar durante anos foi graças ao acordo entre as elites urbanas sobre uma sociedade com um esmagador predomínio rural, mal comunicada, com centenas de municípios só acessíveis por itinerários a cavalo ou pedonais; com cidades que ultrapassavam com dificuldade as suas muralhas medievais e que serviam pouco mais do que para a troca de produtos agrários, como centros administrativos e onde a produção industrial se limitava quase sempre ao ramo da alimentação. Desde o início da Restauração no fim do século, a população espanhola cresceu em dois milhões de habitantes: eram 16,6 em 1877 e 18,6 registados no censo de 1900. Destes, um pouco mais de cinco milhões viviam em municípios de até 1 000 habitantes, disseminados muitas vezes em núcleos de povoações de apenas algumas centenas: outros sete milhões e meio em municípios compreendidos entre 2 000 e 10 000 habitantes; e só restavam os outros seis milhões em núcleos urbanos com um censo de mais de 10 000 habitantes. O mundo rural caracterizava-se, na metade sul, pela extrema polarização entre um amplo proletariado agrícola, que só tinha trabalho sazonal, com um nível de vida que mal raiava o limiar da subsistência, com salários baixos e intermitentes, analfabeto e submetido a uma dura repressão cada vez que tentava organizar-se sindical e politicamente, e uma classe de fazendeiros de grandes e médios patrões; e na metade norte, uma variedade de estruturas de classe, com predomínio, em alguns casos, de explorações familiares, de pequenos patrões muito pobres e de médios proprietários orientados para a exportação. A política protecionista, que dominava o mercado internacional desde os anos 70, reforçou o poder social dos fazendeiros dedicados ao cultivo de cereal que encontraram com os fabricantes de têxteis

um amplo campo para um pacto que reduplicava na ordem económica e social o que representava o pacto da ordem política. A norma de Cánovas, de 1891, veio, com efeito, corroborar esse entendimento, elevando a proteção a um dos níveis mais altos da Europa.

No meio desse mundo de ruralidade, cidades que ultrapassavam por muito poucos milhares o meio milhão de habitantes só havia duas em 1900, Madrid e Barcelona; havia uma outra que chegara aos 200 000 habitantes, Valência, e outras três, Sevilha, Málaga e Múrcia que superaram a fasquia dos 100 000. As capitais de província mal tinham começado o processo da sua expansão, ainda que os 25 anos de Restauração, apesar da crise económica de fim de século, não tivessem sido em vão: planos de urbanização de novos bairros, melhores dotações de serviços, estações, hospitais, mercados, teatros foram surgindo um pouco por todo o lado da geografia espanhola. A eletricidade constituiu a base da mecanização da indústria, que se disseminou e diversificou com o surgimento das primeiras grandes fábricas. Bilbao testemunhou uma autêntica explosão ao serem instalados na sua ria vários altos-fornos para a produção de ferro; e Barcelona atravessou um momento de esplendor ao multiplicar-se o número de fábricas têxteis e empreender-se com grande ímpeto a construção de novos bairros. Madrid também rompeu os seus limites históricos, a falta de água e o seu isolamento no centro de uma árida meseta. O impulso à construção dos caminhos de ferro unificou o mercado e converteu Madrid, pela estrutura radial da rede, num nó de comunicações, base do que seria a sua transformação em capital industrial e financeira das décadas posteriores.

## **Excluídos da Ordem**

A vida política de pacto por cima e de relações clientelares por baixo foi eficaz porque encerrou um longo período de guerras civis, insurreições urbanas, revoluções populares, pronunciamentos militares e por uma alta instabilidade governativa. E também o foi, além disso, porque depois da experiência de uma monarquia democrática e de uma República federal, as oposições ao sistema, obrigadas à clandestinidade nos primeiros anos do novo regime, foram incapazes de sair de um estado de instabilidade ou de cisão permanente: durante um quarto de século, o regime da monarquia restaurada não teve verdadeiros inimigos. Os republicanos empreenderam um caminho que só em poucos momentos chegou a apagar as duas linhas divisórias que percorreram toda a sua história: a primeira afastava os governamentais dos revolucionários, os que aceitavam a legalidade vigente para ir introduzindo reformas a partir de dentro, abominando a via insurrecional e os que recusavam o sistema e propunham a sua destruição e não excluía a insurreição; e a segunda, os que defendiam uma República federal daqueles que a queriam unitária. Eram não só questões estratégicas, mas também ideológicas, uma via para alcançar o poder e modelo de Estado, o que separava os republicanos federais de Pi i Margall dos unitários de Salmerón, dos radicais de Ruiz Zorrilla ou dos possibilistas de Castelar, líderes de diferentes oposições que só conheceram um momento de relativo auge quando chegaram a encontrar fórmulas, sempre efémeras, de união.

Mais à esquerda, as forças operárias, partidárias da anarquia ou do socialismo, sofreram alternadamente a repressão e o isolamento. Os anarquistas aproveitaram as possibilidades que abriu o primeiro governo de Sagasta para o exercício de liberdades públicas e reconstruíram a sua organização no congresso operário celebrado em Barcelona em setembro de 1881. Adotaram um novo nome, Federação de Trabalhadores da Região Espanhola e iniciaram uma ampla campanha de expansão que deu, pouco tempo depois, frutos notáveis na Catalunha e na Andaluzia. Tanto, que as autoridades aproveitaram o surgimento de uma sociedade secreta, A Mão Negra, para misturar a Federação nas suas atividades ilegais e desencadear contra os trabalhadores filiados uma brutal repressão, o que impediu dar continuidade às suas organizações legais e favoreceu na mesma medida a sedução de quem apregoava a ação direta e a propaganda pelo facto. Quando a regência já ia bem avançada, o anarquismo, que surgira como um ideal de sociedade harmónica, à qual se chegaria através de uma ação legal e pacífica, sustentada numa profunda fé no progresso da humanidade e numa moral solidária, confundiu-se com ação violenta e a prática do terror, com atentados coletivos, como os do Liceu, em novembro de 1893, e o da rua de Cambios Nuevos, num dia de Corpus de 1896, ambos em Barcelona, ou individuais, como o atentado contra o general Martínez Campos ou o assassinato do próprio Cánovas por um anarquista italiano que vingava com essa ação as torturas e execuções de anarquistas no castelo de Montjuich.

O outro ramo da Associação Internacional de Trabalhadores, o socialista, optou, sob a indiscutível liderança moral e política de Pablo Iglesias, por uma espécie de augusto isolamento, baseado em sociedades de ofício ou

de artes, dedicado a um duro trabalho de organização e penetração na classe operária que o forçou a um lento e muito limitado progresso. A insistência na organização operária separada de qualquer contacto com o mundo burguês afetou a conceção do partido num sentido muito próximo ao da social-democracia alemã: um partido revolucionário, não um partido que faz revoluções, como definiu Kautsky; revolucionário na sua recusa global da sociedade capitalista e burguesa, na esperança de que «o dia» da revolução iluminaria uma nova sociedade; reformista na sua prática diária, na busca de melhorias para a classe operária, na tentativa de estar presente nos órgãos do Estado. Esta mistura de revolução como horizonte final da ação operária e de reforma como prática do seu trabalho diário, que tinha o seu correlato no Partido Operário como porta-voz político de uma União Geral de Trabalhadores, foi a forma de adaptação a um Estado simultaneamente liberal, com suficientes liberdades garantidas para que os partidos de oposição se pudessem reorganizar, abrir centros, publicar jornais, apresentar-se a eleições, chegar ao parlamento; e não democrático, com um forte componente autoritário e repressivo e com o recurso massivo à fraude eleitoral. O primeiro exigia uma tática reformista, de paulatina penetração no sistema político; o segundo favorecia uma ideologia da recusa, uma retórica da revolução.

Deste modo, a espera da revolução acompanhada da integração negativa, características da social-democracia alemã, definiram também o socialismo espanhol, com uma diferença: enquanto na Alemanha cresceu uma potente organização com mais de um milhão de filiados, capaz de levar ao parlamento mais de uma centena de deputados, em Espanha, o Partido Operário via aproximar-se o fim do

século com não mais de 6 000 militantes, incapazes de levar ao Congresso um só deputado, ainda que nas eleições legislativas de 27 de março de 1898 a candidatura de Iglesias se repetisse como anúncio eleitoral em cerca de 30 distritos. Naquela ocasião, como noutras anteriores, Iglesias tratara de mobilizar os trabalhadores, lançando manifestos e chamamentos às urnas, mas ao apresentar-se sozinho, recusando qualquer coligação com partidos republicanos, os socialistas obtiveram pobres resultados, não mais de 20 000 votos em toda a Espanha, ainda que abundassem as denúncias de fraudes e armadilhas eleitorais. Estes contínuos reveses nas urnas não os motivaram a rever os fundamentos da sua política: celebravam esses votos como a confirmação de um avanço por ter «visto aumentar as nossas hostes» e ter observado «os nossos a trabalhar com fé, com entusiasmo, com decisão e com inteligência». Apesar destes avanços e de algumas greves apoiadas em Madrid, em Biscaia ou nas Astúrias, os socialistas foram durante todo o tempo da regência incapazes de afetar os fundamentos do sistema.

Também não o afetaram no futuro os carlistas, a quem o cardeal Rampolla, núncio de Leão XIII, ceifou a erva debaixo dos pés: aceite o regime pelo Vaticano e pelo conjunto do episcopado espanhol - que aproveitou os funerais de Afonso XII para manifestar o seu reconhecimento - os carlistas não tinham muito a fazer. Sagasta, sem dúvida, durante o seu longo governo, não foi insensível à diplomacia do núncio assim como não teria tido inconveniente em aceitar a régia prerrogativa como arco do sistema político, também não o teve para confirmar à Igreja o seu papel na educação e na moral coletiva. De maior alcance que o seu próprio governo foi a cedência dos primeiros níveis do ensino à Igreja católica e o correlativo semiabandono por parte do Estado

da instrução pública. O número de ordens religiosas e colégios dirigidos por ela multiplicou-se por todas as cidades espanholas para atender aos filhos das classes médias enquanto a instrução primária no mundo rural passava por um lamentável abandono, especialmente nos municípios que mais sofreram a redução de receitas derivada da desamortização. Em fevereiro de 1898, os municípios deviam aos professores nove milhões de pesetas, uma terça parte do total dos seus salários. A imagem do professor morto de fome, obrigado a recorrer à paróquia para que os pais dos seus alunos lhes pagassem com um punhado de farinha ou com uma dúzia de ovos, era o habitual nesta época. O resultado é fácil de deduzir: cerca de 55% dos espanhóis era analfabeto no fim do século XIX, uma grandeza que na Andaluzia, em Castela, na Extremadura e no Levante podia subir a mais de 65%. A escola primária, a joia da Terceira República francesa, a grande agência de nacionalização que, juntamente com o serviço militar, converteu os camponeses em franceses, brilhou pelas suas carências na Espanha da Restauração.

### **Crise Moral de Fim de Século: Regeneração e Nacionalismos**

Se o sistema político posto em pé após a restauração monárquica pôde garantir um período de paz graças à pactuada alternância das elites, não foi capaz de assegurar a sua circulação e renovação, dominado como estava por sagas familiares. No fim do século, o sistema parecia, por um lado, aos seus próprios líderes, velho, como velhos eram os presidentes que seguiam a alternar-se no poder; por outro, vazio, oco, sem verdadeiro apoio na opinião, porque toda a gente era consciente de que pelo menos dois terços

da população viviam de costas para a política e que os parlamentos não representavam os eleitores, mas sim as fações de caciques; finalmente, corrupto, fraudulento, porque a maioria parlamentar se constituía por um ato do governo que convocava as eleições, não pelo voto dos cidadãos. Quando se aproximava o fim do século era evidente que o liberalismo, após longos períodos de guerra civil, instabilidade governativa, exclusivismo de partido, lutas de fações e governos de generais, construía um Estado à custa da sua renúncia em formar cidadãos.

Esta sensação de decrepitude, de vazio e corrupção exacerbou-se quando a classe política teve de enfrentar a sua primeira grande prova, as guerras de Cuba e das Filipinas, reiniciadas desde 1895 e 1896, agora com caudilhos como Martí, Gómez e Maceo, em Cuba, e José Rizal ou Emílio Aguinaldo nas Filipinas, dispostos a repetir as gestas dos seus antecessores dos anos 10 e 20 e conquistar para os seus países a independência. A guerra de Cuba, que o general Weyler foi incapaz de liquidar apesar da sua política de dividir a ilha e concentrar a população, consumiu de novo importantes recursos humanos e materiais, arrasou a Fazenda numa dívida sem fundo e abriu um grave conflito com os Estados Unidos, ao qual a diplomacia espanhola teve de fazer frente isolada e sem qualquer apoio das potências europeias. Disposto a continuar a guerra até ao último homem e até à última peseta, Cánovas chegou a enviar 200 000 homens e a gastar mais de 1 000 milhões de pesetas sem conseguir a pacificação completa da ilha. Assassinado em agosto de 1897, foi sucedido por Sagasta, que começou a procurar um acordo com os rebeldes, concedendo à ilha uma tardia autonomia, julgada insuficiente pelos Estados Unidos decidido, da presidência

de McKinley, a que Espanha abandonasse Cuba e Porto Rico a bem ou a mal.

A explosão fortuita do cruzeiro *Maine* em fevereiro de 1898 e uma feroz campanha de imprensa foram suficientes para que o Congresso dos Estados Unidos declarasse guerra, uma iniciativa que espalhou a desolação entre a classe política espanhola, consciente de que o abandono de Cuba sem fazer frente à ameaça era uma claudicação que podia avivar movimentos militares contra o trono e que um confronto podia conduzir ao desastre, voz que começou a circular semanas antes de que se abrissem as hostilidades. E de facto assim foi; primeiro em maio, depois em julho, as duas esquadras espanholas foram destruídas pela marinha dos Estados Unidos: o temido «desastre» consumara-se: as imagens mil vezes reproduzidas dos soldados repatriados, perdidos pelas ruas, famintos, mutilados, alimentaram a grande metáfora da Espanha morta que esperava uma duvidosa ressurreição.

Não era novo este lamento pela morte de Espanha: desde a segunda metade do século XVII muitos espanhóis davam por seguro que a glória da sua nação dera lugar a um longo processo de irremediável decadência. A historiografia liberal insistiu em meados do século XIX no mesmo ponto: a descoberta da América em vez de suscitar a sua riqueza no interior do país fora causa direta da sua ruína. Privada do seu melhor sangue, presa pelas grilhetas da Inquisição, desviado o curso natural da sua história pelos interesses de uma dinastia estrangeira, reduzidas as suas Cortes ao silêncio e destruídas as suas liberdades municipais, Espanha não aproveitara as remessas de ouro e prata da América e os espanhóis entregaram-se ao ócio e à folgança. A labareda de patriotismo ateadada pela invasão francesa apagara-se,

sem deixar rasto, entre guerras civis, governos despóticos e revoluções fracassadas. Restava o povo e os liberais confiaram na sua rápida revitalização que lhes permitisse tomar de novo conta do seu destino. Mas o resultado da «gloriosa revolução» convencera escritores e políticos de que o mal não era produto causal de uma ingerência exterior. Consequentemente, o relato liberal-romântico de uma decadência à qual esperava um renascer de liberdade e progresso no sentido de que Espanha recuperasse as suas liberdades foi substituído, no marco de um pensamento social organicista e evolucionista, por um darwinismo que atribuía a decadência a uma doença da raça, um mal que afetava a nação e o povo espanhóis.

Decadência da nação, degeneração da raça: tudo isso era motivo do debate político desde o início dos anos 90, quando o geólogo Lucas Mallada publicou um tratado que compendiava no seu título, *Os Males da Pátria*, o clima moral da sua época e transformou o complacente olhar sobre a feracidade hispana em lamento pelas suas ingratas condições geográficas: a ciência demonstrara que o solo de Espanha não era tão rico e fértil como os historiadores antigos até Mariana fizeram crer ao mundo inteiro. Sobre estas atitudes, a desastrosa guerra contra os Estados Unidos agudizou a consciência de que um sistema político oligárquico e despótico levava a secular decadência de Espanha ao seu ponto mais baixo, o da morte. Como escreverá o catedrático de Salamanca, Pedro Dorado, a guerra fizera abrir o véu que ocultava a inexistência de Espanha como nação e como Estado: «sem escola, sem universidades, sem administração, sem parlamento, sem Cortes, sem segurança, sem crédito territorial, sem frota, sem exército, sem diplomacia, ainda que todas estas coisas existissem exteriormente».

Tudo isto induziu um estado de espírito de perplexidade e desorientação que se saldou numa chamativa passividade: apesar da agitação social, dos motins pela subsistência e do movimento de Câmaras de Comércio convocado por Joaquín Costa para organizar uma espécie de partido político de união nacional que servisse de alternativa aos dois partidos da ordem instituída, a impressão dominante foi que a maioria preferiu deixar as coisas como estavam. O levantamento militar temido pelo governo não aconteceu, os carlistas não pegaram em armas e os republicanos deixaram para melhor ocasião convocar o povo contra o trono. Foi assim que um sistema político que parecia frágil saiu da crise de fim de século quase incólume. No início de 1899, tudo permanecia no seu lugar: não só o regime, que era o da monarquia restaurada; mas também a situação, que era liberal desde outubro de 1897.

Laxismo na ação, mas exaltação na palavra: ninguém ficou para trás em mostrar aquele afã regenerador que o velho Juan Valera tinha como «pesadelo insuportável e extremamente humilhante». Os políticos apelavam à regeneração, conservadores e liberais, que prodigaram as suas declamações a favor da moralização do sufrágio, as suas invocações à revolução a partir de cima, as suas denúncias da fraude e do vazio sobre o que se levantara o sistema canovista. De regeneração escrevia a imprensa militar, ainda que não quisesse ver os «atuais desprestigiados governantes» a dirigir tamanha empresa porque naquela época regeneradora «todo o labor frutífero deve esperar-se do exército e só do exército». De regeneração falaram os publicistas que faziam o diagnóstico dos males e apresentavam a receita dos remédios de todos os problemas de Espanha: a Lucas Mallada, adiantado no diagnóstico, seguiu-se a grande plêiade dos Macías Picavea,

César Silió, Damián Isern, Vital Fité, Luís Morote, Jiménez Valdivielso, autores de livros terapêuticos sobre o atraso de Espanha ou as infelicidades da pátria e o modo de remediá-las.

A retórica da morte e ressurreição constituiu o núcleo de um relato histórico projetado para um futuro de salvação através do protesto contra o presente, da sua negação e da sua recusa. Qualquer coisa que se propusesse para a regeneração de Espanha: escolas, investimentos, autonomia regional, descentralização, indústria, ciência, nova política, havia que exigir em nome da dor íntima provocada pela sua morte. Daí a ambígua herança que deixou esta literatura. Por um lado, as reflexões induzidas pela derrota suscitaram a necessidade de olhar para fora, aprender com as nações modernas, dedicar todos os esforços ao desenvolvimento da educação e da indústria e à implementação da igualdade política, sem que houvesse que recuar, como aconselhará Valera, o sufrágio universal e a democracia ilimitada. «Há que criar ciência original e desviar para a Instrução Pública a maior parte desse orçamento hoje infrutuosamente gasto nos ministérios da Guerra e da Marinha», dizia Santiago Ramón y Cajal, que considera a falta de ciência como uma das causas mais poderosas da ruína. Espanha, escrevia Clarín, necessita de ser moderna. E isso significa, por um lado, agricultura, obras públicas, indústria, instrução pública; por outro, sufrágio verdadeiro. Indústria e democracia, ciência e sufrágio, esse era o caminho que assinalava a derrota a intelectuais e políticos que não renunciaram à herança liberal. Mas, por outro lado, o assombroso recurso à retórica da morte, à simbologia construída em torno de Castela em ruínas, à desolação de aldeias e caminhos, à tendência para a introspeção, para olhar o povo na intra-história, por muito altas criações

literárias que suscitasse, não podia ser incoerente nos seus resultados políticos. O mito da história de Espanha como uma ressurreição pela morte cristalizou numa representação mental embebida de símbolos cristãos, propenso portanto ao pessimismo e à espera de um salvador. A denúncia dos políticos degenerados e as propostas de encerramento ou supressão do Parlamento, tão abundantes no fim do século, culminaram no suspiro pelo homem, o bom tirano, o cacique prudente e moderado, o tutor de povos, o herói, o redentor, o super-homem, os fortes, o ditador capaz de pôr tudo isto na ordem, o génio, a encarnação do povo e cumpridor dos seus destinos, *l'home que digués la paraula salvadora, el gran home que ho es tot, força i idea*<sup>(22)</sup>, o caudilho que arrastará atrás de si toda a massa, todos os personagens que surgiram como remate das retóricas de morte e ressurreição com as quais o regeneracionismo pretendeu convencer da urgência dos seus programas.

A crise moral de fim de século teve, por outro lado, uma evidente repercussão sobre os movimentos nacionalistas que apareceram nos anos 90. No País Basco, na Catalunha, na Galiza, o naufrágio do Antigo Regime, a expansão do romantismo e a problemática instauração do Estado liberal, unitário e centralizador, provocaram um renascimento literário, que plasmou na criação de sociedades para a recuperação da língua, na celebração de congressos e jogos florais e no florescimento de uma literatura com abundância do romance histórico e de contos de antigas lendas. Na época moderada, esses contos deram lugar a movimentos chamados provincialistas na sua primeira formulação, depois regionalistas que, afirmando a especificidade de cada língua, território e espírito do povo, não recusavam a

integração da própria terra natal numa pátria grande e não tiveram qualquer problema em afirmar uma dupla pertença à sua própria pátria e à pátria espanhola. No País Basco, esse renascimento esteve relacionado com a defesa dos foros, enquanto na Catalunha a *Renaixença* se propôs recuperar a língua, as leis e as instituições tradicionais e na Galiza o *Rexurdimento* se caracterizou pela sua ênfase na defesa da língua galega, aparecendo só muito mais tarde como uma opção política diferenciada.

Durante a regência, a irrupção em cena de uma nova geração de políticos e intelectuais na Catalunha e no País Basco rompeu esse molde e afirmou a nação própria como única nação e o Estado espanhol como opressor ou alheio. Na Catalunha, o sentimento de «duplo patriotismo» encontrara a sua expressão no Memorial de Agravos apresentado ao rei Afonso XII pelo Centre Català em março de 1885, quando os representantes de várias cidades catalãs, ao pedirem maior autonomia regional, afirmaram a vontade catalã de não debilitar a «gloriosa unidade da pátria espanhola». Desde 1890, no entanto, a linguagem muda. Enric Prat de la Riba, um jovem de 20 anos, presidente do Centro Escolar Catalanista, identificou então a Catalunha como «a nossa única pátria» e ergueu a voz para aclamar «as nacionalidades naturais e históricas». Catalunha era a pátria dos catalães, uma nacionalidade simultaneamente natural e histórica; aqui radicava toda a diferença entre pátria e Estado, entidade política, artificial e voluntária. Não tinha sentido, obviamente, falar de pátria grande e pátria pequena: pátria só há uma e o que se chama grande pátria é simplesmente um Estado composto de várias agrupações que, elas sim, têm a condição de verdadeiras pátrias; um Estado que aparece, além disso, como um elemento alheio, imposto à nação, que age sobre

ela desnaturalizando-a e a desvia da sua história. «Este elemento inimigo da Catalunha que desnaturaliza o seu carácter é o Estado espanhol», escreve Prat de la Riba.

O sentimento de integrar um Estado alheio agudizou-se com a crise de 98, quando Joan Maragall propunha cortar os laços que uniam a Catalunha, a morta, se ela mesma não queria morrer. Nessa altura, estavam dados já todos os pressupostos para a formação de um partido que se define exclusivamente pelo seu catalanismo. Existia uma instituição, a União Catalanista, que reunia numerosas sociedades culturais e sociais da vida catalã; um corpo de doutrina, uma «grande narração», elaborada por intelectuais e advogados, que coincidia com as reivindicações da burguesia industrial e mercantil expressa em memoriais das suas organizações representativas; estava muito difundida, finalmente, a convicção de que todo o espanhol identificado como castelhano devia ser erradicado da nação catalã. Só restava que o governo entrasse em queda para que esta mistura única desse todos os seus frutos; e não demorou muito: em apenas dois anos resolveu-se a questão com a formação da Liga Regionalista, que começará a distinguir entre metas finais e objetivos próximos e apresentará uma candidatura corporativa às eleições gerais.

Em Bilbao, a rutura com a tradição forense da dupla pertença teve o seu mais destacado artífice em Sabino Arana que, depois de uma passagem pelo carlismo, submeteu a duras críticas o «forismo» e toda a sua literatura legendária. Arana não recusava essa literatura por ter aparecido em castelhano, mas porque as suas implicações políticas eram radicalmente opostas ao único caminho possível da salvação da pátria basca: porque

aceitava o marco do liberalismo espanhol, os foros, como pacto da nação basca com a espanhola, o que não servia senão para acelerar ainda mais o processo de degeneração do ser racial e levá-lo à beira da sua desapareição. Em vez do «forismo», Arana olhou para a história para elaborar com os seus materiais um mito de salvação de uma pátria escravizada por um invasor estrangeiro.

A substância do assunto consistia em que, depois de manter à distância os invasores espanhóis, os bascos dos vales e das igrejas paroquiais adotaram inadvertidamente uma forma de governo alheia, contrária ao seu verdadeiro ser. Biscaia, formada por uma confederação de repúblicas independentes e irmanadas converteu-se numa república senhorial, um desvio que permitiu uma raça inferior e corrompida, a espanhola, quatro vezes agressora e quatro vezes derrotada nas suas acometidas por invadir a terra de Biscaia, sair por fim vitoriosa, dominando e submetendo aquele povo indómito, aquela raça com valores de valentia e independência. Por que razão? - pergunta-se Arana - é que este povo que exerce a soberania sobre o mesmo não reconheceu o seu erro e apagou com um gesto tão infausta instituição, evitando a estrangeirização e atalhando a sua tremenda queda? E para responder aponta com o dedo os dois princípios do mal que tinham infetado a raça basca e que o povo basco terá de isolar e expulsar se quiser recuperar a sua saúde: «os maketos<sup>23</sup> e os maketófilos, esses são os culpados; a fricção entre espanhóis e bascos devido à qual estes passaram por um processo de exosmose do seu próprio espírito político biscainho e de endosmose do exótico ou espanhol».

Como todo o mito de salvação, para além do relato sobre as origens, da identificação do mal e da chamada à

conversão, esta construção *araniana* propõe também o único caminho para a ressurreição da pátria em perigo: os espanhóis não trariam nenhum dano se fossem recebidos não como concidadãos ou irmãos, mas sim como estrangeiros porque então não se produziria essa nefasta fricção, viviam isolados dos naturais no culto, nas associações, no ensino, nos costumes, na amizade e no trato e nenhum mal estaria em condições de se transmitir. O mesmo se passaria com os maketófilos ou maus biscainhos: A partir do momento que os outros fossem estrangeiros não teriam ocasião de estabelecer essa íntima união social entre o povo euscario e o povo espanhol propugnada pelo partido carlista, pelo integrismo e pelo moderno regionalismo católico.

Para receber o espanhol como estrangeiro é preciso antes declarar a independência de Biscaia ou do País Basco: esta é a política derivada do mito: lutar pela independência que garante a estraneidade dos outros radica a salvação porque só ela permite a restauração do ser primigénio de nação basca. Por isso, o grito do pai do Partido Nacionalista Basco, depois de excitar os biscainhos a que despertassem e abrissem os olhos à história da sua pátria e se conheçam; é um grito de independência que se confunde com uma promessa de salvação: «conhecei-vos e se o sangue que corre por vossas veias não desmente a sua origem, salvados sereis! Viva a independência de Biscaia!». A única coisa que ficava por ver era a receção que a esta mensagem de salvação dariam os industriais e políticos bascos que, mesmo afirmando a sua peculiar relação com Espanha, estavam dispostos a participar no jogo político.

-

(<sup>21</sup>) Tratava-se de um imposto indireto que agravava os produtos básicos do consumo popular (*N. T.*).

(<sup>22</sup>) «O homem que diga a palavra salvadora, o grande homem que é tudo, força e ideia» (do catalão, no original), (*N. T.*)

(<sup>23</sup>) Do basco *makito* ou *maketo*, tonto ou estúpido. Diz-se também dos bascos imigrantes que não conhecem o idioma basco nem têm um sentimento nacionalista (*N. T.*).

## 4

### **Uma monarquia liberal que termina em ditadura militar (1899-1930)**

A impressão dominante nos meios intelectuais e políticos segundo a qual Espanha teria chegado com o final do século ao fim de uma longa decadência, próxima da morte, contrasta com a afirmação de uma nova Espanha, cheia de vitalidade e possibilidades, que a geração nascida por volta de 1880 propaga desde meados dos anos 10 do novo século. Para esta nova geração, o problema radicava na incapacidade do sistema político para se adaptar e aproveitar as aspirações suscitadas pela mudança de sociedade que tinha lugar sob o seu olhar. Um sistema político anquilosado, que apertava como um espartilho uma sociedade que crescia, desfrutava e procurava âmbitos mais largos de liberdade: foi assim que a geração de 1914 apresentou a sua crítica ao sistema da Restauração. A sociedade espanhola, antes atrasada, analfabeta, adormecida, transformava-se, tornava-se moderna, mudava de costumes, secularizava-se, aspirava à democracia: a sua agricultura modernizava-se, as cidades estavam a caminho de duplicar a sua população; os jovens que pretendiam continuar a estudar no estrangeiro contavam-se por centenas; as mulheres acediam à universidade e engrossavam as fileiras da população ativa; os operários

organizavam-se em grandes sindicatos de indústria; o debate político tornara-se apaixonado entre aliadófilos e germanófilos; as sociedades anónimas multiplicavam-se; as empresas industriais não se reduziam já a umas quantas ilhas; os empresários e patrões começavam a organizar-se em uniões económicas de âmbito nacional: tudo mudava, menos o sistema político, este era o diagnóstico que se espalhava à medida que o novo século avançava.

### **Uma Sociedade em Movimento**

Em 1900, Espanha era, sem dúvida, uma sociedade com um esmagador predomínio rural: dos seus 18,6 milhões de habitantes, 12,6 viviam em núcleos de povoações com menos de 10 mil, o que se traduzia num insuportável peso da população ativa que se dedicava ao setor primário. Dos 7,4 milhões de ativos com que nessa altura contava a economia espanhola, nada menos que 5,2 dedicavam-se à agricultura e à pesca: uns pavorosos 71% de toda a povoação ativa. Compreende-se que aquela fosse uma população submetida a crises de subsistência por razões climáticas: uma má colheita ou uma crise agrária como a que se sofreu no fim do século anterior podia trazer fome e favorecer o aparecimento e rápida propagação de epidemias. Contudo, quando se presta mais atenção ao que se passou na década seguinte, o panorama transforma-se. Em 1920, dos 7,8 milhões de ativos, os ocupados no setor primário baixaram meio milhão em relação ao número de 1900, até não ultrapassar 4,6 milhões: uma redução de 12 pontos que continuará ao mesmo ritmo até ficar em 1930 em quatro milhões de um total de 8,6: uma queda de 24 pontos em 20 anos, exatamente o mesmo em termos relativos que durante o período de desenvolvimento

económico da segunda metade do século. Por outro lado, à redução de mão de obra agrária juntou-se o aumento da produtividade média por hectare em 50% e de 76% por ativo masculino devido à diversificação de cultivos e ao maior consumo de fertilizantes e maquinaria. Em pesetas constantes de 1910, o valor do produto agrário passou de 1,036 a 1,826 milhões de pesetas nos primeiros 30 anos do século XX: dentro da evidente pobreza de grandes zonas do campo espanhol as coisas começavam a mudar a um ritmo mais rápido e sustentável.

Normalmente, quando o campo começa a mexer-se é porque as cidades aceleram a sua marcha. Os camponeses que abandonavam a terra já não o faziam para tomar o barco que os levasse à América, mas para se dirigir às cidades: do litoral mediterrâneo até Barcelona, do Sul e Centro até Madrid, da Cornija Cantábrica até Bilbao, na década de 20 a migração interna líquida subiu a mais de um milhão de pessoas. Espanha, durante estes anos, rompeu com o seu antigo modelo de demografia: entre 1900 e 1930, a mortalidade desceu de 28 a 18 por cada 1 000, enquanto a natalidade baixava de 35 para 28,5, assegurando um tipo de crescimento demográfico moderno, sustentado na descida da mortalidade e não no aumento de natalidade; a sua população cresceu a um ritmo elevado, que permitiu passar de 18,61 milhões de habitantes a 23,67 milhões. Destes cinco milhões e meio de incremento, 4,2 engrossaram as povoações com mais de 10 000 habitantes. O processo de urbanização acelerou-se durante esses 30 anos, equilibrando a distribuição da população em áreas rurais e urbanas. Em 1930, Espanha deixara de ser o país esmagadoramente rural que era ainda no início do século XX.

As cidades, que mal se tinham expandido, começaram a converter-se em aglomerações urbanas graças aos planos de ampliação, absorvendo os núcleos de povoações mais próximos, que passaram a formar um contínuo com a capital. É um fenómeno claramente observável em Barcelona, que já em 1897 anexara a maior parte das povoações do Llano, como também o é em Madrid, onde os municípios limítrofes começavam a ser de facto bairros da capital, mas também em Bilbao, que primeiro absorveu as paróquias próximas para depois formar uma aglomeração única com os núcleos industriais e residenciais das margens esquerda e direita do Nervión. E Gijón, velha cidade amuralhada, que expande as suas atividades industriais e comerciais com o tráfico portuário e ocupa com novas edificações o solo que reservara para o plano de Expansão de 1867; a sua população duplica-se também entre 1900 e 1930, como será o caso de Valência e de Sevilha, de Salamanca e de Vigo, de Córdova e Saragoça.

Esta urbanização teria sido impossível sem uma evolução paralela da industrialização. A sociedade que Maeztu chamava burguesa, de empresários e gestores ao mesmo tempo, passou por um notável desenvolvimento, como as cidades em que instalaram as suas empresas, devido à Grande Guerra. Olhe-se por onde se olhe - azeite, açúcar, álcool, conservas de peixe, setor tabaqueiro, têxtil, papel, couro e peles... - percebe-se um processo de mudança, sustentado ainda em indústrias alimentares, que no início do século representavam 40% de toda a produção industrial espanhola. Mas essa proporção desceu até 29% em 1930, enquanto se desenvolviam, numa economia altamente protegida, setores vinculados à grande indústria e ao transporte: eletricidade, química, construção naval, obras públicas; e todas as pequenas e médias indústrias

relacionadas com a construção viviam um grande momento, ao mesmo tempo que se consolidava um importante setor financeiro no eixo Bilbao-Madrid.

O novo ar, que as cidades respiraram desde o início do século, serviu de impulso a um notável retrocesso do analfabetismo, que se reduziu a metade do que se herdara do século anterior e a um período de esplendor cultural chamado com razão a Idade da Prata. Basta ver o incremento da importação, fabrico e consumo de pasta de papel para medir a sólida base sobre a qual se construiu essa época de esplendor da produção artística e literária: jornais, revistas, livros são uma boa mostra de um universo em ebulição. Mas seria um erro limitar às artes, e menos ainda à literatura, o brilhantismo do momento. Em qualquer ramo do conhecimento e da atividade profissional é possível contar destacados engenheiros, arquitetos, biólogos, matemáticos, economistas, historiadores, filólogos, no meio da sempre habitual abundância de literatos, jornalistas e advogados. Um olhar pelas revistas que publicavam as ordens ou sociedades profissionais poriam alguma *nuance* à falsa impressão de que só eram um punhado num oceano de indiferença, passividade e analfabetismo.

O importante, mais do que o número, era a direção em que se situava o seu trabalho. Alemanha, França e Inglaterra foram destinos habituais dos 2 000 espanhóis subsidiados pela Junta para a Ampliação de Estudos em pouco mais de 20 anos e não faltavam aqueles que iam até aos Estados Unidos. Todos tinham-se adaptado às novas realidades: viajavam, sabiam o que se preparava por esse mundo fora, em arquitetura, em engenharia, como em música ou em pintura. Eram, além disso, laicos, livres daquela angústia pelo sentido da vida da que Unamuno fez

escola. Nos anos 20, o tom não era dado pela visita ao cemitério que tanto gostava aos jovens do 98, mas sim a descida ruidosa ao centro da cidade que divertia os jovens de 27; e no que se refere à moral, o poder da Igreja acabava quando as crianças da burguesia saíam da escola e deixavam de assistir à missa. A Igreja já perdera, desde há muito, a classe operária, mas a sua influência sobre o setor da classe média que protagonizava essa autêntica revolução cultural era realmente nula.

Perdera-o também no que se referia às perspetivas políticas da classe operária que se filiava nos sindicatos e dos profissionais que frequentavam tertúlias, redações ou ateneus. A primeira era sindicalista, organizada na Confederação Nacional do Trabalho, que integrava as tradições do anarquismo com o sindicalismo revolucionário; ou socialista, organizada na União Geral de Trabalhadores, que desde 1910 começara a transformar as velhas sociedades de ofício em sindicatos de indústria, inaugurando com o seu partido irmão, o PSOE, casas do povo, empreendendo obras de educação e cultura popular, criando, finalmente, centros de sociabilidade que configuravam uma identidade, uma maneira de ser, para além de vínculos de solidariedade acima do limitado marco dos interesses locais. Os sindicatos, fossem anarquistas ou socialistas, agiam já no âmbito nacional, promovendo políticas de alcance estatal que significavam o início de uma classe operária nacional. A sua linguagem e a sua cultura política oscilavam entre a reforma e a revolução: trabalhavam na legalidade, mas mantinham na sua ideologia objetivos que negavam a sociedade estabelecida.

A nova classe profissional, que ocupava os bairros dos subúrbios, dirigia o seu olhar para as formações políticas

que surgiam extramuros do sistema da ordem: o Partido Reformista com que Melquiades Álvarez levou um setor do republicanismo para o accidentalismo perante as formas de governo, o que equivalia a aceitar a monarquia a troco de que a monarquia se democratizasse; os partidos nacionalistas como na Catalunha, onde uma aliança de intelectuais e industriais mostrara que partidos com estruturas modernas, filiados, centros, imprensa, propaganda, podiam ganhar eleições mesmo naquele sistema; ou como no País Basco, onde as teses racistas de Arana se temperaram quando o partido criado por ele, o PNV, começou a apresentar-se às eleições, para dar lugar à dupla alma nacionalista: independência para o futuro, autonomia para o presente, dentro sempre da confissão católica. O Partido Radical passou também por um momento de expansão graças à liderança populista de Alejandro Lerroux, que soube atrair amplos setores operários junto a pequenos e médios proprietários, comerciantes ou industriais.

Em resumo, uma sociedade agrária em transformação, cidades em crescimento, uma industrialização baseada em pequenas e médias empresas sem ausência das grandes, uma classe operária com sindicatos fortes, classes médias em expansão e a busca de novas fórmulas políticas, uma cultura secularizada, uma maior igualdade de género, uma elevação do nível educativo: foram estas algumas direções de mudança que viveu a sociedade espanhola no primeiro terço do século XX. Uma mudança social que chocava de maneira cada vez mais palpável com um sistema político construído não só para uma sociedade rural com cidades de limitadas dimensões, mas também com um mundo estático, de crescimento pausado e sob controlo. Depois de três quartos de século em que toda a gente saía à rua, a

Restauração fomentara uma espécie de retraimento que, para além de definir a política exterior, caracterizou também esse desejo de ficar em casa, de não sair, essa aspiração à tranquilidade, à vida ordenada de uma burguesia não demasiado flutuante mas com um pouco mais para ir vivendo, cansada das lutas políticas do passado, que abandonou o romantismo para fruir com o realismo e com os episódios nacionais. Uma aspiração à tranquila normalidade que igualou os dois partidos, liberal e conservador, nos seus programas, como os igualara inicialmente e que os paralisou no momento de tomar decisões que tivessem permitido uma transição do sistema liberal oligárquico, próprio do século XIX, a uma democracia para a sociedade profissional e de massas que avançava no século XX.

### **E Uma Política na Roda da Ordem**

Foi curioso que no início do século acedera à primeira fila do palco uma geração de políticos que, sem exceção, levavam anos a falar da apatia do povo, da falta de uma verdadeira opinião, do vazio sobre o qual se construía a política em Espanha, dos vícios do sistema, da fraude nas eleições, da corrupção ou falta de moralidade nos costumes públicos. Esses políticos, liberais ou conservadores, também se impregnaram do clima moral da época e também viram, como os publicistas, uma Espanha morta depois do desastre: sem pulso, anunciou o primeiro médico sentado à sua cabeceira, Francisco Silvela, um conservador ilustrado. Não foi o único e, como os outros, só via um remédio para a doença ou uma poção para ressuscitar a morta: a

erradicação dos vícios, regeneração do sistema, reforma dos costumes e das práticas políticas.

Silveda foi chamado a substituir Sagasta na presidência do Governo em março de 1899, quando o líder liberal já carregara com o peso da perda de Filipinas, Cuba e Porto Rico após a assinatura, em dezembro do ano anterior, do funesto tratado imposto a Espanha pelos Estados Unidos em Paris. Sem essa hipoteca, os conservadores podiam iniciar o seu programa de regeneração, centrado no impulso do Estado à reforma social. García Alix, no novo ministério da Instrução Pública, trasladou para o Estado o pagamento dos salários dos professores; Eduardo Dato, do ministério da Governação, pôs em prática a sua já antiga aspiração de afrontar a questão social através da legislação laboral e do estudo de possíveis reformas que mitigassem a miséria da condição operária: as leis de trabalho de mulheres e crianças e de acidentes de trabalho, como a posterior criação do Instituto de Reformas Sociais, foram os primeiros exemplos de uma nova conceção «intervencionista» do Estado. Na Fazenda, Fernández Villaverde impôs um plano de austeridade que salvou da bancarrota um Estado com um insuportável serviço de dívida, nada menos que 399 dos 865 milhões de pesetas, um pouco mais de 46% de toda a despesa consignada no orçamento de Estado para 1898.

As reformas prometidas, num momento de aparição de movimentos regionalistas e nacionalistas, incluíam algo mais: uma administração descentralizada e um programa de concertação económica. Mas as promessas de que o general Camilo García Polavieja e o conservador Manuel Duran i Bas, chamados ao governo para tranquilizar militares e catalanistas, foram porta-vozes, ficaram à espera de melhor oportunidade e o governo respondeu a uma

greve fiscal de comerciantes com fortes medidas repressivas e declaração de estado de guerra na província de Barcelona. Se o movimento de classes neutras, a União Nacional lançada a partir de Zamora por Joaquín Costa, acabou por se dissolver, na Catalunha, os presidentes das entidades cidadãos que reuniam comerciantes, industriais e profissionais decidiram dar batalha aos partidos dinásticos apresentando candidaturas próprias nas eleições de 1901. A sua vitória foi crítica: a partir desse ano, os partidos dinásticos não terão nada a fazer em Barcelona e configurou-se um novo sistema de partidos na Catalunha com o apoio da burguesia e sob a hegemonia da Liga Regionalista, liderada por Francesc Cambó.

Silvela não conseguiu manter a nova situação conservadora para além de um ano e meio e teve de dar de novo passagem a Sagasta, presidente desde março de 1901 até dezembro de 1902, encarregado de presidir portanto à coroação de Afonso XIII em março de 1902. Mas a morte de Sagasta em janeiro do ano seguinte deixou o partido liberal dividido entre as fações encabeçadas por Montero Ríos e Moret, observados pela dissidência «democrata» por Canalejas. Nenhum deles foi capaz de suceder ao chefe e houve que passar de novo o testemunho aos conservadores, numa rotação acelerada de «situações» que não anunciava nada de bom para o futuro, porque revelava o mais grave problema que afetou o sistema político desde o desaparecimento da geração protagonista da Restauração: a proliferação de fações e dissidências. Também Cánovas e Sagasta as viram crescer, sem dúvida, a seus pés, mas enquanto mantiveram o controlo, não chegaram a romper o sistema da ordem nem derrubar as suas chefias. Com as suas mortes, ninguém gozava de idêntica autoridade: entre conservadores como entre

liberais era possível encontrar um punhado de «notáveis», cada qual com a sua clientela, com «influência» num distrito «próprio» e com força suficiente para obrigar a queda de um dos seus ainda que fosse o preço de abreviar uma situação.

Este jogo arriscado a que se entregaram os dirigentes dos partidos provocou, além de uma altíssima instabilidade governamental, duas consequências graves. Por um lado, impediu que liberais e conservadores apresentassem o rei, quando uma situação se esgotava, um candidato à presidência do Governo com apoio indiscutido nas suas próprias fileiras, o que aumentou a discricionariedade da eleição e ofereceu à coroa um amplo campo para fazer política, jogo que o novo rei, um menino mimado, como lhe chamou Domínguez Ortíz, se entregou com fruicção; por outro, obrigou a muitos destes notáveis, que tinham recebido o encargo de formar governo sem o correlativo decreto de dissolução, por julgar o rei que a situação não estava esgotada, a governar com as Cortes fechadas e prorrogar indefinidamente os orçamentos perante o temor de que, ao serem apresentados, talvez não fossem aprovados, precipitando assim a queda do governo.

Os problemas eram já perceptíveis na primeira década do século XX: entre dezembro de 1902 e junho de 1905 passaram pela presidência do Governo quatro conservadores, um deles, duas vezes; e entre junho de 1905 e janeiro de 1907 contaram-se seis mudanças de governo e quatro presidentes liberais. No total, em cinco anos, 11 mudanças de governo e oito presidentes: um ritmo de rotação impressionante. Rotação, mas não renovação, porque tudo se passava dentro de um estreito círculo que dava sempre a volta. Sobretudo, um ritmo de rotação que

impossibilitava a revolução a partir de cima, proclamada pelos líderes conservadores, Silvela e Maura, e que teria exigido um governo bem assente no seu próprio partido e com tempo pela frente para empreender reformas a longo prazo, como eram as que eles mesmos não se cansavam de propor para que o país, o povo, a nação, o Estado saíssem do vício e da apatia política.

Esta possibilidade pareceu iluminar-se com a mudança de situação em janeiro de 1907, que devolveu a Maura a presidência. Não era o mesmo Maura de 1904. Das eleições organizadas por ele naquele ano levou-o ao firme propósito de nunca mais experimentar com o sufrágio: os republicanos tinham subido, os catalanistas também, o seu próprio partido viu-se enfraquecido e os liberais sentiram-se agravados, com as preocupações e agastamento que se pode pressupor na mais alta magistratura do Estado. De modo que em 1907 esqueceu-se da moralização do sufrágio e das eleições sinceras e chamou um cacique, católico e com influência suficiente, Juan de la Cierva, para que fabricasse umas cortes à medida da grande reforma que se propunha levar a cabo. Uma reforma sustentada nos alicerces consolidados do sistema que queria reformar: a fraude eleitoral organizada a grande escala a partir do ministério da Governação. Como a tarefa era hercúlea, De la Cierva extremou a fraude e levoulhe uma maioria esmagadora de 253 deputados que dava satisfação a todas as famílias conservadoras à custa de não deixar aos liberais mais do que 74, porque os partidos excluídos da ordem conseguiram mais lugares visto que a Solidaritat Catalana, uma coligação de partidos catalanistas que incluía desde a esquerda republicana à direita tradicionalista, levou 41 dos 44 distribuídos à Catalunha.

E, reafirmada assim a sua posição com esta maioria e com os liberais divididos e os partidos da oposição satisfeitos com as suas progressões, Maura pôde atacar um vasto plano de iniciativas legislativas com as que pretendia levar a cabo a sua revolução a partir de cima, já que não podia empreender a reforma a partir de baixo. Na questão social, sobretudo, havia muito para legislar: descanso dominical, proteção da infância, emigração, abolição de salários em espécie, duração da jornada em trabalhos perigosos. Um incipiente corporativismo nas relações entre trabalhadores e empresários pôs em marcha tribunais industriais e de conciliação e arbitragem, e a política de previsão deu um passo à frente com a criação do Instituto Nacional de Previsão. Eram iniciativas na linha de Dato, ausente, no entanto, deste governo, que se completaram com outro pacote de medidas de política económica, seguindo a linha intervencionista iniciada por Silveda: mais proteção, mais fomento à indústria nacional, mais investimento nos caminhos de ferro, uma lei para construir uma armada.

Maura pôde desenvolver o seu programa sem temor a dissidências que o obrigassem a abreviar a duração do seu governo, que foi «longo», quase de três anos. Sem ser um Narváez, conseguira disciplinar o Partido Conservador e sentiu-se com forças para iniciar uma reforma da administração que acabasse com o caciquismo, grande vício político do sistema. E como já renunciara a empreender a tarefa à base do sufrágio limpo, quis dar a volta pela reforma da administração local e por uma Lei Eleitoral que obrigasse os eleitores a cumprir o seu dever de ir às urnas para ver se desta maneira criava verdadeiros cidadãos de que tanta falta sentia. Tentou a primeira com tão grande empenho como grande foi o seu fracasso final: não houve

maneira de que a sua maioria aprovasse algum projeto de lei de administração local; restava a Lei Eleitoral que foi aprovada sem problemas, convencidos como estavam todos de que uma lei serviria bem pouco para limpar algo tão enraizado como o caciquismo. E muito menos aquela lei que, que levantava obstáculos para se apresentar como candidato e que, com o seu infausto artigo 29, multiplicou o número de deputados com influência, ao dispor que não se celebrassem eleições quando um só candidato de apresentasse num distrito.

Mas Maura conseguiu acabar por sucumbir perante uma aliança que rompia o pacto no escrito da ordem pacífica. Os liberais, maltratados nas eleições e inquietos pela coloração clerical que a política conservadora ia adquirindo, aproximaram-se dos republicanos para combater Maura e a sua obra, com o apoio de um Moret que assim pensava corroer o território de Canalejas. O evento chamou-se bloco de esquerda e a sua saída à rua, para protestar contra a Lei de Repressão do Terrorismo em que denunciava uma ameaça às liberdades, criou sensação pelo insólito: um partido dinástico aliava-se com forças antidinásticas, algo nunca visto; e mais: algo que atentava contra a base do sistema porque ia mais além do clássico estímulo da dissidência nas fileiras do adversário para fazê-lo cair, arte em que foram mestres Cánovas e Sagasta. Agora tratava-se de outra coisa: de uma coligação com partidos excluídos da ordem instituída.

O Bloco de Esquerda encontrou uma nova ocasião de atacar Maura a propósito da política marroquina. Espanha chegara tardiamente à grande divisão de África entre as potências europeias e só restava daquele festim umas migalhas no Norte de Marrocos. Depois de uma ocupação

temerosa, operários espanhóis que trabalhavam nas obras dos caminhos de ferro sofreram vários ataques dos rifenhos. E como os reveses bélicos têm o aparente remédio de lançar sobre o inimigo uma força superior, Maura decidiu, após o desastre do barranco do Lobo, onde mais de 150 soldados espanhóis caíram mortos e várias centenas foram feridos, embarcar reservistas, a partir de Barcelona, onde as organizações operárias e republicanas responderam com uma ordem de greve geral, transmutada em insurreição. Um grande número de mortos, feridos, destroços e incêndio de conventos e de igrejas, como se passara em 1833 e 1834, espalharam pela sociedade barcelonesa o medo à revolução e o susto pela iconoclastia e clerofobia manifestada no anticlericalismo popular.

A repressão que se seguiu à rebelião recordava também o que se passara em Barcelona quando se abateu sobre os anarquistas a longa mão de Cánovas no castelo de Montjuich. Agora, era a vez de Maura ser inflexível e foi: 1 700 pessoas foram incriminadas, cinco das 17 sentenças de morte executadas, entre elas a do pedagogo Francesc Ferrer y Guardia, condenado sem provas convincentes. Com isto, o Partido Liberal viu que estava na hora de fortalecer a sua campanha contra Maura, ao que se uniu com os partidos republicanos o Partido Socialista e boa parte da opinião pública europeia até que o rei o despediu e encarregou a Moret a chefia do Governo. Não conseguiu mantê-la por muito tempo, demasiado implicado como estava na coligação com os republicanos, inimigos do regime.

Foi Canelejas, que anos antes propugnara a criação de um partido democrata, moderno, popular, disposto a chegar ao governo pela mobilização e pelo voto dos cidadãos, chamado a governar, quebrando o Bloco de Esquerda e

iniciando a sua tarefa com todo o cuidado em relação a Maura: nas eleições seguintes teve o cuidado de deixar o Partido Conservador em melhor posição que De la Cierva deixara o Partido Liberal. Era uma tentativa de recompor o jogo da ordem instituída, Maura, ferido de morte, continuava obstinado, tão dado à teatralidade como era, em manter o seu juramento de «hostilidade perpétua» aos liberais. Canalejas, contudo, virou as costas às ameaças de Maura. Ele vinha para governar e demonstrou-o, tentando parar a invasão de ordens religiosas através de uma lei chamada «cadeado», inédita, como tantas; promovendo a educação em todos os seus níveis, especialmente na revitalização na política de bolsas para cursar estudos no estrangeiro, e na criação, através da Junta para a Ampliação de Estudos, de centros de investigação superior; suprimindo os impopulares «consumos» e estabelecendo o serviço militar obrigatório, ainda com a ressalva de permitir a redução do tempo de serviço com o pagamento prévio de 2 000 ou 1 500 pesetas; finalmente, procurando uma saída para as aspirações catalanistas com a proposta de Mancomunidades que uniriam as deputações provinciais e que serviriam como embrião de uma regionalização. Este programa, no qual se podia perceber a continuação de uma tradição anticlerical e de fomento de educação pública recheada de novo liberalismo social, não era incompatível com a repressão das mobilizações operárias, que adquiriam agora maior dimensão com a convocatória de greves gerais: a suspensão de garantias constitucionais, o encerramento de locais operários, a perseguição dos líderes ou a militarização dos serviços foram recursos que Canalejas não hesitou em utilizar perante a greve geral de 1911 ou a dos ferroviários do ano seguinte.

A morte de Canalejas, assassinado por um anarquista em dezembro de 1912, pôs fim ao último período em que o sistema da ordem institucional, ainda que não fosse do agrado de Maura, funcionara segundo o rumo estabelecido em 1885. A partir de janeiro de 1913, o irascível líder conservador fez saber ao rei que não estava disposto a continuar o jogo se os liberais não se arrependessem da sua conduta de 1909 e promettessem solenemente nunca mais fazer alianças com os republicanos; se não fosse assim, o rei bem poderia começar já a procurar um partido «idóneo» porque ele, Maura, não servia para a tarefa. O idóneo foi Dato, que aceitou a oferta do rei depois de que Romanones esgotasse a situação liberal, e que devia presidir num momento particularmente grave: o início da Grande Guerra, com a conseqüente subida das paixões políticas, a mobilização de uma opinião pública dividida entre apoiantes dos aliados e germanófilos, o incremento rápido de negócios e o aparecimento de novos-ricos, ao contrário de uma neutralidade forçada mais que positivamente querida e uma súbita irrupção do protesto social, dirigido agora por sindicatos dotados de maiores recursos para a sua ação.

O assassinato de Canalejas e a fuga repentina de Maura criaram uma situação similar à que se vivera já após o assassinato de Cánovas e a morte de Sagasta: conservadores e liberais, sem liderança indiscutível, acabaram em aglomerações de fações em torno de três ou quatro caciques. Os deputados eram mais de fação do que de partido e as fações eram mais de pessoas do que de ideologias. E como as eleições continuavam a ser o mesmo e os caciques estavam cada vez mais enraizados nos seus distritos, não havia uma única fação em todo o sistema que conseguisse ter uma maioria própria no Congresso. A lista de candidatos tornava-se cada vez mais laboriosa e

complexa; os governos eram sempre, por isso, de minoria e as Cortes, ainda que fosse uma configuração do governo, tornaram-se ingovernáveis, não porque representassem melhor a opinião, mas porque a disciplina e lealdade de partido se tinham esfumado. Assim, sucederam-se não só governos, mas situações, e portanto as convocações de eleições e na mesma medida a deslegitimação generalizada do sistema.

Também se multiplicou a sua ineficiência. Em primeiro-lugar, para levar para a frente os projetos reformadores: Dato conseguiu acabar a tarefa deixada a meio por Canalejas e criar a Mancomunidade da Catalunha, mas a sua permanência no governo foi sabotada pelos seus amigos políticos, Maura e De la Cierva; o que se seguiu, Romanones, deixou cair o mais interessante projeto surgido no seu próprio Ministério, a reforma fiscal proposta por Santiago Alba, sabotada pelo seu companheiro de governo Francesc Cambó, inquieto pela ascensão deste noivo astro no firmamento liberal. O seu substituto, García Prieto, foi surpreendido em 1917 por um manifesto emitido por umas paralegais Juntas Militares de Defesa. Os militares voltavam a irromper no processo político, mas agora de maneira corporativa, como juntas de oficiais: juntas, uma palavra que evocava vigílias de revolução. E, como em 1906 Moret perante a lengalenga real da Lei das Jurisdições, em 1917, García Prieto foi obrigado a demitir-se impelido pelo rei, que voltava a pôr a sua augusta mão sobre o ombro de Dato, disposto a engolir o manifesto das Juntas, tornando evidente o que estava escondido: que o centro da decisão política se deslocava perigosamente das Cortes e do Governo para os militares que estavam com o rei.

## **Fim da Ordem Instituída e Crise do Sistema**

Ao manifesto das Juntas seguiu-se a convocatória pelos deputados catalanistas de uma Assembleia de Parlamentares que se reuniria em Barcelona a 19 de julho e à qual assistem reformistas, republicanos, catalanistas e o único socialista até então eleito, Pablo Iglesias. Tratava-se, neste caso, de responder à suspensão de garantias constitucionais e ao encerramento das Cortes decretado por Dato e forçar o rei a convocar Cortes Constituintes que reformassem a Constituição. Consentida e, depois, proibida a Assembleia pelo governo, os deputados dissolveram-na sem fazer nada para se converter em governo provisório e forçar o início de um processo constituinte, como parece ter sido a sua primeira intenção. Mas foi suficiente a ação dos militares e a reunião abortada da Assembleia para que os socialistas seguissem em frente com o acordo, assinado meses antes com os sindicalistas, de declarar uma greve geral revolucionária, indefinida no tempo e republicana no seu objetivo final. Convocada no pior momento possível, à defensiva, como apoio a uma greve ferroviária os militares, de quem tanto tinham esperado, aplicaram-se escrupulosamente em reprimi-la, sem olhar a mortos e a feridos, enquanto os parlamentares reformistas e republicanos se limitaram a observar de longe a dura repressão.

Dato permaneceu na presidência do Governo e o rei não tomou nenhuma iniciativa que pudesse dar a mínima satisfação às oposições. Pouco mais do que inquieto, temeroso pela revolução que derrubara na Rússia os Romanov, refugiou-se na velha classe política, ainda que

certificando ao fim de uns meses o fim daquele sistema da ordem instituída da alternância e oferecendo a García Prieto a presidência para que tentasse formar um Governo de coligação. O novo governo durou até que Maura atendeu os pedidos do rei e aceitou presidir a outra versão do mesmo, batizada como «governo nacional» porque incluía a todos os grandes do sistema, de Dato a Romanones, de Alba a Cambó, e do qual se esperava que garantisse uma longa vida à coroa. Com a Grande Guerra a chegar ao fim, um velho mundo se afundava: os ecos da dupla abdicação dos Hohenzollern, da queda dos Habsburgo, do desmembramento do Império Austro-Húngaro, do fim dos Romanov e da liquidação do Império Otomano ressoavam nas conversas do Palácio.

Também na rua: o fim da Grande Guerra foi recebido pela opinião pública espanhola como anúncio de grandes mudanças. Se na Europa desaparecia, depois de quatro anos de guerra, o velho, como poderia perdurar Espanha? – questionavam-se nas redações dos jornais e revistas. E a resposta era óbvia: aqui chegara também a hora do novo, de liquidar, a velha Espanha, a velha política. A última experiência, o governo de coligação presidido por Maura desde março de 1918, que despertara tanto entusiasmo, com as pessoas a abraçarem-se pelas ruas, metia água por todos os lados. A transformação era inevitável, mas se não serviam os partidos da alternância instituída para a levar a cabo, quem iria opor-se a essa velha política? Todos aqueles que não sendo antissistema não tiveram ainda ocasião de ser do sistema: os reformistas e os descentralizadores, ou seja, os catalanistas que, por seu lado, tinham regressado a Barcelona, convencidos, segundo Cambó, de que «era chegada a hora de apresentar o problema da autonomia integral de Catalunha». Julián Besteiro, líder socialista em

alta, estava de acordo: o pleito das nacionalidades, grandes e pequenas, disse no Congresso, é um pleito suscitado pela guerra e que a guerra tem de resolver, mas que implica a crise do Estado. Besteiro prometia defender a autonomia ou a nacionalidade catalã no que tinha de movimento libertador, «de emancipação da tirania do Estado central que todos sofremos».

Seria um governo, então, reformista/catalanista que afrontasse ao mesmo tempo a democratização do regime e a sua descentralização? Esses eram, de facto, os dois grandes temas apresentados desde o verão de 1917, e a verdade é que, com a queda de Maura no início de novembro de 1918, o rei chamou Melquiades Álvarez para consulta e recebeu a esperada resposta: que os reformistas só poderiam participar no governo se se dissolvessem as Cortes e se convocassem novas Cortes Constituintes. O rei recusou a sugestão e virou o seu olhar para o que lhe era mais familiar ou o que lhe estava mais próximo, para o mais previsível também. «Tentar-se-á, contra a vontade de Espanha, entregar o poder à velha política?», questionava-se o *El Sol* de 7 de novembro, temeroso de que a nova Espanha, que já animava e combatia, sofresse uma nova frustração. Era isso exatamente o que se tentava. Dois dias depois da crise, García Prieto, ministro que fora da Governação, da Clemência e Justiça, do Fomento, várias vezes de Estado, e até presidente do Conselho em abril e, depois, em novembro de 1917, ou seja, um habitual das situações liberais, recebeu, entre a indignação e o pessimismo geral, a responsabilidade de suceder a Maura: «a política espanhola continua a ignorar a transformação que sofre o mundo», titulava o *El Sol*, que contrapunha a abdicação de Guilherme II, fim da velha Europa, à nomeação de García Prieto, reafirmação da velha Espanha.

Quase todos entenderam que se tratava de um arranjo interno com o único propósito de levar para a frente o orçamento enquanto se madurava a «grande crise». Mas quando a grande crise finalmente se abriu de tão madura que estava, a estupefação deu lugar ao assombro: Álvaro de Figueroa y Torres, conde de Romanones, que fora ministro várias vezes da Instrução Pública, da Agricultura, da Indústria, do Comércio e Obras Públicas, do Fomento, da Governação, da Clemência e Justiça, de Estado e também presidente do Conselho, um profissional dos ministérios, por assim dizer, foi eleito para sentar-se na liderança do banco azul<sup>(24)</sup> a partir de 6 de dezembro de 1918. Enquanto os Hohenzollern e os Habsburgo caíam, o astuto conde regressava à presidência: encerrava-se, assim, a grande crise, com um dramático retorno à mais velha política, ao regime que os porta-vozes da «Nova Espanha recusavam por ser imoral e patrocinador de desastres.

A verdade é que os desastres não deixaram de se suceder. Na Catalunha, a CNT convocou grandes greves, como a da La Canadiense, que deixou Barcelona sem eletricidade durante várias semanas, às quais se respondeu com atentados contra dirigentes sindicais que levaram imediatamente a um estado de guerra permanente: cerca de 300 pessoas foram assassinadas e 800 feridas em Barcelona durante estes anos de pistoleirismo sem freio. Na Andaluzia, a subida dos preços e os ecos da revolução dos sovietes misturaram-se no início de um movimento de greves sem precedentes que se estendeu por Córdova, Jaén, Sevilha e Cádiz. Convocadas pelos centros operários com o objetivo de conseguir contratos coletivos de trabalho, com redução das horas diárias de trabalho e aumentos salariais, as greves vieram acompanhadas de coações, assaltos a

propriedades, ocupação de terras e queimas de colheitas que conduziam a choques sangrentos com a Guarda Civil. A duração e a extensão destes conflitos provocaram grande medo aos latifundiários, aos quais também chegaram os ecos da revolução russa até que o governo decidiu enviar um exército de 20 000 homens que começou a dismantelar os centros operários e a deter os seus dirigentes.

A conflitualidade social teve graves consequências políticas: Ramanones teve de se demitir após um enfrentamento com os militares, o que deu lugar ao regresso dos conservadores e ao início de uma rotação acelerada de governos vazios, presididos por Maura, Sánchez de Toca e Allendesalazar, até que Eduardo Dato subiu ao poder em maio de 1920, em pleno fulgor da guerra social na Catalunha. Dato aplicou sucessivamente políticas conciliadoras e repressivas, deixando caminho livre ao pistoleirismo do qual ele acabaria por ser vítima, assassinado em março de 1921. A morte de Dato iniciou outra fase de rotação de governos, com Allendesalazar e Maura, até que chegou a vez a José Sánchez Guerra em março de 1922, depois das tropas de Abd el-Karim terem infligido uma devastadora derrota ao exército espanhol, com a perda de 10 000 homens em Annual em julho de 1921. Annual não foi apenas um desastre militar; foi também uma ocasião para que os políticos tentassem retomar a iniciativa perdida desde 1917 perante a grande arrogância dos militares. Sánchez Guerra ordenou a abertura de uma investigação sobre as responsabilidades pelo desastre, que chegou ao Parlamento em dezembro de 1922.

O debate suscitado por este relatório provocou a queda do governo, substituído a 7 de dezembro por García Prieto à

frente de uma concentração liberal com presença reformista. As eleições levaram ao Parlamento a maior representação do Partido Socialista, sete deputados, que se somaram com entusiasmo à exigência de responsabilidades. García Prieto, por seu lado, não só decidiu prosseguir com o processo, como também levá-lo a cabo através de uma comissão especial onde estavam representados todos os partidos, incluindo socialistas e republicanos. Sabia, sem dúvida, o risco que corria, mas decidiu assumi-lo até que se materializou com toda a sua força. Pouco antes da data prevista para a reabertura do Congresso, após as férias de verão, a 13 de setembro de 1923, Miguel Primo de Rivera, capitão general da Catalunha, sublevou-se em Barcelona. A 14 de setembro, escreveu Manuel Azaña: «os destinos de Espanha estiveram por algumas horas nas mãos do rei. Uma decisão sua teria obrigado os generais a pôr-se do lado do governo». Mas o rei, de San Sebastián, «tergiversava»: que as estradas não estavam boas; que estava constipado; a coisa é que demorou o mais possível para regressar a Madrid. Ao chegar, recebeu Primo de Rivera com toda a cordialidade e poucos meses depois jactou-se dele perante o rei de Itália como «o meu Mussolini» acabando por identificar a monarquia com a ditadura. Numas horas, Afonso XIII arrasara com a Constituição da Monarquia Espanhola que Afonso XII, seu pai, decretara e sancionara a 30 de julho de 1876.

### **Ditadura e Derrube da Ditadura**

Não foi só o rei que recebeu com alívio a sublevação militar. Numa reunião com os diretores dos diários

madrilenos, o ditador falou de um prazo de 90 dias para que aqueles nove homens de boa vontade, que formavam o Diretório militar, acabasse a tarefa de varrer a velha política. O *El Sol* respondeu no dia seguinte, mostrando o seu acordo com a ação de saneamento empreendida pelos militares, embora dando por certo que «terminada a obra de desenraizar o velho regime e sanear interiormente o organismo de Estado», o diretório teria de ceder o governo da nação a uma força política, aos liberais sinceros, dispersos por toda a Espanha, nas cidades e nos campos, esses liberais que estavam de acordo com a destruição do caduco regime desaparecido.

Assim, por esta parte estava tudo claro: o que fora varrido com o golpe de Estado não era um verdadeiro regime liberal, mas uma velha política. Perante ela, a personificação do cirurgião de ferro encerrava uma certa virtualidade revolucionária. Maeztu expressou-o sinteticamente: as ideias de Picavea y Costa são as que agora inspiram ao Diretório a série de golpes que está a atingir a hidra do caciquismo. Ortega demorou algumas semanas a falar, mas quando o fez foi para ratificar o que o *El Sol* estabelecera como doutrina: «O alfa e ómega do objetivo a que se impusera o Diretório militar é acabar com a velha política», escreveu, acrescentando que a «um propósito tão excelente não se deve pôr reparos». E Puig i Cadafalch, presidente da Mancomunidade da Catalunha, perante o dilema de optar entre «um facto extralegal e a corrupção», fazia saber ao general Primo de Rivera que optava pelo primeiro, dando a entender que se se tivesse em conta as regiões na organização futura do Estado, a sua adesão passaria da necessária e estrita que tinham com o poder constituído a ser «a mais íntima e cordial, base da

atividade fecunda com que colaboraríamos para a obra generosa iniciada».

De modo que a retórica regeneracionista, a denúncia da velha política e o auge do regionalismo confluíram em 1923 para oferecer ao ditador uma margem de tempo e confiança até que pudesse acabar a sua operação cirúrgica. Primo de Rivera aproveitou essa letra a prazo para empreender a sua tarefa de saneamento: destituiu todas as autoridades civis e colocou no seu lugar militares. Arrancou o caciquismo com ímpeto, dissolvendo os municípios e colocando em seu lugar delegados militares e quando os 90 dias que se tinham dado para cumprir a tarefa passaram, começou a pensar que uma regeneração duradoura necessitava algo mais do que derrubar o velho; exigia construir o novo. Promoveu, assim, a criação de um partido político que fosse apolítico, União Patriótica, onde confluíram a direita católica e parte do maurismo.

Como Catalunha e Marrocos tinham sido as catapultas de Primo de Rivera ao poder, a sua principal preocupação foi impor a ordem na primeira e iniciar a retirada na segunda. Primo de Rivera acabou, efetivamente, com a conflitualidade social, já muito débil quando chegou ao poder, dando assim satisfação a quem pedia ordem para os negócios, mas ao mesmo tempo suprimiu a autonomia com a dissolução da Mancomunidade e com o encerramento das sedes da Liga Regionalista, dando assim aos mesmos que aplaudiram motivos de agravo. Em Marrocos, um novo ataque de Abd el-Karim, com um resultado ainda mais desastroso para o exército espanhol do que tivera em Annual, pôs em guarda o exército francês, que o líder rifenho cometera o erro de atacar. Foi o suficiente para que França alterasse a sua tradicional política e aceitasse um

acordo militar com Espanha para levar a cabo uma operação conjunta contra os rifenhos. Baseada numa superioridade esmagadora e iniciada com o desembarque de Alhucemas, a operação conjunta acabou com uma decisiva vitória que serviu para fortalecer a popularidade de Primo de Rivera: desde Prim, triunfar em África fora sempre e será rentável em Espanha.

Pacificado Marrocos e com a Catalunha tranquila, Primo abordou a institucionalização do regime, nomeando um Diretório civil e preparando numa Assembleia Consultiva mais ou menos uma nova Constituição. O diretório iniciou uma política corporativista no âmbito social, nacionalista e económico para estimular uma fase de expansão ao abrigo do ciclo em alta impulsionado pelas economias europeias. Encontrou desde o primeiro momento a colaboração da UGT e criou a Organização Corporativa Nacional com os comités paritários, integrados por representantes de associações operárias e patronais, para negociar contratos de trabalho e resolver conflitos laborais. Com os restantes sindicatos fechados, como a CNT, ou em situação minoritária, como os livres, e com as relações laborais pacificadas, o Diretório pôs em marcha um ambicioso plano de obras públicas e de criação de monopólios de petróleo e telefones, para além de uma série de organismos reguladores como o Conselho de Economia Nacional e as Confederações Hidrográficas, e de iniciativas como as feiras internacionais e ibero-americana de Barcelona e de Sevilha.

Com tanto sucesso nos seus primeiros anos, o ditador começou a perder o controlo dos acontecimentos quando a Assembleia Consultiva resultou num fiasco pelo boicote de personalidades e de instituições convidadas a enviar os seus representantes. Entretanto, tornou-se evidente que

Primo, com ou sem remedo de Constituição, pretendia perpetuar-se no poder, o que pôs em marcha a velha máquina da conspiração cívico-militar: os liberais chegaram a preparar dois golpes, apoiados em alguns generais, para expulsá-lo do poder. Mas o importante foi, por outro lado, a crescente perda do favor público e, por outro, a mudança do ciclo económico com repercussões sobre o valor da peseta. Para emendar o segundo não bastou a sabedoria de Calvo Sotelo; o primeiro foi conduzido com tanta inabilidade que Primo se colocou em frente da universidade e um grande grupo de catedráticos demitiu-se dos seus postos em protesto pelo encerramento das universidades e pela repressão estudantil.

O atraso do projeto de Constituição, a inquietação dos meios económicos e financeiros, o mal-estar no exército e a rebelião estudantil debilitaram a posição de Primo de Rivera, que percebeu rapidamente a vontade do rei de se libertar do seu Mussolini. Sem hesitar, julgou encontrar a solução numa consulta-petição dirigida aos seus companheiros de armas com vista a reforçar a sua posição perante as veleidades régias. Os companheiros mostraram-se esquivos nas suas respostas e Primo de Rivera apresentou de imediato a sua demissão. Era 29 de janeiro de 1930 e Espanha encontrava-se sem Constituição, sem um sistema de partidos, sem redes de caciques bem oleadas, sem Parlamento e sem Governo. Havia que começar de novo, mais uma vez, a tecer o que a coroa e os militares tinham desfeito ou seja, a dar ao Estado uma Constituição.

E o facto de se começar de novo levou os adversários da monarquia a ganhar imediatamente uma evidente vantagem frente aos seus partidários. Desde os primeiros

dias de 1930, os velhos políticos tentaram buscar uma saída, dividindo-se rapidamente entre aqueles que partiam de um «aqui não se passou nada» e propunham convocar eleições como se estivesse vigente a Constituição de 1876 e outros que pensavam que passara muito tempo, tanto que a coisa só teria arranjo através de uma convocação para as cortes Constituintes antes da abdicação do rei num dos seus filhos. Os primeiros, presididos por Berenguer, hesitaram e demoraram a convocação de eleições; os segundos, entre os quais se encontravam distintos reformistas e alguns liberais, organizaram-se como Constitucionais e começaram a tramar uma operação que incluía os partidos republicanos no que se poderia pensar que podia ser uma nova versão do Pacto del Pardo.

Não houve ocasião para que este plano, nem nenhum outro, elaborado de cima, como os requerimentos do rei a Alba e a Cambó, prosperassem. Com a queda da ditadura iniciou-se um processo de rápida politização: o povo começou outra vez a ir para a rua, toda a gente pugnava por se definir. Mas agora, uma vez ido o ditador, essa obsessão pela definição que tanto inquietava o general Mola, diretor geral de Segurança, não podia já dirigir-se contra a ditadura: ninguém se define contra o que não existe. Os termos simplificaram-se. Prieto apresentara-o de uma forma direta e um pouco brutal: havia que se definir pelo rei ou contra o rei; e o que se impôs foi o mesmo, embora dito de uma maneira mais abstrata: pela monarquia ou pela república. E quase todos que tomaram a palavra em discursos que se anunciavam como sensacionais não duvidaram: definiam-se pela república.

Perante uma monarquia socialmente isolada e sem apoios políticos, com o seu sistema de partidos desfeito e o

seu sistema de caciques desmantelado, o movimento republicano estendeu-se rapidamente pelas principais cidades durante a primeira metade de 1930. A Ação Republicana e o Partido Radical-Socialista, integrados por profissionais que se definiam pelo seu projeto de um Estado laico, parlamentar, legitimado na soberania nacional, livre de sujeições à Igreja e ao exército e pelas suas aspirações à reforma social; o Partido Republicano Radical, de tradição populista, que atraía pequenos e médios empresários e alguns homens de negócios importantes; diversos partidos republicanos da Catalunha e da Galiza e grupos ou personalidades políticas que, procedentes dos partidos dinásticos, mostravam uma recente e entusiasta conversão ao republicanismo, eram os seus principais suportes orgânicos.

Com estes elementos constituiu-se em 1930, depois de uma reunião realizada em San Sebastián, um comité revolucionário ao qual se juntaram a partir de outubro representantes da União Geral de Trabalhadores e do Partido Socialista, voz política da UGT mas também um partido ao qual aderiram nos últimos meses centenas de profissionais. A aliança da classe operária organizada e dos partidos da classe média, que tinham crescido ao ritmo da transformação da sociedade, foi decisiva para a sorte final da monarquia. O plano preparado pelo comité consistia em destituí-la através de uma insurreição apoiada numa greve geral que, após várias demoras, se convocou para 15 de dezembro com muito pouca adesão. O fracasso desse plano, longe de frustrar as expectativas republicanas, potenciou o carácter popular do movimento. O fuzilamento dos capitães Galán e García Hernández, sublevados em Jaca, e o julgamento contra o comité revolucionário transformaram-se em ata de acusação contra o rei

A decisão do novo governo, presidido pelo almirante Aznar e composto por alguns dos mais destacados políticos dinásticos, de iniciar um ciclo eleitoral pela convocação de eleições municipais com o objetivo de recuperar a legitimidade perdida pôs nas mãos dos republicanos e socialistas a ocasião para organizar o que se transformou de facto em plebiscito sobre a monarquia. Se se chegasse a instaurar, a República não seria já a obra de alguns comités de conspiradores nem de um golpe militar, mas resultado da vontade popular expressa nas urnas. E, de facto, depois de uma campanha eleitoral em que participaram todos os partidos com comícios, manifestos, propaganda, a vitória das candidaturas republicano-socialistas a 12 de abril de 1931 em 41 das 50 capitais de província constituiu-se um veredicto inapelável: o rei devia partir. Poucas horas depois de se conhecer os resultados eleitorais, proclamava-se a República espanhola das varandas das câmaras municipais e a catalã dentro da federal espanhola em Barcelona, e o comité revolucionário converteu-se na noite de 14 de abril em governo provisório no meio da festa popular como se tratasse de uma revolução que inaugurava um novo tempo.

-

(<sup>24</sup>) O banco azul, pela sua cor, é o conjunto de lugares que constitui a bancada que na tradição parlamentar espanhola é reservada ao governo (*N. T.*).

## 5

### **E uma república democrática que sucumbe numa guerra civil (1931- 1939)**

Quando os republicanos e socialistas, que se autointitulavam governo provisório da República, passaram as portas do ministério da Governação e verificaram surpreendidos que os guardas-civis se punham em sentido em vez de levá-los prisioneiros, nem podiam acreditar. De maneira que já estava feito, que a República tantas vezes sonhada como ideal utópico acabara de chegar. Uma incredibilidade que se expressou numa transbordante alegria: a proclamação da República foi na verdade uma festa. O carácter repentino do acontecimento, a sua pacífica instauração, o seu advento, foi acompanhado de cantos e manifestações, de gente na rua que não davam crédito ao que estavam a viver e repetiam-no festivamente para ver se com a festa aquela República, imediatamente batizada como «menina bonita», crescia saudável. A verdade é que, por muito que se tivesse falado de revolução durante todo o ano anterior, o poder viera ao encontro daquele governo provisório da maneira mais inesperada: como sempre, a revolução tinha mais de ocupação de um vazio do que uma conquista ou tomada do poder.

Formavam o primeiro governo da República os mesmos que no outono de 1930 tinham integrado o comité revolucionário. Havia nele republicanos de todo o tipo: os novíssimos eram os mais conservadores, como o seu presidente, Niceto Alcalá-Zamora, e o ministro da Governação, Miguel Maura; os históricos situavam-se agora no centro, no Partido Radical, como Alejandro Lerroux, no ministério do Estado, e Diego Martínez Barrio, em Comunicações; ou na esquerda, no Partido Radical-Socialista: Álvaro de Albornoz e Marcelino Domingo, no fomento e na Instrução Pública; também de esquerda, mas de criação recente, a Ação Republicana, com Manuel Azaña, no ministério da Guerra. Luís Nicolau D'Olivera, de Ação Catalã, e Santiago Casares, da Organização Republicana Galega Autónoma, na Economia e na Marinha, representavam os partidos nacionalistas; Indalécio Prieto, Fernández de los Ríos e Francisco Largo Caballero ocupavam-se da Fazenda, Justiça e Trabalho em representação das duas organizações socialistas, a União e o Partido.

Estes 12 homens, ratificados em julho pelas eleições às Cortes Constituintes que deram uma clara vitória à conjunção republicano-socialista, com 116 deputados para os socialistas, 90 para os radicais, 56 para os radicais-socialistas, 36 para a Esquerda Republicana e 26 para a Ação Republicana, começaram a governar por decreto em assuntos tão sensíveis como a reforma militar ou as relações laborais. Não foi possível, no entanto, que mantivessem a sua unidade no projeto de reforma agrária apresentado pela Comissão Técnica nem que se pusessem de acordo sobre alguns artigos do projeto de Constituição. A primeira divergência de fundo, em outubro de 1931, saldouse com a demissão de Alcalá-Zamora e de Miguel Maura,

após o debate dos artigos do projeto constitucional relativos à Igreja Católica. Por acordo dos partidos que permaneciam coligados, Manuel Azaña, líder da minoria republicana mais reduzida, recebeu do presidente das Cortes, Julián Besteiro, o encargo de presidir um governo, cuja principal tarefa consistia em concluir os trabalhos constitucionais.

Os debates avançaram a bom ritmo e a 9 de dezembro de 1931 foi promulgada uma Constituição que rompia com o molde do século XIX em questões fundamentais. O doutrinário saiu de cena e dá lugar a um novo sujeito, Espanha, que no uso da sua soberania decreta e sanciona a Constituição. Mais importante, o Estado espanhol aparece integrado por municípios acumulados em províncias e «pelas regiões que se constituem em regime de autonomia», um novo conceito com o qual se pretendia dar uma solução original à vontade das províncias limítrofes, com características históricas, culturais e económicas comuns que quisessem organizar-se em região autónoma para formar um «núcleo político administrativo». A Constituição estabelece também a igualdade de todos os espanhóis perante a lei e consagra o princípio de não discriminação por razão de sexo; constitucionaliza os direitos sociais e culturais, estabelecendo a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário; procede a uma separação total da Igreja do Estado, proibindo também às ordens religiosas o exercício do ensino, a indústria e o comércio; identifica as Cortes com o Congresso dos Deputados perante o qual respondem os ministros e o seu presidente, nomeado e afastado livremente pelo presidente da República, que deverá necessariamente destituí-lo se as Cortes lhe negassem a sua confiança.

Uma constituição que afetava todos os setores da sociedade e do Estado e que era a expressão da maioria republicana e socialista saída das eleições de junho: a direita, monárquica e católica, desorganizada e derrotada nas urnas, não teve parte na elaboração do texto e não o votou. A esquerda tinha de governar com ele e Niceto Alcalá-Zamora, eleito presidente da República, encarregou o demissionário presidente do Conselho de formar um novo governo sobre a mesma base que o anterior, uma ampla coligação que ia desde o partido radical ao socialista. Mas ao iniciarem-se as conversações, Alejandro Lerroux ameaçou retirar o seu partido se os socialistas não saíssem do governo. Azaña, que pretendia integrar a classe operária na governação do novo regime, julgou ser prematuro afastar os socialistas e preferiu que os radicais passassem à oposição; desta maneira, a República, para além de não perder o apoio operário, contaria com uma oposição republicana, leal ao novo regime, que poderia servir, quando fosse necessário, como alternativa ao governo.

De maneira que, desde meados de dezembro, a coligação ficou reduzida, sob a presidência de Azaña, a uma aliança dos partidos republicanos de esquerda - Ação Republicana, Partido Radical-Socialista e nacionalistas catalães e galegos - com o Partido Socialista. O que perdeu em amplitude ganhou-o em homogeneidade e coerência interna: o governo teve a partir de então o que o seu presidente chamava um «caráter», aquele que lhe dava a maioria parlamentar e a sua política de reformas, algumas aprovadas antes da Constituição, outras em fase de elaboração e conclusão e outros mandatos que a Constituição impunha àquela Câmara. Das já aprovadas destacavam-se a legislação laboral e o conjunto de leis e decretos de reforma militar; das aprovadas, a mais

importante era a reforma agrária e os mandatos constitucionais eram a Lei de Congregações Religiosas, a Eleitoral e a do Tribunal de Garantias Constitucionais. No programa do governo incluía-se também uma nova Lei da Ordem Pública que substituísse a de Defesa da República, aprovada no período anterior, e o Estatuto de Autonomia da Catalunha.

Entre a abundante legislação laboral, revestiu-se de especial importância a Lei dos Jurados Mistos, que reformava a Organização Corporativa Nacional da ditadura de Primo de Rivera. A nova lei ampliava as atribuições dos antigos comités paritários para elaborar as bases de trabalho, vigiar o cumprimento dos contratos, denunciar as possíveis irregularidades, julgar as denúncias e penalizar as transgressões. Constituía, em resumo, uma tentativa muito avançada de canalizar através de organismos corporativos o conjunto das relações laborais. A Lei de Associações Profissionais, aprovada em abril de 1932, completava a ordem legal corporativa criada por Largo Caballero, atribuindo às associações de operários e patrões a capacidade de nomear representantes que integrariam os novos jurados mistos sob a autoridade de um presidente designado pelo Ministério.

Não eram só as relações sociais, mas a própria estrutura da propriedade da terra que o governo pretendia modificar. O debate da Lei de Reforma Agrária estancara-se desde que os socialistas e a Associação Nacional de Proprietários de Quintas Rústicas recusaram o projeto da Comissão Técnica, que limitava o âmbito da reforma à zona de latifúndios, mas a tentativa de golpe de Estado do general Sanjurjo, em agosto de 1932, teve o efeito de aceleração dos trabalhos parlamentares e silenciar as oposições. A 19 de setembro

foi aprovada a Lei de Bases, que definia as diferentes classes de terras expropriáveis, determinava a elaboração do seu inventário e a criação de um Instituto da Reforma Agrária e de um Banco Nacional Agrário para dirigir e financiar a reforma. A representação nestes organismos de associações patronais e dos Bancos Hipotecário, de Espanha e Exterior, para além da atribuição de apenas 50 milhões de pesetas anuais para financiar a reforma, faziam prever uma extrema lentidão nos assentamentos. E assim foi: em finais de 1933 só se tinham instalado 2 500 camponeses, nem sequer uma décima parte do total graças ao decreto de intensificação de cultivos de novembro de 1932.

Outras reformas afetavam as duas instituições que tinham exercido a sua poderosa tutela sobre o Estado durante toda a época da Restauração: o Exército e a Igreja. Num exército que arrastava há muito tempo uma evidente macrocefalia, o primeiro objetivo da reforma consistiu em reduzir o corpo de oficiais através de reforma voluntária com a totalidade das remunerações. Os oficiais que aderiram a esta generosa oferta foram 37% do total, passando de 20 500 a 13 000. Determinou-se também a revisão de promoções, a reforma do ensino militar, o encerramento da Academia Geral, a derrogação da Lei de Jurisdições, a supressão do cargo de capitão general e a redução a oito divisões orgânicas das anteriores 16 capitánias gerais. No que se refere à Igreja, o governo cumpriu estritamente o mandato constitucional e dissolveu os jesuítas, suprimiu os salários do clero, aprovou leis de divórcio e de secularização dos cemitérios e a Lei de Confissões e Congregações religiosas, que proibia a todas as ordens o exercício do ensino e do comércio.

O programa reformador abrangeu também o ensino primário com um plano de construção de escolas e de extensão da cultura popular que corrigisse o ainda elevado nível de analfabetismo, entre 30 e 50% da população adulta dependendo das zonas. Estabeleceu-se o sufrágio feminino, melhorou-se a situação jurídica dos filhos ilegítimos e aprovaram-se planos para a reforma das prisões. Finalmente, em relação à organização territorial do Estado, o governo acelerou e terminou o debate sobre o Estatuto da Catalunha, primeira região autónoma da República desde 1932, mas o estatuto promovido pelo PNV não encontrou suficientes apoios até 1936, o mesmo se passou com o galego, que seria plebiscitado duas semanas antes do golpe militar de julho do mesmo ano.

Tratava-se, assim, de reformas ambiciosas que respondiam às grandes expectativas levantadas com a proclamação da República e que afetaram de repente toda a sociedade e as mais importantes forças sociais. Muito rápida foi a reação dos sindicalistas da CNT, que viram na legislação socialista uma tentativa de os marginalizar e uma traição à verdadeira revolução. A essa política opôs-se a sua tradicional forma de luta operária pela ação direta e um contínuo exercício revolucionário: as greves gerais sucederam-se em Sevilha e Barcelona, na Biscaia e nas Astúrias, e muito rapidamente em Madrid e Saragoça. Mas a CNT não era só um sindicato; a sua cabeça política, a Federação Anarquista Ibérica, organizou logo após a aprovação da Constituição movimentos insurrecionais cujo objetivo era o derrube da República. Assim, a insurreição dos mineiros do Alto Llobregat e do Cardoner, na Catalunha, que em janeiro de 1932 deu lugar à instauração durante cinco dias do comunismo libertário; ou a sublevação de janeiro de 1933 com ramificações na Catalunha e em

Valência e que resultou na matança pelas forças da ordem de uma família de camponeses em Casas Viejas.

Ao lado da mobilização operária, o protesto das organizações patronais pela política social do governo não fará mais do que aumentar até à assembleia económico-social de julho de 1933. Os empresários da indústria e do comércio terminavam nesta assembleia, convocada pela União Económica, uma densa história caracterizada num primeiro momento pela resignada aceitação dos jurados mistos; depois, pela sua oposição a novos contratos de trabalho e aumentos salariais num tempo de queda dos negócios; mais à frente, pela publicação de manifestos, visitas às autoridades e convocação de atos de protesto e, finalmente, por ações coletivas de encerramento de comércios ou indústrias. Na assembleia de julho muitas vozes se ergueram para exigir que os socialistas abandonassem o poder, juntando as suas vozes às do Partido Radical, empenhado desde a sua saída do governo numa política de obstrução parlamentar com o objetivo de forçar o presidente da República a retirar a sua confiança ao presidente do Governo.

No campo, onde a ditadura não levava os seus comités paritários, os proprietários dispunham de toda a força que derivava da falta de organização dos jornaleiros, de um excesso de mão de obra, do controlo dos municípios e da presença da Guarda Civil. O facto só da instauração da República mudou esta situação. Por um lado, com eleições não fraudulentas, os proprietários perderam o controlo dos municípios; além disso, ao estender à agricultura a ação dos comités paritários, os socialistas conseguiram implantar o seu sindicato agrário, a Federação de Trabalhadores da Terra, e os jurados mistos; finalmente, os decretos do

ministério do Trabalho que estendiam ao campo a legislação laboral e que proibiam contratar mão de obra de povoações vizinhas sempre que houvesse desempregados na própria, criaram o primeiro marco legal para relações de trabalho regidas até então pela vontade dos proprietários e alteraram a tradicional relação de classes nas zonas de proletariado rural. Os proprietários da terra reforçaram as suas organizações e criaram novas confederações mais adaptadas às necessidades do momento. Das primeiras, e sobretudo da confederação Nacional Católico-Agrária, composta por pequenos proprietários e arrendatários, surgiram muitos dos dirigentes do catolicismo político.

A frustração dos jornaleiros pela lentidão da reforma agrária e pela resistência dos proprietários ao cumprimento da nova legislação laboral, acrescentadas à incidência da crise económica nas exportações e nos preços agrários foram as causas principais de que a conflitualidade latente em grande parte do mundo rural aflorasse à superfície, ao mesmo tempo que o fazia também nas cidades. De repente, o trabalho na construção, que tanto abundara até 1929 e que atraía às cidades um proletariado jovem, começou a escassear, o que deu lugar a fortes enfrentamentos entre os sindicatos e a conflitos entre os trabalhadores e a classe patronal. Os pedidos de distribuição de trabalho e de redução da jornada provocaram em 1933 um espetacular aumento das greves que afetou não só os tradicionais núcleos reivindicativos, como Barcelona, Astúrias, Biscaia ou Sevilha, como também regiões de latifúndio e cidades até então menos conflituosas como Madrid.

Aos conflitos sociais juntou-se a ofensiva católica para recuperar as posições perdidas. Baseando-se nos amplos e experimentados recursos organizativos da Igreja, Ángel

Herrera lançara em abril de 1931 a Ação Nacional – depois, Ação Popular, por exigências legais – sob o lema de religião, pátria, família, ordem, propriedade e trabalho. O apoio e os contínuos chamamentos do episcopado uniram os católicos sob uma comum bandeira política: na assembleia de 1932 estiveram presentes mais de 350 delegados, representantes de 619 000 filiados de 25 províncias. Numa República laica, a Igreja era a única organização capaz de lançar um novo partido de massas, moderno, de base agrária, confessional, accidentalista na sua relação com o regime e que tentasse atrair o voto monárquico. direita política, quase ausente do primeiro Parlamento republicano, irrompia com força, estimulada pela hierarquia católica, arvorando a bandeira da reforma constitucional.

Houve também, desde muito cedo, uma oposição monárquica com implicações no exército e com algumas ligações entre elementos da oligarquia rural. Mas a tentativa subversiva do general Sanjurjo, em agosto de 1932, sustentado nesses elementos, reforçou a coligação republicano-socialista e levou os católicos pelo caminho do possibilismo antes que pela insurreição. O novo partido católico criado a partir da Ação Popular iniciou a sua atividade procurando um confronto direto com a coligação republicano-socialista nos dois pontos que podia atrair maior adesão: os republicanos eram apresentados como frios perseguidores da Igreja e inimigos da Pátria e os socialistas eram apresentados como inimigos da propriedade dos pequenos camponeses, da família e da ordem. Foi assim como a Ação Popular, núcleo da CEDA, conseguiu uma audiência de massas vinculando a defesa da religião católica à propriedade como fundamento da ordem social.

Os conflitos sociais, o protesto patronal, a ofensiva católica e, finalmente, a obstrução radical reduziram a base social e política do governo e levaram o presidente da República a retirar a sua confiança ao presidente do Conselho apesar de não ter perdido a Câmara. A ocasião foi a aprovação de Lei de Confissões e Congregações, que proibia às ordens religiosas o exercício do ensino e que provocou uma intervenção direta do papa Pio XI em junho de 1933. Só uns dias depois de se tornar pública a encíclica *Dilectissima nobis*, que condenava a legislação laica da República, a retirada de confiança presidencial vinha a pôr o que se pensou ser o ponto final à conjunção de republicanos de esquerda com os socialistas, muito debilitada nos últimos meses pela campanha de todas as oposições – radical, católica, monárquica, sindicalista – contra o presidente do Governo, a quem acusaram de ser pessoalmente responsável pela matança de Casas Viejas.

A intervenção presidencial foi prematura. A impossibilidade de encontrar uma fórmula de reposição com maioria suficiente no congresso obrigou Alcalá-Zamora a acabar com a crise que ele próprio abrira, chamando de novo Azaña e encarregando-o da formação de um novo governo. Tratava-se, na realidade, de adiar a crise, que se tornou inevitável quando o governo obteve um resultado adverso na eleição dos membros do Tribunal de Garantias. Alcalá-Zamora não esperou mais e, sabendo que a sua intervenção implicaria a dissolução da Câmara e a convocação de novas eleições gerais, retirou de novo a confiança a Azaña, encarregou a formação de um governo a Lerroux e como este não conseguiu o apoio das cortes entregou-o, no início de outubro, a Martínez Barrio com o decreto de dissolução. Os socialistas entenderam esta crise como um veto a governar e decidiram romper a coligação

com os republicanos de esquerda, concorrer sozinhos às eleições e anunciar que estavam dispostos a utilizar qualquer meio para recuperar o poder.

### **Retificação, Revolução e Frente Popular**

Nas eleições de outubro e novembro de 1933, com os socialistas a abandonarem a coligação com os republicanos e a concorrerem separadamente às urnas, a esquerda republicana foi praticamente varrida das novas Cortes e os socialistas viram reduzida a metade a sua anterior representação. E embora os radicais, que tinham forçado a convocação eleitoral, melhorassem ligeiramente as suas posições, foi a direita a mais beneficiada da prematura dissolução das Constituintes. Todos os seus partidos somaram, em conjunto, 180 deputados, com um partido claramente destacado, a CEDA, com 115 deputados, flanqueado pelos Agrários, com 29; a Liga, com 26 e, mais distante, ideológica e estrategicamente, os monárquicos, divididos por sua vez em Renovação Espanhola (15) e Tradicionalistas (21). O Partido Radical ficou muito longe de poder governar sem depender de apoios externos: 102 deputados numa Câmara de 474.

Naquelas cortes, com a esquerda muito reduzida e os monárquicos ocupando posições irredutivelmente antissistema, a única forma possível de governo radicava numa coligação do Partido Radical, republicano, com a CEDA, católico e até então accidentalista, ou seja, não republicano, mais o apoio de outros grupos menores, como os Agrários e a Liga. Essa foi, finalmente, a fórmula escolhida, com os radicais justificando a sua opção como única via para incorporar a direita católica na República; e

os católicos accidentalistas argumentando a sua como se se tratasse do melhor caminho para alcançar um dia o poder e reformar a Constituição no sentido corporativista e autoritário que tinham apregoado durante as eleições. A nova coligação teve a sua primeira expressão num governo presidido pelos radicais com o apoio parlamentar da CEDA.

Precário equilíbrio que impedia os vencedores iniciar uma política com objetivos precisos e partilhados. A única coisa que tinham clara era que havia que retificar o rumo da República, mas, sem saber para onde, o que se iniciou foi uma contínua tensão entre radicais e *cedistas* em torno da amplitude que devia alcançar a retificação. De facto, ainda que os radicais não se mostrassem dispostos a anular as reformas, não tardaram em mostrar o seu escasso interesse em levá-las à prática. Não se voltou a falar da Lei de Confissões e Congregações e os colégios religiosos puderam abrir as suas portas no novo ano escolar; não se suprimiram os haveres do clero; amnistiaram-se, contra a opinião do presidente da República, os sublevados de agosto de 1932; começou-se a discutir a reforma dos jurados mistos e não se fez nada para que os contratos assinados por eles se cumprissem.

A ausência de um governo disposto a desenvolver um programa próprio estimulou um diferente tipo de confrontação nas cidades e nos campos. Nas cidades, a formação de novas frentes sindicais entre a UGT e a CNT deu lugar a um aumento de greves, que em muitos casos terminaram com veredictos ministeriais que davam parcialmente satisfação aos trabalhadores. Verificou-se, assim, ao mesmo tempo que uma maior mobilização operária, um evidente afastamento dos patrões em relação ao governo e ao Partido Radical, que era acusado de trair os

seus votantes. Apresentaram-se então projetos patronais de criar partidos próprios, já que nem a recentemente fundada Falange Espanhola nem a CEDA conseguiram atraí-los. Mas nas zonas rurais os proprietários e agricultores interpretaram o avanço da CEDA como uma vitória pessoal sobre os jornaleiros e arrendatários. A Lei de Termos Municipais foi anulada, os salários voltaram a cair e revogaram-se os decretos de intensificação de cultivos que tinham permitido o assentamento dos trabalhadores de juntas de animais e camponeses sem terra na Extremadura e noutras regiões de latifúndio. Em alguns casos, foram os próprios deputados que tinham revogado a lei que se apressaram a expulsar das suas terras os camponeses: muitos proprietários recebiam agora os jornaleiros em busca de trabalho com um sarcástico «Comam a República!».

Inevitavelmente, a política dos radicais hipotecou-se cada vez mais às exigências dos católicos, que adotaram modelos de comportamento público miméticos do fascismo italiano, com grandes concentrações paramilitares, cumprimentos à romana, exaltação do chefe e que não escondiam os seus objetivos finais de alcançar o poder para mudar o regime. A pressão da CEDA provocou contínuas crises de governo e a conseqüente tensão dentro dos meios mais *laicistas* do radicalismo que, sob o estímulo do deputado sevilhano Diego Martínez Barrio, se cindiram para formar a União Republicana, muito próxima, desde meados de 1934, da Esquerda Republicana, o novo partido criado por Manuel Azaña ao fundir a Ação Republicana com a ORGA e o grupo cindido do radical-socialismo, liderado por Marcelino Domingo e Álvaro de Albornoz. Mas a oposição ao governo manifestou-se sobretudo na crescente mobilização dos jornaleiros do campo, dos operários das cidades, dos jovens radicalizados das juventudes comunistas e

socialistas, uniformizados também, e os nacionalistas catalães e bascos.

A medida que a CEDA avançava para o governo, os partidários da esquerda e os sindicatos operários passaram por um processo de alienação não já em relação à política do momento, mas sim em relação à própria República. Começou a espalhar-se a convicção de que a «revolução» de 1931 fora traída e que era preciso organizar uma segunda revolução. Os anarcossindicalistas falavam de uma nova ação insurrecional; os socialistas anunciaram-na na imprensa e o Parlamento como resposta a uma eventual entrada da CEDA no governo; os comunistas - ainda um pequeno partido - pensavam que era chegado o momento da revolução operária e camponesa segundo o modelo soviético; a Esquerda Republicana tentou coordenar esforços com vista a uma ação política para dissolver o Parlamento e convocar novas eleições; os nacionalistas catalães enfrentaram-se ao governo pelas atribuições legislativas do Parlamento catalão que aprovara uma Lei de Cultivos impugnada pelos proprietários e declarada nula pelo Tribunal de Garantias Constitucionais da República. E os nacionalistas bascos iniciaram uma forte agitação municipal em torno do bloqueio por parte do governo do seu projeto de Estatuto de Autonomia.

Forjaram-se, assim, diversos movimentos sociais, sindicais e políticos sem objetivos nem direções comuns. Começaram os anarcossindicalistas: em dezembro de 1933, a CNT e a FAI convocavam de novo a insurreição. O movimento teve a sua maior repercussão em várias capitais e comarcas aragonesas, mas não passou de alguns tiroteios em Madrid, Catalunha, Andaluzia e Levante. O anarcossindicalismo tentava pela terceira vez a revolução

social que abriria as portas ao comunismo libertário, procurando algum tipo de frente sindical e ainda que a UGT não se juntasse à tentativa de insurreição marcada para o dia de abertura das novas Cortes, chegou a acordos de ação comum que favoreceram, no inverno e primavera de 1934, um forte aumento em número e duração das greves dirigidas agora por comités conjuntos dos dois grandes sindicatos. Nessa aproximação destacou-se a criação de uma aliança Operária nas Astúrias.

As greves gerais convocavam-se como pórtico de uma revolução social. Isto foi já evidente nas de Madrid e Zamora e sê-lo-ia ainda mais na greve geral de camponeses convocada pela Federação de Trabalhadores da Terra em junho de 1934. Apesar de não contar com a aprovação da executiva nacional da UGT, a Federação expediu as ordens de greve perante a perda de poder sindical no campo. A 5 de junho começou a greve com uma incidência muito desigual segundo as zonas, mas afetou mais de 500 municípios, especialmente da Andaluzia, Extremadura e Castela a Nova. Sem a solidariedade dos operários das cidades, a greve estava condenada a esgotar-se antes que pudesse surgir dela a esperada revolução social. Em todo o caso, a do verão de 1934 foi a maior greve agrária da história, o que dará também lugar a uma repressão sem precedentes na República: cerca de 10 000 detenções e 200 municípios destruídos.

Enquanto as greves se sucediam, a UGT e o PSOE, dirigidos por Largo Caballero desde a demissão de Besteiro em janeiro de 1934, em desacordo com o rumo seguido pelas duas organizações, preparavam-se para uma ação insurrecional que condicionaram a entrada da CEDA no governo. Quando por fim o temido evento teve lugar, os

socialistas responderam com a declaração de greve geral revolucionária à qual se deveria seguir a tomada do poder. Mas, como ocorrera com as intencões anarquistas, as ordens tiveram desigual incidência segundo as regiões: houve greve geral praticamente em toda a Espanha, mas a insurreição ficou reduzida a alguns tiroteios e à vã espera de que se abrissem as portas dos quartéis e os soldados se juntassem à revolução, exceto em algumas localidades do País Basco e das Astúrias. Foi aqui, sobretudo, onde a Aliança Operária formada pela CNT e UGT empreendeu uma verdadeira revolução, com assaltos a quartéis da Guarda Civil, incêndios de igrejas, proclamações em praças e municípios da instauração do socialismo libertário e enfrentamentos armados com o exército enviado para sufocar a rebelião, que deixaram cerca de 1 500 mortos e deram lugar a uma brutal repressão.

Sem ligação com estas tentativas de insurreição operária, o governo da Generalitat da Catalunha rebelou-se contra a autoridade central e proclamou um Estado catalão dentro da República espanhola. A evidente falta de preparação para resistir e a passividade da CNT catalã, que não queria ver-se arrastada para uma ação de conteúdo político mais do que social, fez com que o Estado de tal maneira proclamado durasse o tempo que as forças militares demoraram a exigir e obter a rendição do governo catalão. Os partidos da esquerda republicana ficaram à margem tanto da insurreição operária como da rebelião catalã, mas emitiram comunicados manifestando a sua rutura com as instituições de uma República que, segundo pensavam, fora entregue aos seus inimigos.

A partir dos eventos de outubro, foi cada vez mais evidente a debilidade do Partido Radical e a subida da

CEDA. Após várias crises de governo, o projeto de Lei de Arrendamentos Rústicos, preparado pelo ministro *cedista* Giménez Fernández, que contemplava a possibilidade de acesso à propriedade, foi abandonado e o próprio ministro substituído em maio por um *agrário*, Nicasio Velayos, que apresentou às Cortes a Lei de «Reforma da Reforma Agrária», uma ironia que esvaziava de conteúdo o que pretendia reformar. Com sindicatos fechados e sem representantes nos municípios, os jornaleiros do campo sofreram um novo agravamento nas suas condições de vida, com cortes salariais e aumento do desemprego. Entretanto, assistia-se nas cidades, uma autêntica vingança patronal: os jurados mistos deixaram de existir e os trabalhadores, com os sindicatos encerrados, perderam todos os seus direitos; muitos foram «selecionados» ou despedidos pela sua participação na greve de outubro e os outros tiveram de reincorporar-se nos seus postos de trabalho nas condições exigidas pelos patrões. Os sindicatos cristãos, os únicos ainda permitidos, viram-se obrigados a denunciar, na sua imprensa, um patronato que, segundo eles, dava mostras de «brutalidade» com a sua sistemática vulneração da lei.

Juntamente com a anulação das reformas, a direita empreendeu uma perseguição tenaz contra os implicados nos acontecimentos de outubro, pedindo e obtendo em alguns casos a execução de penas capitais. Esta política, para além de criar novas tensões na coligação governante, provocou efeitos contrários aos que se queriam, porque o temor à perda da República reavivou o ideal republicano e favoreceu a reconstrução de uma frente comum, cujos objetivos imediatos seriam a amnistia para os presos de outubro e o restabelecimento da legalidade vigente antes da insurreição. Os dois partidos republicanos de esquerda

conseguiram um primeiro entendimento em abril de 1935, que Azaña quis estender aos socialistas, divididos depois da revolução de outubro entre um setor centrista, dirigido por Indalécio Prieto, favorável à coligação, e uma ala esquerda, dirigida por Largo Caballero, forte sobretudo na executiva da UGT, que impôs dilações.

Consciente dos problemas que apresentava a divisão socialista, Azaña decidiu estimular um movimento de afirmação republicana. Os grandes comícios convocados pelo seu partido devolveram-lhe a autoridade perdida devido à derrota nas eleições de novembro de 1933. Com esse renovado ímpeto, Azaña conseguiu unir sob a sua direção o republicanismo de esquerda e atrair os socialistas de centro. Entretanto, o Partido Radical desmoronava-se, arrastado pela revelação de escândalos e pelo aumento da importância da CEDA, que aspirava já diretamente a presidir o governo. Estavam quase a cumprir-se, com efeito, quatro anos da Constituição e Gil-Robles pretendia obter do presidente da República o encargo de formar governo com o objetivo de apresentar às Cortes o seu plano de revisão constitucional, dissolve-las imediatamente em seguida, como era regra, e convocar eleições. Alcalá-Zamora, com bom critério, recusou este plano e nomeou presidente o centrista Manuel Portela, encarregando-lhe a convocação de novas eleições.

Foi o momento em que a UGT, dirigida por Largo Caballero, em aberta rutura com o executivo do PSOE controlado por Prieto, acedeu participar no pacto de esquerda com a condição de que o alcance do acordo se limitasse às eleições, não implicasse um governo de coligação republicano-socialista e se alargasse a outros partidos operários antes hostis às alianças interclassistas,

como o Partido Comunista. A partir da sua entrada, a coligação de republicanos e socialistas que se tinha ido forjando na segunda metade de 1935 começou a denominar-se Frente Popular, de acordo com a nova política estabelecida no VII Congresso da Internacional Comunista. A vertente operária da coligação completou-se com a assinatura a 15 de janeiro de 1936 do pacto de esquerda pelas Juventudes Socialistas, pelo Partido Operário de Unificação Marxista e pelo Partido Sindicalista, que se juntaram as do Partido Comunista, da UGT, do PSOE, Esquerda Republicana e União Republicana.

A esta coligação eleitoral das esquerdas, a direita não conseguiram opor uma frente única. A CEDA preferiu manter a sua ambiguidade em relação à República e converteu-se, assim, no eixo ao qual se amarraram forças antirrepublicanas, como os monárquicos e os fascistas, e partidos republicanos, como o que permaneceu do Radical. Foi impossível alcançar um acordo global que implicasse todos num programa comum. Enquanto a esquerda publicava um manifesto e um programa de governo, a direita apresentou-se sem programa e em coligações de distinta natureza segundo as circunscrições, indo por vezes da CEDA aos partidos monárquicos e, noutras, da CEDA ao Partido Radical. A sua propaganda só conseguiu centrar-se em palavras de ordem «anti» sob a denominação de «frente de contrarrevolução».

A heterogeneidade de forças que compunham as duas coligações não expressava tanto uma polarização social como uma profunda fragmentação política: classe operário dividida entre anarquistas, comunistas e socialistas; classes médias filiadas em partidos tão diversos como o socialista e a CEDA, passando por uma ampla gama do republicanismo

de esquerda ao conservador; patrões e empresários divididos entre as suas velhas fidelidades ao republicanismo e a sua nova atração por soluções de força; aristocracia financeira e grandes latifundiários apoiando soluções autoritárias organizadas em opções tão divergentes como o corporativismo da CEDA ou a reação militarista e monárquica da Renovação Espanhola ou do Bloco Nacional; jovens filiados em organizações paramilitares, Comunhão Tradicionalista, Falange, Juventudes Socialistas e Comunistas, em processo de unificação, que só viam possível uma solução de força.

Esta profunda fragmentação explica que nenhuma das coligações perdurasse depois das eleições. Triunfante, numa votação que dividiu praticamente ao meio o eleitorado, a coligação de esquerda, o governo que se constituiu foi exclusivamente republicano, formado por iniciativa de Azaña. A Frente Popular deixou de existir como organismo com capacidade para elaborar e desenvolver uma política. Em tais condições, e apesar dos crescentes rumores de golpe militar e da crise aberta pela destituição do presidente da República, Alcalá-Zamora, e a sua substituição pelo próprio Azaña, em maio de 1936, os partidos que tinham assinado o pacto eleitoral não conseguiram construí-lo como pacto de governo. As tentativas de integrar os socialistas num governo de coligação tropeçaram com a oposição da UGT, que ameaçou romper os compromissos que os ligavam à República se algum socialista entrasse no governo.

A incapacidade política dos partidos de esquerda, republicanos e socialista, fez transferir a iniciativa para os dois grandes sindicatos, que iniciaram mobilizações com o objetivo de obter uma rápida amnistia que devolvesse a

liberdade aos que estavam presos pela sua participação no movimento de outubro. Impuseram aos patrões a readmissão nos seus postos de trabalho de todos os operários «selecionados» e conseguiram a aprovação de um decreto que impunha aos patrões a indemnização de jornas não pagas. Amnistia, readmissões e indemnizações foram os objetivos que uniram os dois sindicatos numa frente comum que os situava numa dinâmica contrária aos partidos de esquerda. A mobilização operária e a resistência dos patrões a novas concessões provocaram, na primavera de 1936, o movimento mais generalizado de greves de toda a República, acompanhado em certas ocasiões de ações violentas contra a propriedade e pessoas e salpicado de novas manifestações de anticlericalismo com a queima de igrejas.

À mobilização dos operários urbanos juntou-se a dos camponeses sem terra, com a tomada sincronizada de 60 000 hectares efetuada pela Federação de Trabalhadores da Terra em Badajoz a 25 de maio de 1936 e as ocupações de quintas que, desde o início desse mesmo mês, tiveram lugar em várias regiões de latifúndio, como Sevilha e Córdova ou Toledo e Salamanca. A reposição da Lei de Reforma Agrária em junho e as medidas adotadas para simplificar os trâmites de expropriação não vinham senão sancionar situações de facto: até esse mês tinham-se expropriado mais hectares - 232 000 - e assentado mais camponeses - 72 000 - que nos cinco anos anteriores. Em não poucas ocasiões, esta renovada mobilização camponesa foi acompanhada por violência e enfrentamentos com a Guarda Civil que deixavam sempre mortos e feridos.

Na direita, o fracasso eleitoral da CEDA fechou a via possibilista de rever a Constituição da República. Como

lógica consequência, a iniciativa da oposição passou para os setores mais radicais: a reação monárquica, encorajada pela paralisia da CEDA, e a Falange Espanhola, que aumentara com a adesão de muitos jovens católicos. A primeira reclamou a partir do Parlamento, através da boca do seu líder Calvo Sotelo, a intervenção militar ao mesmo tempo que estabelecia contactos com os conspiradores. A segunda, sem representação parlamentar, entrou pelo caminho da violência e do pistoleirismo de rua. Ambas esperavam que a perda de autoridade do governo, a desordem na rua, as queimas das igrejas, os assassinatos, levassem os militares a intervir contra o governo da República.

No exército não fazia falta nenhuma a provocação para convencer muitas chefias da necessidade de intervir: às duas tentativas de golpe legal de dezembro de 1935 e de fevereiro de 1936 sucederam-se rapidamente as reuniões para planear um golpe de Estado. O problema não vinha da oposição que pudessem encontrar nas autoridades da República, mas das divisões que se tinham manifestado no seio do próprio exército com a criação de uniões militares enfrentadas, por vezes aos tiros, pela questão do regime político. Estas divisões arruinavam a possibilidade de organizar um golpe apoiado na totalidade da corporação militar e sustentado pela maioria das forças armadas, para além de agravar o perigo de uma provável resistência civil.

### **Rebelião Militar, Revolução Social e Guerra Civil**

Nos dias 17 e 18 de junho de 1936, e aproveitando a emoção causada pelo assassinato do tenente Castillo e a vingança que os seus companheiros levaram a cabo

assassinando o deputado Calvo Sotelo, os conspiradores passaram por fim à ação e sublevaram-se contra o governo da República: esta era a quarta vez, em menos de 15 dias, que se produzia uma tentativa de golpe militar. Mas o seu resultado foi muito diferente de todos os anteriores. Em setembro de 1923, o golpe militar que inaugurou no século XX as tentativas de mudança de regime político através da força triunfou sem nenhum problema; em dezembro de 1930, a tentativa de greve geral e insurreição armada convocado pelo comité revolucionário foi um fiasco; o golpe militar do general Sanjurjo não encontrou, em agosto de 1932, cumplicidades suficientes nem nas forças armadas nem nas de segurança e acabou numa patética derrota. A novidade em 1936, decisiva para o posterior desenvolvimento dos factos, foi a cisão dentro do exército e das forças de segurança. Uma guerra civil era impensável no verão de 1936 se a maioria das forças armadas se tivessem colocado ao lado da legalidade, como também não teria sido possível com um exército unânime na sua decisão de dar o golpe de Estado. O que abriu as portas à indeterminação foi o golpe faccioso, perpetrado por uma facção do exército porque, por um lado, os golpistas não contaram com o apoio da totalidade das forças armadas e tiveram de começar a repressão fuzilando os que se mantivessem dentro da lealdade constitucional; por outro, a divisão do exército deixou espaço suficiente para que grupos de civis assaltassem depósitos de armas e as distribuíssem entre os militantes de partidos e sindicatos que saíram à rua para fazer frente aos militares insurretos.

Reuniram-se, assim, todas as condições para que um golpe militar que não triunfa mas que não é derrotado, executado num momento de mobilização operária e debilidade governativa, pusesse em marcha uma revolução

que, ainda assim, conseguiu asfixiá-lo nas principais cidades mas não foi capaz de derrotá-lo em toda a Península nem conseguiu tomar o controlo do Estado. Esta aglomeração de impotências deveu-se mais às divisões dentro de cada uma das partes em que Espanha apareceu dividida territorialmente do que a força do adversário. Nem o exército foi unânime no seu propósito, nem as organizações operárias e políticas leais à República o foram na sua estratégia nem nos seus objetivos. Muitos militares e unidades das forças de segurança permaneceram indecisos ou fiéis à República enquanto por parte dos leais os sindicatos estavam desde tempos atrás concentrados em lutas internas pela hegemonia e os partidos - socialista, comunista e republicanos - ainda que integrados numa frente eleitoral em janeiro de 1936 não conseguiram formar um governo de coligação em fevereiro, nem em maio, devido às enormes diferenças que os separavam. E, assim, quando a rebelião fez soar a hora da revolução, todos souberam o que destruir e a quem aniquilar; mas muito poucos sabiam o que construir, que recursos e para que objetivos se devia empregar a força desencadeada por um golpe militar.

A rebelião que não triunfa, a revolução que não tem direção e objetivos precisos, foram as manifestações do cruzamento de conflitos que dividiam a sociedade espanhola e que caracterizam a guerra civil. O que se passou a partir de 1936 foi, desde logo, uma luta de classes pelas armas, mas não foi em menor medida uma guerra de religião, de nacionalismos enfrentados, guerra entre ditadura militar e democracia republicana, entre revolução e contrarrevolução, guerra em que pela primeira vez se enfrentou fascismo e comunismo. Nos primeiros meses, é inconfundível o seu ar de guerra de outro tempo, com tantos mortos nas bermas como nas trincheiras, com

camponeses em alpergatas e espingarda ao ombro enfrentados a militares à frente de tropas mercenárias; mas à medida que se internacionalizava, a guerra de Espanha poderia entender-se como prólogo da futura guerra, de tanques e aviões, de cidades bombardeadas, com uma coligação de democracias e comunismo enfrentada às potências fascistas, anúncio dos campos em que se dividiria a Europa três anos depois.

Esse cruzamento de conflitos teve também a sua expressão nas diferentes alianças de classe e instituições implicadas segundo o território que se tratasse. Na Andaluzia e Extremadura foi patente a imediata colusão entre os comandos do exército expedicionário e os proprietários agrícolas para a repressão da classe operária e do campesinato. Mas em Navarra os sublevados obtiveram desde as primeiras horas um massivo apoio popular: ali não foram só nem principalmente latifundiários que assistiam os militares, mas pequenos e médios proprietários, que tinham alimentado durante um século as fileiras carlistas. Enquanto pela Extremadura subia um exército colonial e mercenário que aterrorizava a população civil, em Navarra e Álava os sublevados puderam mostrar o carácter «nacional» do seu levantamento porque ali surgiu espontaneamente a adesão de um numeroso contingente de grupos de civis em armas.

As situações singulares abundaram também nos territórios leais à República. Na Catalunha, uma revolução social muito avançada nas cidades, sobre uma base rural pouco modificada e um governo nacionalista, de uma esquerda «burguesa» a que os sindicalistas permitiram subsistir enquanto os burgueses de verdade se afastavam se não queriam ser assassinados e a Igreja sofria a pior hecatombe da sua história. No País Basco, no entanto, não

aconteceu nenhuma revolução social e, uma vez aprovado o Estatuto, o PNV manteve-se até junho de 1937 à frente de um governo autónomo com poder sobre pouco mais do que o território da Biscaia. O seu máximo dirigente, José António Aguirre, reunia várias das qualidades que o levariam à parede noutros territórios da República: era católico, engenheiro e industrial. Em Aragão, colunas de milicianos impuseram a coletivização da terra a uma classe de pequenos e médios proprietários e estabeleceram um órgão de poder político - o Conselho de Aragão - à margem da legalidade republicana enquanto em extensas zonas de Castela, Valência e Andaluzia se fez uma coletivização da terra pelos sindicatos de jornaleiros, que ocuparam as quintas abandonadas pelos seus proprietários e o poder político local passou para as mãos de comités conjuntos de sindicatos e partidos da Frente Popular.

A variedade de situações remete para o resultado mais direto desta mistura de rebelião e de revolução: a derrocada do Estado. Não havia Estado na zona sob controlo dos insurgentes cujo objetivo não consistiu em substituir um governo por outro, mas liquidar a República e inaugurar um «Estado fortemente disciplinado», uma ditadura militar. Nas primeiras semanas, os rebeldes não dispuseram de unidade de comando e cada um dos chefes da rebelião agiu com autonomia nos territórios sob o seu controlo. Mas também não havia Estado na zona leal apesar da permanência dos Republicanos à frente do governo e da continuidade da presidência da República na pessoa do seu legítimo titular. Não era que a República estivesse liquidada, mas o seu governo não tinha os recursos necessários para impor o poder, que se dispersou entre as mãos dos comités sindicais criados para realizar as funções próprias da administração local. Só lentamente, e após erguer um

exército do nada, pôde o Estado republicano recompor-se quando já perdera definitivamente o controlo sobre mais de metade do que fora o seu território.

A guerra deste modo iniciada adquiriu muito rapidamente uma dimensão internacional. Desde que a rebelião militar foi esmagada nas principais capitais, as suas possibilidades de êxito dependeram da ajuda exterior. O general Francisco Franco, chefe da rebelião em África, foi o primeiro a perceber esta necessidade e negociou o envio de aviões e material de guerra da Alemanha e Itália, da mesma maneira que o governo da República negociava a compra de aviões e armas em França. Mas no mesmo dia em que Hitler decidia ajudar os rebeldes, a 25 de julho de 1936, o governo da Frente Popular francês proibia a venda de material de guerra à República para não afetar as suas relações com o governo britânico, que não estava disposto a arriscar o sistema de segurança coletiva metendo as mãos no vespeiro espanhol. Daí que quando França propôs em meados de agosto a política de não intervenção, o Reino Unido juntou-se a ela com entusiasmo. Esta política consistia em proibir a todos os Estados que tinham assinado o trânsito e a exportação de material de guerra, barcos e aviões para Espanha. Mas o comité encarregado de vigiar o seu cumprimento nunca teve poderes para impô-lo, nem os países que assinaram se sentiram vinculados pela proibição. De facto, a Alemanha e Itália não deixaram de enviar de forma regular a sua ajuda aos sublevados enquanto a República, para além da ajuda do México, recebia material enviado da União Soviética e pago com o ouro do Banco de Espanha.

Em Espanha, o primeiro pacto jurídico dos militares rebeldes consistira em criar uma Junta de Defesa Nacional

que, por decreto de 24 de julho de 1936, assumiu todos os poderes do Estado e a representação do país ante as potências estrangeiras. Foi um verdadeiro ato fundamental de um novo Estado pelo qual um órgão colegiado, formado exclusivamente por militares, assumia todos os poderes e começava a legislar por decreto. A Junta de Defesa publicou a 28 de julho uma fação declarando o estado de guerra em todo o território nacional e tipificando como rebeldes todos os que colaboraram ou defenderam de qualquer modo o governo da República. Poucas semanas depois, a 29 de setembro, a Junta transferiu «todos os poderes do Estado» para o general de divisão Francisco Franco, nomeado nesse dia «chefe do governo do Estado». Este decreto nomeava também Francisco Franco, que avançava sem oposição eficaz da Andaluzia pela Extremadura até Madrid, «Generalíssimo das forças nacionais de terra, mar e ar» e conferia-lhe o cargo de General-Chefe dos Exércitos de Operações. Tratava-se, portanto, de uma transmissão plena, indefinida e ilimitada, não circunscrita a nenhuma circunstância excecional, do poder da Junta à pessoa concreta de Francisco Franco, que poderá exercê-lo sem nenhuma limitação. O que se criara naqueles dias fora uma ditadura cesarista, soberana, sem limites de tempo ou condição.

A partir desse momento, a questão central da institucionalização do novo regime consistirá em definir as condições para regular o exercício desse poder pleno, soberano, ilimitado e indefinido. É um processo que flui de uma cabeça dotada de todos os poderes para um corpo que, nesse momento, não existe. O primeiro passo consistiu em dissolver a Junta de Defesa e criar, pela Lei de 1 de outubro de 1936, uma Junta Técnica do Estado formada por comissões técnicas que reproduziam os habituais

ministérios. Só a resistência de Madrid e a perspectiva de uma longa guerra fez passar a primeiro plano a necessidade de elaborar um projeto de um novo Estado sobre uma sólida base política. Para esta tarefa foi decisiva a presença em Salamanca de Ramón Serrano Suñer, líder emergente da nova Falange Espanhola e cunhado de Franco. A sua primeira proposta consistiu em fundir num único partido todas as forças políticas civis que lutavam ao lado dos militares. Procedeu-se, assim, à unificação da Falange Espanhola com a Comunhão Tradicionalista para formar o novo partido da Falange Espanhola Tradicionalista e das JONS, uma amálgama que iria ser o apoio político do novo Estado.

O segundo passo de Serrano consistiu em substituir a Junta Técnica do Estado por uma autêntica Administração do Estado organizada em Departamentos ministeriais, radicados em Burgos. Este foi o propósito da Lei de 30 de janeiro de 1938, que instituiu uma Presidência do Governo e que atribuiu ao Governo faculdades deliberantes e de proposta, de maneira que todas as disposições do Chefe do Estado deveriam submeter-se à deliberação do Conselho de Ministros. De todas as formas, Franco cuidou-se muito bem de que semelhante faculdade em nenhum caso afetasse a «suprema potestade de ditar normas jurídicas de caráter geral» atribuída no artigo 17 dessa mesma lei ao Chefe do Estado. A nomeação do primeiro governo do novo Estado em janeiro de 1938 marcou uma linha da qual Franco não se desviou nas décadas seguintes, dosificando a presença dos militares, falangistas e católicos: Exército, Falange e Igreja serão, com distinto peso segundo as circunstâncias, as três grandes burocracias das quais o Caudilho, investido de triplo carisma de general vitorioso, líder do partido e

enviado de Deus, extrairá daí para a frente o pessoal dirigente.

Na República, a revolução sindical, com os dois sindicatos dirigindo através de milícias a resistência aos rebeldes e a coletivização de terras, indústrias e comércios, obrigou à cedência da presidência do Governo em setembro de 1936 ao dirigente da UGT, Largo Caballero, que no início de novembro incorporou quatro ministros da CNT. Até esse momento, a direção sindical da guerra fora nefasta nos seus resultados, uma vez que não impediu a chegada do exército rebelde às portas de Madrid. Mas a ajuda soviética e o papel desempenhado pelas Brigadas Internacionais na defesa da capital aumentaram o poder do PCE. Contando com a sua colaboração, o PSOE e os partidos republicanos reconstruíram uma frente política comum para se opor à hegemonia sindical. Depois dos enfrentamentos que abriram uma breve guerra entre anarquistas e comunistas em Barcelona, no início de maio de 1937, o presidente da República, Manuel Azaña, decidiu pôr fim ao que chamava governo das sindicais e entregar a direção política e militar da guerra aos socialistas, nomeando Juan Negrín presidente do Conselho e Indalécio Prieto titular de um novo ministério da Defesa que unificava sob o seu comando todo o esforço de guerra.

Negrín formou o seu governo segundo o modelo da Frente Popular: desde comunistas à esquerda até republicanos à direita, com os socialistas nas posições fundamentais. O novo governo impulsionou políticas de consolidação de um exército regular, centralização de poderes, manutenção da ordem pública e garantias à pequena e média propriedade. O propósito do presidente da República consistia em assegurar a defesa no interior para

não perder a guerra no exterior e forçar assim uma mediação internacional. O primeiro dos seus propósitos parecia encaminhado com a reorganização do Exército Popular; o segundo requeria esforços persistentes para convencer Inglaterra e França de que substituíssem a política de não intervenção por uma política ativa de mediação. Este plano, que Azaña comunicou ao governo esperando que fosse partilhado por Negrín, baseava-se em dois pressupostos: que França e a Grã-Bretanha não permitissem em Espanha o triunfo dos militares apoiados por Itália e Alemanha; e que se a Itália e a Alemanha assim o decidissem, Franco não teria outra saída que suspender as hostilidades. Madrid resistira, os italianos acabavam de sofrer a derrota de Guadalajara e as frentes pareciam estabilizadas: havia razões para esperar uma saída negociada e assim se expressara o deputado conservador Winston Churchill. Mas os britânicos e franceses estavam demasiado prisioneiros da sua política de «apaziguamento» para prestar mais do que uma cortês atenção e descartar a seguir qualquer proposta de mediação.

Perdida a guerra no exterior, a defesa interna conduziu ao auge o papel político dos militares e a hegemonia dos comunistas dentro da coligação da Frente Popular. A partir da crise de maio de 1937, e depois da perda de todo o Norte para a República, os comunistas passaram a ocupar a primeira fila na política de resistência. As tensões que as suas pretensões à hegemonia provocaram junto dos socialistas agudizaram-se quando a batalha de Teruel acabou com o derrube da frente de Aragão e com a chegada do exército de Franco ao Mediterrâneo a 15 de abril de 1938, deixando partido em dois o território republicano. Aos olhos de Azaña e de Prieto, o curso das operações mostrava que o exército da República nunca

poderia ganhar a guerra e que a continuação da defesa não tinha sentido.

A conclusão era obrigatória: se no exterior a mediação se descartara e no interior a defesa era inútil, havia que reconhecer a derrota e terminar a guerra quanto antes. Conhecido o estado de espírito do ministro da Defesa e do presidente da República, os comunistas exigiram dentro do governo uma atitude firme na continuação da guerra. Aberta a nova crise em março de 1938, Negrín prescindiu de Prieto e numa declaração de 13 pontos anunciou que o seu objetivo de guerra consistia em assegurar a independência de Espanha e estabelecer uma República democrática; afirmava o seu respeito pela propriedade legitimamente adquirida, a necessidade de uma reforma agrária e de uma legislação social avançada e prometia uma «ampla amnistia para todos os espanhóis que quisessem cooperar com o imenso trabalho de reconstituição e engrandecimento de Espanha». Reconstruído o governo, o exército da República tomou de novo a iniciativa com uma ofensiva sobre o rio Ebro, iniciada a 25 de julho de 1938 com uma espetacular demonstração de força e terminada, depois de três meses de duros combates, com um novo descalabro.

Com os socialistas divididos, as opções políticas reduziam-se a duas: que os comunistas dessem um golpe de Estado e tentassem tomar o poder ou que o exército republicano mostrasse claramente a Negrín que a defesa não tinha sentido e o obrigasse a pôr fim à guerra. Perante o abandono das potências democráticas e a queda da Catalunha em janeiro de 1939, a segunda opção foi ganhando corpo. À conspiração do comandante do Exército do Centro, coronel Casado, contra o governo de Negrín só

Ihe faltava uma legitimação exterior, que chegou em finais de fevereiro de 1939, quando França e o Reino Unido reconheceram o governo de Franco e Azaña, e Livros em França, demitiu-se da presidência da República. O resultado foi a formação a 5 de março de um conselho Nacional de Defesa com o propósito de pactuar as condições de rendição. Por mais que os comunistas opusessem resistência em Madrid, era o fim, muito diferente do que queria Casado, uma vez que Franco se negara a dar garantias aos vencidos. A guerra terminara deixando cerca de 300 000 mortos, provavelmente metade no campo de batalha e a outra em matanças e assassinatos de retaguarda.

## 6

### **A longa ditadura do general Franco (1939-1975)**

A ditadura implantada como resultado da guerra civil apresentou-se como negação do liberalismo do século XIX e da democracia republicana do século XX; como tentativa de deter a história e devolvê-la à mítica origem da nação espanhola, dos Reis Católicos, do Império, do Século de Ouro. Um Estado que não tinha aversão a reconhecer-se como totalitário pretendeu criar uma sociedade fechada a toda a influência exterior; uma sociedade autárquica, corporativa, homogeneamente católica e com o sonho de recuperar um passado imperial. Olhando sempre para trás em busca de inspiração e modelo, a ditadura combinou instituições de origem medieval e nostalgias coloniais, tudo condimentado numa retórica fascista. 20 anos depois, e perante uma estrutura de poder congelada, como hibernada, uma sociedade começou a pôr-se de novo em movimento, físico, sobretudo, mas inevitavelmente também moral e cultural. A contradição entre processos seculares, outra vez em marcha, e a persistência de um poder estabelecido para bloqueá-los encheu de frustrações e incertezas, mas também de expectativas e lutas, a Espanha dos anos 60 e abriu, desde o início dos anos 70, uma

crescente crise do regime, simbolizada na longa e penosa agonia do seu fundador.

## **Os Anos 40: Construção do Novo Estado**

O fim da guerra como rendição incondicional implicou para quem tinha combatido nas fileiras republicanas a morte, a prisão ou o exílio: mais de 50 000 espanhóis foram fuzilados pelos vencedores entre 1939 e 1943; cerca de meio milhão de pessoas cruzaram a fronteira e ainda restavam em maio de 1940 cerca de 260 000 prisioneiros. Saíram dos campos, onde ficaram concentrados nos dias da derrota, para as prisões ou colónias penais dezenas de milhares de republicanos socialistas, anarquistas e comunistas, que tiveram de enfrentar miseráveis condições de vida, amontoados, com fome e expostos a epidemias que assolavam a população penitenciária. O ritmo de trabalho, os castigos e a má alimentação provocavam entre os condenados graves doenças que causavam muitas mortes. A repressão também caiu nas viúvas, filhas ou irmãs dos presos, castigadas com o cabelo rapado, com a expulsão ou eliminação, com a exibição pelas ruas da povoação e despojo dos seus bens.

A finalidade desta repressão, uma vez terminada a guerra, já não consistia em assegurar a vitória militar, mas em purgar até erradicar por completo tudo o que os vencedores tomavam como causa do desvio da nação. Segundo disse o próprio Franco, havia que endireitar a nação torcida; para isso, o Novo Estado dotou-se de medidas jurídicas excepcionais. À massiva aplicação do código de justiça militar em conselhos de guerra sumaríssimos juntaram-se as comissões de depuração que

agiam em todos os organismos oficiais; a Lei de Responsabilidades Políticas, que se aplicou retroativamente por supostos delitos cometidos na revolução de 1934, e a Lei de Repressão da Maçonaria e do Comunismo, que atingia todos os grupos ou pessoas que semeavam ideias dissolventes contra a religião, contra a Pátria, contra as instituições fundamentais e contra a harmonia social. Foi, no seu conjunto, uma «operação perfeita de extirpação das forças políticas que tinham apoiado a República», como recordava anos depois Dionísio Ridruejo, falangista desde a primeira hora.

Para além de reprimir, as novas autoridades regimentaram todas as atividades económicas e sociais. Era preciso, sobretudo, disciplinar a força de trabalho, tarefa encomendada à Falange Espanhola que, desde 1938, ocupava altas posições de governo. Sob o seu comando ficaram enquadrados todos os produtores numa organização sindical regida pelos princípios da verticalidade, unidade, totalidade e hierarquia. Os estatutos da nova FET e das JONS concebiam os sindicatos como um serviço do Partido, e o Foro do Trabalho, inspirado no fascismo italiano e promulgado em 1938, estabelecia que todos os fatores da economia deviam ficar integrados em sindicatos verticais cujos diretores procediam da própria Falange. O novo sindicato, consagrado pela Lei de Unidade Sindical de 26 de janeiro de 1940 e pela Lei de Bases da Organização Sindical de 6 de dezembro, agrupava operários, técnicos e empresários numa mesma organização sob o controlo das chefias do Movimento que, pela sua simultânea presença no aparato do Estado, garantia a conexão orgânica do Estado com o Sindicato e reduziam-no a instrumento da sua política económica.

E que, por seu lado, sofria um asfixiante nível de intervenção. Pela Lei de 10 de março de 1939 criou-se uma Comissão Geral de Abastecimentos e Transportes com competência sobre um grande número de artigos de primeira necessidade, como cereais, legumes, batatas, frutas, pão, carne, peixe, tecidos, roupa, calçado. As infrações perseguiram-se por um Ministério Público de Impostos, criado em setembro de 1940, que podia levar os culpados aos tribunais militares, competentes também neste tipo de delitos. As consequências foram imediatas: ao fixar preços baixos, os agricultores lavravam menos terra, esconderam colheitas e canalizaram parte da sua produção para o mercado negro, com lucros suplementares dos latifundiários que aproveitavam, além do mais, as concessões do Estado em fertilizantes, maquinaria ou produtos energéticos.

Como complemento desta política, verificou-se uma descida dos salários agrícolas em termos reais de 40% em relação aos que eram pagos antes da guerra. Os jornaleiros perderam a possibilidade de organizar os seus próprios sindicatos ou de recorrer aos tradicionais métodos de negociação e pressão para melhorar os seus contratos. O reforço do poder das forças de segurança, a ausência de um Estado de Direito e de uma magistratura independente deixou na mais absoluta indefesa o campesinato. A redução de salários e a disponibilidade de uma abundante e submetida mão de obra não favoreceu em nada a produção. Os anos 40 conheceram de novo a fome provocada por colheitas medíocres, entre as quais se contam algumas das piores do século: os alimentos básicos ficaram submetidos a um regime de racionamento que não foi suprimido até ao início da década seguinte.

Intervencionismo e autarquia serviram também como guias da política industrial. Neste setor, as destruições da guerra foram superiores às do setor agrário, ainda que os equipamentos das zonas mais industrializadas, País Basco e Catalunha, voltassem sem grandes perdas às mãos dos seus antigos proprietários. Os estragos mais significativos produziram-se nos transportes e nas comunicações, mas não no tecido industrial. Contudo, no pós-guerra imediato a produção industrial sofreu uma profunda depressão que atingiu o seu ponto mais abaixo vários anos depois do fim da contenda. Os planos de industrialização ficaram vinculados à criação, em setembro de 1941, do Instituto Nacional da Indústria, dirigido por militares e dedicado preferentemente às indústrias de defesa. Os altos custos do primeiro estabelecimento, a forte competitividade internacional, a substituição de importações e o financiamento pouco ortodoxo da sua instalação contribuem para que a inflação se dispare, ainda que no final da década o INI fosse o único ou maioritário fabricante de camiões e automóveis, fertilizantes, alumínio e no refinamento de petróleo.

A ideologia industrialista imperante no pós-guerra era uma amálgama da tradicional exigência de intervenção do Estado para proteger as industriais das reivindicações operárias e dos competidores estrangeiros com o princípio do Estado como empresário e agente industrializador. As consequências da sua aplicação foram que o governo, para além de decapitar a classe operária, confiscando as propriedades dos seus sindicatos e tipificando como delito de sublevação o direito à greve, favoreceu a ausência de competitividade das empresas e as situações de oligopólio e monopólio. O Estado intervencionista e a rigidez da ordenança redundaram numa proliferação de burocracia e

de todo o tipo de irregularidades administrativas, que fomentaram um clima económico do qual foram eliminados os princípios da racionalidade da livre empresa e a busca de maior produtividade através da redução de custos. Este conjunto de fatores explica a profunda depressão que atravessou a indústria espanhola durante a primeira década do franquismo; até 1950 não se recuperou o nível de produção industrial alcançado em 1930.

À repressão e à regulamentação juntou-se a vasta empresa de recatolização empreendida pela Igreja. No âmbito educativo, o controlo da Igreja foi total: desde os dias da Junta Técnica do Estado, a educação foi território em que os católicos puderam exercer um poder sem limitações. Exerceram-no, sobretudo, para depurar um passado que consideravam culpado de todo o tipo de delitos e que identificavam com a Instituição de Livre Ensino. A expurgação de livros, a depuração de professores, a perda de cátedras, quando não de vidas, o exílio, as sanções exemplares, fizeram parte de uma política que pretendia erradicar uma tradição, julgada como espúria e estrangeira. Com esta bagagem ideológica compreende-se que as autoridades educativas abandonassem a ação no setor público e dedicassem todos os seus esforços a apoiar e a expandir o setor privado. Nos primeiros 15 anos do Novo Estado a atividade construtora de centros de ensino médio foi nula: havia 119 liceus em 1940 e 119 liceus em 1956: todo o aumento de alunos dirigiu-se para centros regidos por religiosos, que viveram então uma verdadeira idade de ouro, já que os requisitos sobre as habilitações dos clérigos dedicados a ofícios educativos se relaxaram consideravelmente.

Repressão, regimentação e recatolização devem completar-se com a quarta nota que caracterizou a primeira década do Novo Estado: o isolamento do exterior, a rutura de todos os vínculos que durante as décadas anteriores estabelecera um esforçado núcleo de espanhóis. Determinaram esta opção pelo isolamento fatores de diversa índole: desde a política de industrialização autárquica à exclusão das Nações Unidas até à retirada de embaixadores e o encerramento temporal da fronteira francesa após a Segunda Guerra Mundial. Mas entre esses fatores devem contar-se também os ideológicos. Na sua origem, o Novo Estado pretendeu erguer-se como uma fusão da autêntica tradição espanhola, monárquica e católica, com o novo estilo fascista sob a chefia carismática do general Franco. Esta mistura proporcionou ao regime a sua singular identidade: Exército, Falange e Igreja, as três grandes burocracias que dominavam a vida económica, política, social e moral, foram os únicos centros de socialização e de extração de pessoal político e administrativo, que o afastava de qualquer outro sistema vigente na Europa. Em lugar daquela Espanha que a geração de 14 quisera europeia implantou-se a Espanha «isolada e solitária», lamentava José L. Aranguren em 1953.

Enquanto estas políticas se punham em prática, o Novo Estado procedia lentamente à sua institucionalização. A Lei de Reorganização da Administração Central do Estado, de 8 de agosto de 1939, ratificava ao Chefe do Estado a faculdade de ditar resoluções e disposições sem prévia deliberação do Conselho de Ministros quando a urgência assim o aconselhasse. Com uma chefia de Estado dotada de faculdades soberanas, um partido único, um governo e uma Administração central do Estado, ainda restava dar o seguinte passo: uma espécie de lei constituinte, que

Serrano Suñer elaborou jcomo «instrumento totalitário ao serviço da integridade da Pátria», com a potestade política suprema atribuída ao Chefe do Estado, que só responderia perante Deus e perante a História.

O projeto de Serrano não foi bem recebido pelas outras instituições que apoiavam o regime: para os militares, concedia demasiado poder ao partido sobre o governo; para os bispos, havia demasiado fascismo e escassa identidade católica. Franco também não mostrou qualquer interesse em dotar-se de um «instrumento totalitário» nem em iniciar um processo constituinte: não queria que se consolidasse um poder que um dia pudesse atentar contra a sua suprema potestade. Em vez de uma Lei de Organização de Estado, promulgou a 17 de julho de 1942 uma Lei Constitutiva de Cortes que desde o seu preâmbulo reafirmava para a Chefia do Estado a «suprema potestade de ditar normas jurídicas de caráter geral» e só concedia ao novo organismo tarefas de colaboração naquela função. Na realidade, as Cortes não eram mais do que uma representação do próprio Estado, com os seus lugares reservados para ministros, conselheiros nacionais do Movimento, procuradores designados pelo Chefe do Estado, presidentes de altos organismos, reitores de universidades, dirigentes de sindicatos nacionais, alcaides da província ou de determinadas capitais, bispos; todos eles nomeados para os seus respetivos cargos pelo próprio Chefe do Estado que, assim, assegurava o seu aplauso e lealdade.

O processo de construção do Novo Estado sofreu um sobressalto com a vitória dos aliados na Segunda Guerra Mundial. Os manifestos de Juan de Bourbon, filho de Afonso XIII, reclamando a restauração da monarquia, as iniciativas do governo da República no exílio para que os aliados

condenassem o regime e proporcionassem a sua queda, as notas de condenação militar emitidas pelas Três Grandes Potências e, finalmente, a exclusão da ONU com a recomendação aos embaixadores de que abandonassem os seus postos, determinaram uma primeira inflexão com a busca de um novo equilíbrio a favor do elemento católico e a relativa descida do elemento falangista na constelação de forças que apoiavam a ditadura. Franco decidiu soltar uma parte da parafernália fascista do regime e ressaltar a sua natureza católica, claramente espanhola e, conseqüentemente, anticomunista, com o explícito propósito de torná-lo atraente perante Washington e estabelecer um vínculo especial com a Santa Sé. A Igreja espanhola respondeu com a sua lealdade provada e decidiu participar no governo com membros procedentes da Ação Católica. Alberto Martín-Artajo, presidente da sua Junta Técnica, encarregou-se do ministério dos Negócios Estrangeiros.

A esta inflexão para o católico e à necessidade de tornar o regime aceitável para os aliados respondeu a rápida promulgação de um catálogo de deveres e direitos conhecido com o arcaico título de Foro dos Espanhóis, promulgado em julho de 1945, e de duas novas leis acrescentadas às das Cortes para definir a natureza do Estado ainda em construção: a Lei de Referendo Nacional de 22 de outubro de 1945 e, um pouco mais tarde, a Lei de Sucessão à Chefia do Estado de 26 de julho de 1947. No artigo primeiro desta Lei Fundamental, Espanha definia-se como «Estado católico, social e representativo que, de acordo com a sua tradição, se declara constituído em reino». Um reino muito especial, porque a Chefia do Estado pertencia para sempre a uma pessoa concreta, definida como Caudilho de Espanha e da Cruzada e Generalíssimo

dos Exércitos. O poder supremo de Franco exercer-se-ia na designação de sucessor, reservando-se a faculdade omnímota de nomeá-lo e de revogar a sua nomeação. Franco podia escolher entre as pessoas de estirpe régia que gostaria que fosse homem, espanhol, de 30 anos completos, católico e tivesse jurado fidelidade aos Princípios do Movimento Nacional.

A Lei de Sucessão, para além de definir a forma de Estado, instaurar a coroa como instituição sucessória, atribuir a Franco a chefia vitalícia, criar um Conselho de Regência e um Conselho do Reino, e regular com todo o pormenor a sucessão na chefia do Estado, proclamava como Leis Fundamentais da nação a Lei Constitutiva das Cortes, a da Referendo e a própria Lei de Sucessão. A estas três leis acrescentava, também com a mesma categoria, o Foro do Trabalho, de 9 de março de 1938, que organizava os Sindicatos verticais como base do novo Estado. As cinco formaram o primeiro bloco de leis fundamentais, que não se podiam revogar nem modificar sem o acordo das Cortes e o referendo da Nação. Mas não constituíam um bloco fechado: a própria Lei de Sucessão previa a possibilidade de que se ditassem novas leis com este mesmo grau. Terão de passar, no entanto, mais 10 anos para que uma nova Lei Fundamental seja publicada: a de Princípios do Movimento de 17 de maio de 1958; e outros 10 anos mais para que o edifício se dê por terminado com a Lei Orgânica do Estado de 1 de janeiro de 1967, destinada a assegurar a continuação do regime em forma de monarquia autoritária, dirigida por uma alta burocracia de Estado.

## **Os Anos 50: Lenta Saída da Autarquia**

Ao finalizar a década de 40, a política económica imposta pelos vencedores fracassara: a produção agrícola retrocedera e vivia pendente das condições climatológicas; a indústria sofria estrangulamentos nos fornecimentos básicos e encontrava-se imersa numa permanente depressão; toda a economia sentia-se atezada pelo rígido intervencionismo estatal e pela proliferação de uma burocracia ineficiente; o mercado negro florescera, enquanto o nível de vida da maioria dos espanhóis descera pelo menos um terço em relação ao que tinha no início dos anos 30. A descida dos salários reais levou em 1951 à manifestação das primeiras mostras de malestar operário: o anúncio de uma subida no preço dos transportes provocou uma onda de greves em Barcelona e, depois, em Madrid e no País Basco. Só a implacável repressão de todo o sinal de protesto ou mal-estar, com a greve tipificada como delito de sedição, e os efeitos morais da derrota na guerra civil podiam evitar que o descontentamento adquirisse maiores dimensões.

Mas era evidente a necessidade de uma mudança de rumo na política económica e nas relações com o exterior, que o regime só podia empreender se se sentisse em condições de segurança e firmeza. Na frente interna, o estado de guerra só se levantou em 1948, uma vez que foram duramente reprimidas as greves e manifestações suscitadas pela vitória dos aliados e pela atividade das guerrilhas, que operavam desde o fim da guerra e que tiveram ações de envergadura na invasão do vale de Arán dirigidas pelo Partido Comunista depois da libertação de França. Na externa, a política de aproximação dos Estados Unidos, iniciada nos primeiros momentos da guerra fria, deu os seus frutos e Espanha, para além de se apresentar como

nação católica, ofereceu-se como aliado seguro na política de contenção do comunismo, disposta a acabar com a sua tradicional neutralidade e permitir que o seu território fosse utilizado para missões estratégicas requeridas pela política internacional norte-americana. A V Assembleia Geral das Nações Unidas revogou em novembro de 1950 a sua resolução de 1946, pondo assim fim oficial ao isolamento internacional do regime.

Isto causou, em julho de 1951, uma das crises de governo que anunciavam o início de outra política. Franco, no entanto, nunca procedeu a alterações drásticas e distribuiu equilibradamente, outra vez, o poder entre militares, Ação Católica e Falange, com o adorno de um monárquico. De imediato, o novo governo pôs o seu melhor empenho em consolidar as relações com os Estados Unidos e com o Vaticano, objetivos conseguidos com êxito, ainda que o preço de deixar pelo caminho alguns resquícios de soberania, com as assinaturas em agosto e setembro de 1953 de uma Concordata com a Santa Sé e de um acordo executivo com os Estados Unidos. Como resultado desta nova política, Espanha foi admitida como membro da FAO, da UNESCO, da Organização Mundial de Saúde, da União Postal e finalmente da ONU na votação celebrada a 14 de dezembro de 1955.

Ao mesmo tempo que abria o regime ao exterior, valendo-se das aberturas americana e vaticana, o novo governo insistiu na vontade de um crescimento rápido apoiado na indústria, ainda que baseado agora num ideário económico onde primava a ortodoxia na administração do setor público e na abertura a intercâmbios internacionais frente ao ideal autárquico e a afirmação das vantagens do mercado livre sobre a política de controlo e de intervenção.

Em consonância com estes critérios, vários ministérios puseram em marcha políticas de rápido crescimento industrial baseadas na liberalização do comércio exterior que permitisse às indústrias espanholas abastecerem-se de matérias-primas e de maquinaria frente àqueles que mantinham a necessidade de reforçar a linha autárquica que não tinham desaparecido do governo. A mudança de orientação afetou também a política agrária com a nomeação para o ministério da Agricultura de Rafael Cavestany, que se mostrara em anos anteriores muito crítico com o emaranhado de restrições, intervenções, quotas obrigatórias, racionamentos e fora um dos primeiros em atribuir o défice de alimentos à política económica seguida desde o fim da guerra civil.

Fruto desta nova política foi a subida sustentada da renda nacional e da renda *per capita*, que por fim recuperou e ultrapassou os valores alcançados nos anos 30. A incipiente liberalização do comércio exterior provocou um considerável aumento da procura de produtos estrangeiros como carburantes, matérias-primas e semimanufaturados, manufaturados e material de transporte. Neste contexto de crescimento, discutira-se a importância da «ajuda americana» na revitalização da economia espanhola. Ainda que o volume total fosse modesto em comparação com outros países europeus - cerca de 1 500 milhões de dólares em doações ou em empréstimos - os seus efeitos foram consideráveis ao incidir numa economia com muito baixo nível de atividade, atezada por múltiplos estrangimentos. Ao mobilizar essa atividade, permitindo um incremento das importações, essa ajuda e os créditos anteriores desempenharam um considerável papel na reanimação da atividade económica.

Os problemas iriam sentir-se rapidamente. A atividade industrial dependia em última análise do comportamento da procura interna, mas o nível de consumo de que se partia era tão baixo que o seu incremento se deu numa maior busca de alimentos e não de produtos manufaturados. Apareceu, assim, o fantasma de uma crise até então desconhecida, a da saturação da oferta de alguns produtos manufaturados, como os têxteis. Nesta situação, a única política possível para manter o ritmo da atividade industrial consistia em aumentar a capacidade de consumo da população, o que, além do mais, viria satisfazer as reivindicações que estalaram como já uma mostra de protesto social. Levou-se a efeito aumentos salariais que, mostra de protesto social. Levou-se a efeito aumentos salariais que, 1957 todo o processo de crescimento parecia ameaçado pelo défice comercial e pelo aumento da inflação. As pressões inflacionistas - nas palavras do governador do Banco de Espanha, Juan Sardá - levaram a economia espanhola à beira do abismo.

Esta crítica situação económica coincidiu com as primeiras manifestações de desafeição e hostilidade ao regime protagonizadas por estudantes universitários e por uma nova classe operária que aumentou ao ritmo desta primeira recuperação da industrialização. Tinham passado já 15 anos desde o fim da guerra civil e uma nova geração pretendia afirmar a sua presença: 1956 foi o ano de mobilizações estudantis e de greves que surpreenderam os hierarcas do regime pelo seu carácter súbito e porque nelas apareciam implicados gentes de tendências muito diversas, desde monárquicos, falangistas e católicos, que começavam o seu caminho de dissidência, até comunistas e socialistas procedentes das oposições. Entre dissidentes e opositores, ou como então se expressou, entre filhos de vencedores e

vencidos, criaram-se vínculos políticos que deram lugar ao surgimento de uma nova oposição interna formada por grupos em torno de personalidades da vida cultural e política. Os incidentes da Universidade de Madrid, em fevereiro de 1956, com enfrentamentos entre falangistas e opositores, acabaram com a destituição simultânea do ministro da Educação e do Movimento, Ruiz-Giménez e Fernández-Cuesta, respetivamente, mas a crise de governo que estas destituições anunciavam não acabaria até um ano depois, com a remodelação que daria entrada a uma nova elite do poder.

Os desequilíbrios e os estrangulamentos provocados pela coexistência da velha inércia autárquica com as medidas liberalizadoras tinham levado a economia espanhola a uma situação de bancarrota. Esgotamento de reservas, déficit da balança de pagamentos, aumentos salariais demagogicamente concedidos pelo ministério do Trabalho, feudo da Falange, rapidamente superados pela inflação, protestos estudantis, mal-estar social evidenciado nas greves de Madrid, Astúrias e Barcelona: tudo se aliou para provocar uma crise de governo em fevereiro de 1957. A sua solução levou pela primeira vez a importantes ministérios económicos a dois membros da Opus Dei, Alberto Ullastres, no comércio, e Mariano Navarro, na Fazenda. Laureano López Rodó, proeminente figura dessa mesma instituição religiosa, tomou conta da Secretaria Geral Técnica do ministério da Presidência, sob a titularidade do almirante Carrero Blanco. Tratava-se da chegada de uma nova elite de poder aos centros de decisão política e económica, com um objetivo muito preciso: empreender uma reforma da Administração que servisse de base para um desenvolvimento económico.

A primeira empreendeu-se a partir da Lei do Regime Jurídico da Administração do Estado, de 26 de julho de 1957, e das seguintes leis de Procedimento Administrativo, de Regime Jurídico das Entidades Estatais Autónomas, de Funcionários Cíveis do Estado e de Retribuições de Funcionários, que renovaram sob critérios de racionalidade burocrática a Administração pública. Para a segunda elaborou-se um plano de estabilização e liberalização que lançasse as bases de um rápido desenvolvimento económico. Vivia-se, então, o momento da assinatura do Tratado de Roma que criava o Mercado Comum Europeu e do plano de estabilização francês. Os ministros dos setores económicos do governo nomeado em 1957, bem relacionados com os meios financeiros internacionais, dispuseram-se a seguir as recomendações dos relatórios da OCDE e do Banco Mundial no sentido de que, antes de proceder a um plano de relançamento económico, era preciso adotar medidas de saneamento.

Ao mesmo tempo que equilibrava o orçamento, o governo empreendia o caminho da liberalização económica, ampliando a liberdade de comércio exterior e aprovando em abril de 1958 uma Lei de Contratos Coletivos que reestruturou o marco da negociação salarial. Mais decisiva para a formulação da nova política foi a integração nos organismos económicos e financeiros internacionais. Em janeiro de 1958, Espanha associou-se à OCDE e em julho aderiu ao Fundo Monetário Internacional e ao Banco Internacional de Reconstrução e Fomento. Uma missão do FMI discutiu com os técnicos da Fazenda e Comércio do Banco de Espanha a necessidade de reformas económicas substanciais, para as quais Espanha pôde contar com o financiamento procedente destes organismos. Todas as reformas, aprovadas por decreto-lei entre julho e agosto de

1959, dirigiam-se no sentido de alinhar o capitalismo espanhol, corporativista e protegido até ao extremo, com o mundo ocidental. Tardaram dois anos, mas finalmente o Decreto-Lei de Ordenação Económica, aprovado a 21 de julho de 1959, foi, tanto ou mais do que um plano de estabilização, um plano de liberalização que, sem se libertar por completo do lastro do passado, inaugurava um novo período.

### **Os Anos 60: Desenvolvimento, Mudança e Conflito**

Consumada a reforma administrativa e aprovado o plano de estabilização, a economia espanhola parecia equipada para franquear a porta a um crescimento de ritmo intenso e sustentado. Assim o entenderam também os organismos internacionais, que não tardaram em mostrar a sua satisfação pelos resultados obtidos. Entretanto, na nova crise de governo de 1962, os «tecnocratas» procedentes da Opus Dei ou do seu âmbito ocuparam todos os ministérios do setor económico mais a Comissão do Plano, de maneira que puderam coordenar uma política comum. Inspirando-se na planificação francesa, a Comissão do Plano elaborou o primeiro Plano de Desenvolvimento com o propósito de estimular o investimento privado através de uma mistura de política indicativa e de investimentos públicos. A esse primeiro plano, de 1964, seguiram-se ainda outros dois, até que em 1973 a Comissão foi transformada num novo Ministério que se extinguiria com a morte de Franco.

Que parte corresponde aos planos e que outra à conjuntura internacional não é irrelevante, mas em todo o caso a verdade é que houve um desenvolvimento de intensidade e ritmo superiores ao de qualquer outro período

histórico anterior: entre 1960 e 1974, a indústria espanhola multiplicou o seu produto por 3,74, com uma taxa de crescimento anual de 11,1%, de maneira que o setor secundário (indústria mais construção) alcançou no fim deste processo uma participação de 40,8% do PIB. Um crescimento tão rápido e sustentado não podia produzir-se sem provocar mudanças permanentes na estrutura industrial e na sua distribuição territorial: se, até 1960, Espanha contava com ilhas de centros fabris dedicados a indústrias tradicionais, a partir dessa data pode definir-se como uma sociedade industrial com produções muito diversificadas. Com efeito, com a abertura ao exterior, a integração progressiva nos mercados internacionais, os fluxos de capital, o turismo e as transferências de divisas, os anos 60 presenciaram a perda do peso relativo da mineração e da produção de bens de consumo como setores líderes enquanto as indústrias produtoras de bens intermédios e de bens de investimento passaram a ser dominantes. Siderurgia, metalurgia, cimento, química, fabrico de automóveis, construção naval e fabrico de eletrodomésticos e aparelhos eletrónicos situaram-se à cabeça de uma atividade industrial que, por outro lado, rompeu os seus tradicionais limites geográficos: novos centros industriais surgiram em cidades como Burgos, Saragoça, Valladolid, Valência ou Sevilha.

O processo de industrialização induziu um movimento de população sem precedentes: centenas de milhares de espanhóis abandonaram o seu lugar de nascimento e residência e começaram a encher os comboios que os levavam às grandes capitais, às zonas industriais ou a França, Suíça, Alemanha. O primeiro grande fluxo migratório, cerca de dois milhões de trabalhadores, foi para o estrangeiro; a sua importância em termos económicos foi

decisiva: durante o período de 1960 a 1974 estima-se em 5 440 milhões de dólares as remessas diretas e em 1 783 as transferências, num total de 7 223 milhões de dólares, com os quais se pôde financiar mais de metade do déficit comercial. Foi a soma desta injeção de divisas e as que traziam os turistas o que permitiu a euforia importadora que caracterizou os industriais espanhóis desses anos.

Mais alcance teve a emigração interior. Sem contar com os menores de 10 anos, o número total de espanhóis que mudaram de residência na década de 60 superou os 4,5 milhões, dos quais 2,6 abandonaram a província onde residiam. Um pouco mais de um milhão e meio saíram de municípios com menos de 10 000 habitantes, que passaram por uma permanente sangria. Este êxodo gigantesco reforçou o peso demográfico do triângulo Madrid-Barcelona-Bilbau, o crescimento das zonas costeiras e o despovoamento das mesetas centrais, enquanto a Extremadura, as duas Castelas e algumas províncias andaluzas sofriam notáveis perdas. Com o crescimento dos núcleos urbanos com mais de 10 000 habitantes, que no seu conjunto passaram de 17,3 a 22,5 milhões, apareceram os primeiros sintomas da sociedade de consumo, a troca da motorizada pelo carro utilitário e a irrupção, ao volante, de uma nova classe média que protagonizou uma profunda mudança na moral e nos costumes.

Como é óbvio, esta redistribuição da população teve efeitos perduráveis sobre a composição da população ativa. Um pouco mais de um milhão de ativos agrários abandonara a agricultura na década de 50 e outros dois milhões fizeram o mesmo na década seguinte. A abundância de mão de obra que esse êxodo proporcionava foi um fator decisivo para alcançar as taxas de crescimento

económico durante toda a década. O êxodo rural acelerou o fim da agricultura tradicional, porque para além do abandono de explorações marginais, pouco produtivas, a descida da mão de obra favoreceu os aumentos salariais, a diversificação de cultivos e a introdução de melhores técnicas que elevaram a produção e a produtividade agrária e permitiram obter uma produção agrícola altamente competitiva nos mercados externos.

A transformação da paisagem social do campo teve o seu correspondente na profunda e traumática transformação sentida nas cidades durante a década do desenvolvimento, com planos urbanísticos que não se cumpriam, vítimas propícias de uma especulação desenfreada que deixou a sua marca indelével num crescimento muitas vezes caótico e desordenado e na destruição das costas. Em todo o caso, o desenvolvimento económico foi suficientemente duradouro e sustentado para que os jornaleiros que chegavam do campo ou os trabalhadores desqualificados que vinham das zonas urbanas deprimidas passassem da barraca e do subaluguer à casa de promoção oficial. Os altos ritmos de industrialização produziram, além do mais, uma diversificação tão notável que alguns deles e muitos dos seus filhos puderam passar de jornaleiros ou peões a operários qualificados. Estes anos foram os da mobilidade social ascendente, com possibilidades abertas para mudar não só de setor - da agricultura para a indústria ou para os serviços - como de posição dentro do mesmo setor - de operários semiquualificados ou sem qualificação a trabalhadores qualificados de fato-macaco - e abandonar a barraca ou o quarto subalugado e trocar por um andar em bairros de promoção oficial.

Uma nova classe operária tornou-se, assim, presente nas cidades mais importantes, trabalhando em fábricas de média e grande dimensão, com mais de 100 assalariados, com empregos fixos e em indústrias como a química, de transformação metálica, da construção naval, siderurgia, no fabrico de automóveis e eletrodomésticos. A sua integração neste novo modo de vida começava com o acesso à propriedade da sua casa, um elemento que transformou a anterior relação do trabalhador com a cidade. Ter um trabalho fixo, num sistema de relações laborais que tornava muito complicado o despedimento, e dispor de uma casa em propriedade para toda a vida, dotada dos indispensáveis serviços e de eletrodomésticos, rádio e televisão, num bairro onde os seus filhos tinham acesso à escola, permitiu o aparecimento pela primeira vez de uma classe operária qualificada, de âmbito nacional.

Um processo de similares características afetou também o crescimento e composição das classes médias, constituídas maioritariamente por empregados de serviços, economistas, vendedores, técnicos, diretores de grandes empresas, empresários. Foi a primeira classe média espanhola, que ao incorporar-se profissional e organicamente na empresa capitalista deixou de ver nela o paradigma da ilegitimidade. Além disso, o facto de muitos dos seus membros acederem à função pública, depois de demonstrarem os seus méritos em provas de acesso aos diferentes corpos da Administração ou como assalariados de um setor público - educação, saúde, transportes - em expansão, levou a que se considerasse politicamente neutra mesmo no caso de se saber ao serviço do Estado: foi a primeira classe de funcionários e assalariados do setor público que distinguiu em Espanha entre serviço ao Estado e serviço ao governo. Poderia dizer-se que nos anos 60 a

classe média, desde os tempos de Larra, dubitativa da sua verdadeira posição, se incorporou definitivamente na empresa capitalista e no Estado.

A mudança social foi acompanhada de uma elevação do nível educativo, uma maior preparação técnica, o acesso ao consumo de bens duradouros, um maior intercâmbio cultural com o exterior e um rápido processo de secularização com uma crescente aspiração e mobilização social pela liberdade e democracia. No que respeita à classe operária, os sindicatos ilegais constituídos em torno das *Comisiones Obreras*, operando dentro dos sindicatos oficiais, passaram a ser um instrumento de negociação de contratos coletivos, que muitas vezes conduziam à declaração de greves com plataformas que incluíam exigências de liberdade sindical e democracia política: declaravam-se greves por motivos económicos, mas ao defender esses interesses reivindicava-se a liberdade de organização. A partir de 1962, a mobilização operária atingiu um ponto alto, apesar das detenções e torturas de dirigentes e de estados de exceção, não fez mais do que crescer nos anos seguintes até alcançar a sua maior dimensão no final da década com greves em Madrid, Biscaia, Barcelona, Ferrol e Astúrias.

A classe média, por seu lado, sentiu durante os anos 50 e 60 uma mudança moral e de cultura política ilustrada pelo facto de que muitos filhos dos vencedores da guerra civil tomarem partido pela democracia e contra a ditadura, terreno onde encontraram muitos filhos dos vencidos. As conversações e pactos entre grupos da oposição socialista, comunista e nacionalista com grupos dissidentes do regime - monárquicos, liberais, democratas-cristãos, antigos falangistas - mantinham-se com o pressuposto de que a

guerra civil fora uma catástrofe, que era preciso uma mútua amnistia como primeiro passo de um processo constituinte e que o único horizonte possível para reconstruir uma convivência política entre espanhóis era uma democracia que equiparasse Espanha aos Estados da Europa ocidental. Os contactos entre os dissidentes do interior e a oposição do exterior multiplicaram-se, dando lugar à formação da União de Forças Democráticas em 1959 e ao muito falado Colóquio de Munique em 1962, quando se reuniram de maneira formal, ao abrigo do Movimento Europeu, grupos democratas-cristãos, monárquicos ou eLivross republicanos, socialistas e nacionalistas, com os comunistas como observadores. Na universidade, a mobilização de estudantes teve um momento culminante em 1965, com a abertura de expedientes e expulsão de vários catedráticos.

O governo tentou responder a esta série de conflitos através de uma maior repressão, que culminou com a declaração do estado de exceção em janeiro de 1969, com a deportação de centenas de opositores e a detenção de dirigentes sindicais e, ao mesmo tempo, com a institucionalização do regime através da aprovação de uma espécie de pseudoconstituição e a designação do herdeiro prevista na Lei de Sucessão. Ninguém, até esse momento, fora capaz de alterar a impassibilidade de Franco perante essas duas causas tão velhas como o próprio regime. O êxito sorriu, no entanto, à nova elite. Primeiro, com a Lei Orgânica do Estado, de 10 de janeiro de 1967, que modificava alguns artigos das anteriores leis fundamentais, suprimindo léxico fascista e teologia católica, e regulava as funções e atribuições dos distintos órgãos do Estado e as suas mútuas relações. Franco apresentou-a às Cortes, afirmando que continha uma ampla democratização do processo político e pondo em guarda os espanhóis contra os

seus «demónios familiares». Na segunda, com a designação de Juan Carlos de Bourbon como sucessor de Franco com o título de rei, aprovada pelas Cortes a 22 de julho de 1969. A tenacidade de López Rodó e a insistência de Carrero Blanco, artífices da chamada «Operação Príncipe», produziram o sempre adiado evento, com a surpresa e irritação do chefe da Casa Real, Juan de Bourbon, titular dos direitos à coroa.

Definir como democratização o processo institucional que culminou com a Lei Orgânica do Estado não deixava de ser irónico: para além do próprio arcaísmo da representação familiar nas Cortes, Franco promulgou-a em virtude da faculdade legislativa que lhe conferiam as leis de 30 de janeiro de 1938 e de 8 de agosto de 1939, ratificadas pela nova lei. O Estado espanhol, constituído em reino, já não se definia como monarquia católica, social e representativa, mas como «suprema instituição da comunidade nacional», ainda que os Princípios do Movimento que desde a sua fundação o inspiravam mantinham a sua condição «permanente e inalterável». Em consequência, os partidos políticos continuaram proibidos e a sua existência constituía um delito tipificado no Código Penal; os direitos de associação e reunião só se podiam exercer em associações pertencentes ao Movimento; os responsáveis da convocação de greves eram julgados por um Tribunal de Ordem Pública que podiam impor-lhes penas de longos anos de prisão; a liberdade de expressão era constrangida por uma Lei de Imprensa cuja aplicação deu lugar a multas, perseguições e encerramento de jornais.

## **Os Anos 70: Crise de Regime**

Desde o início de 1969 tornou-se cada vez mais evidente a tensão entre um setor do Movimento, que pretendia assegurar a sua continuidade, ampliando a sua base social e a participação política através de uma Lei de Associações, e os «tecnocratas» que se tinham proposto controlar a transição para a monarquia em vida de Franco, mantendo a estrutura autoritária do sistema político. Estas duas estratégias políticas enfrentadas e a crescente paralisia do governo perante os desafios que apresentava a oposição cada vez mais ativa entre a classe operária, entre os estudantes universitários, num setor importante do clero católico e os movimentos nacionalistas abriram uma crise política sem precedentes nos anais da ditadura. O ano começou sob um estado de exceção decretado após a morte de um estudante, Enrique Ruano, às mãos da polícia e iniciou o seu último tramo no meio do pior escândalo do regime, o caso Matesa, uma fraude à Fazenda por exportações fictícias, fortemente subvencionadas, de teares, onde se viram envolvidos empresários e ministros vinculados à Opus Dei.

Tentando alterar a seu favor a relação de força com os tecnocratas, Manuel Fraga e José Solís deram a este escândalo uma publicidade que acabou por lhes custar cara. Em outubro de 1969, Carrero Blanco apresentou ao Chefe do Estado um memorando em que detalhava os problemas acumulados durante os últimos anos: as tentativas de Solís de fazer aprovar uma nova Lei Sindical e um Estatuto de Associações que dava mais poder ao Movimento; o caso Matesa, que Fraga utilizara para fragilizar os tecnocratas; a liberdade de imprensa, a diminuição da censura, a publicação de livros marxistas, o surgimento de filmes e revistas pornográficas, o abandono dos bons costumes e da

moral tradicional; finalmente, os problemas de política externa criados por Fernando Maria Castiella que era acusado pela deterioração das relações de amizade com os Estados Unidos e Inglaterra, do mal-estar com a Santa Sé após a celebração do Concílio Vaticano II, da paralisia no processo de admissão de Espanha à Comunidade Económica Europeia e, finalmente, do isolamento exterior de Espanha quando mais necessitada estava de apoios no contencioso que mantinha com Marrocos devido aos territórios do Saara ocidental.

Se a estes ministros sob suspeita se acrescentavam os que já tinham cumprido uma idade provecta, o reajuste proposto por Carrero no seu memorandum significava uma das maiores crises de governo desde 1938. Mas a essa relevância quantitativa acrescentou-se uma qualitativa. Carrero não era partidário de seguir o método da distribuição equilibrada de poder entre as distintas fações do regime. Pela primeira vez, argumentando com a necessidade de um governo sem divisões internas, Carrero optou por oferecer os ministérios que restavam vazios a personagens vinculadas a um só dos viveiros que davam pessoal político à ditadura. O resultado foi um governo com uma maioria de ministros procedentes do círculo de López Rodó, propostos por ele ou por colaboradores seus na Comissão do Plano de Desenvolvimento. Daí que fosse designado com o qualificativo de «governo monocolor» e se o recebesse como uma prova da vitória dos tecnocratas da Opus Dei.

Resolvida a crise de governo, ninguém previra que a sua solução marcasse o início de uma crise de regime. Franco, com efeito, nomeara presidente das Cortes um falangista, Alejandro Rodríguez de Varcárel, que utilizou o seu posto

para transformar as Cortes numa espécie de trincheira de onde os políticos do Movimento hostilizaram sem trégua o governo, uma novidade também na história do regime. As Cortes mantiveram vivo o caso Matesa até obrigarem o Chefe do Estado a decretar uma amnistia geral que impediu o julgamento dos responsáveis políticos, mas pagando o preço de meter na rua 3 000 presos por delitos comuns. Por outro lado, uma manobra favorecida por personagens do Movimento e pelo círculo familiar de Franco acabou com o casamento da sua neta mais velha, Carmen, com Alfonso de Bourbon, primo de Juan Carlos. Ainda assim, as suas possibilidades eram pouco mais do que remotas e o surgimento na cena política do novo duque de Cádiz introduzia um elemento de incerteza no processo de sucessão elaborado por Cerrero e López Rodó.

Ao mal-estar das fações do regime excluídas da distribuição de poder acrescentou-se um maior ativismo das oposições antissistema: a operária alcançou em 1970 o maior volume de greves registadas até à data e superou numa semana de abril de 1973 o milhão de horas perdidas; na universidade, os professores não numerários declaram-se em greve em março de 1973; os conflitos com a Igreja agudizaram-se após a assembleia conjunta de bispos e sacerdotes, onde se apresentou pela primeira vez uma resolução, que obteve a maioria mas não os dois terços requeridos, de petição de perdão pela atitude e conduta da Igreja durante a guerra civil. Em Burgos, a celebração de um conselho de guerra contra membros da ETA colocou o governo à beira da crise. A atividade do Tribunal de Ordem Pública multiplicou-se, passando de 375 a mais de 900 o número de processados durante os primeiros anos da década de 70. A relativa permissividade das organizações operárias clandestinas foi substituída por um

recrudescimento da repressão enquanto as promessas de liberalização da imprensa eram desmentidas por um maior controlo da informação e pelo encerramento do diário *Madrid*. Todos os projetos de abertura ficaram congelados.

De modo que a exclusão do governo de grupos que continuavam a ser poderosos como os «azuis» do Movimento e os «católicos» da ACNP acabou por provocar uma involução autoritária e um recrudescimento da repressão no meio de uma persistente deterioração do clima político. Diversos grupos mais ou menos relacionados com a democracia cristã, novas gerações do Movimento ou personalidades independentes, começaram a aparecer em público, em conferências, banquetes ou homenagens, expondo planos de reforma que garantissem uma evolução ordenada e legal do regime, ao abrigo de possíveis convulsões. Em tais circunstâncias, Franco decidiu separar a chefia do Estado do Conselho de Ministros e, em junho de 1973, deu a oportunidade a Carrero de remodelar o governo ao nomeá-lo presidente.

Carrero descartou desta vez a fórmula do governo monocolor e recuperou as fações excluídas na anterior remodelação. Nunca se saberá o que poderia ter dado este governo porque poucos meses depois, em dezembro, um atentado da ETA acabou com a vida do seu presidente. O novo governo que, para surpresa geral, lhe sucedeu em janeiro de 1974 era presidido pelo seu ministro da Governação, Carlos Arias, e apresentou a novidade de não contar com nenhum ministro vinculado à Opus Dei. O projeto de continuidade do regime de transição para uma monarquia autoritária, enalhado no imobilismo com o governo de Carrero, perdia com a saída de López Rodó o

segundo dos seus arquitetos. Era o momento de ensaiar outras possibilidades.

Propostas para iniciar caminhos de continuidade repletas de reformas não faltavam. Toda a gente, desde o príncipe Juan Carlos até ao último burocrata, falava da necessidade de abertura, de liberalização, de reforma. Mas Arias não tinha um projeto político próprio que estivesse disposto a levar à prática com energia e decisão. Um mês depois da sua nomeação, e por influência de um grupo procedente da ACNP denominado Tácito, pronunciou um discurso em que, depois de reconhecer a necessidade de trocar a adesão a Franco pela participação no regime, prometeu a aprovação de um novo Estatuto de Associações. A questão mais longa e inutilmente debatida nos últimos dez anos nas fileiras do Movimento, a possibilidade de abrir canais de participação política através de «associações» que não fossem partidos, voltava ao centro do debate político, embora desta vez ninguém podia ser enganado: do que se tratava era de criar, sob o controlo do governo, sucedâneos de partidos políticos que servissem as fações do regime para manter a sua cota de poder.

Mas duas semanas depois da promessa de abertura, o governo teve de fazer frente à crise provocada por uma homilia do bispo de Bilbau, António Añoveros, em que pedia respeito à língua e à identidade cultural basca e uma política de reconhecimento dos direitos das regiões. A desobediência do bispo, a quem se pediu que desautorizasse e retirasse essa homilia, foi respondida com uma ordem de prisão domiciliária e a decisão de expulsá-lo do país, ainda que, finalmente, Franco, sensível aos efeitos de uma violenta rutura com a Igreja, reagiu, obrigando Arias a retirar as suas primeiras decisões. O mal para o governo,

no entanto, estava feito: o enfrentamento com a Igreja favoreceu a passagem à ofensiva dos setores do regime conhecidos como *bunker*, conjunto de personagens do Movimento que mantinham estreitas relações com setores imobilistas das forças armadas. Se a cedência de Arias perante a Igreja podia interpretar-se como debilidade, a execução a 2 de março de Salvador Puig Antich, um militante do Movimento Ibérico de Libertação, a quem um tribunal militar culpava da morte de um polícia no momento da sua confusa detenção, junto ao súbdito polaco Heinz Chez, acusado do assassinato de um guarda civil, quis ser uma mostra de força que serviu de prólogo ao retorno do *bunker* à cena política da qual não se afastaria até à morte de Franco.

Poucas semanas depois destas execuções, os ultras do Movimento e um setor das forças armadas exigiram e obtiveram a destituição do chefe do Alto Estado-Maior, tenente general Díez-Alegría, cabeça visível do reformismo militar, e a cessação do ministro da Informação, Pio Cabanillas, que em abril pronunciara em Barcelona um discurso em que prometeu um maior grau de tolerância e de liberdade para a imprensa. Ao despedimento de Cabanillas seguiu-se a demissão do ministro da Fazenda e de vários altos cargos da Administração. Os reformistas retrocederam as suas posições até que Franco, muito debilitado após a doença que obrigou à sua hospitalização nos meses de julho e agosto e à substituição temporal na Chefia do Estado pelo príncipe Juan Carlos, desaparecesse de cena.

No âmbito desta ofensiva de imobilistas e ultras, o Estatuto de Associações apresentado em dezembro de 1974 por Arias no Conselho Nacional acabou por liquidar as

expectativas que levantara o seu discurso de 12 de fevereiro. Para além de exigir 25 000 filiados e presença em 15 províncias para formar uma associação política, o Estatuto reafirmava a obrigatoriedade de inscrevê-la no Movimento. Com a primeira das suas condições garantia-se que nenhuma associação basca ou catalã pudesse ser legalizada, já que nenhuma, por definição, poderia estar implantada em mais de três ou quatro províncias; com a segunda fechava-se a porta à entrada da oposição democrática. Nenhuma delas, logicamente, o aceitou, como também não pôde aceitar a oposição *alegal* ou semilegal que nessa altura não se proclamara ainda como decididamente democrática. Ao conhecer-se a cessação de Cabanillas e a demissão de Barrera, a maior parte do grupo Tácito deu por encerrada a via para a reforma.

Enquanto se agravavam as divisões entre as fações do regime, grupos e partidos de oposição organizaram-se numa Junta Democrática, com o Partido Comunista como principal força, e uma Plataforma de Convergência Democrática que reunia socialistas, nacionalistas bascos, democratas-cristãos e alguns outros grupos menores. A política então enunciada recebeu o nome de rutura democrática que resumidamente repetia, sem apoio militar, um guião similar ao de 1930 contra a monarquia: uma ação democrática nacional, ou greve geral, que abriria o caminho a um governo provisório encarregue de iniciar um processo constituinte. Ao mesmo tempo, a ETA anunciava que todas as forças de segurança deviam considerarse objetivo da sua ação e irrompiam também em cena outros grupos terroristas de extrema-esquerda e de extrema-direita que levaram o governo a declarar o estado de exceção no País Basco. Em agosto de 1975, aprovou-se um decreto-lei contra o terrorismo e a 25 de setembro foram executados

dois membros da ETA e três da Frente Revolucionária Antifascista e Patriótica acusados do assassinato de um guarda civil e de vários polícias. A 1 de outubro, enquanto Franco denunciava, perante uma multitudinária manifestação convocada na praça de Oriente, a conspiração maçónica e comunista, um novo grupo terrorista surgido sob as siglas PCR (r) assassinava em Madrid quatro polícias. Hospitalizado poucos dias depois destes factos, Franco prolongou a sua agonia até 20 de novembro de 1975.

## **Uma democracia finalmente consolidada (1976 - ...)**

Tanto se falara em chancelarias, em gabinetes oficiais, em círculos da oposição, na rua, das previsões sucessórias, que quando finalmente ocorreu o chamado facto biológico ninguém sabia o que se ia passar. No exterior, não era raro encontrar opiniões que expressavam o temor de que Espanha voltasse ao caminho por onde tinha entrado nos anos 30, uma experiência demasiado breve e caótica de vida democrática, segundo escrevia nessa altura Giovanni Sartori. A dramática experiência da guerra civil fixara uma imagem de atraso, extremismo, paixão e crueldade, valores pouco próprios para construir sobre eles um sistema político democrático e uma cultura cívica moderna. No interior, no entanto, dava-se por seguro que a sociedade mudara tanto e as instituições do regime ficaram tão obsoletas que o destino levaria a um sistema equiparável aos vigentes na Europa. O problema consistia em como atingir essa meta, previsíveis como eram resistências procedentes de círculos políticos e militares capazes de controlar as engrenagens do poder. As fórmulas multiplicaram-se e diversos arbitrios floresciam enquanto um velho general agonizava e um príncipe trintão se preparava para assumir a chefia do Estado.

## **Rutura Pactuada**

Na verdade, ninguém, ao finalizar o ano de 1975, augurava um futuro prometedor. A morte de Franco e a proclamação como rei de Juan Carlos de Bourbon aconteceram em plena crise económica, desencadeada em 1973 pela subida do preço dos combustíveis; no fragor de uma crise exterior agudizada pela invasão marroquina dos territórios espanhóis do Saara, e em tão profunda crise do regime, com as fações da ditadura enfrentadas desde 1969. Desde que o governo formado por Carlos Arias após o assassinato de Carrero mostrou a sua incapacidade para levar a efeito qualquer política de reforma, não existira nenhuma política, nem económica, nem externa, digna desse nome. Paralisado pela reação dos elementos imobilistas e bloqueado pelas manobras dos círculos militares próximos à camarilha familiar de Franco, em novembro de 1975, Arias era tão cadáver político como Franco o era fisicamente.

Daí a decepção que provocou a sua ratificação pelo rei à frente do governo. Pelo seu presidente, o primeiro governo da monarquia apresentava todas as aparências de ser o último da ditadura, ainda que a sua formação evidenciasse a limitada capacidade de iniciativa do ratificado Carlos Arias, que teve de admitir junto de si notórios reformistas de diversas origens, como Manuel Fraga, José Maria Areilza e António Garrigues. Era um governo construído sobre um modelo de equilíbrios entre fações do regime, com o propósito de avançar numa reforma mal definida mas fortemente controlado do poder. O problema era que Franco já não estava presente e que, sem ele, o seu modelo

deixava a descoberto o anacronismo da fórmula: as fações eram só personalidades rodeadas de séquitos pouco numerosos e enfrentadas entre si pelas tormentas do passado e pelas suas propostas para o futuro.

Estas diferenças teriam podido talvez remediar-se com objetivos claros de governo e partilhados por todos. Arias nunca os teve e adotou o plano do seu vice-presidente e ministro da governação, Manuel Fraga, que pretendia ser um Cánovas ressuscitado e levar a cabo uma abertura controlada, suficiente para integrar uma oposição disposta a desempenhar o papel de Sagasta. Tratava-se de reformar três Leis Fundamentais - de cortes, de Sucessão e de Orgânica do Estado - e as de Reunião e Associação e aprovar uma nova Lei Sindical e uma reforma do sistema tributário. Com alguma oposição, as Cortes aprovaram as reformas das leis de Reunião e Associação que legalizavam a existência de partidos políticos. Contudo, para que as novas leis surtisserem efeito jurídico era preciso abolir os artigos do Código Penal que tipificavam como delito a filiação em partidos. E, neste ponto, as Cortes mostraram-se intratáveis: votaram contra a reforma do Código e devolveram o projeto para novo estudo à comissão de Justiça; um revés do qual o governo não conseguiu repor-se.

Na oposição democrática, formada por partidos ainda ilegais, de pouca filiação, e por personalidades dissidentes da ditadura com grupos de amigos e colaboradores, a perspectiva de uma greve geral dirigida politicamente por um governo provisório foi abandonada no início de 1976 a favor de uma pressão sobre o governo com greves e manifestações e a abertura de negociações com o objeto de chegar ao que o Partido Comunista batizou em março como rutura democrática pactuada. O resultado da primeira linha

de ação, e da revisão de contratos coletivos, foi o aumento do número de greves no primeiro trimestre de 1976 até atingir as 18 000, quase seis vezes mais do que em todo o ano anterior. O governo respondeu com as suas habituais medidas repressivas: em 24 de fevereiro morria em Elda, um trabalhador por disparos da polícia e, em resposta, produzia-se a paralisação total da cidade e da sua comarca. Pouco depois, a longa greve de Forjas Alavesas culminava com um confronto com as forças antidistúrbios que dispararam contra os manifestantes em Vitória, provocando a morte de cinco deles e mais de 100 feridos. Em Pamplona, uma greve geral foi seguida por 300 000 trabalhadores, com novos confrontos e uma vítima mais em Basauri.

A crescente tensão destes primeiros meses de 1976 levou as duas plataformas da oposição em busca da unidade para forçar a negociação com os reformistas do governo. Dirigentes e militantes de organizações ilegais começaram a atuar e a mover-se à luz do dia, conquistando um nível de liberdade inimaginável no ano anterior. Santiago Carrillo decidiu regressar a Espanha e impôs na Junta Democrática uma política de aproximação à Plataforma de Convergência. A 26 de março acordaram as suas respetivas dissoluções e a incorporação das suas componentes à Coordenação Democrática (logo chamada «Platajunta»), que no seu primeiro manifesto recusou as projetadas leis de reforma, exigiu uma imediata amnistia política, plena liberdade sindical e uma «rutura ou alternativa democrática mediante a abertura de um período constituinte». A rutura como levantamento popular-nacional, com governo provisório e plebiscito, deslocava-se para a convocação de eleições gerais como primeiro passo de um processo constituinte.

Nem *continuistas* nem *ruturistas* conseguiram uma suficiente adesão social para os seus planos, talvez porque nem uns nem outros tinham levado em conta a mudança na cultura política que ocorrera nos últimos anos. Os continuistas confundiram a adaptação passiva à ditadura de amplos setores das classes médias com um apoio ativo ao regime por causa da sua eficácia económica; acreditaram que concedendo uma limitada abertura ou instaurando uma democracia outorgada, poderiam manter-se indefinidamente do poder. Os ruturistas não tiveram em conta, nas suas primeiras chamadas à mobilização, que se o horizonte político de um setor crescente da população, o que tinha maior nível de educação, era a democracia e a Europa, o caminho pelo qual deveria chegar à meta não devia sair dos parâmetros da paz, da ordem e da estabilidade, valores prioritários na opção da maior parte da sociedade.

Assim, ao avançar o ano de 1976, nem a reforma controlada desde cima nem a rutura democrática desde baixo conseguiram progredir nos seus propósitos, a primeira bloqueada pelo setor imobilista do próprio regime; a segunda, pela sua intrínseca debilidade e pela diversidade e atomização dos partidos e grupos políticos que a sustentavam. O que tornou ainda mais patente as tensões e mais ameaçadores os enfrentamentos sociais. Era urgente uma mudança de governo e um novo estímulo político que o rei deixou entrever quando no início de junho reafirmou perante o Congresso dos Estados Unidos a vontade de chegar a uma democracia plena e qualificou a gestão de Arias como um desastre sem paliativos. Poucas semanas depois, quando os projetos de reforma encaharam no Conselho Nacional do Movimento, o rei solicitou a demissão de Arias, que obteve de imediato. No dia 3 de julho de 1976,

pelos mecanismos previstos na legalidade franquista, designou como presidente Adolfo Suárez, ministro secretário-geral do Movimento no governo demitido.

Apesar da perplexidade e da negativa em colaborar que as personalidades reformistas do anterior governo comunicaram ao novo presidente, com a nomeação de Suárez começou a fase decisiva entre a crise do regime franquista e a instauração da democracia. O novo governo apresentou-se com uma declaração programática em que reconhecia pela primeira vez a soberania popular, prometia uma ampla amnistia, anunciava a sua decisão de submeter a um referendo uma Lei para a Reforma Política e prometia a celebração de eleições gerais antes de 30 de junho do ano seguinte. Para levar a cabo este programa apresentaria nas Cortes um projeto de Lei para a Reforma Política, em cuja gestação alguma colaboração teve o presidente das Cortes, que significaria o fim de facto dessas Cortes e a convocação de eleições gerais por sufrágio universal, direto e secreto, no prazo de um ano.

Nos meses seguintes, Adolfo Suárez negociou o procedimento da reforma com os setores do regime que se tinham oposto às anteriores propostas e, após assegurar a neutralidade das forças armadas, conseguiu que as Cortes aprovassem o projeto. O voto favorável das Cortes franquistas garantiu a legalidade do referendo convocado para ratificar uma lei, que era na realidade uma fraude de lei porque abolia de facto o que dizia reformar: toda a panóplia de Leis Fundamentais. Apesar de uma branda campanha pela abstenção propugnada pela oposição, os resultados do referendo constituíram um rotundo êxito para o governo e para o seu presidente: com uma abstenção de 22,3%, votaram a favor 94,2% e contra apenas 2,6%. A

partir desse momento, Suárez sentiu-se legitimado para negociar com uma comissão da oposição, que abarcava desde comunistas a democratas-cristãos, as medidas políticas que deviam conduzir às primeiras eleições gerais livres convocadas em Espanha desde há 41 anos.

Mas a oposição, entretanto, modificara sensivelmente a sua estratégia ao mesmo tempo que incorporava numa nova Plataforma de Organismos Democráticos grupos políticos de âmbito regional. As condições desta Plataforma para entrar em negociações com o governo consistiam em que o referendo anunciado incluísse a convocação para Cortes Constituintes, a amnistia, a legalização de todos os partidos políticos, a reposição dos estatutos de autonomia plebiscitados durante os anos 30 e a dissolução das instituições da ditadura. Mas, uma vez celebrado o referendo, o interesse da oposição centrou-se em questões de procedimento, no articulado da lei que iria reger a convocação eleitoral, na exigência de legalização de todos os partidos políticos sem necessidade de autorizações prévias e na dissolução de instituições do regime de Franco, como o Tribunal de Ordem Pública, o Movimento Nacional, a Organização Sindical.

O momento político no início de 1977 caracterizava-se, assim, por um claro retrocesso dos imobilistas, uma consolidação dos reformistas e o avanço da oposição democrática que, da pressão da rua, passava à mesa de negociações. Contudo, as regras que iriam reger o novo sistema político estavam ainda em discussão e, no que se refere à ordem pública, não tinham desaparecido as do antigo. Não transcorrera ainda um ano desde que Fraga decretara por causa das respetivas greves a militarização dos Correios e da Renfe. As forças da ordem pública que, de

acordo com a Lei Orgânica do Estado de 1967, faziam parte das Forças Armadas, continuavam a agir com a sua característica brutalidade e os tribunais militares instruíam sumários relacionados com alterações da ordem pública. A oposição de um setor do exército às reformas em marcha ficara clara com a demissão do general De Santiago como vice-presidente do Governo em setembro do ano anterior como protesto pelo projeto de reforma sindical e com o voto contra a Lei para a Reforma Política da instituição militar representado nas Cortes dois meses depois.

Este foi o momento escolhido por grupos de extrema-direita, que ficavam fora do sistema em gestação, para atacar com o objetivo de espalhar um clima de pânico em que se pudesse legitimar o bloqueio de todo o processo. Se se queria provocar os militares e excitá-los a intervir, este era o momento propício. A provocação começou na rua, na Gran Vía de Madrid, com o assassinato de um jovem numa manifestação pró-amnistia. Os autores estavam vinculados a uma organização de extrema-direita, Força Nova, matriz de diversos grupos terroristas, especialmente dos Guerrilheiros do Cristo-Rei. No dia seguinte, numa manifestação de protesto por esse assassinato, uma granada de fumo lançada pela polícia acabou com a vida de uma estudante, circunstância que aproveitaram terroristas relacionados com a Organização Sindical para reproduzir a imagem da guerra civil, levando contra a parede oito advogados e um rececionista de um escritório de especialistas em direito do trabalho vinculado a Comisiones Obreras e ao PCE. Cinco foram fuzilados e os outros quatro ficaram gravemente feridos.

O terrorismo, para ser arma eficaz, para além de contar com apoios sociais ou com cumplicidades nas forças de

segurança, tem de conseguir o propósito de intimidação e debilitamento das instituições. Em janeiro de 1977, os terroristas conseguiram o contrário. O atentado levantou uma onda de solidariedade com o Partido Comunista, que deu provas de disciplina e contenção ao canalizar pacificamente a multidão congregada na rua para assistir ao funeral dos advogados assassinados. Era a primeira manifestação presidida por bandeiras vermelhas e saudada com punhos erguidos, mas acompanhada em silêncio e sem que ninguém expressasse vozes de vingança num clima de profunda tristeza. Dezenas de milhares de pessoas manifestaram a vontade não só de continuar com o processo de negociação, mas acelerá-lo legitimando todos os que nele participavam. A conquista da legitimidade social pelo PCE avançou na tarde daquele funeral mais do que nos dois anos anteriores, porque destruiu, naqueles que ainda a conservavam, a imagem do comunista como alguém excluído da nação, um estrangeiro, o inimigo que o franquismo construía durante anos.

A emoção causada por aquele crime horrendo, para além de legitimar o PCE, paralisou aqueles que se pretendia provocar: o exército não se moveu e nem sequer se decretou o estado de exceção. Esta consequência do atentado foi compreendida pelos Grupos Revolucionários Antifascistas Primeiro de outubro, pelos GRAPO, que, como os Guerrilheiros, pretendiam paralisar o processo e, como eles, não viam outro modo de conseguir o seu objetivo do que provocar as forças armadas: se conseguiam que o exército interviesse e revelavam a natureza repressora do regime, o povo levantar-se-ia. Para além do ódio em relação à polícia e à Guarda Civil pelos métodos repressivos utilizados em zonas em crise industrial, como Cádiz, Vigo e Bilbao, de onde procediam muitos deles, a elaboração

ideológica que os conduziu ao atentado indiscriminado era uma amálgama de leninismo, maoísmo e terceiro-mundismo, útil para justificar, como um passo em frente na revolução, o assassinato de qualquer polícia que encontrassem pelo caminho.

Mas da mesma maneira que a matança da rua Atocha levou o governo pelo caminho da negociação, o sequestro do presidente do Conselho Supremo de Justiça Militar e os assassinatos dos polícias que fecharam aquela semana de terror levaram os partidos de esquerda pelo caminho empreendido por causa do referendo da Lei para a Reforma, o que liquidava qualquer argumento para deter o processo através de uma intervenção militar. Foi a reação popular aos assassinatos dessa semana de janeiro, a decisão tomada por milhares de pessoas de não ceder ao medo e sair à rua para acompanhar os mortos, a ratificação do compromisso democrático pelos meios de comunicação, a conduta seguida pelos dirigentes do Partido Comunista, a calma e o autocontrolo do governo o que impediu que essa confluência de terroristas de extrema-direita e de extrema-esquerda alcançasse o seu objetivo: não se voltou a militarizar a ordem pública nem a oposição democrática regressou aos seus quartéis de inverno.

Pelo contrário, acelerou-se o processo de negociação e de legalização dos partidos políticos: num golpe de audácia, Adolfo Suárez legalizou o Partido Comunista, primeira decisão política de grande alcance tomada em Espanha, sem autorização dos militares e contra o seu parecer maioritário, por um governo civil. A partir daí, a corrida às eleições estava aberta e as inscrições foram mais de uma centena, uma sopa de letras, como se disse então, temendo-se que daquela efervescência política surgisse um

Parlamento atomizado. Não foi assim: as eleições de junho de 1977, as primeiras desde 1936, desanuviaram o panorama ao concentrar os votos em dois partidos situados à direita e à esquerda do centro político: a UCD, o partido, ou melhor, a coligação que Suárez criara rapidamente com grupos que incluíam desde os antigos azuis até a recentes social democratas; e o PSOE, que sofrera uma autêntica refundação a partir do último congresso do exílio, celebrado em Suresnes em 1974, que consagrou o controlo da sua direção por uma nova geração de militantes do interior. Estes dois partidos eram flanqueados, à direita e à esquerda, pela Aliança Popular, constituída com os restos do franquismo, e pelo grande derrotado deste primeiro ato eleitoral, o PCE, que alguns estudos prognosticaram um papel similar ao desempenhado pelo seu homónimo italiano à saída do fascismo. Pior parados ainda ficaram os projetos, de que nunca mais se soube, do partido democrata-cristão lançado contra o parecer dos bispos. O quadro era completado por vários partidos nacionalistas e regionalistas, que em nenhum caso lideraram os resultados nas suas próprias circunscrições.

Nas eleições triunfaram os partidos mais próximos do centro, mas sobretudo os partidos dirigidos por líderes jovens, com partidos recém-formados - ainda que o PSOE pudesse alardear de uma história quase centenária - que se tinham apresentado ao público, numa campanha muito personalizada, com mensagens de mudança dentro da ordem. Adolfo Suárez e Felipe González, da mesma maneira que o rei Juan Carlos, pertenciam a gerações que representavam uma rutura com o passado e não evocavam, pela sua idade, memórias da guerra civil. Para além do PCE, dirigido por um destacado dirigente comunista dos anos 30, a Aliança Popular, que juntava Manuel Fraga e várias

personalidades do regime de Franco, e o Partido Socialista Popular do «velho professor» Enrique Tierno, receberam um rotundo fracasso. É trivial recordá-lo, mas nas eleições produziu-se qualquer coisa como a morte ritual do pai: caras novas e um ar de liberdade acabada de estrear percorreu de cima a baixo toda a sociedade espanhola.

Assim, aquele momento viveu-se efetivamente como uma explosão de liberdade depois de 40 anos em que as manifestações culturais foram sempre submetidas a censura. Ao novo clima de vitalidade e pluralismo cultural contribuiu, sem dúvida, o facto de que nos anos da transição política permanecessem ativos alguns dos criadores da geração de 27 que, ou receberam o reconhecimento universal da sua obra com a concessão do Prémio Nobel da Literatura a Vicente Aleixandre em 1977, ou regressavam a Espanha depois de um longo exílio, como Rafael Alberti, o poeta comunista da República, eleito senador nas primeiras Cortes da monarquia. Com eles, os que fizeram a guerra muito jovens ou os que a viveram ainda crianças sentiram necessidade de projetar os seus olhares no passado num exercício de memória que abarcou o cinema, a narrativa e as memórias pessoais.

### **Tempo de Consenso**

Ficava, assim, configurado um primeiro sistema de partidos que em nada se parecia ao que surgira das eleições de 1931: uma nova descontinuidade numa história descontínua. A divisão esquerda/ direita já não estava cortada pela linha confessional de tão catastrófico resultado, de classe social, nem de lealdade a uma forma de governo, se monárquica ou republicana. E tão importante

como isto: se então os partidos que formavam o governo provisório obtiveram uma esmagadora maioria parlamentar, agora a divisória esquerda/ direita era muito mais equilibrada. Finalmente, tanto na direita como na esquerda os triunfadores situavam-se na zona mais próxima ao centro enquanto nos extremos ficavam só outros dois partidos minoritários; outro espaço ocupado por 25 deputados de partidos de âmbito estatal - regionalistas ou nacionalistas - que representavam 7% do eleitorado, completava um sistema que se pôde definir como bipartidismo imperfeito: dois partidos receberam 63% dos votos e dividiam entre si 80% dos lugares.

Ao dividir quase ao meio as preferências à direita e à esquerda, sem dar maioria a nenhum partido, as eleições levaram de novo o processo político ao signo da negociação e do consenso. Todos os partidos com representação parlamentar tiveram ocasião de expor os seus programas e objetivos no primeiro debate parlamentar celebrado no fim de julho de 1977. Ampliar a amnistia, superar os resíduos da guerra civil, fazer frente à crise económica, elaborar uma Constituição com a participação de todos os grupos da Câmara, reconhecer a personalidade das regiões e nacionalidades restabelecer os direitos históricos de Euskadi, foram alguns dos propósitos enunciados pelos líderes dos partidos em nome dos seus respetivos grupos. De tudo isto, a primeira coisa que se debateu foi um projeto de Lei de Amnistia apresentado conjuntamente pelos grupos centrista, socialista, comunista, minorias basca e catalã, misto de socialistas da Catalunha. No debate deste projeto falou-se muito do passado, da guerra, da ditadura, dos que sofreram represálias; mas falou-se em termos de apagá-lo, enterrá-lo e superá-lo.

A decisão de colocar uma pedra sobre o passado e não o utilizar como arma da luta política completou-se com a necessidade de conduzir o processo de maneira a que ninguém que estivesse disposto a aceitar as novas regras ficasse de fora: foi a memória do que já todos entendiam como uma trágica cisão política e social que operou como reforço de um consenso que fazia parte da linguagem da oposição à ditadura desde os anos 40. Desta maneira, e como tinham previsto aqueles grupos, a amnistia geral promulgada em outubro de 1977 foi o primeiro degrau de um processo que, através de uma Constituição democrática, devia conduzir ao ingresso de Espanha na Comunidade Europeia. Estas medidas tomavam-se com o apoio de todos os grupos parlamentares, que prontamente tiveram sobre a mesa o primeiro esboço de um texto constitucional. A 23 de dezembro, a Comissão Constitucional apresentou o projeto que deveria ser submetido a debate dos grupos parlamentares.

O texto aprovado, assim como o próprio processo de que foi resultado, constitui uma novidade no caminho imensamente percorrido da história constitucional de Espanha. Baseado nos princípios de igualdade, liberdade e pluralismo político, o Estado define-se como democrático e social de direito e organiza-se como monarquia parlamentar. O problema mais complicado a que tiveram de se enfrentar os constituintes foi o do reconhecimento de factos nacionais distintos ao espanhol. Após um longo e duro debate que esteve perto de romper o consenso, a Constituição introduziu pela primeira vez o termo nacionalidade ao reconhecer e garantir «o direito à autonomia das nacionalidades e regiões», depois de afirmar com um certo ênfase e redundância «a indissolúvel unidade da nação espanhola, pátria comum e indivisível de todos os

espanhóis» e de dar o julgamento da soberania nacional ao «povo espanhol». A Constituição não reconhece qualquer religião oficial, mas menciona expressamente a Igreja católica; e no que respeita às forças armadas dá-lhes a missão de «garantir a soberania e a independência de Espanha, defender a sua integridade territorial e o ordenamento constitucional», a primeira referência encontra-se no Artigo Preliminar, que constitucionaliza a existência de partidos políticos, sindicatos e associações patronais.

Na longa relação de direitos e deveres que ocupa o Artigo Primeiro abre-se a via ao divórcio, com uma fórmula que dará lugar a inumeráveis debates e constitucionaliza-se o direito à greve, ainda que não o de objeção de consciência. O Estado deve promover o bem-estar numa ordem de economia mista e reconhecimento da propriedade privada e do mercado livre, embora com um setor público e com a intervenção através da planificação económica e até da confiscação da propriedade em caso necessário. Finalmente, a Constituição limita os poderes da coroa, consagra o bicameralismo com critérios de representação proporcional para o Congresso e sistema maioritário com representação igual por província para o Senado. É significativo que o peso do passado ou, mais exatamente, o medo de repetir o que se considerou erros que abriram as portas a conflitos sangrentos tenha levado também os pais da Constituição a reforçar o poder executivo perante o Parlamento com a moção de censura construtiva, que torna praticamente impossível derrubar um governo por iniciativa do Congresso.

O texto constitucional, com as suas questões abertas e as suas ambiguidades, obteve uma amplíssima maioria na votação das Cortes e um generalizado consenso social, do

qual só se excluíram os nacionalistas bascos, no referendo celebrado a 6 de dezembro de 1978. Antes, enquanto a Constituição se debatia, foi relativamente fácil inaugurar um original período de acordo entre os partidos sobre as questões pendentes. A primeira, uma vez que não admitia qualquer atraso, foi negociar um pacto social, assinado na Moncloa, para sair da crise económica através do controlo dos aumentos salariais em níveis inferiores à inflação prevista, comprometendo-se o governo a troco promover medidas de carácter redistributivo, como uma reforma fiscal e melhoras sociais.

Mais laborioso e confuso foi encontrar uma norma por onde pudessem canalizar as reivindicações à plena autonomia reclamada pelos partidos nacionalistas. As manifestações pela autonomia foram particularmente massivas na Catalunha, onde a Assembleia da Catalunha desde o início dos anos 70 e o Conselho de Forças Políticas da Catalunha desde dezembro de 1975 aglutinaram a oposição nacionalista e de esquerda. O Conselho exigia a aprovação de um Estatuto de Autonomia do qual resultaria o restabelecimento da Generalitat, ainda que o governo preferisse encarar a questão através de negociações diretas com os titulares das instituições autonómicas nascidas nos anos 30, Josep Tarradellas e Jesus Maria Leizaola, ambos no exílio, que conduziram o restabelecimento da Generalitat e do Conselho Basco.

O início do processo autonómico, antes de se promulgar a Constituição, despertou noutras regiões movimentos que o governo tentou canalizar procedendo à constituição de órgãos pré-autonómicos. De março a setembro de 1978, publicaram-se reais decretos-leis que estabeleciam para a Galiza, Aragão, País Valenciano, Canárias, Andaluzia,

Extremadura, Castela e Leão e Castela-La Mancha, Juntas ou Conselhos Gerais que deveriam dirigir o processo até à consecução das suas respetivas autonomias. A forma pragmática de atender aos pedidos autonómicos de todas as regiões deixou pendente para depois da Constituição um conjunto de problemas que acabariam por manchar o êxito obtido pelo governo nos seus acordos com os nacionalismos históricos. Porque o que estava em discussão com estes processos, embora nunca se discutisse expressamente, era se a constituição final do Estado ficaria sob a lógica federal ou se as autonomias catalã e basca, e talvez galega, receberiam um tratamento especial.

### **Fragilidade e Consolidação da Democracia**

A expectativa de que, uma vez concedida a amnistia geral e promulgada uma Constituição democrática, o terrorismo iria perder força até desaparecer não só não se viu cumprida como também se viu substituída pela evidência contrária. À medida que o processo avançava, os atentados aumentavam ao mesmo tempo que se dirigiam a objetivos distintos com o propósito de provocar as forças armadas: se em 1973, ano do assassinato de Carrero Blanco, se contaram quatro atentados terroristas com vítimas mortais, em 1978 registaram-se 71 com o resultado de 85 mortos e o seu número continuaria a subir até 1980 com 91 atentados e 124 mortos, o mais elevado de toda a série. Às ações terroristas, protagonizadas em primeiro e destacado lugar pela ETA, mas de que não estiveram ausentes grupos de extrema-esquerda e de extrema-direita, acrescentou-se o mal-estar militar, com algumas conspirações e tentativas de golpe de Estado que o governo

conseguiu impedir, ainda que mostrando uma progressiva debilidade, agudizada pela errática condução do processo autonómico.

Muito rapidamente se viu que ao definitivo fim do regime de Franco não se lhe sucedera o melhor dos mundos, mas um sistema político assediado por numerosos e fortes inimigos. O mais grave problema radicou, no entanto, no facto de que o partido do governo, o UCD, entrasse, desde a promulgação da Constituição e das imediatas eleições gerais, que repetiram os resultados das anteriores, num processo de fragmentação e descomposição interna que acabaria por devorar o seu criador e dissolver o seu produto. Depois de uma moção de censura apresentada pelo PSOE, de várias crises de governo e da perda de controlo sobre o seu próprio grupo parlamentar, Adolfo Suárez apresentou a demissão como presidente do Governo em janeiro de 1981, espalhando entre aqueles que ouviram o seu dramático discurso a sombra de uma incerteza: a democracia voltava a ser débil em Espanha. Com efeito, poucas semanas depois, a 23 de fevereiro, uma tentativa de golpe de Estado à velha maneira mostrava claramente a fragilidade das instituições democráticas.

A intervenção do rei e a multitudinária manifestação cidadã devolveram o impulso político necessário para continuar em frente no processo de consolidação democrática, mas não foram suficientes para que a UCD conseguisse recompor a sua unidade interna. O partido do governo, vítima das lutas intestinas das fações, acabou por se fragmentar em vários grupos, cavando assim a sua própria ruína e mostrando-se incapaz de pôr fim ao período de instabilidade aberto após a promulgação da Constituição. O sucessor de Adolfo Suárez, Leopoldo Calvo-Sotelo, tentou

reconduzir a situação com a entrada de Espanha na NATO e com um pacto com o PSOE para ordenar o desenvolvimento autonómico e a celebração do julgamento contra os golpistas de fevereiro. Mas, sem o apoio do seu partido e com o próprio grupo parlamentar a minar a sua política, não teve outra saída que adiantar o fim da legislatura e convocar novas eleições para 22 de outubro de 1982.

Nesse dia, o PSOE conseguiu maioria absoluta numa das situações mais delicadas da até então frágil democracia espanhola: não se tinham superado os piores efeitos da crise económica iniciada em 1974: a inflação não descia dos 15% ao ano, o défice não parava de crescer e a destruição de emprego era imparável até atingir os 16,5% da população ativa. À crise económica acrescentava-se a tensão política provocada pelo desmoronamento do partido do governo, os contínuos golpes de terrorismo da ETA, a incerta condução do processo autonómico e os obstáculos levantados por França à entrada de Espanha na Comunidade Europeia. No meio desta tensão, a lembrança do recente golpe militar tornou-se presente pela descoberta de uma nova conspiração e pela detenção de outros três golpistas.

A grande necessidade de reafirmar a opção da maioria dos espanhóis pela democracia impregnou a convocação eleitoral de um sentido que transcendia a pura repetição ritual das eleições numa democracia consolidada. Tratava-se de validar o sistema estabelecido em 1977 e 1978 e de recusar a impressão de que o desencanto popular, traduzido numa crescente percentagem de abstenção, significasse indiferença em relação às instituições democráticas. E, certamente, as eleições cortaram a tendência para uma crescente abstenção e tiraram todas as dúvidas em relação

ao nível de legitimidade que a democracia podia ter entre os espanhóis. A percentagem de participação foi a mais alta de todas as registadas até então: 79,8% do censo eleitoral face a 68,1% das anteriores. Devido a esta sobrecarga emocional, às eleições de outubro de 1982 atribuiu-se um efeito legitimador da democracia e viu-se nelas o fim do processo da transição política e o início da sua fase de consolidação.

A vitória do PSOE, com cerca de metade dos votos emitidos; a quebra do principal partido protagonista da transição, a UCD; a subida da coligação liderada pela Aliança Popular; a derrocada do PCE e a confirmação dos partidos nacionalistas da Catalunha e do País Basco, provocaram uma mudança radical no sistema de partidos. O bipartidismo imperfeito deu lugar a um sistema de partido predominante, um dado que não é irrelevante para entender as condições em que se desenvolveu o processo de consolidação da democracia, como também não era o sistema saído das eleições de 1977 para entender as voltas e reviravoltas do processo de transição.

Porque com um partido disciplinado sob uma direção indiscutida e com tão ampla maioria, os socialistas puderam desenvolver por fim uma política suportada num governo dotado de autoridade e de poder. A política, nas suas linhas gerais, foi na direção do saneamento da situação económica com medidas de ajuste; na finalização do mapa autonómico com a aprovação dos Estatutos de Autonomia que ainda estavam pendentes e de uma Lei Orgânica de Financiamento das Comunidades Autónomas; de conseguir um exército mais reduzido e, na mesma medida, mais eficaz e subordinado ao poder civil; de pactuar com a Igreja um financiamento regular da rede de centros privados de

ensino primário; de empreender a sempre demorada reforma da justiça; dotar o Estado de mais recursos com o objetivo de desenvolver políticas sociais; tranquilizar os empresários, não mostrando nenhum afã nacionalizador e intervencionista, mas sim o contrário, que caracterizava o governo; reforçar as políticas de «vertebração» de Espanha através de projetos de obras públicas e diligências nas comunicações; insistir na ideia de Espanha, da cultura espanhola, dotando as capitais de equipamentos; finalmente, e no que se refere à política externa, aproveitar o suplemento de energia derivado da aspiração de ser plenamente europeu para afirmar a presença de Espanha no âmbito externo, mantendo-a na NATO, forçando o andamento para a sua entrada plena na Comunidade Europeia e salvaguardando as relações bilaterais com os Estados Unidos.

Tudo isto foi conduzido com bom pulso e resultados satisfatórios. Os seculares problemas militares e religiosos desapareceram de cena e do debate político; a economia foi saneada, caindo a inflação para valores de um só dígito, ainda que não houvesse maneira do desemprego baixar; os conflitos sociais vieram mais dos que sofreram os ajustes e a reconversão industrial do que da classe empresarial; as Comunidades Autónomas concluíram a aprovação dos seus estatutos, convocaram eleições para os seus respetivos parlamentos e começaram a desenvolver as suas competências; as câmaras municipais puderam conter os excessos urbanísticos, ordenar as cidades, melhorar os serviços, construir novos equipamentos culturais; Espanha entrou na Europa e não saiu da NATO. E muito importante para o governo e para o partido que o apoiava era o facto de que a oposição não dava nenhum sinal de levantar a cabeça.

De modo que já estava feito: se a promulgação da Constituição simbolizou o fim da transição política, a assinatura da Ata de Adesão à comunidade Europeia a 12 de junho de 1985 simbolizava o cumprimento da consolidação democrática. Fim de um longo período, de uma vontade permanente frustrada de ser como os europeus, de um retraimento ensimesmado em conflitos internos. Havia, assim, motivos para a euforia e com este espírito se empreendeu a etapa seguinte. O partido, sem fissuras; o governo, unânime na direção marcada pelo presidente; a economia, às portas de uma forte expansão; o crédito internacional, mais que elevado; a sociedade, confiante. Era Espanha, finalmente vertebrada, livre da sua histórica consciência de fracasso, que pusera fim, graças à geração que alcançara nos anos 60 o uso da razão política, a sua ancestral anomalia. Soara o momento da normalização.

Espelho desta atitude foram os grandes eventos pomposos de 1992: os Jogos Olímpicos de Barcelona, a Exposição Universal de Sevilha. Mas quando as luzes dos festejos se apagaram, daquela atitude só restaram cinzas. O seguimento da greve geral que o sindicato irmão convocara com êxito em 1988 fora já uma chamada de atenção sobre o difuso mal-estar por toda a sociedade mais pela forma de fazer política do que pelas políticas concretas desenvolvidas pelo governo. Depois, no ano seguinte começaram a revelar-se práticas irregulares de financiamento do partido, tráfico de influências, cobrança de comissões, enriquecimento de cargos públicos; numa palavra, apareceu no centro do debate público a voz odiosa: corrupção. O sistema do partido dominante dera lugar, como na época moderada, a uma desenfreada corrupção que parecia ter infetado a própria medula do sistema político, o núcleo

dirigente do partido no poder e as instituições administradas pelos seus responsáveis.

O problema foi que essas acusações de corrupção e os processos pela guerra suja contra a ETA reabertos a partir da descoberta dos cadáveres de dois dos seus membros que tinham sido detidos, torturados e assassinados pelas forças de segurança, não encontraram no PSOE uma clara e contundente resposta, mas serviram para iniciar um processo de irreparável cisão na cúpula. A queda no favor do público, a crise interna da direção e a gravidade das acusações foram fatores que permitiram ao partido da oposição, refundado como Partido Popular em 1989, depois de uma confusa transição da liderança de Fraga à eleição de José Maria Aznar como presidente do novo partido, apresentar-se como alternativa credível de governo.

Contra quase todo o prognóstico, os socialistas voltaram a ganhar as eleições em 1993, mas desta vez sem maioria absoluta, resultados que, perante a revelação incessante de novos escândalos, não puderam repetir em 1996 quando o Partido Popular, que fora crescendo na intenção do voto urbano, jovem e instruído, inverteu a relação entre os dois partidos e conseguiu formar governo de minoria com o apoio dos nacionalistas catalães e bascos. Os populares começaram a governar como se não tivessem mais do que um só propósito: corroer até destruir as possibilidades de uma breve recuperação dos seus adversários e pudessem ganhar nas próximas eleições. Sentindo-se a opinião pública enfasiada dos casos Filesa, Gal, da corrupção, Roldán e tudo o resto, o PP não deixava de trazê-los diariamente à colação, iniciando, além disso, uma guerra mediática destinada a liquidar os meios de comunicação que não lhe tinham sido favoráveis.

Esta errónea direção foi retificada a meio da legislatura quando o governo se sentiu mais firmemente assente e compreendeu que o único modo de consolidar o que já alcançara exigia uma deslocação para o centro. Os responsáveis das mais grosseiras manobras dirigidas para manter vivo o estado de crispação, o porta-voz e o primeiro vice-presidente, foram substituídos e no seu lugar apareceram caras menos carrancudas, mais suscetíveis de caçar votos no território do centro. E assim foi: com a recuperação económica, já iniciada desde 1994, em plena expansão e criação de emprego, o êxito no cumprimento dos critérios de convergência exigidos pelo Tratado de Maastrich, os pensionistas tranquilizados porque ninguém lhes «roubara» os seus direitos, as relações com os sindicatos numa surpreendente fase de bonança e uma política dirigida para tecer uma sólida rede de poder económico e mediático baseada na privatização completa de empresas públicas, não foi difícil ao PP conseguir a maioria absoluta nas seguintes eleições; também é verdade que com os socialistas fazendo todo o possível por garantir essa vitória: o processo desencadeado desde a demissão de Felipe González não poderia esclarecer-se até à demissão apresentada por Joaquín Almunia após a derrota eleitoral do ano 2000. Os pouco mais de 13 anos de governos socialistas serão, portanto, continuados por, pelo menos, oito anos de governo PP: um grau de estabilidade realmente insólito nos regimes liberais ou democráticos surgidos em Espanha durante os dois últimos séculos.

Estabilidade política que não impedira, pelo contrário, que a sociedade espanhola passasse por mudanças consideráveis durante o último quarto de século. Para começar pelo mais evidente: desde 1975 o número de nascimentos descera de forma substancial, de modo que as

taxas de reprodução não garantiam já o crescimento vegetativo da população; se cresce é pela contribuição da emigração, dos jovens que chegam em busca de trabalho - uma situação completamente nova - e dos filhos que aqui nascem. Esta descida está relacionada obviamente com a massiva entrada das mulheres no mercado de trabalho, mulheres ativas que procuram emprego ou que o encontram. O que, por sua vez, tem alguma relação com a estrutura da família, que se reduziu ao mesmo tempo que se multiplicaram o número de unipessoais e das monoparentais.

Com a democracia pode dar-se também por concluída a redistribuição da população como resultado dos grandes movimentos migratórios dos anos 60. A crise e conversão industrial e a ampliação do Estado do Bem-Estar dos anos 80 estabeleceram as famílias nos seus habitats tradicionais e detiveram o crescimento das grandes cidades. Os desequilíbrios regionais não se agudizaram e até em algumas regiões caracterizadas pelo seu incessante saldo migratório negativo se iniciara uma ligeira recuperação. As cidades de média grandeza aguentaram bem e foram as principais beneficiárias das reduzidas correntes migratórias e da persistente queda, ainda que logicamente menos pronunciada, da população agrária, até situar-se em 2002 em tão só 6,4% de toda a população ativa. Dir-se-ia que a transição ocupacional também concluiu com uma subida impressionante dos empregados em serviços, que chegou no mesmo ano aos 62% do total, mantendo-se o setor da construção em 11,8% e descendo a população dedicada à indústria, que estava agora em 19,2%.

Uma mudança desta magnitude nas estruturas básicas da sociedade teve a ver com uma mudança correlativa na

sua moral e costumes. A legalização do aborto, o consumo de contraceptivos, a autonomia e igualdade jurídica das mulheres, o seu acesso ao mercado liberal libertaram de ancestrais proibições as relações de género, com a legalização de uniões de facto independentemente do sexo dos interessados. Os valores religiosos que dominavam a moral política e privada foram substituídos num rapidíssimo processo por valores seculares, de maneira que a religião administrada em Espanha quase em regime de monopólio pela Igreja Católica, ocupante tradicional do espaço público, passou a ser um assunto da consciência de cada um, ainda que os bispos tenham lutado com êxito para assegurar uma importante rede de centros escolares e conseguido que na última Lei de Reforma Educativa o ministério cedesse a competência numa área de conhecimento incluída no currículo escolar. Quanto ao resto, as mudanças na estrutura ocupacional e no mercado laboral estabeleceram outra relação com o trabalho, a ênfase na industrialização dera lugar a uma economia de serviços, com empregos mais voláteis, sem a relação com o posto de trabalho própria do capitalismo corporativista do franquismo.

Todos estes processos tiveram lugar no meio de um trabalho persistente de busca e construção de identidades coletivas, que no âmbito cultural teve a sua expressão na célebre «movida» que encheu de vida noturna a maioria das cidades, e na presença das produções culturais no âmbito internacional multiplicada desde os anos 90. Por um lado, a abertura ao exterior, definitivamente consagrada com a participação plena nas instituições da União Europeia, induziu uma certa ânsia de modernidade, um interesse em mostrar aos outros que os espanhóis eram perfeitamente modernos, o que queria dizer que eram finalmente europeus. Por outro lado, a consolidação do Estado das

Autonomias, com o surgimento de elites com uma sólida base de poder nas suas respectivas Comunidades Autónomas, favoreceu uma viragem para o local e regional (ou nacional, se se trata das comunidades chamadas históricas), personificado no que se chamou pomposamente «recuperação dos sinais de identidade». As instituições culturais próprias de cada região e nacionalidade receberam substanciais apoios oficiais e as línguas catalã, galega e basca consolidaram-se e expandiram-se graças à ajuda dos seus respetivos governos autónomos. Fruto também do surgimento de elites de poder local e regional foi a multiplicação de universidades, museus, auditórios, televisões e outros equipamentos culturais.

Consolidou-se, assim, o que se poderia tomar como uma especificidade da cultura política espanhola daqueles anos: a sobreposição em muitos cidadãos de três identidades que coexistem ou se excluem. É, desde logo, cidadão da Europa, mas, além disso, é basco, catalão, galego, andaluz... e/ou espanhol em proporções distintas, segundo as nacionalidades ou regiões. Entre a identidade europeia e as étnico-locais abre-se uma gama de possibilidades que mostra claramente a persistência da questão nacional, aberta com a crise moral de finais do século XIX e que não está fechada no início do século XXI.

## **O Desafio Nacionalista**

Porque, com efeito, a legitimidade de que gozara o Estado Espanhol desde 1978, ratificada pelas sucessivas consultas eleitorais, a estabilidade do sistema de partidos sem partidos antissistema, o enraizamento das instituições autonómicas e, finalmente, a entrada na Europa,

confirmavam que, ao finalizar o século XX, a democracia espanhola estava consolidada. Esta estabilidade aguentou sem irreparáveis corrosões os períodos de incerteza provocados pela incessante atividade terrorista da ETA, pela sucessão de escândalos relacionados com a guerra suja, pela corrupção derivada do financiamento irregular dos partidos e pela rudeza que dominou as relações entre governo e oposição durante os anos 90. Nada disto bastou para reduzir o nível de legitimidade da democracia e do consenso geral em torno da vigência da Constituição de 1978.

Permanecia em aberto, no entanto, o que Jordi Pujol, presidente da Generalitat da Catalunha desde 1980, definia como encaixe dos factos diferenciais no Estado espanhol. A legitimidade e consolidação da democracia não foram acompanhadas de uma maior lealdade à Constituição por parte dos partidos nacionalistas que governaram ininterruptamente durante duas décadas nas suas respectivas Comunidades Autónomas ou tenha influído no governo do Estado graças aos pactos de legislatura com o Partido Socialista em 1993 e com o Partido Popular em 1996. Pelo contrário, numa Declaração conjunta, assinada em Barcelona em junho de 1998, o Partido Nacionalista Basco, o Bloco Nacionalista Galego e a convergência e União, lamentavam que ao cabo de 20 anos de democracia continuasse «sem se resolver a articulação do Estado espanhol como plurinacional», o que de acordo com um texto de trabalho anexo à Declaração só se podia entender como uma proposta de «superar o atual quadro e avançar na conformação institucional e política de um Estado plurinacional». Num debate de política geral, Jordi Pujol deu por esgotado o Estado autonómico e propôs a abertura de um novo processo constituinte.

Nesse mesmo verão de 1998, o PNV e a EA selaram em Lizarra um pacto secreto com a ETA pelo qual se comprometiam «a dar passos efetivos, com vista à criação de uma estrutura institucional e soberana, que contenha no seu seio a Araba, Bizkaia, Gipuzkoa, Lapurdi, Nafarroca e Zuberoa». Como resultado do Pacto, o PNV e a EA assinaram em setembro um acordo com Euskadi Herritarrok onde se propunha a territorialidade e a soberania como questões a resolver em negociações com os Estados espanhol e francês. A partir desse momento, o PNV empreendeu uma política soberanista que encontrou a sua expressão oficial na assembleia geral celebrada no ano 2000, que definia o Povo Basco como a comunidade natural que vive em Euskal Herria, um território de 20 885 quilómetros que vai desde Adour ao Ebro, do Agüera ao Ezka, de Baiona a Valdegobia, de Truzios a Ablitas e a Barkoxe. Pretendia-se com esta declaração que a comunidade natural alcançasse, pelo exercício de direito de autodeterminação, a plena soberania de maneira que se pudesse constituir num novo Estado dentro da União Europeia.

Enquanto o PNV colocava o seu novo estatuto de livre associação com o Estado Espanhol como primeiro passo de um processo de secessão, os nacionalistas galegos falavam de refundar o Estado sobre uma base confederal com o reconhecimento de quatro nações, galega, basca, catalã e espanhola, que acederiam depois a transferir certas competências para um Estado acabado de constituir. Na Catalunha, a proposta da reforma do Estatuto, centrada na definição da Catalunha como nação num Estado plurinacional, ganhou um forte estímulo após as eleições autonómicas celebradas em outubro de 2003, que deram lugar à formação de um governo tripartido presidido pelo

socialista Pasqual Maragall com a participação de Esquerra Republicana e Iniciativa pela Catalunha.

As exigências nacionalistas tropeçaram imediatamente com um Partido Popular reforçado pela maioria absoluta conseguida após o termo da sua primeira legislatura, em março de 2000, numa eleição em que pela primeira vez desde a transição o voto do centro direita, concentrado no PP, superou a soma dos votos à esquerda, divididos entre o PSOE e a IU. Apoiado numa forte rede de poder social, José Maria Aznar, pensou que chegara o momento de levar à prática o seu máximo programa que consistia, internamente, em afrontar uma «segunda transição» que reforçasse o poder do Estado central e encerrasse definitivamente o nível relativo às competências das autonomias enquanto empreendia uma batalha implacável contra o terrorismo de ETA, que rompera em janeiro de 2000 a trégua anunciada para facilitar o Pacto de Estella com o assassinato de um tenente-coronel do Exército a que se seguiram os de vários cargos eleitos dos partidos socialista e popular e de agentes da polícia e da Guarda Civil, num total de 23 assassinatos ao longo desse ano.

Contando com o apoio do PSOE, que acabara com a longa crise de direção – sofrida após a renúncia de Felipe González – com a eleição de José Luís Rodríguez Zapatero como secretário-geral, em junho de 2000, o governo respondeu à rutura da trégua por parte da ETA e à nova onda de atentados com todos os meios policiais, judiciais, políticos e internacionais para perseguir a organização terrorista e asfixiar os seus apoios sociais. Um Acordo pelas Liberdades e contra o Terrorismo, proposto pelo PSOE e aceite pelo governo, abriu o caminho para a aprovação, em junho de 2002 e com o voto favorável do PSOE, CiU e CC, de uma

nova Lei Orgânica de Partidos Políticos que permitia ilegalizar os partidos que dessem o seu apoio a organizações terroristas. Completando a sua política antiterrorista, o governo conseguiu que o Conselho Europeu aceitasse em dezembro de 2001 incluir a ETA na lista de organizações terroristas ativas na CE e aos seus mais destacados dirigentes nas listas dos Estados Unidos.

Apesar destes acordos contra o terrorismo, o clima de confrontação que dominou a relação entre o governo central e os nacionalistas estendeu-se a outros âmbitos da política interna como a reforma da lei de estrangeiros, que endurecia as condições de inserção de imigrantes, limitando os direitos dos «sem papéis»; as medidas de reforma do sistema de proteção por desemprego e melhoria da ocupação, recusadas por todos os sindicatos com a convocação da primeira greve geral desde 1994, e as novas leis que afetavam o conjunto do sistema educativo, que recuperavam a docência de religião, competência da Igreja católica e pontuável no curriculum. Por outro lado, a gestão do desastre ecológico provocado pelo navio cargueiro *Prestige*, que verteu no mar dezenas de toneladas de *fuel* e o escândalo em que se viram envolvidos altos cargos da Fazenda pela fraude da sociedade Gescartera manchou a imagem de eficiência e honestidade de que se rodeara o governo.

Com fatais consequências iria manifestar-se esse novo estilo na política externa após os atentados islamistas de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque e em Washington. Na sua tentativa de que Espanha deixasse para trás o seu estatuto de potência regional mediana para desempenhar um papel de vanguarda no mundo, Aznar alinhou sem qualquer reserva com os Estados Unidos à custa de outras

orientações de política externa, principalmente a europeia, com gratuitas ofensas a França e à Alemanha. O seu incondicional apoio ao presidente Bush e à sua doutrina de guerra preventiva, que serviu de fundamento para a declaração de guerra contra o Iraque, em março de 2003, com a acusação de ter armas de destruição massiva, foi uma decisão pessoal do presidente que provocou uma forte reação de repulsa na opinião pública. Quando em finais do ano, britânicos e norte-americanos tiveram de reconhecer que não tinham encontrado essas armas, o governo espanhol recusou a criação de uma comissão parlamentar como exigia a oposição. De facto, o governo nunca reconheceu a inexistência das armas que justificara a guerra contra o Iraque.

As consequências desta política tornaram-se evidentes quando, três dias antes da celebração das eleições, a 11 de março de 2004, o governo reagiu perante o maior atentado terrorista sofrido por Madrid em toda a sua história, com 191 mortos e mais de 1 000 feridos, negando-se a reconhecer a autoria islamista, vinculada à Al Qaeda e persistindo até ao último momento na sua atribuição à ETA. Uma maior participação eleitoral da que tinham prognosticado as sondagens, motivada pela impressão provocada pelo atentado e pelo protesto perante a gestão da crise, fez a balança inclinar a favor dos socialistas, que nas eleições de 14 de março obtiveram 11,02 milhões de votos e 164 deputados frente aos 9,76 milhões de votos e 148 lugares que conseguira o Partido Popular.

### **Da Euforia à Crise**

Os socialistas regressaram, assim, ao governo. Não eram os mesmos: José Luís Rodríguez Zapatero identificara-se como líder de uma nova geração disposta a renovar a direção do partido, pondo fim às lutas de fações que dividiram o PSOE durante a década anterior e superando os velhos referentes ideológicos ancorados na social-democracia do pós-guerra. O PSOE, segundo a equipa que com o nome de Nova Via rodeava Zapatero, tinha de se apresentar como «vanguarda da modernidade». O seu manifesto falava de uma nova política, baseada numa renovada dimensão do conceito de cidadania que implicava uma ampliação de direitos sociais e de liberdades públicas; um «socialismo dos cidadãos» que anunciava uma diferente ação de governo: como a grande arquitetura do Estado do Bem-Estar estava já solidamente construída e o crescimento económico parecia assegurado e Espanha se convertera num país de receção de emigrantes, era preciso passar a uma nova fase, de ampliação de direitos, que além disso era viável do ponto de vista fiscal, segundo dissera o novo presidente do Governo.

Dito e feito: no fim da sua primeira legislatura, o governo presidido por Zapatero podia apresentar um balanço impressionante na extensão legal das políticas sociais e na ampliação de direitos da cidadania. Quanto ao primeiro aspeto, a regularização de meio milhão de imigrantes ilegais; um notável incremento dos recursos em educação e habitação; o aumento do salário mínimo interprofissional e do valor das pensões; a ampliação da cobertura por desemprego; a Lei de atenção às pessoas em situação de dependência, apresentada como o quarto pilar do Estado do Bem-Estar; e a muito discutida lei que estabelecia uma dedução de 2 500 euros no IRPF – chamado cheque-bebé –

por cada nascido ou adotado, foram os principais avanços da nova via socialista. E no que se refere ao reconhecimento de direitos, a Lei contra a violência de género, a Lei que regula o matrimónio entre pessoas do mesmo sexo, a criação do estatuto do trabalhador autónomo, a Lei para a igualdade efetiva de mulheres e homens e a Lei de Memória Histórica que reconhece e amplia os direitos das vítimas da Guerra Civil e do Franquismo, foram algumas das iniciativas legislativas que mais debate suscitaram. A elas haveria que acrescentar a primeira lei antitabágica e a entrada em vigor da carta de condução por pontos (duas leis que reduziram notavelmente duas das principais causas de mortalidade em Espanha) e uma nova lei de educação que introduzia como matéria de ensino obrigatória a educação para a cidadania.

Junto a esta avalanche legislativa, o governo promoveu para as comunidades Autónomas a política anunciada na Declaração de Santillana de agosto de 2003 sob a defesa de «Espanha Plural», a «Espanha da diversidade, da rica, plural e complexa diversidade» que em termos práticos implicava a abertura de um processo de reforma dos Estatutos de Autonomia das Comunidades «onde um alto grau de consenso democrático a considere oportuna e conveniente», com a promessa de que o governo respeitaria o termo que cada Comunidade quisesse incorporar ao seu Estatuto como sinal de autoidentificação, fosse nação, nacionalidade ou região. Uma primeira prova para essa política de distensão com os nacionalismos foi a admissão a debate nas Cortes do novo estatuto, conhecido como plano Ibarretxe, aprovado pelo Parlamento de Euskadi a 30 de dezembro de 2004, graças a três votos cedidos ao PNV pela ilegalizada Batasuna. O plano consistia em transformar Euskadi numa espécie de estado livremente associado a

Espanha. Manifestamente anticonstitucional, o novo estatuto foi rejeitado pelo Congresso dos deputados por uma ampla maioria de 313 votos contra 29.

Esta rejeição não foi óbice para pôr em marcha o processo de revisão estatutária, começando pela Comunidade Valenciana que, pela Lei orgânica de 10 de abril de 2006, reformou o seu estatuto equiparando-o «ao mais alto nível» e identificando-se como «Nacionalidade Histórica pelas suas raízes históricas, pela sua personalidade diferenciada, pela sua língua e cultura e pelo seu Direito Civil Foral». Na Catalunha, a Proposta de Lei pela qual se estabelecia um novo Estado declarava a Catalunha como «uma nação» e estabelecia que as relações da Generalitat com o Estado se regiam pelos princípios de lealdade institucional mútua, de autonomia, de plurinacionalidade do Estado e de bilateralidade. O novo Estatuto, aprovado por uma maioria esmagadora do Parlamento Catalão, em setembro de 2005, sofreu grandes cortes quando passou pelo Congresso dos deputados em março do ano seguinte e, ratificado em julho por referendo com a abstenção de 50,5% do censo, foi anulado em alguns dos seus artigos e interpretado noutros pelo Tribunal Constitucional, numa tardia sentença de junho de 2010 que suscitou o que o processo da sua reforma pretendia evitar: um forte movimento a favor da independência de Catalunha. A Andaluzia, por seu lado, seguiu nesta ocasião os passos de Valência e, também com o voto dos socialistas e populares e além de se identificar como nacionalidade histórica, incluiu na reforma do seu Estatuto uma ampla lista de direitos, entre eles, a gratuidade dos livros escolares em todos os centros públicos de ensino obrigatório.

Todas estas mudanças na estrutura do Estado discorriam sobre a convicção de que Espanha entrara numa espiral de crescimento económico sustentado numa sólida base que permitia projetar um futuro de maior gasto público mantendo os *superavit* dos orçamentos gerais do Estado. Segundo o relatório da Fundação Alternativas, gerais do Estado. Segundo o relatório da Fundação Alternativas, 2008 eram excelentes, começando com taxas anuais de crescimento superiores a 3,5%, com um notável aumento dos postos de trabalho, que em 2007 chegava aos 20,45 milhões de ocupados e alcançava uma taxa de emprego de 66,53. A longa etapa de crescimento económico, que se iniciara em 1994, parecia ter posto fim à fatalidade dos ciclos graças ao clima de diálogo e de negociação que presidia as relações com os agentes sociais e aos baixos índices de conflitualidade social. Certamente, nos últimos meses da legislatura, com os primeiros aumentos do desemprego e com uma taxa de inflação de 4,2%, já se sentiam os primeiros sintomas de esgotamento de um modelo sustentado na desafortada expansão da construção imobiliária com mais de 700 000 casas por ano; na subida imparável do preço da habitação, que passou de 893 euros por metro quadrado no ano 2000 a 2085 euros em 2007; e no endividamento das famílias, próximo de 120% da receita disponível, animado pela abundância do crédito e das baixas taxas de juro das hipotecas. Mas o governo confiava na adoção das clássicas receitas de estímulo de oferta para controlar uma desaceleração que permitisse uma aterragem suave após vários anos de convergência com os países mais avançados da União Europeia.

É o que explica que o PSOE incluísse na sua oferta eleitoral de 2008 uma dedução a todos os contribuintes de 400 euros no pagamento do IRPF e a supressão do imposto

sobre o património, para além de prometer a criação de centenas de milhares de postos escolares e uma subida das pensões de 200 euros nos quatro anos de legislatura e outras medidas similares, convencido o governo da ampla margem de manobra de que gozava o Estado graças ao *superavit* com que se tinham fechado os anteriores exercícios. Contudo, ao rebentar a crise financeira com a queda do Lehman Brothers, em setembro de 2008, e confiado que o setor da construção entraria numa suave desaceleração, o governo recorreu às clássicas receitas keynesianas com uma política expansiva da despesa que gerou um galopante crescimento do défice público ao mesmo tempo que se derrubava abruptamente a atividade na construção, com a conseqüente queda dos ativos financeiros e o aumento da morosidade. O colapso da economia especulativa, combinado com as tentativas de política expansiva, acabara por gerar um elevado défice público e um imparável crescimento da dívida, que colocaram Espanha à beira da intervenção em maio de 2010. Ao mesmo tempo, o emprego passava pelo maior desastre da sua história, até ao ponto de em finais de 2011 trabalharem em Espanha cerca de dois milhões e meio de homens e meio milhão de mulheres menos do que no último trimestre de 2008: três milhões de postos de trabalho volatilizados em três anos, com um tremendo impacto nas contas da Segurança Social.

O governo teve, por fim, de reconhecer a profundidade da crise, adotando as medidas que exigia a União Europeia, o Banco Central e o Fundo Monetário Internacional. Um ano depois de anunciar um plano de ajuste com a subida de impostos, a redução de 5% nos salários dos funcionários, maiores facilidades para os despedimentos, congelação das pensões e supressão do cheque-bebé, o presidente

Zapatero renunciou em maio de 2011 a apresentar-se como candidato do seu partido às seguintes eleições gerais. Dois meses depois, e no meio de uma tempestade financeira que fez disparar o prémio de risco da dívida acima dos 400 pontos, convocadas eleições antecipadas, não sem antes proceder, cumprindo as exigências da União europeia e com o apoio do líder da oposição, Mariano Rajoy, a uma reforma urgente da Constituição com a introdução da limitação do défice. É significativo que, no meio da desmoralização geral provocada pelo andamento da economia e da política e a ineficácia das medidas adotadas para conter a grande recessão em que se transformara a crise, o anúncio por parte da ETA, um mês antes das eleições, do abandono definitivo das armas passasse sem suscitar qualquer entusiasmo.

O que a imprensa internacional qualificou como «fim de festa» em Espanha veio acompanhado de um profundo mal-estar social, motivado não só pela abrupta mudança nas políticas económicas como também pela imparável deterioração do mercado laboral, com o aumento do desemprego, que superou no verão de 2011 20% da população ativa; pela desigualdade social, com cerca de oito milhões de espanhóis a viver abaixo do limite da pobreza; pela liquidação de perspetivas de futuro para os jovens, principais vítimas da falta de empregos; e pelos escândalos de corrupção que afetavam desde a Casa do Rei aos sindicatos, passando pelos partidos políticos, promotores imobiliários, gestores das Caixas de Poupança e cúpula empresarial. À euforia dos primeiros anos do novo século seguiu-se a irritação e o protesto que teve a sua manifestação mais chamativa no movimento denominado 15-M, de 15 de maio, com acampamentos nas praças centrais das cidades, com particular relevo na ocupação da

Puerta del Sol, de Madrid, e manifestações contra o sistema de partidos aos que se lhes negava o seu papel de representantes da sociedade: «Não nos representam» e «Democracia real, já», foram as palavras de ordem mais repetidas durante os últimos meses de governo socialista.

Neste clima de insatisfação generalizada, os espanhóis foram chamados de novo às urnas a 20 de dezembro de 2011. O Partido Socialista, que recebeu 6,97 milhões de votos, sofreu nesse dia o maior desastre da sua história recente, passando de 169 a 110 deputados enquanto o Partido Popular, com a sua promessa de devolver a confiança aos mercados para sair da crise, alcançava a maioria absoluta com 10,83 milhões de votos e 186 deputados. Até este momento, conseguira-se evitar a intervenção na economia e a designação de um governo técnico ou de gestão política: a substituição de governo realizou-se de acordo com o normal funcionamento das instituições. Mas quando o ano de 2011 se aproxima do seu fim, o futuro imediato aparece fechado como uma laje de chumbo.

## **Como um epílogo**

Nas primeiras horas da manhã do dia 2 de junho de 2014, o presidente do Governo, Mariano Rajoy, anunciava aos espanhóis que o rei Juan Carlos I acabava de lhe comunicar a sua vontade de renunciar ao trono e de abrir o processo sucessório. Com esta decisão, o Rei punha termo a um processo de profunda e rápida deterioração da confiança que os espanhóis depositaram na sua pessoa e na instituição que personificava, de maneira consistente e sem fraquejar, desde os anos de transição para a democracia. A instituição mais valorizada, a que merecia mais confiança e não criava nenhum problema aos espanhóis precipitara-se de uma avaliação de 7,5 em 10, habitual até 2008, num buraco que, em 2013, mal superava os três pontos, o que indicava uma reprovação inapelável.

Que razões havia para esta queda? O rei Juan Carlos I, que herdara o poder de um ditador, conquistou para a monarquia a legitimidade porque no exercício da sua função institucional fez o que do Chefe do Estado esperavam todas as forças democráticas da oposição à ditadura: a convocação de eleições gerais que fossem o início de um processo constituinte. O Rei e o governo por ele nomeado levaram a cabo a parte substancial do programa da oposição, o que explica a especial vinculação que a legitimação da monarquia teve com a pessoa do Rei ou, mais exatamente, com as decisões tomadas pelo Rei e seu

governo para retirar todos os obstáculos à transição da ditadura para a democracia. É um lugar-comum dizer que a maioria dos cidadãos espanhóis, sem ser nem sentir-se monárquica, foi «juancarlista».

Mas, por idêntica razão, uma vez a democracia consolidada, bastaria que a maioria destes cidadãos deixasse de ser ou sentir-se «juancarlista» para que a confiança na monarquia se passasse, sem solução de continuidade, ao desafeto e ao distanciamento. E isso era o que se vinha a presenciar desde o início da crise económica e institucional num processo inverso, mas igualmente rápido, ao que acontecera na década de 70: se nessa altura as decisões do Rei dotaram de legitimidade a monarquia, agora fora a conduta do Rei e de algumas pessoas da sua Casa - a caçada em Botsuana, o «caso Urdangarín» - que retiraram, até limites que poderiam chegar a ser insuportáveis, a confiança à Coroa. E se, nessa altura, a legitimidade outorgada à Coroa, graças ao exercício da sua função pelo Rei, consolidou a instituição monárquica, não seria surpreendente que a perda dessa confiança no Rei e na sua Casa acabasse por infligir um duro golpe à própria monarquia.

Tomar nota deste processo e sugerir que talvez tivesse chegado a hora de preparar a desvinculação da pessoa com a instituição é a mesma coisa. Longe ficavam os tempos da origem divina do poder real e ninguém acredita hoje na mãe natureza como norma de conduta: nada é divino e nada é natural. A monarquia realmente existente está aqui por uma convenção selada há 40 anos. Ao olhar um pouco mais além, o Rei compreenderia que os benefícios para a instituição, assim como para a democracia, se derivariam da transmissão em vida da Coroa. O mais notório, o que

pode ser o princípio de uma recuperação de confiança se sob o novo titular da monarquia se empreende a fundo a tarefa da sua própria reforma interna, consistia em desvincular a instituição da sua própria pessoa.

É o que parece ter compreendido o Rei assim como a sua Casa ao decidir, com a sua abdicação, pôr termo ao melhor e mais frutífero período da monarquia constitucional em Espanha. O primeiro monarca da dinastia de Bourbon que jurou seguir pelo caminho constitucional, Fernando VII, tornou-se rapidamente um rei perjuro. A sua filha acabou os seus dias no trono quando ainda não tinha 40 anos, expulsa pelos seus próprios partidários. O neto de Isabel, Afonso XIII, abandonou Espanha num dia de abril quando o povo saiu à rua para proclamar a República como resultado das eleições municipais. A duração do reinado de Juan Carlos I quebrou essa espécie de malefício que gravitava sobre a monarquia espanhola: depois de 39 anos de reinado, o Rei abdica por decisão própria e o seu filho Filipe é proclamado rei após pronunciar nas Cortes o juramento previsto na Constituição.

Desta maneira, a renovação de que tão necessitadas estão as instituições políticas espanholas começa pela mais alta magistratura do Estado. Se a decisão anunciada pelo governo a 2 de junho de 2014 desperta a alma adormecida dos dois grandes partidos políticos, que se alternaram no governo do Estado, e os leva a promover e a criar consensos com outras forças políticas as reformas necessárias neste tempo de crise, então a abdicação de D. Juan Carlos I terá sido o último ato de um longo e fecundo serviço, não já à Coroa, mas à democracia que é, ao fim e ao cabo, o que mais importa.

# Cronologia

**Paleolítico inferior arcaico** - Primeiros vestígios de indústria lítica. Venta Micena. Cueva Victoria. Cortijo de D. Alfonso. Achelense Antigo. El Espinar, Oinar del Canto, El Aculadero, La Mesa, Puig D'En Roca, Avellaners.

**Paleolítico inferior clásico** - Achelense Antigo e Médio. Transfensa, Pinedo.

Achelense Superior. Atapuerca. Gandaras de Budiño. Arriaga. Achelense Final. El Castillo, Solana de Zamborino.

**Paleolítico Médio** - Musteriano. Morín. El Pendo, El Castillo, Leztxiki, Cueva Millán, La Hermita, Peña Miel, Los Casares, Arbreda, El Ermitons, Cova Negra, Carigüela de Piñar, Cueva Hora, Gorham's Cave.

**Paleolítico Superior** - Aurinhacence-Perigordense. Morín, Cueto de la Mina.

Solutrense. Hornos de la Peña. Chaves, Gruta Caldeirão, Parpalló, Cueva de Ambrosio, Mallaetes, Altamira, La Riera, Las Caldas. Neotirreniano. Ekain, Tito Bustillo, El Juyo, El Caballón, Valdepino, Volcán del Faro, Parpalló, Mallaetes.

**Epipaleolítico** - Azilense-Epigravetense. El Valle, El Piélago, San Gregori, Mallaetes.

**Calcolítico (c. 2 500 a.C. - c. 1 500 a.C.)** - Protourbanismo. Megalitismo. Vaso campaniforme. Millares I e II.

Cueva Santiago, Chica de Cazalla, Nerja, Lapa do Fumo, Cueva del Nacimiento de Pontones (Jaén), Poblado de El Prado, Cueva de los Tiestos (Jumilla), Castillejo de Montefrío (Granada), Ereta del Pedregal (Navarrés, Valência).

Cultura Talayótica de Baleares. Son Torrella (Maiorca). Aparecimento do cobre.

Cultura Campaniforme (cordado, marítimo, continental). Palmela, Ciempozuelos e Salamó.

**Idade do Bronze (c. 1 800 a.C. - c. 900 a.C.)** - Campaniforme tardio. Horizonte Calcolítico evoluído.

El Argur. Povoações a alturas naturais. Metalurgia de fundição. Carro da Virgem de Orce, Cerro de la Encina Monachit, Castillejo de Montefrío, Cuesta del Negro, Fuente álamo, Serra Grossa, Terlinques, Pic dels Corbs, Cueva de Mas D'Abad, Torreló, Cova del Frare, Cueva del Toll, Castillo de Frías, Mesa de Setefilla, Berrueco, Tolmos de Caracena, Cueva de la Vaquera, Cueva de los Husos, Cueva de Gobaederra.

Bonze final. Campos de Urnas da Catalunha. Fundação de Gadir fontes literárias. Tartéssico proto-orientalizante.

**Colonização fenícia (c. 850 - s. VI a.C.)** - Fundação de Malaka. Cerâmica de produção tória. Fundação de Mainake. Castillo de Doña Blanca (Cádiz).

Instalação fenícia na Península Ibérica.

Morro de Mezquitilla, Chorreras, necrópole de Trayamar, Toscanos, Guadalhorce.

**Colonização grega (s. VIII-s. IV)** - Período pré-colonial. Testemunhos gregos mais antigos a Sul e a Sudeste em jazidas arqueológicas fenícias. Fragmento cratera ática. Viagem de Colaios de Samos. Pentes de marfim de Samos. Capacete coríntio de bronze. Cerâmicas da Grécia e de Marselha. Huelva, Carmona, Ossuna, Guadalete, Castellón, Mércia.

Período colonial. Fundação de Palaiapolis (cidade velha) de Ampurias. Início da Neapolis (cidade nova). Fundações de Rodes. Ampurias cunha pequenos divisores com a marca EM. Ampurias cunha dracmas de prata.

Tartesso (s. X-XI - c. 550 a. C.).

**Colonização cartaginesa (650 - 241 a. C.) Ferro e mundo ibérico (c. 700 - 225 a. C.)** - Fundação de Ebusus. Fundação de Sexi. Fundação de Baria-Villaricos.

Ibiza, Almuñecar, Almería.

Castros lusitanos. Fenómeno proto-ibérico. Pleno desenvolvimento do fenómeno proto-ibérico. Início das culturas iberas propriamente ditas. Aparecimento do ferro. Início da escrita tartéssica.

Cronologia das estelas de SO. Primeiras moedas da Catalunha. Ibérico antigo. Castros lusitanos. Fundação de cidades. Cultura castreja. Ibero-turdetano. Celtibérico.

Ibérico pleno. Cronologia de recintos fortificados Bética (Turris Hannibalis). Instrumentos de ferro, vários setores de produção. Rodes cunha dracmas. Fundação de cidades. Ampurias cunha dracmas. Diodoro menciona um rei dos orisos.

## **HISPÂNIA ROMANA**

**237 a. C.** - Desembarque de Amílcar Barca em Gades. Início da conquista púnica da Península Ibérica.

**229-228** - Morte de Amílcar. Sucede-lhe Asdrúbal. Fundação de Cartago Nova.

**226** - Tratado do Ebro.

**221** - Morte de Asdrúbal. Sucede-lhe o filho de Amílcar, Anibal.

**219** - Marcha de Aníbal contra Segunto. Cerco da cidade.

**218** - Queda de Segunto. Segunda Guerra Púnica. Desembarque de Cneu Cipião em Ampurias. Lutas contra os ilergetas, chefiados por Indíbil.

**217** - Nova sublevação ilergeta. Chegada a Hispânia de Públio Cornélio Cipião.

**215** - Batalha junto à cidade de Ibera. Os romanos franqueiam o Ebro e alcançam o alto Guadalquivir.

**213-212** - Reconquista de Segunto.

**210** - Desembarque de Públio Cornélio Cipião.

**209** - Conquista de Cartago Nova.

**208** - Batalha de Baecula.

**207** - Batalha de Ilipa. Fundação de Itálica.

**206** - Entrega de Gades. Expulsão dos cartagineses da Península Ibérica.

**205** - Rebelião das tribos a norte do Ebro, chefiadas por Indíbil e Mandónio.

**195** - Envio a Hispânia do cônsul M. Pórcio Catão com forças consideráveis.

**194** - Grupos de lusitanos aliados com vetões invadem a Ulterior.

**192** - Campanha na Oretana. Ataque a Toletum.

**191** - Operações de Emílio na Batestânia.

**190** - Derrota romana junto a Lycon. Campanha no baixo Guadalquivir contra os lusitanos e contra as cidades rebeldes da zona. Castigo de Hasta.

**188-187** - Confrontos com os celtiberos na região de Calagurris. Vitória sobre os lusitanos e cerco a Hastia.

**182-181** - Operações nas Celtiberia oriental contra os lusitanos e na Carpetânia até à região de Toledo. Expedição contra a Celtibéria Ulterior.

**180-179** - Campanhas contra a Celtibéria. Batalhas de Completa e Mons Chaunus (Moncayo). Fundação de Grachurris e Iliturgi.

**171** - Fundação por L. Canuleyo, pretor da Ulterior, da colónia latina de Carteia (El Rocardillo, Algeciras), a primeira fora de Itália. Embaixada hispana ao Senado para fazer ouvir as suas queixas sobre a gestão dos governadores provinciais.

**170** - Tentativa de rebelião dos celtiberos chefiados por Olónico.

**169-168** - M. Cláudio Marcelo nomeado pretor único para as províncias hispanas. Conquista de Marcolica. Fundação de Corduba.

**163-162** - Campanhas contra os lusitanos.

**155** - O chefe lusitano Púnico vende o pretor M. Manlio.

**154** - Nova vitória de Púnico sobre o pretor Calpúrnio Pisão. Morte de Púnico que é substituído na chefia lusitana por César.

**153** - Vitória de César e invasão por grupos de lusitanos da Ulterior. Os lusitanos são vencidos por Mummio em Okile. O incidente de Segeda provoca a guerra contra os celtiberos, chefiados por Caros. Fúlvio destrói Segeda e os

celtiberos refugiam-se em Numância. Grave derrota de Fúlvio no rio Valdano. Contra-ataque romano no qual Caros perde a vida. Ambão e Leucão, novos chefes dos Celtiberos. Fúlvio cerca Numância.

**152** - As cidades de Ocilis e de Nertóbriga entregam-se a Marcelo. Conversações de paz com os celtiberos. Campanha contra os lusitanos e tomada de Oxthraeae. Assina-se a paz com os celtiberos.

**151** - Campanha de Luculo contra os vaceus.

**150** - Luculo e Galba unem as suas forças contra os lusitanos. Matança de lusitanos atraídos pelo cônsul com o pretexto de distribuir terras de cultivo.

**147** - O chefe lusitano Viriato vence o pretor Vetilio que perece no combate.

**146** - Novas vitórias de Viriato sobre o questor Plautio na Carpetânia.

**144** - Viriato consegue incitar à revolta dos celtiberos.

**143-141** - As vitórias de Viriato obrigam Serviliano a aceitar a paz oferecida pelo lusitano. Metelo empreende campanhas na Celtibéria Citerior e na região vaceia. Q. Pompeu fracassa perante Numância e Termância.

**140** - Segundo ataque de Pompeu contra Numância que, após fracassar, o leva a assinar a paz com os celtiberos.

**139** - Três membros do conselho de Viriato, em conivência com Cipião, assassinam o chefe lusitano. Na Citerior, M. Popílio Lenas quebra a paz e fracassa contra Numância.

**138-137** - Campanha de D. Júnio Bruto na Galécia. O cônsul C. Hostílio Mancino é obrigado a capitular pelos numantinos.

**137** - Roma envia o cônsul M. Emílio Lépidio que, sem se atrever a atacar Numância, empreende expedições contra os vaceus.

- 135** - Campanha de Calpúrnio Pisão contra os vaceus.
- 134** - P. Cornélio Cipião Emiliano, eleito cônsul pela segunda vez, encarrega-se da guerra contra Numância.
- 133** - Cerco e queda de Numância.
- 123-122** - O cônsul Q. Cecílio Metelo conquista as Baleares.
- 114** - C. Mário, pretor da Ulterior, combate os lusitanos.
- 113** - M. Júnio Silano, pretor da Ulterior, combate os lusitanos.
- 112** - L. Calpúrnio Pisão, pretor da Ulterior, é derrotado e morto pelos lusitanos.
- 109** - Servílio Cipião, pretor da Ulterior, combate os lusitanos e obtém o triunfo.
- 106** - O procônsul P. Licínio Craso, na Ulterior, conduz campanhas contra os lusitanos que se prolongam durante três anos.
- 104** - Grupos de cimbros invadem a Citerior e são repelidos pelos celtiberos.
- 101** - O procônsul P. Cornélio Dolabela consegue o triunfo na luta contra os lusitanos.
- 99** - O pretor da Citerior, C. Célio Caldo, combate os celtiberos. Guerras contra os lusitanos.
- 98-94** - O cônsul T. Dídio é enviado à Citerior para lutar contra os celtiberos numa série de campanhas que se prolongam durante cinco anos. Atividade bélica de P. Craso na Ulterior entre 96 e 94.
- 93** - O cônsul C. Valério Flaco conduz uma última campanha contra os celtiberos. Sentença de Valério sobre direitos de propriedade, conhecida como bronze de Botorrita.
- 89** - Decreto de Cn. Pompeu Estrabão no qual se concede a cidadania romana a um esquadrão de cavalaria hispano, a turma Salvitana.

**83** - Chegada de Sertório a Hispânia.

**82-81** - C. Annio Fusco, propretor da Citerior, derrota o lugar-tenente de Sertório M. Lívio Salinator. Sertório abandona a Península.

**80** - Sertório desembarca em Baelo e, aliado com os lusitanos, vence o propretor da Ulterior L. Fufídio.

**79** - Q. Cecílio Metelo Pio, enviado como procônsul à Ulterior, inicia a luta contra Sertório na Lusitânia. Fundação de Metellinum (Medellín). Sertório torna-se senhor da Citerior. Unem-se-lhe as tropas de M. Perpenna. Medidas políticas de Sertório na Citerior.

**76** - Cneu Pompeu, enviado como procônsul a Citerior. Sertório conquista Lauro. Na Lusitânia, Metelo vence Hirtuleio.

**75** - Pompeu conquista Valentia. Batalha de Sucro. Conjunção dos exércitos de Pompeu e de Metelo. Sertório retira-se para Celtibéria. Fundação de Pompaelo.

**74** - Campanha de Pompeu e Metelo no vale do Douro e na Celtibéria, respetivamente.

**73-72** - Continuação das campanhas de Pompeu e Metelo na Celtibéria. Derrota de Perpenna. Sertório é assassinado em Osca. Pompeu liquida o que resta dos sertorianos na Celtibéria.

**61** - Propetura de César na Ulterior. Campanha contra os lusitanos.

**55-49** - Pompeu recebe na conferência de Lucca as duas províncias de Hispânia, que administra através dos seus legados, Afrânio, Petreio e Varrão.

**49** - Início da guerra civil. Chegada de César e campanha de Ilerda.

**48** - Atentado contra Cásio em Córdoba. Motim das legiões da Ulterior.

**47** - Cneu, filho de Pompeu, conquista as Baleares. O exército da Ulterior pronuncia-se por Cneu Pompeu.

**46** - Cneu Pompeu desembarca em Hispânia.

**45** - Chegada de César. Guerra na Ulterior. Batalha de Munda. Luta contra Sexto Pompeu.

**42** - Lépido recebe como triúviro o governo das províncias de Hispânia.

**41** - Na nova distribuição do Império, Hispânia corresponde a Octávio.

**29** - Campanha do legado Estatílio Tauro contra os cântabros.

**27** - Sessão do senado onde Augusto se reserva a Lusitânia, de recente criação, e a Tarraconense, permanecendo a Bética sob controlo senatorial.

**26-25** - Augusto em Hispânia. Campanha de Augusto contra os cântabros. Fundação de Emérita Augusta.

**22** - Nova guerra contra os cântabros e ástures, combatidos, respetivamente, por C. Fúrnio e Carísio.

**19** - Última campanha contra os cântabros, que são vencidos por Agripa. Submissão definitiva de Hispânia.

**15** - Augusto em Hispânia.

**58 d. C.** - Sublevação dos ástures.

**68** - Sublevação do governador da Tarraconense, Sulpício Galba.

**70** - Vespasiano concede Hispânia o *ius Latii*. Evacuação das legiões de guarnição em Hispânia.

**122** - Adriano visita Hispânia.

**171** - Incursões de Mauri na Bética.

**177-178** - Revoltas na Lusitânia.

**187** - Rebelião de Materno.

**260** - Invasão dos francos.

**284** - Nova divisão administrativa de Hispânia em seis províncias.

**297** - Intervenção de Maximiano contra os francos.

**409** - Invasão de suevos, vândalos e alanos. Fim da Hispânia romana.

## **ESPANHA VISIGODA**

**415** - Ataulfo, casado com Gala Placídia, ocupa Barcelona.

**418** - Valia subscreve um foedus com Roma e os godos passam ao serviço do Império.

**451** - Teodorico renova o foedus e combate Átila nos Campos Cataláunicos.

**454** - Com a morte de Aécio, os visigodos procedem com independência de Roma. Os suevos criam um reino na Galiza.

**475-477** - Promulgação do Código de Eurico.

**476** - Desaparece o Império Romano do Ocidente.

**506** - Aprovação por uma assembleia de bispos do Breviário de Alarico.

**507** - Derrota dos visigodos ante os francos na batalha de Vouillé. Os visigodos consolidam-se na Península.

**526-549** - Amalarico, Têudis e Teudíselo, protetorado ostrogodo.

**549** - Guerra Agila-Atanagildo. Ocupação da Bética pelos bizantinos.

**574-581** - Unificação da Península Ibérica por Leovigildo.

**580** - Leovigildo promulga um código comum para hispanos e germanos.

**582** - Sublevação de Hermenegildo, convertido ao catolicismo.

**585** - Leovigildo derrota Mirão e ocupa o reino suevo.

**589** - Os visigodos aceitam, com Recaredo, o catolicismo no III concílio de Toledo.

**621-631** - Suintila. Expulsão dos bizantinos.

**624** - Isidoro de Sevilha, autor das Etimologias.

**633** - O IV Concílio de Toledo dita as normas sobre a sucessão ao trono.

**636** - O V Concílio declara hereditários os bens recebidos do monarca.

**638** - O VI Concílio toledano adota medidas contra os judeus.

**646** - Chindasvinto, confiscação de bens dos sublevados contra o rei.

**653-672** - Tesouro de Guarrazar. Coroa votiva de Recesvinto.

**654** - Promulgação do Liber Iudiciorum, o Foro Jurídico da Idade Média.

**672-680** - Vamba tenta reduzir os excessivos poderes de clérigos e nobres.

**673** - Rebelião do conde Paulo na Setimânia.

**680-711** - Divisão da nobreza a partir da deposição de Vamba.

**694** - Égica. Perseguição dos judeus.

**710** - Guerra civil entre os partidários de Vitiza e de D. Rodrigo.

**711** - Invasão muçulmana e derrota em Guadalete.

## **IDADE MÉDIA**

**722-732** - Trava-se em Covadonga e Poitiers o avanço muçulmano.

**739-741** - Confrontos entre árabes e berberes norte-africanos.

**750** - Primeiros avanços ástures sob o comando de Afonso I. Primeiro desembarque dos vikings em al-Andaluz.

**756** - O omíada Abderramão I proclama-se emir de al-Andaluz.

**784** - O Concílio toledano aceita as teorias adocionistas.

**785** - Abderramão I inicia a construção da mesquita de Córdoba.

**788-796** - Os emires aceitam a interpretação malequi do islão.

**797** - Iniciam-se as sublevações dos muladies da fronteira.

**805-818** - Sublevações no Arrabal de Córdoba.

**848** - Ocupação de Maiorca e de Minorca pelos emires de Córdoba.

**850** - Protesto e sublevação dos moçárabes cordoveses.

**859** - Ordonho I derrota o muladie Musa em Abelda, lugar próximo de Clavijo.

**877** - Vifredo, o Veloso, age com independência dos reis carolíngios.

**882-928** - Sublevação do muladie Umar ibn Hafsun e dos seus filhos em Bobastro.

**905** - A dinastia Jimeno, com o apoio de Leão, toma o poder em Pamplona.

**920** - Vitória do emir sobre os leoneses e castelhanos em Valdejunquera.

**929** - Abderramão declara-se califa.

**936-945** - O califa Abderramão III constrói a Medina Al-Zahara.

**939** - Vitória cristã sobre o califa de Simancas.

**950** - Fernán González age com independência dos reis de Leão.

**961-976** - Al-Hakan II reúne em Córdova uma grande biblioteca.

**978** - Almançor toma o poder em Córdova.

**1008** - Iniciam-se os confrontos entre árabes, berberes e eslavos.

**1025** - Concede-se a carta de povoação a Barcelona.

**1029** - Morre o conde Garcia e Castela entre na órbita de Navarra.

**1031** - Desaparece o califado cordovês; criam-se os reinos de taifas.

**1035** - Sancho, *o Maior*, cria os reinos de Castela e de Aragão.

**1037** - Fernando I anexa Leão depois de vencer Vermudo III.

**1064** - Um exército cruzado ocupa a praça-forte de Barbastro.

**1065** - Fernando I divide os seus domínios entre os seus filhos.

**1070** - Criação do Império Almorávida por Yusuf ibn Taxfin.

**1073** - Gregório VII exige a supressão do rito moçárabe.

**1076** - União de Navarra e Aragão na pessoa de Sancho Ramírez de Aragão.

**1085** - Ocupação de Toledo por Afonso VI de Leão e Castela.

- 1086** - Entrada na Península Ibérica dos almorávidas.
- 1090** - Abd Allah, rei de Granada, é deposto pelos almorávidas.
- 1092-1099** - Rodrigo Díaz de Vivar, El Cid, ocupa Valência.
- 1095** - Morre, desterrado no Norte de África, o rei de Sevilha, al-Mu'tamid.
- 1100** - Séculos XI e XII. Repovoação dos conselhos do Vale do Douro.
- 1108** - O infante Sancho de Castela morre em combate frente aos almorávidas.
- 1110** - Os almorávidas ocupam o reino de Saragoça.
- 1112** - Ramón Berenguer III intervém na política interpirenaica.
- 1121** - Sublevação dos muçulmanos hispanos contra os almorávidas.
- 1125** - Afonso realiza expedições militares a Andaluzia.
- 1127** - Assina-se a paz entre o rei de Navarra e Afonso VII de Castela.
- 1128** - Cria-se a Ordem do Hospital.
- 1129** - Teresa e Afonso Henriques avançam com a independência em Portugal.
- 1134** - Afonso, *o Batalhador*, deixa os seus reinos às ordens militares.
- 1135** - Começa a organizar-se no Norte de África o Império Almóada.
- 1136** - O reino de Aragão e o condado de Barcelona unem-se.
- 1147** - Cruzados ingleses colaboram na ocupação de Lisboa.

**1148-1149** - O conde de Barcelona e o reino de Aragão ocupam Tortosa e Lleida. Século XII.

**1158** - Os reis de Castela e de Leão acordam repartir Portugal.

**1163-1184** - O califa Almóada Abu Ya'qub unifica al-Andaluz.

**1165-1168** - Geraldo Sem Pavor ocupa as praças de Évora, Trujillo e Cáceres.

**1170** - Cria-se a Ordem Militar de Santiago.

**1179** - Afonso Henriques submete o reino de Portugal à Santa Sé.

**1188** - Celebração em Leão das que se consideram as primeiras Cortes na Europa.

**1194** - Derrota de Afonso VIII frente aos almóadas em Alarcos. Século XII (finais).

**1202** - Os almóadas ocupam as ilhas Baleares.

**1212** - Vitória cristã de Las Navas de Tolosa. Criação do Estudo ou Universidade de Palência.

**1213** - Derrota de Pedro, *o Católico*, em Muret, frente a Simão de Montfort.

**1218-1254** - Criação da Universidade de Salamanca.

**1229-1238** - Jaime I ocupa Maiorca e o reino de Valência.

**1230** - Castela e Leão unem-se a Fernando III. Concessão da Carta de Franqueza a Maiorca.

**1231** - Pacto de filiação entre Jaime I de Aragão e Sancho VII de Navarra.

**1234** - Os navarros aceitam como rei Teobaldo I de Champagne.

**1236-1248** - Fernando III ocupa Córdoba e Sevilha.

**1240** - Aprovação dos Furs de Valência.

**1244** - Assina-se o tratado de Almizra entre Aragão e Castela.

**1248** - Os bispos portugueses depõem Sancho II e elegem Afonso III.

**1250** - Privilégio de Jaime I a Barcelona.

**1253-1254** - Celebração de Cortes em Lisboa, Leiria e Coimbra.

**1255** - Redação do Foro Real.

**1255-1260** - Os juristas do círculo de Afonso X redigem o Espéculo.

**1256-1275** - Pisa oferece o trono imperial a Afonso X.

**1258** - Aprovam-se as Ordenanças da Ribera de Barcelona. Assina-se o tratado de Corbeil entre Jaime I e Luís IX de França.

**1262-1282** - Casamento de Pedro, o Grande, com a herdeira da Sicília.

**1273** - Afonso X reúne as mestas (corporações profissionais) locais no Conselho da Mesta.

**1274** - Filipe III de França casa o seu filho com a herdeira de Navarra.

**1283** - Criação do Consulado de Mar em Valência.

**1285** - Ocupação do reino de Maiorca por Pedro, *o Grande*.

**1293** - Sancho IV convoca Cortes separadas para leoneses e castelhanos.

**1295** - Assinatura do tratado de Anagni entre Roma e Aragão. Criação de Irmandades em Castela.

**1304** - Devido ao tratado de Alcalá, Aragão ocupa Alicante, Elche e Oeihuela.

**1311** - Os almogávares criam os ducados de Atenas e Neopatria.

**1315** - Criação do *Consell del Sindicat de Fora de Mallorca*.

**1319** - Expedição dos tutores de Afonso XI contra Granada.

**1324** - Ocupação da Sardenha por Jaime II de Aragão.

**1325** - Maioria de idade de Afonso XI de Castela.

**1336** - Privilégios na Flandres aos marinheiros castelhanos.

**1343-1349** - Incorporação de Maiorca na Catalunha.

**1347** - Revolta dos unionistas aragoneses e valencianos.

**1348** - A peste negra dizima a população europeia.

**1351** - Ordena-se a confeção do Livro o *Becerro de las Behetrías*.

**1353** - Sublevação nobiliária contra Pedro I de Castela.

**1356** - Inicia-se a guerra dos Dois Pedros.

**1362-1363** - Pedro, o *Cerimonioso*, convoca Cortes Gerais em Monzón.

**1364** - Carlos II de Navarra é derrotado em Cocherel por França.

**1365** - Organização do Tribunal de Contas de Navarra.

**1369** - Entronização dos Trastâmara em Castela.

**1373** - Tratado de Briones entre Navarra e Castela.

**1385** - Vitória portuguesa sobre Castela em Aljubarrota.

**1391** - Assalto dos bairros judeus das cidades hispanas.

**1396-1397** - Julgamento dos conselheiros de João I de Aragão.

**1405** - Quebra das finanças do reino de Maiorca.

**1410** - Morre, sem descendentes legítimos diretos, Martim, o Humano.

**1412** - Os compromissários de Caspe elegem Fernando de Antequera.

**1413** - As Cortes de Barcelona aprovam medidas anti camponesas.

**1430** - Tréguas de Majano entre Aragão e Castela.

**1435** - Afonso, o Magnânimo, é feito prisioneiro em Ponza.

**1438-1441** - Guerra civil em Portugal.

**1445** - Derrota dos infantes de Aragão em Olmedo.

**1450-1451** - Confronto entre cidadãos e forasteiros em Maiorca.

**1451** - Legalização e reconhecimento da Busca barcelonesa.

**1461-1472** - Guerra civil catalã.

**1465** - Henrique IV deposto em Ávila.

**1467-1469** - Revolta dos irmandinhos.

**1468** - Morre o príncipe-rei Afonso XII de Castela.

**1469** - Casamento de Isabel de Castela e de Fernando de Aragão.

**1473** - Ataques aos bairros judeus castelhanos.

**1474** - Isabel e Fernando reis de Castela.

## **IDADE MODERNA**

**1475** - Guerra civil em Castela.

**1476** - Batalha de Toro. Cortes de Madrigal.

**1479** - Morte de João II de Aragão; sucede-lhe Fernando, o Católico. Tratado de Alcáçovas.

**1480** - Estabelecimento do Tribunal da Santa Inquisição em Castela. Criação do Conselho de Castela.

**1482** - Início da guerra de Granada.

**1492** - Conquista de Granada.

**1492** - Capitulações de Santa Fé. Primeira viagem de Colombo.

**1493** - Segunda viagem de Colombo.

**1494** - Começo das Guerras de Itália. Tratado de Tordesilhas.

**1496** - Tomada de Nápoles por Gonzalo de Córdoba.

**1498** - Terceira viagem de Colombo.

**1502** - Quarta viagem de Colombo.

**1503** - Batalhas de Ceriñola e Garellano.

**1504** - Morre Isabel I.

**1505** - Cortes de Toro; regência de Fernando, o Católico.

**1506** - Morte de Filipe, o Formoso. Regência de Fernando, o *Católico* e Cisneiros.

**1509** - Conquista de Orão.

**1511** - Liga Santa (Espanha, Papado, Veneza, Áustria e Inglaterra) contra França.

**1515** - Cortes de Burgos e anexação de Navarra a Castela.

**1516** - Morte de Fernando, o *Católico*. Regência de Cisneiros.

**1517** - Carlos I, rei. Morte do Cardeal Cisneiros.

**1518** - Margarida de Áustria, governadora dos Países Baixos; Gattinara, Grande Chanceler.

**1519** - Carlos V, imperador da Alemanha.

**1521** - Conquista do México. Primeira guerra franco-hispana do reinado de Carlos I.

**1524** - Criação do Conselho das Índias.

**1525** - Batalha de Pavía: prisão de Francisco I.

**1526** - Tratado de Madrid: Carlos V anexa Milão e Borgonha.

- 1527** - Paz de Cambrai. Fim da segunda guerra franco-hispana.
- 1528** - Carlos V coroado imperador em Bolonha.
- 1531** - Maria de Hungria, governadora dos Países Baixos.
- 1533** - Conquista do Peru.
- 1534** - Criação do Vice-Reinado de Nova Espanha.
- 1535** - Expedição à Tunísia.
- 1536** - Terceira guerra franco-hispana.
- 1538** - Trégua de Niza. Fim da terceira guerra franco-hispana.
- 1541** - Fracasso de Carlos V na tomada de Argel.
- 1542** - Criação do vice-Reinado do Peru. Quarta guerra franco-hispana.
- 1543** - Anexação de Artois, Utrecht, Groningen e Gueldres.
- 1544** - Paz de Crépy. Fim da quarta guerra franco-hispana.
- 1546** - Aliança com Saxónia: Guerra de Esmalcalda.
- 1547** - Batalha de Mühlberg.
- 1549** - Carlos V separa os Países Baixos do império.
- 1554** - Filipe de Espanha, rei consorte de Inglaterra.
- 1555** - Paz hispano-gala de Calais. Abdicação de Carlos: filipe II, rei de Castela e Aragão.
- 1556** - Batalha de San Quintín.
- 1557** - Morte de Carlos V.
- 1558** - Margarida de Parma, regente dos Países Baixos.
- 1559** - Paz de Cateau-Cambrési. Fim das guerras de Itália. Filipe II casa com Isabel de Valois.
- 1560** - Desastre da armada em Trípoli. Madrid, corte da monarquia.

**1563** - Agitação nos Países Baixos contra Filipe II. Destituição de Granvela como governador dos Países Baixos.

**1565** - Compromisso de Breda.

**1566** - Revolta dos *Gueux* nos Países Baixos.

**1567** - Fim da regência de Margarida de Parma. O duque de Alba nos Países Baixos.

**1568** - Morte de D. Carlos. Repressão do duque de Alba nos Países Baixos.

**1569** - Casamento de Filipe II com Ana de Áustria.

**1571** - Batalha de Lepanto.

**1572** - Sublevação geral dos Países Baixos.

**1573** - Luís de Requesens substitui Alba nos Países Baixos. Tomada de Tunes.

**1576** - D. João de Áustria, governador dos Países Baixos.

**1578** - António Pérez acusado do assassinato de Escobedo.

**1579** - Alejandro Farnesio, governador dos Países Baixos. União de Arras.

**1580** - Filipe II acede ao trono de Portugal.

**1581** - Cortes de Tomar reconhecem Filipe II.

**1588** - Desastre da Invencível Armada.

**1591** - Criação do Conselho da Fazenda de Portugal. Fuga de António Pérez.

**1596** - Primeira recompilação das Leis das Índias. Aliança franco-anglo-holandesa frente a Filipe II.

**1598** - Filipe III sucede a Filipe II. Cortes de Castela. Paz franco-hispana de Vervins.

**1599** - O duque de Lerma, valido de Filipe III.

**1600** - Derrota de Newport.

**1601** - Traslado da corte para Valladolid.

**1604** - Paz anglo-hispana de Londres.

**1609** - Expulsão dos mouriscos (1609-1611). Trégua dos Doze Anos entre Espanha e as Províncias Unidas.

**1615** - Guerra de Monferrato.

**1616** - Queda de Lerma; sucede-lhe como valido o duque de Uceda.

**1621** - Filipe IV sucede a Filipe III. Fim da Trégua dos Doze Anos.

**1622** - Privança do conde-duque de Olivares.

**1625** - Espanha frente à Aliança de Haia. Tomada de Breda.

**1626** - A «União de Armas». Tratado franco-hispano de Monzón.

**1628** - Guerra de Mântua (1628-1631).

**1634** - Vitória hispano-imperial de Nördingen.

**1635** - Início da guerra franco-hispana.

**1637** - Perda de Breda.

**1638** - Vitória sobre França em Hondarribia.

**1639** - Derrota da esquadra hispana em Las Dunas.

**1640** - Revolta da Catalunha; o «Corpus de Sangue». Sublevação portuguesa.

**1642** - Tomada de Perpignan; perda de Rosellón.

**1643** - Queda de Olivares. Derrota de Rocroi.

**1645** - Morte do conde-duque de Olivares. Derrotas hispanas na Guerra dos Trinta Anos.

**1646** - Derrota em Dunquerque.

**1647** - Conspiração do duque de Híjar em Aragão.

**1648** - Dom Luís de Haro, sucessor do conde-duque de Olivares como valido. Paz de Haia: reconhecimento da

República dos Países Baixos.

**1652** - Tomada de Dunquerque e de Casale.

**1658** - Perda de Dunquerque. Derrota de Las Dunas.

**1659** - Tratados dos Pirenéus. Fim da guerra com França. Derrota de Elvas frente a Portugal.

**1660** - Luís XIV casa com Maria Teresa, filha de Filipe IV.

**1665** - Morte de Filipe IV. Minoria de Carlos II: regência de Mariana de Áustria. Derrota de Vila Viçosa frente a Portugal.

**1666** - Governo de Nithard.

**1667** - Guerra da Devolução hispano-gala.

**1668** - Paz de Aquisgrano com França. Tratado de Lisboa: independência de Portugal.

**1673** - Valenzuela, favorito de Mariana de Áustria. Espanha entra na Aliança de Haia: guerra com França.

**1675** - Maioria de Idade de Carlos II.

**1677** - Chegada ao poder de D. João José de Áustria. Queda de Valenzuela.

**1678** - Paz de Nimega. Perda do Franco-Condado.

**1679** - Morte de D. João José de Áustria.

**1680** - Governo do duque de Medinaceli.

**1683** - Guerra com França.

**1684** - Trégua de Ratisbona. Perda de Luxemburgo.

**1689** - Morte de Maria Luísa de Orleães. Casamento de Carlos II com Mariana de Neoburgo.

**1691** - Espanha entra em guerra contra França.

**1697** - Paz de Ryswick.

**1700** - Morte de Carlos II. Herdará o trono Filipe de Anjou (Filipe V).

## SÉCULO XVIII

**1700** - Entronização de Filipe de Bourbon, duque de Anjou, como rei de Espanha.

**1701** - Casamento de Filipe V com Maria Luísa Gabriela de Saboia.

**1702** - Começo da Guerra da Sucessão. A Grande Aliança declara guerra a França e Espanha.

**1703** - Reconhecimento em Viena do arquiduque Carlos de Áustria como rei de Espanha. Portugal e o duque de Saboia aderem à Grande Aliança.

**1704** - Desembarque em Lisboa do arquiduque Carlos. Capitulação de Gibraltar ante a esquadra anglo-holandesa.

**1705** - O arquiduque Carlos é proclamado rei em Barcelona. Batalha naval franco-inglesa em Málaga.

**1706** - Maiorca e o reino de Aragão abraçam a causa austracista. Proclama-se monarca em Madrid o arquiduque Carlos, que se retira de imediato para o Levante. Filipe V regressa Madrid e recupera Múrcia e o sul de Valência.

**1707** - Vitória filipista em Almansa, Valência, Saragoça e Lleida. Decreto de Nueva Planta para Aragão e País Valenciano.

**1708** - Ocupação britânica de Minorca e perda espanhola de Orão.

**1710** - Derrota de Filipe V em Almenara e Saragoça. O arquiduque Carlos entra pela segunda vez em Madrid, mas é derrotado em Brihuega. A princesa dos Ursinos realiza contactos diplomáticos a favor da causa filipista.

**1711** - Tomada de Saragoça por Filipe V. Rendição de Girona ao grupo filipista. Macanaz, intendente geral do reino. O

arquiduque Carlos, herdeiro da Coroa austríaca. Os aliados retiram-lhe o apoio para aceder ao trono espanhol.

**1712** - Início de conversações de paz em Utrecht. As potências estrangeiras reconhecem Filipe V como rei de Espanha.

**1713** - Reformas administrativas de Orry e Macanaz. Tratado de Utrecht. Espanha assina a paz com Inglaterra e com Saboia, perde as suas possessões na Europa e cede à Grã-Bretanha Gibraltar e Minorca. Estabelecimento em Espanha da Lei Sálica. Catalunha declara guerra a Filipe V.

**1714** - Tomada de Barcelona. Abolição da Generalitat e do Consell de Cent. Espanha e Holanda assinam a paz. Morte da rainha Maria Luísa Gabriela de Saboia. Rendição de Maiorca. Final da Guerra da Sucessão. Casamento de Filipe V com Isabel de Farnesio. Saída de Espanha da princesa dos Ursinos Paz de Rastatt e Baden: Carlos VI ratifica os acordos de Utrecht.

**1715** - Ascensão política de Alberoni.

**1716** - Decreto de Nueva Planta para Catalunha e Maiorca. A esquadra espanhola expulsa os turcos de Corfu.

**1717** - Desembarque espanhol em Palermo e desastre posterior em Cabo Pássaro (Sicília). Supressão da comenda das Índias.

**1719** - Guerra franco-espanhola. Queda política de Alberoni.

**1720** - Espanha adere à Quadruple Aliança. Pelos Tratados de Haia, Filipe V renuncia à Sardenha e à Sicília e aos seus direitos sobre a Coroa francesa. Do mesmo modo, Carlos VI cede oficialmente os seus à Coroa espanhola.

**1721** - Congresso de Cambrai para reconciliar Espanha e França. Rebeliões indígenas em Nueva Granada.

**1722** - Casamento entre o príncipe de Astúrias e a princesa Luísa Isabel de Orleães. Supressão do Vice-Reinado de Nueva Granada por problemas jurisdicionais com o Peru.

**1723** - José Antequera, enviado ao Paraguai para resolver o conflito popular, adere à causa e passa a dirigir o movimento rebelde. Levantamentos araucanos no Chile (h. 1726).

**1724** - Abdicação de Filipe V a favor do seu filho Luís I e posterior morte deste. Segundo reinado de Filipe V.

**1726** - Guerra entre Espanha e Inglaterra. Ataque inglês sobre as Antilhas espanholas e Portobelo numa tentativa de bloquear a sua saída para os galeões de Terra Firme.

**1727** - Fracasso espanhol na reconquista de Gibraltar.

**1729** - Casamento do príncipe de Astúrias (futuro Fernando VI) com Bárbara de Bragança e da infanta Ana Victória com José, herdeiro à Coroa de Portugal. Pacto de Sevilha entre França, Grã-Bretanha e Espanha. As potências europeias reconhecem a Carlos de Borbom os seus direitos sobre os ducados italianos.

**1731** - Espanha, Inglaterra e Áustria assinam o Tratado de Viena: reconhecimento da Pragmática Sanção e abolição da Companhia de Ostende das Índias Orientais.

**1732** - Carlos de Borbom toma posse dos estados de Parma, Toscana e Plasencia. A frota e o exército espanhóis reconquistam Orão.

**1733** - Primeiro Pacto de Família com França.

**1734** - Espanha participa na guerra de Sucessão polaca. Vitória espanhola em Bitonto (Itália). Carlos de Borbom é coroado rei de Nápoles e das Duas Sicílias.

**1735** - A frota e o exército espanhóis conquistam Nápoles e Sicília. Tratado de Viena. Aparição da Novíssima Recompilação das Leis do Reino de Navarra.

**1737** - Início em Espanha de um período de regalismo político. Concordata com a Santa Sé.

**1738** - Casamento de Carlos de Borbom (futuro Carlos III) com Maria Amália de Saxónia. Terceiro Tratado de Viena entre Áustria, França e Grã-Bretanha.

**1739** - Espanha adere ao Terceiro Tratado de Viena. Restabelecimento do Vice-Reinado de Nueva Granada.

**1740** - Cerco inglês de Gibraltar e Mahón e escaramuças navais experimentais sobre Cartagena das Índias.

**1741** - Expedição espanhola sob o comando do duque de Montemar para conquistar Milanesado. Cerco britânico fracassado e retirada de Cartagena das Índias.

**1742** - Designação do marquês da Ensenada como secretário de Estado e responsável de Guerra.

**1743** - O marquês da Ensenada acumula aos seus cargos as pastas da Fazenda e Marinha e Índias. Tratado de Fontainebleau (Segundo Pacto de Família). Fracasso espanhol na Batalha de Campo Santo. Acordo de Worms entre as potências anti borbónicas.

**1744** - Combate Naval em Cabo Sicié entre ingleses e franco-espanhóis.

**1745** - Vitórias espanholas em Barigmano e Milão.

**1746** - Derrotas espanholas em Trebia, Placência e Tidone. Morte de Filipe V. Início do reinado de Fernando VI de Espanha.

**1748** - Paz de Aquisgrano entre França, Holanda, Grã-Bretanha, Áustria, Espanha e Piemonte-Sardenha.

**1749** - Paz de Niza.

**1751** - Decreto de proibição da Maçonaria em Espanha.

**1752** - Tratado de Aranjuez entre Áustria, Sardenha e Espanha apesar da oposição de Carlos de Nápoles.

**1754** - Destituição do marquês da Ensenada. A nomeação de Ricardo Wall como secretário de Estado reorienta a política internacional hispana.

**1756** - Guerra dos Sete Anos entre Inglaterra e França com neutralidade inicial espanhola. Tomada francesa de Minorca (inglesa desde 1712).

**1759** - Morte de Fernando VI. Regência de Isabel de Farnesio. Inicia-se o reinado de Carlos III. Designação do marquês de Esquilache como secretário de Estados para os assuntos da Fazenda.

**1761** - Tratado hispano-português de El Pardo que anula os acordos de 1750 e devolve a fixação dos limites na América ao que existia antes dessa data. Terceiro Pacto de Família com França através do qual Espanha se envolve ao lado dos perdedores da Guerra dos Sete Anos com consequências funestas para a frota e comércio espanhóis.

**1762** - Tomada espanhola de Almeida (Portugal). Ocupação espanhola da Colônia do Sacramento.

**1763** - Tratado de Fontainebleau: Grã-Bretanha fica com Minorca e Gibraltar. Espanha cede a Florida e Sacramento mas recupera Havana e Manila e recebe a Luisiana de França, que perde todas as suas possessões na América do Norte, além do Senegal e Calcutá.

**1764** - Medidas reformadoras de Grimaldi e Esquilache.

**1765** - Casamento entre o príncipe de Astúrias (futuro Carlos IV) e Maria Teresa de Parma.

**1766** - Motim de Esquilache. Designação do conde de Aranda como presidente do Conselho de Castela. Destituição de Esquilache.

**1767** - Expulsão dos jesuítas de território espanhol. Tratado de paz e comércio hispano-marroquino. Olavide é nomeado

Intendente de Sevilha e designado diretor das Nuevas Poblaciones de Sierra Morena, onde chegam colonos.

**1768** - Introdução do cargo de Intendente na América colonial hispana.

**1769** - Autorização ao tráfego interprovincial entre os vice-reinados de Nueva Granada e Peru.

**1773** - Guerra luso-espanhola devido ao conflito jurisdicional sobre os territórios do Rio da Prata.

**1774** - Autorização do comércio interprovincial entre Nueva España, Guatemala, Nueva Granada e Peru. Guerra hispano-marroquina.

**1776** - Fundação do vice-reinado do Rio da Prata e ampliação a esta província do comércio interamericano.

**1777** - Tratado de paz hispano-português de Santo Indefonso: Portugal recupera a ilha de Santa Catarina e Rio Grande a troco de reconhecer a Espanha a sua soberania sobre a Colónia do Sacramento e ceder-lhe, além disso, as ilhas de Annobon e de Fernando Poo no golfo da Guiné. Restabelecimento da Capitania Geral da Venezuela e da Intendência de Caracas.

**1778** - Processo da Inquisição contra Olavide. Designação de Jovellanos como alcaide da corte de Madrid.

**1779** - Novo fracasso hispano sobre o penhasco de Gibraltar. França e Espanha subscrevem a convenção de Aranjuez que obriga à intervenção hispana na guerra da Independência dos Estados Unidos. Tropas espanholas sob o comando de Gálvez conquistam Manchac, Bâton Rouge e Natchez no baixo Mississipi e expulsam os ingleses de Honduras.

**1780** - Derrota naval no cabo de Santa Maria frente aos ingleses.

**1782** - Supressão nas colónias americanas dos corregimentos e dos municípios maiores. José Moñino acrescenta às suas responsabilidades a pasta da Graça e Justiça. A frota e o exército franco-espanhóis recuperam Minorca, mas fracassam novamente na sua tentativa de conquistar Granada. Combate naval no cabo Espartel frente aos ingleses. Paz hispano-inglesa. Tratado espanhol com a Turquia. Criação da Intendência do Rio da Prata e da Audiência de Buenos Aires.

**1783** - Tratado de Versalhes entre a Grã-Bretanha, França, Estados Unidos e Espanha: Grã-Bretanha devolve Florida e Minorca e algumas possessões no golfo mexicano a Espanha. França recupera o Senegal e recebe as ilhas antilhanas de Tobago. Cerco a Argel para acabar com o corsarismo berbere.

**1786** - Abolição dos privilégios e taxas de La Mesta e isenção de alcavalas e centos no fabrico de géneros. Criação da audiência de Caracas e de intendências em Nueva España.

**1788** - Morte de Carlos III: coroação de Carlos IV de Espanha.

**1791** - Santa Fé, Rio da Prata, Veracruz e La Guaira são incluídas no sistema de livre comércio.

**1792** - Destituição de Floridablanca. Nova ascensão política e queda imediata do conde de Aranda. Supressão da Junta Suprema de Estado e restabelecimento do Conselho. Designação de Manuel Godoy como secretário de Estado e do Despacho Universal.

**1793** - Primeira coligação internacional (Inglaterra, Espanha, Áustria, Prússia, Sardenha, Portugal, Estados alemães e italianos e Rússia) contra França. Guerra franco-espanhola. Vitória do general Ricardos no Rosellón.

Recuperação da Sardenha. Fundação dos Consulados de Comércio de Buenos Aires e de Havana.

**1794** - Tropas francesas entram na Catalunha e invadem a Sardenha e Ampurdán: queda do castelo de Figueras.

**1795** - Gaspar Melchor de Jovellanos inicia a doutrina liberal sobre a reforma agrária. Os franceses ocupam Tolosa, San Sebastián, Bilbao e Vitória. Paz de Basileia: Espanha cede a França parte de Santo Domingo a troco dos territórios ocupados na guerra. Godoy, Príncipe da Paz.

**1796** - Tratado de San Ildefonso entre Espanha e o Diretório contra o Reino

Unido. Guerra hispano-inglesa. Derrota naval espanhola frente a Inglaterra no cabo de San Vicente. Perda da ilha da Trinidad às mãos dos ingleses e posterior derrota naval daqueles frente a Puerto Rico e Tenerife. Designação de Jovellanos como secretário de Estado.

**1797** - Perda das ilhas de Trinidad às mãos dos ingleses. Quedas políticas de Godoy e Jovellanos.

**1800** - Novo Tratado de Santo Ildefonso para que Espanha restitua a França a Luisiana a troco de que Napoleão aumente os Estados do duque de Parma.

## **SÉCULO XIX**

**1800** - Expulsão de Espanha de Cabarrús e de outras figuras ilustres. Ataque inglês a el Ferrol.

**1801** - Guerra das Laranjas. Com Godoy à frente, rápida derrota de Portugal, que cede Olivença e fecha os seus portos ao tráfego britânico. Tratado de Badajoz. Convénio de Aranjuez com França pelo qual Godoy põe à disposição de Napoleão a frota espanhola. Vitória franco-espanhola em Algeciras frente à esquadra inglesa. Tomada francesa de

Santo Domingo. Casamento entre o príncipe de Astúrias (futuro Fernando VII) e Maria Antónia de Nápoles.

**1802** - Paz de Amiens. Espanha recupera Minorca e perde definitivamente Trinidad.

**1803** - Missão secreta de Domingo Badía (Ali Bey) pelo Magrebe.

**1804** - Guerra hispano-britânica. Batalha naval no cabo de Santa Maria. Independência efetiva de Haiti.

**1805** - Derrota naval hispano-francesa frente aos ingleses no cabo Finisterra. Desastre naval hispano-francês no cabo de Trafalgar. Reconquista de Buenos Aires aos ingleses. Colapso do tráfico colonial ultramarino.

**1806** - Quarta coligação europeia contra França.

**1807** - Tentativas da Grã-Bretanha de tomar Montevideo e Buenos Aires. Pelo Tratado de Fontainebleau ajusta-se a intervenção hispano-francesa em Portugal e a sua posterior divisão entre ambos. Com a aprovação do príncipe de Astúrias e induzidos pelo cónego Escoiquiz, preceptor daquele, um grupo de nobres inicia uma conspiração contra o monarca e contra o regime de Godoy. Processo de El Escorial. Depois de serem descobertos e julgados, os implicados são desterrados por Carlos IV perante uma opinião pública que desaprova a atuação do governo e que aplaude o príncipe Fernando.

**1808** - Os franceses tomam Pamplona (16 de fev.). Os franceses tomam Barcelona (28 de fev.). Motim de Aranjuez (17-18 de março). Abdicação de Carlos IV (19 de março). Entrada de Fernando VII em Madrid (24 de março). Fernando VII dirige-se ao encontro de Napoleão (10 de abril). Fernando VII em Baiona (20 de abril). Levantamento em Madrid contra os franceses (2 de maio). Levantamentos provinciais (maio). Derrota francesa em El Bruc (15 e 16 de

junho). Derrota do general Cuesta em Canezón (12 de junho). Assembleia de Baiona (15 de junho). Cercos de Saragoça, Girona e Valência (junho). Constituição de Baiona (7 de julho). José I entra em Espanha (9 de julho). Vitória de Castaños em Bailén. Entrada de José I em Madrid (20 de julho). José I abandona Madrid (1 de agosto). Instalação da Junta Central de Aranjuez (25 de set.). Napoleão entra em Espanha (4 de nov.). Vitórias francesas em Espinosa de los Monteros (10-11 de nov.). Tudela (23 de nov.) e Somo sierra (30 de nov.). Napoleão entra em Madrid (4 de dez.).

**1809** - Derrota espanhola em Uclés (13 de jan.). A Corunha é tomada pelos franceses (19 de jan.). José I regressa a Madrid (22 de jan.). Capitulação de Saragoça (20 de fev.). Derrota espanhola em Bailén (25 de fev.). Soult invade Portugal (12 de fev.). Derrota de Cuesta em Medellín (28 de fev.). Wellesley derrota Soult no Porto (12 de abril). Vitória de Wellesley em Talavera de la Reina (27-28 de julho). José I suprime os Conselhos do Antigo Regime (18-20 de agosto). Derrota de Aréizaga em Ocaña (9 de nov.). Capitulação de Girona (11 de dez.).

**1810** - Convocatória de Cortes pela Junta Central (1 de jan.). Os franceses forçam a passagem em Despeñaperros (20 de jan.). A Junta Central abandona Sevilha (24 de jan.) e dissolve-se (29 de jan.). Primeira Regência: Saavedra, Castaños, Escaño, Lardizábal e o bispo de Orense (31 de jan.). Os franceses tomam Sevilha (1 de fev.). Os franceses ocupam Málaga (5 de fev.). Capitulação de Lleida (13 de maio). Abertura das Cortes em Cádiz (24 de set.). Segunda Regência: Blake, Císcar e Agar (28 de out.).

**1811** - Traslado das Cortes para Cádiz (24 de fev.). Vitória anglo-espanhola em La Abuera (16 de maio). Tomada de Tarragona pelos franceses (28 de junho). Derrota de Blake em Sagunto (25 de out.).

**1812** - Suchet toma Valência (14 de jan.). Wellington toma Ciudad-Rodrigo (19 de jan.) Terceira Regência: Infantado, Mosquera, Villavicencio, Rodríguez de Rivas e O'Donnell (22 de jan.). Anexação de facto da Catalunha ao império francês (2 de fev.). Proclamação da Constituição política da monarquia espanhola (19 de março). Decreto das Cortes suprimindo os conselhos do Antigo Regime (17 de abril). Vitória de Wellington em Arapiles (22 de julho). José I abandona Madrid (10 de agosto). Madrid em poder das forças anglo-espanholas (12 de agosto). Wellington é nomeado generalíssimo das tropas espanholas (22 de set.). Pérez Villaamil substitui O'Donnell na Regência (22 de set.). José I volta a ocupar Madrid (2 de nov.).

**1813** - As cortes abolem a Inquisição (22 de fev.). Quarta Regência: Arcebispo de Toledo, Agar e Císcar (18 de março). José I abandona definitivamente Madrid (17 de março). Vitória anglo-espanhola em Vitória (21 de junho). José I abandona Espanha (29 de junho). Evacuação de Valência pelos franceses (5 de julho). Encerramento das Cortes extraordinárias (14 de set.) e instalação das ordinárias (25 de set.). Tropas anglo-espanholas invadem França (8 de out.). Tratado de Valençay (11 de dez.).

**1814** - As Cortes abrem sessões em Madrid (15 de jan.). Segunda legislatura das Cortes ordinárias (25 de fev.). Fernando VII entra em Espanha (24 de março). Manifesto dos Persas (12 de abril). Fernando VII chega a Valência (16 de abril). Derroga-se a Constituição de Cádiz (4 de maio). Detenção de liberais em Madrid (10 de maio). Restabelece-se o sistema de Fazendo do Antigo Regime (23 de junho). Pronunciamento de Espoz e Mina (4 de out.). Destituição de Macanaz como ministro de Estado (8 nov.), substituído por Cevallos (16 de dez.).

**1815** - Reposição do Conselho de Estado (31 de março). Pronunciamento de Díaz Porlier na Corunha (19 de set.).

**1816** - Conspiração do Triângulo (21 de fev.). Casamento do rei e do seu irmão Carlos com as princesas portuguesas Isabel e Maria Francisca (set.). García de León y Pyzarro, novo ministro de Estado (30 de out.).

**1817** - Acordo com a Grã-Bretanha para a supressão do tráfico de escravos negros (23 de set.). Detenção de Torrijos (29 de dez.).

**1818** - Falece a rainha Isabel (26 de dez.).

**1819** - Conspiração liberal em Valência (1 de jan.). Cedência aos Estados Unidos das Floridas pelo Tratado Adams-Onís (22 de fev.). Detenção dos conjurados em Cádiz por O'Donnell (8 de julho).

**1820** - Triénio Liberal. Pronunciamento de Riego em Cabezas de San Juan (1 de jan.). Fernando VII aceita a Constituição de Cádiz (7 de março). Criação da Junta Provincial (9 de março). Riego entra triunfante em Madrid (31 de agosto). Supressão das ordens monásticas e reforma das regulares (1 de out.). Dissolução das sociedades patrióticas (21 de out.).

**1821** - Crise da «Coletilla» (1 de março). Novo governo constitucional encabeçado por Bardají (4 de março). Levantamento absolutista em Burgos e alava (abril). Conspiração de Bessières (15 de julho). Destituição de Riego como capitão general de Aragão (4 de set.). Batalhas das Platerías em Madrid (18 de set.). Cortes extraordinárias (28 de set.). Motins liberais em Cádiz e Saragoça (out.).

**1822** - Divisão de Espanha em províncias (27 de jan.). Novo governo presidido por Martínez de la Rosa (1 de março). O Hino de Riego é declarado Hino Nacional (7 de abril). Seu de Urgell tomada pelos realistas (21 de junho). Encerramento

das Cortes (30 de junho). Sublevação da Guarda Real (2-7 de julho). Novo ministério com Evaristo San Miguel (6 de agosto). Regência de Urgell (14 de agosto). Cortes extraordinárias (7 de out.). A Regência obrigada a abandonar Urgell (10 de nov.).

**1823** - Luís XVIII anuncia a intervenção militar em Espanha (28 de jan.). Novo ministério presidido por Flóres Estrada (28 de fev.). O rei, o governo e as Cortes trasladam-se para Sevilha (20 de março). Invasão dos Cem Mil Filhos de São Luís (abril). Os franceses ocupam Madrid (7 de maio). Regência do duque do Infantado em Madrid (26 de maio). Fernando VII suspenso temporariamente das suas funções e trasladado para Cádiz (11 de junho). Cerco de Cádiz pelas tropas de Angulema (23 de junho). Morillo rende-se aos franceses (26 de junho). Rendição de Ballesteros (4 de agosto). Rendição de Pamplona (17 de agosto). Fernando VII restabelecido no trono dos seus antepassados (1 de out.). Rendição de Barcelona (4 de nov.). Execução de Riego em Madrid (7 de nov.). Novo governo de Fernando VII (3 de dez.).

**1824** - Estabelecimento da polícia (8 de jan.). Criação das Comissões militares (13 de jan.). Reformas tributárias de López Balltesteros (17 de fev.). Decreto de amnistia (20 de maio). Conspiração de Capapé (1 de maio). Cea Bermúdez novo ministro de Estado (11 de julho). Desembarque de Valdés em Tarifa (3 de agosto).

**1825** - Sublevação de Bessières (15 de agosto). Criação da Junta Consultiva de governo (13 de set.). O duque do Infantado, novo ministro de Estado (24 de out.). Robustecimento do conselho de Estado (28 de dez.).

**1826** - Cessação do Conselho de Ministros (9 de fev. a 19 de agosto). Desembarque dos irmãos Bazán em Guardamar

(19 de fev.). Conspiração dos moderados (julho-agosto). González Salmón, novo ministro de Estado (19 de agosto).

**1827** - Tentativa de tomada de Tortosa. Guerra dos agraviados (17 de março). Sublevação em Girona (1 de abril). Vic nas mãos dos agraviados (29 de julho). O rei anuncia que viajará à Catalunha (19 de set.). Fernando VII publica uma proclamação em Tarragona e a maioria dos rebeldes entregam-se (28 de set.). O rei em Barcelona (4 de dez.).

**1828** - Sublevações de agraviados em Navarra e Palência (jan.). Indulto geral (25 de maio). Conspiração ultra do conde de Croy em Madrid (26 de nov.).

**1829** - Agitação em Santander, Álava e Guipúscoa (28 de fev.). Falecimento da rainha Amália (17 de maio). Repressão do conde de Espanha (junho-julho). Compromisso matrimonial de Fernando VII com Maria Cristina de Nápoles (26 de set.).

**1830** - Publicação da Pragmática Sanção de 1789 (29 de março). Fernando VII faz o seu testamento (12 de junho). Nascimento da infanta Isabel (10 de out.). Intentonas de Valdés em Navarra (14 de out.) e de Milan del Bosch na Catalunha (19 de out.).

**1831** - Desembarque de Torrijos em La Línea (29 de jan.) e de Manzanares em Getares (21 de fev.). Restabelecimento das comissões militares (18 de março). Desembarque de Torrijos em Vélez-Málaga (30 de set.). Fuzilamento de Torrijos (11 de dez.).

**1832** - O conde de Alcudia, ministro de Estado (20 de jan.). Nascimento da infanta Luísa Fernanda (30 de jan.). Derrogação da Pragmática Sanção (18 de set.). Mudança total de governo (1 de out.). Amnistia para os delitos políticos (20 de out.).

**1833** - Morte de Fernando VII. Regência de Maria Cristina. Rebenta a primeira guerra carlista. Decreto pelo qual se divide o território espanhol em províncias.

**1834** - Demissão de Cea Bermúdez. Decretos que suprimem a Inquisição e a Companhia de Jesus. Assinatura da Quadruple Aliança. D. Carlos entra em Espanha. Governo de Martínez de la Rosa. Promulga-se o Estatuto Real.

**1835** - Zumalacárregui derrota Valdés nas Amézcoas. Decreto suprimindo as ordens religiosas. Morte de Zumalacárregui. Fracasso carlista frente a Bilbao. Derrota carlista em Mendigorria. Demissão de Martínez de la Rosa. Ministério do conde de Toreno e nomeação de Mendizábal.

**1836** - Desamortização dos bens das ordens religiosas. Expedição do general Gómez. Demissão de Mendizábal. Nomeação de Iztúriz. Motim de La Granja e restabelecimento da Constituição de 1812. Demissão de Iztúriz e governo de José Maria Calatrava. Convocatória de Cortes Constituintes.

**1837** - Decreto suprimindo o dízimo e estendendo a desamortização aos bens do clero regular. Aprovação da Constituição. Nomeação de Bardají e mais tarde do conde de Ofalia como presidente do Conselho.

**1838** - O general Maroto dirige o exército carlista. O duque de Frías presidente do Conselho. O conde de Espanha ao comando das tropas carlistas no principado de Catalunha. Demissão de Frías e nomeação de Evaristo Pérez de Castro.

**1839** - Assinatura do Convénio de Vergara. Dissolução das Cortes. Triunfo eleitoral moderado.

**1840** - Entrevista em Esparraguera entre Espartero e a regente Maria Cristina. Lei dos Municípios. Queda de Maria Cristina.

**1841** - Tentativa de golpe contra Espartero por parte dos generais Concha e Diego de León.

**1842** - Protestos em Barcelona contra a Lei Arancelaria encabeçada por Abdón Terradas. Espartero bombardeia Barcelona desde o castelo de Montjuïc. Os progressistas dirigidos por Olózaga retiram o seu apoio a Espartero.

**1843** - Termina a regência de Espartero. Isabel II é declarada maior de idade. Demissão de Olózaga. Governo de González Bravo.

**1844** - Decreto da criação da Guardia Civil. Primeiro ministério de Narváez.

**1845** - Nova Constituição. Conferência de Eú onde se decide o casamento de Isabel II. Reforma da Fazenda de Alejandro Mon. Abdicação de D. Carlos Maria Isidro no seu filho Carlos Luís de Bourbon.

**1846** - Narváez substituído pelo marquês de Miraflores. Nomeação de Javier de Iztúriz para a presidência do Conselho. Casamento de Isabel II com Francisco de Asís, duque de Cádiz, e de Luís Fernanda com o duque de Montpensier.

**1847** - Governo do duque de Sotomayor. Governos de Joaquín Francisco Pacheco, de Garcia Goyena e regresso de Nerváez.

**1848** - Incidentes revolucionários sufocados por Narváez. Reforma monetária.

**1849** - Criação do Partido Democrata. Demissão de Narváez.

**1850** - Demissão de Bravo Murillo como ministro de Narváez. Morre Cea Bermúdez.

**1851** - Demissão de Narváez e nomeação de Bravo Murillo como presidente do Conselho. Dissolução da Câmara.

**1852** - Atentado contra Isabel II do padre Martín Merino, executado poucos dias depois.

**1853** - Demissão de Bravo Murillo. Governo de Federico Roncali.

**1854** - Demissão de Roncali e nomeação de Francisco Lersundi. O conde de San Luís substitui Lersundi. Ordem de confinamento aos generais Dulce, Ros de Olano e O'Donnell. Rebenta a Vivalvarada. Manifesto de Manzanares. O'Donnell funda a União Liberal. Espartero chefe do governo.

**1855** - Desamortização civil de Madoz.

**1856** - Elaboração de uma Constituição que não chega a ser aprovada. O'Donnell substitui Espartero. Governo moderado presidido por Narváez.

**1857** - O ministro do Fomento, Claudio Moyano, publica a Lei de Instrução Pública. Narváez é substituído pelo general Armero.

**1858** - Iztúriz presidente do Conselho. Governo de o'Donnell com a União Liberal.

**1859** - Rebenta a guerra em Marrocos. Nasce o filho de Isabel II, Afonso.

**1860** - Prim derrota os marroquinos no vale dos Castillejos. Tratado de Wad-Ras. Pronunciamento do capitão general de Baleares em San Carlos de la Rápita a favor do conde de Montemolín.

**1861** - Expedição ao México. Recuperação de Santo Domingo.

**1862** - Convenção da Soledad entre o general Prim e o governo mexicano. Morre em Madrid Evaristo San Miguel. Isabel II viaja pela Andaluzia e Múrcia. Morre em Madrid Francisco Martínez de la Rosa.

**1863** - Queda de O'Donnell, substituído pelo marquês de Miraflores.

**1864** - Governos sucessivos de Ríos Rosas, Azzarola e Mon. Regresso de Narváez.

**1865** - Noite de San Daniel. O'Donnell substitui Narváez. Sublevação dos sargentos do quartel de San Gil. Sexto governo de Narváez. Morre Alcalá Galiano. As tropas espanholas abandonam definitivamente San Domingo.

**1866** - Bombardeio de porto de El Callao por uma esquadra espanhola. Pacto de Ostende. Fracasso de um levantamento militar.

**1867** - Morre em Biarritz Leopoldo O'Donnell.

**1868** - Morre Narváez. González Bravo é nomeado primeiro-ministro. Os duques de Montpensier são expulsos de Espanha. Rebenta a Gloriosa. Grito de Yara em Cuba, começa a Guerra Larga. Exílio de Isabel II. Regência de Serrano.

**1869** - Reunião das Cortes Constituintes. Nova Constituição. Suspensão das garantias constitucionais para poder sufocar os surtos revolucionários.

**1870** - Amadeo de Saboia é eleito rei de Espanha. Prim é assassinado. Junta carlista de Vevey (Suíça). Isabel II abdica em Paris a favor do seu filho Afonso.

**1871** - Amadeo I chega a Espanha e inicia o seu reinado. Governo presidido pelo general Serrano. Ruiz Zorrilla substitui Serrano. Governo do general Malcampo. As Cortes declaram ilegal a Internacional. Governo de Sagasta.

**1872** - Governo de Ruiz Zorrilla. Abolição da escravatura em Porto Rico. Inicia-se a Terceira Guerra Carlista.

**1873** - Abdicação de D. Amadeo I. D. Carlos em Espanha e tomada de Estella pelos carlistas. Proclamação da I República. Governos de Figueras, Pi i Margall, Salmerón e

Castelar. Projeto de uma nova Constituição. Surge o movimento cantonalista. Morrem Salustiano Olózaga e Bravo Murillo.

**1874** - As tropas carlistas fracassam em Pamplona e Irún. Golpe do general Pavía e fim da I República. Regime provisório do general Serrano. Manifesto de Sandhurst (1 de dez.). Pronunciamento de Matínez Campos em Sagunto (29 de dez.) e proclamação de Afonso XII.

**1875** - Gabinete de Cánovas. Gabinete Jovellar. Convocatória da Assembleia de Notáveis. Elaboração de Bases Constitucionais (maio). Fim da guerra carlista na Catalunha: queda de Olot e de La Seu de Urgell (agosto).

**1876** - Eleições gerais para as Cortes Constituintes (jan.). Fim da terceira guerra carlista (28 de fev.). Nova Constituição (2 de julho). Abolição dos Foros (21 de julho). Regresso de Isabel II a Espanha (julho). Matínez Campos e Cuba (nov.).

**1877** - Acordo diplomático hispano-alemão (31 de dez.).

**1878** - Paz de Zanjón, fim da guerra de Cuba (abril). Casamento de Afonso XII com Maria de las Mercedes.

**1879** - Gabinete Matínez Campos (março-dez.). Guerra Chiquita em Cuba.

**1880** - Constituição do Partido Fusionista. Abolição da escravatura em Cuba.

**1881** - Acesso dos liberais ao poder. O governo Sagasta aplica políticas liberalizadoras. Fundação da União Católica de A. Pidal.

**1882** - Fundação da Esquerda Dinástica (verão).

**1883** - Fundação da Associação Republicana Militar (jan.). Pronunciamentos republicanos em Badajoz (agosto). Governo da Esquerda Dinástica (outono).

**1884** - Governo de Cánovas. Conflito diplomático com a Santa Sé pelo reino de Itália (verão). Discurso de M. Moraya (out.).

**1885** - Entrega a Afonso XII do Memorial de Greuges. Conflito das Carolinas; arbitragem do Vaticano (agosto-out.). Epidemia de cólera (verão). Morte de Afonso XII. Pacto do Partido: começa o governo longo de Sagasta.

**1886** - Nasce Afonso XIII (17 de maio). Lei de Abolição do Ptronato em Cuba (23 de julho). Pronunciamentos republicanos em Cartagena e Madrid (19 de set.).

**1887** - Lei de Associações. Constituição da Liga da Catalunha. Apresentação dos projetos de Cassola (abril). Tratado hispano-italiano, vinculação à Tríplice (maio). Nasce em Cuba o Partido Autonomista.

**1888** - Debate parlamentar dos projetos de Cassola (fev.-março). Lei do Jurado (20 de abril). Aprovação das Bases do Código Civil redigidas por Alonso Martínez. Nascimento do partido integrista, cisão do carlismo.

**1889** - Aprovação do Código Civil (26 de maio).

**1890** - Sufrágio universal masculino (9 de junho). Integração dos republicanos possibilistas no regime. Governo Cánovas (julho) com Silvela e Romero Robledo.

**1891** - Primeiras eleições com sufrágio universal. Eleições municipais (10 de maio). Triunfo republicano em Madrid e em várias capitais. Projeto de Reforma da Administração Local. Demissão de Silvela (19 de nov.).

**1892** - Assembleia de Manresa (Bases da União Catalista). Nasce o Partido Revolucionário Cubano e a Liga Filipina em Manila.

**1893** - Governo Sagasta (1892-1895). Eleições gerais (março). Triunfo republicano em Madrid. Projeto Maura sobre

a autonomia de Cuba e Porto Rico. Dissolução do Partido Republicano Possibilista. Guerra de Melilla.

**1894** - Paz hispano-marroquina (março). Fundação do Partido Nacionalista Basco.

**1895** - Governo Cánovas (23 de março). Começa a guerra de Cuba (24 de fev.). Lei de autonomia para Cuba (projeto Abarzuza) (12 de março).

**1896** - Weyler substitui Martínez Campos em Cuba (jan.). Guerra nas Filipinas (21 de agosto).

**1897** - Ata carlista de Loredán. Assassinato de Cánovas (8 de agosto). Governo de Azcárraga. Governo Sagasta. Substituição de Weyler por Blanco. Aprovação de um regime de autonomia para Cuba e Porto Rico (22 de nov.).

**1898** - Explosão do *Maine* (15 de fev.). Guerra com os Estados Unidos (18 de abril). Desastre de Cavite (1 maio). Desastre de Santiago de Cuba (13 de julho). Rendição de Santiago (12 julho) e de Manila (14 de agosto). Tratado de Paris (10 de dez.).

**1899** - Assembleia e manifestações da União Nacional (Costa). Governo regeneracionista de Silvela com Dato, Polavieja e Duran.

## **SÉCULO XX**

**1902** - Maioridade de Afonso XIII. Governo de Sagasta. Governo de Silvela. Tratado com França sobre Marrocos.

**1903** - Fracasso do governo Silvela. Governo de António Maura.

**1904** - Viagem a Barcelona de Afonso XIII. Governo Azcárate. Atentado contra Maura. Demissão de Maura. Convénio franco-espanhol sobre Marrocos.

**1905** - Tropas alemãs desembarcam em Tânger. Congressos socialistas em Madrid.

**1906** - Conferência e Ata de Algeciras (jan. a abril). Protetorado espanhol de Marrocos. Casamento de Afonso XIII. Atentado com bomba: o rei sai ileso. Questão catalã: Lei de Jurisdições. Criação de Solidaritat Catalana. Governo López Domínguez. I congresso das Juventudes Socialistas.

**1907** - Governo longo de Maura.

**1908** - Bloco antimaurista. Criação do Partido Radical.

**1909** - Derrota do Barranco del Lobo. Queda de Maura. Governo de Moret. União republicano-socialista. Governo reformista de Canalejas.

**1910** - Lei do condado sobre ordens religiosas. Pablo Iglesias é eleito deputado graças à União Republicano-Socialista.

**1911** - Tratado hispano-marroquino. Operações militares em Marrocos.

**1912** - Projeto de Mancomunidades. Morre assassinado José Canalejas. Governo de Romanones. Criação do Partido Reformista.

**1913** - Surge o maurismo. Criação da Liga de Educação Política por Ortega. Atentado anarquista contra o rei. Cisão de Montero Ríos no Partido Liberal. Diário «El Socialista». Governo Dato: cisão dos conservadores.

**1914** - Enric Prat de la Riba preside à recém-criada Mancomunidade de Catalunha. Legalização de CNT. Neutralidade na Primeira Guerra Mundial.

**1915** - Germanófilos versus aliadófilos. Crise do Partido Conservador. Novo governo de Romanones.

**1917** - Greve geral UGT e estado de guerra (agosto). Governo de García Prieto.

**1918** - António Maura, de novo chefe do Gabinete Nacional. Reclamação do Estatuto para a Catalunha. Retirada de Catalanistas das Cortes. Romanones substitui García Prieto.

**1919** - Projetos de Estatuto de Pistoleirismo. Debate no PSOE pela adesão à III Internacional. Governo dos conservadores Maura e Sánchez Toca.

**1920** - Governo conservador de Eduardo Dato. As Juventudes Socialistas fundam o Partido Comunista de Espanha. Sublevação militar em Madrid. Governo Dato. Martínez Anido, governador civil em Barcelona. Eleições para as Cortes (19 de dez.).

**1921** - Assassinato de Dato. Governo de Maura. Congresso e cisão do PSOE. Fundação do PCOE (abril). Ofensiva no Rif a cargo do general Silvestre. Desastre de Annual (julho) e contraofensiva militar espanhola.

**1922** - Fundação de Acció Catalana. Gabinete de concentração liberal de García Prieto. Destituição de Martínez Anido. Fusão de formações comunistas.

**1923** - Eleições legislativas (29 de abril). Fracasso do projeto de reforma constitucional. Golpe de Estado do general Primo de Rivera (13 de set.). Governadores militares e destituição de vereadores. Convénio de Tanger.

**1924** - A CNT é declarada ilegal. Supressão da Mancomunidade de Catalunha (12 de jan.). Fundação da União Patriótica, ao serviço de Primo de Rivera (14 de abril). Largo Caballero, conselheiro de Estado. Movimento contra a ditadura em Vera de Bidasoa e Barcelona (6 de nov.). Retirada de Marrocos (nov.).

**1925** - Abd el-Krim ataca o Protetorado francês (abril). Conferência hispano-francesa sobre Marrocos em Madrid (junho). Desembarque de Alhucemas (8 de set.). O Diretório

Militar é substituído por um governo civil. Fundação de Ação Política que se converterá em Ação Republicana em 1926.

**1926** - Fracasso da *sanjuanada*. Espanha reclama a inclusão de Tanger no seu protetorado, assim como um posto permanente na Sociedade das Nações (agosto). Abandono desta instituição supranacional até 1928.

**1927** - Morre García Quejido. Convocatória e abertura da Assembleia Nacional Consultiva (10 out.). Constituição clandestina da FAI.

**1929** - Intentona de Sánchez Guerra contra a ditadura de Valência (29 de jan.). Rutura com Primo de Rivera (agosto). III Congresso do PCE.

**1930** - Demissão de Primo de Rivera (30 de jan.). «Dictablanda»<sup>(25)</sup> do general Dámaso Berenguer. Morte de Primo de Rivera em Paris (16 de março). Paxto de San Sebastián entre a oposição republicana (27 de agosto). O PSOE une-se ao comité revolucionário. Grupo Ação Espanhola. Tentativa de golpe republicano de Galán e de García Hernández em Jaca (12 de dez.). Sublevação em Cuatro Vientos.

**1931** - Manifesto da Agrupação ao Serviço da República (10 de fev.). Demite o governo de Berenguer (14 de fev.). Aznar preside o novo gabinete (18 de fev.). Fundação de Esquerda Republicana de Catalunha, presidida por Maciá (30 de março). Eleições municipais com êxito republicano-socialista (12 de abril). Festa popular e proclamação da II República em Eibar, Madrid e Barcelona (14 de abril). Governo provisório. Saída de Afonso XIII de Espanha. Subcomissão para elaborar um projeto de Constituição presidida por Ossorio y Gallardo (6 de maio). Estatuto de Estella, anteprojeto de autonomia para o País Basco e Navarra (14 de junho). Eleições para cortes Constituintes (28 de junho). Julián Besteiro, presidente do parlamento (14 de julho).

Manuel Azaña preside um governo com os socialistas Prieto, Largo Caballero e De los Ríos. Greve geral e lei marcial em Sevilha.

**1932** - Greves gerais patrocinadas pela CNT. Debates nas Cortes do Estatuto Catalão (6 de maio). Lei de Ordem Pública (28 de julho). Sublevação fracassada do general de Sanjurjo em Sevilha (10 de agosto). As Cortes aprovam o Estatuto da Catalunha (9 de set.). Aprovação da Lei de Reforma Agrária (15 de set.). Funda-se Renovação Espanhola (1 de de março).

**1933** - Eleições municipais (abril). Demite o governo de Azaña (8 de set.). Lerroux tenta formar governo, mas demite (12 de set.). Martínez Barrios forma nova governo. O presidente Alcalá Zamora dissolve as Cortes e convoca novas eleições (9 de out.). José António Primo de Rivera funda a Falange (29 de out.). Plebiscito do Estatuto Basco (5 de nov.). Eleições gerais para as Cortes. Vitória da direita (19 de nov.). Santiago Alba é o novo presidente das Cortes (dez.). Lerroux forma governo com o beneplácito da CEDA<sup>(26)</sup> (16 de dez.). Morre em Barcelona Francesc Macià, primeiro presidente da Gneralitat de Catalunha. Substituiu-o Lluís Companys (25 de dez.).

**1934** - Fusão da Falange com a JONS<sup>(27)</sup>. Fundação da Aliança Operária (fev.). Fusão dos partidos de Marcelino Domingo e de Azaña. Ocupação de Ifni. Crise pela amnistia de Sanjurjo. Demite o governo de Lerroux (25 de abril). Samper forma novo governo (maio-fev.). Rutura entre Lerroux e Martínez Barrio, que abandona o Partido Radical (16 de maio). Os deputados da Esquerda Republicana e os nacionalistas bascos retiram-se do Parlamento (12 de junho). Gil Robles preside em Covadonga uma concentração da CEDA (9 de set.). Demite o governo Samper (1 de out.). Novo governo Lerroux, que inclui três ministros da CEDA (4

de out.). A UGT e o PSOE fazem uma convocação para uma greve geral (5 de out.). Insurreição revolucionária nas Astúrias. Ações armadas e greves no País Basco, em Madrid, Alicante, Saragoça, Santander... Declaração do estado de guerra. O governo envia tropas mouras e da Legião Estrangeira para reprimir a comuna asturiana. Companys proclama em Barcelona a República Catalã dentro da Federação Espanhola (6 de out.). Fracassado o levantamento na Catalunha, a Generalitat e o Estatuto ficam em suspenso. Membros do Conselho da Generalitat são detidos (7 de out.).

**1935** - Vázquez e Argüelles são executados em Oviedo (1 de fev.). Debates nas Cortes a responsabilidade de Azaña (21 de março). Novo governo Lerroux com cinco ministros da CEDA (3 de abril). Gil Robles, ministro da Guerra. Portela Valladares, ministro da Governação (7 de maio). Lei agrária que derroga a de 1932 (2 de set.). Lerroux vê-se forçado a demitir após o escândalo do *estraperlo*<sup>(28)</sup>. Governo Chapaprieta (25 de out.). Governo Portela Valladares (14 de dez.). O PSOE forma coligação com a Esquerda Republicana. Largo Caballero demite do Comité Nacional (20 de dez.).

**1936** - Alcalá Zamora dissolve as cortes (7 de jan.). Constituição da Frente Popular (15 de jan.). Eleições gerais, vitória da Frente Popular (16 de fev.). Azaña preside um governo de ministros republicanos (19 de fev.). Amnistia para os presos políticos (22 de fev.). Restauração da Generalitat e do governo Companys na Catalunha. Franco é enviado para as Canárias (26 de fev.). A Falange é declarada ilegal e José António detido. Criam-se as JSU<sup>(29)</sup> (1 de abril). Azaña apresenta o seu programa nas Cortes (4 abril). Destituição de Alcalá Zamora (7 de abril). Calvo Sotelo formula graves acusações contra o Governo (14 de abril). Manuel Azaña é eleito presidente da República (10 de maio)

e Casares Quiroga presidente do Governo após a negativa de Prieto (12 de maio). Assassinatos do tenente Castillo e de Calvo Sotelo em Madrid (12-13 de julho). Sublevação militar contra a República em Marrocos e na Península (17-20 de julho). A sublevação converte-se em guerra civil. Combates na frente de Guadarrama. Por decreto da Junta de Burgos designa-se Mola como chefe do Exército do Norte e Franco como chefe do exército de Marrocos e do Expedicionário. O general Queipo de Llano é nomeado chefe de operações na Andaluzia. Em Praga, o Comintern<sup>(30)</sup> aceita criar uma Brigada Internacional de 5 000 homens e enviar uma ajuda de 1 000 milhões de francos. A Alemanha prepara a sua ajuda aos sublevados criando a sociedade Hisma<sup>(31)</sup> e o Estado Maior (26 de julho). A Junta de Defesa decreta o estado de guerra em toda a Espanha (28 de julho). Os mineiros da UGT montam cerco à cidade de Oviedo. Com apoio aéreo italiano, desembarca um contingente de tropas em Algeciras. A Grã-Bretanha e a URSS aceitam o acordo de Não Intervenção. Yagüe toma o comando das colunas do exército de África que avançam pela Extremadura. Ocupação de Zafra. Forte repressão contra os sindicalistas da UGT e CNT<sup>(32)</sup>. Sai de Barcelona a coluna do POUM<sup>(33)</sup> que vai tomar Alcubierre. O governo francês acorda fechar a fronteira com Espanha (7 de agosto). Decreto que dissolve a Guardia Civil. Os rebeldes ocupam Mérida, cortando os caminhos de ferro Madrid-Badajoz. As tropas de Yagüe ocupam Badajoz. Matança na praça de touros. Restabelece-se a bandeira bicolor na zona nacional (29 de agosto). Demissão de J. Giral. Largo Caballero forma governo de unidade com a UGT, com os partidos da Frente Popular e com o PNV<sup>(34)</sup> (4 de set.). Mola ocupa Irún, fechando a fronteira (5 de set.). Entrada em San Sebastián (13 de set.). Corte da estrada Madrid-Toledo. Contacto com Alcázar (27 de set.). Franco é eleito Generalíssimo (28 de set.). A 1 de

outubro assume a chefia do Estado. Começa o regime franquista. Criação da Junta Técnica do Estado, presidida por Dávila (3 de out.). Aguirre, presidente do Governo basco (7 de out.). Sai de Paris um contingente de Brigadas Internacionais (10 de out.). Largo Caballero assume o comando das Forças Armadas (15 de out.). Álvarez del Vayo, comissário geral de guerra. Varela ocupa povoações de Madrid. Ciano e Hitler decidem incrementar ajuda a Franco e reconhecê-lo (23 de out.). Segundo governo de Largo Caballero com quatro ministros de CNT (4 nov.). Junta de Defesa em Madrid (5 de nov.). O governo republicano muda-se para Valência. Criação do Conselho Superior de Guerra, presidido por Largo Caballero (9 de nov.). Chegada a Madrid da coluna Durruti, que morre na frente (20 de nov.). Processo e execução de J. A. Primo de Rivera (20 de nov.). Franco renuncia a ataque direto em Madrid. Reconhecimento da Junta de Franco pela Alemanha, Itália, Guatemala, El Salvador e Nicarágua (out.-nov.) Sessão de Cortes em Valência (1 de dez.). Junta de Defesa de Madrid perde funções políticas (6 de dez.). Novo governo da Generalitat sem o POUM (17 de dez.).

**1937** - Ofensiva sobre Málaga. Dissolução de Municípios republicanos, substituídos por Gestoras. Campanha do PCE contra o POUM. Batalha de Jarama e ocupação de Málaga (8 de fev.). Tribunais Populares de Guerra (fev.). Mola define características do Novo Estado. Navios italianos bombardeiam Valência. Pleno do Comité Central do PCE exige liquidação do POUM e critica Largo Caballero (5 março.). Goicoechea dissolve Renovação Espanhola (8 março). Êxitos republicanos em Guadalajara e Pozoblanco (8 de março). Mola inicia ofensiva em Biscaia (31 de março). Crise na Generalitat. Companys substitui Tarradellas (3 de abril). Ofensiva republicana em Teruel. Decreto de unificação. Franco, chefe do partido FET (Falange) e das

JONS (19 de abril). Dissolução da Junta de Defesa de Madrid, substituída pela Câmara Municipal presidida pelo PSOE (24 de abril). Destruição de Guernica pela Legião Condor (26 de nov.). Ocupação republicana do Santuário de Santa Maria de la Cabeza. Crise em Barcelona, CNT e POUM frente ao PSUC<sup>(35)</sup> e ERC. Novo governo da Generalitat (5 de maio). Aguirre toma o comando do exército basco. Cessação de Hedilla (9 de maio). Demissão de Largo Caballero (13 de maio). Começa a batalha pela substituição de Largo Caballero e dos seus seguidores nos órgãos de direção do movimento socialista. Novo governo de Juan Negrín (PSOE) sem a presença da UGT e da CNT (17 de maio). Morre o general Mola, inspirador da rebelião de 17 de julho (3 de junho). Fracasso da ofensiva republicana sobre Huesca para aliviar a frente de Bilbao. Dissolução do POUM e detenção de Nin (16 de junho). Ofensiva de Brunete. França volta a abrir a fronteira (13 de julho). Pacto de não-agressão UGT-CNT (29 de julho). Estatutos da FET e das JONS (4 de agosto). Conselho das Astúrias converte-se em Conselho Soberano do Norte (29 de julho). Duros combates em Belchite (set.). Rutura da frente asturiana por Riaño (25 de set.). Cisão temporal da UGT. Largo Caballero destituído da direção do movimento socialista. Ocupação de Gijón, fim da comuna asturiana (21 de out.). O governo republicano em Barcelona (30 de out.). Ofensiva republicana em Teruel (6 de dez.). Reconhecimento de Franco pelo Japão, Uruguai e Turquia.

**1938** - Ocupação republicana da cidade de Teruel (7 de jan.). Contraofensiva franquista. Constituiu-se o primeiro governo do general Franco (30 de jan.). Serrano Suñer, secretário do Governo. Afundamento do cruzeiro *Baleares* (6 de março). Ofensiva franquista em Aragão (março). Governo francês autoriza passagem de armas ao governo republicano (17 de março). CNT ingressa na Frente Popular

(1 de abril). Avanço franquista em Aragão e Lérida. Prieto sai de ministro da Defesa, que assume o presidente Negrín. Segundo governo Negrín, com o regresso da CNT (5-6 de abril). Alonso Veja toma Vinaroz, dividindo a zona republicana (15 de abril). Ofensiva para Valência. Daladier fecha de novo a fronteira francesa. Bombardeios de Barcelona e de Alicante. Morre o general Cabanellas (14 de maio). Fim da frente em Aragão com a retirada para França de unidades da Bolsa de Bielsa (16 junho). URSS aceita o plano de retirada de voluntários (junho). Inicia-se a batalha do Ebro (25 de julho). Nova crise do governo de Negrín. Operações na Extremadura (julho-agosto). Processo contra membros do POUM. Retirada de unidades italianas e das Brigadas Internacionais (out). Rutura da Frente Popular em França, que dificulta a passagem de material militar. Depois de duros combates durante quatro meses, fim da batalha do Ebro com derrota republicana. Morre o ministro do Interior franquista, general Martínez Anido (25 de dez.). Serrano Suñer, novo ministro.

**1939** - Avanço franquista na Catalunha. Mobilização republicana de homens entre os 17 e os 55 anos. Ocupação de Barcelona (26 de jan.). Largo Caballero sai de Espanha (28 de jan.). Miaja, chefe do Exército Popular juntamente com Rojo (7 de fev.). Saem de Espanha máximas autoridades civis republicanas (5 de fev.). Lei de responsabilidades políticas (9 de fev.). Conselho de generais, presidido por Negrín. Só Miaja apoia a resistência (16 de fev.). Azaña demite da presidência da República, assumida provisoriamente por Martínez Barrio (27 de fev.). Almirante Buiza dá ultimato a Negrín para que ponha fim à guerra (2 de março). Entrevista entre Negrín e Casado. Ascensão deste a general (3-5 de março). Negrín entrega o comando de várias praças ao PCE. Sublevação de Cartagena e saída da frota republicana para Tunes (4 de março). Golpe

do coronel Casado (4 de março). Constituição do Conselho Nacional de Defesa. Miaja, presidente. Presença de J. Besteiro, W. Carillo e A. Pérez pelo PSOE e UGT. Negrín abandona Espanha (6 de março). Combates entre unidades sob disciplina do Conselho de Defesa e do Governo republicano, dirigidas pelo PCE. Casado assume a situação de Madrid. Tentativas inúteis de negociação de paz honrosa e sem represálias com Franco. Pasionária e membros do *bureau* político do PCE saem de Espanha por Monóvar (Alicante) (8 de março). Franco adere ao pacto Anticomintern (27 de março). Tratado hispano-germano de amizade (31 de março). As tropas franquistas entram Madrid (28 de março). Última parte da guerra em Burgos: a guerra terminou (1 de abril). Nasce a JARE<sup>36</sup>) com D'Olwer como presidente e Prieto como vice-presidente (27 de julho). Inicia-se duramente a repressão com centenas de fuzilamentos. Espanha deixa a Sociedade das Nações. Começa a II Guerra Mundial (3 de set.). Franco proclama a neutralidade de Espanha (4 de set.). Os bens confiscados à Frente Popular passam para a Delegação de Sindicatos (23 de set.). Franco deixa Burgos e instala-se em El Pardo (18 de out.). Trasladação dos restos mortais de José António para o Escorial (20 de nov.).

**1940** - Sócrates Gómez trata de reorganizar o PSOE e as JJSS (Juventudes Socialistas) (20 de jan.). António Cuadra forma um Comité de Coordenação do Movimento Socialista em Valência. A tentativa é desarticulada em 1941. Desarticulação do PSUC (fev.). Lei de repressão do comunismo e da maçonaria (1 de março). Companyz organiza em França um Conselho Nacional da Catalunha (1 de março). Chega a Madrid o embaixador britânico S. Hoare (1 de junho). Franco troca a neutralidade pela não-beligerância (12 de junho). Franco ocupa Tanger (14 de junho). Lei de criação das Milícias da Falange (2 de julho).

Visita de Himler a Madrid (17 de julho). Franco reclama oficialmente Gibraltar. A Gestapo detém e entrega a Franco Companys, Zugazagoitia, Cruz Salido, etc. Largo Caballero será internado no campo nazi de Orianemburg. Julián Besteiro morre na prisão de Carmona (27 de set.). Execução de Companys em Barcelona (15 de out.). Encontro de Franco e Hitler em Hendaya (23 de out.). M. Azaña falece em Montauban (França) (3 de nov.).

**1941** - Afonso XIII abdica no seu filho Juan (5 de jan.). Franco e Mussolini encontram-se em Bordighera (12 de fev.). Franco e Pétain encontram-se em Montpellier (14 de fev.). Afonso XIII falece em Roma. Carrero Blanco, subsecretário da Presidência (5 de maio). Serra sai da Governação e da Secretaria Geral do Movimento. Formação da Divisão Azul (27 de junho). Junta dos generais monárquicos Kindelán, Aranda, Orgaz... (22 de julho). Reunião de monárquicos para formar um Conselho de Regência: Aranda, Orgaz, Vegas Latapié, Gil Robles e Sáinz Rodríguez (nov.).

**1942** - O Conselho Nacional Basco dissolve-se e passa os seus poderes para o Governo Basco. Franco e Salazar reúnem em Badajoz (12 de fev.). Constituição no México da UDE<sup>(37)</sup>, animada pelo PCE, PSOE e Negrín (16 de fev.). Decreto da criação das Cortes de Franco (17 de julho). Pedro Checa morre no México, carrilho sucede-lhe no *bureau* político do PCE (6 de agosto). Jordana substitui Serrano nos Negócios Estrangeiros (3 de set.). Tentativa de reorganizar a CNT na Catalunha (25 de set.). Organiza-se em Aragão o primeiro comité regional do PSOE após a repressão da guerra. Roosevelt garante a Franco a integridade de Espanha se mantiver a neutralidade. Don Juan torna públicas pela primeira vez as suas aspirações ao trono (10 de set.).

**1943** - Lei de Rebelião Militar aplicável aos delitos políticos (15 de fev.). Carta de don Juan a Franco, pedindo-lhe a transmissão de poderes. Dissolução do Comintern. Documento assinado por 26 procuradores encabeçados pelo duque de Alba, pedindo a restauração da Monarquia (jun.). Convocação da Junta Suprema da União Nacional (1 de set.). Grupo de tenentes generais pede a Franco a restauração. J. Monzón (PCE) instala-se em Espanha clandestinamente (8 de set.). Retirada da Divisão Azul pelo governo (12 de nov.). Nasce no México a Junta Espanhola de Libertação, impulsionada por Prieto e Martínez Barrio, sem o PCE.

**1944** - Carta de don Juan a Franco pedindo-lhe de novo o trespasse de poderes (26 de jan.). Reorganização do Comité Regional do PSOE nas Astúrias (26 de fev.). Churchill pronuncia-se em termos favoráveis a Franco. Assinado o documento fundacional da ANFD<sup>(38)</sup> clandestina por ARE<sup>(39)</sup>, PSOE, CNT e UGT (13 de junho). De Gaulle dissolve o XIV Corpo de Guerrilheiros Espanhóis. Incursão de cerca de 3000 a 4000 guerrilheiros ao Vale de Arán (16 de out.). Promulgação do Novo Código Penal.

**1945** - Congresso do PSOE em Toulouse elege Llopis como secretário-geral (set.). Constitui-se em Tolosa o MSC<sup>(40)</sup> a partir de setores socialistas do POUM e do PSUC (14 de jan.). O comité Central do PCE convoca os seus militantes para reforçar a guerrilha. Manifesto de Lausanne de don Juan de Borbón (19 de março). Declaração de Baiona dos partidos bascos, que criam o Conselho Consultivo, assessor do Governo. Cai nas mãos da polícia a Executiva do PSOE de Gómez Egido (16 de set.). Dolores Ibárruri chega a Paris depois de deixar Moscovo (8 de maio). Conferência de San Francisco nega a entrada em Espanha na ONU (19 de junho). Martín-Artajo, católico colaboracionista, ministro dos Negócios Estrangeiros (20 de julho). Manifesto carlista de

Fal Conde (30 de julho). Las Cortes, reunidas no México, elegem Martínez Barrio presidente interino da República (17 de agosto). Giral sucede a Negrín no Governo da República. Constituído em Paris o governo da Generalitat presidido por J. Irla (26 de agosto).

**1946** - Condenação de Franco pela ONU (9 de fev.). Execução de C. García (21 de fev.). Protesto internacional e encerramento da fronteira francesa (1 de março). O general Kindelán é desterrado (26 de fev.). Carrillo entra no governo de Giral no exílio (23 de março). Morte de Largo Caballero em Paris (25 de março). Estados Unidos, Grã-Bretanha e França contra Franco (3 de abril). Conselho Privado de don Juan (abril). II congresso do PSOE no exílio (6 de maio). O coronel Queipo de Llano informa don Juan de acordo com a ANFD (out.). Greve de fome de presos políticos, dirigida pelo PCE (dez.).

**1947** - Desterro do general Aranda (8 de jan.). Carrero informa don Juan sobre a Lei de Sucessão. Cria-se o Conselho do Reino. Oposição do Pretendente à Lei (9 de abril). O PCE distancia-se novamente da ANFD de republicanos, socialistas e *cenetistas* (CNT) (abril). Greve geral em Bilbao a cargo de nacionalistas e socialistas (1 de maio). Referendo da Sucessão (6 de julho). Governo de partidos republicanos presidido por A. Albornoz (27 de agosto). Rusga na ANFD com mais de 50 *cenetistas* e socialistas presos.

**1948** - Dissolução do governo catalão no exílio (24 j de an.). 19 guerrilheiros, na sua maioria do PCE, mortos nas Astúrias (28 de jan.). Agudiza-se a repressão contra o PSOE. Abertura da fronteira franco-espanhola (10 de fev.). III congresso do PSOE em Toulouse. Queda de cerca de 30 militantes do PSOE e da UGT de Saragoça e desarticulação dos seus Grupos de ação armados (fev.). Truman exclui

Espanha do Plano Mashal (2 de abril). Detida a Executiva do PSOE no interior (19 de maio). Encontro de Franco e don Juan em Azor para decidir que o príncipe Juan Carlos estude em Espanha (25 de agosto). Pacto de San Juan de Luz entre socialistas e monárquicos (28 de agosto). Evacuação de 32 guerrilheiros do PSOE das Astúrias e de León-Galiza (21 de out.). Entrega pelo general Aranda do Pacto de San Juan de Luz na embaixada britânica de Madrid (31 out.). O príncipe Juan Carlos chega a Madrid.

**1949** - Fuzilados quatro dirigentes do PSUC. Criação do Comité de contacto PSOE-monárquicos sem Prieto (2 de março). O PSOE quer incluir Espanha na NATO quando Franco desapareça. Aranda dirige um manifesto monárquico a generais e chefes. Morrem Alcalá Zamora e Lerroux. A frota americana fundeia em El Ferrol. Franco visita Barcelona (1 de junho).

**1950** - Os Estados Unidos da América emprestam a Franco 62,5 milhões de dólares. Anulação da resolução da ONU de 1946 contra Espanha. Prieto abandona os seus cargos no PSOE e na UGT (16 de nov.).

**1951** - Incorporação de Espanha na OMI (pertencente à ONU) (27 fev.). Regresso a Madrid dos embaixadores. Congresso extraordinário do PSOE em Toulouse. Greve geral em Biscaia e Guipúscoa com mais de um milhar de detenções de operários socialistas, nacionalistas, comunistas e *cenetistas* (maio). Carrero Blanco e Ruiz-Giménez entram no governo (20 de julho). Rutura do Pacto de San Juan de Luz entre o PSOE e CEFM (agosto).

**1952** - Assembleia carlista proclama rei Javier de Borbón-Parma (maio). V congresso do PSOE (agosto). Chegam a França os últimos 26 guerrilheiros do grupo do PCE no Levante-Aragão. Um grupo de 6 guerrilheiros socialistas de

Granada-Málaga alcança a fronteira com França (set.). Espanha entra na UNESCO.

**1953** - Regresso do exílio de J. M. Gil Robles. Desmantelado o Comité Nacional da CNT (julho), o último do pós-guerra até à reorganização nos anos sessenta. Assinatura da Concordata Espanha-Santa Sé (agosto). Acordo hispano-americano de ajuda militar e económica (set.). Congresso da UGT no exílio (nov.). Primeiro Congresso Nacional do Movimento (dez.).

**1954** - Manifestação de estudantes do SEU<sup>(41)</sup> pedindo Gibraltar. Célula do PSOE no SEU de Madrid: Oruño, Villar, Carvajal... Detenção de Comorera (abril). Josep Torradellas, presidente da Generalitat, depois de excluir o socialista Serra y Moret (agosto). V congresso, no exílio, do PCE. Ato monárquico de afirmação no Estoril (out.). Eleições municipais. Participação dos monárquicos e incidentes com os falangistas. Encontro de Franco com don Juan em Cáceres (dez.).

**1955** - Don Juan declara-se partidário dos princípios do Movimento e da Falange (junho). Entrada de Espanha na ONU (dez.).

**1956** - Incidentes entre universitários e falangistas. Suspensão de artigos do Foro dos Epanhóis (fev.). Detenção de Sánchez-Mazas, Tamames, Ridruejo, Múgica... Crise de governo: demissão de Ruiz-Giménez e de Fernández Cuesta (16 de fev.). Detenção de Girbau, Ortuño, Ibañez e Caro de ASU<sup>(42)</sup> (março). Fim da Zona Norte do Protetorado em Marrocos. Entrada na OIT<sup>(43)</sup> (28 de maio). Morre em Paris J. Negrín (15 de nov.). Constituição da plataforma de Ação Democrática, dirigida por Ridruejo, de ideologia social-liberal (nov.).

**1957** - Demissão de Arrese após ver fracassado o seu projeto de falangização do regime. Documento das três

hipóteses de Tierno e Gil Robles. Protestos nas Universidades de Madrid e Barcelona. Novo governo. Alonso Veja à frente da governação. Solís, ministro do Movimento, Castiella de Negócios Estrangeiros e ministros da Opus nas áreas económicas. Arias Navarro responsável da polícia (fev.). Guerra de Ifni com Marrocos (23 de nov.). Declaração fundacional da União Espanhola, plataforma monárquica (dez.).

**1958** - Tribunal para a repressão das atividades extremistas, a cargo do coronel Eymar (jan.). Estado de exceção. Quedas do PSUC, PCE e do PSOE-UGT (março-abril). Lei de Princípios do Movimento Nacional (7 de junho). Congresso do PSOE em Toulouse (agosto). Queda de Amat, Reventós e de uma centena de militantes do PSOE, UGT e MSC (nov.). Conselho de Forças Democráticas da Catalunha, sem o PSUC. Comités de Coordenação Universitários entre ASU, FLP<sup>(44)</sup> e PCE.

**1959** - Ato político semipúblico de União Espanhola com a presença de Satrústegui e Tierno (jan.). Criação da ETA (jan.). Constituição formal da Oposição Sindical como frente operária do PCE. Franco inaugura o Valle de los Caídos (1 de abril). Quedas do PCE, ASU e FLP por causa da Greve Nacional Pacífica (18 de junho). Espanha entra na OECE<sup>(45)</sup> (julho). Lei de Ordem Pública (30 de julho). Demissão de Pasionária da Secretaria do PCE. Congresso em Praga do PCE, Carrilho secretário. Visita de Eisenhower a Franco (23 de dez.).

**1960** - Morre em Barcelona o ativista libertário Sabater (5 de jan.). Falece Aguirre, sendo substituído por Leizaola (22 de março). Encontro entre Franco e don Juan (29 de março). Bombas do DRIL<sup>(46)</sup> em Madrid (março). Detido J. Pujol e outros 20 catalanistas após um ato de afirmação (20 de maio). Herrera sucede a Gordón Ordás no governo do exílio

(maio). Decreto-lei sobre repressão de rebelião militar, banditismo e terrorismo (21 de set.). Fundação da Democracia Social Cristã de Gil Robles (nov.). Comitês Internacionais para Espanha de CIOSL-CISC<sup>(47)</sup> e da Internacional Socialista (dez.).

**1961** - Tierno e Ridruejo processados (março). Constituição da UFD<sup>(48)</sup> pelo PSOE, IDC<sup>(49)</sup>, ARDE<sup>(50)</sup>, PNV, UGT, STV<sup>(51)</sup>... (junho). Aliança sindical UGT-CNT-STV. Explosivos de ETA em linha ferroviária. Congresso do PSOE em Puteaux. Debate Prieto, Jimeno e Gómez Llorente (agosto). Constituição de FUDE<sup>(52)</sup> em Madrid: FLP, JJSS e PCE (out.).

**1962** - Morre Martínez Barrio (1 de jan.). Jiménez de Asúa e Sánchez Albornoz à frente de instituições republicanas. Prieto morre no México (12 de fev.). Petição de Castiella para a abertura de relações com a CEE (9 de fev.). Casamento de D. Juan Carlos de Bourbon com a princesa Sofia de Grécia em Atenas (maio). Colóquio de Munique de membros de associações europeístas espanholas pela democracia e reconciliação. Só a FLP, CNT e POUM são contra o encontro. Fraga, ministro da Informação; Muñoz Grandes, vice-presidente (1º de julho). Constituição da Aliança Sindical Operária: dissidentes da UGT, CNT e SOCC<sup>(53)</sup> (fundado em 1959) (out.). Grimau é detido (7 de nov.). José Giral morre no México (23 de dez.). Negociações com Llopi, Gil Robles e Ridruejo.

**1963** - II Assembleia de ETA(março). Visita oficial de Giscard d'Estaing a Madrid (19 de abril). Execução de J. Grimau por supostas responsabilidade da guerra (20 de abril). Aprovado o I Plano de Desenvolvimento (28 de nov.). Tribuna de Ordem Pública (21 de dez.).

**1964** - Duas crises do PCE: maoístas e conflito com Claudín-Semprún (março). Demissão de Areilza (julho). Posteriormente, presidente do Secretariado político de don

Juan e abertura ao PSOE. Congresso do PSOE, de novo em Toulouse (agosto). Constituição das CC.OO (Comisiones Obreras) em Madrid e Barcelona (set.-nov.). RuisGiménez deixa as Cortes (5 de dez.).

**1965** - O PCE em Paris decide abandonar o OSO<sup>(54)</sup> e impulsionar as CC.OO. (jan.). Cimeira de Los Molinos da Democracia Cristã com o objeto de unificar todos os grupos (jan.). Claudín e Semprún são expulsos do PCE (abril) e Tierno do PSOE (junho). Reajuste do Governo: López Rodó e Silva, principais incorporações (7 de julho). Fraga declara que D. Juan Carlos será rei (20 de nov.).

**1966** - Cai em Palomares um avião dos Estados Unidos com bombas nucleares (17 de jan.). Declaração do Secretariado de Don Juan (jan.). PNV convoca Aberri Eguna<sup>(55)</sup> em Vitória e ETA em Irún (abril). Lei de Imprensa de Fraga (18 de março). Sequestro do *ABC*. Congresso de Montserrat do MSC em janeiro de 1967: política das três unidades. Franco apresenta às Cortes a Lei Orgânica do Estado (22 de nov.). Ruiz-Giménez demitido de *Cuadernnos para el Diálogo* (nov.). Referendo da LOE (14 de dez.). V Assembleia de ETA, por uma ação de massas (dez.).

**1967** - Jornada de luta das CC.OO., mais de cem detidos (27 de jan.). O PCE convoca uma greve geral nas Astúrias (1 de fev.). Tribunal supremo ilegaliza as CC.OO. (16 f de ev.). Endurecimento da repressão e fim da abertura após o fracasso exterior, crescimento da oposição e protestos sociais. Detido Camacho e outros dirigentes das CC.OO. (março). Estado de exceção em Biscaia devido aos protestos operários e nacionalistas (21 de abril). Demissão de Muñoz Grandes (22 de de julho). Carrero novo vice-presidente do governo (21 de set.). Desvalorização da peseta (19 de nov.). Acordo de Paris entre o PSOE, UDC<sup>(56)</sup>, DSC<sup>(57)</sup>, ASD<sup>(58)</sup>, ARDE, PNV, ERC e ANV<sup>(59)</sup>.

**1968** - Constituição do PS no interior (21 de jan). Camacho ante o TOP, ficará durante 5 anos na prisão (2 de abril). Lei de Segredos Oficiais (5 abril). Villar Palasí, ministro de Educação (14 de abril). Primeiro atentado mortal de ETA contra a Guardia Civil (7 de junho). III coordenadora das CC.OO. e relatório do PCE, aprovado no CC (julho). X congresso da UGT. ETA assassina Melitón Manzanas, chefe da Brigada de Investigação Social de San Sebastián (2 de agosto). PCE condena invasão da Checoslováquia (28 agosto). Independência da Guiné (12 de out.). Estado de exceção em Guipúscoa (dez.). Meia centena de detidos do PSOE-UGT. Carlos Hugo obrigado a exilar-se. Estado de exceção em toda a Espanha.

**1969** - Êxito em Biscaia da greve geral (31 de jan.). Ruiz-Giménez preside ID<sup>(60)</sup>. Decreto de prescrição de responsabilidades da Guerra Civil (29 de março). As Cortes proclamam D. Juan Carlos Sucessor à chefia do Estado e príncipe de Espanha (22 de julho). Dissolução do Secretariado de don Juan. Declaração oficial de MATESA<sup>(61)</sup> (agosto). Novo gabinete de tecnocratas, maioria da OPUS. Fraga, Solís e Castiella saem do governo (30 de out.). Fuga de 15 presos (10 da ETA) (dez.). Plataforma Unitária de oposição na Catalunha (CCFPC<sup>(62)</sup>) (dez.).

**1970** - Areilza polemiza com Carrero (abril). Fracasso das conversações Llopis, Gil Robles, Areilza, Ruiz-Gómez e Ridruejo. Processo do TOP contra 13 dirigentes do PSOE. Rubial absolvido (abril). Encontro PCE-PCUS em Moscovo. Visitas de De Gaulle e Marcello Caetano<sup>(63)</sup> (maio). T. Fernández-Miranda, secretário do Movimento, divulga o projeto de associações políticas (26 de maio). Acordo preferencial CEE-Espanha (29 de junho). Morre o capitão-general Muñoz Grandes (12 de julho). Novo acordo com os Estados Unidos (6 de julho). Decisivo congresso do PSOE.

Intervenção de F. González (agosto). Cisão de Líster no PCE. Jornada pró-amnistia das CC.OO. Unidade de ação de socialistas, comunistas, cristãos e nacionalistas pelo Processo de Burgos<sup>(64)</sup> (dez.). Greves e protestos universitários ao começar o processo. Pressão internacional. Sequestro do cônsul alemão em San Sebastián (1 de dez.). Estado de exceção em Guipúscoa (5 de dez.). Suspensão de alguns artigos do Foro dos Espanhóis em toda a Espanha. Franco comuta as penas de morte (31 de dez.).

**1971** - Nasce o FRAP<sup>(65)</sup> (jan.). Detenções massivas no País Basco. Constituição de LCR<sup>(66)</sup>. Detidos membros do PSOE (González, Múgica e Redondo) (21 de jan.). Visita dos príncipes aos Estados Unidos (jan.). Jornadas de luta das CC.OO. e prisões do PCE em Sevilha. Cisão de USO<sup>(67)</sup>. Mesa Democrática em Madrid com UGT-PSOE, PCE-CC.OO. não se consolida (maio). Reforma da Lei de Ordem Pública. XI congresso da UGT no exílio. Llopis e Muiño substituídos. Forte abstenção na eleição para procuradores de família (set.). Indulto de Franco aos implicados no caso de Matesa (11 de out.). Violência ultra contra livrarias. Assembleia da Catalunha que integra temporariamente UGT-PSOE (nov.). Nasce o Movimento Comunista a partir de um setor de ETA (nov.).

**1972** - Greve geral em El Ferrol (março). Sartorius sai da prisão (abril). Campanha da Assembleia de Catalunha pelo Estatuto de 32. Detenção de dirigentes das CC.OO. que dará lugar ao Processo 1001 (25 de junho). Nova cisão na ETA (julho). XII Congresso do PSOE sem Llopis (agosto). VIII Congresso do PCE. Tratado comercial com a URSS (set.). Atentado mortal contra o cônsul francês (out.). Veto governamental de Gil de Robles para a Ordem dos Advogados. Sequestros de ETA em apoio do conflito de operários (1972-1973).

**1973** - Relações com a RDA e com a China (jan.). III congresso PSUC (jan.). Congresso do PCI (futuro PTE)<sup>(68)</sup>. Processo contra a direção da USO. Congresso do PCE (M-L) (abril). A FRAP assassina um polícia na manifestação do 1º de maio. Desarticulações do PCE (m-l). Carrero, primeiro presidente de Governo em vida de Franco (11 de junho). Reunião da Equipa Democrata Cristã (junho). Congresso da UGT, último no exílio. Redondo, primeiro secretário. VI Assembleia de ETA. Decreta-se segredo oficial sobre Guiné. Atentado mortal de ETA contra Carrero (23 dez.). Suspende-se projeto de greve geral para janeiro, promovida por toda a oposição de esquerda incluindo ETA. Arias, presidente da Câmara Municipal de Madrid e antigo chefe da repressão, nomeado presidente do Governo (29 de dez.).

**1974** - Novo governo de Arias (4 de jan.). A Internacional Socialista reconhece o PSOE, dirigido por Redondo, Múgica e Castellanos, após a demissão de Guerra e González (6 de jan.). Discurso de Arias sobre a reforma política (12 de fev.). Execução de Puig Antich (2 de março). Conflito do bispo Añoveros com o Governo (3 de março). O espírito de fevereiro em causa. Detenção de Romero, máximo dirigente do PCE em Espanha (4 de abril). F. González, Trevijano e Rojas Marcos discutem projeto de Junta Democrática. Destituição de Díez Alegria como chefe do Estado Maior (junho). Conferência Socialista Ibérica, promovida pelo PSOE e pela Internacional Socialista (agosto). Franco dá entrada no hospital (9 de junho). D. Juan Carlos assume provisoriamente a chefia do Estado (19 de junho). Constituição do Grupo Tácito. Organização da oposição moderada de direita. Constituição da UMD<sup>(69)</sup>. Franco reassume a chefia do Estado (1 de set.). Atentado terrorista no café Rolando, 11 mortos (11 de set.). Congresso PSOE Suresnes. F. González, primeiro secretário (11 de out.). Fundação da Convergência Democrática de Catalunha com

Pujol, Trías e Roca (nov.). Constituição em 1974 da Convergência Socialista de Catalunha, Partido Socialista do País Valenciano, Reagrupamento Socialista, Partido Socialista Popular, Aliança socialista de Andaluzia e Reconstrução Socialista. Greve geral no País Basco convocada pelo PSOE-UGT, USO e setores esquerdistas e nacionalistas das CC.OO. (11 de dez.). Lei de Associação nas Cortes (20 de dez.). 11 mortos no Sahara em confronto com o exército.

**1975** - Registo de Associações no Conselho Nacional do Movimento (13 de jan.). Demissão do ministro do Trabalho (fev.), que se junta assim a dos titulares da Fazenda e Informação. Mudança no governo: 5 novos ministros (5 de março). A Junta Democrática reúne-se com o Parlamento e com o Conselho Europeu (10 de março). Trâmites de Gil Robles para legalizar a Federação Popular Democrática (março). Estado de exceção no País Basco (25 de abril). O Governo proíbe don Juan de pisar terra espanhola (18 de junho). Morre Ridruejo, líder de USDE<sup>(70)</sup> (29 de junho). Plataforma da Convergência Democrática (PCD), promovida pelo PSOE, PNV, USDE, ID, RSDC<sup>(71)</sup>, OTR<sup>(72)</sup>... (junho). Comício de Carrillo e Berlinguer: eurocomunismo (9 de julho). Fundação de FEDISA<sup>(73)</sup> com Fraga, Areilza, Oreja... (11 de julho). Ministério Público pede pena de morte para membros da FRAP. Novo decreto antiterrorista (agosto). Campanha internacional contra a repressão, promovida pela CES<sup>(74)</sup>, CIOSL<sup>(75)</sup>, CMT<sup>(76)</sup>, IS. Execuções de cinco membros da FRAP e ETA (27 de set.). Repúdio internacional. CEE suspende conversações. Presidente do México pede a expulsão de Espanha da ONU. Última concentração popular em vida de Franco (1 de out.). Novo acordo com os Estados Unidos (6 de out.). Relatório da Comissão ONU sobre o Sahara (14 de out.). Hassan anuncia marcha verde. Doença

de Franco (21 de out.). O príncipe Juan Carlos assume a chefia do Estado (28 de out.). D. Juan Carlos viaja ao Sahara (nov.). Hassan II retira a marcha verde (9 de nov.). Morre Franco (20 de nov.). Juan Carlos I, Rei de Espanha (22 de nov.). Novo governo de Arias Navarro.

**1976** - Prorrogação da X Legislatura. Discurso do rei no Congresso dos Estados Unidos (2 de junho). Demissão de C. Arias Navarro. A. Suárez, novo presidente (4 de julho). Sequestro de A. Oriol (11 de dez.). Referendo sobre a reforma política (15 de dez.).

**1977** - Matança de Atocha (24 de jan.). Legalização do PCE (9 de abril). Vitória da UCD<sup>(77)</sup> nas eleições para as Cortes Constituintes (15 de junho). Pactos da Moncloa (out.).

**1978** - Elaboração dos estatutos pré-autonómicos. Referendo da Constituição (6 de dez.).

**1979** - Vitória da UCD nas eleições legislativas (1 de março). Eleições municipais (3 de abril). Criação do Tribunal Constitucional (5 de out.). Referendo do Estatuto do País Basco e da Catalunha (25 de out.).

**1980** - Vitória do PNV nas eleições do País Basco (9 de março). Vitória da CiU<sup>(78)</sup> nas eleições da Catalunha (20 de março).

**1981** - Demissão de A. Suárez (29 de jan.). Golpe de Estado (23 de fev.). L. Calvo-Sotelo, presidente do Governo (26 de fev.). Vitória de AP<sup>(79)</sup> nas eleições da Galiza (20 de out.). Adesão de Espanha à NATO.

**1982** - Dissolução de ETA-PN (30 de set.). Visita a Espanha de João Paulo II (out.). Vitória do PSOE nas eleições legislativas (28 de out.). Primeiro governo de Felipe González (3 de dez.).

**1983** - Expropriação de Rumasa (23 de fev.). Eleições municipais (8 de maio).

**1984** - Reorganização da Defesa Nacional. Atividade dos GAL<sup>(80)</sup>. Primeiras extradições de França de membros da ETA.

**1985** - Tratado de adesão à CEE (12 de junho). Criação do IVA (9 de agosto).

**1986** - Referendo sobre a NATO (12 de março). Vitória do PSOE nas eleições legislativas (22 junho).

**1987** - Eleições municipais (10 junho). Primeiras eleições do Parlamento Europeu (10 junho). Atentado da ETA no Hipercor (19 junho). Atentado da ETA em Saragoça (11 dez.).

**1988** - Pacto de Ajuria Enea (12 jan.). Greve geral (14 dez.).

**1989** - Eleições para o Parlamento Europeu (15 de junho). Concessão de canais de televisão privados (25 de agosto). Vitória do PSOE nas eleições legislativas (29 de out.).

**1990** - Aprovação da LOGSE<sup>(81)</sup>. Início da emissão das televisões privadas.

**1991** - Guerra do Golfo Pérsico (jan.). Eleições municipais (26 de maio). Conferência de Paz do Próximo Oriente, celebrada em Madrid (out.).

**1992** - Assinatura do Tratado de Maastricht (fev.). Detenção em Bidart da cúpula da ETA (29 de março).

**1993** - Entra em vigor o Mercado Único Europeu (1 de jan.). Eleições gerais: o PSOE ganha, mas perde a maioria absoluta (6 de junho). Entra em vigor o Tratado de Maastricht: a União Europeia substitui a Comunidade Europeia (1 de nov.).

**1994** - Eleições para o Parlamento Europeu: primeira vitória do PP em eleições de âmbito nacional (12 de junho). As Cortes aprovam a Lei do Jurado (23 de fev.). Eleições municipais: o PP é o partido mais votado.

**1995** - As Cortes aprovam o novo Código Penal, que substitui o de 1848 (8 de nov.). Javier Solana é nomeado secretário-geral da NATO (1 de dez.). Cimeira de Madrid: os 15 países da União Europeia acordam o nascimento da nova moeda, o euro (15 de dez.).

**1996** - Eleições gerais: O PP ganha por maioria simples (3 de março). José María Aznar é investido presidente do Governo, o quarto desde a restauração democrática, com o apoio de formações nacionalistas (4 de maio).

**1997** - Espanha ingressa na estrutura militar da NATO (2 de dez.).

**1998** - Espanha completa os critérios de convergência europeia e adere aos países da União Monetária (abril). Os partidos nacionalistas bascos (PNV, HB<sup>(82)</sup> e EA<sup>(83)</sup>) e IU assinam o Pacto de Estella (12 de set.).

**1999** - O euro entra em vigor em Espanha e nos restantes países da EU (1 de jan.). Eleições municipais, autonómicas e europeias: o PP é o partido mais votado (13 de junho). Javier Solana nomeado secretário-geral UEO<sup>(84)</sup> (12 de out.).

**2000** - Eleições gerais: o PP obtém a maioria absoluta (12 de março). Duas mulheres presidem, pela primeira vez na história, as câmaras das Cortes: Luísa Fernanda Rudi, o Congresso, e Esperanza Aguirre, o Senado (5 de abril). Último sorteio do Serviço Militar Obrigatório (8 de nov.).

**2001** - Entra em vigor a Lei de Estrangeiros (23 de jan.). As Cortes aprovam o Plano Hidrológico Nacional (20 de maio). O governo aprova o envio de tropas para o Afeganistão sob o comando do corpo do Exército Europeu (17 de dez.).

**2002** - Entra em circulação o euro, a moeda da União Europeia (1 de jan.). Ocupação marroquina da ilha espanhola de Perejil, desalojo dos ocupantes pela Legião e retirada das tropas espanholas após um acordo com

Marrocos graças à mediação dos Estados Unidos (11, 17 e 20 de julho). Catástrofe ecológica na Galiza pelo afundamento do petroleiro Prestige (nov.).

**2003** - O Tribunal Supremo confirma e sentencia a ilegalização de HB, EH<sup>(85)</sup> e Batasuna (28 de março). O Governo ordena o envio de tropas para o Iraque na guerra dos Estados Unidos com o país de Saddam Hussein (maio). Morte de 63 militares na Turquia no acidente do avião Yakovlev fretado pelo Ministério da Defesa (maio).

**2004** - Eleições gerais: o PSOE ganha as eleições marcadas pelo atentado terrorista de 11 de março, pela incerteza da autoria dos atentados e pelo polémico dia de reflexão. O governo do PP foi castigado pelo equívoco da sua informação (14 de março). José Luís Rodríguez Zapatero é investido presidente do Governo (17 de abril). Rodrigo Rato é nomeado diretor-geral do Fundo Monetário Internacional (4 de maio). Começa a comissão de Investigação aos atentados do 11-M (6 de julho).

**2005** - Política territorial, recusa do chamado plano Ibarretxe encaminhado para conseguir a soberania do País Basco (fev.) e admissão a trâmite no Parlamento a reforma do Estatuto de Autonomia da Catalunha, aprovado por maioria no Parlamento Catalão (out.).

-

<sup>(25)</sup> Ou Ditabranda. Termo popular surgido na época de Berenguer que articula *ditadura* com *branda* para caracterizar o seu governo (N. T.).

<sup>(26)</sup> Confederação Espanhola de Direitas Autónomas (N. T.).

<sup>(27)</sup> Juntas de Ofensiva Nacional-Sindicalista (N. T.).

<sup>(28)</sup> O termo *estraperlo* ou *straperlo* era usado em Espanha para designar o comércio ilegal de bens submetidos a algum tipo de imposto, sinónimo de mercado negro ou de qualquer atividade ilícita. O escândalo ocorreu com a introdução de jogos de roleta elétrica de marca «Strapelo» derivado dos apelidos dos holandeses judeus que promoveram o negócio, **Strauss**, **Perel** e

**Lowann**, nos casinos de San Sebastián através de subornos aos políticos do Partido Republicano Radical e a familiares do seu líder Lerroux. (N. T.).

(29) Juventudes Socialistas Unificadas (N. T.).

(30) Termo que designa a III Internacional ou Internacional Comunista (N. T.).

(31) Sociedade Hispano-Marroquina de Transportes ou em alemão *Hispano-Marokkanische Transport-Aktiengesellschaft* (Hisma), empresa fantasma controlada pelo Partido Nazi como encobridora do tráfico de armas (N. T.).

(32) Confederação Nacional do Trabalho (N. T.).

(33) Partido Operário de Unificação Marxista (N. T.).

(34) Partido Nacional Basco (N. T.).

(35) Partido Socialista Unificado da Catalunha (N. T.).

(36) Junta de Auxílio aos Republicanos Espanhóis (N. T.).

(37) União Democrática de Estudantes (N. T.).

(38) Aliança Nacional de Forças Democráticas (N. T.).

(39) Aliança Republicana Espanhola (N. T.).

(40) Movimento Socialista da Catalunha (N. T.).

(41) Sindicato Espanhol Universitário apoiante de Franco (N. T.).

(42) Associação Socialista Universitária (N. T.).

(43) Organização Internacional do Trabalho (N. T.).

(44) Frente de Libertação Popular (N. T.).

(45) Organização Europeia para a Cooperação Económica (N. T.).

(46) Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (N. T.).

(47) Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (N. T.).

(48) União de Forças Democráticas (N. T.).

(49) Esquerda Democrática Cristã (N. T.)

(50) Ação Republicana Democrática (N. T.).

- (51) Solidariedade de Trabalhadores Bascos (N. T.).
- (52) Federação Universitária Democrática Espanhola (N. T.).
- (53) Solidariedade de Operários Cristãos da Catalunha (N. T.).
- (54) Oposição Sindical Operária (N. T.).
- (55) Dia da Pátria em basco (N. T.).
- (56) União Democrática da Catalunha (N. T.).
- (57) Democracia Social Cristã (N. T.).
- (58) Aliança Socialista Democrática (N. T.).
- (59) Ação Nacionalista Basca (N. T.).
- (60) Esquerda Democrática (N. T.).
- (61) O caso Matesa foi um dos maiores escândalos político-económico que abalou Espanha nos últimos anos do franquismo.
- (62) Comissão Coordenadora de Forças Políticas da Catalunha (N. T.).
- (63) É o primeiro chefe de governo português que visita oficialmente a capital espanhola (N. T.).
- (64) Julgamento sumaríssimo contra 16 membros da ETA (N. T.).
- (65) Frente Revolucionária Antifascista e Patriota (N. T.).
- (66) Liga Comunista Revolucionária (N. T.).
- (67) União Sindical Operária (N. T.).
- (68) Partido Comunista de Espanha (Internacional), de ideologia maoista, que altera o seu nome para Partido do Trabalho de Espanha (N. T.).
- (69) União Militar Democrática (N. T.).
- (70) União Social Democrata Espanhola (N. T.).
- (71) Reagrupamento Socialista e Democrático da Catalunha (N. T.).
- (72) Organização Revolucionária de Trabalhadores (N. T.).
- (73) Fundação de Estudos Independentes (N. T.).

- (74) Confederação Europeia de Sindicatos (*N. T.*).
- (75) Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (*N. T.*).
- (76) Confederação Mundial do Trabalho (*N. T.*).
- (77) União do Centro Democrático (*N. T.*).
- (78) Convergência e União (*N. T.*).
- (79) Aliança Popular (*N. T.*).
- (80) Grupos Antiterroristas de Libertação (*N. T.*).
- (81) Lei Orgânica de Ordenação Geral do sistema Educativo de Espanha (*N. T.*).
- (82) Herri Batasuna (*N. T.*).
- (83) Eusko Alkartasuna (*N. T.*).
- (84) União Europeia Ocidental (*N. T.*).
- (85) Euskal Harritarrok (*N. T.*).

# Índice onomástico

Abarca, família

Abarca de Bolea, Pedra Pablo. Ver conde de Aranda.

Abássida, dinastia

Abd Allah, emir de al-Andalus

Abd Allah, rei da taifa de Granada

Abd al-Malik, califa de Córdoba

Abd el-Krim

Abderramão I, emir de al-Andalus

Abderramão II, emir de al-Andalus

Abderramão II, emir de al-Andalus

Abu al-Hasan, sultão de Granada

Abu Hasan Ali, sultão de Granada. Ver Muley Hacén

Abu Yusuf Ya'qub, general

Abulcasis (Abul Qasim al-Zahrawi)

Adriano VI, papa

Afonso, infante de Castela e Leão

Afonso, infante de Portugal

Afonso I, *o Batalhador*, rei de Aragão e de Navarra

Afonso XI, *o Justiceiro*, rei de Castela e Leão

Afonso XII, rei de Espanha

Afonso XIII, rei de Espanha

Afonso Henriques, rei de Portugal  
Afonso V, rei de Portugal  
Aftácida, dinastia  
Aguinaldo, Emilio  
Aguirre, José António  
Agostinho, santo  
Alas, Leopoldo. Ver Clarín.  
Álava, condes de  
Al-Azrach, general  
Alba, casa ducal de (família Álvarez de Toledo)  
Alba, duque de (Fernando Álvarez de Toledo)  
Alba, I duque de (García Álvarez de Toledo)  
Alba, Santiago  
Al-Bakri, geógrafo  
Al-Balluti, Said,  
Alberoni, Júlio  
Albert, Pere  
Alberti, Rafael  
Alberto, arquiduque de Áustria e conde de Flandres  
Albornoz, Álvaro de  
Alburquerque, duque de. Ver Cueva, Beltrán de  
Alcalá Galiano, António  
Alcalá-Zamora, Niceto  
Aleixandre, Vicente  
Alexandre Magno, rei de Macedónia  
Alexandre VI, papa  
Algazel, filósofo  
Al-Hakam I, emir de al-Andalus

Al-Hakam II, califa de Córdoba  
Al-Himyari, cronista  
Aragão, Blasco de  
Aragão, infantes de; Ver também João II, rei de Aragão e Navarra, e Henrique, infante de Aragão  
Arana, Sabino  
Aranda, conde de (Pedro Pablo Abarca de Bolea)  
Aranguren, José Luís López  
Areilza, José Maria de  
Arévalo, duque de  
Argüelles, Agustín  
Arias, Carlos  
Arista, rei de Navarra (Íñigo Íñiguez)  
Aristóteles  
Armengol VI, conde de Urgell  
Arrazola, Lorenzo  
Atahualpa, rei inca  
Augusto, imperador romano  
Aureolo, conde de Aragão  
Aurillac, Gerberto de. Ver Silvestre II, papa  
Áustria ou Habsburgo, casa de  
Averróis  
Avicena  
Ayerbe, família  
Aytona, vice-rei de Valência  
Azaña, Manuel  
Azarquiel, Abraham  
Azcárate, Gumersindo de

Aznar, João Bautista  
Aznar, José Maria  
Aznar Galíndez I, conde de Aragão  
Aznar Galíndez II, conde de Aragão  
Afonso II, rei de Aragão e de Catalunha  
Afonso III, rei de Aragão e de Catalunha  
Afonso IV, rei de Aragão e de Catalunha  
Afonso V, *o Magnânimo*, rei de Aragão e de Catalunha  
Afonso I, rei de Astúrias  
Afonso II, rei de Astúrias  
Afonso III, rei de Astúrias  
Afonso V, rei de Leão  
Afonso VI, rei de Castela e Leão  
Afonso VII Raimúndez, rei de Castela e Leão  
Afonso VIII, rei de Castela  
Afonso IX, rei de Leão  
Afonso X, *o Sábio*, rei de Castela e Leão  
Al-Jusani, cronista  
Allendesalazar, José Manuel  
Al-Machriti, matemático  
Almagro, Diego de  
Almançor, vizir de al-Andalus (Ibn Abi Amir)  
Al-Mundir, emir de al-Andalus  
Al-Mu'tamid, rei da taifa de Sevilha  
Almunia, Joaquín  
Alonso de Herrera, Gabriel  
Alonso Martínez, Manuel  
Al-Qadir, rei da taifa de Toledo

Al-Qali, gramático  
Al-Qastali, poeta  
Al-Razi, cronista  
Al-Turtusi, geógrafo  
Al-Udri, geógrafo  
Alvarado, Pedro de  
Álvarez, Melquíades  
Álvarez de Lorenzana, João  
Álvarez de Mendizábal, João  
Álvarez de Toledo, família. Ver casa ducal de Alba.  
Álvarez de Toledo, Fernando. Ver duque de Alba.  
Álvarez de Toledo, García. Ver I duque de Alba.  
Al-Warraq, geógrafo  
Al-Zahawi, Abul Qasim. Ver Abulcasis Al-Zubaydi, gramático  
Amadeo I de Saboia, rei de Espanha  
Amelot, ministro  
Ampurias, condess de  
Andregoto Galíndez, condessa de Aragão e rainha de Navarra  
Anjou, Luís de  
Anjou, Renato de  
Añoveros, António  
Ansúrez, Pedro  
António de Portugal, prior de Crato  
Ballester, Simó  
Balmes, Jaume  
Banu Hud, dinastia  
Banu Qasi, dinastia

Banu Zennum, dinastia  
Barba Ruiva, Khain-ed-Din  
Bardají, Eduardo  
Barrera, Antonio  
Barrionuevo, Jerónimo de  
Bath, Adelardo de  
Batlle, Carmen  
Bazán, Álvaro de  
Bearne, visconde de  
Beatriz de Portugal, rainha de Castela e Leão  
Beatriz de Suabia, rainha de Castela e Leão  
Becerra, Manuel  
Benavente, conde de  
Bento XIII, papa (Pedro de Luna)  
Bento, São  
Bera, conde  
Berceo, Gonzalo de  
Berenguela, infanta de Castela e rainha de Leão  
Berenguer, Dámaso  
Berenguer Ramón II, conde de Barcelona  
Berg, duque de; Ver Murat, Joaquín Bermudo III, rei de Leão  
Bernaldino, licenciado  
Bernardo, arcebispo de Toledo  
Besteiro, Julián  
Bethancourt, Jean de  
Beumont, casa condal de  
Bierzo, Valerio del  
Blanca I, rainha de Navarra

Boabdil, *o Jovem*, sultão de Granada  
Bonaparte, Napoleão; ver Napoleão I, imperador de França  
Bonifaz, Ramón  
Bourbon, Carlos Maria Isidro de (Carlos V, ramo carlista)  
Bourbon, duque de: ver Carlos, condestável de França  
Bourbon Dampierre, Afonso de (duque de Cádiz)  
Bourbon e Áustria-Este, Carlos Maria (Carlos VII, ramo carlista)  
Borrel II, conde de Barcelona  
Bragança, casa de  
Bragança, Catarina de  
Bravo, Juan  
Bravo Murillo, Juan  
Burgos, condes de  
Burgos, Javier de  
Caballero de la Rosa, general  
Caballero y Góngora, António  
Cabanillas, Pío  
Cabrera, Bernat  
Cabrera, família; Ver condes de Chinchón  
Cabrera, Miguel  
Cacho Viu, Vicente  
Canalejas, José  
Cánovas del Castillo, António  
Capetos, dinastia dos  
Caracala, imperador romano  
Carande, Ramón  
Cardona, duque de

Cardona, família

Carintia, Hermann de

Carlos, arquiduque de Áustria; ver Carlos VI de Áustria, imperador de Alemanha.

Carlos, condestável de França (duque de Bourbon)

Carlos I e V; rei de Espanha e imperador Carlos I e V; rei de Espanha e imperador

Carlos II, *o Enfeitado*, rei de Espanha

Carlos III, rei de Espanha

Carlos IV, rei de Espanha

Carlos VIII, rei de França

Carlos IX, rei de França

Carlos I e IV, rei de Navarra e de Carlos Magno, rei dos francos e imperador de Ocidente

Carranza, Bartolomé de (arcebispo de Toledo)

Carrero Blanco, Luís

Carrillo, Alfonso (arcebispo de Toledo)

Carrillo, Santiago

Cartagena, Alonso de (bispo de Burgos)

Casado, Segismundo

Casares, Santiago

Castelar, Emílio

Castela, almirante de

Castela, condes de

Castela, condestável de

Castiella, Fernando Maria

Castillo, José

Castro, família

Castro, Américo  
Catarina de Lancaster, rainha de Castela e Leão  
Catarina de Médicis, rainha de França  
Cavestany, Rafael  
Cazalla, irmãos  
Cea Bermúdez, Francisco  
Centelles, família  
Cerde, Fernando de la  
Cerdà, Ildefonso  
Cerde, infantes da  
Cervantes, Miguel de  
Champagne, casa condal de  
Chester, Roberto de  
Chez, Heinz  
Chico, chefe da polícia  
Chiêvres, senhor de; ver Croy, Segóvia), Guillermo de  
Cueva, Beltrán de la (duque de Alburquerque)  
Chinchón, condes de (família Cabrera)  
Dante Alighieri  
Dato, Eduardo  
Desclot, Bernat  
Deza, Lope de  
Díaz, Nicomedes Pastor  
Díaz de Haro, Lope  
Díaz de Vivar, Rodrigo; ver Cid Campeador  
Díaz Porlier, Juan  
Díez-Alegría, Manuel  
Dolfos, Bellido

Domenech, família  
Domingo, Marcelino  
Domingos de Gusmão, São  
Domínguez Ortiz, António  
Donoso Cortés, Juan  
Dorado, Pedro  
Drake, Francis  
Dulce, Domingo  
Dulce, infanta de Leão  
Duran i Bas, Manuel  
Cádiz, duque de; ver Bourbon França  
Dampierre, Alfonso de  
Calatrava, José Maria  
Caldas, José Francisco de  
Calderón, Maria  
Calderón Collantes, Saturnino  
Calomarde, Francisco Tadeo  
Calvo Sotelo, José  
Calvo-Sotelo, Leopoldo  
Camacho, João Francisco  
Camargo, família  
Cambó, Francesc  
Campillo, José del  
Campomanes, Pedro Rodríguez de  
Carlos II, *o Mau*, rei de Navarra  
Carlos III, *o Nobre*, rei de Navarra  
Carlos VI de Áustria, imperador da Alemanha

Carlos V de Bourbon (ramo carlista); ver Bourbon, Carlos  
Maria Isidro de Carlos VII de Bourbon (ramo carlista); ver  
Bourbon e Áustria-Este, Carlos Maria  
Carlos de Viana, príncipe de Navarra  
Chindasvinto, rei visigodo  
Churchill, Winston  
Cícero  
Cid Campeador (Rodrigo Díaz de Vivar)  
Cierva, Juan de la  
Cisneros, cardeal; ver Jiménez, Francisco  
Claret, santo António Maria  
Clarín (Leopoldo Alas)  
Clarís, Pau  
Clément, Jacques  
Clemente VII, papa  
Clemente VIII, papa  
Clodoveu I, rei de los francos  
Clonard, conde de  
Cobos, Francisco de los  
Coburgo, casa de  
Colley, Arthur; ver Wellington, duque de  
Coloma, Luís  
Colombo, Cristóvão  
Colonia, Abraham de  
Columela, agrónomo  
Constantino, imperador romano  
Constanza de Sicília, rainha de Aragão  
Cornualha, Ricardo da

Coronel ou Seneor, Abraham  
Corro, frei António del  
Cortés, Hernán  
Costa, Joaquín  
Cota, Alonso de  
Cremona, Gerardo de  
Cresques, Yehudá  
Croy, Guilherme de (senhor de Chièvres)  
Cruz, Ramón de la  
Cuéllar, Pedro de (arcebispo de Éboli, princesa de (Ana Mendoza)  
Éboli, príncipe de (Rui Gómez da Silva)  
Edrisi, viajante árabe  
Egidio, doutor; ver Gil, Juan  
Eguía, Francisco Ramón de  
Eiximenis, Francesc  
Elío, Francisco Javier  
Enríquez, família  
Ensenada, marquês de la (Zenón de Somodevilla)  
Erasmus de Roterdão, Desidério  
Escosura, Patrício de la  
Espartero, Baldomero  
Espina, frei Alonso de  
Espoz y Mina, Francisco  
Esquilache, marquês de  
Estúñiga, família  
Euclides  
Eulália de Mérida, santa

Eulógio, dirigente moçárabe  
Eximeno, copista  
Ezpeleta, José de  
Fernández de Herédia, Juan  
Francisco I, rei de França  
Fernández de los Ríos, Ángel  
Fernández de Portocarrero, Luís Francisco II, rei de França  
Fadrique de Aragão, rei de Sicília  
Farnesio, Alexandre  
Federico II, rei de Sicília  
Feijoo, Benito Jerónimo  
Filipe de Áustria, duque de Parma  
Filipe de Évreux, rei de Navarra  
Filipe I, *o Formoso*, rei de Espanha  
Filipe II, rei de Espanha  
Filipe III, rei de Espanha  
Filipe IV, rei de Espanha  
Filipe III, rei de França  
Filipe IV, rei de França  
Filipe I e V, *o Longo*, rei de Navarra e de França  
Feria, duque de  
Fernán González, conde castelhano  
Fernández Almagro, Melchor  
Fernández-Cuesta, Raimundo  
Fernández de Córdoba, família  
Fernández de Córdoba, Gonzalo (Grande Capitão)  
Fernández de Córdoba, Luís  
Fernández de Herédia, família

Franco, Francisco  
Frederico II, rei de França  
Freire de Andrade, Nuño  
Frías, família  
Fróilaz, Pedro  
Manuel (cardeal Portocarrero)  
Fernández Navarrete, Pedro  
Fernández Villaverde, Raimundo  
Fernando, cardeal-infante de Espanha  
Fernando I de Antequera, rei de Aragão e Catalunha  
Fernando I de Áustria, infante de Castela e imperador da Alemanha  
Fernando II, imperador da Alemanha  
Fernando I, *o Magno*, rei de Castela Leão  
Fernando II, rei de Leão  
Fernando III, *o Santo*, rei de Castela e Leão  
Fernando IV, rei de Castela e Leão  
Fernando II e V, *o Católico*, rei de Aragão e Castela; ver também Reis Católicos  
Fernando VI, rei de Espanha  
Fernando VII, rei de Espanha  
Ferrer y Guardia, Francesc  
Figueras, Estanislao  
Figuerola y Torres, Álvaro de; ver Romanones, conde de Figuerola, Laureano  
Fité, Vital  
Flor, Roger de  
Floridablanca, conde de (José Moñino)

Fortún Garcés, rei de Navarra  
Fraga, Manuel  
García Tassara, Gabriel, 328 Garrigues, António  
Gasca, Pedro de la  
Gastón de Foix, rei de Navarra  
Gattinara, Mercurino de  
Gelmírez, Diego  
Galán, Fermín  
Galeno  
Galib, general  
Galileu Galilei  
Galindo Aznárez I, conde de Aragão,  
Galindo Aznárez II, conde de Aragão,  
Gálvez, José de  
Gamazo, Germán  
Garay, Martín  
García I, rei de Galiza  
García Alix, António  
García de Mora, Marcos  
García Fernández, conde castelhana  
García Hernández, Ángel  
García Íñiguez, rei de Navarra  
García Polavieja, Camilo  
García Prieto, Manuel  
García Ramírez VI, *o Restaurador*, rei de Navarra  
García Sánchez I, rei de Navarra  
García Sánchez II, rei de Navarra  
García Sánchez III, rei de Navarra

Germana de Foix, rainha de Aragão  
Gerona, Cerverí de  
Gil, Juan (doutor Egídio)  
Gil de Zamora, frei Juan  
Gil Robles, José Maria  
Giménez Fernández, Manuel  
Giner de los Ríos, Francisco  
Godoy, Manuel  
Gómez, Máximo  
Gómez Barroso, Pedro  
Gómez da Silva, Ruy; ver Éboli, príncipe de  
Gómez de Fuensalida, embaixador  
Gondomar, conde de  
González, Felipe  
González Bravo, Luís  
González de Cellorigo, Martín  
González de Clavijo, Ruy  
González de Mendoza, Pedro (cardeal)  
Goya, Francisco de  
Grande Capitão; ver Fernández de Córdova, Gonzalo  
Granvela, Nicolás Perrenot de  
Gregório IX, papa  
Grimaldi, marquês de  
Guilherme II, imperador da Alemanha  
Gusmão, Leonor de (companheira de Afonso XI de Castela)  
Gustavo Adolfo, rei da Suécia, 229 Gutierre, bispo de Oviedo  
Guzmán, família  
Guzmán, *o Bom* (Alonso Pérez de Guzmán)

Guzmán y Pimentel, Gaspar de; ver Olivares, conde-duque de

Habsburgo, dinastia; ver Áustria, casa de

Hawkins, John

Henrique, cardeal regente de Portugal

Henrique I, rei de Castela

Henrique II de Trastâmara, rei de Castela e Leão

Henrique III, rei de Castela e Leão

Henrique IV, rei de Castela e Leão

Henrique II, rei de França

Henrique III, rei de França

Henrique IV, rei de França

Henrique II, rei de Inglaterra

Henrique VIII, rei de Inglaterra

Henrique I, rei de Navarra

Henrique de Borgonha, conde de Portugal

Henrique, *o Navegador*, príncipe de Portugal

Herédia, Narciso; ver Ofalia, conde de Herédia-Spínola, condes de

Hermenegildo, príncipe visigodo

Híjar, duque de

Hipócrates

Hisham I, emir de al-Andalus

Hisham II, califa de Córdoba

Hita, arcebispo de (Juan Ruiz)

Hitler, Adolfo

Hohenzollern, casa de

Hroswitha, freira alemã

Humboldt, Alexander von  
Hurtado de Mendoza, Diego  
Ibn Gabirol, Salomão  
Ibn Hafsun, Umar  
Ibn Hayyam, cronista  
Ibn Hazm, poeta  
Ibn Hud, rei da taifa de Múrcia  
Ibn Marwan, *o Galego*, general  
Ibn Masarra, filósofo  
Ibn Musa, Musa  
Ibn Saprut, Hasday  
Ibn Suhayd, poeta  
Ibn Taxfin, Yusuf  
Ibn Yulyul, médico  
Iglesias, Pablo  
Ignacio de Loyola, Santo  
Infantado, duque do  
Íñiguez, Íñigo; ver Arista, rei de Navarra  
Inocêncio III, papa  
Isabel, infanta de Castela e rainha de Portugal  
Isabel I, a Católica, rainha de Castela Isabel I, a Católica,  
rainha de Castela; ver também Reis Católicos.  
Isabel II, rainha de Espanha  
Isabel I, rainha de Inglaterra  
Isabel Clara Eugénia, infanta de Espanha e condessa de  
Flandres  
Isabel de Farnésio, rainha de Espanha  
Isabel de Portugal, rainha de Castela e Leão

Isabel de Portugal, rainha de Espanha e imperatriz da Alemanha

Isabel de Valois, rainha de Espanha

Isern, Damián

Isidoro de Sevilha, Santo

Ismail I, sultão de Granada

Istúriz, Francisco Javier

Jovellanos, Gaspar Melchor de

Jovellar, Joaquín

Jover, José Maria

Juan Carlos I, rei de Espanha

Juan de Bourbon y Battenberg, conde de Barcelona

Juan Manuel, D.

Justiniano, imperador de Bizâncio

Justo, São

Ibarretxe, João José

Ibn Abd Rabbihí, poeta

Ibn Abi Amir; ver Almançor Ibnal-Qutiyah, cronista

Ibn al-Samh, astrónomo

Jaime, *o Conquistador*, rei de Aragão e Catalunha

Jaime II, rei de Aragão e Catalunha

Jaime III, rei de Maiorca

Jérica, família

Jimena, esposa do Cid

Jimena, família

Jiménez, Francisco (cardeal Cisneros)

Jiménez de Quesada, Gonzalo

Jordán de Urríes, família

Jiménez Valdivieso, Tomás  
Joana, a Beltraneja, princesa de Castela  
Joana I, a Louca, rainha de Espanha  
Joana II, rainha de Nápoles  
Joana I, rainha de Navarra e de França  
Joana II, rainha de Navarra  
Joana de Portugal, rainha de Castela e Leão  
Joana Enríquez, rainha de Aragão e Catalunha  
João, infante de Castela e Leão  
João, rei de Aragão e Catalunha  
João II, rei de Aragão, Catalunha e Navarra  
João I, rei de Castela e Leão  
João II, rei de Castela e Leão  
João IV, rei de Portugal  
João de Aragão e Foix, infante  
João de Áustria (filho natural de Carlos V)  
João de Castela, príncipe de Astúrias  
Juan de la Cruz, San  
João José de Áustria (filho natural de Filipe IV)  
José I Bonaparte, rei de Espanha  
Kautsky, Karl  
Labrit, casa de  
Lacy, Luís  
Ladero, Miguel Ángel  
Lafuente, Modesto  
Lancaster, duque de  
Lantarón, condes de  
Lanuza, Juan de

Lara, casa de  
Largo Caballero, Francisco  
Larra, Mariano José de  
Las Casas, Bartolomé de  
Leandro, arcebispo de Sevilha  
Leão XIII, papa  
Leizaola, Jesus Maria  
León, Diego de  
Leonor de Aragão, rainha de Castela e Leão  
Leonor de Foix, rainha de Navarra  
Leonor de Inglaterra, rainha de Castela  
Leovigildo, rei visigodo  
Lerma, duque de (Francisco Sandoval y Rojas)  
Lerroux, Alejandro  
Lersundi, Francisco  
Lévi-Provençal, Evariste  
Liébana, Beato de  
Llauder, Manuel  
López de Ayala, Adelardo  
López de Ayala, Pedro  
López Ballesteros, Diego  
López de Mendoza, Íñigo; ver Santillana, marquês de  
López de Mendoza, Pedro Íñigo; ver Tendilla, conde de  
López Domínguez, José  
López Pacheco, Diego (marquês de Villena)  
López Rodó, Laureano  
Lorenzana, cardeal  
Lucano, Marco Anneo

Lucena, conde de; ver O'Donnell, Leopoldo  
Luís I, rei de Espanha  
Luís I, *o Piedoso*, ou Ludovico Pio, rei dos francos  
Luís IX, rei de França  
Luís I e X, *o Hutín*, rei de Navarra e de França  
Luís XI, rei de França  
Luís XII, rei de França  
Luís XIII, rei de França  
Luís XIV, rei de França  
Luís XV, rei de França  
Luís XVI, rei de França  
Lúlio, Raimundo  
Luna, família  
Luna, Álvaro de  
Luna, Pedro de; ver Bento XIII, papa Luque, Hernando de  
Lutero, Martinho  
Madoz, Pascual  
Madrigal, Alonso de  
Maeztu, Ramiro de  
Maimónidas  
Maldonado, Francisco  
Mallada, Lucas  
Manetti, António  
Manrique, família  
Manrique, Jorge  
Manuel I, *o Venturoso*, rei de Portugal  
Manzanares, Salvador  
Maomé

Maragall, Joan  
Marañón, Gregório  
Maravall, José António,  
March, Ausias  
Marcial, Marco Valério  
Margarida de Áustria, duquesa de Parma  
Margarit, Joan  
Maria Cristina de Bourbon, rainha de Espanha  
Maria de Castilla y Lancaster, rainha de Aragão  
Maria de Molina, rainha de Castela e Leão  
Maria Luísa de Orleães, rainha de Espanha  
Mariana de Áustria, rainha de Espanha  
Mariana de Neoburgo, rainha de Espanha  
Mariana, Juan de  
Maria Teresa de Áustria, rainha de França  
Maria Tudor, rainha de Inglaterra  
Maria Victoria del Pozzo, rainha de Espanha  
Maroto, Rafael  
Martel, Carlos, 28  
Martí, José  
Menéndez Pidal, Ramón  
Miguel, bispo de Tarazona  
Miguel, infante de Portugal e de Castela  
Miraflores, marquês de  
Mirão, rei suevo de Galécia  
Moctezuma, imperador azteca  
Mola, Emílio  
Molins, marquês de

Mon, Alejandro  
Moncada, Sancho de  
Moñino, José; ver Floridablanca, conde de  
Montcada, família  
Montero Ríos, Eugénio  
Montesinos, frei António de  
Montesinos, frei António de  
Moreta, Salustiano  
Morote, Luís  
Mosé, Yehudá bem  
Moxó, Salvador de  
Moyano, Cláudio  
Muhammad I, emir de al-Andalus  
Muhammad I, sultão de Granada  
Muhammad II, sultão de Granada  
Muhammad III, sultão de Granada  
Muhammad V, sultão de Granada  
Muhammad VII, sultão de Granada  
Muhammad IX, sultão de Granada  
Muley Hacén (Abu Hasan Ali), sultão de Granada  
Muley Mohamed, rei de Fez  
Muñoz, Fernando  
Muntaner, Ramón  
Murat, Joaquín (duque de Berg)  
Mussolini, Benito  
Muza, general  
Macanaz, Melchor de  
Maceo, António

Machado, António  
Macías Picavea, Ricardo  
Martim I, *o Humano*, rei de Aragão e Catalunha  
Martím, *o Jovem*, infante de Aragão  
Martín-Artajo, Alberto  
Martín Díaz, Juan (o Obstinado)  
Martínez, Ferrán  
Martínez Barrio, Diego  
Martínez-Bordiú, Carmen  
Martínez Campos, Arsénio  
Martínez de la Rosa, Francisco  
Martínez de Mata, Francisco  
Martínez Marina, Francisco  
Martínez Silíceo, Juan (cardeal Silíceo)  
Martorell, Joanot  
Martos, Cristino  
Maté, família  
Maura, António  
Maura, Miguel  
Maximiliano I, imperador de Áustria  
Mayans, Gregório  
McKinley, William  
Medina, frei Juan de  
Medina-Sidónia, duque de  
Medinaceli, duque de  
Mela, geógrafo  
Mella, Alonso de  
Mena, Juan de

Méndez de Haro, Luís  
Mendizábal; ver Álvarez de Mendizábal, Juan  
Mendoza, família  
Mendoza y Bobadilla, Francisco (cardeal)  
Mendoza y de la Cerda, Ana; ver Éboli, princesa de  
Menéndez Pelayo, Marcelino  
Napoleão I, imperador de França (Napoleão Bonaparte)  
Napoleão III, imperador de França  
Narváez, Pánfilo de  
Narváez, Ramón Maria  
Nasrida, dinastia  
Nassau, Guilherme de (príncipe de Orange)  
Navarro, Mariano  
Nebrija, Élio António de  
Negrín, Juan  
Nelson, Horácio  
Newton, Isaac  
Nicolau D'Olwer, Luís  
Nithard, Juan Everardo  
Nouvilas, Ramón  
Novaliches, marquês de (Manuel Pavía)  
Núñez Vela, Blasco  
Ordonho I, rei de Astúrias  
Oropesa, conde de  
Orósio, historiador  
Orovio, Manuel  
Orry, Jean  
Ortega y Gasset, José

Ortiz de Pinedo, Manuel  
Osio, bispo  
Osuna, duque de  
Ovídio  
Obstinado, El; ver Martín, Juan  
O'Donnell, Leopoldo (conde de Lucena)  
Ofalia, conde de (Narciso Herédia)  
Olavide, Pablo de  
Olivares, conde-duque de (Gaspar de Guzmán y Pimentel)  
Olligoyen, frei Pedro  
Omíada, dinastia  
Orange, príncipe de; ver Nassau, Guilherme de  
Pacheco, Joaquín Francisco  
Pacheco, Juan  
Pacheco, Maria  
Padilla, Carlos de  
Padilla, Juan de  
Pallars, condes de  
Panormitano, Antonio el  
Pastor, São  
Patiño, José  
Patrocínio, soror (Dolores Quiroga)  
Paulo, dirigente moçárabe  
Paulo, dux de la Setimânia  
Paulo III, papa  
Pavía, Manuel; ver Novaliches, marquês de  
Posada Herrera, José  
Pedro I, rei de Aragão e de Navarra

Pedro II, *o Católico*, rei de Aragão e Catalunha  
Pedro III, *o Grande*, rei de Aragão e Catalunha  
Pedro IV, *o Cerimonioso*, rei de Aragão e Catalunha  
Pedro I, *o Cruel*, rei de Castela e Leão  
Pedro Nolasco, São  
Pelágio, rei de Astúrias  
Pelay Correa, Santiago  
Peralta, família  
Perellós, Francesc  
Pérez, António  
Pérez, Gonzalo  
Pérez del Álamo, Rafael  
Prat de la Riba, Enric  
Prestines, família  
Prieto, Indalécio  
Primo de Rivera, Fernando  
Primo de Rivera, Miguel  
Prisciliano, bispo de Ávila  
Prudêncio, poeta  
Ptolomeu  
Puig Antich, Salvador  
Puig i Cadafalch, Josep  
Pujol, Jordi  
Pérez Galdós, Benito  
Pérez de Guzmán, Alonso; ver Guzmán, *o Bom*  
Pérez de Guzmán, Fernán  
Petrarca, Francesco  
Petronila, rainha de Aragão e condessa de Barcelona

Pi i Margall, Francisco  
Picaud, Aymerico  
Pidal, Alejandro  
Pidal, Pedro José  
Pimentel, família  
Pimentel, Juan Alfonso  
Pineda, Mariana  
Pio XI, papa  
Pizarro, Francisco  
Pizarro, Gonzalo  
Ponce de la Fuente, Constantino  
Ponce de León, família  
Pontano, Giovanni  
Portela, Manuel  
Portocarrero, cardeal; ver Fernández de Portocarrero, Luís Manuel  
Portugal, Pedro de  
Quesada, Vicente  
Quevedo, Francisco de  
Quintiliano, Marco Fábio  
Quiñones, família  
Quiroga, cardeal  
Quiroga, Dolores; ver Patrocínio, soror  
Raimúndez; ver Afonso VII, rei de Castela e Leão.  
Raimundo, bispo de Toledo  
Raimundo de Borgonha, rei de Castela e Leão  
Ramírez de Villaescusa  
Ramiro I, rei de Aragão

Ramiro II, *o Monge*, rei de Aragão

Ramiro II, rei de Leão

Ramón Berenguer I, conde de Romero, Pedro

Romero Ortiz, António

Romero Robledo, Francisco

Roncali, Federico

Rosellón, condes de

Ruano, Enrique

Ruiz, Juan; ver Hita, arcepreste de Ruiz Zorrilla, Manuel  
Barcelona

Ramón Berenguer II, conde de Barcelona

Ramón Berenguer III, conde de Barcelona

Ramón Berenguer IV, conde de Barcelona

Ramón Borrel, conde de Barcelona

Ramón y Cajal, Santiago

Rampolla, cardeal

Recaredo, rei visigodo

Recesvinto, rei visigodo

Reina, frei Casiodoro de

Reis Católicos; ver também Isabel I, a Católica, rainha de  
Castela, e Fernando II, *o Católico*, rei de Aragão

Requesens, Galcerán de

Requesens, Luís de

Revillagigedo, conde de

Richelieu, cardeal

Ridruejo, Dionísio

Riego, Rafael del

Ríos, Fernando de los

Ríos Rosas, António de los  
Rivero, Nicolás Maria  
Rizal, José  
Rocaberti, família  
Rodinson, Maxime  
Rodrigo, rei visigodo  
Rodríguez, Diego  
Rodríguez de Campomanes, Pedro; ver Campomanes  
Rodríguez de Fonseca, Juan  
Rodríguez Valcárcel, Alejandro  
Roldán, Luís  
Romanones, conde de (Álvaro de Figueroa y Torres)  
Romanov, dinastia  
Sánchez Guerra, José  
Sancho, príncipe de Castela e Leão  
Sancho I, rei de Leão  
Sancho II, rei de Castela  
Sancho III, rei de Castela  
Sancho IV, *o Bravo*, rei de Castela e Leão  
Sancho III, *o Maior*, rei de Navarra  
Sancho IV, rei de Navarra  
Sancho VI, rei de Navarra  
Sancho VII, *o Forte*, rei de Navarra  
Sancho I, rei de Portugal  
Sancho Garcés I, rei de Navarra  
Sancho Garcés II, rei de Navarra  
Sancho García, conde castelhano  
Sancho Ramírez, rei de Navarra e de Aragão

Sandoval y Rojas, Francisco; ver Lerma, duque de  
Sanjurjo, José  
San Miguel, Evaristo  
Santa Coloma, conde de  
Santa Cruz y Espejo, Francisco Javier  
Santiago, apóstolo  
Santillán, Ramón  
Santillana, marquês de (Íñigo López de Mendoza)  
Santo Domingo, família  
Saragoça, Bráulio de  
Sardá, Juan  
Sarmiento, Pero  
Sartori, Giovanni  
Sartorius, Luís  
Saxónia, Mauricio de  
Sayyid, Ishac bem  
Sebastião I, rei de Portugal  
Segóvia, Juan de  
Séneca  
Seneor, Abraham; ver Coronel, Teodósio, imperador romano  
Abraham Terêncio  
Serrano Bedoya, Francisco  
Serrano Suñer, Ramón  
Serrano y Domínguez, Francisco (duque de la Torre)  
Sevilha, Juan de  
Silíceo, cardeal; ver Martínez Silíceo, Juan.  
Silió, César  
Silvela, Francisco

Silvestre II, papa (Gerberto de Aurillac)  
Sisto IV, papa  
Smith, Adam  
Sobrarbe y Ribagorza, Gonzalo de  
Solimão, *o Magnífico*, sultão otomano  
Solís, comandante  
Solís, José  
Somodevilla, Zenón de; ver Ensenada, marquês de  
Soto, Domingo de  
Speraindeo, dirigente moçárabe  
Spínola, Ambrósio de  
Suárez, Adolfo  
Suárez Fernández, Luís  
Suintila, rei visigodo  
Teresa, infanta de Castela e condessa de Portugal  
Teresa de Jesús, santa  
Terrades, Abdón  
Tierno Galván, Enrique  
Toledo, Eugénio de  
Toledo, Julián de  
Tomás y Valiente, Francisco  
Tomic, Pere  
Topete, Juan Bautista  
Toreno, conde de  
Torneros, marquês de  
Torquemada, Juan de  
Torre, duque de la; ver Serrano y Domínguez, Francisco  
Torrecilla, marquês de

Torrijos, José Maria de  
Trajano, imperador romano  
Trastâmara, dinastia  
Trémoille, Marie Anne de la; ver Ursinos, princesa dos  
Treppo, Mário del  
Túpac Amaru  
Túpac Katari  
Valera, frei Cipriano  
Valera, Juan  
Valla, Lorenzo  
Vargas, Alonso de  
Vega, marquês de  
Velasco, família  
Velayos, Nicásio  
Velázquez, Diego (conquistador)  
Velázquez, Diego (pintor)  
Vélez de Guevara, Juan  
Vergara, Juan de  
Vicens Vives, Jaime  
Vicente Ferrer, São  
Víctor Manuel II, rei de Itália  
Vidal de Besalú, Ramón  
Vifredo, *o Veloso*, conde de Barcelona  
Vilanova, Arnau de  
Vilar, Pierre  
Vilaragut, família  
Villena, Enrique de  
Villena, marquês de; ver López Pacheco, Diego

Viluma, marquês de  
Viriato  
Vistahermosa, duque de  
Vitoria, Francisco de  
Uceda, duque de  
Ullastres, Alberto  
Unamuno, Miguel de  
Urgel, Jaime de  
Urraca, rainha de Castela e Leão  
Urrea, família  
Ursinos, princesa dos (Marie Anne de la Trémoille)  
Wamba, rei visigodo  
Wellington, duque de (Arthur Colley)  
Weyler, Valeriano  
Saboia, casa de  
Sa'd, sultão de Granada  
Safont, Jaume  
Sagasta, Práxedes Mateo  
Salamanca, marquês de  
Salmerón, Nicolás  
Salrach, Josep Maria  
Sancha, condessa de Castela e rainha de Navarra  
Sancha, infanta de Leão  
Sánchez-Albornoz, Cláudio  
Sánchez de Arévalo, Rodrigo  
Sánchez de Toca, Joaquín  
Talavera, Hernando de (arcebispo de Granada)  
Tamarit, Francesc

Tariq, general  
Tarradellas, Josep  
Tendilla, conde de (Pedro Íñigo López de Mendoza)  
Tenório, Pedro  
Teobaldo I, rei de Navarra  
Teobaldo II, rei de Navarra  
Teodomiro, nobre murciano  
Yusuf I, sultão de Granada  
Yusuf III, sultão de Granada  
Valdés, Alfonso de  
Valdés, Fernando de (arcebispo de Sevilha)  
Valenzuela, Fernando de  
Zerak, Menahem bem  
Zirí, dinastia  
Zumalacárregui, Tomás  
Zurbano, Martín

## **História Narrativa**

Títulos publicados na colecção:

- 1 - *História dos Estados Unidos desde 1865*, Pierre Melandri
- 2 - *A Grande Guerra - 1914-1918*, Marc Ferro
- 3 - *História de Roma*, Indro Montanelli
- 4 - *História Narrativa da II Guerra Mundial*, John Ray
- 5 - *Hitler - Perfil de um Ditador*, David Welch
- 6 - *A Vida de Maomé*, Virgil Gheorghiu
- 7 - *Nicolau II*, Marc Ferro
- 8 - *História dos Gregos*, Indro Montanelli
- 9 - *O Império Otomano*, Donald Quataert
- 10 - *A Guerra Secreta*, Ladislav Farago
- 11 - *A Guerra de Secessão*, Farid Ameer
- 12 - *A Guerra Civil de Espanha*, Paul Preston
- 13 - *A Vida Quotidiana no Egipto no tempo das Pirâmides*, Guillemette Andreu
- 14 - *O Amor em Roma*, Pierre Grimal
- 15 - *Os Templários*, Barbara Frale
- 16 - *No Rasto dos Tesouros Nazis*, Jean-Paul Picaper
- 17 - *História do Japão*, Kenneth G. Henshall
- 18 - *Artur, Rei dos Bretões*, Daniel Mersey
- 19 - *O Islão e o Ocidente. Uma Harmonia Dissonante de Civilizações*, Christophe J. Walker
- 20 - *Pós-Guerra. História da Europa desde 1945*, Tony Judt
- 21 - *A Guerra Fria*, John Lewis Gaddis
- 22 - *História da União Soviética*, Peter Kenez

- 23 - *História do Tibete*, Thomas Laird
- 24 - *A Europa em Guerra*, Norman Davies
- 25 - *Santos e Pecadores. História dos Papas*, Eamon Duffy
- 26 - *A Grande Guerra pela Civilização. A Conquista do Médio Oriente*, Robert Fisk
- 27 - *O Sabor da Conquista*, Michael Krondl
- 28 - *Mundos em Guerra*, Anthony Pagden
- 29 - *História de Israel*, Martin Gilbert
- 30 - *O Parlamento do Homem. História das Nações Unidas*, Paul Kennedy
- 31 - *Os Celtas*, John Haywood
- 32 - *História da África*, J.D. Fage e William Tordoff
- 33 - *História da Polónia*, Adam Zamoyski
- 34 - *Fascistas*, Michael Mann
- 35 - *História de França*, Marc Ferro
- 36 - *História da América Latina*, Edwin Williamson
- 37 - *O Império de Hitler*, Mark Mazower
- 38 - *As Cuzadas vistas pelos Árabes*, Amin Maalouf
- 39 - *História Alemã*, Ulf Dirlmeier, Andreas Gestrich, Ulrich Herrmann, Ernst Hinrichs, Konrad H., Jaraus, Christoph Kleßmann, Jürgen Reulecke
- 40 - *História de Espanha*, Julio Valdéon, Joseph Pérez, Santos Juliá

# Índice

[Cover](#)

[Frontispício](#)

[Ficha Técnica](#)

[Índice](#)

[Idade Média](#)

[1 Hispânia no início do século VIII: um denso legado histórico](#)

[2 O esplendor de al-Andalus](#)

[3 A resistência cristã](#)

[4 O século XI. Os cristãos tomam a iniciativa.](#)

[5 O Século XII. Uma fase de equilíbrio](#)

[6 A Espanha Oriental. A expansão de Aragão e Catalunha](#)

[7 O século XIII. A Espanha ocidental. A expansão de](#)

[Castela e Leão](#)

[8 O século XIV. Um período de crise](#)

[9 O século XV A recuperação da coroa de Castela](#)

[10 O século XV. Os contrastes da coroa de Aragão](#)

[IDADE MODERNA](#)

[1 Os reis católicos](#)

[2 O império espanhol \(1516-1598\).](#)

[3 Os Áustrias menores \(1598-1700\).](#)

[4 O século das luzes \(1700-1808\).](#)

[IDADE CONTEMPORÂNEA](#)

[1 Entre a revolução liberal e a reação absolutista \(1808-1843\).](#)

[2 Matar a revolução, construir o estado: a época moderada \(1848-1868\).](#)

[3 Revolução democrática, restauração monárquica \(1868-1898\).](#)

[4 Uma monarquia liberal que termina em ditadura militar \(1899-1930\).](#)

[5 E uma república democrática que sucumbe numa guerra civil \(1931-1939\).](#)

[6 A longa ditadura do general Franco \(1939-1975\).](#)

[7 Uma democracia finalmente consolidada \(1976 - ...\).](#)

[Como um epílogo](#)

[Cronologia](#)

[Índice onomástico](#)